M.T.I.C. — CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

M.T.I.C.
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

T.R.T. 2.a região
Em 28/1/46

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E C...
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO T...

T.R.T. 27/1/46

DISSIDIO COLETIVO

SUSCITANTE: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SUSCITADA: A MAIORIA DOS EMPREGADOS DA EMPRESA.

M. T. I. C. – CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

E D I T A L

Pelo presente Edital ficam notificadas as EMPRÊSAS, SINDICATOS, e EMPREGADOS, abaixo mencionados, para ciência de que foi designado o dia 18 de janeiro de 1946, para realização da audiência, na sede da JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de CAMPINAS, à rua Dr.Costa Aguiar nº 524, em cuja ocasião apresentarão os DISSÍDIOS COLETIVOS, instaurados perante o E.Conselho Regional do Trabalho, cujo Presidente delegou competencia à Presidência desta JUNTA, para fins do disposto [illegible] de Novembro de 1945 - Instalação -

SUSCITANTE: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SUSCITADOS: CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO e seus EMPREGADOS, às 13,30 hs.

SUSCITANTE:- PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

SUSCITADOS: FIAÇÃO SANTA BARBARA DO OESTE e seus EMPREGADOS, às 14,30 hs.

SUSCITANTES: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA

SUSCITADO:- CIA.FÔRÇA E LUZ CARIOBA, às 15,15 hs.

SUSCITANTES: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA HIDRO-ELÉTRICA

SUSCITADO: CIA. CAMPINEIRA DE TRAÇÃO, LUZ E FÔRÇA, às 15,45 hs.

O não comparecimento de qualquer das partes à audiencia, terá como consequencia a aplicação das medidas legais.

E, para conhecimento das partes, é expedido o presente, que vai afixado no lugar do costume, na sede desta JUNTA e publicado pela IMPRENSA.

Campinas, 11 de janeiro de 1946

Secretário.

M. T. I. C. CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

8
L. B. Camargo

CAMPINAS, S.P.

Of. 6/46

Campinas, 11 de janeiro de 1946

Senhor Procurador Regional

Comunico a V.Exa., pela presente, que foi designado o dia 18 de janeiro de 1946, na sede da JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, à rua Dr.Costa Aguiar nº 514, em Campinas, para audiência em que serão apreciados os DISSIDIOS COLETIVOS entre a CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO e SEUS EMPREGADOS, às 13,30 horas; FIAÇÃO SANTA BARBARA DO OESTE, e SEUS EMPREGADOS, às 14,30 horas; SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA HIDRO ELÉTRICA E CIA.FÔRÇA E LUZ CARIOBA, às 15,15 e o mesmo Sindicato e a CIA.CAMPINEIRA DE TRAÇÃO, LUZ E FÔRÇA, às 15,45 horas, dissídios êsses instaurados perante o E.Conselho Regional do Trabalho em São Paulo, nos termos de delegação conferida pelo Presidente daquele E.Conselho à presidencia desta JUNTA.

Reitero A V.Exa., os protestos de alto aprêço e elevada consideração.

ACACIO RUI Secretário

Exmº. Sr.Dr. José Arlindo da Fonte Moreira
D.D. Procurador Regional
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO
São Paulo

8

JUNTADA

Nesta data faço juntada [illegible]

18 / janeiro

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

L. B. Camargo

ATA DE AUDIÊNCIA PARA APRECIAÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO - Processo nº P.G. 8/46

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de Campinas, na sala de audiências da Junta de Conciliação e Julgamento, na rua Dr. Costa Aguiar, 514, presentes o Dr. Abraão Biey, Presidente e os vogais Srs. Jose de Oliveira Matias, dos empregados e Agenor de Araújo, dos empregadores, às 13,30 horas, estando aberta a audiência foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes:- EMPREGADOS DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO reclamantes e COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, reclamada no dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, perante o E. Conselho Regional do Trabalho que delegou competencia ao Presidente desta Junta para os fins do disposto no art.860 e 862 da Consolidação das Leis do Trabalho. Compareceu pelos RECLAMANTES O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, em Campinas, na pessoa de seu Presidente, Sr. José Correa Pedroso Júnior, acompanhado do advogado, Dr. J.A. Cunha Lima. Pela reclamada compareceu o Dr. J.Wilson Coelho de Souza, Inspe, digo Sousa, Superintendente da Emprêsa e o Dr. Augusto Cesar de Andrade, Chefe da Locomoção da reclamada, acompanhados de seu advogado, Dr. Orestes de Morais Alves Filho.- Preliminarmente foi concedida a palavra aos reclamantes para exporem os objetos do dissídio. Com a palavra o advogado, Dr. J.A. Cunha Lima por este foi dito:- O dissídio abrange os empregados da suscitada que trabalham em suas oficinas, na secção de mecânica, inclusive fundição, carpintaria, marcenaria, etc., ajustadores do depósito de locomotivas, secção de carros e vagões e oficina mecânica e de conservação do telégrafo e pessoal do telégrafo. Os motivos do dissídio se prendem a fatos amplamente divulgados pela Imprensa de Campinas e da Capital paulista cabendo aos sucitantes esclarecer quais as suas pretensões nelas se incluindo aquelas que já foram, digo algumas daquelas que já foram expostas à empresa suscitada pelo Of. de seu órgão de classe n. S/12/219 de 29 de dezembro último respondido pela Companhia em 31 de dezembro pelo ofício E.3/176 e 177. O Pessoal das oficinas pretende igualar os salários nas diversas funções que ocupam de modo que os caldeiradores, soldadores, caldereiros, marceneiros e outros artífices, em um mesmo quadro, tenham salários equivalentes aos ajustadores e torneiros. Pleiteam, também, esses trabalhadores das oficinas a organização de um quadro de salário de modo que a promoção de uma para outra classe corresponda a nova classificação evitando-se que o aumento entre as classes seja desproporcional como ocorre atualmente. A este respeito desejam os suscitantes esclarecer que a diferença de remuneração para os artífices que exercem determinada função, da quarta para a terceira classe é tão somente de dez cruzeiros; e a diferença daqueles que estão classificados na 3a. classe para os da 2a. é de Cr$55,00, e da 2a. para a 1a. tal diferença é de Cr$30,00 nalmente, da 1a. para a 1a. especial é de Cr$65,00. Desejam também os trabalhadores das oficinas que a empresa suscitada reponha o seu contrato de trabalho na situação vigente no início do ano de 1945, no que diz respeito às ferramentas que usam no serviço. A empresa suscitada pagava-lhes até aquela época uma importância em dinheiro com o fito de compensar o desgaste das ferramentes de seus empregados usadas em serviço, por isso

por isso que tais ferramentas são de propriedade particular de cada um desses empregados. Pleiteam pois que a suscitada lhes forneça tais ferramentas dado que ainda que lhes fosse concedida uma importância correspondente a êsse desgaste, com o preço atual dêsse material, que acompanha as oscilações do mercado, difícil seria a própria firma a fixação de uma importância exata. Quanto aos empregados das oficinas de conservação do telégrafo, pretendem uma classificação equivalente às dos demais companheiros das oficinas e um salário correspondente a essa classificação. Isso porque os mecânicos que trabalham na conservação das linhas telegráficas e telefônicas prestam serviços os mais diversos, tais como os de ajustagem, torneação, eletricidade e outros. Ademais, como no caso dos empregados das oficinas a diferença de salários em classe diferente também não constitue fator preponderante, como deve ser, no exercício das suas funções. Nessa mesma secção os empregados que trabalham como guarda-fios desejam que a última classe, ou seja a 3a. e as superiores percebam uma remuneração equivalente as funções que exercem, pois que constituindo carreira superior à dos feitores, carreira para a qual são estes promovidos, percebem um salário idêntico ao desses feitores, ou seja Cr$700,oo mensais. No que diz respeito a diária paga pela empresa suscitada que somente lhes é paga quando regressam as 20 horas, pleiteam esses trabalhadores que tal pagamento se dê desde que regressem depois das dezoito horas, pretendendo , ainda que a diária, digo que a quantia correspondente à diária não lhes seja mais paga somente no fim de cada mes, mas sim semanale ou quinzenalmente; os empregados que se encontram enquadrados no § 6º do art.236 da Consolidação das Leis do Trabalho, pretendem receber o tempo de viagem para o local de serviço quando esse tempo exceder de uma hora, comptuan, computando-se, entretanto, essa primeira hora; quanto aos telegrafistas, desejam eles uma reestruturação do quadro pois o telegrafista de primeira classe recebe Cr$710 mensais; o de segunda classe ganha Cr$700,oo mensais e os de terceira, quarta e quinta classe, bem como os prta, digo os praticantes de 1a.,2a. e terceira, apesar da diversidade de classificação e, em alguns casos sensíveis diferenças quanto ao tempo de serviço percebem, por mês o salário de Cr$645,oo cruzeiros Melhor se evidencia, se esclarece e se revigora essa pretensão desde que se recorde que êsses telegrafistas que ocupam cargos de responsabilidade, em grande maioria deles dá a emprêsa uma fiança de Cr$3.000,oo percebem um salário inferior aos dos vigias, pois êstes últimos ganham Cr$780,oo mensais. Ademais o telegrafista de 1a. até o de 5a. classe são destacados para substituir na linha executando serviços atinentes ao chefe da noite, ao faturamento ou a bilheteria e, muito embora, os praticantes não tenham prestado fiança e não sejam destacados para tais trabalhos percebem, entretanto, salários equivalentes. Pretendem todos os empregados que a empresa suscitada lhes pague o salário correspondente aos dias em que estiveram afastados do serviço por motivo da greve. Estão todos eles seguros de que a Justiça do Trabalho estudando essas pretensões tôdas elas justas, tôdas elas já pleiteadas perante a empresa suscitada, não só por intermédio de seu órgão de classe cuja diretoria sempre se empenhou em bem executar sua missão, mas também, por intermédio das comissões que agiram junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e junto, também, à direção da firma, bem compreenda a situação angustiosa em que se encontravam, e ainda se encontram por ocasião do movimento que, por meio do qual, pretenderam essas medidas. Protesta pela produção de tôdas as provas que se fizerem necessárias, tais como exame de escrita, enfim por

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
.....JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

todas as permitidas em direito, o que pede deferimento.- Com a palavra a reclamda para se manifestar sôbre a reclamação, pelo seu advogado foi dito que contestava apenas em parte a reclamação, pois foi surpreendido com uma parte acrescentada as primeiras reivindicações dos empregados, reservando-se para contestar o restante em audiência a ser designada, o que requer.- Pelo Sindicato reclamante foi dito que nada tem a oport. desde que seja feita a designação com a devida urgência. Pela Junta, a pedido das partes foi marcada nova audiência para o dia 2 de digo diga 7 de fevereiro de 1946, as 13,30 horas.- Cientes as partes dessa determinação e nada mais havendo, para constar eu, Secretário, lavrei a presente que, lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Sr. Presidente, Srs. Vogais, partes e por mim subscrita.

Presidente

Vogal dos Empregadores

Vogal dos Empregados

Reclamante
(Suscitante)

Reclamado
(Suscitada)

Secretário

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
ADVOGADOS

12

EXMOS. SNRS. MEMBROS DO CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

A Diretoria da COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, foi a 28 de Dezembro de 1945, surpreendida com um surto grevista de operarios das Oficinas e da Tração, paralisando grande parte do movimento da Estrada.

Procurados para entendimentos a respeito, foi a Administração inteirada, pelo oficio de 29 daquele mesmo mês do Sindicato dos Trabalhadores em Emprezas Ferroviarias da Zona Mogiana, de que pretendiam os mesmos ABONO correspondente a um mês de vencimentos, AUMENTO de salarios de 10% e REORGANIZAÇÃO do quadro de pessoal.

A Companhia Mogiana não pôde atender, como seria seu desejo, ás exigencias formuladas pelos empregados das varias secções, e já teve ensejo de expôr os fundamentos dessa sua recusa, fundamentos que, aliás, como lhe cumpria, já foram levados ao conhecimento das Autoridades Federais incumbidas da gestão das duas Pastas dos Ministerios - do TRABALHO e da VIAÇÃO.

Esses fundamentos que são obviamente conhecidos, hão de, certamente, convencer tambem os honrados Juizes que tomarem conhecimento deste dissidio, afim de que declarem inatendiveis as exigencias dos reclamantes.

\- - -

As Emprezas de transporte, como a COMPANHIA MOGIANA, que agem em qualidade de conceccionárias do poder publico,

Estadual e Federal, realisam um serviço de interesse publico. Na realisação desse serviço e na exploração da industria de transporte que lhe é outorgada, são sujeitas a uma serie de restrições de todos conhecidas, entre elas as que subordinam as alterações das suas tarifas e fretes á aprovação da autoridade publica. Nem podem as estradas de ferro aumentar, a seu talante, como o fazem, em geral os industriaes e comerciantes na maior parte de suas atividades, afim de auferir maiores rendas, dependentes, que são, da autorisação do poder publico, concedente do serviço, nem podem, muito menos, agravar sobremaneira essas tarifas esquecidas da capacidade economica dos produtores. Têm as estradas de ferro, mesmo em condições normais auspiciosas, um limite de renda - coisa que só se verifica nas emprezas concessionárias de serviços publicos. Quando a renda exceder de um maximo calculado sobre o capital empregado, devem elas baixar as tarifas. Assim, mesmo em condições favoraveis, sua renda é LIMITADA.

Ora, neste periodo angustiado da conflagração mundial, cujos efeitos devastadores sobre a fortuna publica e particular, ainda se sentem e se sentirão durante muitos ânos, o que se verificou foi a escassês da renda de molde a poder acudir aos compromissos normais do custeio de todos os serviços e do indispensavel reaparelhamento das suas instalações.

Não é preciso expôr - porque o fáto é notorio - quanta dificuldade tiveram, e têm ainda, as vias ferreas brasileiras, para se reaparelharem, afim de poderem dar cumprimento exáto dos seus encargos.

Foi, considerando essa situação, e reconhecendo que a renda ordinária não bastava para cobrir as despesas desse inadiavel reaparelhamento, que o Governo Federal autorisou uma elevação de tarifas, calculadas numa porcentagem geral de

10%, destinando o aumento, exclusivamente, a esse emprego e vedando a sua aplicação a outro qualquer destino. Essa agravação de tarifas repercutiu extensamente na economia privada e foram acesos os debates e criticas ás vias ferreas, apontadas em varios orgãos de imprensa como causadores da nossa crise economica, esquecendo-se, nesses ataques, que são elas as maiores vitimas da crise, até a limitação de suas rendas e o aumento dos seus encargos.

Não obstante essa situação - que, após o termo da guerra ainda mais se acentuou - concedeu a COMPANHIA em MARÇO de 1945, e espontaneamente, aos seus empregados um aumento de salarios de 27,5% em média; e, menos de quatro meses após, isto é, em JULHO de 1945, de acôrdo com entendimentos com o Governo, um novo aumento de 38%, sobre os vencimentos já pouco antes aumentados. Para habilitar as vias ferreas a carregarem esses aumentos, autorizou uma elevação de tarifas, aumento que foi totalmente absorvido na elevação dos vencimentos do pessoal. Com essa elevação - que se juntou á anterior destinada ao fundo de reforma do material já encomendado no extrangeiro - ficou esgotada a capacidade economica dos produtores, em sua maior parte. Produtos ha, e de consumo alimentar insubstituivel, que não comportam tarifas mais elevadas; as proprias tarifas atuais já encareceram o seu preço e isso se reflete como é sabido, no custo da vida, que atinge os proprios assalariados.

Entra-se, assim, num circulo vicioso em que todos sofrem aperturas, não sendo menores as da propria administração da estrada, que deve realisar normalmente o seu serviço de transportes a bem da coletividade.

O aumento óra pretendido, afóra outras considerações, é pois inconveniente, não só aos interesses da vida nor-

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

CAMPINAS, S.P.

PG. 8/46

ASSUNTO:- DISSIDIO COLETIVO - Junta de C. e J. de Campinas

DISTRIBUIÇÃO

SUSCITANTE:- PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO.-

SUSCITADOS:- CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.-

AUTUAÇÃO:- Aos dez dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade De Campinas, na Secretaría desta Junta de Conciliação e Julgamento eu [signature] Secretário, autúo a presente reclamação.-

M. T. I. C. - JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

mal da Companhia, como á economia dos negócios e da vida dos contribuintes da Estrada, que são os lavradores, industriais e comerciantes e particulares da zona a que ela serve.

É oportuno acrescentar que a estrada, alem daqueles beneficios e aumentos, que têm carater permanente, outorgou espontaneamente aos seus servidores de todas as secções, um abono de Natal, a exemplo do que fizeram os orgãos da administração publica e os administradores de outras emprezas particulares, em situação muito mais folgada do que a COMPANHIA MOGIANA.

No dissidio agóra suscitado ou, pelo menos, nos debates que deram origem ao presente dissidio, foi incluida a reclamação ao aumento desse abono. Óra, nem a concessão de abono, como gratificação que é, póde ser objeto de exame em tais dissidios, nem seria de se cogitar de um aumento dessa parcela, de vez que as condições financeiras da Companhia - que tem um regime rigoroso de vida - não comportam novos encargos, pelos motivos já expostos.

Outra pretensão agóra formulada é, alem de um novo aumento de 10% sobre os salarios, uma reorganisação de quadros, com equiparação de vencimentos, baseada em equiparação de cargos e serviços.

A Companhia não póde atender, como disse, a esse aumento, e não acha justo nem plausivel que se conceda a equiparação pretendida. A diferenciação de cargos e funções dos varios ramos de trabalho de uma estrada, consulta a uma antiga pratica administrativa, que foi inspirada pelos interesses do serviço e dos proprios empregados desse serviço. Aliás, como oportunamente observou, em sua edição de 1º do corrente, o orgão jornalistico " A DEFESA", não é possivel equiparar vencimentos para trabalhos desiguais, e as funções

de um maquinista, como as correspondentes responsabilidades, não se equiparam, de fórma alguma, com as de marceneiro ou de outro trabalhador especialisado em ramos de ferraria, carpintaria ou fundição. Muito menos se concebe a possibilidade de equiparação - como pretendem os suscitantes do conflito - entre os artifices, incumbidos de trabalho manual, das oficinas, e os escriturários, encarregados de um trabalho que é, essencialmente, cerebral, pois consiste em lançamentos, conferencias, cálculos, verificações de cálculos, exames de documentos e firmas, etc,

Empreza alguma poderia adotar esse extranho e absurdo critério de equiparar, para efeito de vencimentos, o que ganha um fundidor de la. classe e um escriturário de la. classe: são funções diversas, absolutamente irredutiveis a uma unificação. A função de um fundidor ou marceneiro exige, principalmente, habilitação manual, ao passo que a do escriturário é essencialmente intelectiva, exigindo esforço de atenção e raciocinio, conferencia de tabelas, quadros, registros, etc. De um escriturario, mesmo para funções iniciais, se exige uma instrução básica superior á exigida de um aprendiz de oficina, carpintaria ou marcenaria. São trabalhos e ocupações diferentes, insusceptiveis de equiparação.

A pretensão exposta quando á alteração de vencimentos de telegrafistas, como alteração consequente do quadro, é igualmente, inatendivel. Pela relação apresentada em seu pedido dirigido á Superintendencia da Companhia, viriam os telegrafistas a obter um aumento, respetivamente, de mais de 40%, 20% e 30% para as atuais categorias, suprimindo-se as classes 4a. e 5a. Essa divisão, atualmente existente, é necessária, pois estabelece as condições de acesso, que só depende da habilitação revelada no serviço - habilitação que se ates-

17

L. B. Camargo

ta com a celeridade das transmissões e recebimentos, correção da grafia e redação, capacidade para os encargos complementares do serviço, etc. Ademais, a função de telegrafista constitue - e sempre consituiu - o inicio da carreira : iniciados naquele mister, são os telegrafistas, posteriormente, aproveitados na carreira de chefia de Estação ou serviços de "movimento". Representariam essas modificações pleiteadas um gravame enorme que as rendas normais e as extraordinárias da Estrada não podem comportar.

As rendas das vias ferreas são revistas periodicamente e sujeitas a um rigoroso contrôle. Suas fontes não podem ser ampliadas discricionáriamente, mas estão circunscritas a tabelas legais. As administrações dessas entidades, concessionárias de um serviço de utilidade publica, não podem, por isso, assumir compromissos permanentes que exorbitem dos maximos fixados para as suas receitas.

Deve-se considerar ainda um outro aspéto da questão : os capitais invertidos na empreza, com os quais é possivel auferir essa renda, fazem jús a uma remuneração, módica sem duvida, mas tão respeitavel como a que se destina aos empregados da Estrada. No art. 766 da Consolidação das Leis Trabalhistas, esse preceito de verdadeiro equilibrio social vem preconisado em termos categoricos :

> " NOS DISSIDIOS SOBRE ESTIPULAÇÃO DE SALARIOS SERÃO ESTABELECIDOS CONDIÇÕES QUE, ASSEGURANDO JUSTO SALARIO AOS TRABALHADORES, PERMITAM TAMBEM, JUSTA RETRIBUIÇÃO ÁS EMPREZAS INTERESSADAS."

Não deve ser esquecido que a mór parte dos acionistas das emprezas ferroviarias são menores, orfãos, viuvas e associações de caridade que, com essas rendas, se mantêm. Todos esses interessados sofrem as agruras da situação

atual, que não atinge apenas empregados braçais ou operarios especialisados - sendo certo que atinge menos a esses trabalhadores do que os funcionários de classe média e de empregos em escritórios, obrigados, pelas condições do trabalho, a uma apresentação social mais onerosa.

A renda bruta, auferida num âno de exercicio da Estrada, avulta no cômputo final da receita - mas fica dilúida em parcelas insignificantes quando distribuidas aos acionistas, sendo grande o numero destes que precisa trabalhar para suprir as insuficiencias da renda das ações.

Não é possivel, em tais circunstancias, impor á Empreza um aumento exagerado, alem de tantos outros já recentemente concedidos. Um aumento de tarifas, destinado a acudir a esses encargos, não só pertubaria as condições financeiras da Estrada como se refletiria desastrosamente na economia da zona a que a estrada deve servir. Essa economia, combalida em muitas das suas fontes pelas desordens decorrentes dos ultimos âne e tão agravadas pela guerra mundial, precisa de ser estimulada, para ser rerguimento, e não comporta inesperados gravames. O potencial economico da zona servida pela Mogiana preocupa seriamente a administração da Estrada, como preocupa os orgãos de governo : um aumento de salarios, nos moldes do que óra é pleiteado pelos suscitantes, atingiria, imediatamente, o preço das utilidades dos contribuintes da zona Mogiana e, entre eles, os próprios pleiteantes do aumento. Esse appéto da economia publica visceralmente ligado á economia individual, não póde ser posto á margem.

A época atual exige sacrificios de todos, e todos a não serem, talvez, alguns afortunados, que não exercem atividade controlada e tarifada, como as vias ferreas, - estão carregando sua parte nesse pesado acervo.

Por todas estas considerações, que sintetisam a materia constante dos quadros anexos, espera a Companhia Mogiana que o dissidio, agóra suscitado, seja examinado e resolvido pelos EGREGIOS JULGADORES com espirito de justiça, pondo-se em cotejo os interesses dos reclamantes - já em parte amplamente atendidos - e os da Empreza, tão respeitaveis quanto aqueles, a todos sobrelevando, o interesse publico, que não póde ser periodicamente agitado, como o vem sendo, por esses constantes movimentos de classe. A Companhia sempre procurou amparar seus empregados e sempre se antecipou na concessão de beneficios razoaveis a todos eles. Sente, porem, que não é possivel ir mais adeante, sem grave risco para o normal desempenho dos seus contrátos, que ela é obrigada a cumprir com regularidade, fidelidade e segurança.

A concorrencia de emprezas rodoviarias, de capital exiguo, e a de outros transportes, que aumenta dia a dia, compele as vias ferreas a não exceder um limite na fixação de suas tarifas : do contrário os transportes procurarão outra via - como tem feito para muitas mercadorias - com prejuizos para as vias ferreas, prejuizo de que os empregados acabarão sentindo mais profundamente seus perniciosos efeitos. Deve, pois, o dissidio ser julgado pela rejeição do pedido dos suscitantes, por altas inspirações de sabedoria e de

J U S T I Ç A

Campinas, 18 de JANEIRO de 1946.-

O advº p.p.

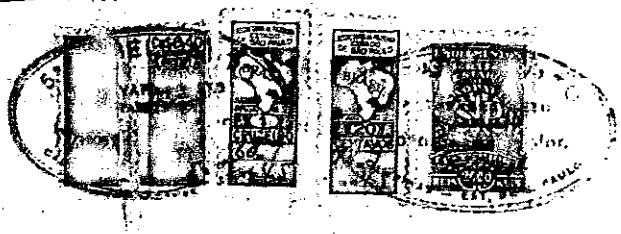
ROBERTO TAVARES NETO,
5° Tabelião desta comarca de Campinas, Estado de São Paulo, etc.

CERTIFICA a pedido verbal de pessôa interessada que, revendo no cartorio a seu cargo os livros de Registro de Procurações, deles, no de número seis e sob o número de ordem quinhentos e sessenta e quatro, verificou constar o registro do teôr seguinte: «N.° 564. Registro de procuração que se faz a requerimento do Dr. Orestes de Moraes Alves Filho, como procurador da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. «Tabelionato Veiga. Republica dos Estados Unidos do Brasil. (Armas da Republica). Estado de São Paulo. Cidade de São Paulo. Cartorio Dr. A. Gabriel da Veiga. II.° Tabelionato. Dr. Otavio Uchôa da Veiga - Tabelião. Ignacio U. da Veiga - Oficial Maior e Substituto. Rua São Bento, 41. Tels. - 3-1842 / 3-1942. São Paulo. Brasil. Primeiro Traslado. L.° 759. Fls. 125. Procuração bastante que faz a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e cinco, aos dois dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta cidade de São Paulo, em meu cartorio e perante mim Tabelião, compareceu como outorgante a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, sociedade anonima, com séde nesta Capital, representada pelo Presidente da sua Diretoria Dr. Amadeu Gomes de Souza, que tambem se assina A. G. Souza, bacharel em Direito, casado, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e reconhecido pelo proprio de mim e das duas testemunhas ao adiante assinadas, perante as quais por ela me foi dito, que, por este publico Instrumento e nos termos de direito nomea e constitue seus bastante procuradores — Drs. Pelagio Alvares Lobo, *que tambem se assina Pelagio Lobo, Orestes de Moraes Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Helcio* Pimentel de Mello e Euzebio de Arruda Camargo, todos brasileiros, casados, com exceção do ultimo que é solteiro, e *residentes: o primeiro nesta Capital, o segundo em Campinas, neste Estado, o terceiro* em Ribeirão Preto, tambem neste Estado, o quarto e quinto nesta Capital, para o fim especial de, como prepostos e representantes legais dela outorgante, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro ou ainda como seus advogados, representa-la conjunta ou separadamente, em todo e qualquer processo ou ação em que ela seja interessada, como autora, ré, assistente ou opoente, quer administrativa, quer judicialmente, seja na Justiça comum, seja na Trabalhista, em qualquer instancia das mesmas, inclusive Conselhos Regionais do Trabalho, Delegacias Regionais do Ministerio do Trabalho, Indústria e Comercio. E para isso, concede aos referidos advogados, poderes «ad-judicia», podendo, ainda, os mesmos iniciar ou acompanhar quaisquer processos, diligencias, inquirições, arbitramentos, prestar depoimentos pessoal, fazer exibições de dinheiro e titulos, promover levantamento dos mesmos, apresentar recursos, transigir e desistir de ações propostas, receber e dar quitação, praticando, enfim, todos os demais atos conducentes ao completo desempenho deste mandato que poderá ser substabelecido. E de como assim o disse, dou fé, e me pediu que lhe lavrasse este instrumento, o qual feito, lhe li, aceitou e assina com as testemunhas abaixo que ouviram ler este. Eu, José B. Mallet, ajudante habilitado, o escrevi sob minuta apresentada e devolvida. Eu, Ignacio U. da Veiga, Oficial

Maior, a subscrevo. (a. a.) A. G. Souza. José Massini. Amilcar Martinelli. Selada com Cr. $ 3,00 federais, Cr. $ 0,40 de educação e Cr. $ 0,60 de emolumentos estadoais. Trasladada na data retro. Datilografada por Paulo Xavier. Eu, (a) Ignacio U. da Veiga - Oficial Maior, a conferi, subscrevo, e assino em publico e razo. Em testemunho (sinal publico) da verdade. (a) Ignacio U. da Veiga.» Estão os selos federais e de educação, no valor de Cr. $ 3,40 mais os selos estadoais no valor de Cr $ 1,20. Nada mais no original apresentado, além da cóta de Cr. $ 15,00 e um carimbo indicativo do cartorio de origem do presente traslado. Campinas, 16 de Fevereiro de 1945. Eu, Eduino Voltan, escrevente autorizado, escrevi. Eu, Roberto Tavares Neto, Tabelião, subscrevi». Estão os selos federais no valor de Cr. $ 5,40, inclusivé o de educação e saúde, mais os de emolumentos do Estado no valor de Cr. $ 1,50. Nada mais se continha em o mencionado registro de procuração e dá fé. Campinas, dezoito de setembro de mil novecentos e quarenta e cinco. Eu, R. Ta Tavares Neto, Tabelião, conferi, subscrevo, dou fé e assino. ----------

Roberto Tavares Neto

Reconhece a firma de Roberto Tavares Neto



21

9.12/ 217

- Campinas, 29 de Dezembro de 1945.

Ilmo.Snr.
Dr.J. Wilson Coelho de Sousa
D.D. Superintendente da Cia.Mogiana de Estradas de Ferro
CAMPINAS

Tenho a presente, confirmando os entendimentos preliminares da sua diretoria com o.s., nesta data, a respeito da paralisação do serviço dos empregados das oficinas e telegrafistas, pela presente tem o prazer de passar às suas mãos as pretensões dêsses trabalhadores.

Desejam os empregados que seja melhorado o bono de Natal concedido pela emprêsa mas na base de 30 (trinta dias). No ano passado, quando outra era a situação em que se encontravam o país e os serviços ferroviários, a Estrada ieterminou o pagamento de uma gratificação superior àquela que hoje lhes promete. Em 1945, com a cessação da guerra e a ocorrência de outros fatos que vieram, sem dúvida, acarretar a elevação da renda da Companhia, mais facil será a concessão da base mencionada.

Desejam ainda, êsses trabalhadores, que lhes seja concedido um aumento de 10% (dez por cento)nos salários, a-fim-de que possam fazer face às despêsas que forem majoradas nestes últimos meses, após a última elevação. Ainda é pretensão dos mesmos, considerando os telegrafistas e o pessoal das oficinas, cada um de per si,o seguinte:

OFICINAS - Aspiram êles a equiparação dentro das oficinas, de acôrdo com os ofícios já dirigidos a essa Administração por êste órgão de classe, ns. IO.12-10, de 5 de Fevereiro; IO.12-41, de 18 de Abril do corrente ano. Tal equiparação deverá ser feita levando-se em consideração que os artífices serão classificados com o mesmo padrão de vencimentos do pessoal de escritório, embora exercendo as funções e misteres diversos. Exemplificando: um fundidor de 1a. deverá ganhar igual a um escriturário de 1a.classe, ou sejam Cr.$1.020,00; um marceneiro de 1a. classe deverá perceber o mesmo que um escriturário de 1a. classe, Cr.$1.020,00 e assim por diante, todos os demais artífices em geral deverão ganhar o mesmo que os escriturários nas respectivas categorias, em tôdas as classes.

Nestas condições, pretendem êsses trabalhadores a unificação dos quadros em categorias e salários uniformes, assegurando-se-lhes a promoção e equivalência de salários dentro dos preceitos legais, observando-se, por equidade, as afinidades correspondentes.

Exemplificando e esclarecendo melhor o nosso pensamento, verificamos que a situação atual do pessoal das oficinas se arrasta por uma catalogação absoleta, de vez que há categorias de trabalhadores com diferenças ínfimas de salários alongando a lista de classificações de uma maneira confusa e irregular, como se observa com os chamados "trabalhadores" em que os seus ordenados vão desde o salário mínimo até a importância superiores muitas vezes ao de operários com função qualificada e definida, o que, evidentemente, cria uma situação confusa e injusta.

L. B. Camargo

FARMACÊUTICAS - Com referência a estes empregados, as suas pretensões se consubstanciam no seguinte:

1a.classe - salário atual Cr.$710,00

2a.classe - salário atual Cr.$700,00

3a.classe - salário atual Cr.$645,00

Salário pretendido

1a.classe ..... Cr$1.020,00

2a.classe..... Cr$ 940,00

3a.classe..... Cr$ 870,00

As atuais 4a. e 5a. classes serão abolidas.

Quanto aos praticantes de 1a.classe, passarão a perceber Cr.$645,00; os de 2a.classe e os de 3a. - Cr.$600,00 mensais.

Essas são as pretensões dos trabalhadores dessa prestigiosa Companhia, que as externaram na presença do Chefe da Divisão Regional do M.T.I.C., em Campinas, à Diretoria dêste Sindicato que está certa de que V.S. há-de estudar o assunto com espírito esclarecido de administrador prático que vem demonstrando, com segurança os altos méritos de que é possuidor.

Êste Sindicato está seguro de que V.S. haverá por bem estudar com carinho e simpatia as pretensões agora citadas dos humildes trabalhadores, anônimos construtores da grandeza dessa conceituada emprêsa, e assim fazendo V.S. mais uma vez é credor do reconhecimento dos mesmos e da admiração dêste órgão de classe.

Nessa expectativa, solicitamos, ainda, a sua benévola atenção para um dia e hora que houver por bem determinar a-fim-de que os signatários dêste memorial, com a comissão

L. B. 24

de trabalhadores compareçam à presença de V.S. a-fim-de que de viva voz possamos trocar idéias no sentido de colaborar na solução tão justa do reajustamento de salários supra pleiteado.

Atenciosamente.

Augusto Hista

AUGUSTO HISTA
Presidente, em exercício.

L. B. Camargo 25

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Nº E DESPESA DE PESSOAL

ANOS DE 1943 - 1945

DESIGNAÇÃO	Ano de 1943 Cr.$	Ano de 1944 Cr.$	Ano de 1945 Cr.$	Aumento de 1945 sobre 1944 %
Nº de empregados 1º semestre	7.924	8.154	8.488	+ 4,10
,, ,, ,, 2º ,,	7.962	8.327	9.018	+ 8,30
,, ,, ,, Ano.....	7.943	8.240	8.753	+ 6,23
Despesa total de pessoal-1º semestre	16.663.679,50	21.427.066,40	26.996.786,30	+ 25,99
,, ,, ,, ,, 2º ,,	17.662.677,70	22.541.733,30	39.860.923,90	+ 76,83
,, ,, ,, ,, Ano.....	34.326.357,20	43.968.799,70	66.857.710,20	+ 52,06
Ordenado médio mensal - 1º semestre	350,60	438,00	530,10	+ 21,03
,, ,, ,, - 2º ,,	369,73	451,20	736,70	+ 63,28
Média de Julho a Novembro, que serviu para a inclusão de Dezembro, na despesa total.....	2.943.779,60	3.664.066,60	6.643.437,30	+ 81,31
Dezembro: Despesa real apurada.....	3.525.129,00	5.628.342,10		
,, Acrescimos extraordinários	581.349,40	1.964.275,50		

Campinas, 17 de Janeiro de 1946.

Encarregado da Contabilidade da Superintendencia.

IT/.

L. B. 26 Camar...

Comparação entre as tarifas em vigor na Companhia Mogiana, no começo de 1944 e a partir de Julho de 1945.

Km	1.944	1.945	% +	1.944	1.945	% +	1.944	1.945	% +	1.944	1.945	% +
	Tabela 1-A			Tabela 2			Tabela 3			Tabela 4		
100	100,00	200,00	100 %	150,00	315,00	110 %	60,00	111,00	85 %	32,00	66,00	106 %
200	190,00	380,00	100 %	285,00	598,50	110 %	105,00	210,90	100 %	42,00	86,00	104 %
300	242,00	471,00	94 %	405,00	808,50	99 %	145,50	275,90	89 %	51,00	104,00	103 %
400	288,80	552,90	91 %	510,00	997,50	95 %	181,50	334,40	84 %	56,00	114,00	103 %
500	330,40	625,70	89 %	600,00	1.165,50	94 %	213,00	386,40	81 %	60,50	123,00	103 %
600	366,80	689,40	87 %	675,00	1.312,50	94 %	240,00	431,90	79 %	64,50	131,00	103 %
	Tabela 5			Tabela 6			Tabela 7			Tabela 8		
100	48,00	92,00	91 %	82,00	153,00	86 %	99,00	184,00	85 %	62,00	115,00	85 %
200	72,00	156,00	116 %	155,80	290,70	86 %	188,10	349,60	85 %	117,80	218,50	85 %
300	93,60	187,00	99 %	221,40	413,10	86 %	267,30	496,80	85 %	167,40	310,50	85 %
400	112,80	214,90	90 %	278,80	520,20	86 %	336,60	625,60	85 %	210,80	391,00	85 %
500	129,60	239,70	84 %	328,00	612,00	86 %	396,00	736,00	85 %	248,00	460,00	85 %
600	144,00	261,40	81 %	369,00	688,50	86 %	445,50	828,00	85 %	279,00	517,50	85 %
	Tabela 9			Tabela 10 - Pass.			Pass. Tabela 11 - 1a.Cond.			Tabela 12		
100	60,00	121,00	101 %	6,00	13,00	116 %	17,00	35,00	105 %	20,00	52,00	160 %
200	114,00	229,90	101 %	11,40	24,70	116 %	32,30	66,50	105 %	30,00	75,00	150 %
300	162,00	326,70	101 %	16,20	35,10	116 %	45,90	94,50	105 %	39,00	95,70	145 %
400	204,00	411,40	101 %	20,40	44,20	116 %	57,80	119,00	105 %	47,00	104,70	122 %
500	240,00	484,00	101 %	24,00	52,00	116 %	68,00	140,00	105 %	52,00	112,80	116 %
600	270,00	544,50	101 %	27,00	58,50	116 %	76,50	157,50	105 %	56,50	120,00	112 %
	Tabela 13			Tabela 14								
100	24,00	63,00	162 %	18,00	49,00	172 %						
200	36,00	83,00	130 %	27,00	72,00	166 %						
300	46,80	101,00	115 %	35,10	92,70	164 %						
400	56,40	110,00	95 %	42,30	100,70	138 %						
500	62,40	118,10	89 %	46,80	107,90	130 %						
600	67,80	125,30	84 %	50,90	114,30	124 %						

Campinas, 17 de janeiro de 1946

WJ.

Superintendente

"MINAS GERAIS"

AVENIDA AUGUSTO DE LIMA 270

Direção — 2-2342

Redação — 2-2353

ASSINATURAS

Ano ..... Cr$ 60 00

Semestre ..... Cr$ 32 00

VENDA AVULSA

Número do dia ..... Cr$ 0 40

Número atrasado ..... Cr$ 0.50

Os reformados da Força Policial têm direito á prisão militar

O promotor da Justiça Militar, dr. Leonardo Vilela Viana, encaminhando a esta consulta do comandante geral da Força Policial, coronel Candido Serafim da Silva, emitiu interessante parecer sobre uma importante questão.

Trata-se de saber se aos militares reformados será ou não mesmo direito que os da ativa, isto é, o de serem recolhidos a prisão militar, quando pronunciados em conclusão final.

O promotor fundamentou-se nos arts. 295, n. 2, 296 do atual Código de Processo Penal, concluindo pela afirmativa, isto é, os reformados só equiparam aos militares em situação de atividade nos casos de prisão por crime militar ou comum, antes do julgamento definitivo.

Desse modo, não obstante a lei aludir a expressão "militar reformado" está subentendido, entretanto, que aquela classe de militares não foi excluida do privilégio da prisão militar, porque a lei não se referiu inutilmente a "militar da ativa". Portanto, a intenção do legislador não foi a de excluir daquele privilégio os reformados, uma vez que estes não perdem sua qualidade de militar.

Aliás, as leis anteriores desde o Decreto n. 24 de 29 de novembro de 1889 expressamente os reformados entre os militares que tinham direito á prisão especial, antes do julgamento final.

Repartições Federais

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Secção de Minas Geraes

Despacho do presidente:

Rachael Francisco Ferreira Alves Junior, Belo Horizonte — Pague na forma e completo a documentação exigida por lei — Fazenda, publique e publicação, com o prazo de cinco dias.

O Govêrno do Estado em face das aspirações dos serviçores da R. M. V.

Além de aumentar os vencimentos de todo o pessoal e conceder-lhe outras vantagens, o Governador Benedito Valadares enviou ao Conselho Administrativo um projeto de Decreto-Lei com a reforma do Regulamento da ferrovia

Reconhecendo o zêlo do Govêrno pelos seus interesses, os ferroviários se mantêm disciplinados e coesos no exercício de suas funções

O Governo do Estado, atendendo ás aspirações dos serviçores da Rede Mineira de Viação, decretou, há cerca de 15 dias, um aumento geral de vencimentos e a concessão de várias outras vantagens que vieram beneficiar todo o pessoal daquela ferrovia.

Estudou em seguida uma reforma do Regulamento da Rede Mineira de Viação em que, atendendo ás reivindicações de caracter administrativo manifestadas pelo pessoal, ampliou os quadros de funcionários de acordo com as necessidades do seu tráfego crescente. Esta modificação de quadros, que irá completar os benefícios materiais do pessoal, permitindo melhores de promoções, foi remetida ao Conselho Administrativo e, aprovada por este orgão, aguarda os prazos legais para entrar em execução.

Estas providências do Governo, tão logo foram conhecidas pelo pessoal, determinaram manifestações de satisfação e agradecimento através de numerosos telegramas, mensagens e visitas de comissões de classe ao Governador.

Não obstante todas essas manifestações, elementos extranhos á Rede, tentaram irradiar um movimento grevista desta Capital para o interior, com intenções de proveito pessoal e de prejudicar os interesses de toda a coletividade e dos próprios funcionários.

O Governo adotou medidas enérgicas contra esse movimento de indisciplina, que nenhuma repercussão teve na Estrada, onde os trens continuam a circular normalmente, permanecendo o pessoal em seus postos, quer nas oficinas, depósitos ou ao longo da linha.

Todos os trens continuam a trafegar, protegidos contra qualquer ato de sabotagem.

A REFORMA DO REGULAMENTO DA R.M.V.

É o seguinte o projeto de decreto-lei que o Governador Benedito Valadares enviou ao Conselho Administrativo:

PROJETO DE DECRETO-LEI N.

Aprova lotações e tabelas de remuneração do pessoal da Rede Mineira de Viação.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, sanciona o seguinte decreto-lei, aprovado pelo Conselho Administrativo, nos termos do art. 17, letra "a", do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939:

Art. 1º — Ficam aprovadas as seguintes lotações e tabelas de remuneração do pessoal da Rede Mineira de Viação, para vigorarem na referida Estrada, a partir de 1º de junho do corrente ano:

REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

(Lotações e tabelas de remuneração do pessoal)

Quantidade	CATEGORIAS	VENCIMENTO *Mensal*	*Diario*
		Cr$	Cr$
2	Mestres de Oficina de 2ª classe	1.200,00	
8	Mestres de Oficina de 3ª classe	1.000,00	
16	Mestres de Linha de 1ª classe	1.000,00	
16	Mestres de Linha de 2ª classe	900,00	
17	Mestres de Linha de 3ª classe	720,00	
5	Telegrafistas de 1ª classe	1.010,00	
7	Telegrafistas de 2ª classe	850,00	
9	Telegrafistas de 3ª classe	720,00	
10	Telegrafistas de 4ª classe	640,00	

II — EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

Categoria C

3	Oficiais Especiais	1.300,00	
4	Oficiais de 1ª classe	1.150,00	
4	Oficiais de 2ª classe	1.000,00	
11	Oficiais de 3ª classe	1.220,00	
17	Oficiais de 4ª classe	1.100,00	
3	Desenhistas de 1ª classe	1.220,00	
3	Desenhistas de 2ª classe	1.100,00	
3	Desenhistas de 3ª classe	1.010,00	
3	Desenhistas de 4ª classe	730,00	
50	Escriturários de 1ª classe	1.140,00	
70	Escriturários de 2ª classe	850,00	
80	Escriturários de 3ª classe	730,00	
95	Escriturários de 4ª classe	670,00	
90	Auxiliares de escrita de 1ª classe	610,00	
95	Auxiliares de escrita de 2ª classe	570,00	
100	Auxiliares de escrita de 3ª classe	510,00	
105	Auxiliares de escrita de 4ª classe	450,00	
5	Armazenistas de 1ª classe	1.010,00	
2	Armazenistas de 2ª classe	850,00	
4	Armazenistas de 3ª classe	730,00	
1	Porteiro	730,00	
3	Continuos de 1ª classe	730,00	
11	Continuos de 2ª classe	610,00	
12	Continuos de 3ª classe	550,00	
19	Mensageiros	280,00	

III — EMPREGADOS DE ESTAÇÃO

Categoria D

23	Agentes de 1ª classe	1.010,00
46	Agentes de 2ª classe	850,00
83	Agentes de 3ª classe	730,00
135	Agentes de 4ª classe	670,00
130	Conferentes de 1ª classe	610,00
190	Conferentes de 2ª classe	570,00
280	Conferentes de 3ª classe	510,00

...ndo-se nos arts. 265, n.º V e 266 do atual Código de Processo Penal, ...ecido pela afirmativa, isto é, os reformados se equiparam aos militares em atividade nos casos de ação por crime militar ou ensejo de julgamento definitivo.

Desse modo, não obstante a lei mencionada a expressão "militar reformado" está subentendido, entretanto, que aquela classe de militares não foi revestida de privilégio da prisão militar, porque a lei, não se referiu também a "militar da ativa". Portanto, a intenção do legislador não foi a de estender aquele privilégio, os reformados, uma vez que estes não perdem sua qualidade de militar.

Aliás, as leis anteriores, desde o ... e os Códigos Penais ... expressamente os reformados como os militares que têm direito à prisão especial, antes do julgamento final.

Repartições Federais

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Secção de Minas Gerais

Despacho do presidente:

Bacharel Francisco Ferreira Alves Júnior, Belo Horizonte — Pague as taxas e complete a documentação exigida por lei — Vago-se, publique, a publicação, com o prazo de cinco dias.

Pedido de inscrição do bacharel Francisco Ferreira Alves Júnior:

Prazos para impugnações

Em virtude de despacho proferido pelo sr. presidente do Conselho Seccional, no respectivo processo, correrá, a partir da data desta publicação, o prazo de 5 dias, para que os interessados apresentem as impugnações que porventura tiverem contra a inscrição pedida pelo bacharel Francisco Ferreira Alves Júnior, para a 1.ª Sub-Secção.

As impugnações serão recebidas nesta secretaria, das 12 às 17 horas dos dias úteis e, aos sábados, das 8 horas e 30 às 11 horas e 30.

Belo Horizonte, 14 de maio de 1945. — Darcy Bessone, diretor da Secretaria.

Despachos do presidente:

Bacharel Hélio Andrade, Belo Horizonte — Apresente folha corrida da justiça comum. Pague-se, porem, a publicação legal, com o prazo de cinco dias.

Bacharel Gutemberg Barbosa Alvim, Além Paraíba — Pague a publicação legal, com o prazo de cinco dias, dispensada a de dez dias.

Pedidos de inscrições — Prazos para impugnações

Em virtude de despachos proferidos pelo sr. presidente do Conselho Seccional, nos respectivos processos, correrão, a partir da data desta publicação, os prazos abaixo mencionados, para que os interessados apresentem as impugnações que porventura tiverem contra as inscrições pedidas pelos seguintes bacharéis:

Hélio Andrade — Sub-Secção 1.ª — Prazo, 5 dias.

Gutemberg Barbosa Alvim — Sub-Secção 6.ª — Prazo 10 dias.

As impugnações serão recebidas nesta Secretaria, das 12 às 17 horas dos dias úteis, e, aos sábados, das 8 horas e 30 às 11 horas e 30.

Belo Horizonte, 12 de maio de 1945. — Darcy Bessone, diretor da Secretaria.

dras, que irá completar os benefícios materiais do pessoal, permitindo milhares de promoções, foi remetido ao Conselho Administrativo e, aprovada por este órgão, aguarda os prazos legais para entrar em execução.

Estas providências do Governo, tão logo forem concedidas pelo pessoal, determinarão um ... de indisciplina, que nenhuma repercussão teve na Estrada, onde os trens continuam a circular normalmente, permanecendo o pessoal em seus postos, quer nas oficinas, depósitos ou ao longo da linha.

Todos os trens continuam a trafegar, protestos contra qualquer ato de sabotagem.

A REFORMA DO REGULAMENTO DA E.M.V.

... o seguinte projeto de decreto, ... Governador Benedito Valadares ... Conselho Administrativo:

PROJETO DE DECRETO N.º ...

Aprova tabelas de ... e folhas de remuneração do pessoal da Rede Mineira de Viação.

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições, sanciona o seguinte decreto-lei aprovado pelo Conselho Administrativo, nos termos do art. 17, letra "a", do decreto-lei federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939:

Art. 1.º — Ficam aprovadas as seguintes lotações e tabelas de remuneração do pessoal da Rede Mineira de Viação, para vigorarem na referida Estrada, a partir de 1.º de junho do corrente ano:

REDE MINEIRA DE VIAÇÃO

(Lotações e tabelas de remuneração do pessoal)

Quantidade	CATEGORIAS	VENCIMENTO *Mensal* Cr$	*Diário* Cr$
	I — ADMINISTRAÇÃO		
	1 — *Cargos de confiança*		
1	Diretor	4.670,00	
3	Chefes de Divisão	3.170,00	
1	Representante no Rio de Janeiro	2.870,00	
1	Chefe dos Serviços Jurídicos	2.150,00	
1	Chefe do Serviço Sanitário	2.150,00	
1	Secretário	2.030,00	
1	Chefe de Gabinete	1.800,00	
	2 — *Cargos efetivos*		
	Categoria A		
8	Engenheiros — classe A	3.470,00	
12	Engenheiros — classe B	2.870,00	
10	Engenheiros — classe C	2.420,00	
20	Engenheiros — classe D	2.060,00	
	Categoria B		
1	Chefe da Contabilidade	2.420,00	
1	Tesoureiro	2.420,00	
1	Contador	2.420,00	
1	Almoxarife	2.420,00	
1	Sub-Contador	1.630,00	
2	Advogados	1.800,00	
3	Médicos	1.800,00	
7	Auxiliares Administrativos de 1.ª classe	1.520,00	
6	Auxiliares Administrativos de 2.ª classe	1.416,00	
7	Auxiliares Administrativos de 3.ª classe	1.406,00	
8	Auxiliares Administrativos de 4.ª classe	1.296,00	
10	Auxiliares Administrativos de 5.ª classe	1.220,00	
20	Auxiliares Administrativos de 6.ª classe	1.160,00	
2	Auxiliares Técnicos de 1.ª classe	1.860,00	
2	Auxiliares Técnicos de 2.ª classe	1.510,00	
2	Auxiliares Técnicos de 3.ª classe	1.400,00	
2	Auxiliares Técnicos de 4.ª classe	1.280,00	
2	Auxiliares Técnicos de 5.ª classe	1.220,00	
4	Auxiliares Técnicos de 6.ª classe	1.160,00	
2	Mestres de Oficina de 1.ª classe	1.280,00	
4	Mestres de Oficina de 2.ª classe	1.220,00	
11	Oficiais de 3.ª classe	1.220,00	
17	Oficiais de 4.ª classe	1.160,00	
3	Desenhistas de 1.ª classe	1.220,00	
3	Desenhistas de 2.ª classe	1.160,00	
3	Desenhistas de 3.ª classe	1.040,00	
3	Desenhistas de 4.ª classe	730,00	
50	Escriturários de 1.ª classe	1.040,00	— [illegible]
70	Escriturários de 2.ª classe	850,00	— [illegible]
80	Escriturários de 3.ª classe	730,00	— [illegible]
95	Escriturários de 4.ª classe	670,00	— [illegible]
90	Auxiliares de escrita de 1.ª classe	610,00	— [illegible]
95	Auxiliares de escrita de 2.ª classe	570,00	— [illegible]
100	Auxiliares de escrita de 3.ª classe	510,00	— [illegible]
105	Auxiliares de escrita de 4.ª classe	450,00	— [illegible]
5	Armazenistas de 1.ª classe	1.040,00	
2	Armazenistas de 2.ª classe	850,00	
4	Armazenistas de 3.ª classe	730,00	
1	Porteiro	730,00	
8	Continuos de 1.ª classe	450,00	
11	Continuos de 2.ª classe	410,00	
12	Continuos de 3.ª classe	350,00	
10	Mensageiros	295,00	
	II — EMPREGADOS DE ESTAÇÃO		
	Categoria D		
28	Agentes de 1.ª classe	1.040,00	
40	Agentes de 2.ª classe	850,00	
83	Agentes de 3.ª classe	730,00	
155	Agentes de 4.ª classe	670,00	
130	Conferentes de 1.ª classe	610,00	
190	Conferentes de 2.ª classe	570,00	
285	Conferentes de 3.ª classe	510,00	
85	Pinteiros Gerais	450,00	
133	Guardas de 1.ª classe	[illegible]	13,50 — [illegible]
228	Guardas de 2.ª classe	[illegible]	11,10 — [illegible]
300	Guardas de 3.ª classe	[illegible]	12,60 — [illegible]
357	Guardas de 4.ª classe	—	11,00
	IV — EMPREGADOS DE TRENS		
	Categoria E		
22	Maquinistas de 1.ª classe	1.040,00	
47	Maquinistas de 2.ª classe	850,00	
82	Maquinistas de 3.ª classe	730,00	
101	Maquinistas de 4.ª classe	670,00	
22	Condutores de trem de 1.ª classe	1.040,00	
30	Condutores de trem de 2.ª classe	850,00	
10	Condutores de trem de 3.ª classe	730,00	
40	Condutores de trem de 4.ª classe	670,00	
1	Eletricista de 1.ª classe	1.040,00	
3	Eletricistas de 2.ª classe	850,00	
4	Eletricistas de 3.ª classe	730,00	
8	Eletricistas de 4.ª classe	670,00	
3	Chauffeurs de 1.ª classe	730,00	
7	Chauffeurs de 2.ª classe	670,00	
12	Chauffeurs de 3.ª classe	510,00	
40	Foguistas de 1.ª classe	—	13,70
80	Foguistas de 2.ª classe	—	12,30
128	Foguistas de 3.ª classe	—	11,80
155	Foguistas de 4.ª classe	—	11,10
7	Operadores de 1.ª classe	—	12,50
10	Operadores de 2.ª classe	—	11,70
13	Operadores de 3.ª classe	—	13,10
70	Guarda-freios de 1.ª classe	—	12,50
106	Guarda-freios de 2.ª classe	—	11,80
140	Guarda-freios de 3.ª classe	—	11,10
201	Guarda-freios de 4.ª classe	—	12,00
	V — ARTIFICES EM GERAL		
	Categoria F		
25	Chefes de Turma de 1.ª classe	870	27,20
50	Chefes de Turma de 2.ª classe	—	25,80

Além do vencimento acima cada filho e a esposa tem 7% s/ os vencimentos.

Quantidade	CATEGORIAS	VENCIMENTO Mensal	Diário
		Cr$	Cr$
120	Artífices de 1.ª classe	6.720	224,00
171	Artífices de 2.ª classe	5.880	196,00
213	Artífices de 3.ª classe	—	21,20
253	Artífices de 4.ª classe	—	19,30
252	Ajudantes de 1.ª classe	—	16,20
310	Ajudantes de 2.ª classe	—	14,70
300	Ajudantes de 3.ª classe	—	13,10
220	Ajudantes de 4.ª classe	—	12,00
57	Aprendizes de 1.ª classe	—	9,80
53	Aprendizes de 2.ª classe	—	9,10
60	Aprendizes de 3.ª classe	—	6,50
11	Guarda-Fios de 1.ª classe	510,00	17,50
18	Guarda-Fios de 2.ª classe	477,00	15,80
22	Guarda-Fios de 3.ª classe	420,00	14,10

VI — OPERÁRIOS

Categoria G

188	Feitores de 1.ª classe	—	15,70
350	Feitores de 2.ª classe	—	14,70
1 009	Trabalhadores de 1.ª classe	330,00	12,90
2.412	Trabalhadores de 2.ª classe	—	11,00

Art. 2.º — É permitida a transferência de empregados das Oficinas para os escritórios da Estrada, de conformidade com as instruções que forem expedidas sobre o assunto pela Diretoria da Rede.

Art. 3.º — Fica a Diretoria da Rede autorizada a elaborar e a submeter á aprovação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, as novas tabelas designando para despesas de viagem em serviço da Estrada e as relativas ás funções gratificadas, cujas despesas correm á conta do Custeio da Rede.

Art. 4.º — Fica reduzido de dois para um ano o interstício para regulamentar para as promoções por antiguidade.

Art. 5.º — Os engenheiros de classe A serão designados para Chefes de Departamento, Ajudantes de Departamento ou Assistente do Diretor.

Art. 6.º — Ficam extintas as classes de engenheiro classe E, guarda-freios de 1.ª, artífices de 5.ª e trabalhadores de 3.ª classe.

Art. 7.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIVERSAS

O engenheiro Rui Figueira Calmanson, recentemente designado para servir na Embaixada do Brasil em Bruxelas, visitou a Câmara do Comércio Belgo-Brasileira e Luxemburguesa no Brasil, afim de apresentar-se aos seus dirigentes. Por essa ocasião manteve-se em palestra com os diretores daquela camara, tendo tratado a respeito de assuntos relacionados com as relações comerciais do Brasil com a Bélgica.

O Ministério da Aeronáutica aprovou a distribuição de aviões feita pela Companhia Nacional de Aviação e Transportes Aéreos (Nata, Belo Horizonte) Aeroposta Nacional (Rio de Janeiro) Aeroparte (Rio de Janeiro) Viação Aérea Rio-Grandense (Varig, Porto Alegre) Sociedade Aérea Cruzeiro do Sul (São Paulo) Aeroparte (Rio de Janeiro) Aerovias Brasil (Rio de Janeiro) Aeroparte (Rio de Janeiro) Companhia Aeroposta Rio-Grandense (Caravelas, Bahia

tradas de Ferro, as novas tabelas desabonos para despesas de viagem em serviço da Estrada e as relativas às funções gratificadas, cujas despesas correm à conta do Custeio da Rede".

Art. 4.º — Fica reduzido de dois para um ano o interstício regulamentar para as promoções por antiguidade.

Art. 5.º — Os engenheiros de classe A serão designados para Chefes de Departamento, Ajudantes de Departamento ou Assistente do Diretor.

Art. 6.º — Ficam extintas as classes de engenheiro classe E, guarda-freios de 5.ª, artífices de 5.ª e trabalhadores de 5.ª classe.

Art. 7.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIVERSAS

O secretário Sul-Riograndense Guimarães, encarregado de adquirir para serviço do Estado, na Europa ou Estados Unidos, material rodante e outro, esteve ontem na Recebedoria, onde a Comissão de Compras Brasil-Estados Unidos e Luxemburgo no Brasil, afim de apresentar as suas despedidas. Por essa ocasião, manifestou-se em palestra com os diretores daquela repartição, sobre assuntos ligados à aquisição do próximo reaparelhamento das relações comerciais do Brasil com a Bélgica.

O Ministro da Aeronáutica aprovou a distribuição de aviões doados pela Campanha Nacional de Aviação aos aeroclubes: Bauru, 2; Minas Gerais, 2 e uma para Catanduva. Continuarão, também, a ser distribuídos a Penha (São Paulo); Araguari, Poços de Caldas, Araxá, Alfenas, Leopoldina, Formiga e Ouro Fino (Minas Gerais); Bagé, Santa Cruz e Cachoeira (Rio Grande do Sul); Paraíba, Juazeiro (Rio), Ponta Grossa e Paranaguá; Sergipe, Alagoas, Goiás (Anápolis) e Ceará.

—

Através do sistema de Empréstimo e Arrendamento, a Grã-Bretanha poderá enviar quantidades de abastecimentos para a Rússia e aos Estados Unidos.

No ano findo, os fornecimentos britânicos à União Soviética já haviam assumido amplitude formidável.

No período de 1.º de outubro de 1941 a 1.º de junho de 1942, foram enviados à Rússia 6.703 aviões, 5.031 "tanks", 5.932 canhões anti-"tanks", 5.771 metralhadoras, 6.433 canos. Foram igualmente enviadas 308.000 toneladas de materiais primas e munições no valor de 21.871.000 libras (1 bilhão e 092 milhões de cruzeiros).

Pela fronteira da Pérsia, a Rússia recebeu também abundante material proveniente da Inglaterra.

Por decretos ns. 21.327 e 22.776, de 28 de janeiro e 12 de maio de 1932, respectivamente, concedeu o governo autorização a João Coutinho Soares para realizar pesquisas de águas termo-minerais do Jacuí e São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais.

Agora, o titular das referidas concessões apresentou, de acordo com o Código de Minas, o relatório das pesquisas ao Ministro da Agricultura, Embora tenham sido esses documentos considerados satisfatórios, o Laboratório da Produção Mineral opinou no sentido de ser o interessado convidado a apresentar novos trabalhos econômicos sobre a fonte em causa. Entretanto, o diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral, observando o que o concessionário juntou ao processo diversos atestados médicos sobre as qualidades curativas das aguas, propôs que fosse aprovado o relatório, embora com a obrigação do no decreto de autorização de lavra, serem satisfeitas as exigências do Laboratório.

—

Segundo dados estatísticos da Administração do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, em Pernambuco, atingiu a 2.492.182 quilos o total de algodão classificado naquele Estado durante o mês de janeiro último. Deste total 1.701.952 quilos pertenceram aos tipos padrões oficiais 1, 2, 3 e 4, denominados comercialmente de "primeiro sorte".

Em relação às fibras, quase duas milhões de quilos são do tipo 2832 mista (Seridó).

Os Postos de Classificação mais importantes são os do Recife, Caruaru e Limoeiro.

NOTAS SOCIAIS

ANIVERSÁRIOS

Fazem anos hoje:

Dr. José de Freitas, superintendente do Departamento de Estudos Econômicos e Legislação Rural do Estado;

— capitão de Intendência Bacellar da Costa Cruz Filho, da Força Policial;

— tenente João da Costa Carvalho, do Exército Nacional;

— capitão José Monteiro de Lima, da Força Policial;

— sr. José Pedro Celestino, sub-oficial do Corpo de Bombeiros;

— d. Julia Chiodi, funcionária da Secretaria do Interior;

— d. Julieta Erlam Prado, esposa do major Sebastião Alves Prado, do Corpo Policial;

— d. Felipa Costa de Oliveira, esposa do tenente João Lopes de Oliveira, do Corpo Policial;

— d. Ivahi Gomes da Silva, esposa do sr. José Silva;

— d. Maria das Conceições Junqueira, esposa do sr. Avelino dos Santos Junqueira, funcionário da Estrada de Ferro Sorocabana;

— d. Virgínia Mascarenhas Bonucci;

— senhorinha Carmélia Silva Tinoco da Fonseca;

— senhorinha Eurezita Rodrigues da Silva;

— senhorinha Dorací Murta, filha do sr. Afonso Murta;

— senhorinha Alice Canan, filha do sr. Antônio Canan, do nosso comércio;

— senhorinha Maria da Glória Diniz, da nossa sociedade;

— senhorinha Dale Soares, filha do capitão José Higino Soares;

— menina Nahel Celeste, filha do sr. Geraldo Reis Cardoso, funcionário da Imprensa Oficial;

— menina Maria Elel, filha do sr. Bento Gonçalves, industrial;

— menina Anie, filha do sr. José Henriques Barbosa;

— menina Jandir, filha do sr. Luiz Ernesto de Lima.

HOMENAGENS

DR. AMERICO RENÉ GIANNETTI

A Sociedade Mineira de Engenheiros e os Sindicatos de Engenheiros Industriais e Metalúrgicos, de Minas, Elétricos, e Civil e Arquitetos prestarão hoje, dia 19, na sede da Sociedade, à rua Sapucaí-Mirim, 30, 2.º andar, uma homenagem ao engenheiro Américo René Giannetti, pelo seu notável empreendimento, que é a Fábrica de Aço Paulista, em Sorocaba, e a Usina de Ipanema.

A festa homenagem abrangerá também a Escola de Engenharia da U. M. G., o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região, o Clube de Engenharia de Juiz de Fora, a Associação Comercial de Minas, a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, o Instituto Mineiro de Engenharia, a Associação dos Engenheiros Industriais de Belo Horizonte, a Associação Comercial de Belo Horizonte, a Associação dos Engenheiros Industriais de Belo Horizonte, a Associação dos Engenheiros Industriais de Juiz de Fora, a Associação Comercial de Juiz de Fora, a Associação dos Engenheiros Industriais de Juiz de Fora, a Associação dos Engenheiros Industriais de Juiz de Fora, a Associação dos Engenheiros Industriais

COMPANHIA MOGIANA
DE E.
ESTRADAS DE FERRO
ESCRITÓRIO CENTRAL
CAIXA POSTAL Nº 620
S. PAULO

28

SÃO PAULO, 16 de Janeiro de 1946.

EC 162/285

Ilmo.Snr.
Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de
CAMPINAS

Para os devidos efeitos, vimos comunicar a V.S. que os srs. dra. José Wilson Coelho de Souza e Augusto Cezar de Andrade estão autorizados a representarem, conjunta ou separadamente, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro no processo de dissidio coletivo a que se refere o oficio dessa Junta n. 2/46, de 11 do corrente.

Assim, poderá qualquer daqueles senhores fazer declarações, prestar depoimento pessoal, aceitar ou recusar acordo ou conciliação, assinar termos ou outro qualquer documento e praticar emfim todos os demais atos necessários ao completo desempenho da sua incumbência.

Atenciosas saudações.

PELA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

CERTIDÃO

Faço fazo jurando aos presentes
autos vista que segue.

Campinas, 7 de fevereiro de 1946

SECRETÁRIO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

DISSÍDIO COLETIVO - P.G. 8/46

Ata de audiência de 7 de fevereiro de 1946

(em prosseguimento)

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e seis, nesta cidade de Campinas, na sala de audiências da Junta de Conciliação e Julgamento, na rua Dr. Costa Aguiar, 511, presentes os srs. Dr. Abrahão Blay, Presidente e os vogais Srs. José de Oliveira Matos, dos empregados e Agenor de Arruda, dos empregadores, às 14 horas, estando aberta a audiência foram, por ordem do Sr. Presidente, apregoados os litigantes:- PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, suscitante e CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, reclamada, digo de Ferro e seus empregados, suscitados. Compareceu a Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, na pessoa do Procurador Regional, Dr. José Artur de Frota Moreira. Compareceu pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, seu superintendente, Dr. José Wilson Coelho de Souza, Superintendente Geral, acompanhado do preposto, Dr. Augusto Cesar de Andrade, Chefe da Locomoção e de seu advogado, Dr. Orestes de Morais Alves. Pelos empregados da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, compareceu o Sindicato dos Ferroviarios da Zona Mogiana, na pessoa de seu Presidente, Sr. José Correa Pedroso Júnior, acompanhado de seu advogado, Dr. J.A. Cunha Lima.- Inicialmente foi concedida a palavra a reclamada para que se manifestasse sôbre a parte da reclamação que a Companhia não tinha conhecimento na audiência anterior, e por seu advogado foi dito que remetia a juntada da contestação, em complemento, que leu e depois requereu juntada, o que foi deferido. Com a palavra o advogado dos empregados, por êste foi dito que pedia que a reclamada se manifestasse a respeito do pagamento dos dias de férias, digo dias em que durou o movimento de paralização do serviço. Pelo representante da reclamada, seu superintendente, foi dito que a reclamada, já decidira efetuar o pagamento daqueles dias, conforme comunicação já feita ao Sindicato de classe. Em seguida foi suspensa por quinze minutos a audiência para que as classes procedam a entendimentos sôbre propostas de conciliação.- Depois de propostas e contra-propostas, discutidas, em relação a um acôrdo, chegaram as partes a um entendimento devendo o acôrdo ser efetuado nas seguintes condições:- a) supressão dos ordenados de Cr$710,00 e Cr$780,00, na classificação do pessoal das oficinas, dentro de um prazo de seis meses, a contar desta data, e de acôrdo com as promoções normalmente feitas; - b) a Companhia Mogiana de E. de Ferro se compromete a fornecer as ferramentas que se gastam e que são usadas por marceneiros, carpinteiros e modeladores, tais como: ferros de plania, formão, coiva, etc, logo que receba êsse material dos fornecedores, o que será adquirido por concurrência; c) os mecânicos dos telégrafos serão classificados, no quadro já organizado e dependente de aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e do Ministério da Viação, a capacidade técnica, digo da Viação de acôrdo com a capacidade técnica dos empregados da essa ferreira; d) o caso dos feitores, guarda-fios e telegrafistas fica para ser decidido por ocasião da aprovação do quadro de pessoal que prevê todos êsses detalhes; e) final-

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO, 28 — 2º AND.

— SÃO PAULO —

PROCESSO Nº 8/46

8/46
10-1-46

3/46

EXMO. SR. DR. PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

Defiro o pedido e delego a Procuradoria Conciliatória e Campineira a função a minha conferida pelo art. 856 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

São Paulo 9-1-46

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso da faculdade que lhe é conferida pela Consolidação das Leis do Trabalho, art. 856, in fine, e tendo em vista a comunicação constante do ofício em anexo, vem requerer a V.Excia. a instauração do dissídio coletivo dos empregados da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro contra a referida emprêsa.

Tendo em vista os fatos que determinaram o presente requerimento, pede a Procuradoria que, reconhecida a existência do dissídio, seja designada a audiência de instrução e julgamento, dentro do prazo mais breve possível, atento o que prescreve o § único do art. 860 do estatuto trabalhista, protestando pelo arrazoamento ao pedido e pela produção de provas, dentro dessa audiência e posteriormente.

Nestes têrmos
D. R. e A.,
P.Deferimento.

São Paulo, 8 de janeiro de 1946.

José Arthur da Frota Moreira
PROCURADOR REGIONAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

finalmente com relação ao quadro de pessoal, organizado em carreiras, a Companhia informa que o mesmo já está organizado e que só não foi registrado nos Ministérios competentes dada a existencia de divergencias de ordem técnica nas instruções de cada Ministério, o que deu margem a que a Emprêsa dirigisse uma consulta em vias de ser solucionada; submeterá, ainda, o Superintendente da emprêsa, à apreciação da Diretoria da Estrada de Ferro, a sugestão de submeter a consideração do Sindicato dos empregados o quadro de pessoal para recebêr do mesmo as sugestões que julgar acertadas;-Pelo Sr. Procurador Regional do Trabalho foi proposto que o dissídio fique em suspenso, permanecendo nesta Junta, até o cumprimento dos itens do acôrdo.- Pelo Sr. Presidente foi deferida a proposta.- Acordadas as partes e nada mais havendo; para constar eu, Secretário, lavrei a presente que, lida e achada conforme vai devidamente assinada pelo Sr. Presidente, Srs. Vogais, partes, Sr. Procurador Regional, e subscrita por mim, Secretário que a datilografei.-

Presidente

Vogal dos Empregadores

Vogal dos Empregados

Procurador Regional

p. Empregados

p. Empregadora

Secretário

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
ADVOGADOS

91

L. B. Camargo

Exmos. Srs. Membros do Conselho Regional do Trabalho

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no dissidio coletivo suscitado por empregados de varias das suas secções, em aditamento ao que deixou claramente exposto, e em resposta a outras alegações e pretensões novas, apresentadas na primeira audiencia marcada para conhecimento dêsse dissidio, vem expôr a Vv.Ss. o que se segue.

De uma maneira geral, o que consta das reclamações apresentadas na primeira audiencia, é uma questão de classificação ou, melhor, de alteração de classificações e categorias de vários serviços o que não se encuadra, rigorosamente, nas exigencias legais; a classificação de trabalho e trabalhadores é assunto afeto à administração superior das emprezas, como as ferroviarias que, exercendo uma função pública, como delegadas do poder federal ou estadual, organisam os seus serviços dentro de moldes estritos, para o maior rendimento e maior facilidade de funcionamento das suas secções. Já expuzemos na primeira contestação, que o plano ou pretensão dos reclamantes, quanto à equiparação de categorias e de ordenados era inatendível, por absurdo, visto ser impossivel equiparar funções diferentes, entre empregados de atribuições diversas como são, verbi gratia, as de escriturários e funcionários de escritório, com operários e artífices de oficinas. Os reclamantes desviaram a primitiva reclamação e vieram na audiencia, com outras, nas quais, entretanto, se percebe o mesmo intuito, de beneficiar alguns trabalhadores de algumas secções em prejuizo do serviço global. Impugnamos êsses

pontos, alguns dos quais não têm mais objeto, por já estarem entre as cogitações da administração da Companhia, como o sabem os proprios reclamantes.

RECLASSIFICAÇÃO DO PESSOAL DAS OFICINAS

A desproporção das diferenças de vencimentos entre as várias classes de empregados de oficinas deriva, como sabem os reclamantes, de um fato que os veiu beneficiar - os aumentos gerais concedidos em março e julho de 1945, com percentagens decrescentes na proporção dos vencimentos mais elevados. Até março de 1945 as diferenças eram, respectivamente, da 4a. para a 3a., desta para a 2a. e da 2a. para a 1a., de 30, 40 e 50 cruzeiros, sendo de 55 cruzeiros para a classe especial. Tendo sido elevados os ordenados, a pedido dos operários, e após um movimento de extensa repercussão, como é de todos sabido, é evidente que as diferenças de classe a classe teriam que ser maiores. Isso beneficiou os trabalhadores, pelo que é improcedente a reclamação que agora apresentam, decorrente de um beneficio anterior, por eles pleiteado.

A Diretoria da Companhia está, entretanto, estudando uma reclassificação dêsses quadros, mas terá que fazê-lo atendendo às possibilidades da sua situação financeira. Seu pensamento é o de suprimir as classes de vencimentos de 710 & 780 cruzeiros, com a promoção, em massa, do pessoal nelas classificado para a categoria superior. Mas, convém acentuar, a diferenciação de categorias não é fundamento para o dissidio, pois decorreu de beneficios anteriores conseguidos pelos reclamantes, e não seria justo converter êsse beneficio em fonte de novos e inesperados encargos para a empreza que o concedeu.

FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS

O regime de não fornecimento de ferramentas, que vigora para os marceneiros e carpinteiros, é seguido em várias estradas de ferro. É, sem dúvida, um regime passivel de críticas, mas que vinha sendo adotado de longa data. Todavia, a Companhia aceitará a substituição do regime, fornecendo as ferramentas de marceneiros e carpinteiros que se gastam, tais como ferros de plaina, de formão, etc., para mais uma vez evidenciar os seus propositos amigaveis em face dos operários daquelas secções, e adotando cautelas quanto à bôa guarda e conservação dêsse material, muito embora a aquisição, pelos preços atuais, de uma grande quantidade de ferramentas represente importância avultada.

MECÂNICOS DAS OFICINAS DOS TELÉGRAFOS

Não tem procedência a reclamação apresentada quanto a êsses empregados. Aliás, pela exposição feita, sem a precisa clareza, parece que êsses empregados pretendem ser designados por classes. A verdade, entretanto, é que a sua situação é correspondente à dos ajustadores de oficinas. A diferenciação entre êles, pelas aptidões de cada um, reside nos ordenados: assim ha aprendizes com 560 cruzeiros e com 615 cruzeiros; mecânicos com 660, com 740 e com 795 cruzeiros. A diversidade dos vencimentos indica a graduação, pela capacidade e especie de serviço. Aliás, como se disse, não disseram êles o que pretendem com a precisa clareza.

OS "GUARDA-FIOS" - CLASSIFICAÇÃO, ORDENADOS, ETC.

A reclamação quanto à classificação, parte de um pressuposto erroneo - o de acreditarem os reclamantes

que a carreira do guarda-fios é complementar da de feitor. É um equivoco.

Não ha preeminencia do emprego de guarda-fios sôbre o de feitor, nem subordinação de funções de uns a outros. A administração tem feito, comumente, transferência de feitores da turma de conservação do telégrafo para guarda-fios de 3a.classe, com vencimentos iguais, mas basta examinar os arts. 266 e 269 do Regulamento do Tráfego para se verificar que não ha laço de subordinação ou preeminencia dêstes sôbre aqueles. Bastará, aliás, acentuar que, atualmente, ha 3 feitores de conservação do telégrafo e 10 guarda-fios de 3a.classe, e seria incompreensível que o trabalho dos primeiros, apontados, erroneamente, como imediatamente inferiores aos segundos, numa mesma classe, fosse exercido por 3 empregados, quando os superiores em categoria seriam de 10. É igualmente inatendível a reclamação quanto ao pagamento das diárias: a contagem do tempo foi adotada em carater geral, e o que os reclamantes pretendem é uma alteração que só beneficiará aos guarda-fios de Campinas, quando chegam à séde pelo trem F.E.2. O empregado que chega a Campinas às 18,30 ou, mesmo, um pouco mais tarde, até 1 hora depois, pode, sem transtornos, jantar em sua casa, não sendo necessário jantar em serviço. Essa circunstância, de um atrazo casual, é comum a trabalhadores e a pessôas que viajam; os proprios membros do Conselho Regional não sentirão maiores prejuizos se, numa viagem de regresso para casa, tiveram um atrazo de 1 hora ou mais (circunstancias excepcionais). Os interesses individuais dos reclamantes de Campinas não deve levar a modificar um regime adotado para todos os empregados de situação idêntica em outras secções.

É igualmente inatendível o pedido de pagamento quinzenal ou semanal das diárias dêsses empregados. Isso forçaria a Companhia a adotar providência igual para empregados de outras secções - o que acarretaria aumento enorme de despezas e modificação essêncial de serviços. A administração da Companhia atendeu sempre às necessidades de numerário do seu pessoal para as despezas de serviço e essa pratica foi sempre suficiente para a conveniência dos empregados.

APLICAÇÃO DO § 6º DO ART. 238 DA C.L.T.

Já foram dadas instruções para ser atendida essa reclamação, visto estar enquadrada na lei.

CLASSIFICAÇÃO DE TELEGRAFISTAS

A diversidade de classificação dentro do mesmo ordenado decorre do padrão adotado como salário mínimo em Campinas, em Novembro de 1943, agravado pelos aumentos concedidos em Março e Julho de 1945. O regime anterior, em que a classificação se baseava no grão de eficiência do telegrafista, tempo de serviço e conhecimento geral demonstrado, foi modificado, em Campinas, pela superviniência das classificações de "salário mínimo" por zonas, estando em vigor em outros pontos onde a interferência de "salário mínimo" não foi tão acentuada.

Considerando o assunto, a Companhia Mogiana vai classificar todos os telegrafistas de Campinas de ordenado de 648 cruzeiros na classe correspondente a êsse ordenado nas estações do interior, satisfeitas pelos praticantes as exigências relativas à fiança.

36

AUMENTO DE 10% NOS VENCIMENTOS

Com relação ao aumento de 10% nos vencimentos, cumpre esclarecer que é de todo impossivel à Companhia atender a êsse pedido que, aliás, não se justifica, no momento, quando é sabido que as tarifas atuais não comportam maiores acrescimos além dos que foram realizados para poder a Estrada acudir aos aumentos de vencimentos recentemente efetuados. Tais vencimentos continuam a ser beneficiados com majorações mensais de somas iguais ou quási iguais às importâncias dos vencimentos efetivos, em consequência de gratificações e sobre-tempos que por demais sobrecarregam a verba de despesa da Estrada.

Em conclusão: A Companhia atendeu às reclamações que estão fundadas em motivos justos. A exposição ora feita o demonstra.

O critério de classificação de empregados de uma empreza de serviço público, enquadrados em departamentos com alguns milhares de servidores, não pode nem deve ser sujeito a constantes e periodicas alterações, a não ser pela conveniência do serviço, que de perto condiz com o interesse público. As modificações pleiteadas pelos reclamantes, em sua quasi totalidade, visam interesses personalissimos de alguns grupos, sem vantagem para o serviço e com sérias repercussões nos demais encargos da empreza. E constituem um precedente nocivo, que poria em risco a normalidade de suas finanças ora, como se observou na exposição geral oferecida na primeira audiência, não comportam êsses alargamentos pretendidos, por serem as rendas auferidas limitadas e restritas, por dispositivos legais e decorrentes da propria capacidade econômica dos

37

transportes da sua zona.

Lealmente a Companhia declara o que pode conceder.

Espera-se que será assim julgado o dissidio, como é de estrita

JUSTIÇA.

Campinas, 7 Fevereiro 1946.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Faço conclusos os presentes autos ao Sr. Presidente, atendendo a determinação verbal que me foi feita nesse sentido.

Campinas, 20 de março de 1.946

Secretário

xxxxxxxxxxx

Versando êste processo um dissídio coletivo cujo contrôle pelo E. Conselho Regional do Trabalho é de máximo interêsse, determino que a Secretaria o encaminhe àquele Tribunal que, ouvida a D.Procuradoria Regional do Trabalho, procederá como de direito.

Campinas, 21 de março de 1946

Presidente Substº

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO
2.ª REGIÃO

39

Recebido hoje. À consideração do Senhor Secretário.-
São Paulo, 9 / 4 /19 46

encarregado do S. P.

Nesta data faço conclusos êstes autos
ao Senhor Presidente do Conselho.-
Em 9 de abril de 19 46

Secretário

Seja êste processo presente á próxima
sessão do Conselho, afim de ser dis-
tribuído.-
São Paulo, 10 de abril de 19 46

Presidente

De acôrdo com a distribuição do Senhor Presidente, em
sessão de 10 de abril de 1946, faço conclusos
êstes autos, para relatar, ao Senhor Vogal Rene' Vega
Em 20 de abril de 19 46

Secretário

Certifico que, de ordem do Senhor Secretário, o presente
processo foi incluído na pauta do dia de
de 19 , sendo que do edital respectivo foi afixada uma
cópia nos auditórios deste Conselho e outra foi enviada
à Imprensa Oficial do Estado para publicação no Diário da
Justiça de de de 19

encarregado do S. P.

3/2

CÓPIA AUTÊNTICA

Carimbos: "CRT-2ª Região.- N. 13/46.- Em 3-1-46." - "P.J.T.-2a.Região. Nº 27/46. Em 7/1/46."Armas da República. Ministério do Trabalho,Indústria e Comércio. São Paulo, 2 de Janeiro de 1 945. Do Delegado Regional do Trabalho. Ao Senhor Presidente do Conselho Regional do Trabalho. Assunto: (em branco).- Senhor Presidente: Tenho a honra de solicitar as providências de Vossa Excelência no sentido de ser instaurada, nos têrmos da segunda parte do artigo 856 da Consolidação das Leis do Trabalho, a instância para solução de dissídio coletivo entre os ferroviários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, assistidos por seu Sindicato, e a referida Cia. Mogiana.Os referidos empregados suspenderam o trabalho e só retornara, a êle depois da promessa feita pelo Chefe da Divisão Regional de Campinas de comum acôrdo com o Presidente do Sindicato, no sentido de ser instaurada a competente instância. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração. (a)Abgelo Zanini.Delegado Regional do Trabalho. O presente ofício teve o seguinte despacho exarado pelo Sr.Presidente do Conselho Regional do Trabalho: "Ao Dr.Procurador para dizer com urgência. São Paulo,3/1/46"(a) Nebrídio Negreiros".- Nada mais se continha em referido documento para aqui bem e fielmente transcrito. E,para constar eu, J. Canal, Secretária da Procuradoria Regional do Trabalho, datilografei e assino a presente cópia autêntica. São Paulo,7 de Janeiro de 1 945.-.-.-.-.-

Faça que seja ouvida a
douta Procuradoria

São Paulo 23 de Maio de 1946

Ao Dr Procurador

S Paulo 28-5-46

Recebido nesta data,
em consideração do snr. Procurador
Regional.
S 28 de maio de 46

Secretário

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
.....JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

4/

JUNTADA

Nesta data faço juntada aos presentes autos das cópias de notificações expedidas às partes.

Campinas, 13 de janeiro de 1996

SECRETÁRIO

M. T. I. C. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Of. 2/46

À Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Rua Boa Vista, 16 - 4º andar - S
São Paulo

Fica presente ficais notificada a comparecer à audiencia desta Junta de [illegible]ação e Julgamento, na rua Dr. Costa Aguiar, 514, às 13,30 horas do dia 18 de janeiro de 1946, relativa ao DISSIDIO COLETIVO instaurado perante o Conselho Regional do Trabalho, audiencia essa que será realizada nos termos da delegação de competencia feita pelo Sr. Presidente daquele Conselho ao Presidente desta Junta para os fins do disposto nos art. 860 e 862 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O não comparecimento a essa audiencia terá como consequencia as medidas determinadas em lei.-

Campinas, 11 de janeiro de 1946

Secretário

M. T. I. C. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

CAMPINAS, S.P.

Of. 5/46

Ao Sindicato dos Ferroviários da Cia.Mogiana
Rua Carlos Sales, 578
CAMPINAS

Pela presente fica êsse Sindicato notificado a comparecer à audiência desta Junta de Conciliação e Julgamento, à rua D.Pedro Aguiar, 514, no dia 18 de janeiro de 1946, às 13,30 horas, quando será examinado o processo de DISSIDIO COLETIVO instaurado perante o Conselho Regional do Trabalho, em São Paulo, nos têrmos da delegação conferida pelo Presidente daquele E.Conselho à presidencia desta JUNTA.

O não comparecimento a essa audiencia terá como consequencia a aplicação das medias legais.

Campinas, 11 de janeiro de 1946.

Secretário.

Fazenda de Pedro Mariana

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

ARROZ

Unidade - cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,210	0,220	0,190	0,350	0,330
Fev.	0,190	0,210	0,190	0,350	0,330
Mar.	0,190	0,210	0,210	0,240	0,330
Abr.	0,190	0,190	0,210	0,250	0,330
Mai.	0,190	0,190	0,210	0,250	0,330
Jun.	0,180	0,180	0,210	0,270	0,330
Jul.	0,180	0,180	0,210	0,280	0,330
Ago.	0,180	0,180	0,210	0,300	0,330
Set.	0,200	0,200	0,320	0,320	0,330
Out.	0,200	0,200	0,320	0,330	0,350
Nov.	0,210	0,210	0,350	0,330	0,350
Dez.	0,220	0,220	0,350	0,330	0,370
ø	0,194	0,199	0,248	0,300	0,367

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,370	0,540	0,480	0,480
Fev.	0,380	0,460	0,480	0,480
Mar.	0,380	0,590	0,480	0,480
Abr.	0,400	0,480	0,480	0,480
Mai.	0,430	0,480	0,480	0,530
Jun.	0,430	0,480	0,480	0,550
Jul.	0,420	0,480	0,480	0,550
Ago.	0,430	0,480	0,480	0,550
Set.	0,460	0,480	0,480	0,550
Out.	0,480	0,480	0,480	0,550
Nov.	0,480	0,480	0,480	0,550
Dez.	0,480	0,480	0,480	0,550
ø	0,424	0,491	0,480	0,520

Fonte: Cooperativa de Consumo dos funcionários da Cia. Mariana.

Entreposto de Pesca Regional

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

"ZEBU"

Unidade - Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,008	0,007	0,008	0,012	0,017
Fev.	0,008	0,008	0,008	0,012	0,017
Mar.	0,008	0,008	0,008	0,012	0,017
Abr.	0,008	0,008	0,008	0,012	0,017
Mai.	0,008	0,008	0,008	0,014	0,017
Jun.	0,008	0,008	0,008	0,014	0,017
Jul.	0,008	0,008	0,010	0,014	0,017
Ago.	0,008	0,008	0,010	0,016	0,018
Set.	0,008	0,008	0,010	0,016	0,018
Out.	0,008	0,008	0,012	0,016	0,018
Nov.	0,008	0,008	0,012	0,016	0,018
Dez.	0,008	0,008	0,012	0,016	0,018
ø	0,008	0,008	0,010	0,014	0,017

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,019	0,027	0,019	0,020
Fev.	0,019	0,020	0,019	0,020
Mar.	0,020	0,019	0,019	0,020
Abr.	0,020	0,019	0,019	0,020
Mai.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Jun.	0,020	0,019	0,020	0,020
Jul.	0,020	0,019	0,020	0,022
Ago.	0,022	0,019	0,020	0,022
Set.	0,022	0,017	0,020	0,022
Out.	0,023	0,017	0,020	0,022
Nov.	0,023	0,017	0,020	0,022
Dez.	0,023	0,017	0,020	0,022
ø	0,021	0,019	0,020	0,021

Ponto: Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Electrobrás.

Variações do custo de vida na região da Estrada de Ferro Vitoriana

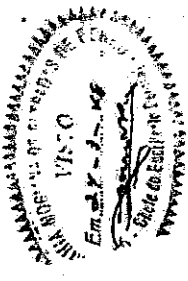
VARIAÇÕES NO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

BAHIA

Unidade – Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,110	0,110	0,110	0,150	0,200
Fev.	0,110	0,110	0,110	0,150	0,190
Mar.	0,110	0,110	0,110	0,150	0,190
Abr.	0,110	0,110	0,110	0,150	0,190
Mai.	0,110	0,110	0,110	0,160	0,190
Jun.	0,110	0,110	0,120	0,160	0,190
Jul.	0,110	0,110	0,120	0,160	0,190
Ago.	0,110	0,110	0,120	0,220	0,190
Set.	0,110	0,110	0,120	0,220	0,200
Out.	0,110	0,110	0,110	0,220	0,200
Nov.	0,110	0,110	0,140	0,210	0,220
Dez.	0,110	0,110	0,140	0,210	0,220
ø	0,110	0,110	0,118	0,180	0,198

Mês/ Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,230	0,250	0,250	0,380
Fev.	0,230	0,250	0,250	0,380
Mar.	0,230	0,250	0,250	0,430
Abr.	0,230	0,250	0,260	0,430
Mai.	0,230	0,250	0,260	0,460
Jun.	0,230	0,250	0,260	0,460
Jul.	0,250	0,250	0,260	0,540
Ago.	0,250	0,250	0,280	0,580
Set.	0,250	0,250	0,280	0,630
Out.	0,250	0,250	0,430	0,600
Nov.	0,250	0,250	0,380	0,600
Dez.	0,250	0,250	0,380	0,570
ø	0,240	0,250	0,295	0,505



Fonte: Cooperativa de Consumo dos funcionários da Cia.Vitoriana.

Variações do custo da vida na região da
Estrada de Ferro Mogiana

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

BATATA

Unidade: Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,050	0,050	0,110	0,090	0,120
Fev.	0,050	0,050	0,110	0,090	0,080
Mar.	0,050	0,050	0,110	0,090	0,080
Abr.	0,050	0,050	0,110	0,090	0,090
Mai.	0,050	0,050	0,110	0,100	0,100
Jun.	0,050	0,110	0,110	0,100	0,100
Jul.	0,050	0,110	0,110	0,110	0,110
Ago.	0,050	0,110	0,090	0,110	0,110
Set.	0,050	0,110	0,090	0,120	0,120
Out.	0,050	0,110	01090	0,120	0,120
Nov.	0,050	0,110	0,090	0,120	0,130
Dez.	0,050	0,110	0,090	0,120	0,140
ø	0,050	0,085	0,102	0,105	0,108

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,160	0,280	0,250	0,300
Fev.	0,170	0,150	0,250	0,250
Mar.	0,170	0,150	0,250	0,720
Abr.	0,180	0,180	0,280	0,300
Mai.	0,200	0,180	0,280	0,300
Jun.	0,220	0,180	0,300	0,350
Jul.	0,220	0,250	0,300	0,350
Ago.	0,220	0,250	0,350	0,350
Set.	0,220	0,250	0,350	0,300
Out.	0,240	0,250	0,300	0,300
Nov.	0,240	0,250	0,300	0,300
Dez.	0,240	0,250	0,300	0,300
ø	0,206	0,218	0,287	0,306

Em 2-5-46

Estimativa do custo de vida [illegible]

Estrada de Ferro Vopiense

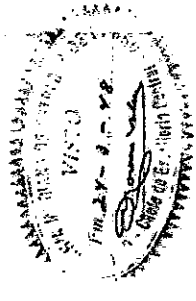
VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

FAMÍLIA DE OPERÁRIOS

Unidade - cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,070	0,090	0,090	0,090	0,120
Fev.	0,070	0,090	0,090	0,090	0,120
Mar.	0,070	0,090	0,090	0,100	0,120
Abr.	0,070	0,090	0,090	0,100	0,120
Mai.	0,090	0,090	0,090	0,100	0,120
Jun.	0,090	0,090	0,090	0,100	0,120
Jul.	0,090	0,090	0,090	0,100	0,120
Ago.	0,090	0,090	0,090	0,100	0,120
Set.	0,090	0,090	0,090	0,120	0,190
Out.	0,090	0,090	0,090	0,120	0,190
Nov.	0,090	0,090	0,090	0,120	0,190
Dez.	0,090	0,090	0,090	0,120	0,190
∅	0,083	0,090	0,090	0,105	0,143

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,210	0,210	0,210	0,360
Fev.	0,210	0,210	0,220	0,360
Mar.	0,210	0,210	0,220	0,360
Abr.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Mai.	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Jun.	0,210	0,210	0,227	0,360
Jul	0,210	0,210	0,227	0,360
Ago.	0,210	0,210	0,227	0,360
Set.	0,210	0,210	0,227	0,360
Out.	0,210	0,210	0,360	0,360
Nov.	0,210	0,210	0,360	0,360
Dez.	0,210	0,210	0,360	0,360
∅	0,210	0,210	0,256	0,360



Fonte: Cooperativa de Consumo dos Funcionários da [illegible]

Variações do custo de vida na região da
Estrada de Ferro Mapiana

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

FEIJÃO

Unidade - $/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,140	0,190	0,190	0,090	0,140
Fev.	0,140	0,150	0,190	0,090	0,140
Mar.	0,180	0,150	0,190	0,090	0,140
Abr.	0,180	0,150	0,210	0,090	0,140
Mai.	0,180	0,150	0,180	0,140	0,150
Jun.	0,180	0,190	0,180	0,140	0,150
Jul.	0,180	0,190	0,180	0,140	0,150
Ago.	0,180	0,190	0,180	0,140	0,180
Set.	0,180	0,190	0,180	0,140	0,180
Out.	0,180	0,190	0,180	0,140	0,190
Nov.	0,180	0,190	0,140	0,180	0,190
Dez.	0,180	0,190	0,140	0,180	0,210
ø	0,173	0,177	0,178	0,123	0,163

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,210	0,250	0,350	0,350
Fev.	0,210	0,320	0,350	0,350
Mar.	0,220	0,320	0,350	0,350
Abr.	0,220	0,320	0,350	0,350
Mai.	0,220	0,320	0,350	0,480
Jun.	0,240	0,320	0,350	0,480
Jul.	0,240	0,320	0,350	0,480
Ago.	0,240	0,320	0,350	0,400
Set.	0,240	0,320	0,350	0,400
Out.	0,250	0,350	0,350	0,400
Nov.	0,250	0,350	0,350	0,400
Dez.	0,250	0,350	0,350	0,400
ø	0,239	0,319	0,350	0,405

Fonte: Cooperativa de Consumo dos Funcionários da Cia. Mapiana.

Variações do custo de vida na região da
Estrada de Ferro Mogiana

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

MACARRÃO

Unidade - Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Fev.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Mar.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Abr.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Mai.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Jun.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Jul.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Ago.	0,028	0,030	0,032	0,036	0,040
Set.	0,028	0,030	0,036	0,040	0,040
Out.	0,030	0,032	0,036	0,040	0,040
Nov.	0,030	0,032	0,036	0,040	0,040
Dez.	0,030	0,032	0,036	0,040	0,040
Ø	0,029	0,029	0,033	0,037	0,040

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,050	0,054	0,076	0,220
Fev.	0,050	0,064	0,076	0,220
Mar.	0,054	0,054	0,110	0,150
Abr.	0,054	0,064	0,110	0,150
Mai.	0,054	0,064	0,140	0,150
Jun.	0,054	0,064	0,140	0,150
Jul.	0,054	0,064	0,220	0,130
Ago.	0,054	0,064	0,220	0,140
Set.	0,054	0,064	0,180	0,130
Out.	0,054	0,064	0,180	0,140
Nov.	0,064	0,076	0,200	0,140
Dez.	0,064	0,076	0,200	0,140
Ø	0,055	0,066	0,154	0,153

Fonte: Cooperativa de Consumo dos funcionários da Cia. Mogiana

Variações do custo de vida e da região da
Estrada de Ferro Nogueira

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

SAL

Unidade - Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,008	0,008	0,008	0,010	0,014
Fev.	0,008	0,008	0,008	0,010	0,014
Mar.	0,008	0,008	0,008	0,010	0,014
Abr.	0,008	0,008	0,010	0,010	0,014
Mai.	0,008	0,008	0,010	0,012	0,016
Jun.	0,008	0,008	0,010	0,012	0,016
Jul.	0,008	0,008	0,010	0,012	0,018
Ago.	0,008	0,008	0,010	0,016	0,018
Set.	0,008	0,008	0,010	0,014	0,020
Out.	0,008	0,008	0,010	0,014	0,020
Nov.	0,008	0,008	0,010	0,014	0,022
Dez.	0,008	0,008	0,010	0,012	0,018
$\bar{x}$	0,008	0,008	0,010	0,012	0,017

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,022	0,030	0,020	0,020
Fev.	0,024	0,030	0,020	0,020
Mar.	0,024	0,030	0,020	0,020
Abr.	0,024	0,030	0,020	0,020
Mai.	0,026	0,030	0,020	0,020
Jun.	0,026	0,030	0,020	0,020
Jul.	0,026	0,030	0,020	0,020
Ago.	0,026	0,030	0,020	0,020
Set.	0,028	0,030	0,020	0,020
Out.	0,030	0,020	0,020	0,020
Nov.	0,030	0,020	0,020	0,020
Dez.	0,028	0,020	0,020	0,020
$\bar{x}$	0,025	0,023	0,020	0,020

Fonte: Cooperativo de Consumo dos Funcionários da Cia.Nogueira

VARIAÇÕES DO CUSTO DE [illegible]

Ventoige

Unidade - [illegible]

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,110	0,160	0,150	0,160	0,160
Fev.	0,120	0,130	0,150	0,160	0,170
Mar.	0,130	0,120	0,150	0,160	0,170
Abr.	0,130	0,130	0,160	0,160	0,190
Mai.	0,130	0,130	0,150	0,160	0,220
Jun.	0,130	0,130	0,160	0,160	0,220
Jul.	0,130	0,130	0,160	0,160	0,220
Ago.	0,140	0,140	0,160	0,170	0,220
Set.	0,140	0,150	0,150	0,170	0,220
Out.	0,140	0,140	0,150	0,160	0,220
Nov.	0,140	0,140	0,150	0,160	0,220
Dez.	0,150	0,150	0,160	0,160	0,220
ø	0,133	0,138	0,156	0,162	0,204

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947	1948
Jan.	0,250	0,370	0,360	0,350	0,480
Fev.	0,250	0,370	0,380	0,350	0,480
Mar.	0,270	0,370	0,360	0,350	0,480
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
Jun.	0,280	0,370	[illegible]	[illegible]	
Jul.	0,280	0,370	0,350	0,370	
Ago.	0,280	0,370	0,350	0,480	
Set.	0,280	0,370	0,350	0,480	
Out.	0,280	0,370	0,360	0,480	
Nov.	0,280	0,390	0,360	0,480	
Dez.	0,280	0,390	0,360	0,480	
ø	0,274	0,373	0,363	0,406	

Fonte: Cooperativa de Consumo dos Funcionarios da Cia.Inglesa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

Cumpra-se e despache-se. Junte-se aos autos
Rio, 31/3/48
Presidente do Tribunal

Designo audiência para o dia 7 de abril p.p. às 15 horas.
S. Paulo, 31/3/48.

Ciente
31.3.48
pp. Hermogenes Costa Lemos

PROVIDENCIADO

Oficio N.º 436 / 48

Registro Postal 373565

2 / 4 / 48

Diremf

M. T. I. C. — J. — PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

80/884

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SP-43648

1 Abril de 1948.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Notifico-vos de que, foi designado o dia 7 do corrente para a realização da audiência de prosseguimento, em que são partes a PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO;

Referida audiência, realizar-se-á às 15,00 horas na sala dêste Tribunal à Rua Conselheiro Crispiniano, 29 - 2º and.

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

ISP

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

81
24

ATA nº 14/48=A=

às quinze horas do dia sete de abril de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da 2a.Região, à rua Cons. Crisp. 29-2º-, sob a presidência do Sr. Juiz Dr. José T.Penteado, vice presidente em exercício e com a presença do Sr. Procurador Regional Dr. Reginaldo Allen e do Sr. Juiz Dr. Helio T.Fonseca, foi aberta a audiência de instrução e conciliação do dissídio coletivo entre partes, como suscitante, PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e como suscitada a CIA; MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO(Processo CRT-SP-271/46). Em tempo: também como suscitante o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA. Compareceram pelo Sindicato suscitante os Srs. Drs. J.A. Cunha Lima e Thomaz da Costa Neves, representando o Sindicato compareceu o Sr. Helio C.Pompeo-Presidente-Em tempo: Compareceu também o Dr. Juvêlen digo. Dr. Juve Leme Silveira.-Compareceu pela Suscitada o Sr. Dr. José Wilson Coelho digo Coelho de Souza, acompanhado de seus advogados Drs. Hélcio P.de Mello, Orestes de M. Alves Filho e Euzébio de A.Camargo.- Pelo Sr. Presidente foi dito que havendo êste Tribunal homologado o acôrdo feito pelas partes em cinco de março do corrente ano em Campinas conforme consta de fls. 28 e 29 do processo TRT-SP-6/48(A), em excepção apenas do item 1º de fls. 9, o Sr. Presidente de acôrdo com o que lhe requereu a Procuradoria Regional do Trabalho da audiência anterior determinou a juntada dos presentes autos, o processo acima referido. Em seguida pelo Sr. Presidente foi dito que havendo a suscitada apresentado a sua contestação por escrito, o Sr. Presidente dá vista ao Sindicato suscitante para que êste tomando conhecimento dos argumentos arguidos pela suscitada para não conceder o reajustamento solicitado, possa apresentar dentro de cinco dias na Secretaria dêste Tribunal para dito prazo êste também incluindo à suscitada, os quesitos que deverão ser respondidos pelo Sr. Perito designado por esta Presidência. De comum acôrdo as partes desde já fixam as zonas sôbre as quais o Sr. Perito irá proceder ao exame necessários para determinar a elevação do custo de vida, Sendo elas as seguintes: 1º-Campinas e adjacências- 2º-Ribeirão Preto e adjacências- 3º-Uberaba e adjacências- e finalmente Guaxupé e adjacencias- Em seguida o Sr. Presidente suspendeu a audiência ficando nova audiência ficando designada após a apresentação do laudo. Pelo Sr. Presidente foi encerrada a presente audiência, que vai por êle assinada pelas partes interessadas e por mim secretário subscrita.

JUNTADA

quilos os seguintes documentos

CPT- 810 | 48

São Paulo, 13 / 4 / 48

ENC. DO 5º

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO .

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUZÉBIO DE ABREUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CCELI
ADVOGADOS

82
100

EXMO.SNR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO.-

Junte-se
São Paulo, 12/4/48
Presidente

a) 279
6/3

S.T. - 2.a Região
8/10/48
Em 12/4/48

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, pelos autos de Revisão do Dissidio Coletivo suscitado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, vem, dentro do prazo concedido por V.Excia., oferecer os quesitos abaixo para serem respondidos pelo snr. Perito.-

-1º Quesito-

Póde o snr.Perito, compulsando os elementos necessários, informar se está exáto o Balanço Geral da Suscitada, levantado em 31 de Dezembro de 1947 e junto por cópia autêntica aos autos ?

-2º Quesito-

Tendo em vista esse documento e a respectiva conta de "Receita e Despesa", péde a Suscitada informar se é, ou não, verdadeiro o "deficit" de Cr$-900,372,3o alí indicado.

-3º Quesito-

Péde-se ao snr. Perito, tendo em vista o numero médio de empregados da Suscitada, indicar em quanto importaría anualmente o acréscimo de despesas da verba de " Pessoal" si viesse a ser concedido o aumento de Cr$-500,oo mensais para cada ferroviário, pleiteado pelos Suscitantes.

-4º Quesito-

Póde o snr. Perito, examinando os dados de que necessitar, dizer se é exata a média de remuneração dos empregados da Suscitada, em cada um dos anos indicados na relação constante do doc.5 que acompanhou a contestação ?

-5º Quesito-

Examinando os documentos de fls.65 a 77 dos autos e confrontando-os com os dados oficiais de que dispõem as repartições competentes, póde o snr. Perito informar se esses documentos correspondem á realidade da situação alí

-segue-

83

demonstrada ?

-6º Quesito-

Péde-se ao snr. Perito indicar, com os elementos oficiais de que póssa dispôr, qual a evolução do custo de vida na zona urbana e na zona rural adjacente a cada uma das cidades de CAMPINAS; RIBEIRÃO PRETO; UBERABA e GUAXUPÉ, comparando essa evolução com a dos salários dos empregados da Suscitada, a partir de 1939, tomado como índice 100.-

São Paulo, 10 de Abril de 1948.-

O adv.pp.

JUNTADA

Nesta data juntamos aos presentes autos os seguintes documentos

CRT-820/48

São Paulo, 14 / 4 / 48

ENC.

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Junte-se
São Paulo, 14-4-48.
Presidente

220 1$
13 1 4 .d

fls 410/1
271/6

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA vem, por seu advogado, nos autos do dissídio coletivo TRT.271/46, em que contende com a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, oferecer, em anexo, os seus quesitos.

Termos em que, protestando pela produção de quesitos suplementares e perguntas elucidativas.

P. Deferimento

São Paulo, 12 de Abril de 1948

pp. Thomaz da Costa Neves

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO

85

Q U E S I T O S

1º) - O sr. Perito pode destacar da parcela de Cr.$ Cr.$163.709.963,oo, constante de fls. 62, o seguinte:

a) - Qual a verba gasta com pessoal ;

b) - Qual a verba aplicada em melhoramentos e obras novas;

2º) - O sr. Perito pode, ainda, pelo exame do referido documento de fls. 62, esclarecer :

a) - Quais são as "despesas não especificadas"? Há documentos comprobatorios das mesmas ?

b) - Idem com referencia a "Perdas Diversas" ?

c) - Idem com referencia a "Empreendimentos Diversos" ?

3º) - O Sr. Perito pode informar quais as "dividas garantidas" referidas a fls. 62 ? Há documentos comprobatorios de tais despesas ?

4º) - O Sr. Perito pode informar qual é o numero de empregados da Cia. nos anos de 1946 e 1947 que percebiam, no máximo, Cr.$1.500,00 ? Qual o total da despesa com esses empregados nos anos de 1946 e 1947 ?

5º) - Pode o sr. Perito esclarecer qual é o numero de funcionarios que percebem salarios superiores a Cr.$1.500,00 ? Qual a despesa com esses empregados nos anos de 1946 e 1947 ?

6º) - O Sr. Perito pode, tambem, informar qual o numero de empregados da Cia. nos anos de 1945, 1946 e 1947 ?

7º) - Pode, ainda, o Sr. Perito esclarecer o numero de empregados da administração, inclusive Diretoria, nos anos de 1945, 1946 e 1947, bem como as despesas com a mesma nos referidos anos ?

86
2dp

8º) - Pode, afinal, o Sr. Perito informar qual é da "verba pessoal" a porcentagem gasta com a Administração, inclusive Diretoria ?

São Paulo, 12 de Abril de 1948

pp. Thomaz da Costa Neves

Cumpridas as diligencias de fls., nesta data faço conclusão do presente processo ao Sr. Presidente do Tribunal.

20/4/48

Heraldo Nunes de Oliveira
Escrivão

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

892
J

TÊRMO DE COMPROMISSO

Aos dezenove dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, à rua Conselheiro Crispiniano 29-2º andar, nesta cidade de São Paulo, onde se achava o sr. Presidente do Tribunal desta Região, dr. José Teixeira Penteado, comigo, secretário do Tribunal adiante nomeado, compareceu o cidadão Oscar Egídio de Araujo e a êle deferiu o sr. Presidente o compromisso legal, encarregando-o de, bem e fielmente sem dolo nem malícia, servir de perito no processo TRT-SP-271/6 dissídio coletivo, em que são partes: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, cumprindo em tudo com os deveres impostos por Lei no exercício dêsse cargo. Acêito por êle dito compromisso, promete cumprí-lo na forma da Lei. E, para constar, faço êste têrmo que assina com o sr. Presidente perante mim, Secretário do Tribunal, que subscreví.

Presidente do Tribunal

Compromissado

Secretário

J.A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

CRT - 2.a Região
N. 970/48
26 / 4 / 48

Exmo. Sr. Dr. Juiz do Trabalho, Presidente do E. Tribunal Regional do Trabalho.-

dev 6/8
279/8

Remeta-se.
S. Paulo, 27/4/48.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA vem, por seu advogado, nos autos de dissídio coletivo que suscitou contra a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, requerer de V.Excia. a juntada aos autos das inclusas folhas do jornal "CORREIO PAULISTANO", datadas de 25 do corrente, em as quais vem publicado o relatorio no ano de 1947 da empresa.

Outrossim, pede o Sindicato suscitante a especial atenção de V.Excia. e dos demais ilustres Juizes desse E. Tribunal para o quadro demonstrativo de RECEITA e DESPESA nos anos de 1943 a 1947 e, sobretudo, para o saldo deste ultimo ano na importancia total de Cr.$23.783.464,60 (vinte e tres milhões, setecentos e oitenta e tres mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos).

Termos em que, J. esta aos autos,

P. Deferimento

São Paulo, 26 de Abril de 1948

pp. Thomaz da Costa Neves

Companhia Mogiana [illegible] Estradas de Ferro

RELATORIO DO [illegible] DE 1947

Senhores Acionistas:

Vimos, como nos cumpre, dar-vos conta do que de mais importante ocorreu, no ano proximo findo, nos diversos setores de atividade da nossa Emprêsa. Um punhado de circunstancias imprevistas não permitiu fôsse o exercicio em exame dos mais favoraveis sob o aspecto financeiro. Varios foram os entraves que a isso se opuseram, assinalando com indice negativo a sumula dos trabalhos realizados no ambito dos nossos transportes.

As principais dificuldades com que se entestaram, no decorrer do ano, com esta as demais vias férreas do Pais, são sobejamente conhecidas para que as relacionemos todas aqui. Uma, entretanto, se sobreleva às demais: a concorrencia, sob variadas fórmas, umas refugindo a dispositivos disciplinadores da sua existencia e outras desenvolvendo-se sob condições excepcionais e valendo-se de facilidades e concessões que emprestam ao seu campo de ação aspecto de verdadeiro privilegio em contraste com aquele em que devem atuar as ferrovias.

E' verdade, entretanto, que todas elas se entreluçam para subordinar-se à questão da situação economico-financeira do Pais, prova e fatores que, por sua vez, defluem das precárias condições em que se debatem os principais centros de produção e consumo com os quais se entrosam os problemas que *preocupam a nossa existencia.*

Essa situação vem-se desfavoravelmente refletindo em nossos transportes, como se verifica do quadro seguinte, em que se condensam os numeros de passageiros e animais e as toneladas de bagagens e encomendas e de mercadorias, café inclusive, transportados no ultimo quinquenio:

Anos	TONELADAS				
	Passageiros	Animais	Bagagens e encomendas	Mercadorias	Total
1943	3.046.721	104.429	70.196	1.259.589	1.329.784
1944	3.315.581	100.274	80.739	1.185.295	1.266.034
1945	3.356.202	89.567	71.632	1.101.405	1.173.227
1946	3.329.445	109.742	62.905	1.132.876	1.194.981
1947	3.169.640	142.236	61.614	1.019.674	1.061.288

As toneladas de bagagens e encomendas, bem como a de mercadorias transportadas no ultimo ano foram as menores do quinquênio. Tambem o numero de passageiros foi dos mais reduzidos.

No entanto o trabalho realizado pelos trens de passageiros e de cargas, indicado pelo numero de toneladas de peso util remunerado, cresceu no ultimo ano, conforme demonstração abaixo:

em 1943 — 326.357.204 ton-km. de peso util remunerado
" 1944 — 291.980.230 " " " " "
" 1945 — 249.301.848 " " " " "
" 1946 — 270.489.383 " " " " "
" 1947 — 295.819.888 " " " " "

Havendo decrescido a tonelagem transportada, esse aumento de toneladas-quilometro indica um acréscimo do percurso médio, com repercussão desfavoravel na receita média dos transportes e no saldo liquido da exploração ferroviaria.

Esse aumento do percurso médio é consequente do afastamento continuo das regiões de maior valor economico, na zona servida pela Estrada.

Verifica-se por isso *mais uma vez, o acerto das medidas tomadas*, tendentes a, pela revisão dos tracados, diminuir substancialmente o custo médio dos transportes e, pela fomento das atividades economicas das nossas zonas, aumentar a densidade de trafego, principalmente nas regiões mais proximas e a depauperadas.

Infelizmente os resultados dessas medidas, embora seguros, não demorados.

Pelos dados [illegible] numero de milhas, tarifas, receita auxiliar, do movimento

Tronco e Ramais	3.588.118,50
Rio Grande e Caldas	635.717,70
Catalão	2.660.494,30
Guaxupé	130.263,00
Tuluti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	1.272.980,50
Igarapava a Uberaba	402.539,80

RENDA LIQUIDA

Tendo sido de Cr$ 187.495.427,00 a receita e de Cr$ 16. despesa ferroviaria, resulta a diferença de Cr$ 23.765.464,60.

Considerada, entretanto, a despesa comercial do exercicio Cr$ 24.665.836,90, verifica-se o resultado negativo de Cr$ 900.3. me demonstração abaixo:

Tronco e Ramais	13.657.880,30
Rio Grande e Caldas	— 5.584.346,10
Catalão	— 3.429.017,40
Guaxupé	— 67.130,90
Tuluti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	— 3.118.193,90
Igarapava a Uberaba	846.208,70
Receita Comercial	21.450.307,90
MENOS: Despesa Comercial	
Diferença	— Cr$

Em comparação com a do ano anterior, verifica-se uma Cr.$ 11.572.606,50, como segue:

Tronco e Ramais	— 2.403.320,70
Rio Grande e Caldas	— 1.510.003,00
Catalão	— 302.042,50
Guaxupé	— 45.110,30
Tuluti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	+ 328.770,20
Igarapava a Uberaba	+ 26.197,30
Parte Comercial	— 7.849.478,60 11.

RENDA GERAL

De acôrdo com o que ficou demonstrado a receita do 1947, foi de ..... Cr$ 23.765.464,60 da qual reduzidas as seguintes ve pesa comercial:

Juros de Dividas Garantidas	10.923.582,30
Juros de dividas comuns	2.497.801,50
Impostos — Federais	821.666,50
Despesas de empreendimentos diversos	6.734.423,70
Despesas de trabalhos e fornecimentos a terceiros	817.605,50
Despêsas não especificadas	1.616.180,80
Perdas diversas	1.275.477,00 24.685.534,90
Realizando assim o saldo negativo de	938.372,30
Saldo, porém, ao invés de ficar foi transferido para o exercicio de 1947, o	
saldo de	1.107.794,80
Reduzindo-se dêste saldo aquela diferença encontra-se saldo de que passa para o corrente ano.	207.422,20

VARIOS FUNDOS

Os varios Fundos da Emprêsa esta[illegible]uira, em 31 de Dezembro, representados da seguinte maneira:

Fundo de Reserva Especial	1.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal	3.190.200,00	4.190.200,00
Fundo de Aumento e de Melhoramentos		46.318.501,70
Fundo das taxas de 10%		137.418.738,50
Fundo de Reflorestamento		8.000.000,00
Fundo de Resgate de Debentures		2.254.000,00

Fundo de Reserva Especial contribuiu com a soma de Cr$ 6.000.000,00 para cobrir parte das despesas do ano.

TARIFAS

A Diretoria apresentou ao Governo um pedido de aumento em algumas das tabelas de tarifas vigentes nas suas linhas, fundamentando esse pedido na majoração que vêm sofrendo os preços dos materiais de consumo da Estrada.

O requerimento respectivo, encaminhado em outubro transato, obteve informação favoravel do Conselho de Tarifas da Contadoria Geral de Transportes, não tendo, porem, o assunto sido resolvido em definitivo pelos orgãos competentes.

IMPOSTOS

Durante o ano a Estrada arrecadou Cr$ 1.507.390,40 de impostos por conta do Estado de Minas Gerais.

Outros impostos foram pagos pela Companhia, tais como:

Imposto de Renda	1.038.333,00
De Industrias e Profissões	80.000,00
De Direitos Alfandegarios	1.303.307,80
De Imposto Sindical	5.000,00

DIVIDENDOS

A Diretoria distribuiu o dividendo de Cr$ 7,00 por ação integralizada, relativamente ao 1o semestre do ano. Não lhe foi possivel, porém, destinar qualquer somma para distribuição de dividendo no semestre seguinte, por não o comportar o resultado do exercicio.

ALMOXARIFADO

Os materiais do Almoxarifado, em 31 de dezembro, lançados por seus custos históricos, importavam em Cr.$ 91.263.633,00.

MELHORAMENTOS

As obras cuja execução correu por conta da verba "Melhoramentos", representavam na mesma data do ano anterior o valor de Cr.$ 131.635.089,60. Efetuaram-se, no exercicio, as despesas de Cr.$ 18.627.239,50 por conta dessa verba, cuja importancia total ficou, assim, elevada para Cr.$ 150.362.329,10.

CAPITAL REALIZADO

Pela Comissão da Tomada de Contas, em reunião finda a 10 de dezembro ultimo, ficou constatado que o capital efetivamente aplicado pela Companhia até 31 de dezembro de 1946 importava em Cr.$ 255.621.024,60.

TRANSFERENCIAS DE AÇÕES

O quadro que segue apresenta o movimento das transferencias de ações realizadas durante o ano:

(Continua na pag. seguinte)

Companhia M[illegible]na de Estradas de Ferro

E[illegible]RCICIO DE 1947

ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

BAL[illegible]

ATIVO

INVESTIMENTOS

Linhas Férreas e s/ Aparelhamento	
Obras em Andamento por conta da Taxa Adicional de 10% Federal	
Melhoramentos Custeados por Taxas Adicionais	
Federais	18.311.863,60
Estadual de São Paulo	22.687.442,50
Estadual de Minas Gerais	[illegible]

PASSIVO

PATRIMÔNIO LIQUIDO

Capital		120.000.000,00
Adicional de 10% s/ Tarifas Fundo de Melhoramentos		
Federal	36.033.192,40	
Estadual de São Paulo	49.795.585,40	
Estadual de Minas Gerais	783.442,70	86.613.160,50
Adicional de 10% s/ Tarifas — Fundo de Renovação Pa[illegible]		

1943	3.046.721	104.429	70.195	1.259.589	1.320.784
1944	3.315.501	100.274	80.739	1.185.295	1.266.034
1945	3.350.262	89.567	71.822	1.101.405	1.173.227
1946	3.309.445	109.742	62.905	1.132.076	1.194.981
1947	3.189.640	142.236	61.614	1.019.674	1.081.288

As toneladas de bagagens e encomendas, bem como a de mercadorias transportadas no ultimo ano foram as menores do quinquenio. Tambem o numero de passageiros foi dos mais reduzidos.

No entanto o trabalho realizado pelos trens de passageiros e de cargas, indicado pelo numero de toneladas de peso util remunerado, cresceu no ultimo ano, conforme demonstração abaixo:

em 1943 — 329.357.204 ton-km. de peso util remunerado
" 1944 — 281.980.230 " " " " "
" 1945 — 249.301.848 " " " " "
" 1946 — 270.469.383 " " " " "
" 1947 — 290.619.688 " " " " "

Havendo decrescido a tonelagem transportada, esse aumento de tonelagem-quilometro indica um acréscimo do percurso médio, com repercussão desfavoravel na receita média dos transportes e no saldo liquido da exploração ferroviaria.

Esse numento do percurso médio é consequente do afastamento continuo *das regiões de maior valor economico*, na zona servida pela Estrada.

Verifica-se por isso, mais uma vez, o acerto das medidas tomadas, tendentes a, pela revisão dos tracados, diminuir substancialmente o custo médio dos transportes e, pelo fomento das atividades economicas das nossas zonas, aumentar a densidade de trafego, principalmente nas regiões mais proximas e mais depauperadas.

Infelizmente os resultados dessas medidas, embora seguros, são demorados.

Pelos dados que adiante se alinham podereis aquilatar do movimento financeiro da nossa Emprêsa no ano proximo findo em comparação com os do quatro ultimos anos anteriores:

Ano	Receita Inclusive Parte Comercial	Despesa Ferroviaria	Saldo
	Cr$	Cr$	Cr$
1943	90.599.550,20	66.980.670,10	23.918.880,10
1944	122.205.142,60	89.212.634,90	33.992.507,70
1945	140.462.724,10	121.234.682,40	19.240.041,70
1946	154.609,10	153.103.878,90	29.540.781,20
1947	627,90	163.709.863,00	22.785.464,90

Pela assembléia geral ordinária do ano, feito pela [illegible] e contas referentes ao ano de 1946, conforme consta da ata respectiva, que a este anexamos por cópia. Outra assembléia foi realizada a 26 de Fevereiro, ficando pela mesma a Diretoria autorizada a lançar um empréstimo sôbre debêntures para resgate do anterior de Cr$ 130.000.000,00, operação que deixou de ser utilizada por motivo da forte depressão verificada em nosso mercado de titulos.

DIRETORIA

As reuniões da Diretoria efetuaram-se semanalmente, de acordo com os Estatutos, registrando-se quando precisa várias sessões extraordinárias, para exame e deliberação de *assuntos de maiores urgencia. Em virtude de licença* concedida ao sr. dr. Joaquim Linaeus Leite Ribeiro, passou a substitui-lo, como diretor, o sr. dr. Aldo Maria de Azevedo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração reuniu-se uma vez por mês, tendo prestado à Companhia, com esclarecida eficiência, os serviços que lhe são prescritos pelos nossos Estatutos.

CONSELHO FISCAL

Contribuindo com valiosa colaboração, desempenharam as funções de membros dêste Conselho os srs. dr. Julio Augusto da Cunha, Antonio Affonsó Pereira Lima e dr. Everardo Toledo Bandeira de Melo, servindo como Suplentes os srs. dr. João Batista de Piquedredo Costa, dr. Renato *Mata e dr. Marcos Mellega. Nesta* reunião deverels eleger novo Conselho, para funcionar no exercicio seguinte.

EMPRESTIMO SOBRE DEBENTURES

Em conformidade com dispositivo do contrato autorizado pela assembléia de 28 de Junho de 1940, realizou-se o resgate das debêntures do empréstimo de Cr$ 130.000.000,00 correspondente ao ano de 1947, elevando-se a 11.470 o numero total das resgatadas até 31 de Dezembro último e a Cr$ 2.373.597,50 a soma aplicada no pagamento do mesmo empréstimo.

RECEITA

A receita apurada durante o ano nas seis linhas da Companhia, foi de Cr$ 166.043.139,70. Somada à receita comercial, teremos o total de Cr$ *187.495.427,60, assim discriminado:*

Tronco e Ramais	117.745.579,90	
Rio Grande e Caldas	10.842.293,00	
Cataião	20.895.279,50	
Guaxupé	1.307.306,10	
Tiluti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	10.476.293,70	
Igarapava a Uberaba	4.886.394,50	166.043.139,70
Parte Comercial		21.450.287,90
Soma	Cr$	187.495.427,60

Confrontando-se o total acima com o do ano anterior, verifica-se o [illegible] parcial:

Igarapava a Uberaba .. .. — 4.886.394,50
Parte Comercial .. .. — 7.648.476,60 11..

RENDA GERAL

De acôrdo com o que ficou demonstrado a receita de 1947, foi de ..... Cr$ 23.765.464,60 [illegible] [illegible] deduzidas as seguintes [illegible] pesa comercial:

Outros Impostos [illegible] pela Companhia, mas [illegible]
Imposto de Renda 1.638.333,00
Da Industrias e Profissões 60.000,00
Da Direitos Alfandegarios 1.305.307,80
Do Imposto Sindical 5.000,00

O primeiro que serão apresentados [illegible] vimento das transferencias de ações realizadas durante o ano:

(Continua na pag. seguinte)

Companhia M[illegible]na de Estradas de Ferro

[illegible]ERCICIO DE 1947

[illegible]NCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

[illegible] BAL[illegible]

ATIVO

INVESTIMENTOS		
Linhas Férreas e s/ Aparelhamento		270.
Obras em Andamento por conta da Taxa Adicional de 10% Federal		113.
Melhoramentos Custeados por Taxas Adicionais		
Federais	18.311.562,50	
Estadual de São Paulo	32.667.443,50	
Estadual de Minas Gerais	58.593,50	
Imóveis Estranhos ao Serviço Ferroviário		
Hortos Florestais	6.307.481,90	
Terrenos	3.010.[illegible]	
Títulos da Dívida Pública		
Apólices e Obrigações Federais	717.400,00	
Obrigações do Guerra	1.663.000,00	
Apólices e Obrigações Paulista	5.000,00	
Títulos de Créditos Diversos		
Ações e Debêntures		2[illegible]
Investimentos em Companhias Filiadas		
Ações da Cia. Mogiana de Transportes		[illegible].620.[illegible]19,70
VALORES DISPONIVEIS		
.. ..		
Estações — C/Caixa		2[illegible]
Rendas em Trânsito		6.[illegible]58.[illegible]82,50
Bancos		
VALORES REALIZAVEIS		
Materiais nos Almoxarifados e Depósitos		6[illegible]
Títulos a Receber, Depósitos Especiais e Cauções e Receita a Receber		7[illegible]
Tráfego Mútuo		[illegible]
Governo Federal		
Transportes	3.179.711,70	
Indenizações a Receber	422.845,80	[illegible]
Governos Estaduais e Municipais		3[illegible]
Contas Devedoras Diversas		
Contas Correntes Diversas		152.[illegible]92.[illegible]66,70
VALORES PARA FINS ESPECIAIS		
Depositários do Adicional de 10% s/ Tarifas		47[illegible]
Depositários de Provisões p/ Riscos Diversos		2.[illegible]32.212,00
Depósitos para Defesas e Recursos		
VALORES DIFERIDOS E AMORTIZAVEIS		
Despesas Antecipadas		38.[illegible]38.[illegible]53,50
Despesas a Recuperar		
CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO		
Acionistas		2.[illegible]55.750,00
		[illegible]85.942.950,40
VALORES DE COMPENSAÇÃO		
Títulos Recebidos em Caução		1.[illegible]
Bens de Terceiros		80.[illegible]
Títulos Depositados em Caução		21.[illegible]
Fianças Ativas		
Juros a Restituir		
Juros Garantidos — Linha Rio Grande e Caldas	2.632.[illegible]20,50	
Governo Federal — c/ Restituição de Juros	3.011.341,80	
Juros Garantidos — Linha Cataião	13.382.207,30	[illegible]
Títulos Depositados em Custódia		124.[illegible]36.[illegible]82,60
Serviços Contratados		1.[illegible]
CONTAS DE RISCOS		
Créditos Contra		60.000.000,00

PASSIVO

PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital		120.000.000,00
Adicional de 10% s/ Tarifas Fundo de Melhoramentos		
Federal	39.003.132,40	
Estadual de São Paulo	49.796.585,40	
Estadual de Minas Gerais	783.432,70	89.513.100,50
Adicional de 10% s/ Tarifas — Fundo de Renovação Patrimonial		
Federal	14.253.737,00	
Estadual de São Paulo	36.286.002,00	
Estadual de Minas Gerais	363.857,10	50.905.596,00 237.418.752,50
RESPONSABILIDADES A LONGO PRAZO		
Obrigações		
Empréstimo de 1940		127.706.000,00
RESPONSABILIDADES COM GARANTIAS ESPECIAIS		
Credores c/ Garantias de Caução em Títulos		23 650.848,70
Credores Pignoraticios		114.431.785,30 139.082.632,00
RESPONSABILIDADES CORRENTES		
Cia. Mogiana de Transportes		2.468.[illegible]98,50
Títulos a Pagar		45.731.[illegible]92,70
Pessoal a Pagar — Certificados		178.340,50
Caixa de Aposentadoria e Pensões		
Conta de Movimento	43.711,90	
Carteira de Empréstimos	1.397.007,58	
Quota de Previdência a Pagar	26.554,80	
Secção Predial	99.808,90	
Contribuições	6.786.245,09	
Seguro Doença	280,70	8.282.617,80
Dividendos		
Do 1.º Semestre de 1947 4.107.902,90		
MENOS: — Já pagos 3.397.259,40	710.632,50	
Não Reclamados	1.156.703,40	1.867.[illegible]35,90
Impostos a Recolher		592.[illegible]61,40
Juros de Obrigações a Pagar		3.031.503,10
Fornecedores		8.[illegible]244,80 82.47[illegible]974,80
LUCROS DIFERIDOS		
Provisões para Riscos Diversos		200.000,00
Saldos Não Reclamados		15.479,30 215.479,30
LUCROS E RESERVAS		
Reservas para Aumentos e Melhoramentos		
Fundo de Melhoramentos Gerais	46.318.501,70	
Fundo de Reflorestamento	8.000.000,00	54.318.501,70
Reservas para Amortizações de Dívidas		
Fundo de Resgate de Debêntures		2.[illegible]34.[illegible]000,00
Saldo da Conta de Lucros e Perdas		207.422,20
Reservas Gerais		
Fundo de Reserva Legal	3.100.206,00	
Fundo de Reserva Especial	1.000.000,00	4.100.206,00 60.970.219,90
VALORES DIFERIDOS		
Receita a Classificar		74.891,80
	Cr$	[illegible]66.[illegible]42.950,40
PASSIVO DE COMPENSAÇÃO		
Credores em Cauções em Títulos		1.[illegible]55.200,00
Credores de Bens de Terceiros		80.[illegible]000,00
Depósitos de Garantia		21.[illegible]154.176,80
Garantias Pessoais Diversas		12.[illegible]500,00
Governo Federal — c/ Garantia de Juros		10.[illegible]838.[illegible]345,30
Depositário de Títulos em Custódia		892.[illegible]000,00
Contratos de Serviços		1.[illegible]705.[illegible]950,30 124.[illegible]176.[illegible]882,60
CONTAS DE RISCOS		
Contratos de Créditos		60.[illegible]000.[illegible]000,00
	Cr$	[illegible]51.[illegible]079.[illegible]830,00

quatro ultimos anos anteriores:

Ano	Receita Incluindo Parte Comercial	Despesa Permitida	Saldo
	Cr$	Cr$	Cr$
1943	80.890.650,20	60.[illegible]	33.[illegible]
1944	[illegible]	[illegible]	35.[illegible]
1945	[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible] e a de fevereiro, dirigido pela mesma à Diretoria, [illegible] competentemente afim de debaturas para resgate do anterior de Cr$ 130.000.000,00, operação que deixou de ser ultimada por motivo da forte depressão verificada em nosso mercado de títulos.

DIRETORIA

As reuniões da Diretoria efetuaram-se semanalmente, de acordo com os Estatutos, registrando-se quando preciso várias sessões extraordinárias, para exame e deliberação de assuntos de natureza urgente. Em virtude de licença concedida ao sr. dr. Joaquim Libanio Leite Ribeiro, passou a substitui-lo, como diretor, o sr. dr. Aldo Mário de Azevedo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração reuniu-se uma vez por mês, tendo prestado à Companhia, com esclarecida eficiência, os serviços que lhe são prescritos pelos nossos Estatutos.

CONSELHO FISCAL

Contribuindo com valiosa *colaboração, desempenharam as* funções de membros desse Conselho os srs. dr. Julio Augusto da Cunha, Antonio Aimoré Pereira Lima e dr. Everardo Toledo Bandeira de Melo, servindo como Suplentes os srs. dr. João Batista de Figueiredo Costa, dr. Renato Hinds e dr. Marcos Mellega. Nesta reunião deverá eleger novo Conselho, para funcionar no exercício seguinte.

EMPRESTIMO SOBRE DEBENTURES

Em conformidade com dispositivo do contrato autorizado pela assembléia de 28 de Junho de 1940, realizou-se o resgate das debêntures do empréstimo de Cr$ 130.000.000,00, correspondente ao ano de 1947, elevando-se a 11.470 o número total das resgatadas até 31 de Dezembro último e a Cr$ 2.375.507,50 a soma aplicada no pagamento do mesmo empréstimo.

RECEITA

A receita apurada durante o ano nas seis linhas da Companhia, foi de Cr$ 150.045.139,70. Somada à receita comercial, teremos o total de Cr$ 187.495.427,60, assim discriminado:

Tronco e Ramais	117.745.578,90	
Rio Grande e Caldas	10.942.203,00	
Cataião	20.855.270,60	
Guaxupé	1.307.305,10	
Tutuiti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	10.476.282,70	
Igarapava a Uberaba	4.686.354,50	166.045.139,70
Parte Comercial		21.450.287,90
Soma	Cr$	187.495.427,60

Confrontando-se o total acima com o do ano anterior, verifica-se o aumento de Cr$ 2.849.707,50, composto das seguintes parcelas:

Tronco e Ramais	1.194.788,80	
Rio Grande e Caldas	— 983.865,30	
Cataião	2.364.441,80	
Guaxupé	93.145,40	
Tutuiti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	1.593.738,40	
Igarapava a Uberaba	428.727,10	4.690.956,20
Parte Comercial		1.832.186,70
Soma	Cr$	2.849.707,50

DESPESA

Na parte propriamente ferroviária a despesa elevou-se a Cr$ ..... 163.700.963,60, que assim se desdobra:

Tronco e Ramais	104.087.899,50	
Rio Grande e Caldas	16.495.639,10	
Cataião	24.314.207,00	
Guaxupé	1.374.450,00	
Tutuiti a Passos e de Guaxupé a Biguatinga	13.508.487,60	
Igarapava a Uberaba	3.840.180,30	163.700.963,60

Cotejada com a do ano precedente, acusa o acréscimo de Cr$ ..... 8.604.084,10, constante da demonstração abaixo:

Imóveis Estranhos ao Serviço Ferroviário
Hortos Florestais 6.397.497,30
Terrenos ..... 2.630.[illegible]

Títulos da Dívida Pública
Apólices e Obrigações Federais .... [illegible]
Obrigações de Guerra 1.683.000,00
Apólices e Obrigações Paulista .... [illegible]

Títulos de Créditos Diversos
Ações e Debêntures .....

Investimentos em Companhias Filiadas
Ações da Cia. [illegible] de Transportes .....

VALORES DISPONIVEIS

Caixa e Encarregados
Bancos em Tesouraria .....
Bancos .....

VALORES REALIZAVEIS

Materiais nos Almoxarifados e Depósitos .....
Títulos a Receber, Depósitos Especiais e Cauções a Receita a Receber .....
Tráfego Mútuo .....

Governo Federal
Transportes .....
Indenizações a Receber .....

Governos Estaduais e Municipais .....
Contas Devedoras Diversas .....
Contas Correntes Diversas .....

VALORES PARA FINS ESPECIAIS
Depositários do Adicional de 10% s/ Tarifas .....
Depositários de Provisões p/ Riscos Diversos .....
Depósitos para Defesas e Recursos .....

VALORES DIFERIDOS E AMORTIZAVEIS
Despesas Antecipadas .....
Despesas a Recuperar .....

CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO
Acionistas .....

VALORES DE COMPENSAÇÃO
Títulos Recebidos em Caução .....
Bens de Terceiros .....
Títulos Depositados em Caução .....
Fianças Ativas .....

Juros a Restituir
Juros Garantidos — Linha Rio Grande e Caldas 2.632.510,20
Governo Federal — s/ Restituição de Juros 2.811.341,20
Juros Garantidos — Linha Cataião 13.382.297,20

Títulos Depositados em Custódia .....
Serviços Contratados .....

CONTAS DE RISCOS
Créditos Contratados .....

Federal ..... 14.283.777,[illegible]
Estadual de São Paulo 36.288.003,00
Estadual de Minas Gerais 303.837,10 50.905.588,00 257.418.752,30

RESPONSABILIDADES A LONGO PRAZO
Obrigações
Empréstimo de 1940 ..... 127.706.000,00

RESPONSABILIDADES COM GARANTIAS ESPECIAIS
Credores c/ Garantias de Caução em Títulos 23.650.846,70
Credores Pignoratícios 114.631.783,30 138.282.630,00

RESPONSABILIDADES CONTINGENTES
Cia. Mogiana de Transportes ..... [illegible]
Títulos a Pagar ..... [illegible]
Fianças a Pagar — Contratos ..... [illegible]

Caixa de Encarregados e Agentes
Conta de Mordomo 47.711,90
Caixeiros 1.307.307,50
Caixa de Previdência a Pagar 36.554,80
Receita Predial 90.008,90
Contribuições 6.786.245,70
Seguro Doença 280,70 8.269.817,50

Dividendos
Do 1º Semestre de 1947 4.107.902,00
MENOS: — Já pagos 3.397.250,40 710.652,55
Não Reclamados 1.156.799,40 1.867.451,95

Imposto a Recolher 552.081,40
Juros de Obrigações a Pagar 3.931.503,10
Fornecedores 8.386.244,80 82.474.974,80

LUCROS DIFERIDOS
Provisões para Riscos Diversos 200.000,00
Saldos Não Reclamados 15.479,30 215.479,30

LUCROS E RESERVAS
Reservas para Aumentos e Melhoramentos
Fundo de Melhoramentos Gerais 46.218.501,70
Fundo de Reflorestamento 8.000.000,00 54.218.501,70

Reservas para Amortizações de Dívidas
Fundo de Resgate de Debêntures 2.264.000,00
Saldo da Conta de Lucros e Perdas 207.422,20

Reservas Gerais
Fundo de Reserva Legal 3.190.396,00
Fundo de Reserva Especial 1.000.000,00 4.190.396,00 60.970.319,90

VALORES DIFERIDOS
Receita a Classificar 74.891,00

Cr$ 508.242.956,40

PASSIVO DE COMPENSAÇÃO
Credores em Cauções em Títulos 1.856.200,00
Credores de Bens de Terceiros 80.000.000,00
Depósitos de Garantia 21.154.176,80
Garantias Prestadas Diversas 12.500,00
Governo Federal — c/ Garantia de Juros 10.826.149,30
Depositário de Títulos em Custódia 882.900,00
Contratos de Serviços 1.705.956,50 124.136.882,60

CONTAS DE RISCOS
Contratos de Créditos 50.000.000,00

Cr$ 851.079.839,00

ESCRITORIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

PARECER DOS AUDITORES

[illegible] NACIONAL S/A. — Peritos em Contabilidade [illegible] infra-assinado, Contador legalmente habilitado, [illegible] a exatidão do presente Balanço da COMPANHIA [illegible] DE ESTRADAS DE FERRO, levantado em 31 [illegible], o qual corresponde, fielmente, à posição [illegible] de acordo com os livros e os documentos [illegible]

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

(a) Francisco Alves Junior
Diretor

A DIRETORIA

Amadeu Gomes de Sousa
Claudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary F. Torres
Aldo Mário de Azevedo

O CHEFE DO ESCRITORIO CENTRAL
Orestes de Moraes Alves

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Altemiro de Sousa Leite
Contador — Reg. n.º 2.177

ATALAIA - Companhia

SÉDE: — CURITIBA — PA

RELATORIO DA DIRETORIA — AN

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinações legais e estatutarias submetemos ao vosso criterioso julgamento o presente relatorio, o Balanço e a conta de lucros e perdas, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, todos relativos às operações sociais no 8.o ano de funcionamento desta Companhia, findo em 31 de dezembro de 1947.

RECEITA

A grande depressão economica que o país vem sofrendo, afetando seriamente a quantidade e o preço de numerosos produtos, influiu necessariamente nas operações de seguro, que já não mais atingem o vulto que alcançaram nos anos precedentes. O excessivo numero de companhias de seguros dos ramos elementares, fundadas ultimamente, desenvolveram nas principais praças uma feroz e desenfreada concorrencia, em que compartilham as novas seguradoras querendo formar carteiras e as velhas lutando pela sua sobrevivencia. Daí forçosamente a diminuição da produção da materia das companhias e um encarecimento notavel do custo de aquisição dos seguros. A par disso, a concorrencia influiu tambem sobre os salarios e comissões, obrigando as companhias a constantes elevações que refletiram desfavoravelmente nos resultados financeiros. Confirmando os conceitos emitidos em nosso relatorio de 1947, podemos assegurar que efetivamente já passou a época da prosperidade facil para as companhias de seguros. Como bem atestaram os balanços pobres e negativos da materia, as seguradoras atravessam agora uma fase dificil e deficitaria,

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina, que formam a base de nossa receita, tivemos em 1947 de partilhar com duas novas congeneres, uma com séde em Curitiba e outra em Joinvile.

A nossa companhia não poderia escapar á influencia de tantos fatores contrarios e daí o estacionamento da produção no mesmo nivel do ano anterior e um lucro inferior aos dos anos passados.

A produção de premios diretos, resseguros e retrocessões, atingiu a Cr$ 11.093.437,00. A receita total, incluida a reversão das reservas tecnicas do ano anterior, elevou-se a Cr$ 10.046.122,40.

DESPESA

Continua no seu ritmo ascendente a despesa geral, que no ano findo subiu a Cr$ 10.386.969,40, computadas neste total as parcelas destinadas á constituição das reservas tecnicas.

RESULTADO FINANCEIRO

Confrontando a despesa com a receita, resulta um lucro liquido de Cr$ 261.153,00, para o qual, atendidas as prescrições legais e sociais, propomos a seguinte distribuição:

Fundo de Reserva Legal	Cr$	13.057,60
Fundo de Reserva Garantia ...	Cr$	26.115,20
Fundo de Reserva Garantia de Retrocessões	Cr$	13.057,60
Fundo de Reserva de Bonificação	Cr$	13.253,30
Dividendo aos acionistas	Cr$	180.000,00
Percentagem á Diretoria	Cr$	15.669,30
	Cr$	261.153,00

CAPITAL E RESERVAS

O capital continua inalterado, na cifra de Cr$ .....

1.500.000,00, e não vemos necessidade de aumentá-lo.

As reservas crescem de ano para ano, acompanhando a propria evolução da companhia. As tecnicas somam a Cr$ ... A de oscilação de titulos a Cr$ 53.866,80 e a ... a Cr$ 855.290,10, totalizando Cr$ 5.496.386,60.

Capital e reservas estão aplicados em imoveis, titulos de renda e depositos bancarios, constituindo garantias aos segurados e acionistas. O patrimonio discrimina-se do seguinte modo:

1 — Predio de 3 andares á rua Barão do ... ns. 108 e 116, Curitiba.
2 — Casas de residencia á av. Rep. Argentina, e 216, Curitiba.
3 — Lotes urbanos á av. Curitiba, em ... (Paraná)
2 — Lotes urbanos em Maringá (Paraná).
1 — Conjunto de 8 salas do predio "Debret", 23, Rio de Janeiro.
1 — Apartamento residencial no predio "Fá... N. S. Fátima, 73, Rio de Janeiro.
1 — Deposito no sub-solo do predio "Fátima" N. S. Fátima, 73, Rio de Janeiro.

SINISTROS E AVARIAS

Com a agravação cada vez maior da crise financeira nacional inexplicavelmente aumentaram os sinistros e avarias, sendo que no ultimo trimestre incendios tiveram um grande surto. Prejuizos consideraveis ocorreram, os quais, adicionados aos que estamos ... no ramo transporte, diminuiram sensivelmente a companhia.

Convem assinalar que no ano findo, por ... campanha de repressão ao roubo de mercadorias em ... alto, especialmente por via maritima e em particular os portos do centro e norte do país, empreendida pela legacia de Portos e Litoral, chefiada pelo ativo ... sr. Dr. Elido Jorge, e amparada fortemente pelo ... do Resseguros do Brasil, sentimos já que os roubos ... diminuiram consideravelmente. Fazemos votos para ... campanha moralizadora prossiga e que não vinga ... capciosos projetos apresentados á Camara dos ... extinguindo essa benemerita delegacia.

NOVAS SEDES.

Iniciamos este ano na nova séde, á rua Senador Branco, 674, no magnifico predio de propriedade ... co-irmã, a Atalaia - Cia. de Seguros contra Acidentes do Trabalho. Com salas espaçosas, claras e arejadas, os balhos se processam num ambiente alegre e sadio que não dispunhamos quando instalados na ... Novembro, n. 816 Esperamos que essa melhoria ... ta no rendimento do trabalho dos funcionarios ... mais perfeita organização dos nossos serviços.

Tambem no Rio de Janeiro, transferimos nossa ... sul para um conjunto de salas proprias, no ... do Edificio "Debret", na Esplanada do Castelo ... mos magnificamente bem instaladas. As salas ... das pela nossa Sucursal, foram alugadas a ... terceiros, ... lenda compensadora.

No proximo mês será inaugurada a nova ... cursal de São Paulo, que então passará a ... no 1.o e 2.o andares do Edificio "Atalaia", de ... nossa co-irmã Atalaia - Cia. de Seguros contra ... do Trabalho, á rua Senador Feijó, 163, em ... bem servidas de luz e ar.

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DE...

ATIVO

Codigo	Conta	Parcial	Total
	IMOBILIZADO		
3111	Imoveis	1.076.651,00	
3121	Moveis, Maquinas e Utensilios	173.137,40	
3131	... ...	35.384,00	1.285.172,40

Codigo		Parcial	Total
	NÃO-		
4121	Capital		
4141	Reserva		
4182	... ...		

...eguros Gerais

...947

E assim, a Matriz e as duas Sucursais estão agora com suas instalações definitivas, adequadas ao seu grande movimento e seu constante progresso.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS

Cordiais e compreensivas como sempre, continuam sendo as nossas relações com o orgão federal incumbido da fiscalização das operações de seguros no Brasil. Em seu Ilustre Diretor, Dr. Amilcar Santos, e em seus dignos Delegado Regional Dr. J. C. Araujo Viana e Fiscais, encontramos sempre toda a boa vontade para dirimir duvidas ou questões atinentes ás operações de seguros. Mister é que ressaltemos a ação energica e justa, porém sempre amistosa e conciliadora de todos os seus elementos.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Da mesma maneira prosseguem num clima de compreensão e cordialidade as relações desta Companhia com o Instituto de Resseguros do Brasil, (IRB). Embora substituidos por outros não menos dignos e esforçados, o que faz manter inteira nossa confiança na administração desse orgão, é de se lamentar a perda de alguns dos seus mais capazes tecnicos, como os srs. Carlos Metz, Miguelotte Viana, Rodrigo Médicis, Sergio Coelho, Frederico Rangel, Adalberto Darcy e outros que foram as vigas mestras desse notavel criação do eminente Dr. João Carlos Vital.

ASSEMBLEIA GERAL

Além da assembleia geral ordinaria de março de 1947, nenhuma outra se realizou no ano findo. Está convocada para o dia 22 de março proximo futuro, a assembléia geral anual de 1948, de prestação de contas e eleição dos diretores e conselheiros fiscais para os proximos periodos administrativos.

CONSELHO FISCAL

Cumprindo plenamente com os seus deveres legais e estatutarios desempenharam-se os srs Conselheiros Fiscais das suas incumbencias, examinando as contas e atos da companhia, colaborando eficiente e lealmente com a diretoria. E' de justiça que se proclame o nosso agradecimento pela sua cooperação no ano relatado.

COLABORADORES E FUNCIONARIOS

Mais uma vez é-nos grato reconhecer e louvar a colaboração leal e proveitosa que nos prestaram os nossos Agentes, Sub-agentes, Corretores e Funcionarios em geral, cumprindo cada um com o seu dever e defendendo com empenho os interesses da Companhia nos seus respectivos setores de trabalho. Os poucos que não souberam honrar os seus cargos e corresponder á confiança da diretoria, merecem mais a nossa comiseração do que censura.

Correspondemos o merito e a colaboração de cada um, remunerando melhor e dando participação nos lucros.

CONCLUSÃO

Colocando-nos á vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos de que necessitardes, encerramos este relatorio, congratulando-nos convosco, senhores acionistas, pelo crescente conceito de nossa companhi- e pela solidez de sua situação economica e financeira.

Curitiba, 14 de fevereiro de 1948.

OTHON MADER
JOSÉ' BETTEGA
A. TH. CARLI
DONCEL PIZZATTO
Diretores.

PASSIVO

		Parcial	Total
... ...		1.500.000,00	
... de Titulos		53.866,80	

LANIFICIO HELIOS S/A.

ATA DA ASSEMBLE'IA GERAL ORDINARIA DO LANIFICIO HELIOS S/A., REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1948

Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e oito, ás quinze horas, reunidos na séde social, á rua Riachuelo n. 1, na capital de São Paulo, conforme convocação feita no "Diario Oficial" do Estado de São Paulo e no jornal "Correio Paulistano" nos dias 3, 4 e 5 de março do corrente, verificou-se a presença dos acionistas na sua maioria representando novecentas e noventa ações — (990) — conforme assinatu- no respectivo "LIVRO DE PRESENÇA DE ACIONISTAS", e assumindo a presidencia o senhor Antonio Salim Feres, Diretor Presidente da Sociedade e declara que havendo comparecido a maioria dos acionistas, dava por aberto os trabalhos da ASSEMBLEIA e pedia aos presentes para indicarem um dos acionistas para secretaria-la. Fazendo uso da palavra, depois da mesma lhe ter sido concedida, o acionista dr. Azor Féres, que propõe o acionista Nassin Féres para secretario da Assembléia, proposta esta que foi aprovada por maioria absoluta de votos.

Constituida assim a Mesa, o sr. presidente, dando inicio aos trabalhos solicita ao sr. Nassin Féres que proceda a leitura dos editais de convocação, o que foi feita.

Em seguida e de acordo com a primeira ordem do dia, o sr. presidente pede ao sr. Nassin Féres que proceda a leitura do Relatorio da Diretoria, Balanço Geral, demonstração das contas bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercicio findo.

Solicitando a palavra o acionista dr. Azor Féres, propõe que seja dispensada a leitura dos referidos documentos, em vista dos mesmos já serem do conhecimento de todos pelas publicações feitas nos jornais. Posta em votação, foi esta proposta concordada por maioria absoluta de votos, a seguir, o sr. presidente submete a discussão e aprovação o Relatorio, Balanço, Contas e Parecer do Conselho Fiscal, sendo estes documentos aprovados por maioria absoluta de votos não tendo votado os investidos por lei.

Continuando os trabalhos, o sr. presidente declara que os senhores acionistas devem proceder a eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, para o exercicio de mil novecentos e quarenta e oito.

Concedida a palavra ao acionista dr. Seba José Féres, o mesmo propõe a Assembléia a reeleição dos srs. Humberto Barbosa, José Giancoli, Mario Gil Gomes, para membros do Conselho Fiscal, com os honorarios de quinhentos cruzeiros — (Cr$ 500.00) — anuais para cada um, e reeleição dos srs. Armando Primo Baraldi, Antonio Pereira e Dionezio Jamelli para suplentes.

Posta em votação a proposta do acionista dr. Seba José Féres, foi a mesma aprovada por maioria absoluta de votos, em vista do que o sr. presidente declara eleitos membros e suplentes do Conselho Fiscal, para o exercicio de mil novecentos e quarenta e oito, as pessoas acima mencionadas.

Terminada a ordem do dia, o sr. presidente oferece a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguem se prevalecesse dessa oferta, o sr. presidente suspendeu os trabalhos para ser lavrada a presente ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. Eu Nassin Féres a escrevi.

São Paulo, 18 de março de 1948

(a) — Antonio Salim Féres — Dir. Presidente
(a) — Dr. Azor Féres — Diretor, Superintendente
(a) — Nassin Feres — Secretario
(a) — Dr. Seba José Féres
(a) — Gabriel Simão
(a) — Jamil Simão
(a) — Anisa Chcar Féres

Certifico que a presente é copia fiel da ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA, transcrita ás fls. 4 e 5 do Livro de ATAS DAS ASSEMBLEIAS GERAIS, em poder da SOCIEDADE.

Antonio Salim Féres — Dir. Presidente.

JUNTA COMERCIAL
São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que o LANIFICIO HELIOS S. A., com séde nesta capital, arquivou nesta Repartição, sob numero 36.547 por despacho na Junta Comercial, em sessão de 13 de abril de 1948 a ata da Assembléia Geral Ordinaria dos seus acionistas, realizada em 18 de março de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua Diretoria, relativa ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos atinentes a Assembléia Geral Ordinaria, do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 19 de abril de 1948. - Eu Judith Miranda, escriturario a escrevi, conferi e assino — Judith Miranda. — E eu Guiomar de Andrades Mendes, chefe da secção do Expediente e Correspondencia, a subscrevo e assino Guiomar de Andrades Mendes.

CERAMICA UNIÃO CORRADINI SOCIEDADE ANONIMA — JUQUI'AÍ

ATA DA ASSEMBLE'IA GERAL ORDINARIA REALIZADA NO DIA 12 (DOZE) DE ABRIL DE 1948

Aos doze dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e oito às dezesseis horas, em sua séde social, no interior, na Cidade, sem número, [illegible] acionistas e domiciliados na Capital de São Paulo e, para suplentes os srs. Armando Angelini, brasileiro, solteiro,

no ano findo subia a Cr$ 18.386.909,40, computadas neste total as parcelas destinadas à constituição das reservas técnicas.

RESULTADO FINANCEIRO

Confrontando a despesa com a receita, resulta um lucro liquido de Cr$ 261.153,00, para o qual, atendidas as prescrições legais e sociais, propomos a seguinte distribuição:

Fundo de Reserva Legal	Cr$	13.057,60
Fundo de Reserva Garantia ...	Cr$	26.115,30
Fundo de Reserva Garantia de Retrocessões	Cr$	13.057,60
Fundo de Reserva de Bonificação	Cr$	13.263,30
Dividendo aos acionistas	Cr$	160.000,00
Percentagem à Diretoria	Cr$	15.660,20
	Cr$	261.153,00

CAPITAL E RESERVAS

O capital continua inalterado, na cifra de Cr$ .....

Anexamos este ano na nova sede, a rua Barão Branco, 574, no magnifico predio de propriedade co-irmã, a Atalaia - Cia. de Seguros contra Trabalho. Com salas espaçosas, claras e arejadas, balhos se processam num ambiente alegre e mo que não dispuniamos quando instalados na P Novembro, n. 618. Esperamos que essa melhoria ta no rendimento do trabalho dos funcionarios mais perfeita organização dos nossos serviços.

Tambem no Rio de Janeiro, transferimos-se nal para um conjunto de salas proprias, no do Edificio "Debret", na Esplanada do Castelo mos magnificamente bem instalados. As salas das pela nossa Sucursal, foram alugadas a terce duzindo renda compensadora.

No proximo mês será inaugurada a nova sucursal de São Paulo, que então passará a funcionar nos 1.o e 2.o andares do Edificio "Atalaia", de propriedade nossa co-irmã Atalaia - Cia. de Seguros contra do Trabalho, à rua Senador Feijó, 103, em sala bem servidas de luz e ar.

Agentes, Sub-agentes, Corretores e Funcionarios em geral, cumprindo cada um com o seu dever e defendendo com empenho os interesses da Companhia nos seus respectivos setores de trabalho. Os poucos que não souberam honrar os seus cargos e corresponder à confiança da diretoria, merecem mais a nossa comiseração do que censura.

Correspondemos o merito e a colaboração de cada um, remunerando melhor e dando participação nos lucros.

CONCLUSÃO

Colocando-nos à vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos do que necessitardes, encerramos este relatorio, congratulando-nos convosco, senhores acionistas, pelo crescente conceito de nossa companhia e pela solidez de sua situação economica e financeira.

Curitiba, 14 de fevereiro de 1948.

OTHON MADER
JOSE' BETTEGA
A. TH. CARLI
DORCEL PIZZATTO
Diretores.

BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEM

ATIVO

Codigo	Conta	Parcial	Total
	IMOBILIZADO		
3111	Imoveis	1.078.651,90	
3121	Moveis, Maquinas e Utensilios	173.137,40	
3141	Almoxarifado	35.384,00	1.285.173,30
	REALIZAVEL		
3211	Titulos da Divida Publica Interna Federal	359.048,00	
3212	Titulos da Divida Publica Interna Estadual	105.418,00	
3216	Ações de Sociedades	48.630,00	
3217	Ações do I.R.B.	66.064,30	
3231	I.R.B. - C/Ret. de Reservas	312.264,60	
3233	Sociedades Congeneres	350.590,70	
3234	Agencias e Sucursais	69.419,20	
3235	Agentes e Corretores	215.672,70	
3239	Contas Correntes	154.511,10	
3241	Apolices em Cobrança	2.053.102,40	
3243	Juros a Receber	20.242,20	
3244	Alugueis a Receber	2.200,00	
3299	Diversos	262.420,60	3.930.456,00
	DISPONIVEL		
3311	Dep[illegible] Emprestimos	2.823.249,70	
3321	[illegible]	77	
	CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
3911	Tesouro Nacional C/Deposito de Titulos	200.000,00	
3931	Ações em Caução	80.000,00	
3951	Sinistros Avisados	1.421.516,60	1.701.516,60
	TOTAL GERAL	Cr$	9.812.096,50

PASSIVO

Codigo	Conta	Parcial	Total
	NÃO E[illegible]		
4111	Capital	1.500.000,00	
4141	Reserva	53.066,80	
4199	Diver[illegible]	955.295,10	2.508.162,90
	RESER[illegible]		
4211	Reserva	2.390.405,40	
4221	Reservas Elementares	1.421.518,60	
4231	Reservas Elementares	349.791,00	
4241	Fundo de Retrocessões	125.508,70	4.487.223,10
	EXIGI[illegible]		
4311	Empre[illegible]	63.550,70	
4322	Institu[illegible]	48.719,50	
4324	Sociedades C/Movimento	84.232,80	
4325	Agencias	104.592,90	
4326	Agentes	1.431,90	
4329	Contas Correntes	6.973,80	
4331	Impostos a Recolher	171.601,10	
4332	Contas a Recolher	65.447,50	
4399	Diversos	8.679,20	
	[illegible]	908.963,60	1.114.191,00
4811	Titulos	200.000,00	
4821	Diversos	80.000,00	
4851	Sinistros	1.421.516,60	1.701.516,60
	TOTA[illegible]	Cr$	9.812.096,50

Curitiba, 14 de fevereiro de 1948

Diretores
(aa) OTHON MADER
JOSE' BETTEGA
ANACLETO TH. CARLI
DORCEL PIZZATTO

(a) HAMILCAR FRUET PIZZATTO
Contador Reg. n. C.R.C. 206 — D.E.C. 50502

CONTA DE LUCROS E PERDAS

DEBITO

Codigo	Conta	Parcial	Total
1111	Premios Cancelados de Seguros		410.063,50
1113	Premios Cancelados de Resseguros Aceitos		12.040,60
1115	Premios Cancelados de Retrocessões		34.512,40
1116	Premios de Resseguros em Congeneres		32.873,40
1118	Premios de Resseguros no IRB.		4.703.248,60
1121	Comissões de Seguros		1.684.424,30
1123	Comissões de Resseguros Aceitos		30.841,00
1125	Comissões de Retrocessões		888.408,30
1131	Inspeção de Riscos		306.341,10
1138	Contribuição a Consorcios		17.812,10
1139	Despesas Industriais Diversas		170.030,30
1211	Sinistros de Seguros		4.314.377,70
1212	Sinistros de Resseguros Aceitos		202.834,00
1213	Sinistros de Retrocessões		917.781,20
1201	Despesas com Sinistros de Seguros		82.888,40
1202	Despesas com Sinistros de Resseguros Aceitos		23.173,80
1203	Despesas com Sinistros de Retrocessões		16.371,90
1311	Reserva de Riscos não Expirados de Seguros		1.663.080,10
1312	Reserva de Riscos não Expirados de Resseguros		54.644,20
1313	Reserva de Riscos não Expirados Retrocessões		672.602,10
1321	Reserva de Sinistros a Liquidar de Seguros		736.332,50
1322	Reserva de Sinistros a Liquidar Resseguros		128.631,00
1323	Reserva de Sinistros a Liquidar Retrocessões		556.555,10
1331	Reserva de Contingencia de Seguros		77.216,30
1332	Reserva de Contingencia de Res. Aceitos		2.646,10
1333	Reserva de Contingencia de Retrocessões		46.714,80
	Despesas Administrativas		1.368.203,60
	Despesas de Inversões		103.188,10
	Despesas Diversas		97.151,10
1900	Excedente:		
	Fundo de Reserva Legal: (Art. 27, letra a) de n/Estatutos)		13.057,60
	Fundo de Reserva de Garantia: (Art. 27, letra b) de n/Estatutos)		26.115,30
	Fundo de Garantia de Retrocessões: (Art. 27, letra c) de n/Estatutos)		13.057,60
	Percentagem à Diretoria: (Art. 27, letra ...) de n/Estatutos)		15.660,20

CREDITO

Codigo	Conta	Parcial	Total
2111	Premios [illegible]		6.475.257,50
2113	Premios [illegible] Aceitos		145.253,60
2115	Premios [illegible]		2.370.245,40
2116	Premios [illegible] Resseguros no IRB.		701.207,00
2121	Comissões [illegible]		14.883,60
2123	Comissões [illegible]		1.449.230,70
2139	Receitas [illegible]		20.408,00
2211	Salvados		59.736,30
2212	Recuperação [illegible]		78.858,10
2213	Recuperação [illegible]		2.700.092,70
2216	Recuperação [illegible]		18.520,00
2217	Recuperação [illegible]		69.234,20
2311	Reserva de [illegible]		1.442.863,00
2312	Reserva de [illegible]		98.263,60
2313	Reserva de [illegible]		641.822,80
2321	Reserva de [illegible]		341.460,90
2322	Reserva de [illegible]		270.205,30
2323	Reserva de [illegible]		383.784,20
	Receitas de [illegible]		263.501,30
	Receitas Di[illegible]		15...184,10

CERAMICA UNIÃO CORRADINI SOCIEDADE ANONIMA — JUNDIAI

ATA DA ASSEMBLE'IA GERAL ORDINARIA REALIZADA NO DIA 12 (DOZE) DE ABRIL DE 1948

Aos doze dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e oito as dezesseis horas, em sua séde social, no bairro da Grama, sem numero, nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinaria os acionistas da Ceramica União Corradini Sociedade Anonima. — Cumprindo os estatutos sociais, assumiu a presidencia da Assembléia o diretor-presidente da sociedade, o sr. José Hilario Sammarone, que convidou para secretario, o mem. Arthur Vasques. — Composta a mesa o sr. presidente informou que do Livro de Presença constavam assinaturas representando 1.000 (mil) ações, ou seja representando a totalidade do capital social, estando já essas ações depositadas na séde da sociedade. — Estava, pois, [illegible] a Assembléia. — Inidentes e domiciliados na Capital de São Paulo e, para suplente, o sr. Armando Angelini, brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado no municipio de Santo André; Alberto Niccolini, brasileiro, casado, com residencia e, Ettore Jose Capacioli, brasileiro, casado, comerciario, ambos residentes e domiciliados na Capital de São Paulo, deliberando a Assembléia que os membros efetivos terão os mesmos honorarios que tiveram no exercicio anterior. — Tendo sido satisfeitas as fins da convocação desta Assembléia e as disposições legais, o sr. presidente participa que ainda poderão ser discutidos quaisquer outros assuntos de interesse social; daria, pois, a palavra a quem dela quizesse fazer uso. — Ninguem se [illegible] Nesse, [illegible] foram suspensos [illegible] trabalhos pelo tempo [illegible] afim de [illegible] e votada, recebendo deste [illegible] acionistas aprovação unanime e sem restrições, dela extraindo-se uma copia autentica para os fins legais, indo o original e a copia assinadas pelo sr. presidente da Assembléia, por mim secretario, que a escrevi e subscrevo e por todos os presentes.

(a) José Hilario Sammarone — Presidente da Assembléia.
(a) Arthur Vasques — Secretario da Assembléia.
(a) Americo Sammarone Junior — Acionista.
(a) José Hilario Sammarone — Acionista.
(a) Rachel Aurichio Sammarone — Acionista.
(a) Orlando José Sammarone — Acionista.
(a) Gilda Vittorello Sammarone — Acionista.
(a) José Perrucci Junior — Acionista.
(a) Armando Angelini — Acionista.

[illegible] publicação no "Diario Oficial" do Estado do São Paulo e no jornal "Correio Paulistano" nos dias doze, treze e quatorze do mês proximo passado, bem como o Relatorio da Diretoria, Balanço, demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercicio findo em trinta e um de dezembro de mil novecentos quarenta e sete, e que, tambem haviam sido publicados de acordo com a lei. — Terminada a leitura destes documentos, por determinação do sr. presidente, ficaram os mesmos sobre a mesa para apreciação e deliberação dos srs. acionistas. — Postos em discussão e, encerrada esta, submetidos a votos, todos esses documentos foram aprovados sem reserva, por unanimidade, tendo deixado de votar os impedidos pela lei. — A seguir o sr. presidente comunicou que de acordo com as modificações procedidas nos estatutos da sociedade e aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinaria realizada em 1 (um) de março de 1948, teria proceder a eleição dos membros da diretoria para o biento de 1948-1949, bem como deliberar sobre os seus honorarios. — Realizada a votação, verificou-se estarem reeleitos os diretores, a saber: — para diretor-presidente com honorarios mensais de Cr$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) o sr. José Hilario Sammarone, brasileiro, casado, proprietario, domiciliado e residente na Capital de São Paulo, à rua Bom Pastor numero tres mil, cento e dois; para superintendente com honorarios mensais de Cr$ .... 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) o sr. dr. Americo Sammarone Junior, brasileiro, solteiro, advogado, domiciliado e residente na Capital de São Paulo, à rua Bom Pastor numero tres mil, cento e dois, e, para diretor-gerente com honorarios mensais de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) o sr. Orlando José Sammarone, brasi-

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que a sociedade CERAMICA UNIÃO CORRADINI S. A., com séde em Jundiaí, arquivou nesta Repartição, sob numero 30.713 por despacho da Junta Comercial, em sessão de 16 de abril de 1948, a ata da assembléia geral ordinaria dos seus acionistas, realizada em 12 de abril de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua diretoria, relativas ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos atinentes à assembléia geral ordinaria, do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 20 de abril de 1948. — Eu, Judith Miranda, escriturario, a escrevi, conferi e assino: — (a.a.) Judith Miranda. — E eu, Guiomar

	REALIZAVEL		
3211	Titulos da Divida Publica Interna Federal	350.046,00	
3212	Titulos da Divida Publica Interna Estadual	105.418,00	
3213	Ações de Sociedades	48.050,00	
3216	Ações do I.R.B.	68.054,20	
3217	I.R.B. - C/Rct. de Reservas	312.264,90	
3231	Sociedades Congeneres	350.599,70	
3233	Agencias e Sucursais	69.413,20	
3234	Agentes e Corretores	215.872,70	
3235	Contas Correntes	154.811,10	
3239	Apolices em Cobrança	2.053.102,40	
3241	Juros a Receber	20.242,20	
3243	Alugueis a Receber	2.200,00	
3244	Diversos	262.420,60	3.850.456,80
	DISPONIVEL		
3311	Fundos Bancarios	2.920,...	
	...	...	...
3311	Tesouro Nacional C/Reserva de Titulos	...	
3321	Ações em Caução	80.000,00	
3331	Sinistros Avisados	1.421.518,60	1.701.518,60
	TOTAL GERAL ... ... Cr$		9.812.096,50

Diretores

(as) *OTHON MADER*
JOSE' BETTEGA

Curitiba, 14 de fevereiro de 1949

ANACLETO TH. CARLI
DORCEL PIZZATTO

CONTA DE LUCROS E PERDAS

DEBITO

Codigo	Conta	Parcial	Total
1111	Premios Cancelados de Seguros		419.983,50
1113	Premios Cancelados de Reseguros Aceitos		12.949,00
1115	Premios Cancelados de Retrocessões		34.512,40
1116	Premios de Reseguros em Congeneres		32.873,40
1118	Premios de Reseguros no IRB.		4.702.248,60
1121	Comissões de Seguros		1.604.424,30
1123	Comissões de Reseguros Aceitos		30.841,00
1125	Comissões de Retrocessões		888.406,30
1131	Inspeção de Riscos		306.341,10
1138	Contribuição a Consorcios		17.812,10
1139	Despesas Industriais Diversas		170.036,30
1211	Sinistros de Seguros		4.314.377,70
1212	Sinistros de Reseguros Aceitos		256.834,00
1213	Sinistros de Retrocessões		917.781,20
1291	Despesas com Sinistros de Seguros		32.026,40
1292	Despesas com Sinistros de Reseguros Aceitos		28.179,60
1293	Despesas com Sinistros de Retrocessões		16.371,90
1311	Reserva de Riscos não Expirados de Seguros		1.663.069,10
1312	Reserva de Riscos não Expirados de Reseguros		54.644,20
1313	Reserva de Riscos não Expirados Retrocessões		672.692,10
1321	Reserva de Sinistros a Liquidar de Seguros		736.352,50
1322	Reserva de Sinistros a Liquidar Reseguros		128.631,00
1323	Reserva de Sinistros a Liquidar Retrocessões		550.556,10
1331	Reserva de Contingencia de Seguros		77.216,30
1332	Reserva de Contingencia de Resa. Aceitos		2.046,10
1333	Reserva de Contingencia de Retrocessões		48.714,00
	Despesas Administrativas		1.366.383,60
	Despesas de Inversões		103.188,10
	Despesas Diversas		97.151,10
1906	Excedente:		
	Fundo de Reserva Legal: (Art. 27, letra a) de n/Estatutos)	13.057,60	
	Fundo de Reserva de Garantia: (Art. 27, letra b) de n/Estatutos)	26.115,30	
	Fundo de Garantia de Retrocessões: (Art. 27, letra c) de n/Estatutos)	13.057,60	
	Percentagem à Diretoria: (Art. 27, letra d) de n/Estatutos)	15.669,20	
	Dividendos: (Art. 27, letra d) de n/Estatutos)	180.000,00	
	Fundo de Bonificação: (Art. 27, letra d) de n/Estatutos)	13.253,30	281.153,00
	TOTAL GERAL ... ... Cr$		19.648.122,40

CREDITO

Codigo	Conta	Parcial	Total
2111	Premios		8.475.257,50
2113	Premios		145.253,00
2115	Premios		2.370.245,40
2118	Premios		701.907,00
2121	Comissões		14.883,60
2123	Comissões em Congeneres		1.449.230,70
2139	Receitas ... no IRB.		20.888,00
2211	Salvados		59.730,30
2212	Recuperações		78.858,10
2213	Recuperações Resa. Congeneres		2.700.032,70
2216	Recuperações Resa. no IRB.		10.520,00
2217	Recuperações Resa. em Congeneres		69.234,20
2311	Reservas Resa. no IRB.		1.442.883,00
2312	Reserva de Riscos Expirados de Seguros		98.263,60
2313	Reserva de Riscos Expirados de Reseguros		641.823,00
2321	Reserva de Sinistros Expirados de Retr.		341.460,60
2322	Reserva de Sinistros Liquidar de Seguros		278.265,30
2323	Reserva de Sinistros Liquidar de Resa.		353.784,30
	Receitas de Liquidar de Retr.		263.501,30
	Receitas Diversas		131.184,10
	TOTAL ... ... Cr$		19.648.122,40

Diretores

(as) OTHON MADER
JOSE' BETTEGA

Curitiba, 14 de fevereiro de 1949

(a) HAMILCAR FRUET PIZZATTO
Contador Reg. n. C.R.C. 296 — D.E.C. 50502

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da ATALAIA - Companhia de Seguros Gerais, tendo examinado a escrituração e a situação em geral da sociedade, relativamente às operações encerradas em mil novecentos e quarenta e sete, que tudo se encontra, pelo que são de parecer que as mesmas estão em condições de ser aprovadas pelos senhores acionistas à vista dos resultados conseguidos no exercicio examinado, os quais reafirmam a solidez da situação economico-financeira da sociedade.

Curitiba, 18 de fevereiro de 1949

CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA

LUIZ ALBERTO LANGER

WERNANDO OLSEN

... ... 938.296,10 2.500.162,60

... ... 2.399.405,40
... ... 1.421.518,60
... ... 540.731,00
... ... 125.598,10 4.487.223,10

... ... 53.850,70
... ... 48.719,60
... ... 84.332,80
... ... 104.822,90
... ... 1.431,90
... ... 8.978,80
... ... 171.807,50
... ... 65.447,90
... ... 7.078,00 647.199,50

... ... 80.000,00
... ... 1.421.518,60 1.701.518,60
... ... Cr$ 9.812.096,50

(a) HAMILCAR FRUET PIZZATTO
Contador Reg. n. C.R.C. 296 — D.E.C. 50502

---

nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinaria os acionistas da Ceramica União Corradini Sociedade Anonima. — Cumprindo os estatutos sociais, assumiu a presidencia da Assembléia o diretor-presidente da sociedade, o sr. José Hilario Sammarone, que convidou para secretario, o anim. Arthur Vasques. — Composta a mesa o sr. presidente informou que do Livro de Presença constavam assinaturas representando 1.000 (mil) ações, ou seja representando a totalidade do capital social, estando ... essas ações depositadas na sede da sociedade. — Estava... [illegible] "Diario Oficial" de ... Paulo e no jornal "Correio Paulistano" nos dias dose, treze e quatorze do mês proximo passado, bem como o Relatorio da Diretoria, Balanço, demonstração da conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercicio findo em trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e sete, o que, tambem haviam sido publicados de acordo com a lei. — Terminada a leitura destes documentos, por determinação do sr. presidente, ficaram os mesmos sobre a mesa para apreciação e delibe...ação dos srs. acionistas. — Postos em discussão e, encerrada esta, submetidos a votos, todos esses documentos foram aprovados sem reserva, por unanimidade, tendo deixado de votar os impedidos pela lei. — A seguir o sr. presidente comunicou que de acordo com as modificações procedidas nos estatutos da sociedade e aprovadas pela Assembléia Geral Extraordinaria realizada em 1 (um) de março de 1948, teria proceder a eleição dos membros da diretoria para o bienio de 1948-1949, bem como deliberar sobre os seus honorarios. — Realizada a votação, verificou-se estarem reeleitos os diretores, a saber: — para diretor-presidente com honorarios mensais de Cr$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) o sr. José Hilario Sammarone, brasileiro, casado, proprietario, domiciliado e residente na Capital de São Paulo, à rua Bom Pastor numero tres mil, cento e dois; para superintendente com honorarios mensais de Cr$ .... 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros) o sr. dr. Americo Sammarone Junior, brasileiro, solteiro, advogado, domiciliado e residente na Capital de São Paulo, à rua Bom Pastor numero tres mil, cento e dois, e, para diretor-gerente com honorarios mensais de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) o sr. Orlando José Sammarone, brasileiro, casado, industriario, domiciliado e residente em Jundiaí, Estado de São Paulo, no bairro da Grama, sem numero. — Em prosseguimento, pelo sr. presidente foi dito que deveria a Assembléia eleger os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercicio de mil novecentos e quarenta e oito, bem como deliberar sobre os honorarios dos membros efetivos. — Realizada a votação, verificou-se estarem reeleitos, para membros efetivos os srs.: — dr. José Perrucci Junior brasileiro, casado, advogado; Nicolino Del Roio, brasileiro, casado, bancario e dr. Fernando Guerra Bittencourt, brasileiro, solteiro, advogado, todos residentes nesta cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo. — Para membros efetivos do Conselho Fiscal foram reeleitos os srs. Americo Sammarone, brasileiro, casado, comerciario e, Elizeu José Capaciotti, brasileiro, casado, comerciario, ambos residentes e domiciliados na Capital de São Paulo, deliberando a Assembléia que os membros efetivos terão os mesmos honorarios que tiveram no exercicio anterior. — Tendo sido satisfeitas as finalidades da convocação desta Assembléia e as disposições legais, o sr. presidente participa que ainda poderia ser discutidos quaisquer outros assuntos de interesse social, caso houvesse, pois, a palavra a quem dela desejasse fazer uso. — [illegible] aprovação unanime e sem restrições, da extrinsecou-se uma copia autentica para os fins legais, indo o original e a copia assinadas pelo sr. presidente da Assembléia, por mim secretario, que a escrevi e subscrevo e por todos os presentes.

(a) José Hilario Sammarone — Presidente da Assembléia.
(a) Arthur Vasques — Secretario da Assembléia.
(a) Americo Sammarone Junior — Acionista.
(a) José Hilario Sammarone — Acionista.
(a) Rachel Auricchio Sammarone — Acionista.
(a) Orlando José Sammarone — Acionista.
(a) Gilda Vittorello Sammarone — Acionista.
(a) José Perrucci Junior — Acionista.
(a) Armando Ancarelli — Acionista.

———(*)———

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que a sociedade CERAMICA UNIÃO CORRADINI S. A., com séde em Jundiaí, arquivou nesta Repartição, sob numero 35.713 por despacho da Junta Comercial, em sessão de 16 de abril de 1948, a ata da assembléia geral ordinaria dos seus acionistas, realizada em 12 de abril de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua diretoria, relativas ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos atinentes à assembléia geral ordinaria, de que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 20 de abril de 1948. — Ba. Judith Miranda, escrituraria, a escrevi, conferi e assino: — (a.) Judith Miranda. — E eu, Guiomar de Andrade Mendes, chefe da secção do Expediente e Correspondencia, a subscrevo e assino: — (a.) Guiomar de Andrade Mendes.

CIA. SÃO PATRICIO FABRICA DE TECIDOS DE LINHO

COMUNICAÇÃO

Comunicamos que ficam à disposição dos senhores Acionistas os documentos referidos no art. 99 do decreto-lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

São Paulo, 20 de Abril de 1948.

A DIRETORIA

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

(Conclusão da pag. anterior)

Transferencias	Em 1947	Em 1946	Diferenças
Por venda	29.056	93.306	— 64.252
Por herança, doação, etc.	5.990	5.745	+ 251
Por caução	3.751	2.563	+ 1.188
Por baixa de caução	1.996	1.762	— 566
Totais	*42.409*	*106.376*	*— 63.370*

DADOS ESTATISTICOS

A seguir destacamos alguns dados estatisticos referentes ao ano em fóco, comparados com os relativos ao ano precedente:

Passageiros: — O numero de passageiros transportados foi de 3.169.640, acusando a renda de Cr$ 35.526.861,20 contra 3.399.445 passageiros e a renda de Cr$ 35.818.297,90, verificando-se, assim, a diminuição de 229.805 passageiros e Cr$ 291.735,70 na renda.

Foram transportados gratuitamente 656 imigrantes.

Encomendas e bagagens: — De 61.614 foi o numero das toneladas de encomendas e bagagens transportadas no ano proximo findo, com a renda de Cr$ 11.547.292,20. No ano de 1946 esse transporte foi de 69.805 toneladas dando a renda de Cr$ 13.082.344,40, verificando-se, pois, as diferenças para menos de 1.291 na tonelagem e Cr$ 1.535.052,20 na renda.

Telegramas: — O numero de despachos telegraficos foi de 242.986, sendo 241.376 de publico e 1.610 do Governo. A renda foi de Cr$ 662.233,80 contra Cr$ 605.014,50 de 1946.

Mercadorias: — O transporte de mercadorias, inclusive café, representando 1.010.674 toneladas, com a receita de Cr$ 106.470.174,20, teve a redução de 112.402 toneladas e acréscimo de Cr$ 4.716.418,20, em relação ao ano anterior.

Animais: — Os animais transportados, em numero de 142.230 cabeças, produziu a renda de Cr$ 5.338.680,10, contra Cr$ 3.018.823,10, e 109.742 cabeças em 1946, verificando-se, assim, o aumento de 32.484 cabeças e Cr$ 2.319.757,00.

Café despachado: — Foram apresentados a despacho 1.332.630 sacas de café da safra de 1946/47 contra 1.475.838 da de 1945/46.

O quadro seguinte reproduz os dados das receitas acima mencionadas:

VERBAS	Em 1947 Cr$	Em 1946 Cr$	Diferenças Cr$
Passageiros, inclusive impressos	35.526.661,20	35.818.397,50	— 291.736,70
Encomendas e bagagens	11.547.292,20	13.082.344,40	— 1.535.052,20
Animais	5.338.680,10	3.018.823,10	+ 2.319.757,00
Mercadorias, inclusive café	106.470.174,20	101.761.750,00	+ 4.716.418,20
Telegramas	662.233,80	605.014,50	+ 57.219,30
Rendas diversas	4.402.098,20	5.077.744,60	— 585.646,40
Totais	166.045.139,70	161.364.183,50	+ 4.680.956,20

ARMAZENS REGULADORES

Funcionaram em conformidade com os contratos vigentes os reguladores de café sitos em Ribeirão Preto, Casa Branca (2) e Campinas, elevando-se a Cr$ 701.089,90 as despesas pagas pela Companhia com conservação e funcionamento desses imoveis.

A existencia de café nos referidos armazens, nas estações e em vagões era de 1.285.500 sacas.

SERVIÇO FLORESTAL

Esse Departamento sob a direção do sr. dr. João da Silva Pinheiro, continua a prestar eficientes esforços para atender, tanto quanto possivel ás necessidades da Estrada em materia de combustivel e dormentes.

A receita proveniente dessa Secção ascendeu a Cr$ 4.593.342,30 e a despesa a Cr$ 6.319.784,00.

EMPRESA SUBSIDIARIA

A Companhia Mogiana de Transportes, com séde nesta capital, é subsidiária desta Empresa, executando serviços de transporte urbo-ferroviário em tráfego mutuo com outras organisações congeneres, tais como: Serviço Rodoviário da Central do Brasil, Companhia Paulista de Transportes, Companhia Geral de Transportes e Serviço Rodoviario da Estrada de Ferro Sorocabana.

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

EXERCICIO DE 1947

RECEITA E DESPESA DA EMPRESA

RECEITA		DESPESA	
Receita do Exercicio Ferroviário	166.045.139,70	Custeio do Exercicio Ferroviário	163.709.963,00
		Lucros dêste Exercicio	2.335.176,70
	166.045.139,70		166.045.139,70
Lucro do Exercicio Ferroviário	2.335.176,70	Juros de Dividas Garantidas	10.029.600,00
Aluguéis de Material Rodante	156.190,10	Juros de Dividas Comuns	2.497.941,70
Receita de Titulos	936.561,40	Impostos — Federais	921.600,00
Juros	199.661,70	Despesas de Empreendimentos Diversos	6.734.421,70
Receita de Empreendimentos Diversos	4.783.612,90	Despesas de Trabalhos e Fornecimentos a Terceiros	817.500,00
Receitas não Especificadas	1.228.077,20	Despesas não Especificadas	1.615.183,00
Receita de Trabalhos e Fornecimentos a Terceiros	12.278.206,80	Perdas Diversas	1.273.477,00
Lucros Diversos	1.894.697,10	Cr$	24.635.920,00
Saldo Devedor	900.372,30		
	24.635.836,00		

Orestes de Moraes Alves
CHEFE DO ESCRITORIO CENTRAL

ESCRITORIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

A DIRETORIA

Amadeu Gomes de Sousa
Cláudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary F. Torres
Aldo Mário de Azevedo

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Altemiro de Souza Leite
Contador — Reg. n.º 2.177

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO ANO DE 1947

DÉBITO		CRÉDITO	
Saldo devedor das contas de gestão	900.372,30	Saldo anterior	1.107.794,50
Saldo liquido que passa para o ano de 1948	207.422,20		
	1.107.794,50	Cr$	1.107.794,50

O CHEFE DO ESCRITORIO CENTRAL
Orestes de Moraes Alves

ESCRITORIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

A DIRETORIA

Amadeu Gomes de Sousa
Cláudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary F. Torres
Aldo Mário de Azevedo

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Altemiro de Souza Leite
Contador — Reg. n.º 2.177

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, abaixo assignados membros que este subscrevem, vem, na conformidade com as disposições legais, pronunciar-se relativamente ao exame do alludido Balanço e respectivos anexos e, bem assim estar a escrituração da Empresa de acôrdo com as normas prescritas.

Pelos documentos [illegible] a receita ferroviária atingiu, no exercicio em apreço, a Cr$ 166.045.139,70 e a despesa de custeio a ..... Cr$ 163.709.963,00

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR
FORAM MICROFILMADOS
NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA
LEGIBILIDADE

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

(Conclusão da pag. anterior)

Transferencias	Em 1947	Em 1946	Diferenças
Por venda	28.606	93.306	— 64.652
Por herança, doação, etc.	8.999	8.745	+ 254
Por caução	3.751	2.563	+ 1.188
Por baixa de caução	1.056	1.762	— 606
Totais	42.409	106.376	— 63.870

DADOS ESTATISTICOS

A seguir destacamos alguns dados estatisticos referentes ao ano em fóco, comparados com os relativos ao ano precedente:

Passageiros: — O numero de passageiros transportados foi de 3.109.640, rendendo a renda de Cr$ 35.526.661,20 contra 3.339.445 passageiros e a renda de Cr$ 35.818.397,90, verificando-se, assim, a diminuição de 229.805 passageiros e Cr$ 291.736,70 na renda.

Foram transportados gratuitamente 656 imigrantes.

Encomendas e bagagens: — De 91.614 foi o numero das toneladas de encomendas e bagagens transportadas no ano proximo findo, com a renda de Cr$ 11.547.292,20. No ano de 1946 esse transporte foi de 82.968 toneladas dando a renda de Cr$ 13.082.344,40, verificando-se, pois, as diferenças para menos de 1.291 na tonelagem e Cr$ 1.535.052,20 na renda.

Telegramas: — O numero de despachos telegraficos foi de 242.986, sendo 241.576 do publico e 1.410 do Governo. A renda foi de Cr$ 682.233,50 contra Cr$ 625.014,50 de 1946.

Mercadorias: — O transporte de mercadorias, inclusive café, representando 1.019.674 toneladas, com a receita de Cr$ 108.476.174,20, teve a redução de 112.462 toneladas e acréscimo de Cr$ 4.716.415,20, em relação ao ano anterior.

Animais: — Os animais transportados, em numero de 142.230 cabeças, produziu a renda de Cr$ 5.328.680,10, contra Cr$ 3.018.923,10, e 109.742 cabeças em 1946, verificando-se, assim, o aumento de 32.494 cabeças e Cr$ 2.319.757,00.

Café despachado: — Foram apresentados a despacho 1.332.630 sacas de café da safra de 1946/47 contra 1.470.838 da de 1945/46.

O quadro seguinte reproduz os dados das receitas acima mencionadas:

VERBAS	Em 1947 Cr$	Em 1946 Cr$	Diferenças Cr$
Passageiros, inclusive impostos	35.526.661,20	35.818.397,90	— 291.736,70
Encomendas e bagagens	11.547.292,20	13.082.344,40	— 1.535.052,20
Animais	5.328.680,10	3.018.923,10	+ 2.319.757,00
Mercadorias, inclusive café	108.476.174,20	103.761.759,00	+ 4.716.415,20
Telegramas	682.233,50	625.014,50	+ 57.219,00
Rendas diversas	4.492.096,20	5.077.744,60	— 585.648,40
Totais	166.045.139,70	161.384.183,50	+ 4.660.956,20

ARMAZENS REGULADORES

Funcionaram em conformidade com os contratos vigentes os reguladores de café sitos em Ribeirão Preto, Casa Branca (2) e Campinas, elevando-se a Cr$ 702.989,90 as despesas pagas pela Companhia com conservação e funcionamento desses imoveis.

A existencia de café nos referidos armazens, nas estações e em vagões era de 1.385.500 sacas.

SERVIÇO FLORESTAL

Esse Departamento sob a direção do sr. dr. João da Silva Pinheiro, continua a prestar eficientes esforços para atender, tanto quanto possivel às necessidades da Estrada em materia de combustivel e dormentes.

A receita proveniente dessa Secção ascendeu a Cr$ 4.503.642,50 e a despesa a Cr$ 6.318.764,00.

Em 31 de Dezembro os imoveis: agri-

EMPRESA SUBSIDIARIA

A Companhia Mogiana de Transportes, com séde nesta capital, é subsidiária desta Empresa, executando serviços de transporte urbo-ferroviário em tráfego mutuo com outras organizações congeneres, tais como: Serviço Rodoviário da Central do Brasil, Companhia Paulista de Transportes, Companhia Geral de Transportes e Serviço Rodoviario da Estrada de Ferro Sore-

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

EXERCICIO DE 1947

RECEITA E DESPESA DA EMPRESA

RECEITA		DESPESA	
Receita do Exercicio Ferroviário	166.045.139,70	Custeio do Exercicio Ferroviário	163.709.983,00
		Lucros deste Exercicio	2.335.156,70
	166.045.139,70		166.045.139,70
Lucro do Exercicio Ferroviário	3.325.156,70	Juros de Dividas Garantidas	10.028.580,00
Aluguéis de Material Rodante	150.190,10	Juros de Dividas Comuns	2.497.001,50
Receita de Titulos	936.561,40	Impostos — Federais	851.05[illegible]
Juros	199.681,70	Despesas de Empreendimentos Diversos	6.791.422,50
Receita de Empreendimentos Diversos	4.523.612,90	Despesas de Trabalhos e Fornecimentos a Terceiros	817.205,50
Receitas não Especificados	1.228.077,90	Despesas não Especificadas	1.615.100,00
Receita de Trabalhos e Fornecimentos a Terceiros	12.276.386,60	Perdas Diversas	1.272.477,00
Lucros Diversos	1.884.897,10	Cr$	24.885.836,00
Saldo Devedor	900.372,30		
	26.885.836,00		

ESCRITORIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

A DIRETORIA

Amadeu Gomes de Souza
Cláudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary F. Torres
Aldo Mario de Azevedo

Orestes de Moraes Alves
CHEFE DO ESCRITORIO CENTRAL

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Altemiro de Souza Leite
Contador — Reg. n.º 2.177

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO ANO DE 1947

DÉBITO		CRÉDITO	
Saldo devedor das contas de gestão	900.372,30	Saldo anterior	1.107.794,50
Saldo liquido que passa para o ano de 1948	207.422,20		
	1.107.794,50	Cr$	1.107.794,50

ESCRITORIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

A DIRETORIA

Amadeu Gomes de Souza
Cláudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary F. Torres
Aldo Mario de Azevedo

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Altemiro de Souza Leite
Contador — Reg. n.º 2.177

O CHEFE DO ESCRITORIO CENTRAL

Orestes de Moraes Alves

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, [illegible] membros que este subscrevem, vem, na conformidade com as disposições legais, pronunciar-se relativamente ao Balanço e contas da Empresa, correspondentes ao Ano [illegible]. Procedendo às necessárias averiguações, constatou o [illegible] preceitos de ordem e clareza.

Pelos documentos [illegible] e a despesa de custeio a [illegible] do aludido Balanço e respectivos anexos e, bem assim estar a escrituração da Empresa de acôrdo com os [illegible] a receita ferroviária atingiu, no exercicio em apreço, a Cr$ 166.045.139,70 [illegible] Cr$ 163.709.983,00

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

O Conselho Fiscal

VERBAS	Em 1947 Cr$	Em 1946 Cr$	Diferenças Cr$
Passageiros, inclusive impresos	35.526.081,20	35.818.307,90	— 291.736,70
Encomendas e bagagens	11.647.592,20	13.082.344,40	— 1.535.052,20
Animais	5.338.026,10	3.018.922,10	+ 2.319.707,00
Mercadorias, inclusive cr.té	103.478.174,20	103.761.759,90	+ 4.716.415,20
Telegramas	901.233,80	905.014,50	+ 57.219,30
Rendas diversas	4.402.090,20	5.077.744,60	— 565.845 40
Totais	166.045.139,70	161.364.182,50	+ 4.660.856,20

ARMAZENS REGULADORES

Funcionaram em conformidade com os contratos vigentes os reguladores de café sitos em Ribeirão Preto, Casa Branca (2) e Campinas, elevando-se a Cr$ 701.080,50 as despesas pagas pela Companhia com conservação e funcionamento desses imoveis.

A existencia de café nos referidos armazens, nas estações e em vagões era de 1.285.500 sacas.

SERVIÇO FLORESTAL

Esse Departamento sob a direção do sr. dr. João da Silva Pinheiro, continua a prestar eficientes esforços para atender, tanto quanto possivel às necessidades da Estrada em materia de combustivel e derivantes.

A receita proveniente dessa Secção ascendeu a Cr$ 4.503.642,50 e a despesa a Cr$ 6.310.784,00.

Em 31 de Dezembro os imoveis agricolas que compunham o referido Departamento eram os seguintes:

a) **Horto Antonio Mercadio**, situado em Casa Branca, com 332 alqueires paulistas e contendo 1.760.819 pés de eucaliptos;

b) **Horto Areia Branca** composto de varias fazendas, inclusivé as do Bôa Vista e Capão da Caldo, no municipio de Casa Branca, com area superior a 1.022 alqueires paulistas e 2.102.348 pés de eucaliptos;

c) **Fazenda Santa Maria**, em São Simão, contendo 1.150 alqueires paulistas e 2.333.421 pés de eucaliptos;

d) **Fazenda Jatai**, no mesmo municipio, com 3.700 alqueires paulistas e 850.350 pés de eucaliptos;

e) **Horto Mirim e Anexos**, com as fazendas Mogi-Mirim e Anexos, com a area de 485 alqueires paulistas e 2.381.948 pés de eucaliptos;

f) **Horto Pequi**, alto em Uberlandia, Estado de Minas Gerais, medindo 936 alqueires paulistas e 700.990 pés de eucaliptos;

A Companhia possue, ainda, outros pequenos hortos, situados em Mogi-Mirim, Guedes e Ribeirão Preto.

O numero total de pés de eucaliptos existentes nos imoveis referidos é de 12.385.761.

Os imoveis relacionados representavam a area total de 8.074 alqueires paulistas ou 209.240.800 metros quadrados, tendo o seu custo de aquisição importado em Cr$ 6.397.451,80.

DIVISÃO DE CONTROLE

Essa Divisão, cuja criação foi formada efetiva em Dezembro ultimo, passando a ocupar a respectiva Chefia o antigo e dedicado ex-Chefe do Trafego sr. Reinaldo Laubenstein, vem se empenhando com cuidadosa e devida regularidade no desempenho das suas atribuições.

DIVISÃO DOS TRANSPORTES

A Chefia dessa Divisão está a cargo do sr. Engenheiro Horacio Monteiro que assumiu essas novas funções em Dezembro transato, tendo antes exercido as de Chefe do Movimento.

Os serviços a ela afetos decorreram normalmente, cumprindo seu pessoal, com a costumada diligencia, para o bom êxito dos respectivos trabalhos.

DIVISÃO DA LINHA

Chefia a Divisão da Linha, atualmente, o sr. Engenheiro Durval Fraga e Ferrão, cujos esforços, conjugados com os dos auxiliares da sua Secção, vêm imprimindo orientação segura aos serviços que se relacionam com a conservação e segurança das diversas linhas da Estrada.

DIVISÃO DE MATERIAIS

A Chefia dessa Divisão é desempe-

EMPRESA SUBSIDIÁRIA

A Companhia Mogiana de Transportes, com séde nesta capital, é subsidiária desta Empresa, executando serviços de transporte urbo-ferroviário em tráfego mutuo com outras organizações congeneres, tais como: Serviço Rodoviário da Central do Brasil, Companhia Paulista de Transportes, Companhia Geral de Transportes e Serviço Rodoviário da Estrada de Ferro Sorocabana.

O seu capital é de Cr$ 5.000.000,00 dividido em 25.000 ações comuns de valor nominal de Cr$ 200,00 cada uma.

No decurso do ano findo foram abertas ao publico agencia da C. M. T. nas seguintes localidades não servidas pela ferrovia: Toritaké, Tupaciguará, Prata, Itumbiára e Tuluitaba.

RETIFICAÇÃO DO TRAÇADO

Por haver assumido o cargo de Diretor Geral da Estrada de Ferro Sorocabana, exonerou-se, em tempo, do de Chefe da Comissão de Obras Novas o Engenheiro Luis Antonio de Mendonça Junior, a cuja sadia inteligencia e notorios conhecimentos ferroviarios muito ficou a dever a Empresa

[illegible] Chefia o Engenheiro Ricardo Guascal, que vem dando cabal desempenho às funções que lhe foram confiadas.

Foi entregue ao tráfego o trecho de linha compreendido entre Amoroso Costa e Piná, com 11.142 kms. de linha, tendo sido all substituidos trilhos do tipo de 25,0 por outros de 32,24 kg|m em 20 kms. de linha.

Acha-se concluida a terraplenagem do trecho Riza-Guanabara, na linha Tronco.

Registrou-se, igualmente, o prosseguimento das obras da variante Coceria Tirmbau", estando, em vias de conclusão, a ligação Taubi-Casa Branca.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

Continua á testa desse Departamento o sr. Engenheiro Alvaro de Souza Lima, que vem emprestando as luzes da sua reconhecida competencia técnica a todas as questões ve sendo problemas de interesse da Estrada para os quais tem apresentado relatórios ou pareceres proficientemente elaborados.

Em Agosto ultimo foram definitivamente instalados os Serviços Hollerith do Departamento para apuração mecanizada das estatisticas do tráfego e outras.

O primeiro trabalho que passou da Contadoria para o novo Serviço foi o das apurações dos elementos caracteristicos de movimento de mercadorias em tráfego próprio, e vem sendo feito com as vantagens reconhecidas da precisão, regularidade e presteza, peculiares ao novo processo.

No mês findo deu-se início á [illegible] dos serviços de estatisticas de passageiros nos tráfegos próprios e estranhos.

Diversos estudos foram feitos para observação e documentação da vida econômica da região servida pela E. F. Mogiana, organizando-se para isso fichários já bastante completos, agricolas, comerciais e industriais.

Em cada ano a colaboração dos [illegible] em Cr$ 88.485.685,50, contra Cr$ 80.026.743,70 em 1946.

Com muita satisfação aqui consignamos os nosso vivos agradecimentos [illegible] pelos dignos srs. substituto [illegible] Wilson Coelho de Souza, Superintendente, e, bem assim, pelos esforço com dedicação e, bem assim, pelos esforço com distinção de classes, souberam dedicar-se ao trabalho constrativo em beneficio da Companhia.

CONCLUSÃO

E' o que temos a expôr-vos sôbre o assunto, prontificando-nos a prestar-vos outros informes que porventura se tornem necessários.

São Paulo, 29 de Março de 1948.

Amadeu Gomes de Souza
Cláudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ary Frederico Torres
Aldo Mário de Azevedo

Cia. Geral de Administração e Comercio "Ofasa"

Edital de Convocação

São convidados os srs. acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinaria, ás 15 horas do dia 30 de abril de 1948, na sede social, á rua Benjamin Constant n.o 45, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) leitura, discussão e aprovação do relatorio e balanço de 1947 e do parecer do Conselho Fiscal;
b) fixação dos honorarios da Diretoria;
c) eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorarios;
d) outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 22 de Abril de 1948.

Roberto F. Amaral
Diretor-Presidente

COMPANHIA FO[illegible]

A Companhia Fosfa [illegible] cutinga S/A., por seu Diretorio assinado, convida os senhores das mesma Sociedade a reunirem em Assembléia Geral Ordinaria, no dia 26 de abril de 1948, 12 horas, em sua séde social, em Rio Claro, deste Estado, na qual será servada a seguinte ordem do dia:

a) — discussão, votação ou aprovação do balanço e contas e perdas, bem como do parecer e relatório da Diretoria e [illegible]

FARMACIAS QUE [illegible]

Estão de serviço, hoje, as seguintes farmacias:

CENTRO: — Libero Badaró, 1 Badaró, 316.

BRAZ: — Rita, rua Alm. Barroso, 1; Oliveira, rua Piquerobi, 527; Madalena, rua Guaranà, rua Brasser, 1.486; Antonio, av. Rangel Pestana, 2.253; Maria, av. Rangel Pestana, 1.615; Angelina, av. Rangel Pestana, 1.615; Angelina, av. Rangel Pestana, 1.615; Angelina

...ram com as seguintes:

a) Maria Antonia Mercadé, situada em Casa Branca, com 332 alqueires paulistas e contendo 1.760.819 pés de eucaliptos;

b) Horto Areia Branca composto de varias fazendas, inclusivé as de Bôa Vista e Capão da Cutia, no municipio de Casa Branca, com area superior a 1.892 alqueires paulistas e 2.103.348 pés de eucaliptos;

c) Fazenda Santa Maria, em São Simão, contendo 1.150 alqueires paulistas e 2.222.421 pés de eucaliptos;

d) Fazenda Itaiá, no mesmo municipio, com [illegible] alqueires paulistas e [illegible] pés de eucaliptos;

O seu capital é de Cr$ 5.000.000,00 *dividido em 25.000 acções comuns de* valor nominal de Cr$ 200,00 cada uma.

No decurso do ano findo foram abertas ao publico agência da C. M. T. nas seguintes localidades não servidas pela ferrovia: Toribaté, Tupaiguará, Prata, Itumbiára e Tuiutaba.

RETIFICAÇÃO DO TRAÇADO

Por haver assumido o cargo da Diretor Geral da Estrada de Ferro Sorocabana, exonerou-se, em tempo, do de Chefe da Comissão de Obras Novas o *Engenheiro Luiz Antonio de Mendonça Junior*, a cuja exclusiva inteligencia, [illegible] conhecimentos technicos [illegible] devem-se [illegible] o estudo e [illegible] definitivo [illegible] Catalão a Goyaz.

Cumpre-nos consignar o Engenheiro Ricardo Guimarães, que vem dando cabal desempenho ás funções que lhe foram confiadas.

Foi entregue ao tráfego o trecho de linha comprehendido entre Amoroso Costa e Tié, com 11,142 kms. de linha, tendo sido all substituidos trilhos do tipo de 25,9 por outros de 32,24 kg|m em 20 kms. de linha.

Acha-se concluida a terraplenagem do trecho Rizn-Guanabara, na linha Tremez.

Registrou-se, igualmente, o prosseguimento das obras da variante Coceira Trimbau', estando, em vias de conclusão, a ligação Taubi-Casa Branca.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONOMICOS

Continua á testa dêsse Departamento o sr. Engenheiro Alvaro de Souza Lima, que vem emprestando os luzes de que são reconhecidas competencia técnica a todos os questões de grande problemas de interesse da Estrada para os quais tem apresentado relatórios ou pareceres proficientemente elaborados.

Em Agosto ultimo foram definitivamente installados os Serviços Electricos do movimento da mercadoria em trafego proprio, e vem sendo feito com as vantagens reconhecidas de precisão, regularidade e presteza, peculiares ao novo processo.

No mês findo deu-se inicio á organização dos serviços de estatisticas de passageiros nos tráfegos próprios e estranhos.

Diversos estudos foram feitos para observação e documentação da vida economica da região servida pela E. F. Mogyana, organizando-se para isso fichario já bastante completos, agricolas, comerciais e industriais.

Foi dada ampla colaboração aos orgãos governamentaes encarregados da immigração.

Os trabalhos de fomento agricola, *reduzidos embora pelas desfavoraveis* condições economicas, prosseguiram regularmente, visando, principalmente a restauração dos cafesais de nossa zona e a defesa contra a erosão.

O Departamento prosegue na publicação do "Boletim da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro" visando a divulgação de assuntos de interesse tecnico, economico e social da Estrada.

PESSOAL

O *Numero de empregados da Companhia* em 31 de Dezembro era de 9.676 subordinados á Superintendencia, Comissão de Obras Novas ou ao Departamento de Estudos Economicos e 44 com funções no Escritorio Central.

A despesa do custeio realizada com o pessoal da Companhia importou em [illegible] pelo digno sr. Wilson Coelho de Sousa, Superintendente, o, bem assim, pelos esforço com que os demais funcionários, sem distinção de classes, souberam dedicar-se no trabalho construtivo em beneficio da Companhia.

CONCLUSÃO

E' o que temos a expôr-vos sôbre o assunto, promtificando-nos a prestar-vos outros informes que porventura se tornem necessários.

São Paulo, 29 de Março de 1948.

Amadeu Gomes de Souza
Claudio Celestino de Toledo Soares
Gastão Vidigal
Ari Frederico Torres
Aldo Mário de Azevedo

Cia. Geral de Administração e Comercio "Ofasa"

Edital de Convocação

São convidados os srs. acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinaria, ás 15 horas do *dia 30 de abril de 1948*, na sede social, á rua Benjamin Constant n.o 45, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) leitura, discussão e aprovação do relatorio e balanço de 1947 e do parecer do Conselho Fiscal;
b) fixação dos honorarios da Diretoria;
c) eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação dos respectivos honorarios;
d) outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 22 de Abril de 1948.

Roberto F. Amaral
Diretor-Presidente.

Estanislau F. Amaral
Diretor-Gerente.

CASA GOMES
Fundada em 1923



Oculos modernos, bem adaptados, com as melhores lentes.
PRAÇA DA SE', 184

A esse saldo deve ser acrescido o que perfaz a somma de ..... somma essa destinada a assim apurando-se, destarte, o "s...

Como, porém, a conta de Lucros e Perdas apresenta ... que passa para 1948.

Concordando, como efetivamente concordam, com o ... mos merecem inteira aprovação dos srs. Acionistas.

em Cr$ 88.485.583,20, contra Cr$ 80.097.343,70 em 1945.

[illegible] geral corrig[illegible]

COMPANHI[illegible]

... na verbas da chamada receita commercial, na importancia de Cr$ 21.150.257,50
..... Cr$ 22.735.494,30
..... nhem no mistelo ferroviario, as quais montaram a Cr$ 24.685.830,90
..... Cr$ 900.372,30

765,50, transferido de 1946, deduzindo-se do mesmo o "deficit" acima, resta o liquido de Cr$ 297.422,20

contas e atos praticados pela Diretoria no exercicio em causa, é o Conselho Fiscal de parecer que os mes-

Paulo, 28 de fevereiro de 1948.

(as) JULIO AUGUSTO DA CUNHA
ANTONIO AYMORE F. LIMA
EVERARDO TOLEDO BANDEIRA DE MELLO

DE IACUTINGA S/A.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO MOGYANA

... o ultimo, no dia 26 de Abril corrente, ás 15 horas, para ... o relatorio e balanço organizados pela Diretoria, correspondentes ao ano de 1947, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal.

Na mesma reunião devem ser eleitos os membros do Conselho Fiscal e suplentes para o próximo exercicio, bem como ser fixada a remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

São Paulo, 1.o de Abril de 1948.

H. F. CARVALHO
Presidente

... de Ferro Mogyana, em virtude de 485 alqueires paulistas e 2.981.945 pés de eucaliptos;

b) Horto Pequi, sito em Uberlandia, Estado de Minas Geraes, medindo 839 alqueires paulistas e 700.200 pés de eucaliptos;

A Companhia possue, ainda, outros pequenos hortos, situados em Mogi-Mirim, Guedes e Ribeirão Preto.

O numero total de pés de eucaliptos existentes nos imoveis referidos é de 12.385.761.

Os imoveis relacionados representavam a area total de 8.674 alqueires paulistas ou 20.940.800 metros quadrados, tendo o seu custo de aquisição importado em Cr$ 6.397.451,90.

DIVISÃO DE CONTROLE

Essa Divisão, cuja criação foi tornada efetiva em Dezembro ultimo, passando a ocupar a respectiva Chefia o antigo e dedicado ex-Chefe do Trafego sr. Reinaldo Laubenstein, vem se empenhando com cuidadosa e devida regularidade no desempenho das suas atribuições.

DIVISÃO DOS TRANSPORTES

A Chefia desta Divisão ainda a cargo do sr. Engenheiro Horacio Monteiro que assumiu essas novas funções em Dezembro findo, tendo antes exercido as de Chefe do Movimento.

Os serviços da Secção decorreram normalmente, concorrendo seu pessoal, com a costumada diligencia, para o bom êxito dos respectivos trabalhos.

DIVISÃO DA LINHA

Chefia a Divisão de Linha, atualmente, o sr. Engenheiro Durval Fragoso Ferrão, cujos esforços, conjugados com os dos auxiliares da sua Secção, vêm imprimindo orientação segura aos serviços que se relacionam com a conservação e segurança das diversas linhas da Estrada.

DIVISÃO DE MATERIAIS

A Chefia desta Divisão é desempenhada pelo sr. Engenheiro Luiz Alfredo Barbosa de Oliveira Junior, que secundado pelos demais funcionarios, tem empregado o conveniente zelo nos esforços para bem atender ás necessidades da Secção que lhe está confiada.

DIVISÃO COMERCIAL

Os trabalhos desta Divisão são dirigidos pelo sr. Engenheiro Odir Dias da Costa, com cujos auxiliares vem imprimindo util orientação ás operações estabelecidas para o funcionamento dêste setor, ao qual incumbe lutar e promover a defesa da zona servida pela nossa Estrada.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES

No decorrer do ano foi recolhida á Caixa de Aposentadoria e Pensões de Estradas Publicas da Zona Mogiana, em Campinas, a importancia de Cr$ 10.611.156,80 de contribuições devidas pela Empresa e por associados da mesma Caixa.

FARMACIAS QUE

Rodizio de serviço, hoje, ás farmacias:

CENTRO: — Libero Badaró, ... Badaró, 310.
BRAZ: — Rita, rua Alm. ... Leiva, rua Hipodromo, 227; Medici, rua Dorizana, rua Bresser, 1 46, av. Rangel Pestana, 2 356; Manoel Pestana, 1 618; Angelo ... Jamim de Oliveira, 339; S. Braz, 710.
MOOCA: — Vias, Farmacia de Farnalha, 1 095; Santo Antonio, Carneiro Leão, 385; Aparecida ... Luiz Gama, 206; Machado, rua ... 497.
ALTO DA MOOCA: — Nossa Senhora, 2.333; Pais de Barros, de Barros, 281; N. S. Loreto, ... rio, 1120; Oliveira, rua Bom ... Oliveira, 1102; Kidson, rua Bo... 3.880; Parque da Mooca, rua Jo...
ORIENTE-CAMINDE-PARI: — ... ena, rua Dom Teodoro, 1.100; Pari, Oriental, 447; Santa Edvirges, rua ... 410; S. Manuel, rua Maria Marcolina Deodoro, 444; S. Josephina, Padre Bento, rua Carlos de Campos, Teresa, rua João Boemer, ... João, rua Bresser, 740; Jurua, rua 559.
PARAISO E VILA MARIANA: — ... para rua Paraiso, 555; Cruzeiro, rua Morais, 397; Redentor, rua João Coelho, 361; Indiana, rua Dom ... rais, 566; Cerqueira, rua Tenente Hamarino, rua Domingos de Moraes, Caldas, rua Humberto Primo, 57...
BARRA FUNDA, PERDIZES, ... LAPA: — Santa Cecilia, rua Marechal Deodoro, 444; S. Josephina, Barão de Limeira 532; Angelica, ... guariba, 710 Barra Funda, rua Punta, 788.
IPIRANGA: — Progresso, rua Bom ... Oliveira, 149.
VILA MARIA: — Olinda, rua José Paulino, 916; *Tres Rios, rua Tres Rios, 137*; ... Maria, rua Anhaia, 865; Brasil, rua ... Guanabara, 870; Belem, rua Belem, 101.
VILA MATILDE E BELENZINHO: — Dão Luiz, Pedro Carmin, 2 884; Ressurreição, rua ... Real, 863; Bom Jesus do Belem, rua ... José do Belem, 67; Sta Maria do ... Belem, av. Celso Garcia, 1 085; D'Avila, ... Av. Ramos, 1 953; Cruzeiro do Sul, ... Vaz Parnaiba, 2 826; N. S Apare... rua Joaquim Carlos, 189.
SANTANA: — Tatuapé, av Celso Garcia, 1 494; Dez, rua Tiburcio Pinto, 204; ... rua Vilela, 1911; Sta Maria, rua ... Ignacio de Barros, 842.
VILA MONTEIRO: — Vilas Boas, rua ... Dr. Amadeu, Avenida Zaluar.
CAMPOS ELISEOS: — N. S. Aparecida, rua Domingos ... Moraes, 2212, Placido, rua Domingos de ... Morais, 2132.
VILA GUILHERME: — NOVA CONCEIÇÃO: — Vila ... Guilherme, Estrada Santo Amaro, 205 ...
VILA MARIA: — Av. Guilherme Cotching, 1807; Progresso, av. Guilherme Cotching, 1612.
PENHA: — Marcian, rua dr. João Ribeiro, 1.

HOJE DE PLANTÃO

... 200; Do Parque, parque D. Pedro II; Sudy, rua Pagé, 160 Universal Conceição, 43; Rigor, rua Conselheiro Nebias, 300; Anhanguera, rua Andrade, 308; Vitoria, av São João, 1 055; Barão de Itapetininga, 915; Barão Iguape, 200 Castanheira, 2 843.
JARDIM AMERICA: — Drogamerica rua ... Augusta, 2 259; Internacional rua Augusta, 2 843.
LUZ — S. CAETANO — Espirito Santo, 194 João Teodoro, 168; São Benedito ... Bastos, av. Tiradentes, 103.

DROGUNIDAS

Farmacia PAULISTA

Rua Conde do Pinhal, 116-120
(Ao lado abrigo bonde Cambuci)
Tel. 3-7883 — São Paulo

LIBERDADE E GLORIA: — Gia Ama... rua da Gloria, 263; S Roque, rua ... Gloria, 63; São José, rua Lavapés, 43.
CAMBUCI E ACLIMAÇÃO: — Cambuci, av Climaco Barbosa, 32; Mundo de Bonita Mundo de Bonita, 662; Ana Neri, rua ... Ana Neri, 913; Deodoro, rua Teodoro ... rua, 372; Castelo, rua Cor. Diogo, 303.
IPIRANGA: — Progresso, rua Tenente ... Oliva Bueno, rua Oliva Bueno, 1.463; ... Ipiranga, rua Dama Lobo, 1 171; Argus, ... Dreschfeld, 149.
SANTO AMARO: — Olinda, rua José Paulino, 916; *Tres Rios, rua Tres Rios, 137*; ... Maria, rua Anhaia, 865; Brasil, rua ... Guanabara, 870; Belem, rua Belem, 101.
VILA MATILDE E BELENZINHO: — Dão Luiz, Pedro Carmin, 2 884; Ressurreição, rua ... Real, 863; Bom Jesus do Belem, rua ... José do Belem, 67; Sta Maria do ... Belem, av. Celso Garcia, 1 085; D'Avila, ... Av. Ramos, 1 953; Cruzeiro do Sul, ... Vaz Parnaiba, 2 826; N. S Apare... rua Joaquim Carlos, 189.
SANTANA: — Tatuapé, av Celso Garcia, 1 494; Dez, rua Tiburcio Pinto, 204; ... rua Vilela, 1911; Sta Maria, rua ... Ignacio de Barros, 842.
VILA MONTEIRO: — Vilas Boas, rua ... Dr. Amadeu, Avenida Zaluar.
CAMPOS ELISEOS: — N. S. Aparecida, rua Domingos ... Moraes, 2212, Placido, rua Domingos de ... Morais, 2132.
VILA GUILHERME: — NOVA CONCEIÇÃO: — Vila ... Guilherme, Estrada Santo Amaro, 205 ...
VILA MARIA: — Av. Guilherme Cotching, 1807; Progresso, av. Guilherme Cotching, 1612.
PENHA: — Marcian, rua dr. João Ribeiro, 1.

... ro, 456; N. S. do Rosario, rua da Penha, 94; Penhense, rua da Penha, 485.
DISTRITOS: — Ipiranga, rua Dama Lobo, 1.463; Vila Prudente, rua Sete de Abril, 1.463; Vila Formosa, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Mariana, rua Domingos de Morais, 1.463; Vila Nova Mazzei, rua Voluntarios da Patria, 1.463; Vila Guilherme, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Matilde, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Maria, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Nova Cachoeirinha, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Tatuapé, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Penha, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Formosa, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Mariana, rua Cel. Sezefredo Fagundes, 1.463; Vila Nova Mazzei, rua Cel. Sezefredo Fagundes

ASSOCIAÇÃO PREDIAL DE SANTOS

SANTOS
Rua Amador Bueno n.º 22

SÃO PAULO
Largo da Misericordia n.º 22 — 4.º andar, salas ns. 401 e 402

DISTRIBUIÇÃO DE CREDITO

Cr.$ 1.220.000,00

Grupos 55.o — 58.o — 59.o — 62.o — 64.o — 72.o — 76.o — 77.o — 79.o — 87.o — 88.o — 91.o — 95.o — 103.o — — 104.o — 105.o — 106.o — 107.o — 109.o — 113.o — 116.o — 120.o — 134.o — 138.o — 141.o — 145.o — 149.o — 150.o e 191.o ..... Cr.$ 1.050.000,00

Chamadas Grupos 55.o — 57.o — 61.o — 63.o — 67.o — 65.o — 78.o e 86.o ..... Cr.$ 170.000,00

Cr.$ 1.220.000,00

A distribuição de credito de uma matricula para cada um dos grupos acima, realizar-se-á no dia 27 do corrente, ás 16 horas, em nossa séde social, á rua Amador Bueno n. 22.

Os srs. associados, deverão efetuar seus pagamentos até a vespera da distribuição.

Art. 21.o — Não tomarão parte na distribuição de credito as matriculas que não estiverem quites da mensalidade anterior na ocasião e dos juros de preenchimento.

Santos, 20 de abril de 1948.

PAULO MESQUITA DE CARVALHO — Diretor-Secretario.

BENEFICIAMENTO DE FIOS SÃO JOSE' S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinaria realizada em 13 de março de 1948

Aos 13 dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e oito, nesta cidade de São Paulo, no predio da Rua Serra de Araraquara n.o 954, nesta Capital, séde social da BENEFICIAMENTO DE FIOS SÃO JOSE' S. A., ás dez horas, de conformidade com a convocação regularmente publicada pela imprensa ("Diario Oficial" dos dias, 5, 7 e 9 de Março e "Jornal de Noticias" dos dias 6, 7 e 9 de Março), reuniram-se em Assembléia Geral Ordinaria em numero legal, os acionistas que esta subscrevem, cujos nomes constam no competente "Livro de Presença".

Para presidir os trabalhos, na forma dos Estatutos foi eleito o acionista ALFONSO GUIDO PETRELLA, que convidou a mim IRMA PETRELLA para secretaria.

Dando inicio aos trabalhos, pelo sr. Presidente foi feita uma exposição resumida das atividades da Companhia durante o exercicio findo bem como lidos aos srs. Acionistas, fornecendo todos os esclarecimentos necessarios, o Relatorio da Diretoria, Balanço Geral, Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao Balanço parcial levantado em 30 de Junho de 1947 e ao final encerrado em 31 de Dezembro do mesmo ano relativo ao movimento de 1.o de Junho a 31 de Dezembro.

Postos esses documentos em discussão e votação foram unanimemente aprovados pelos srs. Acionistas ratificando ao m. o dividendo distribuido com base no balanço parcial de 30 de Junho de 1947, objeto da Assembléia Extraordinaria de 1.o de Dezembro do Diretor-Gerentes — Cr$ 10.000,00 para cada um.

Passou-se a seguir a eleição dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes, tendo sido reeleitos para Membros Efetivos os srs. Dr. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO, JAYME ALEXANDRE CHAPMAN, RENZO BERNACCHI e para Suplentes: — RENATO SNELL, DARCY HORTA MACHADO e CIPRIANO ADOLFO UNGARETTI, todos residentes e domiciliados nesta Capital, sendo os eleitos, desde logo declarados empossados, lixando a Assembléia *em* Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por ano a remuneração de cada um dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal quando em exercicio.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessario á redação desta Ata, que, depois de lida, posta em discussão, e, por fim aprovada, vai por todos os presentes assinada.

São Paulo, 13 de Março de 1948.

ALFONSO GUIDO PETRELLA
HALLEY TREVISIOLI PETRELLA
ALBERTA PETRELLA PUCCI
GILDA PETRELLA POSDOCIMI
IRMA PETRELLA
JOSEPHINA PETRELLA ZAMARIONI
CLARA PETRELLA ANDRAUS
PIETRO CORNIBERT
FELICE PROSDOCIMI.

—(*)—

JUNTA COMERCIAL
São Paulo
CERTIDÃO

Text

Senhores Acionistas:

Dando cumprimento ao q... certificados pelos Auditores ... de que precisarem para completo

(a) JOSE' CERQUINHO DE ...
Diretor-Presid...

ENDIVIDADO

IMOBILIZADO

Imobilizações Efetivas:
Maquinismos, Acessor. e Instalação ... 1.262,30 / 1.945,00 — 1.000.012,30
Moveis e Utensilios ... ...

Vinculações:
Cauções e Depositos ... ... — 1.300,00 — 1.003.212,30

DISPONIVEL

Disponibilidades Imediatas:
Caixa e Bancos ... ... — 22.970,00

REALIZAVEL

Devedores:
Contas Correntes ... ... 554,60 / 327,40
Duplicatas a Receber ... ... — 332.681,00

Existencias:
Materia Prima, Produtos e Mercs. ... ... — 2.483.367,60 — 2.814.468,60

CONTAS DE RESULTADO PENDENTE

Valores Diferidos:
Deposito para Imposto de Consumo ... ... — 2.964,50

— 3.932.550,60

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Bens de Terceiros:
Ações Caucionadas ... ... — 80.000,00

Bens em Poder de Terceiros:
Titulos em Cobrança ... ... — 142.482,90

Riscos:
Titulos Descontados ... ... — 261.372,60 — 483.855,50

— 4.416.411,10

(a) JOSE' CERQUINHO DE ...
Diretor-Presid...

ENCARGOS DO EXERCICIO

Despesas Gerais:
Honorarios, Comissões, Gerais, ... criterio, Fretes e Carretos, ... — 386.837,30

Assumpção S. A.

RELATORIO DA DIRETORIA

... os estatutos sociais, submetemos á sua apreciação o Balanço Geral e demais contas referentes ao exercicio de 1947, devidamente acompanhados de parecer favoravel do Conselho Fiscal. Como de costume, encontrarão Vs. Ss. em nossa escritorio, todas as informações das contas e atos do exercicio de que se trata.

São Paulo, 26 de Janeiro de 1948

(a) LAERTE DE ASSUMPÇÃO JUNIOR
Diretor-Superintendente

(a) RUY ASSUMPÇÃO
Diretor

(a) PEDRO CERQUINHO DE ASSUMPÇÃO
Diretor

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

O

PASSIVO

NÃO EXIGIVEL

Patrimonio Liquido:
Capital ... ... — 1.200.000,00
Lucros Suspensos ... ... — 8.466,10 — 1.208.466,10

Provisões:
Fundo de Reserva Especial ... ... — 39.022,80
Fundo de Reserva Legal ... ... — 10.356,10 — 50.318,90 — 1.258.805,00

EXIGIVEL

Curto Prazo:
Fornecedores ... ... — 707.731,60
Contribuições a Recolher ... ... — 12.403,50
Titulos a Pagar ... ... — 1.201.241,20
Contas a Pagar ... ... — 13.443,50
Contas Correntes ... ... — 676.060,80 — 2.673.750,60

— 3.932.555,60

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Bens de Terceiros:
Caução da Diretoria ... ... — 80.000,00

Bens em Poder de Terceiros:
Endossos p/Cobrança ... ... — 142.482,90

Riscos:
Endossos p/Desconto ... ... — 261.372,60 — 483.855,50

— 4.416.411,10

(a) LAERTE DE ASSUMPÇÃO JUNIOR
Diretor-Superintendente

(a) RUY ASSUMPÇÃO
Diretor

(a) PEDRO CERQUINHO DE ASSUMPÇÃO
Diretor

(a) AMICIS B. BERTOLOTTI
Contador — Reg. C. R. C. 1329

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

CREDITO

DO EXERCICIO ANTERIOR

Lucros Suspensos ... ... — 197.536,30

PRODUTO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS

Vendas ... ... — 4.200.666,50

que não tenham pago da mensalidade anterior na ocasião e dos juros de preenchimento.

Santos, 29 de abril de 1948.

PAULO MESQUITA DE CARVALHO — Diretor-Secretario.

BENEFICIAMENTO DE FIOS SAO JOSE' S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinaria realizada em 13 de março de 1948

Aos 13 dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e oito, nesta cidade de São Paulo, no predio da Rua Serra de Araraquara n.o 851, nesta Capital, séde social do BENEFICIAMENTO DE FIOS SAO JOSE' S. A., ás dez horas, de conformidade com a convocação regularmente publicada pela imprensa ("Diario Oficial" dos dias, 6, 7 e 9 de Março e "Jornal do Noticias" dos dias 6, 7 e 9 de Março), reuniram-se em Assembléia Geral Ordinaria em numero legal, os acionistas que esta subscrevem, cujos nomes constam no competente "Livro de Presença".

Para presidir os trabalhos, na forma dos Estatutos foi eleita o acionista ALFONSO GUIDO PETRELLA, que convidou a mim IRMA PETRELLA para secretaria.

Dando inicio aos trabalhos, pelo sr. Presidente foi feita uma exposição resumida das atividades da Companhia durante o exercicio findo bem como lidos aos srs. Acionistas, fornecendo todos os esclarecimentos necessarios, o Relatorio da Diretoria, Balanço Geral, Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal referentes ao Balanço parcial levantado em 30 de Junho de 1947 e ao final encerrado em 31 de Dezembro do mesmo ano relativo ao movimento de 1.o de Junho a 31 de Dezembro.

Postos esses documentos em discussão e votação foram unanimemente aprovados pelos srs. Acionistas ratificando assim, o dividendo distribuido com base no balanço parcial de 30 de Junho de 1947, objeto da Assembléia Extraordinaria de 30 de Dezembro do mesmo ano, bem como o dividendo constante do balanço encerrado em 31 de Dezembro na importancia de Cr$ 1.350.198,80.

Deixaram de votar os legalmente impedidos por lei.

Em seguida procedeu-se a eleição dos Membros da Diretoria, para o exercicio de 1948, considerando ser de 1 ano o mandato dos Diretores consoante art. 8.o dos Estatutos, verificando-se terem sido reeleitos por unanimidade.

PARA DIRETOR-PRESIDENTE

Alfonso Guido Petrella

Diretor-Gerentes — Cr$ 10.000,00 para cada um.

Passou-se a seguir a eleição dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal *e seus suplentes, tendo sido reeleitos* para Membros Efetivos os srs. Dr. JULIO DE ARAUJO FRANCO FILHO, JAYME ALEXANDRE CHAPMAN, RENZO BERNACCHI e para Suplentes: — RENATO ENELL, DARCY HORTA MACHADO e CIPRIANO ADOLFO UNGARETTI, todos residentes e domiciliados nesta Capital, sendo os eleitos, desde logo declarados empossados, fixando a Assembléia em Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por ano a remuneração de cada um dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal quando em exercicio.

Nada mais havendo a tratar o sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessario á redação desta Ata, que, depois de lida, posta em discussão, e, por fim aprovada, vai por todos os presentes assinada.

São Paulo, 13 de Março de 1948.

ALFONSO GUIDO PETRELLA
HALLEY TREVISIOLI PETRELLA
ALBERTA PETRELLA PUCCI
GILDA PETRELLA POSDOCIMI
IRMA PETRELLA
JOSEPHINA PETRELLA ZAMARONI
CLARA PETRELLA ANDRAUS
PIETRO CORNIBERT
FELICE PROSDOCIMI.

———(*)———

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que a sociedade BENEFICIAMENTO DE FIOS SAO JOSE' S. A., com sede nesta Capital, arquivou nesta Repartição, sob numero 30.705, por despacho da Junta Comercial, em sessão de 1d de abril de 1948, a ata da assembléia geral ordinaria dos seus acionistas, realizada em 13 de março de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua diretoria, relativas ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos adnentes á assembléia geral ordinaria, do que nou 16. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 20 de abril de 1948. — Ela. Judith Miranda.

Pelos presentes, *Para os diretores a Assembléia fixou os seguintes honorarios mensais: — Diretor-Presidente — Cr$ 10.000,00;* que os acionistas [illegible] ção do Expediente e Correspondencia, e subscrevo e assino: — (a.) *Guiomar de Andrade Mendes.*

CASIMIRAS E MANUFATURA BRASIL S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinaria realizada em 25 de março de 1948

Aos 25 de Março de 1948, ás 14 horas, na séde social da CASEMIRAS E MANUFATURA BRASIL S/A., á rua José Paulino ns. 185/9, nesta cidade, presentes sete acionistas seguintes: Sr. Sergio Adhemar Adami, portador de 1.600 ações; Sr. Humberto Adami, portador de 1.600 ações; Sr. Gollardo Gelardi, portador de 1.000 ações; Sr. Gelardi, portador de 1.000 ações; Sr. Hercules Adami, portador de 200 ações; Sr. Guido Adami, portador de 200 ações; Sr. Julio Adami, portador de 200 ações e Sr. Italo Adami, portador de 200 ações, num total de 5.000 ações, representando a totalidade do Capital Social, que foram depositadas nos cofres sociais, na forma regulamentar, conforme consta das assinaturas lançadas no Livro de Presença. Indicado á presidir a Mesa, o Sr. Sergio Adhemar Adami, convidou o sr. Gollardo Adami, [illegible] lguês, casado, comerciante, residente nesta cidade, á rua Haddock Lobo, 1272. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente proclamou encerrada a sessão, lavrando-se esta ata, que, depois de lida e aprovada unanimemente, vae por todos assinada. — São Paulo, 25 de Março de 1948. Presidente da Mesa: a) Sergio Adhemar Adami. Secretario da Mesa: a) Gollardo Gelardi. Acionistas: aa) Sergio Adhemar Adami; Gollardo Gelardi; Humberto Adami; Hercules Adami; Guido Adami; Julio Adami e Italo Adami.

P. 010.732

———(*)———

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que a CASIMIRAS E MA[illegible]

Vinculações:
Cauções e Depositos 1.300,00 1.092.212,50

DISPONIVEL
Disponibilidades Imediatas:
Caixa e Bancos 22.970,00

REALIZAVEL
Devedores:
Contas Correntes 49,60
Duplicatas a Receber 332.031,00

Existencias:
Materia Prima, Produtos e Mercadorias 2.482.367,80 2.814.168,80

CONTAS DE RESULTADOS PENDENTES
Valores Diferidos:
Deposito para Imposto de Consumo 2.904,50

3.932.555,60

CONTAS DE COMPENSAÇÃO
Bens de Terceiros:
Ações Caucionadas 50.000,00

Bens em Poder de Terceiros:
Titulos em Cobrança 142.482,90

Riscos:
Titulos Descontados 261.372,60 483.855,50

4.416.411,10

(a) JOSE' CERQUINHO DE ASSUMPÇÃO
Diretor-Presidente

Lucros Suspensos 8.486,10

Provisões:
Fundo de Reserva Especial 39.922,00
Fundo de Reserva Legal 10.396,10 50.318,80 1.258.805,00

EXIGIVEL
Curto Prazo:
Fornecedores 707.731,60
Contribuições a Recolher 12.402,50
Titulos a Pagar 1.261.211,20
Contas a Pagar 15.443,50
Contas Correntes 676.000,60 2.673.750,60

3.932.555,60

CONTAS DE COMPENSAÇÃO
Bens de Terceiros:
Caução da Diretoria 50.000,00

Bens em Poder de Terceiros:
Endossos p/Cobrança 142.482,90

Riscos:
Endossos p/Desconto 261.372,60 483.855,50

4.416.411,10

(a) LAERTE DE ASSUMPÇÃO JUNIOR
Diretor-Superintendente

(a) RUY ASSUMPÇÃO
Diretor

(a) PEDRO CERQUINHO DE ASSUMPÇÃO
Diretor

(a) AMICIS D. BERTOCOTTI
Contador — Reg. C. R. C. 1329

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947

D E B I T O			C R E D I T O		
ENCARGOS DO EXERCICIO			**DO EXERCICIO ANTERIOR**		
Despesas Gerais:			Lucros Suspensos		197.526,30
Honorarios, Comissões, Gratificações, Criterio, Fretes e Carretos, Alu[illegible]		386.827,30	**PRODUTO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS**		
Impostos:			Vendas	4.300.056,70	
Federais, Estaduais e Municipais		271.266,00	Menos: — Custo dos Produtos Vendidos	3.658.967,50	641.089,20
Juros de Capitais de Terceiros:					
Juros Passivos		269.104,16	**RENDA DE CAPITAIS NÃO EMPREGADOS NAS OPERAÇÕES SOCIAIS**		
			Juros Ativos	4.320,00	
DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO			Receitas Diversas	2.159,00	6.479,00
Do Exercicio Anterior		[illegible],20			
Deste Exercicio		840,10	**LUCROS EVENTUAIS**		
		[illegible],30	Superveniencias Ativas		90.000,00
Assim distribuidos					935.694,40
Lucros Suspensos		8.486,10			
		935.694,40			

(a) LAERTE DE ASSUMPÇÃO JUNIOR (a) RUY ASSUMPÇÃO (a) PEDRO CERQUINHO DE ASSUMPÇÃO

Contador — Reg. C. R. C. 1329

CERTIFICADO DOS AUDITORES

Os em Contabilidade —, pelo seu Diretor infra-assinado, Contador legalmente habilitado, CERTIFICA a exatidão do presente Balanço de [illegible] de dezembro de 1947, o qual corresponde, fielmente, á situação nessa data, de acordo com os livros e documentos examinados.

São Paulo, 26 de Janeiro de 1948

Revisora Nacional S. A.
Peritos em Contabilidade
FRANCISCO ALVES JUNIOR
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible] Fiscal da TEXTIL ASSUMPÇÃO S. A., em cumprimento das atribuições legais e estatutarias, examinaram detidamente o Balanço Geral [illegible]ando-se com os livros e documentos existentes no arquivo da Sociedade, encontrando tudo em perfeita ordem. Em consequencia, são de parecer que a Assembléia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 26 de Janeiro de 1948

(a) OTAVIO JUNQUEIRA NETTO (a) ARMANDO LARA NOGUEIRA

A REVISORA NACIONAL TEXTIL ASSUMPÇÃO S. A., [illegible]

Os abaixo-assinados, [illegible] e demais contas referentes ao exercício, recer que as contas em apreço sejam

(a) ALFREDO [illegible]

Companhia de Agricul[illegible] | **o e Colonização** | **COMPANHIA AGRICOLA E PASTORIL DE GOIAS** | **COMPANHIA PAULISTA DE ESTRAD[illegible] S**

mesmo ano, bem como o balancete constante do balanço encerrado em 31 de Dezembro na importancia de Cr$ 1.356.196,80.

Deixaram de votar os legalmente impedidos por lei.

Em seguida procedeu-se a eleição dos Membros da Diretoria, para o exercicio de 1948, considerando ser de 1 ano o mandato dos Diretores consoante o art. 8.o dos Estatutos, verificando-se terem sido reeleitos por unanimidade.

PARA DIRETOR-PRESIDENTE

Sr. Guido Antonio Adami

Para os diretores a Assembléia fixou os seguintes honorarios mensais: — Diretor-Presidente — Cr$ 10.000,00;

CASIMIRAS E MANUFATURA BRASIL S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinaria realizada em 25 de março de 1948

Aos 25 de Março de 1948, às 14 horas, na séde social da CASEMIRAS E MANUFATURA BRASIL S|A., á Rua José Paulino ns. 185/9, nesta cidade, presentes sete acionistas seguintes: Sr. Sergio Adhemar Adami, portador de 1.000 ações; Sr. Humberto Adami, portador de 1.000 ações; Sr. Goliardo Gelardi, portador de 1.000 ações; Sr. Hercules Adami, portador de 200 ações; Sr. Guido Adami, portador de 200 ações; Sr. Julio Adami, portador de 200 ações e Sr. Italo Adami, portador de 200 ações, num total de 3.600 ações, representando a totalidade do Capital Social, que foram depositadas nos cofres sociais, na forma regulamentar, conforme consta das assinaturas lançadas no Livro de Presença. Indicado á presidir a Mesa, o Sr. Sergio Adhemar Adami, convidou o sr. Goliardo Gelardi para Secretaria-lo. O Sr. Presidente declarou terem sido publicados segundo a Lei, os seguintes documentos, que acharam-se sobre a mesa: Aviso de Convocação, Relatorio da Diretoria, Balanço Geral e demais Contas do exercicio de 1947 e o Parecer do Conselho Fiscal. Após a leitura de todos os documentos citados, foi aberta a discussão, resultando terem sido todos aprovados, unanimemente, abstendo-se de votar os impedidos por Lei. Cumprindo a ordem do dia, procedeu-se a eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o exercicio de 1948, tendo sido reeleitos os seguintes: para Diretores: o Sr. Sergio Adhemar Adami, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade á Rua Henrique Martins n.o 731; o Sr. Goliardo Gelardi, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade á Rua Thomé de Souza n.o 589 e Sr. Humberto Adami, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade á Alameda Itu' n.o 61, apto. 31, com vencimentos mensais de Cr$ 10.000,00 (Dez mil cruzeiros) a cada um; para Membros Efetivos do Conselho Fiscal: o Sr. Dr. Paschoal Walter Byron Giuliano, brasileiro, solteiro, advogado, residente nesta cidade á Rua Bueno de Andrade, 247; o Sr. Dr. Raphael Parisi, brasileiro, casado, medico, residente nesta cidade á Rua Alagoas, 397 e o Sr. Pedro Bruno Castagnari, brasileiro, casado comerciante, residente nesta cidade, á Rua Oliveira Peixoto, 302, com os honorarios anuais de Cr$ 500,00 (Quinhentos cruzeiros) a cada um, e para suplentes, o Sr. Com. Alberto Bonfiglioli, brasileiro, casado, banqueiro, residente nesta cidade, á Av. Paulista, 1048; o Sr. Lidio de Raieri, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade, á Rua Cons. Nebias, 1071 e o Sr. Antonio Verde, portuguez, casado, comerciante, residente nesta cidade, á rua Haddock Lobo, 1272. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente proclamou encerrada a sessão, lavrando-se esta ata, que, depois de lida e aprovada unanimemente, vae por todos assinada. — São Paulo, 25 de Março de 1948. Presidente da Mesa: a) Sergio Adhemar Adami. Secretario da Mesa: a) Goliardo Gelardi. Acionistas: aa) Sergio Adhemar Adami; Goliardo Gelardi; Humberto Adami; Hercules Adami; Guido Adami; Julio Adami e Italo Adami.

P. 010.732

(*)

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

CERTIDÃO

Certifico que a CASEMIRAS E MANUFATURA BRASIL S|A., com séde nesta Capital, arquivou nesta Repartição, sob numero 36.698 por despacho da Junta Comercial, em sessão de 16 de abril de 1948, a ata da assembléia geral ordinaria dos seus acionistas, realizada em 25 de março de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua diretoria, relativas ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos atinentes á assembléia geral ordinaria, do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 20 de Abril de 1948. Eu, Judith Miranda, escriturario, a escrevi, conferi e assino. a) **Judith Miranda.** E eu, Guiomar de Andrade Mendes, chefe da secção do Expediente e Correspondencia, a subscrevo e assino. a) **Guiomar de Andrade Mendes.**

"Campos do Jordão Cine S/A."

ASSEMBLE'IA GERAL ORDINARIA

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinaria, ás 15 horas do dia 30 de abril de 1948, nos escritorios da sociedade, em Campos do Jordão, a fim de tomarem as contas á Diretoria relativas ao exercicio findo em 31 de dezembro ultimo e elegerem a Diretoria para o biennio 1948-1950 e o Conselho Fiscal e seus suplentes para o exercicio em curso, dentro das prescrições estatutarias.

Campos do Jordão, 15 de abril de 1948.

AMERICO RICHIERI — Presidente
ARTHUR RAMOZZI — Tesoureiro
JOAQUIM CORREA CINTRA — Gerente.

CIAMENTO DE VIOS SÃO JOSE' S. A., com séde nesta Capital, arquivou nesta Repartição, sob numero 36.705, por despacho da Junta Comercial, em sessão de 16 de abril de 1948, a ata da assembléia geral ordinaria dos seus acionistas, realizada em 13 de março de 1948, pela qual foram aprovadas as contas da sua diretoria, relativas ao exercicio p. findo, bem como tratados outros assuntos atinentes á assembléia geral ordinaria, do que dou fé. — **Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 20 de abril de 1948.** — Dr. Judith Miranda.

Federais, Estaduais e Municipais
Juros de Capitais de Terc
Juros Passivos ... ...

DEMONSTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Do Exercicio Anterior ... ...
Deste Exercicio ... ...

Assim distribuidos
Lucros Suspensos ... ...

271.200,00
269.104,16 — 927.208,30

8.456,10
925.664,40

RENDA DE CAPITAIS NÃO EMPREGADOS NAS OPERAÇÕES SOCIAIS

Juros Ativos 4.320,00
Receitas Diversas ... ... 2.150,00 — 6.470,00

LUCROS EVENTUAIS

Supervenientes Ativas 20.000,00

925.664,40

ção do Expediente a Correspondencia, a subscrevo e assino: — (a.) Guiomar de Andrade Mendes.

A REVISORA NACIONAL TEXTIL ASSUMPÇÃO S. A., [illegible]

Os abaixo-assinados, membros [illegible] e demais acionistas referentes ao exercicio findo em 31 de dezembro de 1947, o qual corresponde, ficilmente, á situação nessa data, de acordo com os livros e documentos examinados.

São Paulo, 20 de Janeiro de 1948

Revisora Nacional S. A.
Peritos em Contabilidade
FRANCISCO ALVES JUNIOR
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

[illegible] Fiscal da TEXTIL ASSUMPÇÃO S. A., em cumprimento das atribuições legais e estatutarias, examinaram detidamente o Balanço Geral [illegible] confrontando-os com os livros e documentos existentes no arquivo da Sociedade, encontrando tudo em perfeita ordem. Em consequencia, são de parecer que as contas em aprego sejam [illegible] pela Assembléia Geral dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 26 de Janeiro de 1948

(a) OTAVIO JUNQUEIRA NETTO — (a) ARMANDO LARA NOGUEIRA

(a) ALFREDO FERRE[illegible]

Companhia de Agricultur[illegible]

Assembléia G[illegible]

Convidam-se os srs. acionistas [illegible] bléia geral ordinaria, no seu Escritorio [illegible] dia 28 do corrente, ás 15 horas, para [illegible]

a) — Relatorio e Balanços organi[illegible] ao anno de 1947, acompanhados dos pa[illegible]
b) — Substituição interina de um [illegible]
c) — Eleição dos Membros do Con[illegible] lhea os vencimentos.

A partir desta data e até o dia 28 [illegible] ferencias de ações.

São Paulo, 14 de abril de 1948.

LUIZ TAVARES ALVES P[illegible] — Presidente em exercicio.

Sucursal do "Correio [illegible]

Rua do Comercio, 15 — [illegible] — Telefone 8870

COMPANHIA ESTRADA [illegible]

ASSEMBLEIA

Convidamos os srs. acionistas d[illegible] bléia Geral Ordinaria, no seu Esc[illegible] 7.o andar, r.o dia 27 de Abril cor[illegible] o relatorio e balanço organizados [illegible] 1947, acompanhados do parecer [illegible]

Na mesma reunião devem ser [illegible] triênio de 1948-1951, bem como os [illegible] para o próximo exercicio, e fixada a [illegible] Conselho Fiscal.

São Paulo, 1.o de Abril de 194[illegible]

[illegible]ção e Colonização

[illegible]aria

[illegible]nhia a se reunirem em assem[illegible] [illegible] Libero Badaró n. 39, no [illegible] sobre:

[illegible]ta Diretoria, correspondentes [illegible] Conselho Fiscal;

[illegible]al e Suplentes, determinando-[illegible]

[illegible]rente, ficam suspensas as transferencias de ações.

[illegible] — Presidente em exercicio.

[illegible]no" em Santos

[illegible] — Telefone 8870

[illegible]O JABOTICABAL

[illegible]IARIA

[illegible]ia a se reunirem em Assem[illegible], á rua Libero Badaró n. 39, [illegible]oras, para deliberarem sobre [illegible], correspondentes ao anno de [illegible]cal.

[illegible]mbros da Diretoria para o [illegible]selho Fiscal e suplentes [illegible] dos membros efetivos do

[illegible]. F. CARVALHO
Presidente

COMPANHIA AGRICOLA E PASTORIL DE GOIAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

São convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinaria, na séde social á rua Dr. Falcão Filho, 56 — 10.o andar, sala 1.061, no dia 30 do corrente, ás 17 horas, a fim de deliberarem sobre o Relatorio da Diretoria, Balanço Geral e Demonstração da Conta de "Lucros e Perdas" e Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercicio findo em 31 de dezembro de 1947, bem como elegerem os membros e suplentes do Conselho Fiscal para o exercicio entrante, que deverão funcionar até a Assembléia Geral Ordinaria a realizar-se em 1949.

São Paulo, 22 de abril de 1948.

Marcos A. Monteiro de Barros
Diretor-Presidente

E D I T A L

Associação de Criadores de Cavalos da Raça Mangalarga

1.a CONVOCAÇÃO

Realizar-se-á no proximo dia 15 de maio, na séde social da Associação, á rua José Bonifacio n. 93, 5.o andar, sala 2, nesta capital, ás 14 horas, a Assembléia Geral Ordinaria Anual, para leitura do relatorio, prestação de contas, preenchimento de vaga do Conselho Tecnico e outros assuntos de interesse geral pedindo-se o comparecimento dos associados.

CARLOS ABRANCHES BROTERO — Presidente.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

ASSEMBLE'IA GERAL ORDINARIA

Segunda convocação

Não tendo comparecido numero legal para instalar-se á assembléia geral convocada para o dia 20 do corrente — na forma da lei e dos estatutos, convido novamente os srs. acionistas a se reunirem em assembléia geral ordinaria, na séde social, á rua Libero Badaró, 50 — predio "Saldanha Marinho", nesta Capital — as 15 (quinze) horas do dia 27 (vinte e sete) de Abril corrente, para o fim de deliberarem sobre o relatorio, Balanço e contas da Diretoria, do exercicio de 1947, acompanhados dos pareceres do Conselho Fiscal; eleição do Conselho Fiscal e Suplentes que devem servir até a Assembléia Geral Ordinaria de 1949, bem como fixação da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

Sendo esta a segunda convocação, a assembléia deliberará qualquer que seja o numero de acionistas presentes.

Para que possam os srs. acionistas tomar parte na assembléia é necessario que as suas ações, quando nominativas, tenham sido inscritas nos livros da Companhia até a vespera da reunião, e quando ao portador, depositadas em um estabelecimento bancario ou na Caixa da Companhia, com igual antecedencia.

São Paulo, 20 de Abril de 1948.

A. DE PADUA SALLES.

ALUGA-SE

Uma grande parede em ponto central para anuncios. — Tratar no Departamento de Publicidade deste jornal.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Nesta data faço ~~apresentar~~ o presente processo ao Exmo Presidente do Tribunal, com o ~~traslado~~ do laudo pericial apresentado pela Perita.

Em 9/6/48

Maria Lygia Lopes de Moura
Escrivã

Dirijam-se aos interessados

Salvador, 9/6/48

[illegible]

J [illegible]

[illegible]

autos os seguintes documentos

CRT- 1384/8

São Paulo, 9 / 6 / 48

Heleiciola

OSCAR EGYDIO DE ARAUJO
ADVOGADO

Excelentíssimo Senhor Doutor
JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DE SÃO PAULO.

Diga em 5 dias. 9/6/48.

CRT 2ª Região
N. 1384 / 48
Em 8 / 6 / 48

Oscar Egydio de Araujo, ~~nomeado perito no~~ dissídio coletivo (Processo CRT/SP - 271/6) em que são partes suscitante a PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e suscitada a COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, tendo entregue o seu laudo, nesta data, requer a V. Excia. o arbitramento devido e o respectivo depósito da quantia arbitrada.

Por ser de justiça e de direito

P. Deferimento

São Paulo, 8 junho de 1948

Oscar Egydio de Araujo
Perito

PROVIDENCIADO
1928-1929 148
Postal 274647 em mão
Em 9/6/48
Linneu.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

95
Telg

GUIA PARA EXPEDIÇÃO MANUAL DA CORRESPONDÊNCIA

DATA	N.
9/6/8	

Imp. Nac. — 11.189

N. DA ORDEM	ESPÉCIE	N. DA SAÍDA	DESTINATÁRIO
	of.SP	1929/8	CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO Rua Boa Vista, 16- 4º andar CAPITAL

Recebi em 9/6/48 às horas

RUBRICA OU CARIMBO

M. T. I. C. - J. T. - 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM SÃO PAULO

43

SP-1.928/48

9 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DR J. A. GUNHA LIMA - PROC. DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA PAU

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, tendes o prazo de cinco dias, a contar de hoje, para falar sôbre o laudo pericial apresentado nesta Secretaría pelo sr. Oscar Egydio de Araujo, bem como o arbitramento dos honorários do referido senhor.

PROCESSO TRT SP-271/46

SUSCITANTE: ~~Procuradoria Regional do Trabalho~~ Sindicato dos empregados em empresas ferroviarias

SUSCITADA: Cia Mogiana de Estradas de Ferro

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA DA CONSOLAÇÃO, 320
CAPITAL

M. T. I. C. - J. T. - 3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM SÃO PAULO

94
100

SP-1.929/48 9 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, tendes o prazo de cinco dias, a contar de hoje, para falar sôbre o laudo pericial apresentado nesta Secretaría pelo sr. Oscar Egydio de Araujo, bem como o arbitramento dos honorários do referido senhor.

PROCESSO TRT SP-271/46

SUSCITANTE: ~~PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO~~ Justiça da empregados em empresas de ferrovias

SUSCITADA: CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Saudações

Mario Piranha de Moura
Secretário

EM MÃOS

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

CRT - 2.Região
N. 1.404 / 48
10 / 6 / 48

PETIÇÃO Nº 8/48

EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Designo o dia 16 do corrente, às 16 horas, para a realização da audiência mencionada no presente. 10/6/48

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO, nos autos do processo CRTSP 271/46, de pedido de revisão de sentença coletiva, instaurado por esta Procuradoria contra a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, decorrendo a 14 do corrente o praso para dizerem as partes sôbre o laudo apresentado pelo Sr. Perito, vem requerer a V. Excia. a designação do dia e hora para prosseguimento da instrução, ou seja, para apresentação por essa D. Presidência da proposta a que se refere o art. 862 da Consolidação das Leis do Trabalho.

E. Deferimento

São Paulo, 10 de Junho de 1948

Luiz Roberto de Rezende Puech
PROC. REG. SUBSTITUTO

LR/

JUNTADA

Nesta data foram juntados os seguintes documentos

CRT- 1402/8

São Paulo 11 / 6 / 48

Albiociola

ENC. D. S.P.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

EXMO.SR.JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 2a.REGIÃO

CRT - 2.a Região
N. 1408 /48
Em 10/6/48

PET. 9/48

S. Paulo, 11/6/48.

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2a.REGIÃO, tendo ciência do laudo que foi apresentado pelo Sr. Perito nos autos do pedido de revisão de sentença coletiva suscitado por esta Procuradoria Regional contra a Cia.Mogiana de Estradas de Ferro, e verificando que a apuração do índice de custo de vida que se estabeleceu desde o último dissídio coletivo entre os empregados da Mogiana e aquela Companhia,e a data do pedido de revisão daquela sentença, ou seja, entre 2/7/946 e 27/2/948, depende de uma operação matemática, já que nenhum quesito teve por objeto diretamente a verificação dêsse índice, vêm requerer a V.Excia. se digne oficiar ao Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob a direção do Dr.Oscar Egidio de Araujo, precisamente o M.D. Perito que funcionou no presente processo afim de que, por ofício, seja fornecida a informação dêsse índice, isto é, o índice de elevação do custo de vida entre o último dissídio (2/7/946) e a data do pedido de revisão (27/2/948).

Esta informação completará o laudo pericial

autorizando uma melhor apreciação e julgamento da matéria contida no pedido de revisão suscitado por esta Procuradoria.

E.Deferimento
São Paulo, 10 de Junho de 1 948.

Luiz Roberto Mendes Gonçalves

Procurador Regional Substituto

EVIDENCIADO
1969-1970-1971/78
Em mãos
Em 11 / 6 / 68
Diniz

98
100

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

GUIA PARA EXPEDIÇÃO MANUAL DA CORRESPONDÊNCIA

DATA	Nº
11/6/8	

Nº DE ORDEM	ESPÉCIE	Nº DA SAÍDA	DESTINATÁRIO
	Of.SP	1970/8	CIA MOGIANA ESTRADAS DE FERRO R. Boa Vista, 16 Capital

Recebi em 11 de junho - 1918

/ / às 15,15 horas

RUBRICA OU CARIMBO

Roque Alves de Campos

Tip. Nac. — 1.000

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

40
dd

Processo nº PR 520/6 - (CRTSP 271/6)
Parecer nº PR 83/6 e nº 81/6 do sr. Proc.Reg.

SUSCITANTE: Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho

SUSCITADA : Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

- P A R E C E R -

Nada tenho a opor ao acôrdo feito entre as partes, devendo o processo, a meu ver, ser devolvido à Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, para que aguarde comunicação de sua execução.

São Paulo, 7, junho, 1 946.

José Arthur da Frota Moreira
Procurador Regional

Devolva-se ao E. C.R.T. 2ª Região
S.Paulo, 10-6-46

Proc. Reg.

Em cumprimento ao despacho do Sr. Procurador Regional, nesta data encaminho a presente ao CRT-2ª Reg.

Em 10 de junho de 46

Secretário

Faço conclusão ao Sr. Presidente.—

Em 12 de junho de 1946

Secretário

Ao Dr. Relator
Hanto 12-6-46

C E R T I D Ã O D E J U L G A M E N T O

Processo CRT-S/P .....271/46.

CERTIFICO que o Conselho Regional do Trabalho da Segunda Região, em sessão....ordinária hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido, por unanimidade, homologar o parecer de fls. supra sôbre os itens ...

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. Vogais: Rui Vieira, Guilherme José Cassemiro, Eurico Carvalho Bueno e Wilson de Souza Campos Batalha

os quais foram vencedores, e .....

.....

.....

Funcionou o Sr. Procurador Regional Dr. José Arthur de Freitas Moreira o na Presidência do Sr. Dr. Nilo Tupinambá Fonseca

Observações: .....

.....

.....

.....

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

São Paulo, 2 de julho de 1946.

Secretário

M. T. I. C. – J. T. – CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

Recebido hoje com
minuta de acórdão.
Em 9 / 8 / 1.946
M. G. Damata
Encarreg. da T. A. A.

42
009

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

PROCESSO CRT- SP 271/46- DISSIDIO COLETIVO -CAMPINAS

ACORDÃO Nº 410/6.

Vistos, relatados e discutidos estes autos CRT-SP 271/46, de dissídio coletivo que é suscitante a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e suscitados a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO,

ACORDAM os Membros do Conselho Regional do Trabalho da Segunda Região, por unanimidade homologar o acôrdo de fls.

Custas na base Cr$ 1.000,00

São Paulo, 2 de julho de 1946

Presidente

Relator

Procurador

Certifico que a parte decisória dêste acordão foi publicada em sessão do Conselho no dia 23 de agosto de 1946 e no Diário da Justiça do Estado de São Paulo do dia 28 de agosto de 1946

Em 29 de agosto de 1946

Encarregada do Serviço do Processo.

Imp. Nac. — 12.5-46

Calculo das custas

Custas sobre Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros)
= Cr$ 86,00 (oitenta e seis cruzeiros).

Calculo das despezas com o Diario da Justiça
Publicação de pauta (fat. 1195/6) — Cr$ 15,00
Publicação de acórdão (fat. 1688/6) — Cr$ 26,70
Cr$ 41,70

(Quarenta e um cruzeiros e setenta centavos)

S. Paulo, 10/9/46
Alice Lellaia Luz
Enc. do S.P.

Decorrido o prazo para recursos.
Faço conclusos êstes autos ao Senhor
Presidente do Conselho.
Em 10 de setembro de 1946

Julio Assumpção Malhadas
Secretario

Justifique-se
s/ es. q. se
L. Fonseca.

PROVIDENCIADO
Officio N.º 2943/6 2944/6
Registro Postal 333.232 - 333.235
Em 14 / 9 / 46
Alice Lellaia
Enc. do S.P.

43
24

M. T. I. C. - J. T. - CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

TRIBUNAL
XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXX

SP-2943/46 São Paulo, 14 de setembro de 1946

A Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Rua Boa Vista 16- 1º andar-
CAPITAL

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que tendes o prazo de cinco dias, a contar de hoje, para efetuar o pagamento das despesas e custas referentes ao processo CRT-271/6 em que são partes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO ? forma seguinte:
em estampilhas federais: Cr$ 2,00
em sêlo de educação e Saúde: Cr$ 0,00
em moeda corrente Cr$ 22,00

Saudações

Julio Assunção Malhadas
Secretário

DC/

M. T. I. C. - I. T. - CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

TRIBUNAL
XXXXXXXXXX

SP- 2944/46 São Paulo, 14 de setembro de 1946 XXXXXXXXXXXXXXX

Sindicato dos Ferroviários da Cia Mogiana
Rua Campos Salles 578
CAMPINAS

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que tendes o prazo de dez dias a contar de hoje, para efetuar o pagamento das custas e despesas de publicação referentes ao processo CRT-271/46, em que são partes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, na forma seguinte:

em 3 stampilhas federais de Cr$ 3,00
em selo de Educação e Saúde: Cr$ 0,80
em moeda corrente: Cr$ 22,90

CRT-Nº 271/46
Seguintes

Julio Assunção Malhadas
Secretário

DC/

Arquivem-se.

São Paulo, 30 de [illegible]

[illegible]

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

ORT - 405/48

São Paulo, 27 de [illegible]

ENCARREGADO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

CRT - 2.a Região
N. 405 / 48
Em 27 / 2 / 48

220

EXMO.SR;DR.JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2a.REGIÃO

Determinado a que mesma foi requerido nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, sita na [illegible] nº 248 andar, presente compareceu a requerente a fim de ser notificada do dia 3 do mesmo para as 14 horas, perante Tribunal, afim de assistir a prolação da decisão do dissídio entre empregados e empregadores.

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2a.REGIÃO, nos autos TRT SP 271/46 de dissídio coletivo entre os Empregados da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, tendo sido proferida em 2/7/46 a decisão homologatória do acôrdo que fixou a reajustamento de salários exigidos pela carestia de vida registrada até aquela data, e sendo certo que decorreu mais de um ano da vigência desta sentença, bem como que se alteraram as circunstâncias que ditaram a fixação daqueles salários, vem requerer a V. Excia, com fundamento no art. 874 da Consolidação das Leis do Trabalho, a revisão da referida decisão, ouvindo-se os interessados e determinadas tôdas as providências para o prosseguimento regular do processo.

Nêstes têrmos
P.Deferimento
São Paulo, 27 de Fevereiro de 1 948.

Luiz Roberto de Rezende Puech
Procurador Regional Substituto

do dissídio retro em que sou interessado o requerente dos empregados da Companhia Mogiana e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

São Paulo, 27/2/948

Certifico que dei cumprimento ao despacho acima proferido pelo Exmo Presidente do Tribunal.

Em 27/2/78

Escrivão

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

SINDICATO FERROVIÁRIOS DA CIA MOGIANA
RUA CAMPOS SALES 578
CAMPINAS

U R G E N T E

43 27 2 48

NOTIFICO-VOS DO SEGUINTE DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR PRESIDE
DESTE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO NO PROCESSO TRT 271/46 BIE
DEFERINDO O QUE ME FOI REQUERIDO PELA PROCURADORIA REGIONAL DO
DA SEGUNDA REGIÃO INTIMA-SE OS INTERESSADOS PARA COMPARECER A AUD
A SER REALIZADA NO DIA TRÊS DE MARÇO P.FUTURO AS QUATORZE HORAS N
TRIBUNAL A FIM DE ASSISTIREM O PROCESSO DE REVISÃO DA SENTENÇA HOMO
TORIA NOS AUTOS DO DISSÍDIO COLETIVO EM QUE SÃO INTERESSADOS O
DOS FERROVIÁRIOS DA CIA MOGIANA E A CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE
PT S.PAULO VINTE E SETE DE FEVEREIRO 1948 (A) JOSE TEIXEIRA PE
PT ASPAS OUTROSSIM REFERIDO TRIBUNAL ESTA SEDIADO RUA CONSELHEIRO
CRISPINIANO NUMERO VINTE E NOVE SEGUNDO ANDAR EM S.PAULO CAPITAL
MARIO PIMENTA DE MOURA SECRETARIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
REGIÃO S.PAULO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

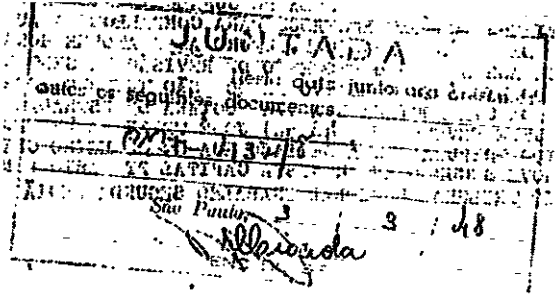
CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

CIA MOGIANA ESTRADAS FERRO U R G E N T E
R.BOA VISTA, 16-4º AND.
CAPITAL

42 27 2 48

NOTIFICO-VOS DO SEGUINTE DESPACHO PROFERIDO PELO EXMO SR PRESID[illegible]
DÊSTE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO NO PROCESSO TRT 271/46 EXPT [illegible]
DEFERINDO O QUE ME FOI REQUERIDO PELA PROCURADORIA REGIONAL DO [illegible]
DA 2ª REGIÃO INTIMEM-SE OS INTERESSADOS PARA COMPARECER A AUDIÊN[illegible]
SER REALIZADA NO DIA TRÊS DE MARÇO P.FUTURO AS QUATORZE HORAS E[illegible]
TRIBUNAL A FIM DE ASSISTIREM O PROCESSO DE REVISÃO DA SENTENÇA HO[illegible]
TORIA NOS AUTOS DO DISSÍDIO COLETIVO EM QUE SÃO INTERESSADOS O SIN[illegible]
DOS FERROVIÁRIOS DA CIA MOGIANA E A CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FE[illegible]
S.PAULO VINTE E SETE FEVEREIRO 1948 (A) JOSÉ TAVEIRA PENTEADO PT[illegible]
OUTROSSIM REFERIDO TRIBUNAL ESTÁ SENDO E EU OS[illegible] SILVEIRO ORISPIM[illegible]
NUMERO VINTE E NOVE SEGUNDO ANDAR NESTA CAPITAL PT MARIO PIMENTA [illegible]
MOURA SECRETARIO TRIBUNAL REGIONAL TRABALHO SEGUNDA REGIÃO S.PAUL[illegible]

8h 2 2


JUNTADA
São Paulo 3 / 3 / 48

Thomaz da Costa Neves
ADVOGADO

CRT - 2ª Região
N. 437 / 12
Em 2 / 3 / 48

48
Dlo

Exmo. Sr. Dr. Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 2a. Região.-

Junte-se aos processos de dissidio coletivo requerido pela Procuradoria Regional do Trabalho.
S. Paulo, 2/3/48.

dim 27/6
a 4 10/6

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA, com séde em Campinas, à rua Dr. Campos Salles, 578, vem, por intermedio de seus advogados que esta subscrevem - (procuração arquivada na Secretaria dêsse Tribunal) - no processo de revisão de dissidio coletivo suscitada pela DD. Procuradoria da Justiça do Trabalho, esclarecer os fatos que antecederam à êsse pedido de revisão, bem como apontar as pretensões dos seus associados:

1 . - os empregados da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro - com séde em São Paulo, à rua Bôa Vista nº 16, - repetidamente dirigiram-se à emprêsa, solicitando uma majoração de salarios que os permitisse enfrentar o constante e crescente encarecimento do custo da vida, sem, contudo, alcançar os justos e merecidos objetivos;

2 . - atendendo ao desejo de seus associados, consubstanciado em reiteradas demonstrações - como se verifica do memorial que oportunamente será apresentado a êsse Egregio Tribunal-, o Sindicato, cumprindo o indeclinavel dever que decorre do disposto no artigo 514, letra "c" da Consolidação das Leis do Trabalho - "promover a conciliação nos dissidios de trabalho" - e, ainda, cer

49

certa de que lhe incumbe o estudo, a defesa e coordenação dos interesses profissionais da categoria que representa, procurou, por todos os meios e modos, obter o pronunciamento favoravel da empregadora, que se mantendo irredutivel e intransigente, demonstrou o inequivoco propósito de não atender ao justo aumento pleiteado pelos seus servidores;

3 . - percebendo baldados os seus esforços, o Sindicato há alguns mêses dirigiu-se à autoridade competente - (Departamento Estadual do Trabalho) - solicitando-lhe permissão para realizar uma assembléia geral extraordinaria em que se cuidaria, em obediencia ao que determina a Consolidação das Leis do Trabalho, de obter o pronunciamento da classe a-fim-de, em dissidio coletivo, pleitear aquela elevação de vencimentos, - sabido que a lei exige essa assembléia da "qual participem os associados interessados na solução do dissidio coletivo em primeira convocação por maioria de dois terços dos mesmos, ou, em segunda convocação por dois terços dos presentes" -artigo 859 da C.L.T. (alterado pelo decreto-lei nº 7.321, de 14 de fevereiro de 1.945);

4 . - todavia, não obstante a imprensa, reiteradamente, noticiasse o desejo e a necessidade de um aumento de remuneração dos seus associados - tornando pública e notoria a pretensão - o Departamento Estadual do Trabalho deixou de atender à solicitação do Sindicato e, o que é mais, siquer respondeu ao oficio, sendo, ao que consta, desconhecido do proprio Diretor dessa repartição o pedido em questão;

5 . - viram-se, assim, os empregados da Companhia Mogiana na contingencia de apelar novamente para o Sindicato e êste, por sua Diretoria, de voltar frente à empregadora demonstrando a insustentavel situação de seus associados que percebem ínfimos salarios como se provará no decorrer da instrução do processo;

6 . - em face da situação e dos fatos desenrolados

50
29

nos últimos dias do mês de fevereiro próximo findo, o Digno Sr.Procurador da Justiça do Trabalho - Dr. Luiz Roberto de Rezende Puech - num gesto que constitue prova do alto valor desse Tribunal e evidencia a nítida compreensão que têm os seus componentes da finalidade para a qual foi instituida essa Justiça especializada, houve por bem requerer de V.Excia. - fundamentado no que dispõe o artigo 874, da Consolidação das Leis do Trabalho, - a revisão do processo de dissidio coletivo suscitado pela mesma Procuradoria em janeiro de 1946, concluido por acordo lavrado perante a DD. Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas, conforme consta da áta de 7 de fevereiro daquele mesmo ano (fls.);

7 . - Tendo em vista o que preceitúam os artigos 868 e 870 da Consolidação das Leis do Trabalho, deseja o Sindicato suscitante (letra "b", do artigo 869) que o aumento a ser concedido abranja todos os empregados da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro;

8 . - nenhuma dúvida paira sobre o nivel em que se encontram os preços dos generos de primeira necessidade. O Sindicato suscitante, porém, não obstante ser pública e notoria essa majoração de preços e considerando a necessidade de que se estabeleça a porcentagem à mesma, apresentará a V.Excia. na ocasião oportuna, exuberante e irretorquivel prova de que em face desse aumento do custo da vida, e levando-se em conta outros fatores - preços de habitação, higiene, transporte e vestuario - impossivel se torna, aos empregados da Companhia Mogiana continuar a perceber os atuais salarios. Porisso, a respectiva entidade de classe apresenta a V. Excia.

AS BASES DA CONCILIAÇÃO

a) . - A partir de 1º de fevereiro de 1.948 todos os componentes da categoria profissional representada pelo Sindicato

dos Trabalhadores em Emprêsas Ferroviarias da Zona Mogiana perceberão um aumento de Cr.$500,00, nos salários;

b) . - Tomar-se-á como salário-base aquele percebido pelos referidos empregados, no mês de janeiro de 1.948:

c) . - Os beneficios desta revisão abrangerão todos aqueles que, como empregados, (sem distinção da especie do trabalho) prestem serviços de natureza não eventual a firma.

Em face do exposto, o Sindicato, pela presente, requer a V.Excia. se digne ordenar a citação direta da firma sob pena de revelia e demais cominações de Direito, tome conhecimento da revisão do dissidio coletivo, aceite a conciliação que fôr levada a bom termo, feitas as provas exigidas e necessárias, seja o processo submetido à apreciação dêsse Egrégio Tribunal, para julgamento do pedido de revisão constante da tabela e condições supras, com decretação da aplicação da mesma tabela e condições a todos os componentes das categoria.

Além da prova documental anexa, protesta-se por todas as permitidas em Direito e, especialmente pelo exame de escrita.

S. Paulo, 2 de março de 1.948

-J. A. Cunha Lima-

-Thomaz da Costa Neves-

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho

52
200

ATA nº

Às catorze horas do dia três de março do ano de mil novecentos e quarenta e oito, na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho da 2a.Região, sob a Presidência do Exmo. Sr. Dr. José Teixeira Penteado, Vice-Presidente em exercício com a presença do Sr. Juiz Dr. Hélio T.Fonseca, foi aberta a audiência de instrução de dissídio coletivo TRT-SP-271/46, no qual foi requerido a sua revisão pela Douta Procuradoria Regional do Trabalho da 2a.Região, entre partes o SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DA MOGIANA e CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. Tendo comparecido por parte da Procuradoria Regional o seu Procurador Dr. Luiz Roberto de Rezende Puech. Pelo Sindicato dos Ferroviários da Mogiana compareceram os Srs. Diretores, Helio Carvalhinho Pompeu, Jorge Azevedo Leal de Souza, Lucindo Silva, Benedito Lima Prado, acompanhados de seus advogados Drs. J.A.Cunha Lima, Dr. Thomaz da Costa Neves e Juve Lemo Silveira. Pela Cia.a Mogiana de Estradas de Ferro compareceram os Senhores. Dr. Jose Wilson Coelho de Souza Superintendente acompanhado dos advogados Drs. Orestes Moraes Alves Filho, Helcio Pimentel de Melo e Euzebio de Arruda Camargo. Pelo Sr. Presidente foi dito que, Pediu a palavra pela ordem o Sr. recurador e pelo mesmo foi dito que sendo do seu conhecimento conforme afirmação do Sindicato suscitante nesta audiência, processa-se um dissídio coletivo em carater administrativo um processo pelo decreto lei nº 9.070 perante o Departamento do Trabalho em Campinas nesses processo a audiencia designada para o proximo dia 5 do corrente. Requereu a Procuradoria seja oficiado a autoridade que preside aquele processo afim de que o remete a este Egrégio Tribunal para ser apensado ao presente processo de revisão logo que, encerrada a referida audiência do dia 5 proximo, e qualquer que seja o resultado, isto é haja ou não conciliação. Encareceu a Procuradoria que o pedido de revisão, versando sobre reajustamento de salário em face do encarecimento de vida não fica prejudicado de qualquer forma pela realização da proxima audiência do dia 5 do corrente, já que conforme foi dito pela suscitada nessa audiência o pedido de majoração de salarios de que é objeto entre outas reividicações o referido processo administrativo, ja foi contestado pela empresa que alegou como ainda alega impossibilidade de atender a qualquer aumento. Pelo Presidente foi dito que deferia o requerimento pelo Dr. Procurador Regional do Trabalho e determinar a Secretaria oficiasse o Departamento Estadual do Trabalho, requesitando os autos de dissídio coletivo em fase administrativa que se encontra naquela repartição, coisa que deverá ser feita após a realização já designada para o dia 5 do corrente. Tendo por fundamento o presente despacho, a necessidade de se dar rapido andamento ao presente processo de revisão de dissídio coletivo uma vez que segundo ficou constatado nessa audiencia em que os litigantes na impossibilidade de conciliação e na nessa hipotese precisam da devida homologação desse Tribunal. Assim correndo os processos digo, correndo num só processo as pretensões totais do sindicato Suscitante a solução será mais rapida numa só solução ao invez de duas. Foi requerido pelo Sr. Procurador, a nomeação imediata de um perito para constatar; primeiro a qual o indice do custo de vida atual e qual o aumento nele constatado desde o ultimo aumento geral concedido pela empresa suscitada, segundo- quais as possibilidades financeiras da empresa suscitada de atender ao pedido dos suscitantes, ou a qualquer reajuste de salarios de seus empregados. Entende esta Procuradoria que a determinação dessa prova desde logo não ofende o direito da suscitada previsto no paragrafo único do artigo 864 da C.L.T., quando

MINISTERIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
~~JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO~~
Tribunal Regional do Trabalho

quando assim Entende a Procuradoria porque, estes trinta dias, devem ser e serão obrigatoriamente respeitados, não podendo o Egregio Tribunal julgar o processo antes do pronunciamento da empresa. A determinação da pericia imediatamente, por outro lado se sustenta na circunstancia de ter a empresa contestado por negativa alegando a sua impossibilidade financeira de atender o pedido. O que a empresa se propoe a fazer dentro digo, no prazo de trinta dias, segundo afirmação do seu ilustre patrono nessa audiência é trazer documentada e circunstanciadamente a prova da sinceridade de sua defesa. Por outro lado a diligencia pericial, num dos seus itens, acima requerida iria justamente atravez do exame de livro da suscitada iria justamente colher dentro da empresa o que esta se dispõe trazer aos autos ao fim dos trinta dias. A Procuradoria Regional não ignora a necesidade de uma faze conciliatoria na justiça do Trabalho. Ao contrario,. Tem mesmo o dever de promover a conciliação nos dissidios trabalhistas./Requereu porem desde logo a rezalição de provas por lhe parecer que a constestação da empresa, reiterada nesse processo ja constante do processo perabte o D.E.do Trabalho determinava obrigatoriamente a cessação de forma irremediavel da faze conciliatória. Pelo advgado da suscitada foi dito que, nada tinha a opor quanto a designação para apresentar dados sobre a elevação do custo de vida desde da propositura do dissidio até esta data, incluindo-se as localidades do interior do Estado de S.Paulo, e as do Estado de Minas Gerais servidas pelas linhas da suscitada. Quanto a nomeação de perito para exame dasituação financeira da suscitada, lamenta a mesma não poder concordar com que isso se realize desde logo, com inversão das normas processuais de quevem reger diligencias dessa natureza e uma regular instrução do processo. Ademais, cumpre ponderar que a suscitada não ofereceu ainda sua contestação e só depois desta ser junta aos autos é que terá cabimento a realização das diligencias referidas. Pelo Presidente foi dito que defere em parte o requerimento da Procuradoria pois como muito bem acentuou a suscitada na sua impunação acima feita, não foi ainda constestado o dissidio para que se pudesse desde logo proceder ao exame em seus livros para ser apurar da sua capacidade financeira ou não para arcar com o reajustamento de salários pretendida pelo Sindicato suscitente. Assim quanto ao referido exame indefere e quanto primeiro item do pedido formulado pela douta Procuradoria,nomeação de um perito para que constate o indice do custo de vida de qual o aumento que vem ultimamente sofrendo desde já nomeia para proceder o referido exame o Sr. Oscar Egidio de Araujo. E desde já concede à suscitada o prazo a que alude o parafrago unico do artigo 847 da C.L.T., para apresentar querendo a contestação ao presente dissidio. Com a palavra o advogado da suscitada foi requerido que se oficiasse a Junta de Campinas, solicitando a devolução de um processo de notificação e interpelação promovido perante aquela Junta pelo suscitante contra a mesma a suscitada. Pelo Presidente foi dito que indeferia o requerimento apresentado pela suscitada diante da informação formuladapelas partes de que o aludido processo não passa de uma notificação judicial, e que portanto não integra o presente processo. Nada mais havendo. Foi pelo Sr. Presidente encerrada a presente audiência que vai assinada pelo Sr. Presidente. pelas partes interessadas e por mim secretário subscrita.

José Lemos D'Arruda

Moradia [illegible]

Rua [illegible]

Maria Lemos de Moura

JUNTADA

Nesta data junto aos autos os seguintes documentos

CRT - 655/8

São Paulo, 30 / 3 / 48

ENC. DO S/P

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELLO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

54

CRT - Cr. Trab.
N. 655 48
Em 24/3/48

EXMO.SNR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE S.PAULO.-

Junte-se.
S. Paulo, 29/3/48.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, pelos autos da REVISÃO DO DISSIDIO COLETIVO suscitado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, vem requerer a V.Excia. se digne de mandar juntar a inclusa contestação aos autos respectivos.-

Termos em que,

Do deferimento
E.R.M.

São Paulo, 24 de Março de 1948

pp.

Com:- 1 contestação
6 documentos

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUZÉBIO DE AERUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

EXMO.SNR.PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE S. PAULO.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seus advogados e procuradores ao fim assinados (instr.incluso,doc.1), nos autos da revisão do DISSIDIO COLETIVO suscitado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, vem, na fórma que se segue, apresentar a sua

- C-O-N-T-E-S-T-A-Ç-Ã-O -

1- Inicialmente, a Suscitada péde vênia para salientar a esse digno Tribunal que, conforme se verifica dos autos do DISSIDIO COLETIVO proposto pelo mesmo Sindicato através o oficio n. S.15/526, de 26 de Fevereiro p.findo, dirigido ao snr.Chefe da Divisão Regional do Trabalho de Campinas -autos esses que se encontram em apenso aos da revisão óra contestada- a Companhia Mogiana, demonstrando ainda uma vêz a bôa vontade e o esforço que sua Administração tem posto na melhor solução de todos os problemas levantados por seus empregados, não teve dúvida em estudar com aquele orgão de classe a possibilidade de se conciliar os interesses das partes.

2- Desse estudo, resultou a conciliação sobre 4 (quatro) das 5 (cinco) reivindicações formuladas no memorial daquelo Sindicato, de acôrdo com a áta lavrada em 5 de Março corrente, fi-

-segue-

sando liquidada na fase administrativa a quasi totalidade das pretensões então apresentadas. Restou, assim, de pé, apenas o pedido de aumento de vencimentos, na base de Cr$-500,oo (quinhentos cruzeiros) mensais para cada ferroviário, a partir de 1º de Fevereiro de 1948, constante do item 1º do aludido memorial e que é o mesmo do qual cogita a revisão óra contestada. Com referencia a este tópico, nenhum acôrdo se poude realisar em virtude das considerações que passamos a expôr.-

---0---

3- Segundo se verifica das cópias autênticas do Balanço Geral levantado em 31 de Dezembro de 1947 e da respectiva demonstração de Receita e Despesa daquele mesmo exercicio (docs.2 e 3), o movimento financeiro da Suscitada encerrou-se com um deficit de Cr$ 900.372,3o (novecentos mil trezentos e setenta e dois cruzeiros e trinta centavos).- Dessa fórma, evidencia-se desde logo a impossibilidade absoluta em que se encontra a Suscitada de proporcionar ao seu pessoal qualquer melhoría de vencimentos. Na verdade, em face do resultado negativo acima referido, não se poderá jamais encarar a questão em debate sob o aspécto da bôa ou má vontade, isto é, do desejo, ou não, de atender a Empresa a semelhante pretensão de seus empregados.

4- Tudo se resume, assim, num simples confronto de cifras : os documentos de que se trata dizem alto da dificil conjuntura em que se vê a Suscitada, coisa que, de rosto, ocorre com as demais empresas de transportes ferroviários e que não constitúe, senão, um reflexo das condições gerais do Paíz. É de todos conhecido o alarmante decrescimo da produção nacional e, consequentemente, dos transportes ferroviários; a crescente concurrência exercida pelas empresas rodoviárias, não só em virtude

-segue-

do maior volume de importação de veiculos, como ainda em face da melhoría do sistema rodoviário; a elevação constante do custo dos materiais fixo e rodante das ferrovías; os acréscimos incessantes ocorridos nos preços das várias especies de combustiveis; emfim, toda uma série de novos e sempre crescentes encargos contribuindo para agravar a situação das estradas de ferro, absorvendo completamente o produto de suas atividades.-

5- Aliás, a situação a que acabamos de nos referir vem expressivamente consignada no quadro anéxo (doc.4), referente ao movimento de transporte de passageiros, encomendas e bagagens, e mercadorias nas linhas da Suscitada, nos exercicios de 1944, 1945, 1946 e 1947. Do levantamento em causa, ressalta a constante diminuição desse movimento no que concerne a "encomendas e bagagens" e "mercadorias", representada, respectivamente, por um decréscimo de 11,04%; 23,36%; 27,37%; e 7,07%; 4,48% e 13,97%.- Quanto ao movimento de passageiros, si nos anos de 1945 e 1946, houve um acrescimo sobre 1944, de, respectivamente, 1,05% e 2,52%, já em 1947 tal acréscimo foi inteiramente anulado com a diminuição de 4,40%, correspondente a menos 145.941 passageiros transportados em 1944.

6- Não obstante a redução de movimento e, em consequência, de arrecadação, a Suscitada procurou sempre ir ao encontro das pretensões de seus empregados quer no que se refere a u'a melhor assistência aos seus servidores, quer no que tange a sucessivos aumentos de salários. Na realidade, quanto a este ultimo aspéoto, para só nos atermos ao aumento da verba de "PESSOAL", *indicado no quadro incluso* (doc.5), verifica-se que em Fevereiro de 1945 a média mensal de remuneração por empregado era de Cr$-464,80; em Março de 1945, concedido um au-

-segue-

58

mento de salários que vigorou até Junho daquele mesmo ano, a média mensal por empregado passou a ser de Cr$-571,80; posteriormente, com o aumento verificado em Julho de 1945 e que vigorou até Agosto de 1946, já a referida média atingiu a Cr$-761,40; finalmente, com aumento proporcionado em Setembro de 1946 e que vigora até o presente, a mesma média, até Dezembro de 1947, elevou-se a Cr$-917,00 por empregado. Nessas condições, os aumentos de remuneração média dos trabalhadores da Suscitada, em relação a Fevereiro de 1945, foram de Cr$-107,00; Cr$-296,60; e Cr$ 452,20, isto é, demonstram um aumento de despesa dessa verba de 23,66%; 71,45%; e 105,04%, respectivamente.-

7- Em complemento ao esclarecimento supra, juntamos um quadro comparativo do salário-médio por empregado com o custo de vida, no período de 1939 a 1947, demonstrando a equivalência dos acréscimos verificados entre um e outro. Tal quadro foi baseado em dados fornecidos pela Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura Municipal de São Paulo e pela Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Companhia Mogiana. São, assim, elementos insuspeitos para o confronto de que se trata, visto como uns são dados oficiais e outros são de entidade da qual se utilisa a grande maioria dos empregados. Por esse quadro o custo de vida, de 1946 a 1947, subiu na região mogiana, de 10,82%, o que coincide muito satisfatoriamente com a apreciação feita no Relatório do Banco Comercial do Estado de São Paulo, ha dias publicado, segundo o qual o aumento do custo de vida em igual período variou de 11% a 13%. Verifica-se, tambem, que ha quasi perfeita paridade entre a elevação do custo de vida e a do salário médio dos empregados da Suscitada.

---0---

-segue-

8- Terminando aqui este arrozoado de contestação, Exmo. Snr. Presidente do Tribunal Regional, salientamos que as palavras valem menos do que as cifras, todas estas tiradas dos mais idôneos dados.

Em resumo, *poderiamos dizer que o aumento solicitado* não poderia ser concedido pela simples, mas decisiva razão, de ser impraticavel em face das condições economico-financeiras da Suscitada. A politica nacional óra em execução, em luta titânica contra a inflação, vem diminuindo sensivelmente o meio circulante. Desapareceram crédito e emissão e enquanto isso, por maiores que venham sendo os esforços do Govêrno da União, a produção ainda não está sendo suficiente para equilibrar as finanças internas do Paíz. Aumentada que seja ela, melhores dias terão as vias-ferreas e melhores serão tambem as horas dos seus servidores, afim de que desaparecido o deficit presente venha a ter a Suscitada renda suficiênte para que não seja obrigada a lançar mão do direito que lhe assegura o art. 503 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Aguarda, assim, serenamente a Suscitada o pronunciamento desse digno Tribunal, julgando improcedente o pedido de revisão em exame, como é de inteira

J U S T I Ç A !

pp. O. Moraes Alves Filho

Doc 1 6º

ROBERTO TAVARES NETO, 5.º Tabelião desta comarca de Campinas, Estado de São Paulo, etc. —

CERTIFICA

a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo no cartório a seu cargo os livros de Registro de Procurações, deles, no de número sete e sob o número de ordem setecentos e dois, verificou constar o registro do teor seguinte: N.º 702. Registro de procuração que se faz a requerimento do Dr. Orestes de Moraes Alves Filho, como procurador da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. — Tabelionato Veiga. República dos Estados Unidos do Brasil. Estado de São Paulo. Cidade de São Paulo. (Armas da República). Cartório Dr. A. Gabriel da Veiga. 11.º Tabelionato. Dr. Otavio Uchôa da Veiga. Tabelião. Antonio G. de Souza Junior. Oficial maior. Rua São Bento, 41. Tel. 2-5158 (com ramais). São Paulo. Brasil. Primeiro Traslado. Lº 820. Fls. 15. Procuração bastante que faz a COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. — Saibam quantos este publico instrumento de procuração bastante virem, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e quarenta e seis aos vinte e quatro dias do mês de julho do dito ano, nesta Cidade de São Paulo, em meu cartório e perante mim tabelião, compareceu como outorgante, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Sociedade Anonima, com séde nesta Capital, representada pelo Presidente da sua Diretoria, Dr. Amadeu Gomes de Souza, que também se assina A. G. Souza, bacharel em Direito, casado, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade; — e reconhecido pelo proprio de mim e das duas testemunhas ao diante assinadas, perante as quais por ela me foi dito, que, por êste público instrumento e nos termos do direito, nomea e constitue seus bastantes procuradores, os Drs. PELÁGIO ALVARES LOBO, que também se assina PELÁGIO LOBO, ORESTES DE MORAES ALVES FILHO, MIGUEL GONÇALVES DA SILVA, HELCIO PIMENTEL DE MELLO, EUSEBIO DE ARRUDA CAMARGO e MOACYR MEDINA COELI, todos brasileiros, casados, com exceção do penultimo que é solteiro e residentes: o primeiro, quarto e quinto nesta Capital, o segundo em Campinas, o terceiro em Ribeirão Preto e o ultimo em Uberaba, esta no Estado de Minas Gerais, e os demais no de São Paulo, para o fim especial de, como prepostos e representantes legais dela outorgante, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, ou ainda, como seus advogados, representa-la, conjunta ou separadamente, em todo e qualquer processo ou ação em que ela seja interessada, como autôra, ré, assistente ou opoênte, quer administrativa, quer judicialmente, seja na Justiça Comum, seja na Trabalhista, em qualquer Instância das mesmas, inclusive Conselhos Regionais do Trabalho, Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e junto aos Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadorias e Pensões, na conformidade das respectivas legislações. E, para isso, concede aos referidos advogados, poderes "ad-judicia"; podendo, ainda, os mesmos, iniciar ou acompanhar quaisquer processos, diligências, inquirições, arbitramentos; prestar depoimentos pessoal, fazer exibições de dinheiro e titulos, promover levantamento dos mesmos, apresentar recursos, transigir, e desistir de ações, propostas, receber e dar quitação, praticando, enfim, todos os demais atos conducentes ao completo desempenho dêste mandato, que poderá ser substabelecido. E de como assim o disse dou fé, e me pediu lhe que lavrasse este instrumento, o qual feito, lho li, aceitou e assina com as testemunhas abaixo que ouviram lêr êste. — Eu, Messias H. Gonçalves, aju-

dante habilitado, o escrevi sob minuta apresentada e devolvida. — Eu, Antonio Gonçalves de Souza Junior, Oficial maior, o subscrevo. — (aa). A. G. Souza. José Massini. Oswaldo Diniz. (Devidamente selada com três cruzeiros em selos federais e quarenta centavos da taxa de educação e saúde e mais um cruzeiro em sêlos de emolumentos do Estado). Trasladada na data retro. — Datilografada por Claudio Brandi. — Eu, Antonio Gonçalves de Souza Junior, Oficial maior, a conferi, subscrevo e assino, em público e raso. Em testemunho (sinal público) da verdade. — (a). Antonio G. de Souza Junior. (Estão os selos federais e de educação, no valor de Cr.$ 3,40 mais os selos estadoais no valor de Cr.$ 1,20.) — Nada mais no original apresentado, além da cóta de Cr.$ 24,10 e um carimbo indicativo do cartório de origem do presente traslado. Campinas, 12 de Agosto de 1946. — Eu, Eduino Voltan, escrevente autorizado, escrevi. Eu, Roberto Tavares Neto, tabelião, subscrevi. — Estão os selos federais no valor de Cr.$ 5,40 inclusive o de educação e saúde, mais os de emolumentos do Estado no valor de Cr.$ 3,00. Nada mais se continha em o mencionado registro de procuração e dá fé. Campinas, dezenove de setembro de mil e novecentos e quarenta e sete. Eu, A. Tava. escrev. Tabelião, conferi, subscrevo, dou fé e assino. ===

Roberto Tavares Neto.



COMPANHIA MOGIANA DE

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM

A T I V O

INVESTIMENTOS

Linhas Férreas e s/ Aparelhamento		1.059.413,90	
Obras em Andamento p/c. Taxa Adicional de 10%-Federal		1.331.264,60	
Melhoramentos Custeados p/Taxas Adicionais			
Federais	18.311.542,-		
Estadual de São Paulo	22.687.448,-		
Estadual de Minas Gerais	38.599,-	41.057.598,90	
Imóveis Estranhos ao Serviço Ferroviário			
Hortos Florestais	6.397.[illegible]		
Terrenos	3.010.[illegible]	9.408.018,30	
Títulos da Dívida Pública			
Apólices e Obrigações Federais	717.40[illegible]		
Obrigações de Guerra	1.682.00[illegible]		
Apólices e Obrigações Paulista	5.0[illegible]	2.404.400,00	
Títulos de Créditos Diversos			
Ações e Debêntures		22.141.424,10	
Investimentos em Companhias Filiadas			
Ações da Cia. Mogiana de Transportes		4.977.900,00	461.620.919,70

VALORES DISPONÍVEIS

Caixa			
Caixa-São Paulo	1.[illegible]		
Caixa-Campinas	1.55[illegible]		
Caixa-Rio de Janeiro	7.54[illegible]	3.538.562,30	
Estações-C/Caixa		2.35[illegible]	
Rendas em Trânsito		632.901,40	
Bancos		235.774,80	6.956.652,50

VALORES REALIZÁVEIS

Materiais nos Almoxarifados e Depósitos	61.269.833,-	61.269.833,00	
Títulos a Receber, Depósitos Especiais e Cauções e Receita a Receber	77.555.[illegible]	77.555.106,72	
	7.0[illegible]	7.0[illegible]	
Tráfego Mútuo			
Governo Federal	3.179.7[illegible]		
Transportes	422.[illegible]	[illegible]	
Indenizações a Receber			
Governos Estaduais e Municipais		2.535.557,40	
Contas Devedoras Diversas		410.979,50	
Contas Correntes Diversas		376.715,50	153.792.869,70

VALORES PARA [illegible] EVENTUAIS

Depositários do Adicional de 10% s/Tarifas		[illegible]	
Depositários de Provisões p/Riscos Diversos		[illegible]	
[illegible] Reservas		[illegible]	[illegible]

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

---III---

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1947.

P A S S I V O

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	270.050.413,90	
Adicional de 10% s/Tarifas-Fundo de Melhoramentos	331.581.264,60	
Federal		35.933.132,40
Estadual de São Paulo		49.796.[illegible]
Estadual de Minas Gerais		703.[illegible]
	41.057.[illegible]	
Adicional de 10% s/Tarifas-Fundo de Renov. Patrimonial		
Federal		14.253.[illegible]
Estadual de São Paulo		36.[illegible]
Estadual de Minas Gerais		363.[illegible]
	9.403.018,20	
RESPONSABILIDADES A LONGO PRAZO		
Obrigações		
Empréstimo de 1940	2.404.400,00	
	22.141.424,10	
RESPONSABILIDADES COM GARANTIAS ESPECIAIS		
Credores com Garantias de Caução em Títulos	4.977.800,00	461.620.919,70
Credores Pignoratícios		
RESPONSABILIDADES CORRENTES		
Cia. Mogiana de Transportes		
Títulos a Pagar		
Pessoal a Pagar-Certificados	3.535.562,30	
Contas a Pagar		
Despesa Pessoal a Pagar	2.354.414,20	
Tráfego Mútuo	832.901,40	
Credores por Depósitos	253.774,80	6.956.652,50
Credores por Cauções em Dinheiro		
Credores Diversos		
Caixa de Aposentadoria e Pensões		
Conta de Movimento		43.721,60
Carteira de Empréstimo		1.307.007,[illegible]
Quota de Previdência a Pagar		26.55[illegible]
Seção Predial		99.[illegible]
Contribuições		6.[illegible]
Seguro Doença		28[illegible]
	61.269.839,00	
	77.555.106,70	
	7.048.716,70	
Dividendos		
A Distribuir	602.557,50	
Impostos a Recolher	2.535.557,80	
Juros de Obrigações a Pagar	410.579,50	
Fornecedores	1.376.715,50	153.792.868,70
LUCROS DIFERIDOS		
Provisões para Riscos Diversos	2.657.244,80	
Saldos Não Reclamados	200.000,00	
	674.967,20	3.532.212,00

Doc 2

ESTRADAS DE FERRO

31 DE DEZEMBRO DE 1947.

P A S S I V O			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital		120.000.000,00	
Adicional de 10% s/Tarifas-Fundo de Melhoramentos			
Federal	35.933.192,40		
Estadual de São Paulo	49.796.585,40		
Estadual de Minas Gerais	783.442,70	86.513.160,50	
Adicional de 10% s/Tarifas-Fundo de Renov. Patrimonial			
Federal	14.253.777,90		
Estadual de São Paulo	36.288.003,60		
Estadual de Minas Gerais	353.837,30	50.[illegible]5.593,00	257.318.753,50
RESPONSABILIDADES A LONGO PRAZO			
Obrigações			
Especiais de 1940			127.706.600,00
RESPONSABILIDADES COM GARANTIAS ESPECIAIS			
Credores com Garantias de Caução em Títulos		2[illegible]0.486,70	
Credores Pignoratícios		12[illegible]1.745,30	138.032.632,00
RESPONSABILIDADES CORRENTES			
Cia. Nacional de Transportes		[illegible]3.913,50	
Títulos a Pagar		4[illegible]1.952,70	
Pessoal a Pagar-Certificados		[illegible]2.340,60	
Contas a Pagar			
Despesa Pessoal a Pagar		[illegible]8.590,70	
Tráfego Mútuo		[illegible]3.077,60	
Credores por Depósitos		[illegible]3.897,50	
Credores por Cauções em Dinheiro		[illegible]47.197,60	
Credores Diversos		[illegible]3.041,50	
Caixa de Aposentadoria e Pensões			
Conta de Movimento	43.711,60		
Carteira de Empréstimo	1.307.007,50		
Conta de Previdência a Pagar	26.554,80		
Seguro Pregial	99.008,80		
Contribuições	6.786.215,60		
Seguro Doença	289,70	[illegible]7,50	
Dividendos			
A Distribuir		[illegible]31,10	
Impostos a Recolher		[illegible]631,40	
Juros de Obrigações a Pagar		[illegible]9,10	
Fornecedores		[illegible]5,80	82.474.976,80
LUCROS DIFERIDOS			
Provisões para Riscos Diversos		[illegible]00.000,00	
Saldos Não Reclamados		15.479,30	215.479,30

VALORES DIFERIDOS E AMORTIZÁVEIS

Despesas Antecipadas		1.733,60	
Despesas a Recuperar		53.829,90	55.563,50

CONTAS DE RETIFICAÇÃO DO PASSIVO

Acionistas			2.459.[illegible]00
			656.942.996,40

VALORES DE CUSTODIA

Títulos Recebidos em Caução		3.055.200,00	
Bens de Terceiros		[illegible].000,00	
Títulos Depositados em Caução		[illegible]	
Fianças Ativas		12.500,00	
Juros a Receber			
Juros Garantidos-Linha Rio Grande e Caldas	2.632.[illegible]		
Governo Federal-c/Restituição de Juros	3.611.[illegible]		
Juros Garantidos-Linha Catalão	13.382.297,[illegible]	19.626.149,30	
Títulos Depositados em Custódia		[illegible]	
Serviços Contratados		1.[illegible]6,50	124.[illegible]

CONTAS DE RISCO

Créditos Contratados		60.000.000,00
		851.079.859,40

		LUCROS E RESERVAS		
		Reservas para Aumentos e Melhoramentos -		
52.[illegible]21.723,60		Fundo de Melhoramentos Gerais	46.318.501,[illegible]	
58.829,90	38.580.553,50	Fundo de Reflorestamento	8.000.000,00	
		Reservas para Amortização de Dívidas		
		Fundo de Resgate de Debêntures		[illegible]30,
	2.459.750,00	Saldo da Conta de Lucros e Perdas		
		Reservas Gerais		
		Fundo de Reserva Legal	3.190.296,00	
		Fundo de Reserva Especial	1.000.000,00	
		VALORES DIFERIDOS		
		Receita a Classificar		
	666.942.956,40			
		PASSIVO DE COMPENSAÇÃO		
1.659.200,00		Credores de Cauções em Títulos		
[illegible].000.000,00		Credores de Bens de Terceiros		
21.164.196,60		Depósitos de Garantia		
12.500,00		Garantias Pessoais Diversas		
		Govêrno Federal-s/Garantia de Juros		
		Depositários de Títulos em Custódia		
		Contratos de Serviço		
19.825.149,30				
382.900,00				
1.705.956,50	124.196.882,60			
		CONTAS DE RISCOS		
	60.000.000,00	Contratos de Créditos		
	851.079.639,00			

LUCROS E RESERVAS			
Reservas para Aumentos e Melhoramentos			
Fundo de Melhoramentos Gerais	46.318.501,70		
Fundo de Reflorestamento	8.000.000,00	[illegible]1,70	
Reservas para Amortização de Dívidas			
Fundo de Resgate de Debêntures		[illegible].000,00	
Saldo da Conta de Lucros e Perdas		[illegible]22,20	
Reservas Gerais			
Fundo de Reserva Legal	3.190.296,00		
Fundo de Reserva Especial	1.000.000,00	[illegible]296,00	60.970.219,90
VALORES DIFERIDOS			
Receita a Classificar			74.891,90
			666.912.956,40
PASSIVO DE COMPENSAÇÃO			
Credores de Cauções em Títulos		[illegible],200,00	
Credores de Bens de Terceiros		[illegible].000,00	
Depósitos de Garantia		[illegible]1[illegible],[illegible]50	
Garantias Patronais Diversas		[illegible].500,00	
Govêrno Federal-c/Garantia de Juros		[illegible].119,30	
Depositárias de Títulos em Custódia		[illegible].900,00	
Contratos de Serviço		[illegible].956,90	124.196.[illegible]32,60
CONTAS DE RISCOS			
Contratos de Créditos			60.000.000,00
			851.079.039,00

ESCRITÓRIO CENTR

São Paulo, 30 de

CERTIDÃO D

À DIRETORIA NACIONAL.

-minado, Contad[illegible] [illegible] ESTRADA D
TRADAS DE FERRO, levantado em 31 de dezembro de 1947, e
na data, do at[illegible] Livro e os Documentos comple

São Paulo, 28 de

REVISORA N
PERITOS EM

FRANCISCO
DIR

À DIRETORIA

(ass.) Amadeu Gomes de Souza

Claudio Celestino de Toledo Soares

Gastão Vidigal

Ary F. Torres

Aldo Mário de Azevedo

O CHEFE DO ESCRITÓRIO CENTRAL

(ass.) Orestes de Moraes Alves

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
VISTO
Em 2-9-48
Chefe do Escritório Central

ESCRITÓRIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

---111---

CERTIFICADO DOS AUDITORES

A REVISORA NACIONAL, S.A.-Peritos em Contabilidade-, pelo seu Diretor infra-
[illegible] habilitado, CERTIFICA a exatidão do presente Balanço da COMPANHIA MOGIANA DE E[illegible]
[illegible] em 31 de dezembro de 1947, o qual corresponde, fielmente, à posição das contas nes-
[illegible] em livros e em documentos examinados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

REVISORA NACIONAL S/A
PERITOS EM CONTABILIDADE

Francisco Alves Júnior

FRANCISCO ALVES JUNIOR
DIRETOR

[illegible] Item

AL DA COMPANHIA

ovembro de 1948

AS ADITIVAS

1.A - Perícia em Contabilidade, pelo seu Diretor infra-assinado do presente Balanço da COMPANHIA MINEIRA DE EX
qual corresponde, fielmente, à posição das contas res-
pec.

ovembro de 1943

ACIONAL S/A
ONTABILIDADE

VES JUNIOR
TOR

E DA CONTABILIDADE

(ass.) Altemiro de Souza Leite
NTADOR-CH. F: 2.177

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE F

-(((:::)))-

EXERCÍCIO DE 1947

RECEITA E DESPESA DA EMPÊZA

RECEITA		
RECEITA DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO	166.045.139,70	CUSTEIO DO EXE
		LUCROS DESTE E
	166.045.139,70	
LUCRO DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO	2.355.196,70	JUROS DE DÍVI
ALUGUÉIS DE MATERIAL RODANTE	159.190,10	JUROS DE DÍVI
RECEITA DE TÍTULOS	976.561,40	IMPOSTOS - FE
JUROS	199.651,70	DESPESAS DE EX
RECEITA DE EMPREENDIMENTOS DIVERSOS	4.753.612,90	DESPESAS DE TR
RECEITAS NÃO ESPECIFICADAS	1.220.07[illegible],90	DESPESAS NÃO E
RECEITA DE TRABALHOS E FORNECIMENTOS A TERCEIROS	12.278.2[illegible],60	PERDAS DIVERSA
LUCROS DIVERSOS	1.[illegible]84.697,10	
SALDO DEVEDOR	700.372,30	
	24.665.656,90	

ESCRITÓRIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 23 de fevereiro de 19

A DIRETORIA

(ass). Amadeu Gomes de Souza

Claudio Celestino de Toled

Gastão Vidigal

Ary F. Torres

Aldo Mário de Azevedo

CHEFE DO ESCRITÓRIO CENTRAL

(ass.) Orestes de Moraes Alves

VISTO
Em 24-3-48

Doc. 3

62

...NHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

-(((ss)))-

EXERCÍCIO DE 1947

RECEITA E DESPESA DA EMPRÊSA

	DESPESA	
166.045.139,70	CUSTEIO DO EXERCÍCIO FERROVIÁRIO	163.709.963,00
	LUCROS DÊSTE EXERCÍCIO	2.335.176,70
166.045.139,70		166.045.139,70
2.335.176,70	JUROS DE DÍVIDAS GARANTIDAS	10.923.532,90
139.380,10	JUROS DE DÍVIDAS COMUNS	2.497.901,90
736.561,40	IMPOSTOS - FEDERAIS	821.[illegible],90
193.661,70	DESPESAS DE EMPREENDIMENTOS DIVERSOS	6.734.423,70
4.733.612,90	DESPESAS DE TRABALHOS E FORNECIMENTOS A TERCEIROS	817.[illegible],90
1.[illegible].077,90	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	1.615.289,80
12.278.986,40	PERDAS DIVERSAS	1.275.477,00
1.096.897,30		
[illegible]00.372,30		
24.[illegible].[illegible],90		24.685.836,90

SECRETÁRIO CENTRAL DA COMPANHIA

São Paulo, 28 de fevereiro de 1948

A DIRETORIA

ss). Amadeu Gomes de Souza

Claudio Celestino de Toledo Soares

Gastão Vidigal

Ary F. Torres

Aldo Mário de Azevedo

CHEFE DA CONTABILIDADE

(a ss.) Altemiro de Souza Leite

CONTADOR-REG. Nº 2.177

Doc 4

MOVIMENTO DA ESTRADA NOS ANOS DE 1944, 1945, 1946 E 1947

ESPÉCIE	ANO BASE	ANO DE 1945			ANO DE 1946			ANO DE 1947		
		Total	Diferença de 1944	%	Total	Diferença de 1944	%	Total	Diferença de 1944	%
Passageiros (Nº)	3.315.581	3.350.262	+34.681	+ 1,05	3.399.445	+83.864	+ 2,52	3.169.640	-145.941	- 4,40
Encomendas e Bagagens (Toneladas)	80.739	71.822	- 8.917	-11,04	61.877	-18.862	-23,36	58.637	- 22.102	-27,37
Mercadorias (Toneladas)	1.185.295	1.101.405	-83.890	- 7,07	1.132.076	-53.219	- 4,48	1.019.674	-165.621	-13,97

COMPANHIA MOGIANA DE E. DE F.
ESTRADAS DE FERRO
ESCRITORIO CENTRAL
CAIXA POSTAL Nº 620
S. PAULO

VISTO
Em 24-3-48

Doc 6

SALÁRIOS DA ESTRADA DE FERRO MOGIANA E CUSTO DE VIDA NA REGIÃO MOGIANA

ANOS	PESSOAL		Salário Médio Cruzeiros		Índices: Base média 1939 = 100			
	Despesa Cr.$	Efetivo Número	Anual	Mensal	Salário	Custo (1) de vida na cidade de S.Paulo	Custo de alimentação na Região Mogiana (2)	Custo de vida na Região Mogiana (3)
1939	27 349 402,90	7 615	3 591,50	299,30	100	100	100	100
1940	27 556 319,60	7 519	3 664,90	305,40	102	105	105	104
1941	28 495 274,60	7 627	3 736,10	311,30	104	117	116	113
1942	31 541 898,60	7 845	4 020,60	335,10	112	130	129	126
1943	34 907 706,60	7 951	4 390,40	365,90	122	150	154	151
1944	45 933 075,20	8 398	5 469,50	455,80	152	191	206	193
1945	68 033 537,50	9 204	7 391,70	616,00	206	232	237	227
1946	91 937 517,50	9 567	9 609,90	800,80	268	276	266	268
1947	101 511 181,40	9 629	10 542,20	878,50	294	328	323	297

Nota: (1) Índices fornecidos pela Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo

(2) e (3) Índices calculados de acôrdo com os dados fornecidos pela Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Cia. Mogiana

2 3 MAR 948

VISTO

ALVARO [illegible] SOUZA LIMA
Chefe

65

Doc. 5

64

PESSOAL SUBORDINADO À SUPERINTENDÊNCIA

---------- C U S T E I O ----------

Demonstração do acréscimo de despesa com os aumentos de ordenados em MARÇO DE 1945, JUNHO DE 1945 e SETEMBRO DE 1946

PERÍODOS	Totais da despesa	MÉDIA MENSAL			AUMENTO VERIFICADO NA MÉDIA MENSAL		
		do nº de empregados	do total da despesa	por empregado	total	por empregado	% na despesa
Janeiro e Fevereiro de 1945 (2 mêses)	7.457.163,10	8.022	3.728.581,60	464,80	-:-	-:-	-:-
Março a Junho de 1945..... (4 mêses)	18.442.538,60	8.063	4.510.634,60	571,80	882.053,00	107,00	23,66
Julho 1945 a Agosto de 1946 (14 mêses)	89.497.651,90	8.396	6.392.689,40	761,40	2.664.107,80	296,60	71,45
Setembro 1946 a Dezembro 47 (16 mêses)	122.319.565,50	8.337	7.644.972,80	917,00	3.916.391,20	452,20	105,04

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
ESCRITORIO CENTRAL
CAIXA POSTAL Nº 620
S. PAULO

Variações do custo da vida na região da
Estrada de Ferro Nogueira

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

(Custo de uma ração extraordinária)

Unidade: Cr$/ração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,924	1,075	1,098	1,208	1,431
Fev.	0,924	1,016	1,098	1,208	1,391
Mar.	0,984	0,986	1,128	1,137	1,391
Abr.	0,984	0,976	1,150	1,138	1,423
Mai.	1,004	0,976	1,120	1,212	1,483
Jun.	0,994	1,066	1,128	1,232	1,483
Jul.	1,004	1,066	1,142	1,252	1,495
Ago.	1,004	1,078	1,122	1,348	1,546
Set.	1,026	1,098	1,226	1,430	1,638
Out.	1,026	1,098	1,218	1,450	1,668
Nov.	1,036	1,108	1,238	1,440	1,700
Dez.	1,056	1,128	1,248	1,438	1,756
ø	0,997	1,056	1,160	1,291	1,534

Mês/Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	1,841	2,397	2,445	2,990
Fev.	1,873	2,277	2,445	2,990
Mar.	1,918	2,363	2,489	2,890
Abr.	1,968	2,293	2,510	3,139
Mai.	1,990	2,295	2,543	3,[illegible]
Jun.	2,050	2,293	2,563	3,249
Jul.	2,092	2,363	2,637	3,332
Ago.	2,104	2,396	2,727	3,402
Set.	2,134	2,391	2,637	3,395
Out.	2,197	2,391	2,950	3,372
Nov.	2,207	2,453	2,980	3,409
Dez.	2,205	2,453	2,970	3,391
ø	2,049	2,362	2,658	3,038

VISTO
Em 3 - 10 - 1947
Visto da Escritório Central

Base: Tabela de arranchamento das praças do exército.

99

Variações do custo de vida na região da
Estrada de Ferro Paulista

VARIAÇÕES DO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

Índices

Base - Média:1939 = 100

Meses	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	93	108	110	121	144
Fev.	93	102	110	121	140
Mar.	99	99	113	114	140
Abr.	99	98	115	114	143
Mai.	101	98	112	122	149
Jun.	100	107	113	124	149
Jul.	101	107	115	126	150
Ago.	101	108	113	135	155
Set.	103	110	123	143	164
Out.	103	110	122	145	167
Nov.	104	111	124	144	171
Dez.	106	113	125	144	176
ø	100	106	116	129	154

Meses	1944	1945	1946	1947
Jan.	185	240	245	300
Fev.	188	226	245	300
Mar.	192	237	250	290
Abr.	197	230	252	324
Mai.	200	230	257	330
Jun.	207	230	257	326
Jul.	210	237	264	334
Ago.	211	240	274	341
Set.	214	240	284	340
Out.	210	240	294	338
Nov.	221	246	299	343
Dez.	220	246	298	340
ø	206	237	266	323

VISTO

88/62

VARIAÇÕES NO CUSTO DE ALIMENTAÇÃO

AÇUCAR

Unidade - 1/2 Fração

Mês/Ano	1939	1940	1941	1942	1943
Jan.	0,190	0,210	0,210	0,220	0,290
Fev.	0,190	0,210	0,210	0,220	0,290
Mar.	0,210	0,210	0,210	0,250	0,290
Abr.	0,210	0,210	0,210	0,240	0,290
Mai.	0,210	0,210	0,210	0,240	0,300
Jun.	0,210	0,210	0,210	0,240	0,300
Jul.	0,210	0,210	0,220	0,240	0,300
Ago.	0,210	0,210	0,220	0,240	0,320
Set.	0,210	0,210	0,220	0,270	0,320
Out.	0,210	0,210	0,220	0,290	0,320
Nov.	0,210	0,210	0,220	0,290	0,320
Dez.	0,210	0,210	0,220	0,290	0,330
$	0,207	0,210	0,215	0,253	0,306

Mês / Ano	1944	1945	1946	1947
Jan.	0,330	0,380	0,410	0,510
Fev.	0,330	0,380	0,410	0,510
Mar.	0,350	0,380	0,410	0,510
Abr.	0,350	0,380	0,410	0,510
Mai.	0,350	0,380	0,410	0,510
Jun.	0,370	0,380	0,410	0,510
Jul.	0,370	0,380	0,410	0,510
Ago.	0,370	0,410	0,430	0,500
Set.	0,370	0,410	0,430	0,500
Out.	0,380	0,410	0,430	0,500
Nov.	0,380	0,410	0,510	0,500
Dez.	0,380	0,410	0,500	0,500
$	0,361	0,393	0,434	0,510

Fonte: Cooperativa de Consumo dos Funcionarios da Cia. Paulista

99

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

GUIA PARA EXPEDIÇÃO MANUAL DA CORRESPONDÊNCIA

DATA	N.
11/6/8	

Imp. Nac. 11.139

N. DA ORDEM	ESPÉCIE	N. DA SAÍDA	DESTINATÁRIO
	Of.SP	1969/8	DR.J.A. Cunha Lima R. da Consolação, 320 Capital

Recebi em

11/6/48 às 15 50 horas

RUBRICA OU CARIMBO

J. A. Cunha Lima

M. T. I. C. - J. T. - 5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM SÃO PAULO

SP-1.969/48

11 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DR J. A. CUNHA LIMA

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, foi designado o dia 16 do corrente, para a realização da audiência para prosseguimento da instrução e conciliação do processo TRT.SP 271/46, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA e a CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

Referida audiência realizar-se-á às 16,00 horas, na séde dêste Tribunal à Rua Conselheiro Crispiniano, 29 2º andar.

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA CONSOLAÇÃO, 320
CAPITAL

101
46

M. T. I. C. - J. C. J. - 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM SÃO PAULO

SP-1.970/48 11 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

NOTIFICAÇÃO DE AUDIÊNCIA

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, foi designado o dia 16 do corrente, para a realização de audiência para prosseguimento da instrução e conciliação do processo TRT.SP-271/46, entre partes: SIN ICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA e a CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

Referida audiência realizar-se-á às 16,00 horas, na séde dêste Tribunal à Rua Conselheiro Crispiniano, 29 2º andar.

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA BÔA VISTA 16 - 4º and.
CAPITAL

162

SP-1.971/48 11 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DR OSCAR ROYDIO DE ARAUJO

Tendo em vista o que requereu a D. Procuradoria Regional do Trabalho, no processo de dissídio coletivo TRT.SP-271/46, entre partes: Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviarias da Zona Mogiana e Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, solicito informar a esta Presidencia o indice de elevação do custo de vida entre o ultimo dissidio (2/7/46), e a data do pedido de revisão (27/2/48).

Meus protestos de elevada estima e distinta consideração

José T. Penteado

Vice-Presidente em Exercicio

DIRETOR DA
DIVISÃO DE CULTURA E ESTATISTICA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DA
CAPITAL

JUNTA

Nesta [illegible] seguintes documentos

Cart 1408 | 8

São Paulo, 12 / 6 / 48

Hilário

103
22

Prefeitura do Município de São Paulo

DEPARTAMENTO DE CULTURA
DIVISÃO DE ESTATISTICA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL
RUA DA CANTAREIRA, 216

São Paulo, 11 de junho de 1948

Ofício nº Cult.3-4881

C.P.T. - 2.a Região
N. 1418 /8
Em 11/6/48.

S. Paulo, 11/6/48.

Exmo. Senhor Presidente

Em resposta ao ofício nº 1.971/48, dessa Presidência, tenho a informar-lhe o seguinte quanto ao aumento de custo de vida no período de 2 de julho de 1946 a 27 de fevereiro deste ano: considerando como base e igual a 100% os preços médios de junho de 1946, que valem até 30 do mês referido, o índice ponderado alcançou 128,5% em fevereiro último (QUADRO Nº 1, anexo). Houve, assim, um aumento de 28,5% no período considerado.

Sem mais, no momento, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Excia, meus protestos de estima e consideração pessoal.

OSCAR EGYDIO DE ARAUJO
Chefe - Divisão de Estatística e Documentação Social

Exmo. Snr.
Dr. José Teixeira Penteado,
D.D. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho,
Rua Cons. Crispiniano, 39
CAPITAL.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL

R.DA CANTAREIRA, Nº 216

ÍNDICE PONDERADO DE CUSTO DE VIDA DA CLASSE Operária NA CIDADE DE S.PAULO

BASE: ~~Média dos preços de 1939~~ Junho de 1946 = 100 %

Item das despesas	- 1946 -											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Agt.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Alimentação						100,0	104,3	110,7	106,4	107,3	109,5	108,1
Habitação						100,0	100,0	100,0	113,9	113,9	113,9	113,9
Vestuário						100,0	103,4	103,4	103,4	105,5	105,5	105,5
Combustível						100,0	101,5	84,2	84,2	84,2	84,2	93,6
Assist. médico-farmo-dentária						100,0	109,8	109,8	109,8	122,4	122,4	122,4
Fumo						100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Artigos de limpeza doméstica						100,0	100,4	100,4	100,4	100,5	100,5	100,5
Móveis						100,0	104,9	104,9	104,9	104,9	104,9	104,9
Transporte						100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Diversos						100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Índice ponderado de custo de vida						100,0	103,6	106,6	104,6	106,0	107,4	107,1

Observações:

MLS4/.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL

R.DA CANTAREIRA, Nº 216

ÍNDICE PONDERADO DE CUSTO DE VIDA DA CLASSE Operária NA CIDADE DE S.PAULO

BASE: ~~Média dos preços de 1939~~ Junho de 1946 = 100 %

Item das despesas	- 1947 -											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ag.t.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Alimentação	110,2	117,0	122,8	120,6	121,9	121,4	118,4	118,0	118,4	120,0	119,0	117,1
Habitação	113,9	113,9	113,9	113,9	113,9	113,9	116,5	116,5	116,9	116,9	116,9	116,9
Vestuário	123,7	123,7	130,2	133,7	133,7	124,2	128,0	127,9	125,2	126,1	126,1	125,0
Combustivel	90,0	96,0	94,8	84,2	84,2	84,2	84,2	86,3	86,3	86,1	113,0	113,0
Assist. médico-farmo-dentária	121,2	121,2	121,3	121,3	121,3	121,6	148,5	148,5	147,7	147,7	147,7	147,7
Fumo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Artigos de limpeza doméstica	114,4	114,4	116,2	121,6	121,0	121,6	127,3	114,9	113,6	147,2	146,6	147,2
Móveis	114,2	114,2	114,2	115,6	125,7	125,7	125,3	125,3	125,3	125,3	125,3	125,3
Transporte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	142,2	142,2	142,2	142,2	142,2
Diversos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	117,9	117,9	117,9	117,9
Índice ponderado de custo de vida	111,7	116,0	120,7	119,2	120,2	118,5	118,0	117,9	117,9	119,8	120,6	119,2

Observações:

LILS&/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DIVISÃO
SEÇÃO
RUA CA
SÃO

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE S. PAULO
DEPARTAMENTO DE CULTURA
DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL
R. DA CANTAREIRA, Nº 216

ÍNDICE PONDERADO DE CUSTO DE VIDA DA CLASSE Operária NA CIDADE DE S.PAULO

BASE: Média dos preços de 1939 Junho de 1946 = 100 %

Item das despesas	- 1 9 4 8 -											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ag.t.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Alimentação	130,8	131,3										
Habitação	116,9	116,9										
Vestuário	125,2	126,0										
Combustível	113,0	113,0										
Assist. médico-farmo-dentária	147,6	147,6										
Fumo	100,0	100,0										
Artigos de limpeza domésticos	146,5	146,9										
Móveis	125,3	125,3										
Transporte	142,2	142,2										
Diversos	117,9	117,9										
Índice ponderado de custo de vida	128,1	128,5										

Observações:
LLLSS/.

PREFEITURA M...
DEPART...
DIVIS...
RUA ... SÃO PAULO

JUNTADA

Nesta data ... es
... documentos —

CRX- 1430 ; 7

São Paulo, 15 / 6 / 48

Ilegível

ENC. DE S.P.

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

CRT - 2.a Região
N. 1430 / 48
Em 17 / 6 / 48

107

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.-

Junte-se
S. Paulo, 14/6/48.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA, por seus advogados vem requerer a V.Excia. se digne determinar a juntada dos documentos anexos ao Proc. C.R.T. 271/46, - dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional do Trabalho contra a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO,

Termos em que

P. Deferimento

São Paulo, 12 de junho de 1948

J. A. Cunha Lima

Thomaz da Costa Neves

TELEGRAFOS

NUMERO DE ORDEM: 141

RECEBIDO: 1415 hs

CARIMBO DA ESTAÇÃO

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

= URGENTE HELIO CARVALHIN
POMPEO PRESIDENTE SINDIC
MOGIANA RUA CAMPOS SAL
= CAMPINAS

PREAMBULO: 193 = DE UBERABA MG= 2273=61=10=18h

Preambulo contem as seguintes indicações de serviço: espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da ap

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA REALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

PRECO GENEROS ATUALMENTE NAS PRACAS UBERABA UBERLANDI
ARAGUARY ARROZ K 4,50 FEIJAO $ 5,00 BANHA $ 22,00 AS
$ 3,00 SAL $ 1,80 OLEO $ 22,00 CARNE 7,00 TOUCINHO
BATATA 4,00 SABAO CAIXA COM 27 PEDACOS 64,00 ALUGUE
NOS ARREBALDES CASAS DE 3 E 4 COMODOS 250,00 FORA .GUA
GUMERCINDO COLOMBO ------ = =

Nenhuma analise mais perfeita que aquela que nos trazem os homens na sucessão comparativa dos fatos.

Sentimo-nos bem ao proclamarmos alto e bom som sobre o que foi o auxilio continuado que nos emprestou a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no sentido de melhor nos aparelhar, mesmo ante as enormes dificuldades do momento, no afã de vos dar melhores oportunidades dentro do Cooperativismo bem orientado e bem distribuido.

Destacaremos neste relatorio de fatos, a impressionante figura do Dr. José Wilson Coelho de Souza, Superintendente da Estrada. Não somente ele, mas, seus mui dignos e diretos auxiliares foram de uma dedicação sem conta, na distribuição de favores e auxilios durante o decurso do ano de 1947.

Ao Exmo. Snr. Dr. José Wilson Coelho de Souza, o reiterado penhor de nossa profunda estima e respeito pelo muito que vai fazendo em beneficio de nossos cooperados e de suas familias.

A Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na figura eminentemente nobre de seu antigo Presidente Dr. Amadeu Gomes de Souza, tambem os nossos respeitosos e enormes agradecimentos pelo muito que tem feito ela no sentido de cooperação mutua com a direção da Estrada visando com dedicação acompanhar os passos da Diretoria da Cooperativa.

Não fôra essa alta compreensão por parte da Diretoria da Estrada, os resultados alcançados nunca teriam atingido o grau atingido, ele que, como todos conhecem, o ano de 1947, com o após guerra ,continuou com o seu cortejo de dificuldades tanto comerciais como financeiras, desafiando mesmo os, mais experimentados na ciência de governar e dirigir.

Aqui ficam pois consignados nossos melhores agradecimentos à Diretoria da Estrada, à Superintendencia da mesma, aos Snrs. Chefes de Divisão, e, mui principalmente aos cooperados que militaram ao nosso lado, com seu estimulo, sua dedicação e carinho.

Campinas, de Março de 1948.

Dr. Augusto Cesar de Andrade — Presidente
Aristides Oppermann — Diretor Gerente
Didier Monteiro — Secretario
Raul Augusto Silva — Membro
Salvador M. Jacobucci — Membro.

REFEITORIO

Esta Diretoria colimando sempre o bem estar de seus cooperados e, part passu o de todos ferroviarios da Companhia Mogiana, julgou objeto de consulta à digna Diretoria da Estrada, ouvida previamente a Superintendencia, o fornecimento de utilidades ao novel refeitório da Estrada, ultimamente instalado junto à suas Oficinas, e que tão bons resultados vai produzindo. Consultada a Diretoria e ouvido o Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, na Capital, foi por este autorizada a Cooperativa a fornecer ao refeitório, mediante guias, os generos de que o mesmo necessita, fornecimento esse que deve ser feito aos menores preços possiveis, pois, sabido é que, a finalidade do refeitório é proporcionar alimentação sadia e a preços modicos aos ferroviarios em geral. A autorização dada pelo Departamento foi transmitida em ofício sob referencia — 7 X 37 — 2.o volume, datado de 16 de fevereiro deste ano. Nessa conformidade, compete aos que nos sucederem, no proposito de bem servir, ultimar as providencias que se fizerem mistér, tratando do assunto com os poderes competentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, abaixo assinado, declara para os fins de direito que, tendo examinado minuciosamente, como lhe cumpre, o exame financeiro e balanço geral referentes ao exercicio findo de 1947, de acordo com as disposições constantes dos Estatutos, tudo encontraram na mais perfeita ordem e correção.

O resultado desse 9.o ano de suas atividades foi o seguinte:

LUCROS E PERDAS — O saldo liquido verificado durante o ano elevou-se à apreciavel soma de Cr.$597.009,00, concordando este Conselho Fiscal com o seguinte distribuição:

Fundo de reserva	59.700,90
Gratificações	32.300,00
Bonificação aos cooperados (dividendo) 6,7%	505.008,10
	597.009,00

Do resultado acima se conclue pelo exito administrativo desse exercicio, sendo dignas de aplausos, não só a honrada Diretoria, bem como todos quantos com ela cooperaram no sentido de obter resultados favoraveis à Cooperativa.

E, diante da exposição supra, os membros do Conselho Fiscal, são de parecer que as contas e o balanço geral sejam aprovados com um voto de louvor aos dirigentes e funcionários da sociedade.

Campinas, 31 de Janeiro de 1947.

a) **Sady Aguiar**
Manoel Gomes Ferreira
Alvaro Machado F. Ganhito.

Snrs. Alberto F. Gonçalves e Oscar A. Stephan, que, em entendimentos diretos com as firmas lavraram a bom termo a tarefa de pedidos de roupas, calçados, etc..

Funcionam atualmente como fornecedores os seguintes:

CAMPINAS —
Costa & Cia.
A. J. Renner
A Tesoura de Ouro
Alfaiataria Coração de Jesus
A Tesoura Elegante
Vaccarell & Pacheco

RIBEIRÃO PRETO —
Rafael Fernandes Júnior

CASA BRANCA —
Pedro Stefanini
Eugenio Menezello

UBERABA —
João Parreira.

Deixaram de fornecer as firmas Samuel Brouner & Irmão.

Entraram a fornecer mediante contratos as firmas: A Tesoura Elegante, Vaccarell & Pacheco e Eugenio Menezello.

CALÇADOS

Esta parte de fornecimento ao pessoal da Companhia Mogiana continuou a ser atendida pelas seguintes firmas:

Gerson Galvam — Campinas.

C. S. Salemo — Campinas.

O resultado apresentado pela Seção de fornecimentos de Roupas e Calçados durante o ano de 1947 foi o seguinte: Cr.$175.318,80. A Cooperativa muito tem se beneficiado com essa modalidade visto como, pelos contratos firmados com as respectivas fornecedoras é de 10% a percentagem recebida como compensação pelos trabalhos e material empregados nesse mistér.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O resultado liquido obtido pela Cooperativa foi de Cr.$537.875,10 (Quinhentos e trinta e sete mil oitocentos e setenta e cinco cruzeiros e dez centavos) que teve a distribuição seguinte com a prévia audiencia do Conselho Fiscal:

LUCRO DO EXERCICIO	537.000,00
Fundo de reserva	59.700,90
Gratificações ao pessoal	32.300,00
Bonificação aos Cooperados (dividendo)	505.008,10

FUNDO DE RESERVA

A lei que rege as Cooperativas de Consumo consigna que 25%, no mínimo, das importancias deste fundo nas Sociedades Cooperativistas devem ser aplicadas em titulos de renda, mantendo-se contabilidade especial para esse efeito. Essas importancias pelas disposições estatutarias são indivisiveis aos snrs. cooperados. Ao término de 1946 esta conta acusava um saldo de Cr.$260.015,30, a qual foi adusida a importancia de Cr.$59.700,90, perfazendo dessa maneira, no momento, a importancia de Cr.$319.716,20.

COOPERADOS CAMPEÕES

Relacionamos abaixo 10 dos snrs. Cooperados que maiores compras efetuaram no ano óra findo, e que, por esse motivo fizeram jús a maior dividendo:

Ordem	Cooperados	Compras	Dividendos
1	— Americo Vilnal	13.988,60	937,20
2	— Waldomiro de Melo	11.510,20	771,15
3	— Rogelio Garcia Sanches	11.097,80	743,50
4	— José Augusto Borges	10.891,80	729,70
5	— Frederico Koth	10.850,40	726,90
6	— Jose Querido Jor.	10.302,00	690,20
7	— João Luiz Cota	10.014,00	670,80
8	— Geraldo Ortiz Caetano	9.442,00	632,60
9	— Flaviano Lima Prado	9.419,70	631,10
10	— Dr. Augusto Cesar de Andrade	9.253,70	620,00

ATIVO E PASSIVO

Faz parte deste Relatorio, em apenso, o Balanço Geral referente ao exercicio findo de 1947, assim como a demonstração da Conta de Lucros e Perdas.

Face às enormes dificuldades com que teve de lutar a Diretoria desta Cooperativa, no terreno da aquisição de mercadorias liberadas e mostra na escassez de muitas outras que fazem parte da economia domestica, para cuja obtenção muitos foram os esforços dispendidos não só pela Gerencia como tambem pela nossa Tesouraria, força é convir que os resultados foram muito acima da melhor das expectativas, menos dos que, tendo motivos preconcebidos nunca atinarão com o que seja: eficiencia e desejo de bem servir, ela que a analise destes é de comum, muitoss e inacreditavel.

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO COOPERATIVISMO

No decurso do ano social de 1947 a Diretoria desta Cooperativa manteve a mesma linha de conduta com este Departamento, merecedor de nosso maior respeito e consideração. A vida cooperativista requer, de carthmo, sejam as cuidades dirigentes tangidas para o terreno das consultas, e daí o se defrontarem elas para discussão ampla e arejada das questões trazidas a plenario. Encontrámos por parte do Snr. Dr. Toledo Piza e seu digno assistente Snr. Dr. José Figueiredo Adaime, Consultor Juridico do Departamento, a melhor bôa vontade na solução dos intrincados problemas que levamos ao seu conhecimento e analise.

Por esse motivo aqui deixamos externados nossos melhores agradecimentos não só a esses distintos funcionarios do Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, como tambem a todo o pessoal que integra essa Repartição, na Capital do Estado.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Eis-nos chegados ao fim de um mandato que nos enche de mais justo e intimo orgulho, porque reafirmamos de publico, vieira orgulho, que tudo fizemos colimando o engrandecimento da Cooperativa de Consumo dos Ferroviarios da Companhia Mogiana. Temos a mais absoluta certeza de que os dias futuros dirão, na eloquencia dos fatos, o quanto de Alcance teve a nossa obra modesta, silenciosa, mas dedicada e pertinaz em favor de nossos cooperados. Nenhuma analise melhor e mais alta que essa analise fria dos algarismos.

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR FORAM MICROFILMADOS NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA LEGIBILIDADE

Relatório da Diretoria da Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Companhia Mogiana — ANO DE 1947

Ao apresentar-vos o relatorio do exercicio de 1947, esta Diretoria, fa-lo numa verdadeira demonstração remissiva de fatos, numa sincera *prestação de contas, do quanto lhe foi permitido fazer durante* a gestão que ora finda seu mandato, volvendo o pensamento para o alto, sentindo-se muito bem, dentro do dever cumprido. Muitos foram os óbices apresentados pela incompreensão de alguns e pelo desinteresse de muitos. Todos esses óbices foram vencidos com facilidade, tanto assim que, ainda neste ano podemos apresentar balanço promissor que demonstra à sociedade que esta Diretoria jamais deixaram do interesse de seus associados. Como é do tacito conhecimento de todos, o após guerra, ainda aí está com todo seu cortejo de dificuldades, óra oriundas da produção reduzida, pelo afastamento das populações agrarias para as cidades em busca de melhores proventos, óra por força mesma do mercado *instavel que tudo desorienta e desconforta*, e, ainda sobrenadando esses fatos, a luta contra o cambio negro que, felizmente vai sendo atacado em seus redutos pelas forças do Governo.

Contámos, é certo, com a bôa vontade da quasi totalidade de nossos cooperados, o que é facil verificar-se pelo volume de vendas apresentado em nosso balanço. Isso, conforta, porque representa confiança na atual Diretoria que tudo tem feito no sentido de bem atender seus cooperados.

Administrada com solicitude e carinho pode a Cooperativa ainda desta feita, apresentar resultado compensador com a distribuição do dividendo de o que é justo se proclame, devemos ao corpo de funcionarios sob a competente direção do atual Gerente snr. Rogelio Garcia Sanches, secundado pelo digno Contador da Cooperativa *snr. Felix Antonio Palermo*, funcionario este dedicado e zeloso que trabalha assiduamente ao nosso lado desde a fundação desta associação de classe. Assim, vos apresentamos a seguir pelo ordem determinada pelo Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, todas as rubricas, devidamente informadas, e o Balanço Geral da Cooperativa encerrado a 31 de dezembro de 1947.

ESTATUTOS

Como é do vosso conhecimento, em assembléia geral extraordinaria realizada a 1.o de Outubro do ano passado, com a presença do presidente Diretor da Assistencia Judiciaria do Departamento de Assistencia ao Cooperativismo Advogado Dr. José Figueiredo Adaime foram os estatutos reformados sob bases mais consentaneas com o momento atual, reforma essa que teve a supervisão do referido advogado. Os estatutos em vigor, devidamente registrados no Departamento são os que regem os destinos desta entidade e têm dado os resultados beneficos que deles decorrem, na aplicação serena e ponderada de seus Artigos acompanhados de perto por esta Diretoria.

Aqui ficam, pois, nossos melhores louvores e agradecimentos ao Departamento de Assistencia ao Cooperativismo na pessôa de seu digno *diretor Snr. Dr. Fco. Toledo Piza*, a quem muito deve a Cooperativa pela bôa vontade e dedicação com que sempre atendeu aos reclamos e necessidades da mesma no terreno consultivo e no amparo nos seus anseios de bem servir os associados, pois, a ele dirigimos constantemente solicitações no sentido da obtenção de guias, autorizações, alvarás, etc., na parte referente a mercadorias liberadas e controladas pelo Governo, dele tendo sempre recebido beneplacito aos nossos apelos.

DIRETORIA

A atual Diretoria é constituida de:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente — Dr. Augusto Cesar de Andrade; Diretor-gerente — Aristides Oppermann; Secretario — Didier Monteiro; Membros — Raul Augusto Silva e Salvador Melillo Jacobucci — que termina hoje seu mandato, teve a integra-la o Snr. Salvador M. Jacobucci que substituiu o Snr. Didier Monteiro, que, por sua vez fôra convocado para o lugar do Snr. José Corrêa Pedroso Junior, por força de sua renuncia, quando eleito Deputado Federal por São Paulo.

CONSELHO FISCAL

Como sabeis, impede a lei a reeleição dos Conselhos Fiscais, cujo mandato, deva ser reformado anualmente.

A assembléia convocada para aprovar o relatorio presente deverá eleger, não só o novo Conselho de Administração, como tambem o Conselho Fiscal. Concluiram seu mandato os Snrs. Sady Aguiar, Alvaro Machado que substituiu como suplente que foi, o Snr. Salvador M. Jacobucci; e Manoel Ferreira Gomes, que até hoje exerceram suas *funções fiscalizadoras com zelo e devotado carinho.*

Fizeram parte do Conselho Fiscal anteriormente, por ordem, os seguintes Snrs.:

Em 1939 — Aristides dos Santos, F. Corrêa e Nelson Rolando da Silva Camargo.
Em 1940 — Waldomiro Mauricio, Rafael De Rosa Junior e Benedito de Lima Prado.
Em 1941 — Waldomiro de A. Marinho, Lucindo Silva e Artur Forato.
Em 1942 — Alvaro Machado F. Gunhito, Pedro A. F. Cruz e Manoel Fernandes Cruz.
Em 1943 — Antonio Targon, Emilio Duran e Lazaro de Camargo Penteado.
Em 1944 — Francisco Corrêa, João Ribeiro dos Santos e Reinaldo Presles.
Em 1945 — Antonio de Almeida Cabral, Lamartine de Carvalho e Oscar Eduardo Forster.
Em 1946 — José Rocha Prado, Antonio Targon e Augusto Nista.
Em 1947 — Sady Aguiar, Manoel Ferreira Gomes e Alvaro Machado F. Gunhito.

GERENCIA COMERCIAL

A gerencia comercial esteve durante este ano entregue aos cuidados do Snr. Rogelio Garcia Sanches que, admitido quasi atraz na vaga verificada pelo afastamento, a pedido, do Snr. José de Andrade Carvalho, tem se demonstrado funcionario perfeitamente esclarecido e dotado de bôa vontade, feito esse que a Diretoria registra com prazer.

FUNCIONALISMO

Esta Diretoria tem o prazer de trazer ao conhecimento dos Snrs. cooperados que a compressão de quadro ainda pode ser mantida durante o exercicio de 1947, tendo envidado a Cooperativa um selecionar o mais possivel seus funcionarios, dando a cada um, atribuição devidamente estudada, colimando melhor produção e facilitando a entrosagem de funcionarios com as chefias e estas com a Diretoria.

E' motivo de enorme satisfação constatar que, apesar do reconhecido *aumento de volume de serviço, a par das dificuldades que são* de dominio de todos, os fornecimentos correram, na ordem desejada, sem solução de continuidade, com a solicitude verificada anteriormente e muita dedicação por parte do corpo de funcionarios da Cooprestiva.

Ao pessoal da Cooperativa foram dadas as melhorias compativeis com as necessidades do momento atual, procurando esta Diretoria, acompanhar sempre que lhe foi possivel, os aumentos concedidos pe*la Diretoria da Cia. Mogiana a seus funcionarios, isto porque a Coopera*tiva, a bem dizer, é um prolongamento da Cia. Mogiana.

CONTABILIDADE

O Departamento Contabil da Cooperativa, estave como anteriormente, entregue ao Snr. Contador Felix Antonio Palermo, que tem se mostrado dedicado, esforçado e zeloso no cumprimento de suas atribuições. Acresce notar que esse funcionario tambem auxilia a Gerencia *comercial na parte de controle de recebimentos e pagamentos, além* de ter a seu *cuidado todo pessoal do Escritório. Nessos misteres o* Snr. Felix Antonio Palermo tem se mostrado tambem, como sempre, de impecavel probidade ao par de sua pronunciada assiduidade.

MOVIMENTO DE VENDAS — VAGÕES

A declinação de todo o pessoal que compõe as diversas turmas distribuidas pelos vagões Q. C. foi devidamente anotada por parte desta *Diretoria, que, conhecendo o volume de serviço, pode aquilatar o* quanto de sacrificio foi dispendido por esses zelosos e eficientes funcionarios, tendo em vista que os mesmos passam maior parte do mesfóra de suas casas, sem o necessario conforto que a propria natureza do serviço impede que se lhes dê. A escala de serviço foi ainda este ano rigorosamente observada pela Gerencia, tendo sido provida a familia ferroviaria da Estrada, na medida do possivel, com a maior solicitude e empenho de bem servir.

Damos abaixo o movimento de vendas numa demonstração de mezes e locais respectivos:

Mezes	Campinas	Guaxupé	Uberaba	Rib. Preto	Total
Janeiro	199.778,40	125.136,20	126.670,90	115.566,70	567.146,20
Fevereiro	200.648,80	125.706,30	124.482,70	112.035,40	572.272,20
Março	209.572,00	121.490,70	125.587,50	126.328,50	582.978,70
Abril	271.814,10	126.276,80	130.807,10	137.578,50	666.578,50
Maio	227.774,60	142.619,00	140.924,50	144.027,50	655.346,30
Junho	252.052,50	143.022,10	138.871,30	140.357,00	674.302,90
Julho	270.880,00	125.701,50	133.480,80	119.044,30	647.406,60
Agosto	251.862,50	147.108,50	123.416,30	133.469,80	655.876,90
Setembro	214.225,10	121.674,30	149.691,50	135.001,20	720.313,20
Outubro	226.680,10	121.309,90	146.991,40	126.681,40	621.662,10
Novembro	226.649,20	126.759,80	130.900,70	129.038,50	623.668,80
Dezembro	285.010,00	127.048,50	165.050,10	135.033,60	822.347,40
Totais	2.847.429,30	1.550.848,50	1.646.855,70	1.554.151,70	7.599.284,60

	Campinas	Guaxupé	Uberaba	Rib. Preto	Totais
Comparação:					
	Cr.$	Cr.$	Cr.$	Cr.$	Cr.$
1947	2.847.429,30	1.550.848,50	1.646.855,70	1.554.151,10	7.599.284,60
1946	2.093.649,90	1.163.613,90	1.364.062,80	1.119.787,40	6.681.114,00
Dif. para mais	753.789,40	387.234,60	342.792,90	434.363,70	1.918.180,60

SERVIÇO DE FORNECIMENTOS

A carteira de fornecimentos desta Cooperativa, como no ano pre*terito* continuou a prestar os assinalados serviços dos anos anteriores, para o que contou com a bôa vontade dos funcionarios da Cooperativa

Srs. Alberto F. Gonçalves e Oscar A. Stephan, que, em entendimentos diretos com as firmas levaram a bom termo a tarefa de pedidos de roupas, calçados, etc..

Funcionam atualmente como fornecedores os seguintes:

CAMPINAS —
Costa & Cia.
A. J. Renner
A Tesoura de Ouro
Alfaiataria Coração de Jesus
A Tesoura Elegante
Vaccaroli & Pacheco

RIBEIRÃO PRETO —
Rafael Fernandes Júnior

CASA BRANCA —
Pedro Stefanini
Eugenio Menezello

UBERABA —
João Parreira.

Deixaram de fornecer as firmas Samuel Brenner & Irmão.

Entraram a fornecer mediante contratos as firmas: A Tesoura Elegante, Vaccaroli & Pacheco e Eugenio Menezello.

CALÇADOS

Esta parte do fornecimento ao pessoal da Companhia Mogiana continuou a ser atendida pelas seguintes firmas:

Gerson Galvani — Campinas.
C. S. Salerno — Campinas.

O resultado apresentado pela Seção de fornecimentos de Roupas e Calçados durante o ano de 1947 foi o seguinte: Cr.$175.318,80. A Cooperativa muito tem se beneficiado com essa modalidade visto como, pelos contratos firmados com os respectivos fornecedores é de 10% a porcentagem recebida como compensação pelos trabalhos e material empregados nesse mistér.

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

O resultado liquido obtido pela Cooperativa foi de Cr.$537.875,10 (Quinhentos e trinta e sete mil oitocentos e setenta e cinco cruzeiros e dez centavos) que teve a distribuição seguinte com a prévia audiencia do Conselho Fiscal:

LUCRO DO EXERCICIO	537.000,00
Fundo de reserva	59.700,00
Gratificações ao pessoal	32.300,00
Bonificação aos Cooperados (dividendo)	505.008,10

FUNDO DE RESERVA

A lei que rege as Cooperativas de Consumo consigna que 25%, no mínimo, das importancias deste fundo nas Sociedades Cooperativistas devem ser aplicadas em titulos de renda, mantendo-se contabilidade especial para este efeito. Essas importancias pelas disposições estatutarias são indivisiveis aos srs. cooperados. Ao término de 1946 esta conta acusava um saldo de Cr.$260.015,30, a qual foi adusida a importancia de Cr.$59.700,00, perfazendo dessa maneira, no momento, a importancia de Cr.$319.715,30.

COOPERADOS CAMPEÕES

Relacionamos abaixo 10 dos srs. Cooperados que maiores compras efetuaram no ano óra findo, e que, por esse motivo fizeram jús a maior dividendo:

Ordem	Cooperados	Compras	Dividendos
1 —	Americo Vilani	13.988,60	937,20
2 —	Waldomiro de Melo	11.510,20	771,10
3 —	Rogelio Garcia Sanches	11.097,80	743,50
4 —	José Augusto Borges	10.891,80	729,70
5 —	Frederico Koth	10.850,40	726,90
6 —	Jose Querido Jor.	10.302,30	690,20
7 —	João Luiz Cota	10.014,00	670,90
8 —	Geraldo Ortiz Caetano	9.442,00	632,60
9 —	Flaviano Lima Prado	9.419,70	631,10
10 —	Dr. Augusto Cezar de Andrade	9.253,70	620,00

ATIVO E PASSIVO

Faz parte deste Relatorio, em apenso, o Balanço Geral referente ao exercicio findo de 1947, assim como a demonstração da Conta de Lucros e Perdas.

Face às enormes dificuldades com que teve de lutar a Diretoria desta Cooperativa, no terreno da aquisição de mercadorias liberadas e mesmo na escassez de muitas outras que fazem parte da economia domestica, para cuja obtenção muitos foram os esforços dispendidos não só pela Gerencia como tambem pela nossa Tesouraria, força é convir que os resultados foram muito acima da melhor das expectativas, mesmo dos que, tendo motivos preconcebidos nunca alimentaram esta o que seja: eficiencia e desejo de bem servir, ela que a analise destes é de comum, maldosa e insensata.

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA AO COOPERATIVISMO

No decurso do ano social de 1947 a Diretoria desta Cooperativa manteve a mesma linha de conduta com este Departamento, merecedor do nosso maior respeito e consideração. A vida cooperativista requer, de continuo, sejam as entidades diretamente ligadas para o terreno das consultas, e daí o se defrontarem elas para discussão ampla e arejada das questões trazidas a plenario. Encontramos por parte do Snr. Dr. Toledo Piza e seu digno assistente Snr. Dr. José Figueiredo Adalme, Consultor Juridico do Departamento, a melhor bôa vontade na solução dos intrincados problemas que levamos ao seu conhecimento e analise.

Por esse motivo aqui deixamos externados nossos melhores agradecimentos não só a esses distintos funcionarios do Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, como tambem a todo o pessoal que integra essa Repartição, na Capital do Estado.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Eis-nos chegados ao fim de um mandato que nos muchou do mais justo e intimo orgulho, porque reafirmamos de publico, vizeira orgulho, que tudo fizemos colimando o engrandecimento da Cooperativa de Consumo dos Ferroviarios da Companhia Mogiana. Temos a mais absoluta certeza de que os dias futuros dirão, na eloquencia dos fatos, o quanto de alcance teve a nossa obra modesta, silenciosa, mas dedicada e pertinaz em favor de nossos cooperados. Nenhuma analise melhor e mais alta que essa analise fria dos algarismos.

Nenhuma analise mais perfeita que aquela que nos trazem os homens na sucessão comparativa dos fatos.

Sentimo-nos bem ao proclamarmos alto e bom som sobre o que foi o auxilio continuado que nos emprestou a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no sentido de melhor nos aparelhar, mesmo ante as enormes dificuldades do momento, no afã de vos dar melhores oportunidades dentro do Cooperativismo bem orientado e bem distribuido.

Destacaremos neste relatorio de fatos, a impressionante figura do Dr. José Wilson Coelho de Souza, Superintendente da Estrada. Não somente ele, mas, seus mui dignos e diretos auxiliares foram de uma *dedicação sem conta, na distribuição de favores e auxilios durante o* decurso do ano de 1947.

Ao Exmo. Snr. Dr. José Wilson Coelho de Souza, o reiterado penhor de nossa profunda estima e respeito pelo muito que vai fazendo em beneficio de nossos cooperados e de suas familias.

A Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, na figura *eminentemente nobre de seu antigo Presidente Dr. Amadeu Go*mes de Souza, tambem os nossos respeitosos e enormes agradecimentos pelo muito que tem feito ele no sentido de cooperação mutua com a direção da Estrada visando com dedicação acompanhar os passos da Diretoria da Cooperativa.

Não fôra essa alta compreensão por parte da Diretoria da Estrada, os resultados alcançados nunca teriam atingido o grau atingido, ela que, como *todos conhecem, o ano de 1947, com o após guerra continuou* com o seu cortejo de dificuldades tanto comerciais como financeiras, desafiando mesmo os mais experimentados na ciência de governar e dirigir.

Aqui ficam pois consignados nossos melhores agradecimentos à Diretoria da Estrada, á Superintendencia da mesma, aos Snrs. Chefes de Divisão, e, mui principalmente aos cooperados que militaram ao nosso lado, com seu estimulo, sua dedicação e carinho.

Campinas, de Março de 1948.

Dr. Augusto Cesar de Andrade — Presidente
Aristides Oppermann — Diretor Gerente
Didier Monteiro — Secretario
Raul Augusto Silva — Membro
Salvador M. Jacobucci — Membro.

REFEITORIO

Esta Diretoria colimando sempre o bem estar de seus cooperados e, *pari passu o de todos ferroviarios da Companhia Mogiana, julgou objeto* de consulta á digna Diretoria da Estrada, ouvida previamente a Superintendencia, o fornecimento de utilidades ao novel refeitório da Estrada, ultimamente instalado junto á suas Oficinas, o que tão bons resultados vai produzindo. Consultada a Diretoria e ouvido o Departamento de Assistencia ao Cooperativismo, na Capital, foi por este autorizada a *Cooperativa a fornecer ao refeitório, mediante guias, os ge*neros de que o mesmo necessite, fornecimento esse que deve ser feito aos menores preços possiveis, pois, sabido é que, a finalidade do refeitório é proporcionar alimentação sadia e a preços modicos aos ferroviarios em geral. A autorização dada pelo Departamento foi transmitida em ofício sob referencia — 7 X 37 — 2.o volume, *datado de* 16 de fevereiro deste ano. Nessa conformidade, compete aos que nos sucederem, no proposito de bem servir, ultimar as providencias que se fizerem mistér, tratando do assunto com os poderes competentes.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, abaixo assinado, declara para os fins de direito que, tendo examinado minuciosamente, como lhe cumpre, o exame financeiro e balanço geral referentes ao exercicio findo de 1947, de acordo com as disposições constantes dos Estatutos, tudo encontrou na mais perfeita ordem e correção.

O resultado desse 9.o ano de suas atividades foi o seguinte:

LUCROS E PERDAS — O saldo liquido verificado durante o ano elevou-se á apreciavel soma de Cr.$597.000,00, concordando este Conselho Fiscal com o seguinte distribuição:

Fundo de reserva	59.700,90
Gratificações	*32.300,00*
Restituição aos cooperados (dividendo) 6,7%	505.008,10
	597.009,00

Do resultado acima se conclue pelo exito administrativo desse exercicio, sendo dignas de aplausos, não só a honrada Diretoria, bem como todos quantos com ela cooperaram no sentido de obter resultados favoraveis á Cooperativa.

E, diante da exposição supra, os membros do Conselho Fiscal, são *de parecer que as contas e o balanço geral sejam aprovados com um* voto de louvor aos dirigentes e funcionários da sociedade.

Campinas, 31 de Janeiro de 1947.

a) **Sady Aguiar**
Manoel Gomes Ferreira
Alvaro Machado F. Ganhito.

Balanço Realizado em 31 de Dezembro de 1947

ATIVO		
CONTAS DE CAPITAL		
ASSOCIADOS C. DE CAPITAL		
Capital a realizar		23.070,00
VALORES IMOBILIZADOS		
MOVEIS E UTENSILIOS		
Pelo existente	47.772,50	
VEICULOS		
Idem, idem	27.715,10	75.487,60
VALORES DISPONIVEIS		
CAIXA		
Importancia em cofre	1.498,70	
BANCOS		
Deposito em Banco	142.068,20	143.566,90
VALORES REALIZAVEIS		
MERCADORIAS		
Inventariadas	965.230,10	
COOPERADOS C. ALHEIA		
Saldo desta conta	430.271,20	
COOPERADOS C. CONSUMO		
Idem, idem	1.673.397,90	3.068.899,10
Total Cr.$		3.311.023,60

PASSIVO		
CONTAS DE CAPITAL		
CAPITAL		
Valor de 3.572 quotas-partes a Cr.$100,00 cada uma		357.200,00
FUNDOS DIVERSOS		
JOIAS		
Saldo desta conta	21.030,00	
DOAÇÃO		
Idem, idem	14.625,00	35.655,00
FUNDO DE CONSTRUÇÃO		
Saldo desta conta		500.000,00
FUNDO DE RESERVA		
Saldo anterior	260.015,30	
Resultado em 1.947	59.700,90	319.716,20
RESPONSABILIDADES		
CONTAS CORRENTES		
Saldo desta conta	821.945,70	
CONSIGNAÇÃO C. TERCEIROS		
Idem, idem	633.353,50	1.455.299,20
CONTAS DE RESULTADOS		
JUROS AO CAPITAL		
Saldo anterior	58.666,10	
Resultado em 1.947	16.706,50	75.372,60
BONIFICAÇÃO S. COMPRAS		
Saldo anterior	30.472,50	
Resultado em 1.947	505.008,10	535.480,60
GRATIFICAÇÃO		
Saldo desta conta		32.300,00
Total Cr.$		3.311.023,60

Dr. Augusto Cesar de Andrade
Presidente

Guarda Livros Reg. s/. n.o 4.784
Felix Antonio Palermo

Aristides Oppermann
Diretor Gerente

Demonstração da Conta de Lucros e Perdas

DESPESAS		
Impostos		
Patente de Registro	1.080,00	
Licenças Veículos	1.652,50	2.732,50
SEGUROS		
Seguros contra fogo	5.549,40	
Seguros de acidentes	7.243,00	12.792,40
JUROS AO CAPITAL		
Saldo desta conta		16.706,50
DESPESAS GERAIS		
Honorarios, Salarios, Instituto Aposentadoria, Fretes e carretos, viagens, Combustiveis, Telefone, Luz, etc.		591.711,60
	Soma Cr.$	623.943,00
FUNDO DE COMPENSAÇÃO		
Depreciação		
De Moveis e Utensilios	2.515,40	
De Veiculos	1.457,00	3.972,40
	Soma Cr.$	627.915,40
FUNDO DE RESERVA LEGAL		
FUNDO DE RESERVA		
10% s. Cr.$	597.009,00	59.700,90
GRATIFICAÇÃO		
Saldo desta conta		32.300,00
BONIFICAÇÃO S. COMPRAS		
Importancia a ser distribuida aos Snrs. Cooperados de acordo com os estatutos		595.005,10
	Total Cr.$	1.224.924,40

MERCADORIAS	
Lucro bruto verificado	1.042.087,60
COMISSÕES	
Saldo desta conta	175.318,80
JUROS E DESCONTOS	
Idem, idem	7.518,00
Total Cr.$	1.224.924,40

Dr. Augusto Cesar de Andrade
Presidente

Felix Antonio Palermo
Guarda Livros Reg. s/ n.o 4.784

Aristides Oppermann
Diretor Gerente

JUNTADA

Nesta data junto aos autos os seguintes documentos

ORT - 1.431/8

São Paulo, 15 / 6 / 48

ENC. DS S.S

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

CRT - 2.a ... to
N. 143a
Em 14/6/48

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.-

Junte-se.
S. Paulo, 14/6/48.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERRO VIARIAS DA ZONA MOGIANA, por seus advogados que este subscrevem, vem requerer a V.Excia. se digne determinar a juntada dos documentos anexos (Boletim da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, Ano I, nº 1 e Ano II, nºs 1 e 2) no processo de dissídio coletivo em andamento perante esse Egregio Tribunal suscitado contra a respectiva empresa.

Tais Boletins inserem artigos que dizem da situação economica e financeira de suscitada, e propiciarão, por certo, esclarecimentos aos Dignos Julgadores que integram êsse Tribunal Regional do Trabalho.

Termos em que

P. Deferimento

São Paulo, 14 de Junho de 1.948

J. A. Cunha Lima

Thomaz da Costa Neves

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Conselho de Administração

AMADEU GOMES DE SOUZA — *Presidente*

GASTÃO VIDIGAL — *Vice-Presidente*

ALVARO MARIO M. AZEVEDO — *Secretário*

Joaquim Libanio Leite Ribeiro — Claudio Celestino de Toledo Souza — Ari Frederico Torres — Conde Francisco Matarazzo Junior Fabio da Silva Prado — Henrique Dumont Villares

CONSULTOR JURIDICO — *Pedrgio Alvares Lobo*

ESCRITORIO CENTRAL — *Orestes Morais Alves* — Chefe

Advogados: *Orestes de Morais Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Helcio Pimentel de Mello e Euzebio de Arruda Camargo*

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

Alvaro de S. Lima — Chefe

Assistentes: — *Paulo A. Correa de Brito, J. Pokrovsky e William W. Coelho de Souza*

COMISSÃO DE OBRAS NOVAS

Luiz A. de Mendonça Junior — Chefe

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

BOLETIM DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

JANEIRO
MARÇO
1 9 4 7

ANO II

N.º 1

Publicação tri-mestral

SUMÁRIO

Melhoramentos da Cia. Mogiana — J. WILSON COELHO DE SOUZA

A variante do Cocais a Tambe'i — LUIZ ANTONIO DE MENDONÇA JUNIOR

Geografia politica — ARGLDO AZEVEDO

Restauração dos cafesais — WILLIAM W. C. DE SOUZA

Qual é o mais próspero municipio da Zona Mogiana? — J. POKROVSKY - DÓRA DE SOUZA LIMA

O que se deve saber e fazer no aviário nos meses de abril-junho

Os Rockefeller organizam uma sociedade — do New York Times

Frutas e cotações

A Zona Mogiana na XII Exposição de Animais e Produtos Derivados

Reflorestamento — W. COELHO DE SOUZA

Catálogo da Bibliotéca do Departamento de Estudos Económicos — MARIA RACHEL

Diretor: — GARIBALDI DANTAS

Redação: Rua do Tesouro 23 — 8.º andar

COLABORAÇÃO

Dentro da orientação fixada para o nosso Boletim, acham-se as suas páginas abertas à colaboração dos engenheiros, advogados, médicos, agrônomos e demais funcionários da Companhia.

Deles, bem como dos técnicos oficiais e de quaisquer interessados receberemos com prazer, estudos ou sugestões que versem assuntos de interesse técnico, econômico ou social da Estrada, de seu pessoal, ou das zonas por ela servidas.

Melhoramentos da Cia. Mogiana

JOSÉ WILSON COELHO DE SOUZA
Superintendente da E. F. Mogiana

Assis Chateaubriand numa de suas costumeiras crônicas diárias no "Diário de São Paulo", comentando o renascimento atual da Companhia Mogiana chamou-a de "Bela Adormecida do Oeste Paulista", certamente porque no seu espírito observador não escapou a diferença entre a atual atividade realizadora desenvolvida pela Companhia, e a atitude anterior, aparentemente de expectativa.

Tão próprio achei o epíteto, que sôbre êle desenvolvi a apresentação dêste mesmo tema na palestra que fiz no Rotary Club de Campinas. Todavia, queremos, antes de entrar novamente na apreciação dêste assunto, ressaltar que ao contrário da princesa do conto de Perrault que dormiu longo e profundo sono até que o beijo do príncipe a viesse acordar, a Mogiana, através de tôdas as administrações que se sucederam não deixou de realizar contínuos melhoramentos, si bem que, em escala proporcionada às suas possibilidades financeiras, e, por isso mesmo aquem das suas necessidades.

Vale a pena relembrar, ainda que sirva apenas para fixar a evolução das idéias na própria Estrada, algumas das suas anteriores realizações.

Assim, na administração Carlos Stevenson, iniciou-se o estudo da modificação do traçado do tronco, adotadas as condições técnicas de rampa de 1,5% e curvas de 250 metros de rádio, ao tempo em que a Paulista fazia suas linhas com 2%, e para não perder tempo, nessa mesma administração teve êle início de realização a partir do Ribeirão Anhumas; hoje está em tráfego todo o trecho Anhumas a Guedes, em breve completado pela ligação Riza-Anhumas.

Ainda na vigência da administração Stevenson foi dado incremento à substituição dos trilhos de 25,9 quilos por metro, do tronco, pelos de 32,2, os quais na ocasião representavam os de maior pêso empregados no bitola de metro. Essa substituição continuou nas administrações Próspero Ardanì e Horacio Costa, e, presentemente, as linhas da Companhia têm trilhos de 32,2 kg/m. de Campinas a Bauru numa extensão de mais de quatrocentos quilômetros. Esse empreendimento, cujo valor não é preciso encarecer, permitiu a eliminação do trilho de 19,5 kg/m. em ramais de importância da dos de Caldas, Pinhal, Itapira, etc., e em linhas como a do Rio Grande e em trechos da de Catalão.

E, em relação a trilhos, devemos acrescentar a substituição, ao tempo da administração Horacio Costa, dos trilhos de 25,9 kg/m. da serra de Caldas por trilhos de 34,7 kg/m.

Muitos vagões foram comprados nestas *três últimas administrações*, convindo acentuar que os de Carlos Stevenson foram introduzidos os vagões cobertos de 24 e as gôndolas de 30 toneladas

de lotação. É preciso ter conhecido as linhas de então, para compreender quanto de arrojo e confiança essa resolução representou. Na administração Próspero Arlani mais um passo à frente foi dado com a encomenda de vagões cobertos de 30 toneladas de lotação, cuja circulação, entretanto, teve de ser limitada às linhas de melhor traçado, isto restringindo qualquer evolução no sentido do emprêgo de maiores veículos.

Outro melhoramento importante realizado pelas três últimas administrações foi o empedramento da linha em larga escala, especialmente durante o período administrativo Horacio Costa. Da mesma forma a execução de cêrcas de duração perene com o emprêgo de postes metálicos e de concreto armado.

A administração Horacio Costa, além de continuar os anteriores programas de substituição de trilhos, empedramento e melhoria de cêrcas, acima referidos, soube se aproveitar das circunstâncias creadas pela tremenda crise de 1929-1930 para realizar um largo programa de rejuvenescimento de locomotivas e de carros, de reforço e transformação de vagões, e sobretudo de colocação de freios automáticos em todos os vagões de lotação de 18 toneladas ou maior, ao mesmo tempo que melhorava e padronizava os freios dos vagões que possuiam freios automáticos.

Além dessas realizações cumpre lembrar o que foi feito nessa última administração para resolver o problema de casas para pessoal da linha e do tráfego, e o de permeite do pessoal de condução de trens, assim como, que foi nesta última administração que foram projetadas e iniciadas as obras de modificação do traçado entre Amaroso Costa e Uberlândia, das quais alguns trechos já estão prontos.

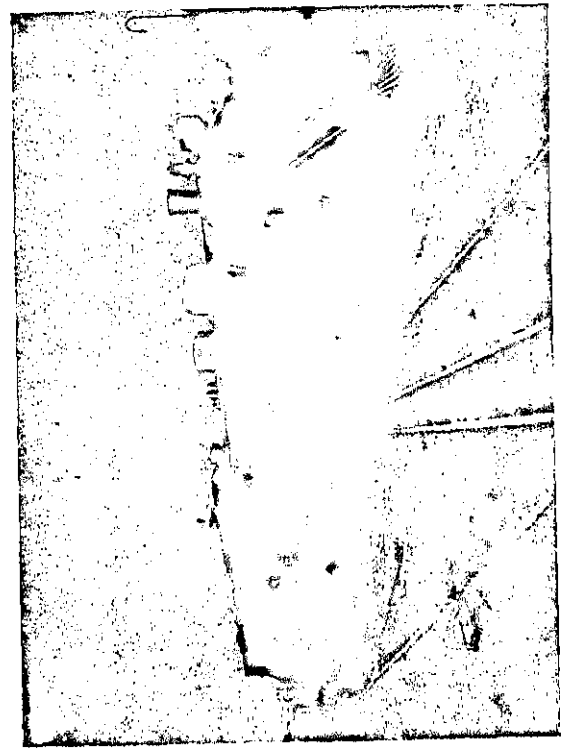
Para não nos alongar só citamos os principais cometimentos, querendo salientar que a Mogiana não ficou contemplando o evolvir de sua zona sem que alguma cousa fizesse. O que fez, ela o reconhece, foi pouco, e agora deseja em rápidas realizações ganhar o tempo perdido, porém fôrça é confessar, ela realizou o que as circunstâncias lhe permitiam fazer, e se isso passou em parte despercebido ao grande público foi porque foi realizado vagarosamente como o trabalho silencioso das abelhas.

Não iremos relembrar porque não pode abalançar-se a maiores empreendimentos, pois a história é de ontem e tem sido muitas vezes contada. O que nos interessa é o reconhecimento da situação em 1941, quando a Mogiana resolveu através de uma comissão de notaveis técnicos examinar as possibilidades da zona que atravessa e o que precisaria ser feito para atender o possivel progresso da mesma. Dos estudos dessa Comissão, e das observações anteriores de suas administrações resultou o programa de melhoramentos que a partir de 1943 vem sendo executado.

Esse programa nós o temos dividido em três subtitulos:

I) Medidas de caráter imediato, quer na realização, quer nos resultados;

II) Medidas de caráter mediato, seja na realização, seja nos resultados;



Uma das novas locomotivas

III) Medidas de efeito demorado, e de realizações mais lentas.

Examinemos quais os itens do programa subordinados a cada um dêsses subtítulos.

Como medidas de caráter imediato colocamos a aquisição de material rodante e de tração, pois que o resultado das aquisições é sensível desde que começam a trafegar as primeiras unidades adquiridas. O efeito das aquisições é sempre tão notado que grande quantidade de administradores ferroviários, o público em geral, pensam nesse recurso para resolver dificuldades, que, quantas vezes só poderão ser definitivamente dominadas com medidas de outra natureza.

Entre as aquisições já realizadas e recebidas contam-se:

12 locomotivas a vapor de 66 toneladas de pêso aderente e 16.400 quilos de esforço de tração; as mais pesadas que as atuais obras de arte permitem fazer trafegar entre Campinas e Uberlândia;

300 vagões fechados de 36 toneladas de lotação, de tara reduzida, também os maiores vagões que as condições técnicas permitem empregar na maior parte das linhas da Companhia;

material para a transformação de 94 vagões razos;

e,

finalmente,

a construção de cem (100) vagões para o transporte de lenha.

Esses números si o compararmos a números de outras estradas, podem parecer pequenos, porém, feita a comparação com os números da Mogiana resultarão bastante elevados.

Assim, por exemplo, o esforço de tração total das locomotivas elevando-se a 196.800 quilos, vai corresponder a um aumento de 12% no esforço de tração do anterior parque de tração da Mogiana.

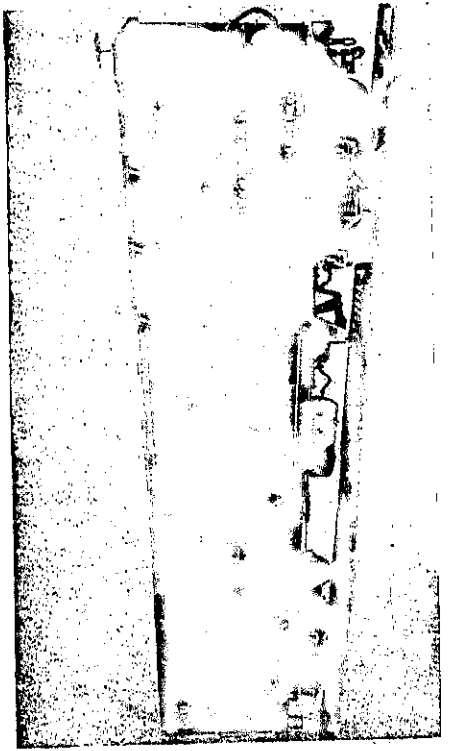
Esse aumento é substancial, contudo não representa todo o ganho a ser obtido, pois medidas de ordem administrativa, e as modificações do traçado se somarão para tornar a tração disponível por essa aquisição largamente suficiente, no serviço de cargas.

Tôdas essas locomotivas já estão em serviço.

Os trezentos vagões cobertos, dos quais mais da metade já estão trabalhando e que na sua totalidade até o começo de Dezembro estarão trafegando, com suas 10.800 toneladas de lotação possíveis, representam o notavel acréscimo de 42% na lotação oferecida por todos os vagões cobertos da Companhia.

A transformação de 44 plataformas de 20 toneladas de lotação em gôndolas de 30 toneladas, e o reforço de lotação de 50 gôndolas de 30 toneladas que passarão a 36, aumentam a disponibilidade em gôndolas de 15%.

A construção de cem (100) vagões para lenha, sendo 50 de 18 toneladas de lotação e 50 de 24, permitindo entregar-se ao tráfego os vagões metálicos das séries PF. e PN., atualmente utilizados no transporte daquele combustivel, aumen-



Um dos novos vagões de aço de 36 t.

tam também de 15% as facilidades de lotação de pranchas.

Todavia, o emprêgo de locomotivas Diesel, reduzindo a necessidade de lenha, especialmente no tronco, para onde os transportes são mais longos, e o reflorestamento, darão mais valor a êstes acréscimos de vagões abertos.

Que estas medidas são de efeito imediato não é necessário demonstrar, mas, se fossemos chamados a fazê-lo, bastaria o confronto do que estamos realizando êste ano, praticamente apenas em virtude de medidas de ordem administrativas e com a ajuda das primeiras nove locomotivas, com aquilo que foi possível fazer nos melhores anos passados, para mostrar a eficiência das mesmas.

Outras aquisições foram programadas, e, que pelo seu imediato efeito poderiam ser equiparadas às anteriores, porém, que deixamos para um sub-grupo da segunda série de medidas, porque ao iniciarmos a realização do programa não tínhamos fixado em definitivo o tipo de material a ser comprado, e, são elas:

- Aquisição de locomotivas Diesel-elétricas para o serviço de trens de passageiros;
- Aquisição de trens automotores;
- Aquisição de quarenta carros de passageiros.

Anteriormente tinham sido estudadas as locomotivas Diesel-elétricas sòmente para o serviço de passageiros em todo o tronco de Campinas a Araguarí numa extensão total de 716 quilômetros de percurso. Agora podemos anunciar que essa idéia evoluiu de modo que é provável podermos contar dentro de próximo futuro com locomotivas Diesel-elétricas de dois tipos fundamentais:

- o primeiro — locomotivas de 1.300 H. P., e o pêso total de 90 toneladas para o serviço de passageiros e de encomendas rápidas de Campinas a Uberlândia,
- o segundo — locomotivas de 660 H. P., e o pêso de 66 toneladas; para todo o serviço entre Uberlândia e Araguarí.

Caso não se reproduzam as interrupções de trabalho nos Estados Unidos, contamos receber até Maio de 1947 as primeiras seis locomotivas de 1.300 H. P.

Com essa potência os atuais trens de passageiros poderão ser rebocados com a velocidade comercial de 45 quilômetros por hora, e como as locomotivas Diesel-elétricas podem ser utilizadas em 85% do tempo, isto é, em vinte horas por dia, não será exagero esperar fazer com as seis máquinas, mensalmente, os 120.780 quilômetros de percurso necessários para com elas, rebocar três trens em cada sentido, cada dia, entre Campinas e Uberlândia.

Os trens a serem rebocados serão de duas espécies — dois trens de passageiros e um trem de encomendas rápidas. Os trens de passageiros por sua vez serão dos tipos de noturnos.

O primeiro, semelhante ao atual N. 1, chegará a Ribeirão Preto cerca das 6,30 horas da manhã para prosseguir para Uberlândia com o horário do P. 9 antecipado, e chegar àquela estação às 15,45 horas, voltando com horário do P. 10 retardado, porém, combinando em Ribeirão Preto com o horário do atual N. 2.

O segundo trem sairá de Campinas às 14,45 para prosseguir de Ribeirão Preto às 22,15 como noturno e chegar a Uberlândia às 6,30 horas. Voltará do Uberlândia às 22,30 como noturno para chegar a Ribeirão Preto, e, daí prosseguir para Campinas onde deverá chegar cerca das 13,15 horas.

Êsses trens, entre Uberlândia e Araguarí serão feitos por máquinas a vapor até que se possa ali colocar as Diesel-elétricas do segundo tipo, especialmente estudadas para o serviço nesse trecho.

Desde 1938 a Companhia Mogiana vem estudando a possibilidade do emprêgo de trens automotores para o transporte de passageiros, especialmente, para Poços de Caldas. A eclosão da guerra tornou impossível a realização daquilo que o estudo, então concluído, recomendava. Acabada a guerra o problema foi retomado, já agora com outras exigências, em virtude da evolução dêstes últimos anos.

Do que foi examinado concluimos por uma solução, que, provavelmente será uma conjugação dêsse problema com a circulação das locomotivas Diesel-elétricas.

A aquisição de carros para trens de passageiros é outra parte do programa que dará resultados imediatos, logo que sejam os carros recebidos. E neste particular o assunto está dividido em duas partes — a compra de carros especiais para o serviço rápido de encomendas, cuja efetivação depende de acertar-se pequenos pormenores construtivos, e a parte dos carros de 1.ª classe, 2.ª classe, dormitórios, restaurantes e pullmans, cujo processo de aquisição está mais atrasado, porque as necessidades que devemos enfrentar nos obrigam a adquirir o que de mais moderno se possa construir em carros para a bitola de um metro, presentemente, e essas necessidades tem que ser longamente debatidas com os fabricantes.

Num outro sub-grupo das medidas de efeitos mediatos, poderemos reunir os seguintes itens:

- Aquisição de telefones seletivos para o serviço do movimento;
- extensão do emprêgo dos estafes elétricos;
- substituição de trilhos;
- empedramento;
- rádio-telefonia e emprêgo de telégrafos "teleprinter".

O efeito principal do emprêgo dos telefones seletivos é poder-se aumentar a velocidade comercial dos trens de cargas. Já foram recebidos os principais materiais para a instalação dos telefones seletivos de Campinas e Ribeirão Preto, e já iniciamos os serviços complementares para a necessária instalação.

Esses telefones ao par de permitir ao Movimento acompanhar de perto o andamento dos trens, ainda aliviam consideravelmente o serviço do telégrafo porque as ligações diretas com os depósitos reduzem a necessidade de telegramas do serviço da tração.

Já recebeu a Companhia Mogiana parte do aparelhamento de estafes elétri-

cos que adquiriu anteriormente, dentro do atual programa de melhoramentos, a fim de estender êsses aparelhos de segurança da circulação dos trens aos Ramais de Amparo, Itapira, Pinhal, Tuiuti, Monteiros, Jataí, entre Ribeirão Preto e Monteiros, e num o trecho de São Sebastião do Paraíso a Itaú, além de outros trechos pequenos. Trata-se de uma providência para complementar instalações anteriores, de modo que tôdas as linhas de movimento moderado, tenham garantida uma circulação rápida e segura.

Continua em estudos a aplicação da rádio-telefonia e aplicação dos telegrafos "teleprinter", automáticos, conjugados às estações centrais, e esperamos em breve instalar esse melhoramento que permitirá diminuir consideravelmente o serviço telegráfico, acelerando-o, e ao mesmo tempo resolvendo o crescente problema da obtenção de pessoal habilitado para o telégrafo.

Continuando sua sábia política administrativa anterior, a Companhia nesta fase de sua vida, resolveu dar maior incremento à substituição dos trilhos e empedramento de suas linhas. Como uma primeira etapa da substituição de trilhos estabeleceu a necessidade de trocar os trilhos do seu tronco, entre Campinas e Ribeirão Preto, atualmente com o pêso de 32,2 kg/m. para trilhos de cerca de 40 kg/m., já tendo adquirido 235 quilômetros de linha, que por conveniência de embarque foram divididos em cinco embarques, dois dos quais já recebidos.

Já foram aplicados no Tronco perto de 40 quilômetros de trilhos novos, e os de 32,2 kg/m. que estão sendo retirados, estão sendo levados para o trecho da Uberaba a Elí.

Quando tenham sido recebidos os trilhos já encomendados e aplicados de acôrdo com o programa teremos trilhos de 40 quilos por metro do Campinas a Santos Dumont, e de 32,2 de Santos Dumont a Uberlândia, e trilhos de 25,6 de Uberlândia a Araguari, em toda a linha entre Visconde de Parnaíba a Conquista, além de parte do Ramal de Cajurú.

Logo que o adeantamento das obras de modificação do traçado esteja suficientemente avançado, outros 80 quilômetros de linha de trilhos de 40 kg/m. serão adquiridos para o trecho de Santos Dumont a Ribeirão Preto, então, a linha entre Casa Branca e Guaxupé receberá os trilhos de 32,2 saídos daquele trecho do tronco, e eliminaremos os trilhos de 19,5 kg/m. da linha do Catalão, da linha de Itaú a Passos, e dos ramais de Cajurú e Sertãozinho.

Em relação ao empedramento, o programa atual visa o rápido lastramento de tôda a linha entre a nova estação de Uberaba e Araguari, completar o do trecho São Sebastião a Passos e o da linha de Guaxupé a Tuiuti, além do reforço do do tronco à proporção que forem sendo trocados os trilhos. Para realizar êsse item foram adquiridas duas pedreiras no tronco, em Jaguariúna e Mogi-Guaçú, e está sendo instalada uma nova pedreira junto ao Rio Uberabinha,

além de continuar-se a exploração das anteriormente existentes.

Das obras programadas cuja realizações demorará mais, mas cujos resultados serão de grande alcance, relacionaremos:

- instalação de sinalização automática na nova linha tronco;
- construção de duas estações de triagem;
- reformas das oficinas de locomotivas, carros e vagões;
- reflorestamento;
- remodelação do traçado.

Quem acompanhou de perto a notavel eficiência das estradas de ferro americanas durante a última guerra mundial, sabe que, entre o aparelhamento empregado por aquelas linhas férreas, um dos que melhores resultados apresentaram, foi a sinalização automática conhecida pela abreviatura de C.T.C., e que significa "Central Traffic Control", ou traduzido contrôle centralizado do tráfego. Esse aparelhamento, concentrando nas mãos de uma só pessoa a sinalização, manuseio de chaves e determinação dos cruzamentos em um extenso trecho de linha, acelera grandemente o tráfego, dando a linhas singelas, mesmo com estações bastante separadas uma vasão só comparavel à de linhas duplicadas com sinalização comum.

Ainda não está resolvido em definitivo a adoção do C.T.C. em todo o novo traçado, porém, está sendo estudada a economia que êle possa trazer pela supressão de estações com a consequente redução do capital a empregar e da despesa de custeio, uma vez que torna-se necessário sinalizar desde já os grandes pátios de manobras.

As anteriores administrações têm sentido a necessidade imprescindível da construção de estações de triagem nos pontos de composição ou recomposição de trens, tais como em Campinas, em Ribeirão Preto e Uberaba, e dentro do programa essa necessidade será atendida, nem seria mesmo possivel protelar essa realização, uma vez que a composição precisa ser feita rapidamente, ao mesmo tempo que com segurança e economia.

Com a construção da nova estação de Uberaba, em andamento, teremos ali um bom pátio de composição, talvez em funcionamento no próximo ano. A estação de triagem em Ribeirão Preto será construida concomitantemente com a nova estação da linha modificada, enquanto a de Campinas aguarda o projeto definitivo da nova linha para ser estudada.

Em relação á reforma das oficinas de locomotivas, carros e vagões, os anteprojetos estudados desde 1929, estão aguardando o definitivo estudo da linha tronco para serem revistos, entretanto, desde já estão sendo adquiridas algumas máquinas ferramentas, e, encaminhadas as reformas parciais a serem aproveitadas na geral.

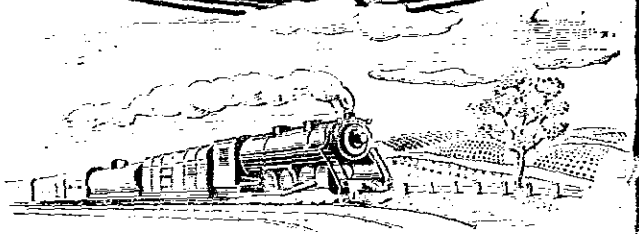
A Diretoria da Companhia Mogiana assentou também incrementar ao máximo de suas possibilidades financeiras seu anterior programa de reflorestamento. Esse programa, como facilmente se comprende, não pretende que a Companhia venha a plantar os eucaliptos necessários à lenha de que vai usar nos seus servi-

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR
FORAM MICROFILMADOS
NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA
LEGIBILIDADE

Boletim da
CIA. MOGIANA
DE ESTRADAS DE FERRO
São Paulo



Ano II — Nº 1

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Conselho de Administração

ANTHERO GOMES DE SOUZA — *Presidente*

GASTÃO VIDIGAL — *Vice-Presidente*

ALDO MARIO DE AZEVEDO — *Secretário*

Joaquim Libanio Leite Ribeiro — Claudio Celestino de Toledo Soares — Ari Frederico Torres — Conde Francisco Matarazzo Junior Fabio da Silva Prado — Henrique Dumont Villares

CONSULTOR JURIDICO — *Pedrgio Alcarez Lobo*

ESCRITÓRIO CENTRAL — *Orestes Morais Alves* — Chefe

Advogados: *Orestes de Morais Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Helcio Pimentel de Mello e Euzebio de Arruda Camargo*

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONOMICOS

Alvaro de S. Lima — Chefe

Assistentes: — *Paulo A. Correa de Brito, J. Pokrowsky e William W. Coelho de Souza*

COMISSÃO DE OBRAS NOVAS

Luiz A. de Mendonça Junior — Chefe

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

BOLETIM DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

JANEIRO
MARÇO
1 9 4 7

ANO II

N.º 1

Publicação
tri-mestral

SUMÁRIO

Melhoramentos da Cia. Mogiana — J. WILSON COELHO DE SOUZA

A variante de Cocais a Tambaú — LUIZ ANTONIO DE MENDONÇA JUNIOR

Geografia politica — ARNALDO AZEVEDO

Restauração dos cafesais — WILLIAM W. C. DE SOUZA

Qual é o mais próspero municipio da Zona Mogiana? — J. POKROVSKY - DÓRA DE SOUZA LIMA

O que se deve saber e fazer no aviário nos mezes de abril-junho

Os Rockefeller organizam uma sociedade — do New York Times

Fretes e cotações

A Zona Mogiana na XII Exposição de Animais e Produtos Derivados

Reflorestamento — W. COELHO DE SOUZA

Catálogo da Bibliotéca do Departamento de Estudos Econômicos — MARIA RACHOU

Diretor: — CANNABRAVA DANTAS

Redação: Rua do Tesouro 23 — 8.º andar

COLABORAÇÃO

Dentro da orientação fixada para o nosso Boletim, acham-se as suas páginas abertas à colaboração dos engenheiros, advogados, médicos, agrônomos e demais funcionários da Companhia.

Deles, bem como dos técnicos oficiais e de quaisquer interessados recebêremos com prazer, estudos ou sugestões que versem assuntos de interesse técnico, econômico ou social da Estrada, do seu pessoal, ou das zonas por ela servidas.

Melhoramentos da Cia. Mogiana

José Wilson Coelho de Souza
Superintendente da E. F. Mogiana

Assis Chateaubriand numa de suas costumeiras crônicas diárias no "Diário de São Paulo", comentando o renascimento atual da Companhia Mogiana chamou-a de "Bela Adormecida do Oeste Paulista", certamente porque ao seu espírito observador não escapou a diferença entre a atual atividade realizadora desenvolvida pela Companhia, e a atitude anterior, aparentemente de expectativa.

Tão próprio achei o epíteto, que sôbre êle desenvolvi a apresentação dêste mesmo tema na palestra que fiz no Rotary Club de Campinas. Todavia, queremos, antes de entrar novamente na apreciação dêste assunto, ressaltar que ao contrário da princesa do conto de Perrault que dormiu longo e profundo sono até que o beijo do príncipe a viesse acordar, a Mogiana, através de tôdas as administrações que se sucederam não deixou de realizar contínuos melhoramentos, si bem que, em escala proporcionada às suas possibilidades financeiras, e, por isso mesmo aquem das suas necessidades.

Vale a pena relembrar, ainda que sirva apenas para fixar a evolução das idéias na própria Estrada, algumas das suas anteriores realizações.

Assim, na administração Carlos Stevenson, iniciou-se o estudo da modificação do traçado do tronco, adotadas as condições técnicas de rampa de 1,5% e curvas de 250 metros de rádio, no tempo em que a Paulista fazia suas linhas com 2%, e para não perder tempo, nessa mesma administração teve êle início de realização a partir do Ribeirão Anhumas; hoje está em tráfego todo o trecho Anhumas a Cuedes, em breve completado pela ligação Riza-Anhumas.

Ainda na vigência da administração Stevenson foi dado incremento à substituição dos trilhos de 25,0 quilos por metro, do tronco, pelos de 32,2, os quais na ocasião representavam os de maior pêso, empregados na bitola de metro. Essa substituição continuou nas administrações Próspero Ariani e Horacio Costa, e, presentemente, as linhas da Companhia têm trilhos de 32,2 kg/m. de Campinas a Bucuri numa extensão de mais de quatrocentos quilômetros. Êsse empreendimento, *cujo valor não é preciso encarecer*, permitiu a eliminação do trilho de 19,5 kg/m. em ramais da importância da dos de Caldas, Pinhal, Itapira, etc., e em linhas como a do Rio Grande e em trechos da de Catalão.

E, em relação a trilhos, devemos acrescentar a substituição, no tempo da administração Horacio Costa, dos trilhos de 25,0 kg/m. da serra de Caldas por trilhos de 34,7 kg/m.

Muitos vagões foram comprados nestas três últimas administrações, convindo acentuar que na de Carlos Stevenson foram introduzidos os vagões cobertos de 24 e as gôndolas de 30 toneladas

da lotação. É preciso ter conhecido as linhas de então, para compreender quanto de arrojo e confiança essa resolução representou. Na administração Próspero Ariani mais um passo à frente foi dado com a encomenda de vagões cobertos de 30 toneladas de lotação, cuja circulação, entretanto, teve de ser limitada às linhas de melhor traçado, isso restringindo qualquer evolução no sentido do emprêgo de maiores veículos.

Outro melhoramento importante realizado pelas três últimas administrações foi o empedramento da linha em larga escala, especialmente durante o período administrativo Horacio Costa. Da mesma forma a execução de cêrcas de divisão perene com o emprêgo de postes metálicos e de concreto armado.

A administração Horacio Costa, além de continuar os anteriores programas de substituição de trilhos, empedramento e melhoria de cêrcas, acima referidos, soube se aproveitar das circunstâncias creadas pela tremenda crise de 1929-1936 para realizar um largo programa de rejuvenescimento de locomotivas e de carros, de reforço e transformação de vagões, e sobretudo de colocação de freios automáticos em todos os vagões de lotação de 18 toneladas ou maior, ao mesmo tempo que melhorava e padronizava os freios dos vagões que possuiam freios automáticos.

Além dessas realizações cumpre lembrar o que foi feito nessa última administração para resolver o problema de casas para pessoal da linha e do tráfego, e o de pernoite do pessoal de condução do trens, assim como, que foi nesta última administração que foram projetadas e iniciadas as obras de modificação do traçado entre Amoroso Costa e Uberlândia, das quais alguns trechos já estão prontos.

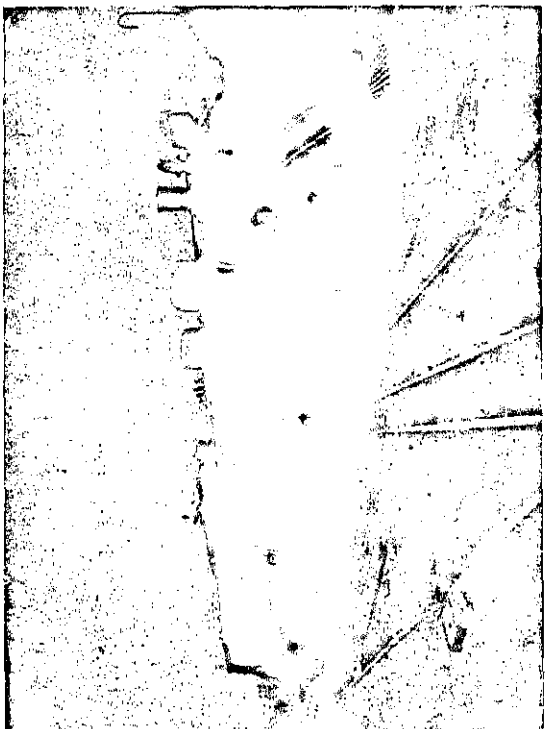
Para não nos alongar só citamos os principais cometimentos, querendo salientar que a Mogiana não ficou contemplando o evoluir da sua zona sem que alguma coisa fizesse. O que fez, ela o reconhece, foi pouco, e agora deseja em rápidas realizações ganhar o tempo perdido, porém fôrça é confessar, ela realizou o que as circunstâncias lhe permitiam fazer, e se isso passou em parte desapercebido ao grande público foi porque foi realizado vagarosamente como o trabalho silencioso das abelhas.

Não iremos relembrar porque não pode abalançar-se a maiores empreendimentos, pois a história é de ontem e tem sido muitas vezes contada. O que nos interessa é o reconhecimento da situação em 1941, quando a Mogiana resolveu através de uma comissão de notaveis técnicos examinar as possibilidades da zona que atravessa e o que precisaria ser feito para atender o possivel progresso da mesma. Dos estudos dessa Comissão, e das observações anteriores de suas administrações resultou o programa de melhoramentos que a partir de 1945 vem sendo executado.

Esse programa nós o temos dividido em três subtitulos:

I) Medidas de caráter imediato, quer na realização, quer nos resultados;

II) Medidas de caráter mediato, seja na realização, seja nos resultados;



Uma das novas locomotivas

III) Medidas de efeito demorado, e de realizações mais lentas.

Examinemos quais os itens do programa subordinados a cada um dêsses subtítulos.

Como medidas de caráter imediato colocamos a aquisição de material rodante e de tração, pois que o resultado das aquisições é sensível desde que começam a trafegar as primeiras unidades adquiridas. O efeito das aquisições é sempre tão notado que grande quantidade de administradores ferroviários, o público em geral, pensam nesse recurso para resolver dificuldades, que, quantas vezes só poderão ser definitivamente dominadas com medidas de outra natureza.

Entre as aquisições já realizadas e recebidas contam-se:

12 locomotivas a vapor de 66 toneladas de pêso aderente e 16.400 quilos de esforço de tração; as mais pesadas que as atuais obras de arte permitem fazer trafegar entre Campinas e Uberlândia;

300 vagões fechados de 30 toneladas de lotação, de tara reduzida, também os maiores vagões que as condições técnicas permitem empregar na maior parte das linhas da Companhia;

material para a transformação de 94 vagões rizos;

e,

finalmente,

a construção de cem (100) vagões para o transporte de lenha.

Esses números si o compararmos a números de outras estradas, podem parecer pequenos, porém, feita a comparação com os números da Mogiana resultarão bastante elevados.

Assim, por exemplo, o esforço de tração total das locomotivas elevando-se a 196.800 quilos, vai corresponder a um aumento de 12% no esforço de tração do anterior parque de tração da Mogiana.

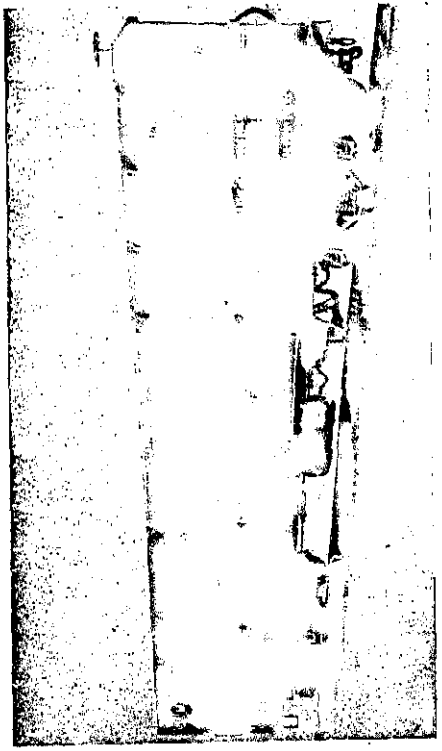
Esse aumento é substancial, contudo não representa todo o ganho a ser obtido, pois medidas de ordem administrativa, e as modificações do traçado se somarão para tornar a tração disponível por essa aquisição largamente suficiente, no serviço de cargas.

Tôdas essas locomotivas já estão em serviço.

Os trezentos vagões cobertos, dos quais mais da metade já estão trabalhando e que na sua totalidade até o começo de Dezembro estarão trafegando, com suas 10.800 toneladas de lotação possíveis, representam o notavel acréscimo de 42% na lotação oferecida por todos os vagões cobertos da Companhia.

A transformação de 44 plataformas de 20 toneladas de lotação em gôndolas de 30 toneladas, e o reforço de lotação de 50 gôndolas de 30 toneladas que passarão a 36, aumentam a disponibilidade em gôndolas de 15%.

A construção de cem (100) vagões para lenha, sendo 50 de 18 toneladas de lotação e 50 de 24, permitindo entregar-se ao tráfego os vagões metálicos das séries PF. e PN., atualmente utilizados no transporte daquele combustivel, aumen-



Um dos novos vagões de aço de 50 t.

tam também de 15% as facilidades de lotação de pranchas.

Todavia, o emprêgo de locomotivas Diesel, reduzindo a necessidade de lenha, especialmente no tronco, para onde os transportes são mais longos, e o reflorestamento, darão mais valor a êstes acréscimos de vagões abertos.

Que estas medidas são de efeito imediato não é necessário demonstrar, mas, se fossemos chamados a fazê-lo, bastaria o confronto do que estamos realizando êste ano, praticamente apenas em virtude de medidas de ordem administrativas e com a ajuda das primeiras novo locomotivas, com aquilo que foi possível fazer nos melhores anos passados, para mostrar a eficiência das mesmas.

Outras aquisições foram programadas, e, que pelo seu imediato efeito poderiam ser equiparadas ás anteriores, porém, que deixamos para um sub-grupo da segunda série de medidas, porque ao iniciarmos a realização do programa não tinhamos fixado em definitivo o tipo de material a ser comprado, e, são elas:

- Aquisição de locomotivas Diesel-elétricas para o serviço de trens de passageiros;
- Aquisição de trens automotores;
- Aquisição de quarenta carros de passageiros.

Anteriormente tinham sido estudadas as locomotivas Diesel-elétricas sòmente para o serviço de passageiros em todo o tronco de Campinas a Araguarí numa extensão total de 716 quilômetros de percurso. Agora podemos anunciar que essa idéia evoluiu de modo que é provavel podermos contar dentro de próximo futuro com locomotivas Diesel-elétricas de dois tipos fundamentais:

- o primeiro — locomotivas de 1.300 H. P., e o pêso total de 90 toneladas para o serviço de passageiros e de encomendas rápidas de Campinas a Uberlândia,
- o segundo — locomotivas de 660 H. P., e o pêso de 60 toneladas; para todo o serviço entre Uberlândia e Araguarí.

Caso não se reproduzam as interrupções de trabalho nos Estados Unidos, contamos receber até Maio de 1947 as primeiras seis locomotivas de 1.300 H. P.

Com essa potência os atuais trens de passageiros poderão ser rebocados com a velocidade comercial de 45 quilômetros por hora, e como as locomotivas Diesel-elétricas podem ser utilizadas em 85% do tempo, isto é, em vinte horas por dia, não será exagero esperar fazer com as seis máquinas, mensalmente, os 120.780 quilômetros de percurso necessários para com elas, rebocar três trens em cada sentido, cada dia, entre Campinas e Uberlândia.

Os trens a serem rebocados serão de duas espécies — dois trens de passageiros e um trem de encomendas rápidas. Os trens de passageiros por sua vez serão dos tipos do noturnos.

O primeiro, semelhante ao atual N. 1, chegará a Ribeirão Preto cerca das 6,30 horas da manhã para prosseguir para Uberlândia com o horário do P. 9 antecipado, e chegar àquela estação às 15,45 horas, voltando com horário do P. 10 retardado, porém, combinando em Ribeirão Preto com o horário do atual N. 2.

O segundo trem sairá de Campinas às 14,45 para prosseguir de Ribeirão Preto às 22,15 como noturno e chegar a Uberlândia às 6,30 horas. Voltará de Uberlândia às 22,30 como noturno para chegar a Ribeirão Preto, e, daí prosseguir para Campinas onde deverá chegar cerca das 13,15 horas.

Esses trens, entre Uberlândia e Araguarí serão feitos por máquinas a vapor até que se possa ali colocar as Diesel-elétricas do segundo tipo, especialmente estudadas para o serviço nesse trecho.

Desde 1938 a Companhia Mogiana vem estudando a possibilidade do emprego de trens automotores para o transporte de passageiros, especialmente, para Poços de Caldas. A eclosão da guerra tornou impossível a realização daquilo que o estudo, então concluido, recomendava. Acabada a guerra o problema foi retomado, já agora com outras exigências, em virtude da evolução dêstes últimos anos.

Do que foi examinado concluimos por uma solução, que, provavelmente será uma conjugação dêsse problema com a circulação das locomotivas Diesel-elétricas.

A aquisição de carros para trens de passageiros é outra parte do programa que dará resultados imediatos, logo que sejam os carros recebidos. E neste particular o assunto está dividido em duas partes — a compra de carros especiais para o serviço rápido de encomendas, cuja efetivação depende de acertar-se pequenos pormenores construtivos, e a parte dos carros de 1.ª classe, 2.ª classe, dormitórios, restaurantes e pullmans, cujo processo de aquisição está mais atrasado, porque as necessidades que devemos enfrentar nos obrigam a adquirir o que de mais moderno se possa construir em carros para a bitola de um metro, presentemente, e essas necessidades tem que ser longamente debatidas com os fabricantes.

Num outro sub-grupo das medidas de efeitos mediatos, poderemos reunir os seguintes itens:

- Aquisição de telefones seletivos para o serviço do movimento;
- extensão do emprêgo dos estafes elétricos;
- substituição de trilhos;
- empedramento;
- rádio-telefonia e emprêgo de telégrafos "teleprinter".

O efeito principal do emprêgo dos telefones seletivos é poder-se aumentar a velocidade comercial dos trens de cargas. Já foram recebidos os principais materiais para a instalação dos telefones seletivos de Campinas e Ribeirão Preto, e já iniciamos os serviços complementares para a necessária instalação.

Esses telefones ao par de permitir ao Movimento acompanhar de perto o andamento dos trens, ainda aliviam consideravelmente o serviço do telégrafo porque as ligações diretas com os depósitos reduzem a necessidade de telegramas do serviço da tração.

Já recebeu a Companhia Mogiana parte do aparelhamento de estafes elétri-

cos que adquiriu anteriormente, dentro do atual programa de melhoramentos, a fim de estender êsses aparelhos de segurança da circulação dos trens aos Ramais de Amparo, Itapira, Pinhal, Tuiuti, Monteiros, Jataí, entre Ribeirão Preto e Monteiros, e para o trecho de São Sebastião do Paraíso a Itaú, além de outros trechos pequenos. Trata-se de uma providência para complementar instalações anteriores, de modo que tôdas as linhas de movimento moderado, tenham garantida uma circulação rápida e segura.

Continua em estudos a aplicação da rádio-telefonia e aplicação dos telegrafos "teleprinter", automáticos, conjugados às estações centrais, e esperamos em breve instalar êsse melhoramento que permitirá diminuir consideravelmente o serviço telegrafico, acelerando-o, e ao mesmo tempo resolvendo o crescente problema da obtenção de pessoal habilitado para o telégrafo.

Continuando sua sábia política administrativa anterior, a Companhia nesta fase de sua vida, resolveu dar maior incremento à substituição dos trilhos e empedramento de suas linhas. Como uma primeira etapa da substituição de trilhos estabeleceu a necessidade de trocar os trilhos do seu tronco, entre Campinas e Ribeirão Preto, atualmente com o pêso de 32,2 kg/m. para trilhos de cerca de 40 kg/m., já tendo adquirido 235 quilômetros de linha, que por conveniência de embarque foram divididos em cinco embarques, dois dos quais já recebidos.

Já foram aplicados no Tronco perto de 40 quilômetros de trilhos novos, e os de 32,2 kg/m. que estão sendo retirados, estão sendo levados para o trecho de Uberaba a Ell.

Quando tenham sido recebidos os trilhos já encomendados e aplicados de acôrdo com o programa teremos trilhos de 40 quilos por metro de Campinas a Santos Dumont, e de 32,2 de Santos Dumont a Uberlândia, e trilhos de 25,9 de Uberlândia a Araguarí, em toda a linha entre Visconde de Parnaíba a Conquista, além de parte do Ramal de Cajurú.

Logo que o adeantamento das obras de modificação do traçado esteja suficientemente avançado, outros 80 quilômetros de linha de trilhos de 40 kg/m. serão adquiridos para o trecho de Santos Dumont a Ribeirão Preto, então, a linha entre Casa Branca e Guaxupé receberá os trilhos de 32,2 saídos daquele trecho do tronco, e eliminaremos os trilhos de 19,5 kg/m. da linha de Catalão, da linha de Itaú a Passos, e dos ramais de Cajurú e Sertãozinho.

Em relação ao empedramento, o programa atual visa o rápido lastreamento de tôda a linha entre a nova estação de Uberaba e Araguarí, completar o do trecho São Sebastião a Passos e o da linha de Guaxupé a Tuiuti, além do reforço do do tronco à proporção que forem sendo trocados os trilhos. Para realizar êste item foram adquiridas duas pedreiras no tronco, em Jaguariúna e Mogi-Guaçú, e está sendo instalada uma nova pedreira junto ao Rio Uberabinha.

Além de continuar-se a exploração das anteriormente existentes.

Das obras programadas cuja realizações demorará mais, mas cujos resultados serão de grande alcance, relacionamos:

- instalação de sinalização automática na nova linha tronco;
- construção de duas estações de triagem;
- reformas das oficinas de locomotivas, carros e vagões;
- reflorestamento;
- remodelação do traçado.

Quem acompanhou de perto a notavel eficiência das estradas de ferro americanas durante a última guerra mundial, sabe que, entre o aparelhamento empregado por aquelas linhas férreas, um dos que melhores resultados apresentaram, foi a sinalização automática conhecida pela abreviatura de C.T.C., e que significa "Central Traffic Control", ou traduzido contrôle centralizado do tráfego. Êsse aparelhamento, concentrando nas mãos de uma só pessoa a sinalização, manuseio de chaves e determinação dos cruzamentos em um extenso trecho de linha, acelera grandemente o tráfego, dando a linhas singelas, mesmo com estações bastante separadas uma vasão só comparavel à de linhas duplicadas com sinalização comum.

Ainda não está resolvido em definitivo a adoção do C.T.C. em todo o novo traçado, porém, está sendo estudada a economia que êle possa trazer pela supressão de estações com a consequente redução de capital a empregar e da despesa de custeio, uma vez que torna-se necessário sinalizar desde já os grandes pátios de manobras.

As anteriores administrações têm sentido a necessidade imprescindivel da construção de estações de triagem nos pontos de composição ou recomposição de trens, tais como em Campinas em Ribeirão Preto e Uberaba, e dentro do programa essa necessidade será atendida, nem seria mesmo possivel protelar essa realização, uma vez que a composição precisa ser feita rapidamente, ao mesmo tempo que com segurança e economia.

Com a construção da nova estação de Uberaba, em andamento, teremos alí um bom pátio de composição, talvez em funcionamento no próximo ano. A estação de triagem em Ribeirão Preto será construida concomitantemente com a' nova estação da linha modificada, enquanto a de Campinas aguarda o projeto definitivo da nova linha para ser estudada.

Em relação á reforma das oficinas de locomotivas, carros e vagões, os anteprojetos estudados desde 1929, estão aguardando o definitivo estudo da linha tronco para serem revistos, entretanto, desde já estão sendo adquiridas algumas máquinas ferramentas, e, encaminhadas as reformas parciais a serem aproveitadas na geral.

A Diretoria da Companhia Mogiana assentou também incrementar ao máximo de suas possibilidades financeiras seu anterior programa de reflorestamento. Êsse programa, como facilmente se compreende, não pretende que a Companhia venha a plantar os eucaliptos necessários à lenha de que vai usar nos seus servi-

ços no futuro, porém, apenas uma quantidade tal que assegure a maior parte de seu consumo. Propositalmente a Companhia deixa uma margem do que gasta para incentivo do reflorestamento de sua zona, mas, ainda assim, conta possuir no prazo de oito anos o total de 35.000.000 de pés de eucaliptos, dos quais perto de 10.000.000 já estão plantados.

Deixamos para último logar a modificação do traçado, porque sôbre êsse item do atual programa de melhoramentos da Mogiana, o mais importante, outros falarão. Porém, para finalizar, desejamos salientar que, empenhando-se a fundo nesta obra de dar ao Brasil uma estrada de ferro eficiente e de transporte econômico, visa a atual Diretoria da Companhia, rasgando novos horizontes às ferrovias do País, demonstrar que muito se pode fazer com o traçado.

Que essa obra é altamente patriótica, qualquer um se convencerá quando meditar que o traçado adotado para a linha de Campinas a Ribeirão Preto, com rampa de meio por cento e curvas de seiscentos metros de rádio, realizará a tonelada-quilômetro, dentro das circunstâncias do serviço da Companhia, por preço comparavel ao da tração elétrica, apesar do emprêgo de capital bem menor, do qual a quasi totalidade é gasta na própria zona.

A variante de Cocais a Tambaú na linha tronco da Mogiana

LUIZ ANTÔNIO DE MENDONÇA JUNIOR
Eng. Chefe da Comissão de Obras Novas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

I — PROJÉTO

Em 1942 a Diretoria da Companhia Mogiana criou uma Comissão de Estudos para examinar e estudar as condições tecnicas e econômicas da sua rêde ferroviária e apresentar um plano para a sua remodelação.

Essa Comissão, chefiada pelo Eng.º Ary Frederico Torres e composta dos engenheiros Arthur Pereira de Castilho, Alvaro de Souza Lima e Luiz Antonio de Mendonça Junior, apresentou o seu Relatório Final em 1943.

Nesse Relatório, alem de um estudo completo da zona servida pela Mogiana para aquilatar de suas possibilidades econômicas e de uma apreciação sobre o aparelhamento tecnico e administrativo da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a Comissão sugeriu um vasto programa de remodelação a ser executado, com continuidade, em longo periodo de tempo.

Entre outras medidas, sugeriu a Comissão de Estudos a completa revisão do traçado da Mogiana, pelo menos da sua linha principal, de Campinas a Araguarí, via Igarapava.

Essa proposta foi convenientemente justificada por essa Comissão que, para a sua execução, indicou as seguintes normas gerais:

a) que os estudos e projetos dessa revisão não fossem feitos parceladamente, por pequenos trechos, de estação a estação, e sim mediante um estudo geral mais amplo, abrangendo, pelo menos, um trecho de tração e respeitando apenas as diretrizes gerais da Estrada ou as suas localidades fundamentais.

Em resumo, que não fossem considerados como pontos forçados de condição todas as atuais estações ou pequenas localidades, dando assim, maior liberdade para escolha do melhor traçado;

b) que, de antemão, não fossem fixadas condições tecnicas pouco melhores que as primitivas, e sim que tais condições fossem fixadas depois de estudos de campo, embora rápidos (reconhecimentos), de modo que elas fossem as *melhores* possiveis tendo em vista o aspeto econômico do problema.

E para medir essa conveniência economica a Comissão de Estudos, por um dos seus membros, apresentou um memorial a respeito.

Examinado esse plano pela Diretoria da Companhia, quer no seu aspeto técnico, quer, principalmente, na sua possibilidade financeira, foi ele aprovado,

em suas linhas gerais, em 1944 e estabelecido um Programa de Execução.

Para a execução da parte desse programa que diz respeito á Revisão do Traçado e outros serviços de construção, foi, a 1.º de Julho de 1945, criada a Comissão de Obras Novas (C.O.N.) e confiada a sua chefia ao Eng.º Luiz Antonio de Mendonça Junior.

Obedecendo á primeira das duas normas fundamentais sugeridas pela Comissão de Estudos, a C.O.N. considerou em 1.º lugar, duas grandes seções na linha tronco da Mogiana e que são os dois primeiros trechos de tração:

a) de Campinas a Casa Branca, com 169 kms. de extensão;
b) de Casa Branca a Ribeirão Preto, com 155 kms. de extensão e cujos pontos extremos obedecem á diretriz geral da Mogiana.

Por ser a segunda Secção (De Casa Branca a Ribeirão Preto) a de peores condições tecnicas, embora de menor intensidade de tráfego, preferiu-se que fosse atacada em 1.º lugar essa 2.ª Secção.

Obedecendo á segunda norma fundamental foi, então, feito um reconhecimento geral de toda a 2.ª Secção para uma pesquiza das condições tecnicas a adotar. Esse reconhecimento permitiu verificar que, com um movimento de terra entre 35 e 45 m3. por metro corrente, era possivel um novo traçado com as otimas condições técnicas de 0,5% de rampa maxima e curva de raio minimo em torno de 600 metros (577,99) metros, isto é, 2 grãos.

Essa terraplenagem e um golpe de vista as obras de arte a executar faziam prever, pelos preços unitários de então, um orçamento da ordem de Cr$ ..... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) por km. Feito o confronto económico concluimos pela conveniência da adoção, em definitivo, de tais condições técnicas que serão as melhores no Brasil, com exceção, apenas, da Variante do Ramal de São Paulo, da Central do Brasil, ora em construção.

Esse reconhecimento geral nos indicou mais que não era tecnicamente aconselhavel que o novo traçado saisse do atual pátio de Casa Branca, colocado em um longo trecho em ferradura, com raios de 100 metros.

Á vista disso resolvemos recuar o ponto inicial dessa 2.ª Secção para Cocais (km. 158) e assim, a linha tronco de Campinas a Ribeirão Preto ficará dividida nas duas Secções seguintes:

a) de Campinas a Cocais (158 kms.);
b) de Cocais a Ribeirão Preto (155 kms.).

Esse conhecimento geral nos indicou, ainda, que eram pontos forçados de passagem, de ordem tecnica, as proximidades das atuais estações de Tambaú e de São Simão (ou Bento Quirino), com isso permitindo dividir a 2.ª Secção em tres trechos distintos que poderão ser construidos e entregues ao tráfego successivamente.

1) 1.º trecho de Cocais a Tambaú (52 kms.);
2) 2.º trecho de Tambaú a Bento Quirino (53 kms.);
3) 3.º trecho de Bento Quirino a Ribeirão Preto (53 kms.).

Adotado esse programa mandamos, então, proceder aos estudos definitivos do 1.º trecho da 2.ª Secção, de Cocais a Tambaú.

Esses estudos de campo foram feitos, por tres turmas, de Setembro a Dezembro de 1945. Feitos os trabalhos de escritório pudemos apresentar á Diretoria da Companhia em 22 de Janeiro de 1946 o projéto e orçamento desse trecho, de Cocais a Tambaú.

Esse projéto, uma vez aprovado pela Diretoria da Companhia foi submetido á aprovação do Governo Federal que o fez pelo Decreto n.º 21.392, de 8 de Julho de 1946.

O confronto técnico dos dois traçados é o seguinte:

	Traçado atual	*Novo traçado*
Extensão real	52,000	43,300 kms.
encurtamento real		8,789 kms.
rampa máxima	2,5%	0,5%
raio minimo	100 metros	572,93 metros
extensão em réta	49,1%	55%
extensão em nivel	13,7%	17,5%
extensão virtual (formula de Baum) ..	235,883	80,933
resistencia adicional á tração	31,2 kg/ton.	6,25 kg/ton.
capacidade de tração (para a locomotiva tipo 750)	352 ton.	1.520 ton.
relação da capacidade de tração	1	4,3
velocidade maxima permissivel	40 kms/hora	95 kms/hora

Esse confronto técnico dispensa comentários: além de um encurtamento real de 8,879 kms. (17%) permite elevar de 4,3 vezes a capacidade de tração das locomotivas.

II — A CONSTRUÇÃO

a) *A concurrência*

Ultimados os serviços de campo e de escritório da Variante de Cocais a Tambaú, iniciamos, logo, as providências para a sua construção.

A primeira dificuldade a resolver era si deveriamos realizar a terraplenagem dessa Variante pelos processos manuais ou si deveriamos exigir os processos mecânicos, tendo em vista não só a presteza de sua execução como o seu minimo preço.

Pela nossa própria experiencia na construção da Variante de Amoroso Costa a Tiié verificamos que os antigos processos manuais eram quasi proibitivos para um serviço de grande envergadura como iamos iniciar. Com a instabilidade e, principalmente, pela queda da eficiência da mão de obra brasileira, o serviço manual de terraplenagem é, hoje, moroso e dispendioso. Naquela Variante

o custo médio do m3. de terraplenagem (inclusive transporte) ultrapassava de Cr$ 20,00.

Impunha-se, pois, a mecanização dos serviços. Mas na época, *em fins* de 1945, mal terminada a guerra nos Estados Unidos, a importação de maquinas estava, ainda, muito restrita. Por sua vez, no País, poucas firmas construtoras dispunham de maquinas e com pequena experiência de sua exploração de modo a indicarem preços unitários de excavação razoáveis.

Era voz corrente entre os empreiteiros, talvez por precaução, que o serviço mecanizado apenas tinha a vantagem de tempo, sem baratear o serviço.

Daí apresentarmos, naquela ocasião, nada menos de quatro orçamentos conforme o sistema de execução que pudessemos conseguir, compondo os preços unitários de cada sistema quasi que empiricamente, com dados fornecidos pelos catalogos de fornecedores de máquinas e pela ossosa experiência de sua exploração em alguns casos no Brasil.

Esses orçamentos indicaram que os processos mecânicos custariam pouco mais da metade do que pelos processos manuais. Assim o orçamento da terraplenagem manual atingia a Cr$ ..... 39.400.000,00 e o mecanizado a Cr$ .. 21.060.000,00.

Para uma sondagem das possibilidades mecânicas das grandes firmas construtoras brasileiras e para que pudessemos firmar uma orientação definitiva a respeito, em carta circular de 15 de Janeiro de 1946 dirigimo-nos a 38 grandes firmas pedindo sugestões principalmente no que dizia respeito ao sistema de execução (com indicação do aparelhamento mecânico que dispuzessem) e dos preços medios provaveis.

Essa carta-consulta foi *coroada de* pleno exito. Das 38 firmas consultadas 36 enviaram sugestões e dessas 20 indicaram o sistema mecânico, 13 uns sistemas mixtos e apenas 3 indicaram o sistema manual. Das 20 firmas que indicaram o sistema mecânico, 8 dispunham, já no Brasil, das maquinas necessárias e as 12 restantes pretendiam importar. Quanto aos preços indicados, aliás com uma grande margem de variação, os mais otimistas coincidiam com as nossas expectativas.

Verificada a possibilidade de execução dos serviços pelo sistema mecanizado, abrimos concurrência pela carta-circular de 11 de Março de 1946, dirigida ás 36 firmas que responderam ao nosso pedido de sugestões e nela exigindo que o serviço fosse feito, obrigatoriamente, pelo sistema mecânico (trator e carriões, tournapuls, excavadeiras mecânicas, etc.).

O prazo para a entrega das propostas terminou ás 15 horas do dia 28 de Março de 1946.

Com a exigencia do serviço mecanizado, e com o prazo de 60 dias para terem as maquinas em serviço, algumas das firmas consultadas não compareceram á concurrência. Mas mesmo assim recebemos 17 propostas.

O recebimento e o julgamento dessas propostas foram confiados a uma Comissão, nomeada pela Diretoria da Companhia, e composta dos engenheiros José Wilson Coelho de Souza, Alvaro de Souza Lima e Luiz Antonio de Mendonça Junior.

Essa Comissão apresentou o seu Relatório em 12 de Abril de 1946 e tendo em vista os preços apresentados e o aparelhamento mecânizado disponivel, opinou que os serviços de construção fossem confiados ás duas firmas seguintes:

1) o 1.º trecho, do km. 156,380 ao Km. 184.000 á Sociedade Construtora e de Imoveis São Paulo. S. A.

2) o 2.º trecho, do km. 184,000 ao km. 199,780, á Companhia Construtora e Comercial "Oscar Americano".

A primeira firma foi a que apresentou os mais baixos preços, para todos os trechos. Como não desejavamos conforme indicamos no edital de concurrência) entregar a uma unica firma todo o serviço, consultamos a 2.ª firma e sugerimos confiar-lhe o 2.º trecho pelos mesmos preços unitários da 1.ª firma, igualando, assim, os preços nos dois trechos pelo seu nivel menor.

Aprovada essa sugestão pela Diretoria da Companhia e autorizada a sua execução demos ordem de serviço para inicio da construção, ás duas firmas escolhidas, em carta de 26 de Junho de 1946.

Os contratos com esses empreiteiros foram assinados, respectivamente a 28 de Agosto e 4 de Outubro de 1946.

Os preços unitários da terraplenagem foram os seguintes:

a) da Construtora e de Imóveis São Paulo S/A.:

1.ª categoria	Cr$	5,50 o m³.
2.ª categoria	Cr$	9,00 o m³.
3.ª categoria	Cr$	50,00 o m³.

Transporte

até 50 Dm.	*Cr$*	*0,10 m³/Dm.*
de 50 a 100 Dm.	Cr$	0,05 "
de 100 a 150 Dm.	Cr$	0,025 "
acima de 150 Dm.	Cr$	0,015 "

b) da Companhia Construtora e Comercial "Oscar Americano":

1.ª categoria	Cr$	8,00 o m³.
2.ª categoria	Cr$	12,00 o m³.
3.ª categoria	Cr$	40,00 o m³.
Transporte ..	Cr$	0,06 o m³/Dm.

preços esses com o abatimento de 7,4% de modo a igualar a sua proposta á de 1.º colocado.

O prazo de execução, para ambos os trechos, foi de 16 mezes a contar de 26 de Junho de 1946.

Quando aos preços unitários para obras de arte foram aceitos por ambos os empreiteiros, os da tabela de preços da Mogiana.

b) *O andamento dos serviços de construção*

Para exposição do andamento dos serviços de construção, dividiremos a Variante de Cocais a Tambaú nos dois trechos empreitados:

1.º *trecho*: km. 156,300 ao km. 184,900.

Empreiteiro: Construtora e de Imoveis São Paulo S. A.

Volume provavel de excavação .... 850.355 m³.

Orçamento provavel Cr$ 12.189.725,30.

Como esse Empreiteiro fôra o 1.º colocado, em preço em todos os trechos e com o aparelhamento mecânico necessário pelo menos a um trecho, não havia nenhuma duvida, desde a concorrência, sôbre a aceitação da sua proposta. Por isso poude e'e, com nossa autorização, deslocar logo o maquinário para o local do serviço e aparelhar-se para seu início imediato, logo que recebesse a ordem oficial a respeito.

O seu aparelhamento mecânico inicial foi o seguinte:

3 tournapulls, modelo Super C, equipados com scrapers Caryal, modelo L. P. com capacidade para 12 a 15 jardas cubicas (9,2 a 11,4 m³),

1 trator Caterpillar D. 8 série 1 H-6.000, equipado com 1 angledozer R. G. Le Tourneau, com lamina,

1 trator Caterpillar D. 7, acompanhado de um escarificador e equipado com um scraper L. P. R. G. Le Tourneau,

1 D. 14,

1 D. 30 para remonta da Oficina, com adaptação para bate-estaca,

1 D. 60,

1 motoniveladora,

1 excavadeira mecânica Northwest, de 3/4 de jarda cubica,

3 caminhões para transporte de materiais.

Posteriormente esse *Empreiteiro* aparelhou-se com 2 carretas D. W. 10 para trabalhar com a excavadeira e está para receber duas outras maquinas excavadeiras-transportadores da Caterpillar (DWD. 10).

Os serviços de terraplenagem até 31 de Dezembro de 1946 executados por essa firma são os seguintes:

1)	Junho	18.304 m³
2)	Julho	41.092 "
3)	Agosto	53.890 "
4)	Setembro	58.032 "
5)	Out.-Novembro ..	72.896 "
6)	Dezembro	33.778 "
	Total	278.038 "

sendo o total previsto de excavação 850.355 m³, segue-se que já foi realizado, por essa firma, cerca de 32,7% do total.

Além disso essa firma realizou cerca de 35.000 m³, de serviços extraordinários (variante da Aterradinho e Variante de Mococa).

O preço medio de excavação foi, até 31-12-46: *Cr$* 5,50.

O preço medio geral, inclusive transporte, foi de: *Cr$* 12,78.

E a distancia média de transporte foi de: 102,9 Dm.

Nesse trecho 100% do material excavado é de 1.ª categoria.

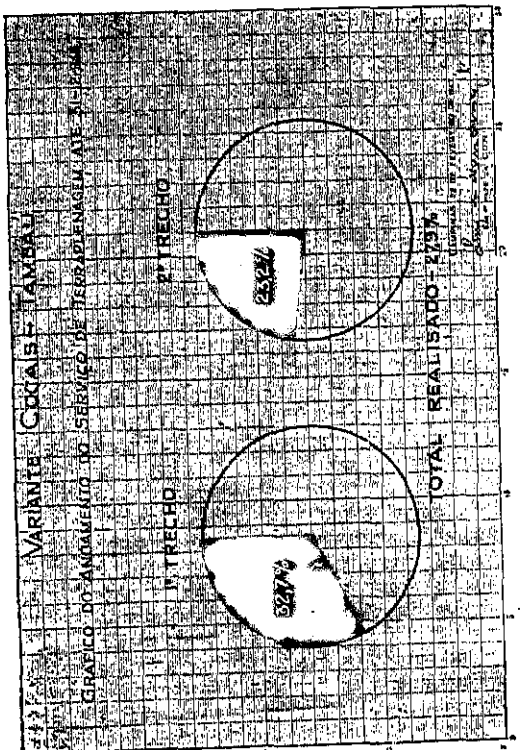
2.º *trecho*: km. 184,000 ao km. 192,000.

Empreiteiro: Companhia Construtora e Comercial "Oscar Americano"

Cr$ 11.285.524,10.

Volume *provavel de excavação* .... 866.054 m³.

Esse Empreiteiro por motivos internos, só poude iniciar os serviços de terraplenagem, bem mais tarde, em fins *de Agosto de 1946.*



O seu aparelhamento mecânico inicial foi o seguinte:

8 tratores HD. 14 Allis Chalmers
6 scrapers de 16 jardas cubicas "Carwood".
2 trailbuilders "Carwood",
e posteriormente mais
1 escavadeira Bucyrus do 3/4 de jarda cubicas.
4 caminhões International K. 5 basculantes.

Os serviços de terraplenagem até 31 de Dezembro de 1946 executados por esse Empreiteiro, foram os seguintes:

1.ª medição parcial (1-10-1946)	55.237,800 m³.
2.ª medição parcial (31-10-1946)	29.996,000 m³.
3.ª medição parcial (5-12-1946)	78.443,565 m³.
4.ª medição parcial (10- 1-1947)	37.756,800 m³.
Total	201.434,165 m³.

Sendo o total previsto de excavação 806.954 m³, segue-se que já foi realizado, por essa firma, cerca de 23,2% do total.

O preço médio de excavação foi, até 31-12-1946: Cr$ 8,30.
e o preço geral, inclusive transporte, foi de: Cr$ 10,57 o m³.

e a distancia médio do transporte foi de: 40,7 Dm.

Nesse trecho, a classificação do material tem sido a seguinte (até .... 31-12-1946).

1.ª categoria	79,5%
2.ª categoria	20,5%
3.ª categoria	0,5%

RESUMO DOS DOIS TRECHOS

Volume provavel de excavação	1.717,309 m³.	
Orçamento da terraplenagem, obras de arte	Cr$ 23.475.249,40	
Volume total excavado até 31-12-46 ..	479.492 m³.	
% sobre o total previsto	27,9%	
Despesa já realizada	Cr$ 6.935.656,56	
Preço médio excavação	Cr$ 6,70	
Preço médio total (inclusive transporte)	11,60	
Distancia média (transporte)	76,00 Dm.	
Classificação média (até 31-12-46):	2.ª categoria	8,00%
1.ª categoria 91,15%	3.ª categoria	0,25%

Geografia Politica

PROF. ARALDO DE AZEVEDO

Discurso pronunciado aos bacharéis em ciências econômicas titulados pela FACULDADE DE CIENCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO, aos 9 de janeiro de 1947.

Há homenagens que não podem ser recusadas. Esta é uma delas. No meio de colegas tão competentes e tão ilustres, lecionando matérias de mais direto e vivível interêsse para vossa carreira, fostes escolher como paraninfo justamente o mais obscuro de vossos professores. A honra da escolha é tanto maior quanto já faz dois anos que nos separamos, desde que minha matéria vos foi ensinada no 1.º ano do curso. Déstes preferência ao professor de Geografia Econômica, quando tínheis direito de escolher, para tão alta homenagem, alguma outra cadeira, quer do grupo das ciências contábeis, quer das ciências jurídico-econômicas.

Agradeço-vos de coração a magnanimidade dêsse gesto, que passa a figurar entre as mais gratas recordações de minha vida de professor. Distinções, como a que vim de receber, consolam e estimulam. Consolam, porque a existência do professor não é pròpriamente um mar de rosas... Estimulam, porque, quando às vêzes tudo parece ter sido tempo perdido, quando o desânimo nos assalta ante o descaso e a indiferença que nos rodeiam, é realmente animador sentir o calôr de um aplauso desinteressado, que vai direto ao coração, pela espontaneidade que o cerca e pela delicadeza que o inspira.

Permiti, porém, que, nêste momento, transfira a todos os meus colegas de magistério a homenagem que me prestastes. Sou dos que vêm no ensino algo de superior e de muito sublime, comparável à obra altruística e construtiva de um missionário. Tarefa cheia de sacrifícios ignorados, de lutas que os outros não podem avaliar, de dores ocultas.

Quantas vêzes, sentados em vossos bancos escolares, vistes o mestre penetrar na sala de aula e ascender à cátedra; seu semblante era sereno, tranquilo e um sorriso nos gestos. A preleção se iniciava. De vossas carteiras, cheios de espírito crítico e de sadia inteligência, ieis fazendo o vosso julgamento; ora interessados, ora indiferentes, ora (quem sabe) desgostosos pela preleção, acabaveis por deixar a Escola com impressões contraditórias acêrca de vossos mestres.

Mas o de que nem sempre vos lembraveis era de perguntar: que se estaria passando na alma de cada um daqueles professores, no momento em que, cumprindo seu dever, procuravam transmitir uma parcela de seu saber e de sua experiência? Estariam felizes em sua vida íntima?

Pensai um instante: também vós, por certo, fostes muitas vêzes para as aulas levando convosco vossos problemas e vossas preocupações. Assim tambem o

mestre. Com a agravante, porém, de que vós outros, sentados em vossos bancos, poderieis facilmente esconder as vossas tristezas, no anonimato de uma sala repleta de alunos; enquanto o mestre, não: lá estava êle sempre numa posição de evidência, no alto de sua cátedra, tendo sessenta, oitenta olhos a observarem-lhe as atitudes, a fiscalizarem-lhe os gestos.

Concordai comigo que, em tais circunstâncias, a situação é sempre delicada. Sofrendo e não devendo deixar transparecer o sofrimento; cansado, mas procurando dar tudo para a eficiência da aula; assaltado pelos mil-e-um-problemas, que a todos afligem nessas horas difíceis, mas falando-vos de assuntos bem diversos, por fôrça da profissão; ancioso, inúmeras vêzes, pelo isolamento e pela solidão, que acalmam e retemperam, mas exposto aos olhares indiferentes dos que, quase sempre, vêem-no como se fôra um autômato, que deve representar satisfatòriamente seu papel.

Meus jovens amigos: assim precisa ser compreendido o professor, afim de que possa ser julgado com justiça. Para nenhum outro, talvez, caibam de maneira mais exata as palavras do poeta, quando disse, num momento de inspiração sentida e humana:

"Quanta gente que ri, talvez existe,
Cuja ventura única consiste
Em parecer aos outros venturosa:"

E que direi das horas preciosas, dedicadas ao preparo conscienciozo das aulas e roubadas ao carinho da família ou a merecido descanso? Consultando livros, pondo em ordem, apontamentos, folheando publicações, meditando sôbre os temas, póde um professor levar cinco, seis, sete e mais horas no preparo de uma simples aula; em chegando à classe, transmite-a aos seus alunos, modestamente, com método e com clareza. O trabalho de muitas horas "evapora-se" em 40 ou 50 minutos. Quantos alunos saberão avaliar êsse esfôrço geralmente ignorado? Muito poucos, tenho certeza, porque só mesmo quem já foi professor de nível universitário e fez da profissão algo de sério póde calcular o que significa uma aula preparada com cuidado e com honestidade.

A tudo isso, acrescentem-se o trabalho estafante da correção das provas, as horas gastas nos exames orais, com a preocupação de fazer justiça, de não prejudicar sem razão, de dar a cada um o merecido prêmio. Os velhos preceitos do Direito Romano devem estar presentes no espírito do mestre, para tranquilidade de sua consciência: "Neminem laedere, suum cuique tribuere" — Não prejudicar a ninguem, dar a cada um o que é seu.

Por todas essas razões, considero a homenagem que me prestastes um merecido preito a todos os que pertencem à minha classe. Fizestes bem em escolher, ao invez de uma alta figura da finança ou da economia do país, um professor como tantos outros. Homenageastes os servidores desinteressados da cultura nacional; os que, no anonimato e através de sacrifícios ignorados, plasmam os novos espíritos que hão de, um dia, ultrapassando em valor aqueles mesmos que os orientaram, dirigir setores importantes da vida de nossa Pátria.

A Geografia Econômica

Disse há pouco que tinheis o direito de escolher, para alvo de vossa homenagem, uma outra cadeira, contábil ou jurídico-econômica. Preferistes agir de outro modo e elegestes a Geografia Econômica.

Deixando de lado minha natural suspeição, julgo que acertastes na escolha realizada e demonstrastes uma alta compreensão da hora grave em que vivemos.

Com efeito, agindo dessa maneira, fizestes justiça, em primeiro lugar, à própria Geografia em geral. Porque, num tempo em que ainda existe muita gente que só a compreende como sendo um amontoado de nomes e de números — privilégio dos que têm memória e martírio dos que a precisam estudar —, dando-lhe as vossas preferências viestes demonstrar que a moderna Geografia póde ser considerada uma ciência, que se fundamenta em sólidos princípios.

Destes um valioso testemunho de que não ignorais o trabalho que vem sendo realizado há mais de um século pelos grandes geógrafos europeus — à frente dos quais se colocam alguns expoentes da cultura alemã e francesa —, no sentido de tirar da Geografia esse caráter enumerativo e torná-la explicativa, por excelência.

Lembrastes, certamente, daquela preciosa frase de CAMILLE VALLAUX, quando, escreveu, com raro espírito de síntese: "La Géographie ne se contente pas de décrire, elle explique".

Sendo assim, o sentido de vosso gesto tem um alto significado, que mais expressivo se torna porque distinguistes, de maneira particular, um dos mais recentes ramos da ciência geográfica — a Geografia Econômica.

Para quem se dedica aos estudos econômicos, efetivamente, não póde ter passado despercebida a verdadeira "revolução" operada, na última década, nesse importante setor do saber humano. Devemos aos autores norte-americanos a abertura dessa nova fase e a alluvião de obras, algumas notaveis, a respeito da Geografia Econômica.

Estudando a exploração racional da Terra, as atividades econômicas em suas relações com o meio físico e o meio cultural, uma plêiade de professores dos Estados Unidos (continuando a obra iniciada pelos autores franceses, alemães e ingleses) conseguiu dar-lhe novas e audaciosas diretrizes. Não sois vós, apenas, como economistas, que deveis conhecer os grandes postulados geo-econômicos; também os comerciantes, os industriais, os que se dedicam às atividades rurais, os próprios homens de Estado precisam, positivamente, entrar em contato com esse ramo da ciência, afim de melhor compreender muitos aspectos dos problemas que devem enfrentar e resolver.

Por isso, tendes novos motivos de júbilo e de legítimo orgulho, porque dêstes uma prova pública de que sabeis avaliar perfeitamente o momento por que passamos e a gravidade da hora

presente. Entre muitas armas que haveis de utilizar, ao tentar vencer os obstáculos que hão de surgir em vossa carreira, não tenho dúvidas em afirmar: a Geografia Econômica não será das mais fracas e nem das menos eficientes.

Realmente, um economista consciente de sua alta missão precisa ter uma visão panorâmica da economia mundial ou, pelo menos, da de nosso país. No desempenho da grata mas delicada tarefa de vos paraninfar, pareceu-me que poderia retribuir, em parte, vossa magnanimidade, tentando esboçar, nesta festa de despedida, um retrato geo-econômico do Brasil afim de que leveis — meus jovens e caros amigos — uma lembrança objetiva do curso que fizestes.

As bases físicas

O primeiro traço, que precisa ser lembrado, ao desejarmos caracterizar a fisionomia do nosso país, é a sua *enorme extensão*. Já o prof. PIERRE DEFFONTAINES definiu-o, com grande felicidade, como sendo uma Nação-gigante, um verdadeiro continente. Que tal fato seja constatado não para simples manifestações de orgulho descabido e ridículo ou explosões de entusiasmos "porque-me-ufanistas", que ninguém mais póde levar a sério. Pelo contrário; que esse fato constitua, para todos nós, um constante motivo de preocupações: preocupação ante a cobiça de povos militarmente mais fortes, que se norteiem por uma política de expansionismo e de imperialismo; preocupação pela multiplicidade dos problemas, pela impressionante gama de aspectos de um mesmo problema.

Recebemos uma herança pesada, que longe de ser um novo Edon, exige de nossos governantes, de nossos homens públicos e de todos quantos podem influir sôbre sua vida econômica, uma alta dose de descortino, de estudo conscienciosos, de constantes apêlo à realidade.

Assim vos falando, não me confesso um pessimista, nem pretendo me classificar como êsses muitos Jeremias da nacionalidade, que outra cousa não fazem senão lamentar-se ou considerarem que tudo está perdido. Em absoluto. Os que me conhecem ou já leram trabalhos meus sabem perfeitamente que jamais perdi a fé em nossos destinos ou olhei com desânimo para o futuro que nos aguarda. O que tenho procurado fazer é dizer aquilo que me parece a realidade, para que saibamos enfrentar as dificuldades, para que tenhamos elementos com que resolver nossos problemas.

Com efeito, bastará para nos encorajar ter presente, no espírito, que podem existir terras mais ricas e mais belas que a nossa, mas muitas outras possuem problemas de muito maior gravidade que os nossos. Bastará lembrar que não conhecemos os calôres de abrazar, nem os frios congelantes; não possuimos desertos, nem aquelas chuvas prolongadas e excessivas, que encharcam a própria vida; isto sem falar na ausência de vulcanismo ativo e de tremores de terra catastróficos. Por conseguinte, sem pessimismos doentios nem otimismos absurdos, cumpre encarar esta primeira grande verdade: somos um verdadeiro continente, uma Nação-gigante. Daí decorre que devereemos conhecer as soluções adotadas em países que guardem as mesmas semelhanças, afim de podermos com essa experiência, acertar mais depressa. A India, a Austrália, os Estados Unidos, a China, o Canadá e a União Soviética — pela grande área territorial que ocupam, devem merecer nossa atenção.

É evidente, entretanto, que a simples extensão territorial não póde ser a base única para comparações. Cumpre não esquecer os fatores climáticos, o relevo, a própria natureza do solo.

Chegamos, assim, ao segundo grande traço da fisionomia do nosso país: a sua *tropicalidade*. Pela situação geográfica, colocado em maior parte dentro da zona tórrida, e pela modéstia de suas altitudes, o Brasil possúe um clima predominantemente tropical; as áreas de clima sub-tropical ou temperado são bastante restritas para que venham a pesar numa visão panorâmica, como a que estamos tentando realizar.

Ora, a constatação dessa verdade tem uma importância capital. Em primeiro lugar, porque dela decorrem as nossas paisagens botânicas típicas (florestas úmidas e savanas), o regime da maioria de nossos rios, grande parte do modelado de nosso relevo, alguns tipos de solos, as mais importantes de nossas riquezas agrícolas. Em segundo lugar, porque precisamos não repetir os erros do passado, teimando em fazer comparações com países de clima temperados e desejando aplicar entre nós as soluções que neles tiverum exito. Dentro deste ponto de vista, cumpre mais uma vez não ter ilusões e procurar países com os quais, realmente, guardadas as diferenças, tenhamos semelhanças físicas: o México e a América Central, o Sudão e o Congo, a Abissínia e a África Oriental, a India e a Indo-China, a Malasia e a Austrália poderão servir-nos como termo de comparação, no campo estritamente físico.

Chegamos, assim, a uma primeira conclusão nesse rápido esbôço geo-econômico de nosso país: ao invez de vivermos preocupados em saber como ingleses, franceses ou alemães resolveram seus problemas de base físico, muito mais razoável e lógico será que voltemos nossas atenções para países como os citados, afim de aproveitarmos o que fôr possível de sua experiência, de suas vitórias, de seus erros, de seus acêrtos. A comparação talvez seja menos agradável, sobretudo para os que estiverem imbuidos de um vêsgo e ridículo orgulho nacional; em compensação, será muito mais útil, real e produtiva.

As bases humanas

Seria grave êrro procurar resolver os problemas econômicos tendo por fundamento, exclusivamente, as condições físicas. Seria menospresar o fator humano, esquecer suas influências, desconhecer sua ação como elemento da produção, da circulação e do consumo das riquezas.

Por isso mesmo, quero agora acrescentar mais alguns outros traços que considero essenciais à fisionomia brasileira.

Antes de tudo, precisamos ter presente a *escassez da nossa população*. Que vale dizer que somos o 9.º ou o 10.º país do mundo, neste particular,

se possuimos apenas 5 habitantes por km2?

É bem verdade que existem dois Brasis, no que se refere à repartição da população: o Brasil "atlântico", verdadeira fachada que se volta para o mar, onde as cifras superiores a 50 habs. por km.2 constituem exceções e onde são raros os trechos com mais de 10 habs. por km2., situados além de 500 km do litoral; e o Brasil "sertanejo", verdadeiro deserto de homens, onde predominam as áreas territoriais com menos de 1 hab. por km2.

Mesmo fazendo tal distinção, estamos em condições semelhantes à maior parte do Canadá, à região centro-ocidental dos Estados Unidos, à bôa porção do continente africano, à Austrália. Por isso mesmo, temos diante de nós, além de um quase-continente por conquistar, os problemas que decorrem dessa tão escassa população: as dificuldades de mão de obra, a modéstia e insuficiência de nossos mercados consumidores.

Mas existe um outro aspecto, de natureza também demográfica, que não póde ficar no esquecimento: que espécie de homem é esse, que escassamente se espalha pela nossa imensidão territorial?

Para responder a esta pergunta, torna-se preciso armar o espírito de uma grande coragem, e sem disfarces nem falso patriotismo, dizer algumas verdades bem duras.

Com efeito, olhado no seu conjunto, o *elemento humano* não constitúe fatôr muito favoravel para a realização de uma obra digna da grandeza territorial do país. Tudo parece concorrer para isso. Em primeiro lugar, as diferenças existentes entre os elementos étnicos que entraram em sua composição; não que sejam considerados inferiores em suas qualidades intrínsecas — longe disso — mas por serem muito variados nos seus matizes antropológicos e culturais. Nossa vida de nação é ainda extremamente curta para que se haja processado a amálgama necessário, afim de ser assegurada a desejada unidade étnica e de pensamento. Cêrca de 25 milhões de brasileiros podem ser considerados de côr branca, com ascendência européia, em que o grupo atlanto-mediterrâneo predomina, mas não é o único representado. A seu lado, porém, existem ainda uns 12 a 13 milhões de mestiços, uns 4 milhões e meio de negros, além de indios, amarelos e outras etnias de menor vulto.

Por isso mesmo, somos um povo ainda em vias de formação, com todos os defeitos decorrentes desta circunstância. Acrescentem-se a este fato o baixo padrão de vida da maioria dos que vivem em nossa terra, o pessimo estado sanitário de milhões de brasileiros (de que são índices alarmantes os altos coeficientes de mortalidade), a elevada e deprimente porcentagem de analfabetos — condições que sòmente podem ser comparadas com as de certos países em relação aos quais, por um incompreensivel orgulho, sentimo-nos muitas vezes superiores.

São verdades amargas, que precisam ser ditas, para que possam ser remediadas.

No ponto de vista político, incluimo-nos entre os países que se encontram na *infância*, de acôrdo com o conceito de SAMUEL VAN VALKENBURG, professor da "Clark University", o exemplo dos demais países latino-americanos, preocupados ainda em consolidar nossa estrutura interna, em pôr a nossa casa em ordem...

Estamos, realmente, quando muito, na segunda infância, a caminho da adolescência, longe ainda da maturidade. Temos, pois, diante de nós, uma longa estrada a percorrer, que, forçosamente, há de ser cheia de ilusões, de desenganos, de incertezas, de constantes buscas do caminho certo, embora sem encontrá-lo muitas vezes.

As bases econômicas

Chegamos, assim, à parte final desse retrato geo-econômico do Brasil, à resultante da conjugação de todos esses fatores, tanto físicos como humanos. Quero me referir à situação econômica, naquilo que possa interessar à ciência geográfica.

Todos sabemos a série de restrições que sempre precisamos opôr às nossas estatísticas. Por isso mesmo, a rápida análise que pretendo realizar não terá a objetividade e a precisão, que seriam do meu desejo.

Tive em mãos a edição mais recente da mais autorizada de nossas publicações sobre o assunto: o "Annuário Estatistico do Brasil", referente aos anos de 1941 a 1945. Trata-se de um precioso manancial, digno de ser aproveitado e merecedor do estudo e da meditação dos brasileiros. Infelizmente, numa solenidade como esta, não cabe a exploração desse precioso acêrvo de dados. Limitar-me-ei a tirar dele apenas o essencial para completar o retrato que venho tentando esboçar.

Sob o ponto de vista geo-econômico, o Brasil poderá ser definido através das cifras seguintes: Valor da produção industrial (1941) 22,5 bilhões de cruzeiros; Valor da produção agrícola (média de 1939-43) — 9,2 bilhões; Valor da produção extrativa vegetal (média de 1939-43) — 571 milhões; Valor da produção extrativa mineral (média de 1940-44) — 348 milhões; um rebanho de 74 milhões de cabeças (1940); 35.137 km. de estradas de ferro (1944); 258.390 km. de estradas de rodagem (1940); 513.176 ton. de navios mercantes (1940).

Diante das primeiras cifras citadas, os menos avisados embandeirar-se-ão em arco, para proclamar que o Brasil já é um país industrial. Realmente, se as estatísticas não estão erradas, a produção industrial de nosso país é duas vezes maior que a produção agrícola, conforme acabamos de verificar.

Entretanto, algumas simples observações ditadas pelo bom senso poderão pôr as coisas em seus devidos lugares.

Bastará, de início, examinar a natureza da nossa produção industrial. Ora, segundo a mesma fonte de que me venho utilizando, 39% de nossa produção fabril correspondem às indústrias de alimentação (sobretudo, produtos de origem animal, farináceos, açúcar) e 18,5%

correspondem às indústrias têxteis (fiação e tecelagem de algodão). Por conseguinte, nada menos de 57,5% dessa produção — isto é, cêrca de 13 biliões de cruzeiros — tiveram por base as atividades agrícolas. As demais indústrias (entre as quais se destacam as indústrias metalúrgicas, com 9,6%) tiveram um valor global inferior a 9,5 biliões de cruzeiros.

Diante de tais dados, desejo chamar vossa atenção preliminarmente para um ponto de alta importância: o valor da produção industrial que se baseia na agricultura — como a do açúcar e das manufaturas de algodão — inclúe o custo da matéria prima, o qual, como é justo, também aparece incluído no valor da produção agrícola. Há portanto, valores que são computados duas vêzes, o que significa que, na realidade, aqueles 13 bilhões de cruzeiros, a que fizemos referencia, tornam-se bem menos expressivos.

Por outro lado, convenhamos, não é a transformação de produtos agrícolas que deve caracterizar a atividade industrial de um país, mas, sim, as grandes indústrias manufatureiras, notadamente a indústria pesada e suas correlatas; e estas praticamente ainda não possuimos. Neste particular, estamos a dar os primeiros e incertos passos: Volta-Redonda é uma interrogação e uma esperança; nossos parques industriais, ainda incipientes, precisam de tempo para consolidar sua posição.

Caimos, assim, numa realidade que entra pelos olhos, mas de que as estatísticas dão margem a falsas interpretações.

Independentemente disso tudo, poderemos, em sã consciência, considerar-nos um país industrial — dispondo de carvão de má qualidade e explorado de maneira insuficiente; possuindo montanhas de minério de ferro, mas apenas aproveitando uma parcela ínfima de toda essa riqueza; estando, em matéria de petróleo, ainda na fase das sondagens, embora tudo indique sejam elas promissoras; lutando com a falta de técnicos, de maquinarias, de capitais?...

Só mesmo uma alta dóse de imaginação ou de bôa fé serão capazes de esconder a verdade, que se estadeia aos olhos de quem deseja conhecer a situação exata do nosso país, sob o ponto de vista econômico.

Continuamos, por conseguinte, a ser *um país eminentemente* agrícola, em que pêse as afirmativas em contrário, nascidas geralmente da propaganda de um regime que, pelo bem do Brasil, cessou de existir há pouco mais de um ano.

Quais, porém, os produtos que servem de base a essa produção agrícola? Expressivas, ainda neste ponto, as estatísticas. Continuamos a ter uma agricultura genuinamente tropical, bastando analisar os nossos produtos-chaves: 25,5% do valor dessa produção em 1943, corresponderam ao algodão; 17,2%, ao milho; 13,6%, ao café; 12%, ao arroz; seguindo-se-lhes a mandioca, a cana de açúcar, o feijão, o cacáu, o fumo e a laranja.

País agrícola, cuja rêde ferroviária é escassíssima, mal distribuida e mal aparelhada; cuja rêde rodoviária longe está de satisfazer às nossas necessidades mais

prementes, sem falar na falta de meios de transporte; cuja frota mercante é realmente irrisória ante a enorme extensão de nossas costas e o caráter "insular" de nosso país; cujo rebanho é precário no ponto de vista de seleção e incerto no ponto de vista quantitativo — continuamos, por isso mesmo, a pertencer, malgrado nosso, àquela categoria de países que o prof. ARTUR DIX considera de "super-produção agrícola" e que, ao mesmo tempo, "necessitam de suplemento industrial e financeiro". Continuamos, malgrado nosso, a ser um país de economia de tipo "colonial", daqueles que fornecem matérias primas que não são básicas, um daqueles "have-nota" dos economistas britânicos, que nada têm ou muito pouco possúem, em comparação com os felizes "haves", empórios de trigo, da carne, do vinho, de lã, do carvão, do petróleo, dos metais raros e úteis.

País rico em possibilidades, mas onde ainda quase tudo está por ser mais bem aproveitado. País de futuro, talvez, mas que, tudo parecendo ter, vê-se forçado a mendigar o trigo para seu pão quotidiano, maquinas para sua indústria e sua agricultura, trilhos e material rodante para suas vias-férreas, automoveis e caminhões para suas rodovias, navios para transportar seus produtos mais necessários.

País que pode produzir trigo e não o faz; que tem ferro e petróleo; mas não os aproveita de maneira satisfatória; que é grande produtor de açúcar, mas vive sob o regime do racionamento; que dispõe de poderosas quédas dágua, cujo único papel continúa a ser o de belos espetáculos da natureza; que só falta importar café da Colômbia ou da Guatemala, para cúmulo da ironia. País do Sol e da banana — como já o disse alguem: e que, por isso mesmo, poderá viver bem, ao contrário de outros. Mas onde até a banana é vendida a preços proibitivos...

Nem tudo, porém está perdido, senhores economistas. Resta-nos, ainda, o sol, o sol radioso das regiões tropicais; e este sòmente Quem nô-lo deu poderá nô-lo tirar... O Sol é vida, é saúde, é energia. Um povo que recebe, durante o ano todo, o conforto de seus raios e recolhe o que de bom deles resulta; que ainda ignora as verdadeiras possibilidades de seu solo e de seu sub-solo; que não aproveita, de maneira completa as vantagens geográficas de que dispõe; que é ainda jóven pela sua formação e tem, à sua frente, um verdadeiro continente por conquistar — um povo, assim, não tem o direito de ficar desanimado, não póde perder suas esperanças.

Concluindo

Este o esboço, que vos prometi, de um retrato geo-econômico de nosso país. Minha última aula aos meus caros ex-alunos, hoje economistas de minha terra. As tintas que me servirum para compô-lo, foram quase sempre sobrias, mas nunca deixaram de trazer a marca de um realismo sincero. Sincero e construtivo.

Preferieis, acaso, um retrato mais amável, de côres mais rosadas, envolvido em expressões retóricas, vazias de sen-

tido, embora talvez mais bem sonantes pela fórma?

Acredito sinceramente que não, porque não me estou dirigindo a espíritos infantis, cuja ingenuidade pudesse ser embuída pela deturpação da realidade. Bem conheço os moços-velhos, que aqui estão hoje, e bem sei o quanto se interessam pelos problemas brasileiros e pela sua solução.

Espero que a vossa fé nos destinos do Brasil continúe intata, mesmo depois das verdades amargas que ouvistes de meus lábios, nesta preleção derradeira e amiga. Porque é conhecendo os males que melhor poderemos combatê-los; porque é conhecendo os obstáculos que, de maneira mais fácil, poderemos transpô-los.

Minha fé inabalável nos destinos de nossa Pátria torna-se cada vez mais forte à proporção que conheço, em seus detalhes, através do estudo, outros países e outras paragens. Temos os nossos *problemas, cuja seriedade não devemos* esconder. Mas outros também os possúem, inúmeras vezes mais graves. Somos um povo em formação, com um amplo futuro que, em grande parte, depende de nós mesmos. Confortêmo-nos com a lembrança das origens modestas de outros povos, hoje fortes e poderosos. Eles venceram porque não desanimaram, porque lutaram com energia, porque usaram da inteligência, porque soubemm sofrer. Saibamos, também, manter bem alto o moral, de nossa coletividade; saibamos corajosamente encarar os nossos problemas, em seu realismo, resolvendo-os com calma e com sensatez; saibamos sofrer, quando fôr necessário, na certeza de que um dia mais glorioso e mais feliz há de chegar.

Se outras vantajens não ostivessem ao nosso alcance, seria suficiente lembrar que herdamos de nossos antepassados um dom inestimável, maior que tôdas as contingências físicas ou humanas. Refiro-me à fé cristã, à crença em Deus, que tudo póde. Suas bençãos não deixarão de cair sôbre nossas cabeças, se nos mantivermos dentro do respeito aos Seus princípios eternos. Fortalecidos por essa confiança e robustecidos pela vontade de vencer, não existirão obstáculos à nossa marcha na senda do porvir. O destino das nacionalidades, como o destino de cada um de nós, não se condiciona exclusivamente às contingências terrenas. Assim estou convencido; e porque assim julgo, não me abate o espírito ante as perspectivas do futuro de *nossa Pátria.*

Que, nesta hora solene, cheia de júbilos e de saudades, nosso pensamento se confunda numa só e humilde prêce, brotada de nossos corações: Que Deus nos ajude a tornar o Brasil feliz no meio das nações do mundo; que as nossas energias e as nossas inteligências lhes sejam consagradas, de maneira proveitosa e construtiva; que Deus inspire os nossos governantes e permita, em Sua infinita misericórdia, que jamais tenhamos motivos de nos envergonhar da terra que nos serviu de berço. Pelo bem da coletividade humana.

Restauração dos Cafezais

CONTINUAÇÃO

WILLIAM W. COELHO DE SOUZA
Assistente do Departamento de Estudos Econômicos

CORDÕES DE CONTORNO

Como temos feito sentir, um dos objetivos da prática dos cordões de contorno nos cafezais é facilitar a melhor infiltração das aguas nos terrenos da lavoura.

É preciso na construção dos cordões evitar a rotura das suas paredes quando caiam grandes chuvas. Daí nasceu a idéia de fazer a construção em desnível mantendo um espaçamento largo entre os sulcos, o que reduz as despêsas de construção e facilita o tratamento das lavouras, uma vez que os sulcos ficam distanciados.

Isso bastou para evitar o perigo dos rompimentos das valas dos cordões.

Naturalmente o êxito da sua construção depende da permeabilidade dos terrenos, da sua topografia e da regularidade das chuvas. Si não, póde advir empoçamento da agua, transbordamento e ás vezes rotura das valas dos cordões.

Daí a precaução de construir em cafezais os cordões de contorno, de preferência em desnível até que si possa determinar com precisão os casos em que pódem ser feitos com garantia os sulcos e os cordões em nível.

Diz o Colega Hello Viégas de Camargo Bittencourt, no seu interessante trabalho "O CONTROLE À EROSÃO NOS CAFEZAIS, SULCOS E CORDÕES EM CONTORNO", tem-se tido resultados com sulcos e cordões com desnível uniforme de 3 a 4 por 1.000, segundo a contextura do sólo.

O desnível de 3 por 1.000 seria usado em sólos arenosos, tipo Baurú; Arenito de Botucatú, nos permeaveis, como os de terra roxa; o desnível de 4 por 1.000 em sólos mais compáctos com menos permeabilidade, exemplo o Massapé, de formação arqueana.

Em sólos de tipo muito compácto e pouco permeavel, de topografia irregular e ingreme, como acontece na zona de Serra Negra, na maioria dos seus cafezais, o desnível seria de 5 por 1.000, para garantir a segurança dos cordões.

Em cafezais muito ingremes com 12% ou mais de declividade *in* tôda conveniência da construção dos sulcos e cordões em desnível, com o objetivo de evitar os transbordamentos e roturas das valas.

Transcrevemos a seguir 4 tabelas para o espaçamento, segundo os tipos de sólos para os quais seriam recomendados.

Traçado do Plano: — Sempre que se pretender evitar a erosão das terras de um cafesal, é preciso fazer um estudo de conjunto da situação da plantação em relação ao meio. Deve-se então examinar tôdo o terreno a ser protegido, procurando vêr os lugares para onde se poderá fazer a descarga das aguas pluviais, e a possibilidade de conduzi-las

TABELA PARA LOCAÇÃO DE "CORDÕES EM CONTÔRNO"

Decl.	TABELA — 1		TABELA — 2		TABELA — 3		TABELA — 4		Decl.
%	Esp. Vt. cm.	Esp. Hor. m.	Esp. Vt. cm.	Esp. Hor. m.	Esp. Vt. cm.	Esp. Hor. m.	Esp. Vt. cm.	Esp. Hor. m.	%
1	102	102,00	90	90,00	78	78,00	67	67,00	1
2	142	71,00	124	62,20	105	52,50	90	45,00	2
3	157	52,30	138	46,00	118	39,30	102	34,00	3
4	174	43,50	153	38,20	132	33,00	107	26,80	4
5	187	37,40	160	33,30	145	29,00	124	24,80	5
6	202	33,70	180	30,00	159	26,50	135	22,50	6
7	223	31,90	196	28,00	172	24,60	147	21,00	7
8	243	30,40	214	26,70	186	23,20	159	19,90	8
9	262	29,10	230	25,60	199	22,10	169	18,80	9
10	282	28,20	247	24,70	213	21,30	180	18,00	10
11	298	27,10	262	23,80	226	20,50	192	17,50	11
12	315	26,20	277	23,10	240	20,00	202	16,80	12
13	528	25,20	290	22,30	252	19,40	214	16,50	13
14	342	24,40	302	21,60	265	18,90	225	16,00	14
15	354	23,60	315	21,00	277	18,50	235	15,70	15
16	364	22,70	325	20,30	288	18,00	246	15,40	16
17	373	21,90	335	19,70	298	17,50	256	15,00	17
18	381	21,20	244	19,10	307	17,00	267	14,80	18
19	288	20,40	351	18,50	316	16,60	277	14,60	19
20	396	19,80	360	18,00	324	16,20	288	14,40	20

para esses pontos, construindo canais coletores.

É necessário a maior cautela na localização desses canais que recebem as aguas dos sulcos a serem construidos dentro das lavouras; procurando-se encaminhar as aguas para cursos naturais, matas, pastagens, áreas de espessa vegetação, enfim, para lugares que possam resistir á enxurrada.

Tendo de construir canais coletores, para conduzir a agua por dentro dos cafezais, até atingir o ponto de descarga, deve-se dar preferencia a carreadores de menor transito, com pequeno declive, sendo protegidos naturalmente de pedra á superficie; posteriormente eles devem ser plantados de gramineas para maior garantia.

Feita a escolha dos carreadores por onde a agua deve ser conduzida, escolhem-se os mais necessarios ao transito

nas lavouras. Depois então faz-se o estudo da distribuição das valas e cordões de contorno dentro das lavouras, em relação aos coletores.

Proteção dos Carreadores e Canais de Escoamento: — Aludimos acima á necessidade de proteção do sólo dos canais de escoamento e dos carreadores por meio de vegetação que no caso, é melhor seja de gramineas. É prudente que tanto uns como outros sejam cobertos de vegetação.

Até mesmo quando se torne indispensavel conduzir a agua fóra do cafezal, fazendo a descarga em determinado ponto, o canal a esse fim destinado deverá ser plantado.

Geralmente têm sido empregados nesses trabalhos de cobertura e proteção de canais e carreadores, a grama de "Batatais", tambem "Forquilha", "São Sebastião" — ou Tapete, cientificamente chamada *"Paspalum notatum"*, Flugge; outra igualmente usada é a grama "Macaé" ou "Pernambuco", que é a *"Paspalum Mandiocanum"*. A última é expontanea no Noroeste de São Paulo e a primeira na zona Leste. Este caracteristico deverá ser aproveitado na escolha entre elas. Ambas são bastante rusticas, sendo que a segunda oferece desenvolvimento muito rápido. Há uma terceira grama, que é comum na zona de Jaú, chamada Inglêza Stenotaphrum secundatum, (Walt Ktze), já foi experimentada com bons resultados.

Outras plantas são indicadas para proteção dos canais coletores, fóra dos cafesais, como sejam: o Centrosema pubescens, Benth; o Kudzú, gen. Pueraria; o capim de Rhodes, Chloris Guayana Kunth; o capim fino, Panicum purpurascens, Raddi, etc.

Execução dos Trabalhos: — Feito o estudo da distribuição das águas e caminhos e modo como atender a vegetação *dos canais e carreadores, inicia-se então* o trabalho de locação dos cordões de contorno e sempre pela parte mais alta dos cafesais.

A primeira questão que surge é a determinação do espaçamento a ser adotado. Como foi explicado linhas atraz, semelhante escolha, fica condicionada ao tipo e ao estado do sólo, e para isso foram apresentadas quatro tabelas.

Feita a escolha da tabela segue-se então a parte prática da locação dos cordões. Partindo como assinalamos da parte mais alta da lavoura de café, determina-se o declive do terreno.

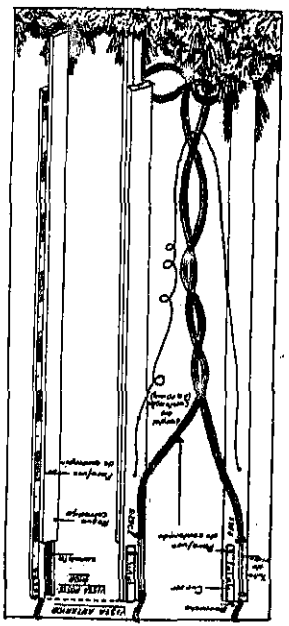
O Serviço de Combate á Erosão adotou para esse efeito o Nivel de Borracha que foi idealisado pelos Drs. Lauro Rupp e Rino Tosólo, técnicos da Sub-Divisão de Engenharia do Instituto Agronomico. O nosso Departamento nos seus trabalhos de Fomento, aproveitou-se da experiencia e dos bons resultados obtidos e passou a adotar nos seus trabalhos o mesmo aparelho, servindo-se até do fabricante que os faz para a Secretaria.

Assim, pretendendo difundir o mais possivel a prática de conservação dos sólos, das lavouras de café, adotamos tudo quanto recomendam os técnicos da Secretaria, tornando-se o nosso esforço, uma extensão mais ampla do que vêm fazendo os técnicos oficiais com tão dedicada atividade e competencia.

O Nivel de Borracha idealisado pelos ilustres colegas do Instituto é um aparelho de comprovada eficiencia e conhecido de quantos se ocupam de tais trabalhos; por isso, dispensamo-nos de descreve-lo.

Manejo do Nivel: — Sendo esta uma parte essencialmente prática, peço venia, ao prestimoso colega Helio Vilegas de Camargo Bittencourt, autor da Monografia já citada, para transcrever o que com tanta clareza explica a respeito desta matéria — Diz, o distinto colega: — Coloca-se água no nivel até que esta encha o tubo de borracha e apareça aproximadamente à metade da altura, nos dois tubos de vidro. Comprimindo o tubo de borracha ao longo do seu comprimento, faz-se escapar todo o ar do seu interior. Firmando-se então os dois sarrafos verticalmente sobre uma mesma superficie horizontal, espera-se o nivel da água no tubo ficar em repouso e fixam-se as duas réguas corrediças de modo que o ponto zero coincida com o nivel da água. Com o nivel assim graduado, faz-se a locação de alinhamentos em nivel demarcando-se os pontos obtidos com o nivel de água no traço zero.

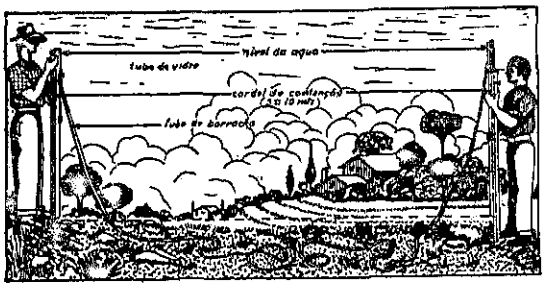
Quando se pretender demarcar dois pontos com determinada diferença de cota, basta fixar a régua corrediça adaptada à face posterior do sarrafo, de forma a ler na escala aí marcada a diferença de altura desejada. Afim de evitar erros dos camaradas, neste sarrafo poder-se-á escrever a palavra "DESCE", e no outro "SOBE", conforme mostra a figura n.º 1. Fixando um dos sarrafos sobre um ponto no qual o nivel de água coincidisse com o traço zero, a diferença de cota entre estes dois pontos



seria aquela indicada na escala do sarrafo diante à regua corrediça. O ponto

mais baixo seria o marcado pelo sarrafo munido desta régua.

Ao se pretender determinar o declive do terreno, procede-se como indica a figura 2, isto é, um operador segura o sarrafo sem régua corrediça, verticalmente sobre o terreno e indica ao outro a direção do maior declive. Este segundo operador desloca-se na direção indicada, quanto permita a corda de contenção que une os dois sarrafos.



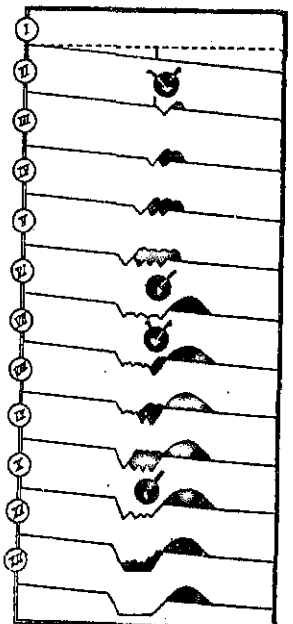
Alcançado esse ponto, desloca verticalmente o sarrafo ao longo da régua corrediça assentada sobre o terreno, até a altura em que faça o nivel da água atingir o ponto zero do cursor, o que pode ser facilmente verificado pelo primeiro operador. Isto feito, o segundo operador fixa a régua por meio do parafuso de fixação e lê na escala a diferença de cota entre os dois pontos demarcados pelos dois sarrafos. Repetindo três ou quatro vezes esta operação ao longo da mesma direção, calcula-se o declive médio do terreno, pois que, a distância entre os pontos nivelados é igual ao comprimento da cordinha de contenção. Uma vez conhecido o declive médio do terreno, com o auxilio da régua corrediça do mesmo nivel e operando de forma semelhante à indicada na figura 2, demarcam-se dois pontos com a diferença de cota indicada pela tabela de espaçamento. A partir desses pontos, traçam-se as curvas em desnivel, tendo-se o cuidado de orientar a sua descarga para os canais previstos.

b) *Nivelamento:* — Esta operação é feita com o auxilio do mesmo nivel anteriormente descrito e graduado da forma já citada. A régua corrediça será fixada de maneira a indicar na escala do sarrafo, a diferença de altura entre os pontos a locar. Três operadores executam satisfatoriamente esse trabalho. Um deles transporta um feixe de estaquinhas finas, com as quais vai demarcando os pontos nivelados. Cada um

dos outros transporta um dos sarrafos *do nível*. *Quando se pretenda locar uma* linha ascendente, o operador da frente levará o sarrafo com a inscrição "SOBE", ou ainda, o sarrafo sem a régua corrediça. Este sarrafo seguirá com o operador que seguir atraz, quando a linha a traçar deva ser descendente. O operador que seguir atraz, assentará o sarrafo que transportar, verticalmente, sobre o ponto de partida, enquanto o seu companheiro deslocará o outro sarrafo do nível pelo terreno, até que o nível da água nos tubos de vidro atinja o traço zero. O ponto assim obtido pelo operador de vante, será estaqueado. A seguir os dois operadores avançarão, sendo que o de ré virá assentar o sarrafo sobre este ponto estaqueado. O nivelamento prossegue desta forma. Os dois operadores devem procurar manter sempre esticada a cordinha de contenção. Afim de evitar derramamento da água, é prudente, ao efetuar as mudanças, segurar o tubo de borracha dobrado em uma das mãos, de forma a estrangulá-lo. Quando por perda de um pouco de água ou evaporação, não se conseguir coincidir o nível da água com o traço zero nos dois tubos, distribue-se igualmente o erro. E pode-se então, corrigir o cursor indicador do nível.

Após os alinhamentos serem nivelados e estaqueados da forma descrita, devem ser corrigidos nos pontos em que estejam muito juntos às plantas, como tambem, em suas *curvas muito bruscas*.

c) *Sulcamento*: — As linhas demarcadas são sulcadas por um arado pequeno tirado por um animal apenas. Um arado de aiveca reversível, pequeno, *seria o mais aconselhavel para o caso*. O tipo reversível W-4, e o "Rofeco" n.º 20 ou 10, de fabricação da Rofeco Plow Ltda., seriam muito recomendaveis. No entretanto, obtem-se bons serviço com um arado de aiveca fixa comum.



Esta operação é executada em duas etapas, separadas por um serviço de enxada, destinado a retirar do sulco, a terra revolvida. A primeira etapa consta de quatro riscos de arado, seguindo o alinhamento das estacas, conforme mostra a figura 3 nos itens I a V.

Procede-se então à retirada da terra revolvida de dentro do sulco, dando ao trabalho o aspecto mostrado no item VI da mesma figura 3.

Segue-se a segunda etapa do sulcamento que se processa da forma indicada pelos itens VII a XX da mesma figura. Finda aqui a operação de sulcamento.

d) *Acabamento*: — Finalisando o trabalho de construção dos sulcos e cordões segue-se a operação aqui designada por acabamento.

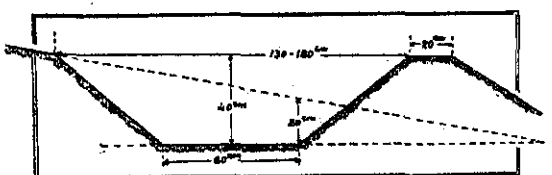
Este trabalho é executado à enxada. Retira-se do sulco a terra revolvida, pelo deixada pelo arado. Isto feito, acertam-se os dois bordos em taludes aproximados a 1:1. Após isto, o cordão de terra é terminado de forma a tomar uma secção larga e de taludes suaves.

Ao dar acabamento ao trabalho, convem dar ao sulco um fundo plano, com largura aproximada de 60 cm.

A diferença de nível entre o fundo do sulco e o topo do cordão deverá acercar-se de 40 cm. Desta forma a largura do sulco em seu bordo superior variará entre 130 e 180 cm.

Para a boa estabilidade do cordão este deve ser terminado com um coroamento de largura aproximada a 20 cm. Na figura acham-se indicadas todas as dimensões mencionadas.

Consolidação e Conservação: — A conservação dos sulcos depende principalmente da textura do sólo e da topografia. Nos sólos compactos e em declives moderados, a sua consolidação e conservação ficam muito favorecidas.



Quando o terreno é ingreme e muito arenoso, tornam-se necessários maiores cuidados.

Procurando solucionar as dificuldades que possam surgir neste terreno, estão sendo tentados diversos sistemas de consolidação e conservação. Entre eles destacam-se os seguintes:

1 — Manutenção do cordão capinado toda vez que o cafezal o fôr, e limpeza do canal, puxando a terra para o cordão.

2 — Manutenção dos cordões com ervas-más, procedendo-se, periodicamente, a um corte alto nesta vegetação.

3 — Manutenção dos cordões sem capina alguma.

4 — Manutenção dos cordões com uma vegetação de fixação.

Neste caso, estão sendo experimentadas três leguminosas de vegetação permanente que permitem cortes periódicos: Tephrosia candida, D. C., Leucaena glauca, Benth e Indigofera hendecaphylla, Jacq.

Dada o início relativamente recente destas observações, é muito cedo para poder-se concluir qual o melhor tratamento. No entretanto, temos motivos para esperar sucessos da vegetação com leguminosas.

Logo no início do desenvolvimento verificou-se um inconveniente na Tephrosia cândida, que foi seriamente atacada pela sauva. Como tínhamos procedido a uma plantação alternada do um cordão com Tephrosia e outro com Leucaena, foi facil notar que esta última, só foi atacada pela sauva onde já não existia mais Tephrosia. Alem disso a Leucaena reagiu ao ataque da sauva com forte brotação.

Especialmente para o caso de terreno muito arenoso e pouco corso, devem ser esperados os melhores resultados com o emprego da Leucaena glauca e da Indigofera hendecaphylla, seja pelo seu ótimo enraizamento, seja pela vegetação acamada da segunda e mesmo da primeira, quando cortada periodicamente. Estas vegetações devem ser aparadas sempre que atingirem altura aproximada a um metro. No período da seca devem ser mantidas com pequeno porte, afim de evitar um grande consumo de água por evaporação.

Outras leguminosas devem ser experimentadas para esta finalidade, entre elas o feijão Guandú, Cajanus indicus, Spreng, e o Centrosema pubecens, Benth.

COVETAS DE RETENÇÃO

No trabalho anterior mostramos o estado de depredação a que chegaram as lavouras de café, cujas arvores se deformaram completamente, ficando reduzidos os seus galhos a varas secas. Com isto baixou consideravelmente o rendimento por mil pés, que chegou a atingir até 16 arrobas em alguns cafesais mais danificados. Semelhante fato dá ás plantações aspeto desagradavel á vista.

Pois bem, é possivel com trato conveniente melhorar o estado de tais lavouras, restaurando as arvores; de outro lado, é preciso completar as falhas, replantando-as e ainda substituindo as plantas muito prejudicadas.

Assinalamos que entre outros fatores concorre para semelhante resultado, a erosão. Do fato o arrastamento constante da camada superficial do solo, determina, primeiro, a perda da materia organica que transmigra do alto para as baixadas, e depois, com o tempo o terreno torna-se vitreo, porque a parte fôfa é conduzida pelas aguas. De modo que, quanto mais dura fica a superficie, mais dificilmente pode penetrar a agua no seu seio e forma-se um ciclo vicioso,

que continuamente concorre para o desgaste cada vez mais intenso do solo. Quanto mais as aguas arrastam a terra superficial e com ela a materia organica e os sais minerais soluveis e quanto menos agua se infiltra mais cae a fertilidade das terras dos cafesais, consequencia por seu turno, da agua, dos sais, da materia organica, da vida microbiana e das reações e combinações que normalmente se operam em condições favoraveis.

O homem que concorreu para tal estado de cousas, pela falta de trato conveniente da terra e das lavouras cafeeiras, vê-se na obrigação de aplicar seu engenho, seus conhecimentos, a sua inteligencia, afim de deter a obra de destruição que outros, ou elo proprio, começaram.

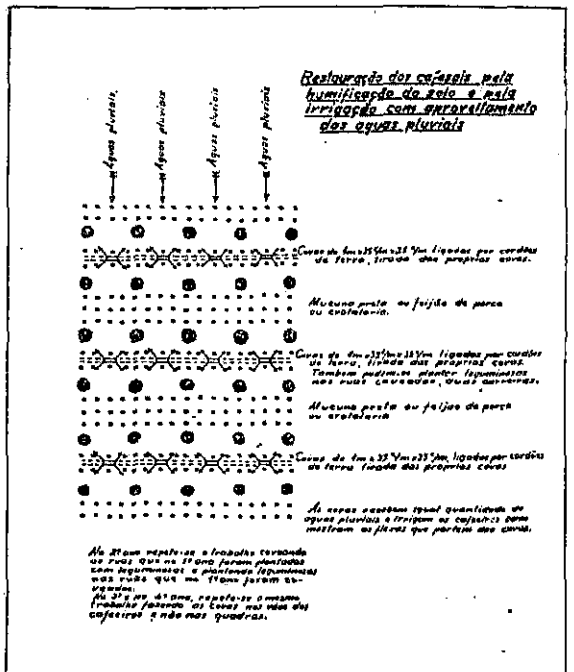
Daí decorre o esforço contemporaneo que se está empreendendo para evitar os tremendos efeitos da erosão. É preciso a todo custo que se combatam os seus efeitos, segurando a terra da superficie, os seus sais, a materia organica e retendo a agua nas lavouras; quanto menos agua de chuva escorra pela superficie dos cafesais tanto mais garantidos ficam estes e melhor assegurada ficará sua restauração e consequente duração e produção.

Na adoção de medidas de combate á erosão, temos de procurar primeiro, segurar as aguas nas lavouras, evitando o seu arrastamento pela superficie; segundo reter nas terras das lavouras, a materia organica que nela exista e os sais minerais já formados a custa dos quais vivem as raizes das arvores de café.

Tratamos igualmente dos *Cordões de Contorno*, que são valas abertas dentro das lavouras, em curvas de nivel e que se podem construir em nivel ou desnivel, segundo a natureza do sólo e a declividade do terreno. Pela sua natureza é um trabalho de carater permanente, bastando fazer algumas ligeiras reparações depois de chuvas fortes e que possam romper os lados das valas.

Ha outro sistema de combate á erosão com os mesmos objetivos acima expostos o que são as *covetas de retenção*. Geralmente são feitas na pulada nas lavouras de café, tendo as dimensões seguintes: 1m. x 0,m. 35 x 0,m.35, comprimento, largura e profundidade. Cada dois anos as covetas ficam entupidas e muda-se a posição, de maneira que, ao cabo de certo tempo todos os lados das árvores terão tido covetas. Como estas são abertas uma rua sim e outra não, é aconselhavel nas ruas onde não foram abertas, plantar as leguminosas, para a humificação do sólo, em 2 ou 3 carreiras, para depois fazer a cobertura da superficie com as suas hastes.

Diz, data venia, o Dr. Anésio do Amaral, em um trabalho de sua autoria, tratando da matéria: — "Com a continuação da estação chuvosa não comportando mais a terra as águas pluviais, aparecem então pequenas correntes que reunidas formam correntes maiores, as quais carregam os citados elementos, levando-os para as covas pluviais ou sendo retidas pelos cordões que ligam as covas, sempre irrigando e adubando os cafeeiros anexos ás covas e aos cordões.



As covas recebem igual quantidade de águas pluviais e irrigam os cafeeiros, como mostram as flexas que partem das covas, no desenho junto.

Nas ruas covoadas também podem-se plantar leguminosas.

No segundo ano repete-se o trabalho, covoando as ruas que no primeiro ano foram plantadas com leguminosas e plantando leguminosas nas ruas que no primeiro ano foram covoadas.

No terceiro e no quarto ano, repete-se o mesmo trabalho, fazendo as covas nos vãos dos cafeeiros e não nas quadras.

Essa ordem é necessária porque não se deve covear no lugar que já foi coveado, para não inutilisar as raizes que procuram alimento nas covas feitas anteriormente. Durante os quatro ou cinco mezes chuvosos, recebem os cafeeiros esse beneficios, que os tornam verdejantes e aptos para uma boa producção.

No periodo da colheita, as covas não apresentam dificuldades, porque de Setembro a Abril vão ellas se entupindo com terra, folhagem, humus ou detritos das leguminosas, formando-se nas covas pequenas esterqueiras, que aduham os quatro cafeeiros ao redor, e na occasião da coroação, ligam-se os cordões e desapparecem as covas, para onde convergem as raizes, em busca dos elementos nutritivos.

Os cordões que ligam as covas devem ter no maximo dez centimetros de altura e ser tão largos quanto possivel, com o fim de cobrirem maior área de terra e aproveitando as raizes superficiais dos cafeeiros. As covas não devem ser limpas e os cordões não devem ser removidos, porque sob elles se localisam as raizes dos cafeeiros, evitando-se assim de receberem elas a acção prejudicial do sol.

É a propria natureza que nos mostra quão errado é o sistema até hoje adoptado de se fazer a coroação raspando o solo e expondo-se as raizes dos cafeeiros ao sol ardente durante três mezes de estiagem, no periodo da colheita, exactamente na época em que precisamos fortalecer os cafeeiros, para melhor poderem florescer e frutificar.

Póde-se fazer sem nenhum prejuizo um sistema combinado de valas de *cordões de contorno e covetas*; principalmente nos cafezaes muito inclinados, onde as valas fiquem distanciadas e as aguas corram muito. Geralmente as covetas são indicadas justamente em terrenos muito inclinados ou pedregosos e onde se torne impraticavel abrir valas de cordões de contorno. Desde que hajam lavouras de café em taes terrenos, e se devam pôr em pratica medidas de combate á erosão, convém então abrir as covetas, que realisam a proteção do solo. Sabe-se de antemão que, as covetas ficam aterradas ao cabo de dois annos, sendo por isso possivel abri-las noutro logar. Ellas ficam a preço barato e se pode conseguil-as, como tem obtido o Dr. Anésio do Amaral, com os próprios recursos de colonos no trato dos cafesaes.

Este intelligente fazendeiro possue três propriedades: Monte Alegre, em Louveira, que elle chama de Chacara, com 120 a 130 alqueires e na qual tem uma plantação de goiabeiras; na ultima vês que a visitei haviam já formados, 62.000

arvores; igualmente, cultiva magnificos pecegueiros e figueiras; pois bem, todas essas plantações têm o solo protegido pelas covetas e humificado com leguminosas; especialmente a crotolaria juncea. Na Fazenda "Transval", em Cravinhos, ele cultiva 350.000 pés de cafeeiros, pelo mesmo sistema de covetas para combate á erosão. Possúe esta propriedade 300 alqueires. Em uma terceira, em Carças, se acham plantados 930.000 cafeeiros, dos quaes já covoados 700.000 na época que a visitei.

As covetas são geralmente abertas depois da colheita e da esparramação do cisco. Quem as uso, ou mesmo os cordões de contorno, não pode ter culturas de cereaes de colonos, nas lavouras cafeeiras. Como dissemos, o papel destas covetas é de reter a agua das chuvas, *que cahem no priprio solo*, de suas plantações; de dissolver os sais mineraes nelo existentes, constituindo um reservatorio de taes sais, que ficam á disposição das raizes. A terra que é retirada das covetas e jogada dos lados, fica constituindo um pequeno cordão, que serve de dique ás aguas pluviais.

O Dr. Anésio do Amaral as havia conseguido, ha cerca de dois anos atras, a razão de 25 centavos em Louveira. Em Transval, a 15 e 16 centavos e em Carça a 10 e 12 centavos. Vi em suas Fazendas os magnificos resultados de semelhantes conjunto de operações; as covetas e a humificação. Visitei as suas tres propriedades e pude observar detalhadamente os efeitos de ambas as praticas. Em lavouras de 50 anos, na Fazenda Transval, obteve uma media de 00 a 80 arrobas por mil pés de café e em Carças de mais de 80 arrobas.

É natural semelhante consecução. Deu-se ao solo a humidade necessaria á dissolução dos sais mineraes, pela conservação de toda a chuva que caiu nos terrenos das lavouras; de outra maneira, a enxurrada correria do alto para as baixadas, assim de uma rua da plantação para outra, todas as aguas foram encaminhadas para as covetas e como a terra destas é fôfa, facilmente dá-se a infiltração; como ainda nestas covetas, trazidos pelos ventos e as aguas, se encontram depositos de materia organica e de sais mineraes, as aguas os dissolvem e entregam ás raizes do cafeeiro, cujos capillares se vêm juntar nesses monticulos fartos de provisão alimentar e aí as arvores se banquetciam. Resulta dessa *abundancia de alimento que elas se* restauram, readquirindo a forma, refazendo-se os galhos, as folhas e os brotos, depois a produção. Em dois anos as plantas mudam completamente de aspecto e passam a produzir bem.

Duas circunstancias são imprescindiveis e *por isso compensam os precalços* que determinam taes operações. A primeira, que é fundamental, não poderá haver, como acentuamos, culturas de cereaes nas lavouras e depois, não é preciso colocar e esparramar o cisco; o *Dr. Anésio do Amaral faz a colheita dos* seus cafesais em pano.

É possivel que dê alguem trabalho e despezas, conseguir dos colonos plantarem os cereaes fóra das lavouras de café; como a colheita em pano. *Mesmo que o fazendeiro tenha de dar á* terra arada e gradeada noutro local para os colonos fazerem suas plantações de cereaes, ha toda vantagem nisto. E a colheita no pano melhora a qualidade *do café. É uma questão de educação* dos colonos. Torna-se difícil romper a rotina ela porem deverá ser vencida.

O estado atual de depredação da maioria das lavouras cafeeiras paulistas, requer grande esforço para que se *consiga restauril-as e levá-las a uma* colheita economica. Os rendimentos atuais, não se justificam se não em épocas de altos preços de venda do café. Em epocas normais lavouras de rendimentos tão baixos, de menos de 50 arro*bas por mil pés, não poderiam ser co*lhidas e talvez nem mantidas, porquê a sua produção não cobre as despezas dos tratos e da colheita.

Do exposto, vê-se que, duas finalidades devem ser preenchidas: evitar o arrastamento da terra, da materia organica e dos sais nutritivos do solo, pela ação das enxurradas; e a outra, é segurar nas lavouras todas as aguas das chuvas que caem, pequenas ou grandes. Desta maneira, conserva-se o solo e faz-se no seu seio um reservatorio de agua precioso para a vida das plantas, veiculo que este é da nutrição. Procede-se a uma operação de duplo efeito, a adubação pela conservação dos sais nutritivos que por ventura possua o solo e quando não os tenha os levaremos pela humificação (plantação das leguminosas); a outra é a irrigação provocada pela infiltração das aguas pluviais.

Estudos experimentais recentemente feitos na America do Norte, revelam

que a erosão arrasta anualmente vinte vezes a quantidade de elementos fertilisantes que uma cultura pode precisar; isto dependendo da natureza do *solo, do seu declive e das plantações.*

Sabe-se por estudos nossos, no Instituto Agronomico de Campinas, que o algodoeiro, porque requer uma terra muito mobilisada pelas maquinas agricolas é capaz de permitir que em *40 annos, seja arrastada toda a camada* aravel e com ela, a materia organica e os sais mineraes que contenha uma terra, em que seja ele cultivado. Ao passo que, os terrenos cobertos de cafeeiros e de pastagens, sofrem menor desgaste, *até que o de matas apresenta efeitos* minimos de erosão. Tudo, pois, depende da cobertura e proteção do solo, da sua natureza, da sua topografia, das culturas e da previdencia do homem em *preservá-lo.*

Tanto mais lavrada e mobilisada a terra, quanto mais fôfa ela se torne, maiores serão os efeitos da erosão.

Desta maneira, abrir *Cordões de Con*torno, nas lavouras de café, ou as *covetas de retenção*, é sempre um ato sábio e de grandes resultados economicos. Como vimos, um completa o outro. Assim pensando desejamos ver em breve tempo, todas as lavouras de café da zona Mogiana protegidas contra a erosão e restauradas pelo emprego sistematico destas duas praticas, cada qual onde melhor convenha. Para isso pretendemos, no Departamento de Estudos Economicos, mobilisar intensamente nossos tecnicos, de maneira a serem atendidas todas as lavouras da zona Mogiana.

Qual é o mais próspero Município da zona Mogiana?

J. Pogrovsky — Dóra de Souza Lima
Assistente S.E.P.E. — Perquisadora Apuradora

Qual é o mais próspero município da zona servida pela Cia. Mogiana no Estado de São Paulo? Esta questão, com certeza, é frequentemente debatida, mas geralmente tais debates se fundamentam em impressões pessoais, puramente subjetivas, em que o "patriotismo municipal" exerce influência preponderante.

Mais seguro é estudar êste assunto à luz fria e imparcial de números, de dados estatísticos, que fornecem ótimos elementos para formar um juizo acertado.

Porém, antes de mais nada, devemos esclarecer, o que entendemos sob o termo "prosperidade" aplicado a um município. Com que se pode medir, em que se expressa a prosperidade? Alguns, com muito acerto, dirão que o *município mais próspero é evidentemente* aquêle, que maior produção agrícola apresenta nos últimos anos.

Outros, não menos acertados, avaliam, segundo as arrecadações de impostos. Terceiros, tambem com toda a razão, julgarão conforme o *movimento comercial*. E vários outros critérios, todos muito justos, podem ser estabelecidos.

A questão é, portanto, variável, conforme as circunstâncias e conforme o critério que se pretende adotar.

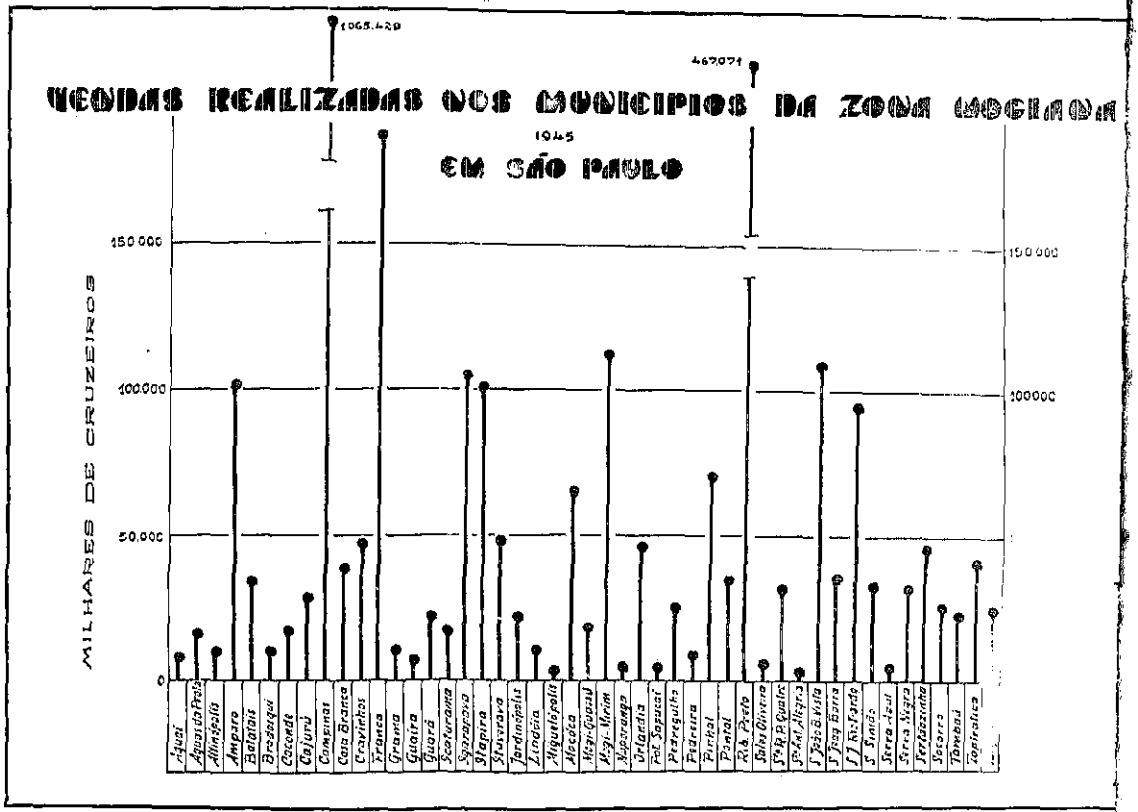
Somos estatísticos, portanto gente que não manifesta opiniões subjetivas; reunimos os dados numéricos fidedignos, sistematizamo-los e deixamos que cada um tire conclusões de acôrdo com suas idéias.

Devemos porém, esclarecer um ponto: os municípios paulistas, — como communidades idênticas nos outros Estados e nos outros países, são extremamente variáveis no seu tamanho, nas suas áreas e nas suas populações; como então comparar a economia, vamos dizer, de Ribeirão Preto ou de Franca, com Pedreira ou Lindóia, — municípios êstes muito menores em áreas e populações, do que aqueles?

Para sermos justos, devemos fazer confrontos em igualdade de condições. Um dos sistemas aconselháveis em casos semelhantes, é calcular todos os dados em relação ao número de habitantes dos respetivos municípios, ou, como dizem, em expressões "per capita", "por cabeça".

Eis como vamos proceder neste estudo, com algumas exceções, que sempre apontaremos.

Um dos mais eloquentes dados econômicos é a densidade demográfica, ou seja o número de habitantes que resi-



...ual é o mais próspero Município da zona Mogiana?

J. Pennovary — Dóra de Souza Lima
Assistente S.E.P.E. — Pesquisadora Aperfeiçoada

...al é o mais próspero município da ...ervida pela Cia. Mogiana no Es... de São Paulo? Esta questão, com ...a, é frequentemente debatida, mas ...mente tais debates se fundamen... em impressões pessoais, puramente ...tivas, em que o "patriotismo muni..." exerce influência preponderante.

...is seguro é estudar êste assunto à ...ia e imparcial de números, de da... estatísticos, que forneceu ótimos ...entos para firmar um juízo acer...

...rém, antes de mais nada, devemos ...ecer, o que entendemos sob o ... "prosperidade" aplicado a um ...cípio. Com que se pode medir, em ...e expressa a prosperidade? Al... com muito acêrto, dirão que o ...cípio mais próspero é evidentemen... rende, que maior produção agríco... resenta nos últimos anos.

...os, não menos acertados, avaliam, ...ndo as arrecadações de impostos. ...tros, também com toda a razão, ...ião conforme o movimento comer...

E vários outros critérios, todos ...s justos, podem ser estabelecidos.

...questão é, portanto, variável, con... as circunstâncias e conforme o ...o que se pretende adotar.

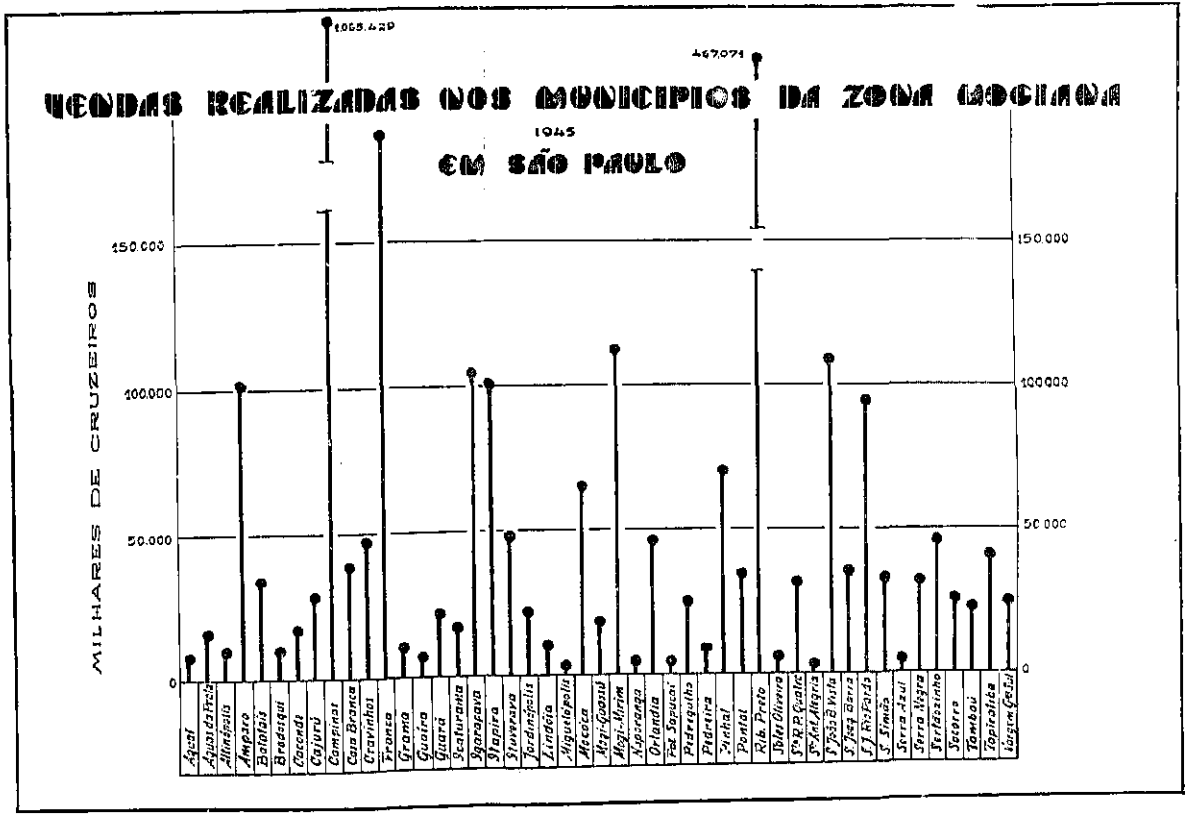
Somos estatísticos, portanto gente que não manifesta opiniões subjetivas; reunimos os dados municipais fidedignos, sistematizamos e debatemos, para então tirar conclusões de método mais idôneo.

Devemos porém, esclarecer um ponto: os municípios paulistas, — como comunidades idênticas nos outros Estados e nos outros países, não oferecem material valiável no seu tamanho, nas suas áreas e nas suas populações; como então comparar a economia, vamos dizer, de Ribeirão Preto ou de Franca, com Pedreira ou Lindóia, — municípios êstes muito menores em áreas e populações, do que aquêles?

Para sermos justos, devemos fazer confrontos em igualdade de condições. Um dos sistemas aconselháveis em casos semelhantes, é calcular todos os dados em relação ao número de habitantes dos respectivos municípios, ou, como dizem, em expressões "per capita", "por cabeça".

Eis como vamos proceder neste estudo, com algumas exceções, que sempre apontaremos.

Um dos mais eloquentes dados econômicos é a densidade demográfica, ou seja o número de habitantes que vai-



sem, em média, em cada quilômetro quadrado, no respetivo município.

A população mais densa é encontrada em Campinas com 69 pessoas por km²; em segundo logar aparece Ribeirão Preto, com 78 habitantes por km²; depois Pinhal com 71, Amparo e Pedreira com 68, Serra Negra com 65, Tapiratiba com 52 e assim por diante. Na outra extremidade aparece o município de Guatá, que tem somente 8 habitantes para cada km²; situação um pouco mais animada apresenta Altinópolis, com 13, Mogi-Guaçú com 15, Patrocinio do Sapucaí com 18 e Cajurú com 19 habitantes por km². Em tôda a região, a densidade média é de 37 habitantes por km².

Se começarmos a considerar a receita do município, sua arrecadação, como um dos índices da sua prosperidade, encontramos novamente Campinas em primeiro logar, muitissimo na frente de todos os outros, pois arrecada 80 cruzeiros por habitantes (em 1945); os que seguem, são Ribeirão Preto com 78 cruzeiros, Limeira com 47; Franca que não alcançou naquele ano mais de 34 cruzeiros; São João da Boa Vista que arrecadou 32 cruzeiros por habitante; os outros municipios distribuiram-se em escala descendente, sendo o posto, final ocupado por Santo Antonio da Alegria com 7,5 cruzeiros, que é precedido de Socorro com 8,80; Patrocinio Sapucaí com 10,40; Orama com 10,50 cruzeiros arrecadados, em média, por cada habitante.

Mas nem sempre as finanças municipais caracterizam a abastança de seus respetivos cidadãos; em muitos casos, o valor da produção, notadamente agricola, pode melhor expressar a riqueza do conjunto de habitantes. Calculado em relação a cada habitante, o valor médio das principais culturas desenvolvidas no município, confere o primeiro logar a Aguaí da Prata, que em 1945 produziu uma média bastante elevada de 2.233 cruzeiros, "per capita"; é bem provável, que esta importância seja devida à cultura, relativamente cara, da batata, que predomina naquele município, especialmente no seu distrito da Cascata; Itapira tem 1.468 cr.; Casa Branca chegou a produzir 1.385 cr.; Guaxupé 1.239 cr.; São João da Boa Vista 1.234 cr.; Patrocinio do Sapucaí 1.159 cr.; Cravinhos 1.102 cr. por habitante e assim por diante. Os municipios de menor valor na produção agricola foram Lindoia, que não conseguiu completar 200 cr.; Nuporanga que limitou-se a 219 cr.; Pedreira com 309 cr.; Socorro com 395 cr.; outros municipios revelaram índices mais elevados. Aliás, será interessante estudar as causas desta produção tão pouco valorizada e procurar os meios de elevar o valor do esforço dos numerosos moradores dêstes municipios.

A produção agricola caracteriza, evidentemente o esforço dos lavradores, mas vários municipios da zona Mogiana tornaram-se importantes centros comerciais, reunindo produtos da lavoura de sua vizinhança, para encaminhá-los a outros centros consumidores e recebendo das zonas produtoras mercadorias, para distribuir nas zonas de sua influência econômica. Os benefícios destas

atividades comerciais, por meios às vezes indiretos reletem sôbre a população toda.

Este movimento comercial é muito bem caracterizado pelo valor de vendas realizadas em cada município. Em 1945 as proporções de vendas, que em média, podem ser atribuidas a cada habitante, apresentaram novamente Campinas muito na frente de todos os outros municípios da Mogiana: a "Princesa do Oeste" realizou transações para 738 cruzeiros por habitante; Ribeirão Preto atingiu somente 532 cr., Pontal 370 cr., Tapiratiba 365 cr., Igarapava 343 cr., Itapira 322 cr., Franca 305 cr.; logo se pode perceber, que as maiores vendas foram devidas às industrias açucareiras; só Franca desenvolve atividade comercial geral sem influência das transações provenientes da venda de açucar.

Os municípios de pequena significação comercial foram: Santo Antonio da Alegria, que chegou apenas a 27 cr. em média, por habitante, Patrocinio do Sapucaí de 31 cr., Nuporanga 52 cr. Guaira 65 cr., Cravinhos 84 cr., Altinopolis 92 cr. e Cacondo 96 cr. por habitante.

Aliás, em relativa correspondência estão os números de estabelecimentos comerciais que operam em cada município, em número absolutos, independentes da relação com a respectiva população: Campinas tem 1.503 estabelecimentos comerciais, Ribeirão Preto 750, Franca 429, Mogi-Mirim 328, S. João da Boa Vista 244, São Joaquim da Barra 213, Amparo 210, Serra Azul inicia o rol do lado inverso, possuindo só 20 estabelecimentos comerciais, Santo Antonio da Alegria 25, Nuporanga 27, Brodosqui 30. E verdade que por êstes números seria perigoso concluir alguma cousa sôbre o potencial comercial dos respectivos municípios, pois não temos dados característicos da importância de transações realizadas por cada firma; o conjunto, porém, é suficientemente caracterizado pelo valor das transações comerciais, "per capita", mencionado acima.

Apresentamos aqui dados sumários, que, no entanto, caracterizam o ambiente econômico em cada município dos servidos pela Cia. Mogiana; destacamos os momentos os mais expressivos. E deixamos aos leitores a conclusão: qual dos municípios da zona Mogiana é o mais próspero?

ALGUNS ASPETOS ECONÔMICOS DOS MUNICIPIOS PAULISTAS DA REGIÃO MOGIANA

MUNICIPIOS	Densidade demográfica	Receita Municipal	Produção Agrícola	Vendas realizadas	Número de estabel. comerciais
		Cr$ por capita			
Aguas da Prata	41	21,70	2.233	272	45
Altinópolis	13	15,80	1.048	92	49
Amparo	68	23,80	639	260	210
Batatais	27	23,10	720	152	154
Brodosqui	33	14,30	472	104	36
Cacondo	42	13,30	1.001	96	86
Cajurú	19	18,00	543	154	62
Campinas	89	79,60	687	738	1.503
Casa Branca	24	28,80	1.385	162	96
Cravinhos	49	15,10	1.102	236	98
Franca	35	33,80	444	305	429
Grama	49	19,50	854	84	48
Guaira	8	17,60	545	65	94
Guará	33	19,30	712	174	68
Ibaturama	30	17,50	1.239	168	54
Igarapava	34	33,40	1.033	343	187
Itapira	56	22,80	1.406	322	168
Ituverava	24	21,50	1.033	138	104
Jardinópolis	35	17,80	1.036	104	67
Lindoia	58	47,10	188	218	36
Mococa	35	23,30	935	229	122
Mogi-Guaçú	15	12,40	958	124	75
Mogi-Mirim	35	20,60	735	249	328
Nuporanga	22	18,20	219	52	27
Orlandia	42	24,60	793	224	78
Patroc. Sapucaí	18	10,40	1.159	31	59
Pedregulho	25	12,00	785	108	104
Pedreira	68	15,80	506	127	45
Pinhal	71	23,50	650	195	188
Pontal	25	17,50	666	370	59
Ribeirão Preto	78	48,40	487	532	750
S. Rita P. Quatro	21	23,30	875	203	84
S. Ant. d'Alegria	26	7,50	408	27	25
S. João B. Vista	50	32,10	1.224	254	244
S. Joaquim da Barra	27	25,00	680	154	213
S. José do Rio Pardo	59	22,00	655	250	129
São Simão	17	17,10	677	153	82
Serra Azul	21	16,00	598	66	20
Serra Negra	65	27,80	453	240	82
Sertãozinho	41	22,50	1.358	165	126
Socorro	59	8,80	395	102	145
Tambaú	19	24,70	1.077	206	72
Tapiratiba	52	14,10	787	365	46
Vargem G. do Sul	44	27,80	1.124	228	83

O que se deve saber e fazer no aviario nos meses de abril a junho

Em abril o avicultor observa um aumento na postura das aves, ainda baixa, devido á muda, que está quasi concluida.

Os galinheiros destinados ás reprodutoras devem ser reparados, caiados e desinfetados. A palha nos ninhos e do piso deve ser substituida. Emfim, devem ficar os galinheiros como novos, para receberem seus novos hospedes.

Observações devem ser feitas para a escolha das aves que primeiro terminaram a muda. As galinhas que fazem a muda rapidamente, são as melhores poedeiras, geralmente.

Se ainda a postura e o tamanho (peso) dos ovos foram observados, tem o avicultor este mês, elementos para ir separando e transferindo para os galinheiros de reprodução, as melhores aves.

Ficarão sem galos, até que seja concluida a muda e a escolha ou composição dos lotes ou planteis.

Na sua ração não deve faltar uma pequena quantidade de farinha de figado, sulfato de manganês e Desterol. A farinha de figado é rica em vitamina G, ou riboflavina e está intimamente ligada ao crescimento das aves e á eclosão dos ovos, daí a sua necessidade, tratando-se de reprodutoras ou pintos. O sulfato de manganês, dado ás reprodutoras, exalta a capacidade da eclosão dos ovos e condiciona o nascimento dos pintos perfeitos e mais robustos.

O Desterol é uma nova e melhor fonte de vitamina D para aves, em forma de pó. É a vitamina anti-raquitica.

Para a obtenção de pintos fortes e sadios, é indispensavel o perfeito equilibrio dos elementos componentes das rações balanceadas.

O preço dos ovos para consumo, no mercado da Capital, ainda se mantem alto, devido á falta do produto, provocada pela muda.

Os ovos não devem ficar armazenados muitos dias. Cada tres ou quatro dias no maximo, deverão ser embarcadas. O calôr altera o produto, desvalorizando-o para o consumo.

Obtem-se sempre ovos limpos substituindo-se a palha dos ninhos mais frequentemente.

Caso as aves destinadas á reprodução, não tenham ainda sido examinadas quanto á "Pulorose" e "Neuro-linfomatose", escreva ao Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura (Instituto Biologico) á Avenida Rodrigues Alves — São Paulo, pedindo a visita de um funcionario e mencionando o numero de aves a serem examinadas. Esse Departamento, mantido pelo Governo, dispõe de uma Secção especializada, á qual está afêta a parte de molestias de aves. Os seus serviços são gratuitos.

Em *maio*, a sala de incubação e as incubadoras, devem merecer toda a atenção do avicultor. Tudo deve ser examinado, reparado e posto a funcionar, para que, quando recomeçarem os trabalhos, não surjam falhas que venham ocasionar prejuizos.

Todos os aparelhos devem ser rigorosamente desinfetados. O termostato das maquinas, deve merecer especial atenção. Verifique o seu funcionamento. Quando ele não funciona, o defeito é quasi sempre da capsula, que se estiver vasia, (da composição de éter e alcool que contem no seu interior) deverá ser enviada para a fabrica de procedencia, afim de ser reparada. Uma capsula de reserva, sempre poderá ser util.

Verifique tambem a torcida dos lampeões das incubadoras á querozene. É conveniente ter-se sempre algumas torcidas de reserva, para serem utilizadas quando necessarias.

Faça "stock" de querozene, suficiente para as incubações que pretende realizar. Adquira de preferência o melhor produto.

O mesmo cuidado deverão merecer as criadeiras, que deverão passar por uma rigorosa desinfecção.

Enfim, tudo deverá estar em perfeita ordem para a nova estação que se aproxima.

As reproduteras poderão ser distribuidas nos seus galinheiros, na proporção de 7 a 8 galinhas para cada galo.

Os galos deverão ser vigorosos, de origem conhecida, e filhos de bôas poedeiras.

Conserve alguns galos de reserva, como substitutos eventuais.

As demais frangas e galinhas, cujos ovos não forem necessarios para incubação, deverão ser conservadas em liberdade, porém, sem galos.

Em *junho*, postas em funcionamento as incubadoras, e para dar inicio aos trabalhos de incubação, deve o avicultor selecionar os ovos provenientes dos parques de reprodução, eliminando todos os ovos defeituosos, pequenos, trincados e que tiverem mais de 10 dias da data da postura.

Se a incubação for natural, isto é, com galinha choca, deve-se procurar deitar ao mesmo tempo, o maior numero possivel de galinhas para que as ninhadas sejam mais ou menos da mesma idade: sua criação se torna mais facil e o desenvolvimento das aves mais satisfatório.

Proporcione a suas aves uma bôa ração balanceada. Dela depende em grande parte o vigôr e uma bôa produção de suas aves.

Seja previdente, mantendo sempre "stock" de alimentos, para nunca faltar nenhum ingrediente na formula usada.

No transporte das aves, devem ser observadas as instruções do Chefe da Estação local.

Para o transporte dos ovos, usar engradados próprios para 30 duzias, pois conservam melhor produto e evitam as québras.

No caso de moléstias, consultar imediatamente o Departamento de Defesa Sanitaria da Agricultura.

Toda a consulta deverá ser dirigida ao Serviço de Fomento Agricola da Companhia Mogiana — ále procurará auxiliá-lo a resolver seus problemas.

Os Rockefellers organizam uma sociedade para desenvolver a agricultura no Brasil

Com o capital de 3.000.000 de dolares, acaba de ser fundada por Nelson A. Rockefeller e pelos quatro outros filhos de John D. Rockefeller Junior uma corporação que desenvolverá um vasto programa de atividades diversas, tendentes ao melhoramento da produção agricola no Brasil e em outros paises.

A incorporação da "International Basic Economy Corporation" ultimou-se ontem, perante a Secretaria do Estado de Nova York, em Albany.

Essa sociedade atuará como uma "holding company" de, pelo menos, seis outras companhias, que serão imediatamente constituidas no Brasil.

Expondo o projeto, o Senhor Nelson Rockefeller declarou que quer o capital brasileiro quer o americano serão convidados a subscrever ações tanto da "holding company", como de suas subsidiarias.

E acrescentou que o objetivo primário da organização foi o de "constituir um modelo", que venha auxiliar a elevação do padrão de vida do Brasil e em outras regiões.

A nova corporação agirá com o mesmo espirito que norteou os projetos agricolas do Escritório do Coordenador dos Negócios Inter-Americanos, que o Senhor Rockefeller chefiou, antes de ser Secretário de Estado —Assistente para os Negócios Latino-Americanos.

Contudo o Senhor Rockefeller resolveu agora constituir nova organização, como um empreendimento lucrativo, afim de mostrar o caminho a outras emprezas que se venham a organizar com fins idênticos.

Atividades não lucrativas, explicou ele, incumbem apenas aos atuais incorporadores. Mas, se se puder mostrar que tais atividades benéficas darão, pelo menos, um pequeno lucro, outros animar-se-ão a delas participar.

O Senhor Rockefeller além disso continuará com as atividades não lucrativas da American International Association for Economic and Social Development, que organizou em julho ultimo.

Essa associação destinou 125.000 dolares para um programa de cinco anos, visando a melhoria dos padrões de alimentação no Brasil. Para a execução desse programa concorre o Govêrno Brasileiro com 1.000.000 de dolares.

A mesma Associação está lutando contra o analfabetismo na China e reservou 100.000 dolares para um programa em que serão usados filmes e outras técnicas modernas, desenvolvidas nos ultimos anos por Jimmy Yen, que dirigiu naquele pais uma campanha de educação extensiva.

Disse ainda o Senhor Rockefeller que as *seis companhias subsidiárias a serem* organizadas pela International Basic Economy Corporation operarão de início no Sul do Brasil, desejando ele porém que programas semelhantes possam ser desenvolvidos em outras regiões da America Latina.

As principais atividades dessas *subsidiárias serão:*

1 — Produção de sementes de alta qualidade e, em particular, a de tipos selecionados de milho hibrido. Devido em parte ao fato de ser dificil manter, nas regiões tropicais, as caracteristicas das sementes, têm os tecnicos brasileiros encontrado considerável dificuldade na produção satisfatória de hibridos adaptaveis às condições loca

2 — Fosfatos. Apezar de serem dos mais importantes adubos necessários no Brasil, seus agricultores só puderam obter no ano findo 17.000 toneladas, ao envez das 200.000 ou 300.000 de que precisarum.

Possue o Brasil, no entanto, três grandes depósitos de fosfatos à espera apenas de capital e de técnicos para a produção de toda a quantidade precisa dêsses fertilizantes.

3 — Transporte. O desenvolvimento das propriedades agricolas vem sendo entravado não apenas pela falta de boas estradas, mas também por um inadequado sistema de transportes. Uma companhia será então criada para fornecer os caminhões e os demais veiculos de que as outras emprêsas Rockefeller tiverem necessidade.

4 — Hortaliças. A produção de legumes frescos é, de muito, insuficiente nas grandes cidades *brasileiras*. A Companhia projeta adquirir grandes faixas de terras em posição estratégica na proximidade das grandes cidades. Chacaras ou granjas individuais serão de tamanho tal que o chacareiro as possa adquirir da companhia num prazo de dez anos, podendo além disso negociar a sua produção por intermédio de agências ou de cooperativas como as constituidas pelos lavradores do Estado de Nova York.

5 — Porcos. O desenvolvimento de suinos no Brasil tem sido retardado pela falta de vacina contra a peste. Além de centros de produção de vacinas, serão mantidas pequenas fazendas, de 100 a 150 hectares, para demonstração.

7 — Leite reconstituido. Muitas das terras ao derredor das maiores cidades *brasileiras não se* prestam à criação de gado e, como consequencia, é escassa a produção de leite fresco.

A solução, pensa-se, é produzir o leite nas terras altas, de clima mais fresco, transformando-o em leite em pó, que assim será transportado para as cidades, por via férrea ou avião.

Al chegando, será o leite reconstituido em centros misturadores, operando segundo principio idêntico ao das "vacas mecânicas" usadas pela Marinha Americana durante a guerra.

Enquanto se não estabelecerem as granjas leiteiras, o leite em pó será importado.

DIRETORIA

O capital atual é de 2.000.000 de dolares, representado por 200.000 ações ordinárias, emitidas as quais haverá um *"paid-in surplus"* de $1.000.000.

São acionistas Nelson, John, Lawrence, Whitlrop e David Rockefeller.

O presidente da Corporação é o senhor Nelson Rockefeller, sendo os se-

guintes os outros diretores: Wallace K. Harrison, arquiteto do Rockefeller Center, que sucedeu ao Senhor Rockefeller como Coordenador dos Negócios Inter-Americanos e foi recentemente escolhido como Diretor do planejamento da zona do East River, doada por John D. Rockefeller às Nações Unidas para estabelecimento de sua séde definitiva; Berent Friele, que dirigiu o Escritório dos Negócios Inter-Americanos no Brasil durante a guerra e que, para colaborar com esta nova organização, resignou os lugares de Presidente da America Coffee Corporation e Diretor da Great Atlantic and Pacific Tea Company; Francis A. Jamieson, distinguido com um Prêmio Pulitzer e que pertenceu também, durante a guerra, ao Escritório dos Negócios Inter-Americanos e finalmente, John E. Lockwood, procurador do Senhor Rockefeller.

Ressalta o Senhor Rockefeller que as atividades da nova corporação, conquanto vizem atuar como uma "ponte" tornando disponível para o Brasil técnicos e peritos agrícolas americanos, não são de modo algum unilaterais.

Por essa razão os Brasileiros são convidados a subscreverem as ações preferenciais das seis companhias subsidiárias e terão opção para a conversão em ações comuns ao fim de dez anos, o que lhes dará a completa propriedade.

Frigoríficos ingleses, bem como brasileiros e americanos ofereceram sua colaboração com a companhia de desenvolvimento da criação de porcos.

(Transcrito do New York Times de 10-1-47).

Projetos de construções rurais

Afim de contribuir para o melhoramento das instalações rurais das fazendas da zona Mogiana, está o Departamento de Estudos Econômicos organizando uma coleção de projetos de construções rurais.

Esses projetos serão fornecidos aos fazendeiros que no-los solicitarem, mediante módica contribuição, destinada apenas a cobrir os gastos das cópias respetivas.

São os seguintes os projetos que o Departamento dispõe-se a fornecer:

1. Casa para colono tipo 1 — 2 quartos
2. Casa para colono tipo 2 — 3 quartos
3. Casa para capataz tipo 1 — 2 quartos
4. Casa para capataz tipo 2 — 3 quartos
5. Pocilga tipo 1
6. Pocilga tipo 2
7. Pocilga tipo 3
8. Pocilga tipo 4
9. maternidade para porcas — tipo 1
10. maternidade para porcas — tipo 2
11. maternidade para porcas — tipo 3
12. cocheira para muares — tipo 1
13. cocheira para muares — tipo 2
14. cocheira para muares — tipo 3
15. estábulos para bois de trabalho — tipo 1
16. estábulos para bois de trabalho — tipo 2
17. estábulos para bois de trabalho — tipo 3
18. estábulos para gado leiteiro — tipo 1
19. estábulos para gado leiteiro — tipo 2
20. estábulos para gado leiteiro — tipo 3
21. estábulo misto — tipo 1
22. estábulo misto — tipo 2
23. esterqueiras
24. estábulo para gado solteiro — tipo 1
25. estábulo para gado solteiro — tipo 2
26. estábulo para gado solteiro — tipo 3
27. estábulo para bezerros — tipo 1
28. estábulo para bezerros — tipo 2
29. estábulo para bezerros — tipo 3
30. Caixa d'agua elevada — tipo 1
31. Caixa d'agua elevada — tipo 2
32. Caixa d'agua elevada — tipo 3
33. Caixa d'agua enterrada — tipo 1
34. Caixa d'agua enterrada — tipo 2
35. Caixa d'agua enterrada — tipo 3
36. Aviário — tipo 1
37. Aviário — tipo 2
38. Aviário — tipo 3
39. Aviário — tipo 4

40. Aviário — tipo 5
41. Usina de laticínios — tipo 1
42. Usina de laticínios — tipo 2
43. Usina de laticínios — tipo 3
44. Galpão para máquinas agrícolas — tipo 1
45. Galpão para máquinas agrícolas — tipo 2
46. Galpão para máquinas agrícolas — tipo 3
47. Silos elevados — tipo 1.
48. Silos elevados — tipo 2
49. Silos de encosta — tipo 1
50. Silos de encosta — tipo 2
51. Silos enterrados — tipo 1
52. Silos enterrados — tipo 2
53. Cocheira para animais finos — tipo 1
54. Cocheira para animais finos — tipo 2
55. Cocheira para eguas — tipo 1
56. Cocheira para eguas — tipo 2
57. Cocheira para potros — tipo 1
58. Cocheira para potros — tipo 2
59. Cocheira mixta — tipo 1
60. Cocheira mixta — tipo 2
61 a 70. Detalhes de esquadrias de madeira
71 a 80. Detalhes de esquadrias de madeira
81 a 90. Detalhes de obras especiais
91 a 100. Capelas, Escolas, Campos de esporte, etc.

Além dos projetos, o Departamento fornecerá assistência técnica gratuita, durante a execução, a ser feita diretamente pelas fazendas ou por elas contratada com os construtores de sua preferência.

Os pedidos deverão ser endereçados ao

Departamento de Estudos Econômicos da
Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Rua do Tesouro, 23 — 8.º andar — S. Paulo

Fretes e cotações

Em nosso primeiro número apresentamos alguns quadros em os quais foi feita uma comparação entre as médias anuais de fretes e de cotações na praça de São Paulo para arroz, feijão e batata, bem como do farinha de trigo.

Tomamos, para os organizar, os fretes dos pontos extremos de abastecimento possível pela linha Mogiana, isto é, Araguarí para arroz; Uberaba para feijão e Cascata para batata.

São portanto os fretes máximos.

As cotações com que comparamos são as oficiais na praça do São Paulo.

Para a farinha de trigo essas cotações deveriam ser as de Araguarí, pois para lá é que se faz o transporte.

Não tendo porém cotações oficiais dessa praça, fizemos a comparação com as de São Paulo.

As porcentagens obtidas são portanto maiores do que as reais.

Apresentamos agora, quadros em que são feitas as mesmas comparações, mês por mês, de 1943 a 1946.

Os fretes de novembro e dezembro desse ultimo ano são os atualmente em vigor.

Para a farinha de trigo vale a observação anteriormente feita.

A cotação em Bolsa desse artigo continua a ser nominal.

O preço oficial por que a farinha de trigo está sendo vendida atualmente nesta Capital, para as padarias, é de Cr$ 198,00 por saca.

Em Araguarí ele não pode portanto ser inferior a Cr$ 208,30.

Sôbre isso o frete de Cr$ 10,30 representa apenas 4,9%.

As cotações oficiais são dadas para transações de centenas de sacas.

Para o consumidor em geral, o que mais interessa será conhecer a influência do frete sôbre o preço de quilo ou, no máximo sôbre o de saco, unidade máxima de suas compras dos generos citados.

De uma lista de preços publicada a 2 de fevereiro corrente, por uma firma atacadista desta cidade, tiramos os seguintes preços de saco de 60 kg. para os tipos mais baratos de

arroz	Cr$ 183,00
feijão	Cr$ 110,00
batata	Cr$ 140,00

Sôbre êsses preços os fretes atuais representam as seguintes porcentagens:

no arroz	7,9%
no feijão	10,0%
na batata	8,3%

Supondo-se que essa firma se abastecça nos pontos extremos da linha Mogiana e que essa Estrada de Ferro, passe a fazer o transporte gratuito desses gêneros, os preços por saco, desde que essa redução beneficiasse integralmente o público, seriam

arroz	Cr$ 145,64
feijão	Cr$ 98,54
batata	Cr$ 131,42

Por aquilo, que é a unidade em que a maioria das compras são feitas, teríamos na base desses preços por saco

	Preço atual	*Com o transporte gratuito*
Arroz	Cr$ 2,63	2,43 ou 2,50
Feijão ...	Cr$ 1,83	1,64 ou 1,70
Batata ...	Cr$ 2,33	2,19 ou 2,20

O quilo de farinha de trigo, na hipotese feita, poderia ser vendido em Araguarí nas condições atuais a Cr$ 4,17 e, no caso de transporte gratuito, a Cr$ 4,00.

Mesmo portanto que o transporte ferroviário fosse feito gratuitamente, o que seria para as estradas de ferro um enorme prejuizo, o consumidor praticamente em nada seria beneficiado.

CUSTO DE TRANSPORTES PELA C.M.E.F. E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

ARROZ

Transporte de Araguarí a São Paulo

Meses	1943			1944		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	5,80	94,00	6,17	5,98	102,20	5,85
Fev.	5,80	91,42	6,34	6,02	109,23	5,51
Mar.	5,80	84,22	6,88	6,28	112,00	5,57
Abr.	5,80	86,68	6,69	6,28	nom.	—
Mai.	5,80	80,44	6,48	6,28	143,32	4,35
Jun.	5,80	nom.	—	6,28	145,87	4,29
Jul.	5,98	nom.	—	6,46	144,40	4,47
Ago.	5,98	99,06	6,04	6,46	nom.	—
Set.	5,98	101,04	5,92	6,46	"	—
Out.	5,98	101,03	5,92	6,46	"	—
Nov.	5,98	100,00	5,98	6,46	"	—
Dez.	5,98	103,36	5,76	6,46	140,00	4,61

Meses	1945			1946		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	6,46	140,00	4,61	7,04	128,00	5,50
Fev.	6,46	140,00	4,61	7,04	128,75	5,47
Mar.	6,46	138,83	4,67	6,30	118,31	5,32
Abr.	6,46	135,47	4,77	6,30	115,00	5,48
Mai.	6,46	140,09	4,61	6,30	118,71	4,31
Jun.	6,46	154,00	4,19	6,30	122,00	5,16
Jul.	6,95	143,66	4,84	6,30	123,04	5,12
Ago.	7,04	142,61	4,94	6,30	132,54	4,75
Set.	7,04	180,00	3,91	6,30	130,00	4,85
Out.	7,04	144,00	4,89	10,07	135,30	7,44
Nov.	7,04	132,95	5,30	12,36	145,82	8,48
Dez.	7,04	129,59	5,43	12,36	150,00	8,24

CUSTO DE TRANSPORTES PELA C.M.E.F. E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

FEIJÃO

Transporte de Uberaba a São Paulo

Meses	1943			1944		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	5,41	nom.	—	5,59	nom.	—
Fev.	5,41	"	—	5,79	"	—
Mar.	5,41	"	—	5,89	"	—
Abr.	5,41	"	—	5,89	"	—
Mai.	5,41	"	—	5,89	"	—
Jun.	5,41	"	—	5,89	"	—
Jul.	5,59	"	—	6,07	"	—
Ago.	5,59	"	—	6,07	"	—
Set.	5,59	"	—	6,07	"	—
Out.	5,59	"	—	6,07	"	—
Nov.	5,59	"	—	6,07	"	—
Dez.	5,59	"	—	6,07	"	—

Meses	1945			1946		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	6,07	n/c	—	6,62	nom.	—
Fev.	6,07	"	—	6,62	72,58	9,12
Mar.	6,07	"	—	5,88	65,00	9,05
Abr.	6,07	nom.	—	5,88	—	—
Mai.	6,07	"	—	5,88	nom.	—
Jun.	6,07	"	—	5,88	53,29	10,63
Jul.	6,07	"	—	5,88	59,23	9,93
Ago.	6,62	"	—	5,88	80,85	7,27
Set.	6,62	"	—	5,88	79,69	7,38
Out.	6,62	"	—	9,31	83,67	11,13
Nov.	6,62	82,66	8,01	11,46	92,00	12,46
Dez.	6,62	73,77	8,97	11,46	99,04	11,57

CUSTO DE TRANSPORTES PELA C.M.E.F. E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

BATATA

Transporte de Cascata a São Paulo

Meses	1943			1944		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	4,10	39,91	10,27	4,28	51,04	8,39
Fev.	4,10	40,00	10,25	4,49	56,28	7,98
Mar.	4,10	38,17	10,74	4,58	nom.	—
Abr.	4,10	nom.	—	4,58	"	—
Mai.	4,10	"	—	4,58	120,20	3,81
Jun.	4,10	"	—	4,58	103,45	4,30
Jul.	4,28	"	—	4,76	109,61	4,34
Ago.	4,28	"	—	4,76	110,00	4,33
Set.	4,28	81,88	5,23	4,76	109,20	4,36
Out.	4,28	82,00	5,22	4,76	98,07	4,85
Nov.	4,28	82,00	5,22	4,76	nom.	—
Dez.	4,28	76,47	5,60	4,76	n/c	—

Meses	1945			1946		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	4,76	n/c	—	5,18	71,68	7,23
Fev.	4,76	"	—	5,18	83,12	6,18
Mar.	4,76	89,72	5,31	4,44	134,54	3,30
Abr.	4,76	85,00	5,60	4,44	nom.	—
Mai.	4,76	88,09	5,40	4,44	"	—
Jun.	4,76	106,00	4,49	4,44	"	—
Jul.	5,12	128,12	4,00	4,44	"	—
Ago.	5,18	84,11	6,11	4,44	"	—
Set.	5,18	nom.	—	4,44	"	—
Out.	5,18	"	—	6,75	"	—
Nov.	5,18	"	—	8,58	"	—
Dez.	5,18	140,27	3,68	8,58	"	—

CUSTO DE TLANSPORTES PELA C.M.E.F. E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

FARINHA DE TRIGO

Transporte de São Paulo a Araguari

Meses	1943			1944		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	4,83	64,00	7,55	4,98	nom.	—
Fev.	4,83	64,00	7,55	5,32	"	—
Mar.	4,83	63,87	7,56	5,32	"	—
Abr.	4,83	61,00	7,92	6,39	"	—
Mai.	4,83	61,00	7,92	6,39	"	—
Jun.	4,83	62,36	7,75	6,39	"	—
Jul.	4,98	63,20	7,88	6,54	"	—
Ago.	4,98	nom.	—	6,54	"	—
Set.	4,98	"	—	6,54	"	—
Out.	4,98	"	—	6,54	"	—
Nov.	4,98	"	—	6,01	"	—
Dez.	4,98	"	—	6,68	64,08	10,42

Meses	1945			1946		
	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.	Cr$/sc. 60 kg.		% Frete/cot.
	FRETE	COTAÇÃO		FRETE	COTAÇÃO	
Jan.	6,68	99,50	6,71	9,67	108,00	8,95
Fev.	6,68	99,50	6,71	9,67	108,00	8,95
Mar.	6,68	99,50	6,71	9,10	109,00	8,43
Abr.	6,68	99,50	6,71	9,10	108,00	8,43
Mai.	6,68	99,50	6,71	9,10	123,00	7,40
Jun.	9,67	99,50	6,71	9,10	144,24	6,31
Jul.	9,67	99,50	9,72	9,10	157,58	5,77
Ago.	9,67	99,50	9,72	9,10	nom.	—
Set.	9,67	99,50	9,72	9,10	"	—
Out.	9,67	106,74	9,06	10,16	"	—
Nov.	9,67	108,00	8,95	10,30	"	—
Dez.	9,67	108,00	8,95	10,30	"	—

A zona da Mogiana na 12.ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados

Está ainda em nossa mente, o magnifico resultado alcançado pela 12.ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS, realizada no Parque da Agua Branca, séde do Departamento da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, de 19 a 26 de outubro ultimo.

Oito Estados concorreram ao explendido certame: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Sergipe e Distrito Federal.

O grande numero de animais inscritos e a natural deficiencia das instalações do recinto, fez com que a selecção dos animais concorrentes, fosse mais rigorosa, permitindo assim a oportunidade de aquilatar-se, com maior precisão, o grão de aperfeiçoamento zootecnico atingido pelos Estados competidores, estabelecendo tambem um sadio e valioso intercambio entre os mais destacados criadores.

Chamando a nossa atenção, o elevado numero de animais premiados — pertencentes á zona Mogiana, resolvemos apresentar aos nossos leitores, um estudo resumido dos resultados finais da exposição, onde podemos destacar a colocação dos criadores da nossa zona, com relação ao total dos animais inscritos:

BOVINOS:	N.º de Inscrições		N.º de Premios	
	Total geral	Total da zona Mogiana	Total geral	Total da zona Mogiana
Holandeza, preta e branca	94	33	28	10
Holandeza, verm. e branca	20	7	8	2
Guernesey	43	1	17	—
Jersey	23	5	14	2
Schwytz	35	3	17	1
Normanda	5	0	5	0
Devon	3	0	1	0
Charoleza	4	0	1	0
Red Poled	4	0	0	0
Hereford	1	0	1	0
Caracú	64	37	16	8
Mocha Nacional	50	25	15	3
Gyr	177	84	23	17
Nelore	79	7	17	2
Guzeranh	58	11	13	2
Indubrasil	40	22	8	1
Soma	680	235	184	52
Percentagem		34,3		35,5

EQUINOS:	N.º de Inscrições		N.º de Premios	
	Total geral	Total da zona Mogiana	Total geral	Total da zona Mogiana
Anglo Arabe	3	0	1	0
Percheron	0	4	3	1
Mangalarga	100	50	16	7
Campolina	20	3	9	3
Shetland Poney	7	3	0	3
Crioula do R. G. do Sul .	3	0	2	0
Persa Nacional	2	0	1	0
Sangue Inglês	20	2	0	2
Sangue Arabe	5	0	1	0
Sangue Andaluz	1	0	1	0
Tração Militar	7	1	2	0
Soma	182	63	51	10
Percentagem		28,8		31,8

PREMIOS CONFERIDOS

Merece especial destaque, o fáto de ter sido conquistado pelos criadores da zona Mogiana, um grande numero de premios em relação aos animais expostos, destacando-se os de CAMPEONATO das raças HOLANDESAS, GYR e NELORE, como poderemos vêr:

RAÇA HOLANDESA

SEÇÃO "A" — BOVINOS E ZEBUINOS

CLASSE I — Variedade Preta e Branca

"DE PEDIGREE"

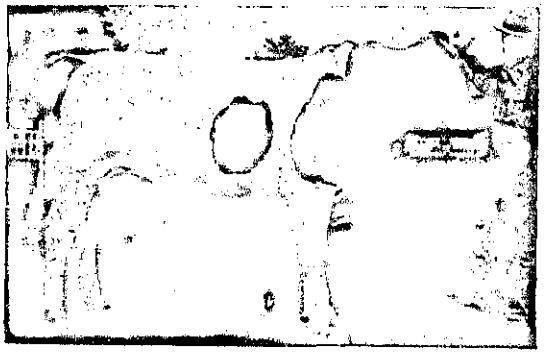
CAMPEÃO — n.º 13 — ALBATROZ DE SÃO MARTINHO — HBB 1P — fl. 210 — Expositor: Dario Freire Meirelles, Fazenda São Martinho — CAMPINAS — E. S. Paulo.

1.ª *Categoria — machos de 10 a 18 mezes:*

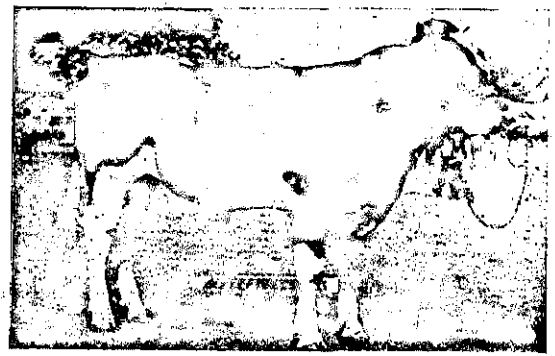
1.º PREMIO — n.º 2 — TRONADOR — HBB 1P — B1 104 — Expositor: João de Morais Barros — Fazenda Bôa Vista — CAMPINAS — E. S. Paulo.

2.º PREMIO — n.º 1070 — SÃO MARTINHO PRINCE SELET — HBB 1P — B2 237 — Expositor: Dario Freire Meirelles — Fazenda Cachoeira — CAMPINAS — E. S. Paulo.

3.º PREMIO — n.º 7 — YUNAN — HBB 408 — A2 — Expositor: Dr. Paulo de A. Nogueira — Fazenda S. Quirino — CAMPINAS — E. S. Paulo.



RAÇA HOLANDESA — Variedade Preta e Branca — Campeão — n.º 13 — ALBATROZ DE SÃO MARTINHO — Exp. Dario Freire Meirelles - Campinas - Est. S. P.



RAÇA HOLANDESA — Preta e Branca — 2.º Premio — SÃO MARTINHO PRINCE SELECT — Prop. do Dario Freire Meirelles — Campinas — Est. de São Paulo.

2.ª *Categoria — machos de 18 a 30 meses:*

1.º PREMIO — n.º 13 — ALBATROZ DE SÃO MARTINHO — HBB — 1P — fl. 210 — Expositor: Dario Freire Meirelles — Fazenda São Martinho — CAMPINAS — E. S. Paulo.

4.ª *Categoria — machos de 4 a 7 anos:*

1.º PREMIO — n.º 17 — CAXAMBÚ — HBB 537 — A2 — Expositor: Dario Freire Meirelles — Fazenda São Martinho — CAMPINAS — E. S. Paulo.
2.º PREMIO — n.º 16 — IRAPÓ CESAR — HBB 553 — A2 — Expositor: Dr Lafayette S. A. Camargo — Fazenda V. Brandina — CAMPINAS — E. S. Paulo.

6.ª *Categoria — femeas de 18 a 30 meses:*

3.º PREMIO — n.º 1091 — XARA — ABCBRH 2028 — Expositor: Dr. Paulo de A. Nogueira — Fazenda São Quirino — CAMPINAS — E. S. Paulo.

8.ª *Categoria — femeas de 4 a 7anos:*

MELHOR CONJUNTO DE PEDIGREE — ns. 1070 — SÃO MARTINHO PRINCE; 13 — ALBATROZ e 17 — CAXAMBÚ — Expositor: Dario Freire Meirelles — Fazenda São Martinho — CAMPINAS — E. S. Paulo.

CLASSE II — RAÇA HOLANDESA

Variedade Preta e Branca

PUROS POR CRUZAMENTO

9.ª *Categoria — machos até 2 dentes:*

2.º PREMIO — n.º 30 — CACHOEIRA DE SÃO MARTINHO — APCB — 2114 — Expositor: Dario Freire Meirelles — Fazenda São Martinho — CAMPINAS — E. S. Paulo.

10.ª *Categoria — machos de 2 a 4 dentes:*

2.ºPREMIO — n.º 40 — XAIREL — Expositor: Paulo de A. Nogueira — Fazenda São Quirino — CAMPINAS — E. S. PAULO

12.ª *Categoria — femeas até 2 dentes:*

3.ª PREMIO — n.º 54 — LILA — Expositor: João de Morais Barros — Fazenda Bela Vista — CAMPINAS — E. S. Paulo.

13.ª *Categoria — femeas de 2 a 4 dentes:*

1.º PREMIO — n.º 64 — URCA — Expositor: Manoel de Vasconcellos — Fazenda São João — CAMPINAS —E. S. Paulo.



RAÇA HOLANDESA — Preta e Branca — Grupo de Animais pertencentes ao sr. Dario Freire Meireles — Faz. Cachoeira — Campinas — Est. de São Paulo.



RAÇA JERSEY — Reservado Campeão — n.º 135 — ITAHY7 FALKLANDS — Exp. Granja S. Paulo Ltda. — Campinas — Est. de São Paulo.

2.º PREMIO — n.º 61 — PEROLA — Expositor: João de Morais Barros — Fazenda Bela Vista — CAMPINAS — E. S. Paulo.
3.º PREMIO — n.º 60 — BOLINHA — Expositor: João de Morais Barros — Fazenda Bela Vista — CAMPINAS — E. S. Paulo.

14.ª *Categoria — fêmeas de mais de 4 dentes:*

MELHOR CONJUNTO: n.ºs 61 — PEROLA; 60 — BOLINHA; 69 — RISONHA; 54 — LILA; 67 — PRENSADA; 72 — ASPASIA — Expositor: João de Morais Barros — Fazenda Bôa Vista — CAMPINAS — E. S. Paulo.

RAÇA HOLANDESA

CLASSE IV — Variedade Vermelha e Branca

"PUROS POR CRUZAMENTO"

1.º PREMIO — n.º 94 — TURBILHÃO — Expositor: José Pereira Martins de Andrade & Filhos — S. JOSE DO RIO PARDO — E. S. Paulo.

26.ª *Categoria — Fêmeas até 2 dentes*

2.º PREMIO — n.º 100 — FASCINANTE — Expositor: José Pereira Martins de Andrade & Filhos — S. JOSE DO RIO PARDO — E. S. Paulo.

RAÇA JERSEY

CLASSE VII — Animais Registrados

46.ª *Categoria — Machos de 4 a 7 anos*

1.º PREMIO — n.º 135 — ITAHYE FALHLANDS ELETRAS — Expositor: Granja São Paulo Ltda. — CAMPINAS — E. S. Paulo.

RAÇA JERSEY

CLASSE VIII — Puros por cruzamento

54.ª *Categoria — Fêmeas até 2 dentes*

2.º PREMIO — n.º 1121 — FUBECA — Expositor: Granja São Paulo Ltda. — CAMPINAS — E. S. Paulo.

RAÇA SCHWYTZ

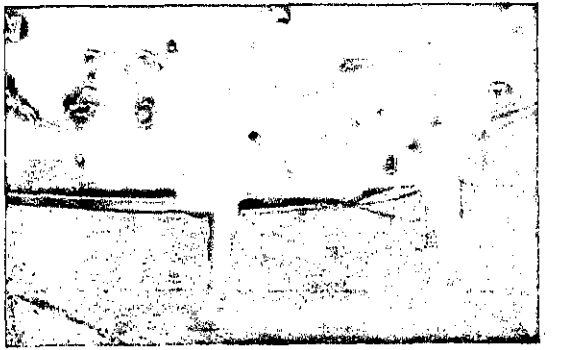
CLASSE X — Puros por cruzamento

65.ª *Categoria — Machos até 2 dentes*

1.º PREMIO n.º 172 — DARDO — Expositor: Adolpho Guimarães Barros — Fazenda Pirajá — PEDREIRA — E. S. Paulo.



RAÇA CARACÚ — 1.º Premio — MOCÓCA — 165.ª Categoria — Fêmeas de 4 a 7 anos — de prop. de Alberto Whately — Faz. Iracema — Ribeirão Preto — São Paulo.



RAÇA MOCHA NACIONAL — 2.º Premio — SERRANA — Fêmeas de 30 a 48 mêses — prop. Sylvio Sampaio Moreira — Faz. Sta. Carlota — Cajurú — S. P.

RAÇA CARACÚ

CLASSE XXIX — Registrados

188.ª *Categoria — Machos de 10 a 18 meses*

3.º PREMIO — n.º 193 — GALÃO — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

189.ª *Categoria — Machos de 18 a 30 meses*

3.º PREMIO — n.º 198 — DIAMANTINO — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

190.ª *Categoria — Machos de 30 a 48 meses*

1.º PREMIO — n.º 204 — TAMOYO — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

193.ª *Categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses*

3.º PREMIO — n.º 220 — MIMOSA — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

194.ª *Categoria — Fêmeas de 30 a 48 meses*

1.º PREMIO — n.º 240 — BAUNILHA — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

195.ª *Categoria — Fêmeas de 4 a 7 anos*

1.º PREMIO — n.º 249 — MOCÓCA — Expositor: Alberto Whately — Fazenda Iracema — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

RAÇA MOCHA NACIONAL

CLASSE XXX — Registrados

197.ª *Categoria — Machos de 18 a 30 meses*

2.º PREMIO — n.º 256 — BARULHO — Expositor: Sylvio Sampaio Moreira — Fazenda Sta. Carlota — CAJURÚ — E. S. Paulo.

201.ª *Categoria — Fêmeas de 18 a 30 meses*

3.º PREMIO — n.º 264 — AGUA BRANCA — Expositor: Sylvio Sampaio Moreira — Fazenda Sta. Carlota — CAJURÚ.

202.ª *Categoria — Femeas de 30 a 48 meses*

2.º PREMIO — n.º 278 — SERRANA — Expositor: Sylvio Sampaio Moreira — Fazenda Sta. Carlota — CAJURÚ — E. S. Paulo.



RAÇA GYR — 1.º Premio — CAMELIA — 221.ª Categoria — Fêmeas sem muda do prop. do Francisco Ferreira Maia, Passos, Minas Gerais.



RAÇA GYR — 1.º Premio — PULSEIRA — 207.ª Categoria — Fêmeas de 24 a 30 mêses — do prop. do Francisco Ferreira Maia — Passos — Minas Gerais.

RAÇA GIR

CLASSE XXXI — Registrados

CAMPEÃO — n.º 327 — LOMBARDO — SRTM 185 — Expositor: Torres Homem Rodrigues da Cunha — Fazenda N. S. de Lourdes — UBERABA — E. Minas Gerais.
MELHOR CONJUNTO DA RAÇA: — n.ºs 388 — SABARÁ II — 392 ROLINHA — 394 *INDIANA* — *Expositor*: Dr. Julio B. da Costa Filho — *Fazenda* Genoveva — FRANCA — E. S. Paulo.

204.ª *Categoria — Machos de 24 a 30 mezes*

1.º PREMIO — n.º 280 — SOBERANO — Expositor: José Jacinto da Silva — Fazenda Sta. Barbara — FRANCA — E. S. Paulo.
2.º PREMIO — n.º 1069 — TRIUNFO — Expositor: José Cesario Monteiro da Silva — Fazenda Nova Alliança — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.
3.º PREMIO — n.º 1084 — ROTEIRO — Expositor: Lupercio Taveira — Fazenda Ingaema — FRANCA — E. S. Paulo.

205.º *Categoria — Machos de 30 a 48 mezes*

2.º PREMIO — n.º 296 — TRABUCO — Expositor: Antenor Alves Gomes — Fazenda Triangulo — UBERABA — E. Minas Geraes.
3.º PREMIO — n.º 305 — *MAXIXE* — *Expositor: José Eduardo Ferreira Sobrinho* — Fazenda Alliança — S. JOAQUIM DA BARRA — E. S. Paulo.

206.º *Categoria — Machos de 4 a 7 annos*

1.º PREMIO — n.º 327 — LOMBARDO — Expositor: Torres Homem Rodrigues da Cunha — Fazenda N. S. de Lourdes — UBERABA — E. Minas Geraes.

207.º *Categoria — Femeas de 24 a 30 mezes*

1.º PREMIO — n.º 346 — PULSEIRA — Expositor: Francisco Ferreira Maia — Fazenda Brasil — PASSOS — E. Minas Geraes.
2.º PREMIO — n.º 347 — MARANY — Expositor: Francisco Ferreira Maia — Fazenda Brasil — PASSOS — E. Minas Geraes.

208.º *Categoria — Femeas de 30 a 48 mezes*

1.º PREMIO — n.º 356 — PRIMEIRA — Expositor: Francisco Ferreira Maia — Fazenda Brasil — PASSOS — E. Minas Geraes.
2.º PREMIO — n.º 362 — ALTEZA — Expositor: Higino Caleiro Filho — Fazenda S. Manoel — FRANCA — E. S. Paulo.

209.º Categoria — Femeas de 4 a 7 annos

2.º PREMIO — n.º 394 — INDIANA — Expositor: Dr. Julio B. da Costa Filho — Fazenda Sta. Genoveva — FRANCA — E. S. Paulo.



RAÇA GYR — 1.º Premio — SERRANO — 204.ª Categoria — Machos de 24 a 30 mêses — do prop. do José Jacinto da Silva — Faz. Sta. Barbara — Franca — S. Paulo



RAÇA GYR — Campeão — n.º 327 — LOMBARDO — Exp. Torres Homem Rodrigues da Cunha — Faz. N. S. de Lourdes — UBERABA — Est. de Minas Geraes.

RAÇA GIR

CLASSE XXXII — Não Registrados

210.ª Categoria — Machos sem muda

1.º PREMIO — n.º 403 — GUILHERME — Expositor: Laerte Bernardes de Rezende — UBERABA — E. Minas Geraes.

211.ª Categoria — Fêmeas sem muda

1.º PREMIO — n.º 446 — CAMELIA — Expositor: Francisco Ferreira Maia — Fazenda Brasil — PASSOS — E. Minas Geraes.

2.º PREMIO — n.º 454 — BOMBINHA II — Expositor: Dr. Breno L. Paiva — FRANCA — E. S. Paulo.

RAÇA NELORE

CAMPEÃO — n.º 467 — IDOLO DA INDIANA — Expositor: Torres Homem Rodrigues da Cunha — Fazenda N. S. de Lourdes — UBERABA — E. Minas Geraes.

213.ª Categoria — Machos de 30 a 48 mezes

1.º PREMIO — n.º 467 — IDOLO DA INDIANA — Expositor: Torres Homem Rodrigues da Cunha — Fazenda N. S. de Lourdes — UBERABA — E. Minas Geraes.

RAÇA GUZERATH

CLASSE XXXV — Registrados

RESERVADO CAMPEÃO — n.º 543 — MAGE — Expositor: Dr. A. Antony Assumpção — Fazenda Cafesal — PEDREIRA — E. S. Paulo.

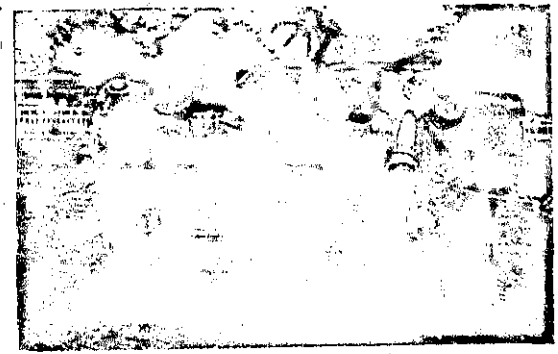
2.º PREMIO — n.º 543 — MAGE — Expositor: Dr. A. Antony Assumpção — Fazenda Cafesal — PEDREIRA — E. S. Paulo.

TIPO INDUBRASIL

CLASSE XXXIX — Não Registrados

235.ª Categoria — Fêmeas sem muda

3.º PREMIO — n.º 618 — ALEGRIA — Expositor: João Rodrigues da Cunha — Fazenda São João — OLIMPIA — E. S. Paulo.



RAÇA GYR — Melhor Conjunto da Raça — SABARA II — ROLINHA E INDIANA — de prop. do Dr. Julio B. da Costa Filho — Faz. Genoveva — Franca — São Paulo.



RAÇA NELORE — Campeão — n.º 467 — IDOLO DA INDIANA — Exp. Torres Homem Rodrigues da Cunha — Faz. N. S. de Lourdes — UBERABA — Minas Geraes.

SECÇÃO — B —

EQUINOS e ASININOS

RAÇA MANGALARGA

CLASSE XLVII — Animais Registrados

RESERVADO CAMPEÃO — n.º 722 — BOLERO — ACCRM 468 — Expositor: Dr. Edgard de O. Westin — Fazenda Desterro — S. JOÃO DA BOA VISTA — E. S. Paulo.
MELHOR FEMEA — n.º 793 — SOTA — ACCRM 2199 — Expositor: José Ruy de Azevedo — Fazenda Desterro — S. JOÃO DA BOA VISTA — E. S. Paulo.

284.ª *Categoria — Machos de 12 a 24 meses*

2.º PREMIO n.º 691 — ADORNO — Expositor: Dr. Breno L. Paiva — FRANCA — E. S. Paulo.

286.ª *Categoria — Machos de mais de 36 meses*

2.º PREMIO — n.º 722 — BOLERO — Expositor: Dr. Edgard de O. Westin — Fazenda Desterro — S. JOÃO DA BOA VISTA — E. S. Paulo.

287.ª *Categoria — Femeas de 12 a 24 meses*

2.º PREMIO — n.º 766 — CIGANA — Expositor: Roberto Diniz Junqueira — Fazenda Bôa Vista — ORLANDIA — E. S. Paulo.

288.ª *Categoria — Femeas de mais de 36 meses*

1.º PREMIO — n.º 793 — SOTA — Expositor: José Ruy de Azevedo — Fazenda Desterro — S. JOÃO DA BOA VISTA — E. S. Paulo.
2.º PREMIO — n.º 786 — CATANIA — Expositor: Edmundo Diniz Junqueira — Fazenda Monte Belo — ORLANDIA — E. S. Paulo.

RAÇA CAMPOLINA

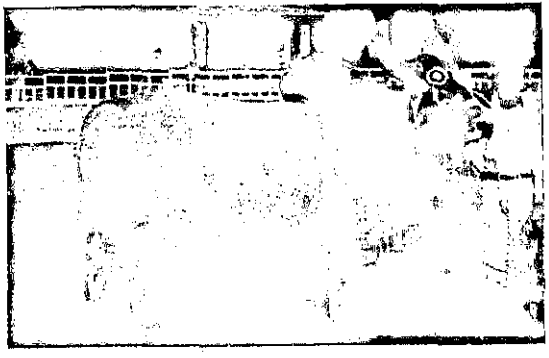
CLASSE L — Animais Registrados

RESERVADO CAMPEÃO — n.º 816 — SOBERANO — Expositor: Mario de Figueiredo Santos — Fazenda Parnaizo — S. SEBASTIÃO DO PARAIZO — E. Minas Gerais.

CLASSE LI — Animais Não Registrados

310.ª *Categoria — Machos de mais de 4 dentes*

1.º PREMIO — n.º 816 — SOBERANO — Expositor: Mario de Figueiredo Santos — Fazenda Parnaizo — S. SEBASTIÃO DO PARAIZO — E. Minas Gerais.



RAÇA *GUZERATII* — Reservado Campeão — n.º 543 — MAGE — Exp. Dr. A Antony Assumpção — Faz. Cafesal — Pedreira — Est. de São Paulo.



RAÇA MANGALARGA — Reservado Campeão — n.º 722 — BOLERO — ACCRM 468 — Exp. Dr. Edgard de O. Westin — Faz. Desterro — S. João da Bôa Vista

2.º PREMIO — n.º 819 — LUAR — Expositor: Olimpio Souza Brito — ESPIRITO SANTO DO PINHAL — E. S. Paulo.

RAÇA PERCHERON

CLASSE XLVI — Puros por Cruza

1.º PREMIO — n.º 685 — PREDILETO — Expositor: Fazenda Amalia — MOCOCA — E. S. Paulo.

ANIMAIS DE TIPO SELA

CLASSE LIII-A — MESTIÇOS

SUB-CLASSE A — SANGUE INGLÊS

322.ª *Categoria — Machos de mais de 4 dentes*

1.º PREMIO — n.º 834 — CONDOR — Expositor: Sylvio Sampaio Moreira — Fazenda Santa Carlota — CAJURÚ — E. S. Paulo.

323.ª *Categoria — Fêmeas sem muda*

1.º PREMIO — n.º 840 — ARABELA — Expositor: Antonio Luiz Ferraz — Fazenda São Bento — CAMPINAS — E. S. Paulo.

CLASSE LIII-C — RAÇA SHETLAND PONEY

Puros por Cruza

320.ª *Categoria — Machos sem Muda*

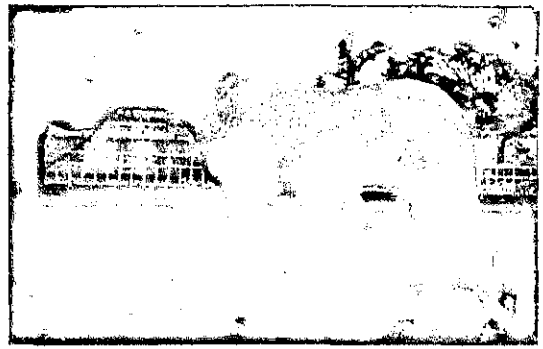
1.º PREMIO — n.º 858 — TICO-TICO — Expositor: Francisco da Cunha Diniz Junqueira — Fazenda Bôa Vista — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.

322.ª *Categoria — Machos de mais de 4 dentes*

1.º PREMIO — n.º 860 — BLAK — Expositora: Fazenda Amalia — MOCOCA — E. S. Paulo.

323.ª *Categoria — Fêmeas sem Muda*

1.º PREMIO — n.º 862 — ANDORINHA — Expositor: Francisco da Cunha Diniz Junqueira — Fazenda Bôa Vista — RIBEIRÃO PRETO — E. S. Paulo.



RAÇA CAMPOLINA — 1.º Prêmio — n.º 816 — SOBERANO — Exp. Mario de Figueiredo Santos — Faz. Paraizo — S. Sebastião do Paraizo — Est. Minas Geraes.



RAÇA BRASILEIRA — Campeão — n.º 904 — PASSA TEMPO — Exp. Dr. Francisco Prado Pestana — Faz. Sta. Carolina — Amparo — Est. de S. Paulo.

Trabalhos de reflorestamento da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

WILLIAM W. COELHO DE SOUZA

Conferencia pronunciada no Club dos Agronomos, em Campinas.

Reflorestar, como produzir, deve ser a palavra *de ordem. Estamos numa* época em que faltam a lenha, o carvão e as madeiras para todos os fins. Tanto *se precisa do combustivel, para as* estradas de ferro, para as industrias, para uso doméstico, como se precisa nesta *hora de fome universal*, de generos alimenticios e de pecuária e seus produtos e sub-produtos. Tudo é necessário. *Torna-se mistér apenas agir com* criterio na escolha e na produção de tais artigos. Todos são importantes e uteis para a vida do homem e dos rebanhos.

No tocante ao problema do reflorestamento ha circunstancias dignas de apreço. Desde os tempos remotos do Brasil colonial até aos nossos dias, o homem tem atentado contra as matas naturais. Basta considerar que muitas essências que fizeram o renome das nossas florestas o tornaram o País conhecido no estrangeiro, desapareceram do cenário. Entre elas citaremos o Páu Brasil. Se ele foi abundante em outras épocas, hoje é madeira rara. As terras sêcas do Nordeste, admite-se que em tempos idos tenham sido cobertas de matas.

A devastação inclemente, que foi um crime contra o nosso patrimonio floristico, continua impiedosa e tremenda do Acre ao Rio Grande do Sul. Por tôda parte o machado sacrilego derriba os *vetustos exemplares das últimas reservas* das florestas do País. As leis e os Códigos têm sido impotentes para deter a *tremenda derribada* das matas e os seus representantes continuam caindo aos golpes dos lenhadores, desde os arredores de Manáos no Amazonas, ás matas da Gavea e da Tijuca, no Rio de Janeiro, até na Serra do Mar, em demanda do porto de Santos, em São Paulo. Não ha limite á sanha destruidora do machado, neste País que é o paraiso das industrias extrativas. A nossa agricultura, como a pecuária têm sua base nesse rotineiro sistema; servindo á exportação de produtos de sobremesa, e a uma politica economia de aspectos coloniais, que só atendo ao que os mercados estrangeiros *pedem e se mostra incapaz de produzir* outras mercadorias criando mercados para elas.

Não saindo do jogo de tal escravização colonial, não produzimos o que poderiamos ter; mas sómente aquilo que o estrangeiro nos quer comprar e a preços por eles impostos.

Semelhante attitude comoda, em cêrca de 5 *séculos* de existência do Brasil, nos mantem na situação de um País colonial, de matas devastadas, de terras depredadas, de rebanhos inferiores, raquiticos e mestiços; de absoluta carencia de tôdos os produtos alimentares; de uma população do interior faminta, doentia e de citadinos palradores, que se queixam como as rãs de "La Fontaine", pedindo um Rei, sem olhar para o quadro de desolação, que a sua inteligencia não tem capacidade de vêr atraz de si.

Dirigentes, leis e decretos ainda não foram capazes de organizar o Brasil. Perdemos o nosso rico patrimonio florestal, os oceanos verdes de cafezais desapareceram, secam os laranjais, os seringais não lacrimejam o latex precioso: apezar do quanto se tem escrito e falado, não temos agricultura racional, é precario o credito agricola, fornecido quando aparece, fóra de tempo. Não fomos ainda capazes de defender a nossa mizera produção por um sistema eficiente de cooperativismo. Não soubemos ainda fazer a alliança entre o capital, o homem e a terra. Uns usurpam os outros, procurando aniquilá-los e devorá-los.

Passam-se os tempos, mudam-se os governos e os problemas vitaes do País jazem como dantes e assim não temos produção organizada.

Uma época como a presente de um doloroso após guerra, que deveria ser de felicidade e de abastança, que deveria encontrar repletos os nossos celeiros, nos encontra desprovidos de tudo. Não temos pão, carne, açucar, leite, ovos, verduras e frutas e por último até o café, que foi até pouco tempo, nosso principal produto de exportação, não existe.

No tocante ao problema geral do reflorestamento e em relação a S. Paulo ele se apresenta de uma importância primordial.

Quem viaje da Capital do Estado em qualquer direção, de estrada de ferro, ou de rodagem, encontrará o triste deserto. Montanhas, encostas e vales, desnudos. São raras as matas, estas formam aqui e ali pequenos massiços. Quando se vê vegetação maior, é representa pelas capoeiras inexpressivas. De Estrada de Ferro poderá seguir o observador pela Paulista, a Mogiana, a Sorocabana, a Noroeste, a Araraquarense, a Douradense, em qualquer rumo e não encontrará senão raramente as matas, que tenham verdadeiro valor economico, a maioria são capões, já bastante explorados.

Dessa destruição em massa, resultou primeiro a perda das matas e a escassez da madeira para tôdos os fins. Sabemos que desde Jundiaí até o mais recondito interior na direção do oeste, ou noroeste, as florestas foram substituidas pelos cafezais. Ainda em 1907 e 1908, onde é hoje a chamada Zona do Noroeste, eram terras desconhecidas cobertas de matas e habitadas pelos selvicolas. Hoje aí são raras as matas e já os cafezais estão desaparecendo.

Efeitos sôbre o clima. — O fato de se haverem derribado impunemente e de roldão quasi todas as matas do Estado, determinou uma radical modificação do seu clima. Em parte o fenômeno foi atenuado durante o tempo em que as terras dos morros, de suas encostas e mesmo das planicies, se achavam cobertas de cafezais. A crise de 1930 para cá, levou os fazendeiros a cortar e a

Sabe-se que há a erosão geológica, na qual os terrenos apresentam seus aspetos naturais primitivos, as matas e as rochas, pela ação dos ventos e das aguas, operam a desagregação destas, daí resultando a formação dos sólos das baixadas. Igualmente ajudam o fenômeno constante de desagregação das rochas, o frio, o degelo, o calor, as plantas, desde os lichens ás plantas arbustivas e ás próprias arvores. Esse é o labor quotidiano da natureza. Nele o homem não entra com nenhuma parcela. Tôdo esse longo processo se realisa sem a intervenção do homem.

E há a erosão que se opera em razão da ação humana, desmudando as montanhas e os seus flancos, abrindo caminho assim ao arrastamento do sólo, pelas enxurradas no periodo das chuvas.

Aquele é um fenômeno normal, enquanto este poderia ser evitado, se não fosse a atitude imprudente do homem derribando as matas, onde são indispensaveis como meio de evitar o arrastamento das terras da superficie.

Quando nenhum dique se ofereco a semelhante ação nefasta, seus efeitos são tremendos, dentro de 30 a 40 anos, conforme os tratos dados aos terrenos e ás culturas, são arrastados pelas aguas pluviais, não só a sua camada arável, como os elementos minerais nela contidos, que são os alimentos das plantas.

Felizmente e em bôa hora, a Secretaria de Agricultura, no Instituto Agronômico de Campinas e no Fomento, mantem Serviços de Combate á Erosão, dotados de técnicos e de máquinas, com o objetivo de realisar trabalhos que visam evitar por vários meios, os terriveis efeitos da erosão sôbre os sólos.

Na Secção de Controle e Combate á Erosão, do Instituto, estão sendo realisadas pesquizas interessantes no tocante ao desgaste do sólo pela erosão. No momento ainda não é possivel divulgar esses dados. Por eles vê-se que, os sólos muito mobilisados pelas máquinas, como é o caso da cultura do algodoeiro, sofrem um desgaste maior, que em culturas permanentes, como o cafeeiro, de que os terrenos cobertos de pastagens, o do que os de matas, nos quais o arrastamento é praticamente nulo.

Em razão de tais estudos verificou-se que em 10 anos um terreno cultivado com o algodoeiro e sem defesa, perde completamente a *camada arável* e os depositos de sais minerais nela contidos.

Como não podemos utilisar tais elementos, então nos valemos do que escreve a respeito o Dr. Alvaro de Souza Lima sôbre a America do Norte, o de dados de 1934, relativos a uma area de 1.900.000.000 de acres. São eles os seguintes:

"37% ou 700.500.000 acres, em sua maioria planos ou suavemente ondulados e florestados, em os quais a erosão era desprezivel;

41% ou 755.600.000 acres com erosão moderada, onde de um a três quartos da superficie original do sólo fora atacado;

12% ou 225.000.000 de acres, com erosão sevem, perdidas mais de três quartas partes do sólo original da superficie;

3% ou 57.200.000 acres de terras inteiramente destruidas pela lavra;

7% ou 114.700.000 acres de mesas, canyons, montanhas demasiado *ingremes e outros* tipos de terra inaproveitaveis".

Procurando pôr uma barreira a tamanho desgaste dos sólos, os americanos propuzeram reflorestar intensamente. O govêrno americano adquiriu em 1939, 155.200.000 acres, dos quais ..... 133.400.000 deveriam ser reflorestados; além de melhoramentos em 11.235.000 acres de terras particulares, seja um total de 144.635.000 acres, ou em alqueires paulista: 24.300.000".

O Dr. Souza Lima compara esse algarismo com a área coberta de matas e capoeirões em S. Paulo, que os algarismos oficiais computavam em 1934, em 3.262.928 alqueires.

Na America do Norte tem sido possivel harmonizar a ação do Govêrno com a dos particulares no plano de reflorestamento sistematico das terras.

Em S. Paulo felizmente, movimento *semelhante se tem conseguido*, numa ação conjunta do Govêrno, das Emprêsas de Estrada de Ferro e dos particulares.

Quem observe o nosso interior de qualquer Estado, desde o Amazonas até S. Paulo, terá deante de si os mais tristes efeitos da erosão.

No extremo norte é a aliança tremenda da erosão geológica, com a erosão provocada pelo homem. Ali derribam-se as matas ás margens dos grandes e pequenos rios; sucedem-se as pesadas chuvas; vêm as cheias dos cursos dagua maiores e de seus afluentes, que se avolumam cada dia com a quéda de chuvas as suas cabeceiras, como ao longo de tôdo o seu curso; encontrando as aguas pluviais por tôda parte as matas derribadas arrastam para o leito dos rios terras e árvores; estas caminham pela caudal e formam os bancos de areia de seus leitos, onde dentro em pouco aparecem ilhas que se fixam, ou são mais tarde arrastadas e flutuam sôbre as aguas.

Esse é o fenômeno que ocorre no Amazonas, no Pará, no Maranhão e no Piauí, nos seus principais cursos d'agua. Semelhante erosão torna difícil a navegação dos rios desses Estados, onde por vezes grandes árvores e blócos de terra, descem mansamente a caudal. As aguas formam terrenos aqui, desmanchem ali e voltam a formar aculá.

Fato semelhante ocorre em S. Paulo em algumas de suas regiões onde há cursos d'agua maiores. Nesses lugares tambem as terras das margens sofrem a influencia da erosão.

Dada, porém, sua topografia montanhosa e o desnudamento de suas serras e flancos, olhando-se essas partes, de passagem pelas estradas de ferro ou de rodagem, veremos nos morros por tôda parte, os caminhos que as aguas pluviais têm feito; tanto nas terras desnudas, nas de culturas, como nos pastos; as vezes abrem-se profundas crateras em tôdas as direções do Estado. E o fenômeno se repete sempre que sobrevem uma chuva forte. O mais evidente atesta desse aspeto se encontra nas peladas dos cafezais e no estado das ár-

vores da maioria das lavouras sobreviventes à crise porque atravessamos.

Consumo das madeiras. — Vimos como as matas são fatores decisivos no equilíbrio da vida sôbre a terra, regulando o clima e preservando os sólos. Desse conjunto de fatos resulta como imperativo maximo a necessidade de preserva-las onde ainda existem e de torna-las, onde hajam desaparecido.

Ao par dessa necessidade póde-se dizer indireta, mas que é importante, precisamos de matas, para fornecer às exigencias domesticas, das industrias que se utilizam de madeira, como combustivel, quer sob a forma de lenha, quer de carvão, inclusive o grande consumo das nossas Estradas de Ferro em combustivel desse tipo.

A vida moderna cada dia cria novos usos para as madeiras, necessidades variadas aparecem para o seu aproveitamento constante.

Daí decorre a conveniencia de manter reservas florestais, onde seja exequivel. Ainda agora volta o entusiasmo pela cultura do cafeeiro, os excelentes preços de venda do produto, a sua falta nos mercados internos, induzem os lavradores a plantar café. Entretanto, em vez de faze-lo em terras velhas, nas quais diversos lavradores têm formado com êxito excelentes lavouras, seguindo a secular rotina de tôdos os tempos, em muitas fazendas onde se está plantando o café os agricultores mandam derribar os remanescentes de suas matas, em suas propriedades, o aí fazem as suas novas culturas. Vê-se deste fato, que, apezar das modificações sensiveis que o clima do Estado tem sofrido, apezar dos *terriveis efeitos da erosão, apezar da* falta de madeira que tôdos sentem, inclusive esses mesmos lavradores que mandam derribar mato e plantar café nas terras virgens, a prática rotineira continua. Não se pense e não se diga, que sejam espiritos incultos que assim fazem, não: a pratica é repetida nas fazendas de muitos lideres, que clamam *junto conosco pela desatino* secular da derribadas das matas. Práticas seculares como esta, custam a ser vencidas.

Acontece aqui um fenômeno psicologico interessante. Tôdos que assim agem, o fazem em razão de dois fatos principais: um a velha rotina de plantar cafezais em terras virgens de mato; outro a falsa noção de posse. O homem que se julga dono de si, daqueles que o cercam, parentes ou colonos, das casas e das fazendas, nestas de terras, haveres dentro delas e das matas inclusive, entende que se tudo isso é seu e se deve plantar o cafeeiro em terras de mato, ele manda derribar o mato e plantar café. Não se lembra do elementar principio de direito, pelo qual cessa o nosso direito de posse sôbre as cousas, quando estas interessam a coletividade.

É o que está acontecendo com as quédas d'agua e as riquezas do sub sólo. Não importam a quem pertençam as terras da superficie; mas, as aguas que se precipitam do alto e os minérios, pertencem ao Estado. Igualmente ha legislação a *respeito das matas*, dispondo sôbre as reservas florestais e as derribadas, que devem ser fiscalizadas e em certos casos proibidas. São estes os casos difíceis de aplicação das leis, pela extensão dos objetos pelos quais se pretende zelar, pela falta de educação social e civica do povo, pela impunidade dos fiscais, e pela impunidade dos delitos. E assim os donos de terras que tem matas, derribam-nas, porque julgam que não têm satisfação a dar a ninguem; nem a fiscais e nem ao Estado. Esquecem-se eles de que o Estado não pretende fazer-lhes uma coação, o zelo do Estado procurando preservar as matas, não póde atingir o beneficiar uma entidade abstrata, como é o Govêrno, que na realidade somos tôdos nós, senão que, se pretendendo preservar as matas, cuida a lei, e aqueles que a fizeram, do principio salutar e altruistico, de preservar os proprios bens e interesses, daqueles que atentando contra os seus bens particulares, atentam contra os interesses da coletividade.

Preservar as poucas matas ainda existentes aqui e ali, não é uma exigência descabida, é imperiosa necessidade para o seu possuidor e para quantos vivem dentro e até fóra das fronteiras do Estado.

Não se pretende coagir ninguem. O que tôdos os homens de bôa vontade pretendem, é mostrar áqueles que ainda possuem matas, que elas são necessárias a eles próprios e à communidade.

Como são grandes as necessidades de madeira do mercado, pequenas as poucos reservas de matas naturais ainda existentes, parece como um imperativo da época a conveniência de um reflorestamento intensivo, constante e metódico.

A aplicação das madeiras na vida moderna dos grandes centros não diminuiu; pelo contrário tem aumentado. Houve sim uma variação de meios de utilisação das madeiras. Como combustivel, como elemento básico das construções civis e navais, até a prima para a industria da celulose, para só lembrar alguns aspetos do consumo de madeiras, as suas exigências se multiplicam cada dia. Só as aplicações da madeira laminada, seja na marcenaria e na construção civil, como está acontecendo na America do Norte, como lembra o Dr. Alvaro de Souza Lima, nas vigas e arcos laminados e colados, de vãos até de 60 metros, como o uso crescente dos tacos em pavimentação e blócos de madeira, *caixas, recepientes* industriais, dormentes e postes, são modalidades novas valiosas que se apresentam às madeiras.

A industria quimica de hoje faz das madeiras diversas maravilhas, desde o papel sôbre o qual escrevemos, até aos tecidos sintéticos e aos plásticos de celulose.

Do modo que, as aplicações das madeiras na vida moderna se multiplicam. As madeiras brancas pelos tratamentos quimicos que sofrem pódem se tornar rijas e resistentes e serem aplicadas como dormentes das Estradas de Ferro. Mesmo entre nós este tipo de madeira que não tinha valor, passa agora a ser considerado importante.

E por isso, em tôdos os Paises técnicos e dirigentes., se preocupam com a sorte das matas, pregando os dois princípios: preservar as matas existentes, mesmo as

de madeira branca e formar florestas onde seja possivel. O consumo das madeiras é grande nas dias que correm e será maior amanhã, em razão do surto sempre crescente das industrias.

Nós que tivemos *ricos repositórios de* matas, já sentimos cada vez mais premente a sua falta. Cada dia escasseiam as madeiras para os usos mais elementares. Enquanto mais avançam para o interior as derribadas, mais longe vão ficando as madeiras e mais difícil seu transporte e aproveitamento; mais caro o seu custo.

Acresce outra circunstância, o corte e o transporte das madeiras exigem mão-de-obra e equipamento especiais, ambos caros e difíceis. Tambem pelo vulto de tais instalações modernas, custosas, é preciso que em cada lugar, hajam matas cuja volume e extensão, permitam sua utilisação; senão temos de cair como geralmente acontece, nos processos antiquados de corte e de transporte das madeiras, que tornam difícil e anti-econômica por vezes a exploração *de certas matas, em determinados* pontos.

Em razão de tudo isso, e principalmente pela insuficiência das matas em S. Paulo, e o crescente consumo de madeiras, se desenha cada vez mais intensa, a falta que elas fazem para todos os usos modernos. Procurando dar uma *idéia do consumo de madeira* no Estado de São Paulo, o Dr. Alvaro de Souza Lima, no estudo que temos sob os olhos, aprecia o gasto de lenha e o transporte de madeira, de 1932 a 1941, em duas das Estradas de Ferro do Estado, a Sorocabana e a Mogiana, e apresenta o sugestivo quadro seguinte:

Ano	*Consumo de lenha em m³*			*Madeiras transportadas pela E.F.S.* (*toneladas*)
	C.M.	E.F.S.	*Total*	
1932	640.747	1.058.915	1.699.662	207.726
1941	827.307	2.058.122	2.885.429	579.115

Analisando o quadro considera que nos 10 anos em apreço aumentou de 70% o consumo de lenha das duas Estradas e o transporte de madeiras, só pela Sorocabana tem um aumento de 178%.

É o bastante para dar uma idéia da perspectiva do problema, que se apresenta ao nosso estudo. Foram apreciadas no quadro apenas duas Estradas. Se considerarmos o consumo das outras: a Paulista, a Noroeste, a Araraquarense, a Douradense e outras; das industrias e do uso doméstico na Capital e no interior, havemos de convir que ele será bastante grande, tanto mais que, crescem as populações das cidades e com o surto de progresso que daí decorre, aumentará sempre o consumo das madeiras.

Considera o Dr. Alvaro de Souza Lima, que computando-se o consumo da São Paulo Railway e da E. F. Central do Brasil (Ramal de S. Paulo), o consumo acima referido fica aumentado em mais de 1.500.000 m³ de lenha anuais.

A Secretaria da Agricultura em um trabalho a respeito da matéria avaliou em 750.000.000 m³ a quantidade de lenha que podem dar as matas existentes no Estado e em 25.000.000 m³ o consumo anual de lenha pelas estradas de ferro, pelas industrias e domestico. E por esses dados, deduz que as matas do Estado, ainda podem garantir o consumo de lenha durante 30 anos.

O Dr. Souza Lima, aduzindo considerações em tôrno do que ocorre nos Estados Unidos, do surto de progresso de tôdas as industrias do Estado e o aumento da população, julga que antes de 30 anos estarão esgotadas as reservas de matas de S. Paulo, mesmo admitindo-se a renovação dos cerrados e das capoeiras.

Necessidade do Reflorestamento. — Em face de dados tão alarmantes o Governo de S. Paulo, as Emprêsas particulares, e os lavradores não deverão esperar que decorram os 30 anos do calculo supra para intensificar o reflorestamento das terras.

Tôdos sentem a falta que fazem as madeiras para tôdos os usos. Devemos considerar que 30 anos na vida de uma criatura é muito, o mesmo período na vida de um *Estado ou País nada* representa. Quantas modificações se deram em S. Paulo em 30 anos, só no tocante ao problema das florestas. Dissemos de começo que em 1908, a Noroeste era uma vasta região coberta de seculares matas; hoje, onde estão elas? Nem se poderão encontrar mais as cinzas de suas madeiras. Ha lavouras, cidades, estradas e industrias, nos pontos onde existiram as matas.

Daqui a 30 anos continuando o atual consumo de madeiras, de lenha e de carvão, sem um reflorestamento intenso e sistemático, o que acontecerá? Ninguem sabe.

Vê-se agora que, apezar do interesse do Govêrno do Estado pelos seus orgãos oficiais, das Emprêsas de Estradas de Ferro e outras e dos lavradores, o reflorestamento se processa muito lentamente, em relação às derribadas e ao constante aumento do consumo.

Nestas condições reflorestar é um imperativo para tôdas: govêrnos e particulares. Plantar árvores é uma campanha que se deve intensificar por tôda parte. Como tocam as sirenes anunciando o fogo, deve-se anunciar ao povo, que breve faltará lenha para tôdos os usos. Se não reflorestarmos não será difícil que venham a parar tôdas as fornalhas que consomem lenha, nos lares, nas padarias, nas cerâmicas, nas fábricas de tôdos os tipos, nas locomotivas, nas grandes e pequenas usinas que fabricam tudo.

Não se admirem os posteros daqui à 30 anos, se ficarem sem lenha, como ficamos hoje sem café, sem agucar, sem *pão, sem carne e outros artigos.* Antes de 1930 se alguem dissesse a um brasileiro, que a sua metrópole ficaria sem

café, que Santos, o principal porto de exportação desse produto ficaria sem ele, ninguem acreditaria na profecia. Entretanto em 10 anos foram-se os cafeeiros dos oceanos verdes das lavouras paulistas; e a verdade é que não temos café para nós!

Consideremos que a profecia da falta de madeira e de lenha, não é nossa. É oficial, e baseada em dados estatísticos. De modo que, o assunto deverá preocupar o govêrno e tôdos os interessados.

Nesta altura e deante do que dissemos — Reflorestar não é uma fantasia entusiastica de técnico, é ao contrário uma medida de salvação pública em São Paulo, para um futuro muito proximo. Hoje sentimos os efeitos da falta das matas que as derribadas recuaram para o sertão longinquo, no clima e no sólo do Estado; dentro de pouco tempo a falta de lenha fará parar tôdas as fornalhas.

É interessante. Sempre legislamos com acerto; a dificuldade é pôr em prática o que dizem os textos legais.

O problema do Reflorestamento está perfeitamente previsto no Código Florestal, aprovado pelo Dec. n.º 23.793, *de 23 de Janeiro de 1934 e cuja* execução foi confiada aos Estados, nas zonas de sua jurisdição, pelo Decreto lei n.º 2.014, de 13 de Fevereiro de 1940.

Transcrevemos os artigos que mais interessam este nosso estudo:

"Art. 13 — As terras de propriedade privada, cujo florestamento, total ou parcial, atendendo a sua situação topográfica, for julgado necessário pela autoridade florestal, ouvido o Conselho respectivo, poderão ser desapropriadas para esse fim, se o proprietário não consentir que tal serviço se execute por conta da Fazenda Pública, ou se não o realizar elo próprio, de acôrdo com as instruções da mesma autoridade.

§ 2 — Em se tratando de terras inexploradas ou inaproveitadas para fins econômicos, o Poder Público poderá fazer o reflorestamento sem desapropriá-las, ficando a floresta resultante sob o regime decorrente dos dispositivos deste Código.

Art. 28 — As emprêsas siderúrgicas e as de transporte no gozo de concessões ou de outro favor oficial, são obrigadas a manter em cultivo as florestas indispensaveis ao suprimento regular da lenha ou do carvão de madeira de que necessitarem, em áreas estabelecidas de acôrdo com a autoridade florestal..."

Nos dispositivos citados, o que é necessário fazer, está previsto, resta que os homens incumbidos de seu cumprimento se resolvam a cumpri-lo. E as providências não fiquem na letra do Código e venham para o campo, fazendo cobrir de matas, sistematicamente tôdas as partes desnudas que deverão ser reflorestadas.

Se fossemos um povo previdente o Código Florestal estaria por tôda parte sendo cumprido compulsoriamente, e não esperariamos pachorrentamente chegar os 30 anos da profecia oficial para que São Paulo fique sem lenha!

É natural que amanhã venha faltar a lenha. A diferença no caso é que, arroz e milho, dão em 8 mêses, contados da plantação ao armazem; e o Eucalipto leva para se formar e dar lenha, apenas 8 anos!

Reservas florestais da zona da Mogiana. — É grave a situação da zona da Mogiana em relação às reservas florestais, ao desnudamento do sólo, aos efeitos da erosão e à quéda de produção de sua agricultura e pecuária.

De modo que aí se impõe como necessidade inadiável o reflorestamento imediato de suas terras desnudas dos altos e flancos das serras.

As estatisticas demonstraram que na zona Mogiana é onde há menores reservas de matas e de capoeirões; senão vejamos, pelos dados de 1937/38 — São Paulo apresentava a média de 24,11% de matas e nos municipios da Mogiana eram no 6.º Distrito de 13,02 e no 8.º de 9,85% as áreas de matas e cerrados, equivalendo a 114.621 alqueires.

O Serviço Florestal da Estrada calcula, diz o Dr. Souza Lima, em 600 m³ a produção de lenha em alqueire de mata e de 150 a 200 m³ a de cerrado.

Considera o mesmo autor que em 5 anos, no periodo de 1937 a 1941, a Estrada tenha gasto 4.111.992 m³ dos quais 3.500.000, tenham vindo da zona paulista e admitindo o consumo de apenas 1,5 m³ de lenha para cada habitante, no periodo estudado, ter-se-iam gastos 7.500.000 m³ de madeira e de lenha, somados no consumo da estrada teriamos: — 11.000.000 de m³.

Tomando ele a média 400 m³ em alqueires, vê-se que foram destruidos 27.500 alqueires de matas e cerrados.

Atualisando tais algarismos o citado autor propõe a redução da área coberta de matas e cerrados em 90.000 alqueires que darão com o coeficiente de 400 m³ alqueires — 36.000.000 m³.

E assim, admitindo-se o consumo anual de 2.000.000 m³ de lenha, em 18 anos acabar-se-ão as reservas de madeira da zona, se não houverem novos plantios. Mesmo que se refaçam os cerrados da região — é possivel que dentro de 15 a 20 anos estejam esgotadas as atuais reservas de madeiras.

Tais algarismos denunciam um fato alarmante que pede a atenção dos governos, da estrada e dos particulares. Deante de semelhante situação o reflorestamento é um problema importante para a Mogiana, principalmente tendo em vista o tempo que leva a formação de uma plantação de Eucalipto, a mais precoce das madeiras.

Lenha consumida. — Apezar de quanto foi posto em prática pela direção da Mogiana no sentido de diminuir o seu consumo de lenha, houve um aumento anual médio de 2,5%, comparando-se o gasto de 1937 expresso eb 760.957 m³ e o de 1941, em 827.367 m³, analisa o Dr. Souza Lima.

Considere-se o que representa para essa Estrada, como para as demais o preço de aquisição da lenha e o seu transporte sabendo-se que cada vez mais a lenha se afasta dos Depositos de abastecimento das Estradas. Semelhante

transporte acarreta dois inconvenientes, o desgaste do material rodante nos percursos de ida e volta, e a perda do tempo e do espaço do mesmo, que deixa de transportar outras mercadorias, as quais produzem a renda dos fretes, sem contar, como dissemos, a despêsa em si do transporte: pessôal e combustível.

O consumo total da lenha pela Mogiana está calculado em 827.307 m³.

Deante do problema sério que representa para a Estrada a questão da lenha como combustível, a Companhia tomou uma série de medidas que se acham em plena execução.

O reflorestamento das terras às suas margens para futuros abastecimentos de seus Depositos de lenha é um dos numeros desse programa, adeante damos os detalhes desse plano. E esta uma parte de execução lenta e que requer a colaboração do fator tempo. Simultâneamente resolveu a Diretoria da Estrada, a modificação do traçado de sua linha tronco, dando-lhe novas condições técnicas, com rampas de 0,5% e curvas de raio mínimo de 600 metros, fazendo-se o seu encurtamento, pela retificação cada vez maior do traçado. De semelhante conjunto resulta a possibilidade de um tráfego mais rápido. Acresce ainda que no novo traçado já em construção, diminuir-se-á o numero de Estações, o que encurtará as demoras dos trens. Está se processando a aquisição de novo material rodante, com locomotivas tocadas a óleo Diesel, carros e vagões de carga e gondolas. Tudo isto redundará na maior velocidade dos trens, que poderá chegar a 95 klm. à hora; no encurtamento do tempo de viagem de Campinas a Ribeirão Preto, que passará a ser de em 4,5 à 5 horas; e na economia de combustivel pela substituição da lenha pelo óleo Diesel. Esta circunstância virá dentro de pouco tempo reduzir consideravelmente o consumo de lenha pela Estrada. Tanto assim que depois de prontas tôdas as obras e posta em tráfego a nova linha tronco, ter-se-á que modificar o sistema de abastecimento da estrada, organisando outra distribuição dos seus Depositos de lenha.

Tôdas estas medidas estudadas em conjunto e prudentemente, levarão a duas consequencias agradáveis, a primeira dar maior eficiencia à estrada, permitindo-lhe servir melhor a vasta clientela de sua zona, no transporte de passageiros e cargas; a poupar as mattas, pela possivel economia no consumo da lenha.

Ambos os planos: o do Reflorestamento e o da reforma da linha, embora atacados com intensidade, serão de resultados morosos, porque plantar e construir, requerem tempo. Todavia estão em marcha. E a administração da Estrada está sempre vigilante no tocante ao problema da lenha, poupando o que póde, e evitando os desperdicios. Ela é o alimento das fornalhas de suas locomotivas, mas, é tambem fonte de despesas pesadas no custeio da Estrada.

Foram por isso estudadas cuidadosamente tôdas as circunstâncias que poderiam ser postas em prática para diminuir cada vez mais, o atual consumo de lenha.

Reflorestamento da Mogiana. — A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro sentindo cada vez mais premente a necessidade de produzir lenha para ser queimada nas suas locomotivas, problema tanto mais grave quanto cada vez mais escasseia a lenha em razão da desordenada devastação das mattas de São Paulo, já assinalada, decidiu-se a adquirir propriedades e plantar eucaliptos.

Iniciou os seus trabalhos de reflorestamento adquirindo a Fazenda Mogiana em 1922. Em 1.º de Janeiro de 1936 foi criado o Serviço Florestal, intensificaram-se os trabalhos de reflorestamento, adquirindo a Companhia diversas propriedades e hoje possue as seguintes:

Fazenda Mogiana — Estação de "Vergel"	.....	499,50 alq.
Horto de "Antonio Mercado" — Ramal de Mococa	.....	332,95 "
Horto de "Areia Branca" — Estação de Ipaussi	.....	1.075,00 "
Fazenda "Santa Maria" — Estação de Canaan	.....	1.150,00 "
Fazenda "Jatahi" — Estação de Luiz Antonio	.....	3.637,41 "
Fazenda "Bôa Sorte" — Estação de Bôa Sorte	.....	1.185,00 "
Horto de "Pequi" — Posto de Pequi	.....	830,56 "
Horto de "Guedes" — Estação do Guedes	.....	0,72 "
Horto de "Mogi-Mirim" — Estação de Mogi-Mirim	....	3,00 "
Horto de "Ribeirão Preto" — Estação de Rib. Preto	....	7,00 "
TOTAL	.....	8.756,23 alq.

O número de Eucaliptos plantados nestes diversos estabelecimentos, é o seguinte:

Fazenda Vergel	—	26/11/1920	—	2.381.946
Horto Antonio Mercado	—	21/ 9/1935	—	1.760.819
Horto Areia Branca	—	31/12/1945	—	939.435
Fazenda Santa Maria	—	31/12/1945	—	2.221.036
Fazenda Jatai	—	31/12/1945	—	324.484
Fazenda Bôa Sorte	—	31/12/1945	—	1.344.250
Horto de Pequi	—	31/12/1945	—	360.950
Horto de Guedes	—	31/12/1945	—	24.000
Horto de Mogi-Mirim	—	31/12/1945	—	15.000
Horto de Ribeirão Preto	—	31/12/1945	—	32.700
		TOTAL	.....	9.604.622

No último ano a Companhia intensificou o plantio de eucaliptos, principalmente em Areia Branca, Jatahi, Bôa Sorte e em menor escala no de Pequi. Para os dois outros Hortos de Areia Branca e Jatahi o programa traçado era para o plantio de um milhão de pés em cada um. Vários fatores prejudicaram um pouco a marcha dos trabalhos.

Os Hortos de Vergel, Antonio Mercado e da Fazenda Santa Maria, praticamente têm tôdas as terras disponí-

veis cobertas de eucaliptos, havendo sido reservadas pequenas áreas proximas ás suas sédes para culturas annuais.

Nos Hortos de Santa Maria e Jataí o Serviço Florestal da Companhia iniciou ultimamente, o plantio de outras essencias que pódem ter valor para os trabalhos de reflorestamento, cujas mudas se acham em observação.

Em tôdos estes Hortos o serviço mantem viveiros bem instalados com agua corrente, de modo a facilitar a réga das mudas. Várias normas foram adotadas com o objetivo de facilitar a semeadura, a repicagem e o transporte das caixas dos viveiros para os campos de cultura. Em Jataí fizeram-se experiencias de plantio de cereais, milho e arroz no periodo de formação dos eucaliptos e com bons resultados.

Nos Hortos de Pequí e Santa Maria a Companhia fabrica caixas para o serviço de repicagem das mudas.

O trabalho de roçada, plantio e formação dos eucaliptos; bem como tôdo o serviço do corte nas plantações já formadas e que estão produzindo lenha, como nos Hortos de Vergel e Antonio Mercado, os serviços são executados por meio de empreitadas, fiscalisadas pelos técnicos da Companhia e assistidas pelos Administradores das Fazendas e Hortos.

Ultimamente a Companhia tem admitido para a direção de algumas Fazendas e Hortos, profissionais de Agronomia. Isso aconteceu na Fazenda Santa Maria e no Horto de Jataí e na Fazenda Bôa Sorte.

Embora o objetivo principal da Companhia fosse a produção de lenha, pelo plantio intensivo dos eucaliptos, ela manteve nessas Fazendas e *Hortos, culturas* annuais e a criação de animais para aproveitar determinados terrenos e facilitar o custeio dos serviços.

Precauções a tomar: — É indispensavel reflarestar, não ha duvida. Todos os esforços de particulares, companhias e dos govêrnos deverão ser no sentido de uma intensa campanha de reflorestamento.

Entre, porém, a conveniência de se atender a tão importosa necessidade e algumas medidas erradas que se estão tomando, *há* um meio termo que precisa ser atendido.

Há quem se proponha a plantar eucaliptos enchendo tôdos os terrenos de sua Fazenda *de arvores, repetindo o* erro que se cometeu com o café. Temos encontrado casos em que as plantações de árvores tomam até os quintais de casas de colonos; e estas desaparecem entre a plantação. Noutros casos os cafezais antigos foram cobertos de eucaliptos, quando eram lavouras que poderiam ser restauradas. E certo que *durante 10 anos, a situação do café* não permitia que os lavradores lhes dispensassem cuidados, tanto que a maioria das lavouras desappareceu. Todos os tratos apontados indicam que os eucaliptos dessas Fazendas foram plantados em terras de cultura.

No momento o *café* está dando dinheiro e não o temos em quantidade *suficiente* para *satisfazer* o consumo interno e atender as necessidades dos mercados mundiais. Também é alto negocio plantar eucaliptos, porque, como demonstramos, na falta de madeira e de lenha e o produto de um eucaliptal é bastante rendoso, para animar a sua plantação. Então quer dizer que precisamos tanto do *café, quanto do eucalipto*; deverá sim haver critério na escolha das terras para a plantação deste.

Em cada propriedade dever-se-ão procurar os morros e fraldas destes; as partes pedregosas e mais sêcas; e as terras de segunda; é anti-econômico planta-lo em terras de cultura e nas planicies que se podem aproveitar com *outras lavouras. Isso* representa um desperdicio das terras. Dissemos anteriormente que o Lavrador deverá considerar sempre a sua posse das terras de caráter precário; elas de fato pertencem ao Estado, ao Paiz; de modo que, o aproveitamento que delas se pretenda fazer, deverá atender aos interesses de seu proprietário ocasional e os da coletividade.

De outra maneira, comete-se um erro em detrimento próprio e da coletividade. Um dos nossos grandes males entre outros, é pretender resolver os problemas unilateralmente, nunca num plano de conjunto, abrangendo tôdos os aspétos técnicos, econômicos e sociais; por isso, não temos generos de primeira necessidade para a alimentação do povo, não temos madeira, não possuimos gado e seus sub-produtos.

Cada lavrador se preocupa e mal, com uma cousa, não procurando vêr o conjunto dos interesses coletivos. Fomos sempre monocultores de artigos de sobremesa; tivemos uma agricultura e pecuaria puramente extrativa acentuamos de principio.

E assim o após-guerra nos encontrou desprevenidos de tudo, como creaturas imprudentes que não souberam prever e prover suas próprias necessidades.

A lição destes dias difíceis que tôdos estamos passando, deverá servir para que procuremos mudar de rumo, tomando uma orientação criteriosa, prudente e norteando as iniciativas agricolas, em bases racionais e metódicas. Devemos considerar passada de vez a época do empirismo agricola.

Outro aspéto importante a considerar, é a necessidade de fazer a formação dos eucaliptos em bases econômicas. Atravessamos uma época de terras caras, mão d'obra difícil e cara, de carencia e alto custo de tôdas as utilidades, de modo que, as plantações que se pretendam fazer devem obedecer a metodos produtivos. Assim as terras de cerrado *ou as de* segunda, de planície, deverão ser aradas, fazendo-se depois a calagem; sendo possivel e havendo tempo, será vantajoso plantar primeiro uma leguminosa, que poderá ser o feijão mucuna; na época das chuvas do ano seguinte, faz-se a plantação de eucaliptos; nessa ocasião poder-se-ão plantar: a mandioca, o arroz e o milho. Estes *dois ultimos foram experimentados* com exito em terras de segunda, de cerrado, na Fazenda Jataí da Companhia; a primeira plantou-se com resultado em Mogi-Mirim. Estas culturas intercalares, ajudam a formação dos eucaliptais.

facilitando o trabalho dos empreiteiros, dando-lhes uma renda subsidiária, indenizando parte das despêsas de sua formação, aproveitando a terra para tais culturas e proporcionando na Fazenda a produção de gêneros alimentícios. Em terras altas de morros, nas fraldas destes, e nas partes pedregosas naturalmente, não será possível fazer nenhum trato mecânico; mas, nessas podem-se semear logo os capins-gorduras ou jaraguá para manter a criação de animais: cavalares, ovinos ou caprinos.

No primeiro caso depois da colheita dos cereais devem ser semeados os capins, igualmente para aproveitar o terreno da plantação com a criação. Precisamos tanto dos animais, seus produtos e sub-produtos, que será anti-econômico desprezar o terreno, não o aproveitando com a criação dos animais citados.

Uma fazenda moderna deve tender para a policultura procurando cultivar tudo quanto seja possível e econômico. Não será demasiado insistir que precisamos ter gêneros alimentícios, ao par dos produtos de exportação, da madeira, como combustível, como é o caso do eucaliptos, ainda da madeira para os diversos fins industriais, como para as construções. Igualmente devemos intensificar e racionalizar nossa criação, ampliando o seu raio de ação.

Não façamos com o eucaliptos exploração exclusiva; seria repetir erros passados. Em tôdas as Fazendas e em tôdas as terras, há condições para outras atividades.

Dados econômicos: — Para dar uma idéia da importância econômica da exploração de uma mata de eucaliptos cito o exemplo da fazenda Monte Alegre, do Snr. Dr. Anesio Amaral, em Louveira. Ele plantou ali 600.000 pés de eucaliptos e calculava uma produção de 70.000 m³, correspondendo a 700 m³ de lenha em cada alqueire. A área completa era de cêrca de 100 alqueires. Vejamos as despêsas com a exploração desse eucaliptal:

Corte	3,60	por m³
Tombo e estrada ..	2,00	" "
Carreto até a Estação	6,00	" "
Empilhamento e carregamento	1,00	" "
Frete	11,00	" "
Extraordinário	1,00	" "
	24,60	por m³

Preço de venda Cr$ 55,00 por m³
diferença Cr$ 30,40 por m³.
70.000 m³ x 30,40 = Cr$ 2.128.000,00

O meu Colega Gastão de Faria, alto funcionário da Secretaria da Agricultura do Estado, e que teve a seu cargo a plantação de eucalipto para a Estrada de Ferro Central do Brasil, ofereceu à nossa consideração os seguintes elementos que ilustram o caso para demonstrar o valor da exploração de uma mata de eucaliptos.

Disse esse Colega: Em um alqueire de terra ou sejam 24.200 m² pódem-se plantar 5.000 pés de Eucaliptos, considerando o preço médio de Cr$ 1,00 para formação da cultura, temos que ela ficou por Cr$ 5.000,00.

Em terra bôa em 8 anos já se póde fazer o corte; em terras mais fracas em

8 anos. Nessa ocasião tira-se uma metade da plantação, uma rua sim outra não, evitando cortar as melhores árvores, portanto tirando as piores; mesmo assim obtem-se 400 m3 de lenha em alqueire, nesse primeiro ano e que póde ser vendido a Cr$ 15,00 o m³. Decorridos os 6 anos em terra bôa, e 8 em terras fracas, corta-se a metade dos Eucaliptos que ficaram ou sejam 1.250 postes, calculando em Cr$ 20,00 o valor líquido de cada paste, temos cêrca de Cr$ 25.000,00.

Depois de 15 ou 20 anos, restaram 1.250 árvores em cada alqueire, as quais darão no mínimo 1/4 de m³ de madeira para serraria, à razão de Cr$ 400,00 por m³, livre de despêsas, corresponde a Cr$ 100,00 para cada árvore de eucalipto. As 1.250 árvores a Cr$ 100,00 produzem Cr$ 125.000,00.

Eis aí a documentação do quanto representa a exploração de uma mata em 2 casos: a exploração de lenha e o aproveitamento integral da mata.

Aqui concluimos o presente trabalho esperando que nele encontrem os interessados alguma cousa de útil e proveitoso, certos de que plantar árvores em S. Paulo é uma medida de salvação pública, patriótica e de alta compreensão de dever social.

Biblioteca do Departamento

CATÁLOGO

MARIA RACHOU
Secretária da Chefia do D.E.E.

Memoriais, Relatórios e Anuários

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: Relatorios de 1924 a 1945 — 11 volumes.

Estrada de Ferro Sorocabana: Relatorios de 1924 a 1944 — 12 volumes

Estrada de Ferro Central do Brasil: Relatorios de 1943 — 7 volumes

Estrada de Ferro Goyaz: Relatorios de 1939 a 1945 — 3 volumes

Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: Relatorios de 1938 e 1939 — 1 volume

Souza Lima, Alvaro: Relatorios do D.E.R. — São Paulo, 1938 — 1 volume

Ministério da Agricultura: Bacia do Paraiba, Anuario Fluviometrico n.º 4 — São Paulo, 1943 — 1 volume

Ministério da Agricultura: Bacias do Rio Grande e do Rio Doce, Anuarios Fluviometricos n.º 2 e 3 — 1 volume

Telles, J. Q. e Testa, J.: Lavoura de São Paulo — São Paulo — 1 volume

Réde Mineira de Viação: Relatorios de 1943 e 1944 — Belo Horizonte — 2 volumes

1.º Congresso Pecuario do Brasil Central: Anais — São Paulo, 1942 — 1 volume

Retrospecto Comercial do Jornal do Comercio — 1940 a 1944 — Rio de Janeiro — 5 volumes

Département Fédéral de l'Economie Publique — Landwirtshaftliches Jahrbuch der Schweiz — Berne, 1945 — 1 volume

Ministério da Viação e Obras Publicas: Relatorio da Comissão do Patrimonio — Rio de Janeiro, 1922 — 1 volume

Dicionários

Igleisias, Dolores: Bibliografia e Indice da Geologia do Brasil, 1641 — 1942 — Rio de Janeiro, 1943 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatistica: Indice Alfabetico das Publicações de 1938 a 1944 — São Paulo - 1 volume

Michaelis: Dicionario Português-Inglês e Inglês-Português — New York, U.S.A., 1945 — 2 volumes

Lima, Hildebrando e Barroso, Gustavo: Pequeno Dicionario Brasileiro da Lingua Portuguesa — São Paulo — 1946 — 1 volume

Vocabulário do Termos Técnicos em 5 Linguas — Rio de Janeiro — 2 volumes

Furstenau: Dicionário de Termos Técnicos — Juiz de Fóra, 1947 — 1 volume

Estradas

Estradas de Ferro do Brasil 1945 — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Kalmback, A. C.: The Model Railroader Cyclopedia — Milwaukee, U. S. A., 1944 — 1 volume

Stabilini, L.: Lezioni di Construzionni Stradali e Ferroviarie — Padova, 1939 — 1 volume

Souza Lima, Alvaro: Estudos sobre a Remodelação do Tramway da Cantareira — São Paulo, 1935 — 1 volume

Transportes e Tarifas

Inspetoria Federal das Estradas: Estatisticas de 1935 a 1938 — Rio de Janeiro — 2 volumes

Johnson, Emory R.: Government Regulation of Transportation — U.S.A., 1938 — 1 volume

Walden, Charles F.: Fundamentals of Transportation — New York, K.S.A., 1942 — 1 volume

Locklin, D. Philip: Economics of Transportation — Chicago, 1946 — 1 volume

Pereira da Silva, Clodomiro: A Evolução do Transporte Mundial — S. Paulo — 5 volumes

Trevisani: Compendio Economia dei Transporti — Milano, 1939 — 1 volume

Trevisani: La Concorrenza fra la Strada e la Rotaia nella Politica Economica dei Transporti — Milano, 1937 — 1 volume

Departamento Nacional de Estradas de Ferro: Estatisticas de 1940 e 1941 — Rio de Janeiro, 1943 — 1 volume

Bigham, Truman C.: Transportation — Principles and Problems — U.S.A. 1946 — 1 volume

Administração, Legislação, Direito e Finanças

Diretoria de Viação: Leis, Decretos e Regulamentos — São Paulo — 9 volumes

Departamento Estadual de Estatistica: Divisão Judiciaria e Administrativa do Estado — São Paulo 1939 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatistica: Prontuario de Legislação Estadual e Estatistica — São Paulo, 1944 — 1 volume

Lytle, Charles Walter: Wage Incentive Methods — U.S.A., 1945 — 1 volume

Herrmann Junior, Frederico: Organisação Economica e Financeira das Empresas Industriais — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Anderson, E.H. e Schwenning: Organisação Cientifica da Produção — São Paulo, 1945 — 1 volume

Bevilaqua, Achilles: Codigo Civil Brasileiro — *Brasil, 1946* — 1 volume

Bevilaqua, Achilles: Codigo Comercial Brasileiro — Brasil, 1945 — 1 volume

Cezarino Junior: Consolidação das Leis do Trabalho — Brasil, 1945 — 2 volumes

Cavalcanti, Themistocles Brandão: Principios Gerais de Direito Admi-

nistrativo — Brasil, 1945 — 1 volume

Mendonça Junior, Luiz de: Curso de Organisação do Trabalho — São Paulo, 1946 — 1 volume

Carvalho, Daniel de: Estudos de Economia e Finanças — Rio de Janeiro, 1946 — 1 volume

Lobo, Pelágio: Questões de Impostos — São Paulo, 1938 — 1 volume

Lobo, Pelágio: Concessão Administrativa — São Paulo, 1934 — 1 volume

Lobo, Pelágio: Imposto de Renda — São Paulo, 1939 — 1 volume

Cantanhede, Cezar: Curso de Organisação do Trabalho — São Paulo 1946 — 1 volume

Mairo, Louis: Au dela du Salariat — Lausanne, Suissa, 1945 — 1 volume

Masi, V.: Statica Patrimoniali — Padova, Italia, 1945 — 2 volumes

Ministério do Trabalho: Boletins n.os 139 e 140 — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Saksena, Chandra R.: A Organisação e Administração Cientifica de Industria e Comercio — Rio de Janeiro, 1939 — 1 volume

Sociologia, Economia e Metodologia Estatistica

Canepa, Luis Rodolfo: Economia Agraria Argentina — Buenos Aires — Argentina, 1942 — 1 volume

Smith, Lynn: Sociologia da Vida Rural — Rio de Janeiro, 1946 — 1 volume

Buchanan, Norman S.: International Investment and Domestic Welfare — New York — U. S. A., 1945 — 1 volume

Mayo, Elton: The Social Problems of an Industrial Civilisation — Boston — U. S. A., 1945 — 1 volume

Lester, Richard A.: Economics of Labor — New York — U.S.A., 1945 — 1 volume

Koepke, Charles A.: Plant Production Control — U.S.A., 1944 — 1 volume

Fairchild, Furnis and Buck: Economics — New York — U.S.R., 1945 — 1 volume

Bounce, Arthur C.: Economics of Soil Conservation — Iowa — U.S.A., 1942 — 1 volume

Snedecor, George W.: Statisticad Methods — Iowa — U.S.A., 1946 — 1 volume

Schultz, Theodore: Agriculture in an Instable Economy — U.S.A., 1945 — 1 volume

Dumancier, Edwin F.: Economics with Applications to Agriculture — U S.A., 1940 — 1 volume

Mills, Frederick Cecil: Metodos Estadisticos — Madrid — Espanha, 1935 — 1 volume

Rache, Pedro: O Problema Social Economico do Brasil — Brasil, 1946 — 1 volume

Lobo de Barros, Nelson: O Estado e a Economia — São Paulo, 1945 — 1 volume

Landauer: Teoria de la Planificacion Economica — Mexico, 1945 — 1 volume

Rivington, S. Harcourt: O Futuro do Brasil — São Paulo, 1945 — 1 volume

Arkin and Colton: An Outline of Statistical Methods — New York, 1943 — 1 volume

Pagano, Authos: Lições de Estatistica — São Paulo, 1943 — 2 volumes

Horne, Bernardino C.: Politica Agraria — Buenos Aires, 1945 — 1 volume

Freitas Filho, Lincoln de: Noções de Bio-Estatistica — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Fenelon: Economia Agraria — Madrid, 1934 — 1 volume

Woods, Baldwin M. and Garmo, E. Paul de: Introduction to Engineering Economy — New York, 1945 — 1 volume

Sixto, Trucco: Analisis Estadistico — Argentina, 1944 — 1 volume

Smith, Lynn T.: Brasil — People and Institutions — U.S.A., 1946 — 1 volume

Basulieu, Paul Leroy: De la Colonisation chez les Peuples Modernes — Paris, 1891 — 1 volume.

Bernoville, Léo Dugé de: Initiation à l'Analyse Statistique — Paris, 1939 — 1 volume

Preston, James: Brazil — New York, 1946 — 1 volume.

Agricultura

Adams, R. L.: Farm Management — U.S.A., 1921 — 1 volume

U. S. Department of Agriculture: Farmers in a Changing World, Yearbook of 1940 — U.S.A., 1940 — 1 volume

U. S. Department of Agriculture: Climate and Man, Yearbook of 1941 — U.S.A., 1941 — 1 volume

U. S. Department of Agriculture: Keeping Livestock Healthy, Yearbook of 1942 — U.S.A., 1942 — 1 volume

Brunner and Others: Farmers of the World — New York, U.S.A., 1945 — 1 volume

Gomes, Pimentel: A Lavoura Sêca — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Barros, Henrique de e Craça, L. Quartin: Arvores de Frutas — Lisbôa, 1943 — 1 volume

Cunha, Otavio R. da: A mecanisação da Lavoura — Rio de Janeiro, 1945 — 1 volume

Camargo, Leocadio de Souza: Hortaliças — São Paulo, 1945 — 1 volume

Secretaria da Agricultura de São Paulo: Culturas Diversas — São Paulo, 1938 — 1 volume

Faulkner, Edward H.: Plowman's Folly — U.S.A., 1943 — 1 volume

Gobbato, Celeste: Manual do Viti-vinicultor Brasileiro — Porto Alegre, 1940 — 2 volumes

Boerger, Alberto: Investigaciones Agronomicas — Montevideo, Uruguay, 1945 — 3 volumes

Loreira, Adolfo G.: Cultivos de Huerta — Buenos Ayres, Argentina 1945 — 1 volume

Borges, Granato e Lima: Amendoim, Morangos e Cebolas — São Paulo — 1 volume

Rebello, Pequito: O metodo integral — Portugal, 1942 — 1 volume

Zootecnia

Nunes, Lauro: O Gado Gyr — Rio de Janeiro — 1 volume

Cavalcanti, Paulino: O Zebú — Rio de Janeiro, 1944 — 1 volume

Cavalcanti, Paulino: O Gado Holandês Rio de Janeiro, — 1 volume

Torres de Mello, Anibal: Tratado de Cunicultura Moderna — São Paulo, — 1 volume

Secretaria da Agricultura de São Paulo: Criações — S. Paulo — 1 volume

Peters, Walter H.: Livestock Production — U.S.A., 1942 — 1 volume

Sequeira, Eduardo: As Abelhas — Portugal, 1942 — 1 volume

Athanassof, Nicolau: Manual do Criador de Suinos — São Paulo, 1944 1 volume

Pinheiro Machado, Dulphe: Zootecnia — Porto Alegre, 1943 — 1 volume

Juli, Morley A.: Successful Poultry Management — U.S.A., 1943 — 1 volume

Brunini, S.: Manual do Veterinario — São Paulo, 1945 — 1 volume

Santrogo e Averoldi: Caprinos e Bezerros — São Paulo — 1 volume

Cairo, Nilo: Guia Pratico do Criador de Animais Domesticos

Juli, Morley A.: Poultry Husbandry — 1938 — U.S.A. — 1 volume

Bartholomeu, Aldo: Conjunto de Lições sobre Criação de Galinhas, Patos, Marrecos, Gansos, Perús e Coelhos — São Paulo — 1 volume

Peters, W. e Doyoe, George P.: Raising Livestock — U.S.A., 1946 — 1 volume

Industrialização e Comercio

Seabra, Fernando de: Industrialização dos paises Agricolas — Coimbra, 1945 — 1 volume — Portugal

Secretaria da Agricultura de São Paulo: Laticinios — São Paulo, 1945 — 1 volume

Hart, H. B. and Boxd, and Cunningham, L. C.: Farm Management and Marketing — U.S.A., 1944 — 1 volume

Stewart, Joan J.: Foods Production Marketing and Consumption — U.S.A., 1942 — 1 volume

Widmer, Jack: Practical Beef Production — U.S.A., 1946 — 1 volume

Lopes, Lucas e Vasconcellos, Declo: Central Electrica no Fêcho do Funil — Belo Horizonte, 1946 — 1 volume

Prokopovicz, S. N.: L'industrialisation des pays agricoles et la structure de l'économie mondiale aprés la guerre — Neuchatel, 1946 — 1 volume — Suissa

Geografia, Geologia e Agrologia

Setzer, José e Abreu, Frôis de: Levantamento Agro-Geologico do Estado de São Paulo e Fundamentos Geograficos — Rio de Janeiro, 1941 — 1 volume

Serra, Adalberto: Climatologia Equatorial — 1 volume

Washburne, Chester W.: Geologia do Petroleo do Estado de São Paulo — Rio de Janeiro, 1939 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatisticas: Localidades Paulistas — São Paulo, 1937 — 1 volume

Secretaria da Agricultura de São Paulo: Solos Paulistas — São Paulo — 1937 — 1 volume

Secretaria da Agricultura de São Paulo: Erosão e Conservação do Solo — São Paulo, 1936 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatisticas: Localidades Paulistas — São Paulo, 1942 — 1 volume

Bennett, Hugh Hammond: Soil Conservation — U.S.A., 1939 — 1 volume

Ayres, Quincy Claude: Soil Erosion and its Control — U.S.A., 1936 1 volume

Gustafson, A. F.: Conservation of the Soil — U.S.A., 1937 — 1 volume

Knetcht, Theodoro: Os Minerios não Metalicos do Estado de São Paulo — São Paulo, — 1 volume

Knecht, Theodoro: Ouro, Pirita e Ferro — São Paulo, — 1 volume

Oliveira, Barbosa de: O vale Tocantins—Araguaia — Rio de Janeiro, 1941 — 1 volume

Carvalho, Delgado de: Météorologie du Brésil — Londres, 1917 — 1 volume

Gustafson, A. F.: Soils and Soil Management — U.S.A., 1941 — 1 volume

Jacob, Rodolfo: Minas Gerais no século XX — Rio de Janeiro, 1910 — 1 volume

Boletim Meteorologico — São Paulo — 1 volume

Engenharia Rural

Carneiro, Orlando: Construções Rurais

Ehlers, Victor M.: Municipal and Rural Sanitation — U.S.A., 1937 — 1 volume

Ayres, Quincy C. and Scoates D.: Land Drainage and Reclamation — U.S.A., 1939 — 1 volume

Vários

Lima, Vasco Castro: A Estrada de Ferro Sul de Minas, 1884-1934 — São Paulo, 1934 — 1 volume

Castro, Josué de: A Alimentação Brasileira á luz da Geografia Humana — Porto Alegre, 1937 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatistica: Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento das Comarcas — Campinas, 1942 — 1 volume

Departamento Estadual de Estatistica: Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento dos Municipios — São Paulo, 1941 1 volume

Departamento Estadual de Estatistica: Distritos de Paz do Estado

de São Paulo — São Paulo, 1940 — 1 volume

Akers, Susan Grey: Simple Library Cataloging — Chicago, 1944 — 1 volume — U.S.A.

Doria, Irene de Menezes: Guia da Classificação Decimal — São Paulo, 1943 — 1 volume

Lemos, Claudionor S.: A Divida Externa — Rio de Janeiro, 1946 — 1 volume

League of Nations: World Economic Survey — Geneva, 1942 — 1 volume — Italia

Granato, Lourenço: A Conquista da Saúde pelas Frutas e pelo Mel — São Paulo, — 1 volume

Revistas

Chacaras e Quintais — São Paulo
Sitios e Fazendas — São Paulo
La Chacra — Buenos Aires
A Fazenda — New York, U.S.A.
Agricultural Engineering — U.S.A.
Brasil Açucareiro — Rio de Janeiro
Revista Industrial de São Paulo — São Paulo
Revista Comercial de Minas Gerais — Belo Horizonte
Observador Economico e Financeiro — Rio de Janeiro
Revista do Comercio — Rio de Janeiro
Economia — São Paulo
Revista Ferroviaria — Rio de Janeiro
Revista Brasileira de Estatistica — Rio de Janeiro
Revista Brasileira de Geografia — Rio de Janeiro
Business Week — U.S.A.
Digesto Economico — São Paulo
Revista Florestal — Rio de Janeiro
O I.G.G., Revista do Instituto Geografico e Geologico — São Paulo
Boletim do Conselho Federal de Comercio Exterior — Rio de Janeiro

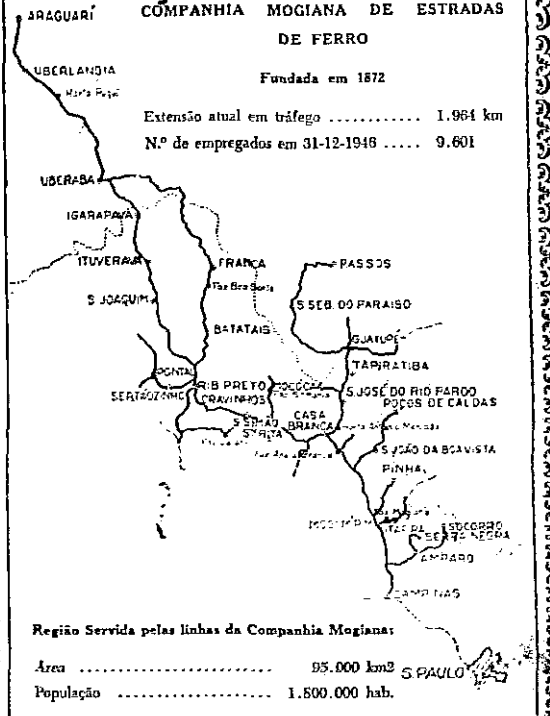
ESTRADA DE FERRO MOGIANA

J. Wilson Coelho de Souza	— Superintendente da Estrada
Reinaldo Laubstein	— Chefe do Tráfego
Augusto Cezar de Andrade	— Chefe da *Locomoção*
Euclides Vieira	— Chefe da Linha
Odir Dias da Costa	— Chefe da Divisão Comercial
Luiz Albino Barbosa de Oliveira	— Chefe da Divisão de Materiais
Honório Montenegro	— Chefe do Movimento
Aristides Oppermann	— Chefe do Escrit. da Superint.
Cherubim Santarem	— Contador Interino

COMPANHIA MOGIANA DE TRANSPORTES

Joaquim Libanio Leite Ribeiro	— Presidente
Orestes de Morais Alves	— Diretor *Tesoureiro*
Odir Dias da Costa	— Diretor Gerente

Gráfica São José — Rua Galvão Bueno, 230 — Telefone: 8-4812 — São Paulo



COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Fundada em 1872

Extensão atual em tráfego ..... 1.964 km

N.º de empregados em 31-12-1946 ..... 9.601

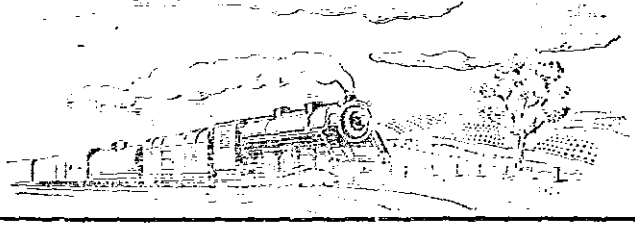
Região Servida pelas linhas da Companhia Mogiana:

Área 95.000 km2

População ..... 1.500.000 hab.

Boletim da
CIA. MOGIANA
DE ESTRADAS DE FERRO

São Paulo



COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anadeu Gomes de Souza — *Presidente*

Gastão Vidigal — Vice-Presidente

Aldo Mario de Azevedo — *Secretário*

Joaquim Libanio Leite Ribeiro — Claudio Celestino de Toledo Sturz — Ari Frederico Torres — Conde Francisco Matarazzo Junior Fabio da Silva Prado — Henrique Dumont Villares

CONSULTOR JURIDICO — Pelagio Alvares Lobo

ESCRITORIO CENTRAL — *Orestes Morais Alves* — Chefe

Advogados: *Orestes de Morais Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Rubens Pimentel de Mello e Eusebio de Arruda Camargo*

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

Alvaro de S. Lima — Chefe

Assistentes: — *Paulo A. Torres de Brito, J. Pokrovsky e William W. Coelho de Souza*

COMISSÃO DE OBRAS NOVAS

Luiz A. de Mendonça Junior — Chefe

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

BOLETIM DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

OUTUBRO
DEZEMBRO
1 9 4 6

ANO 1

N.o 1

Publicação
tri-mestral

SUMÁRIO

Razão do ser — Anadeu Gomes de Souza
Nosso programa — Garibaldi Dantas
A Cia. Mogiana de E. de Ferro e o desenvolvimento econômico de suas zonas — Alvaro de Souza Lima
Ganhar honestamente — Aldo M. Azevedo
Eng. Carlos W. Stevenson — Pelágio Lobo
A Avicultura e o Café — J. Wilson da Costa
Estudos econômicos — J. Pokrovsky
A questão social no Brasil
Restauração dos cafezais — William W. C. de Souza
O fomento agricola e as ferrovias
O que se deve fazer no aviário
Novo traçado
Cultura do tomateiro — J. Calil
A coordenação dos transportes na Cia. Mogiana — Opm Dias da Costa
A palavra do comércio
Importância da Avicultura
Cia. Mogiana de E. de Ferro

Diretor: — Garibaldi Dantas

Redação: Rua do Tesouro 23 — 8.º andar

COLABORAÇÃO

Dentro da orientação fixada para o nosso Boletim e neste número exposta acham-se as suas páginas abertas à colaboração dos engenheiros, advogados, médicos, agrônomos e demais funcionários da Companhia.

Delos, bem como dos técnicos oficiais e de quaisquer interessados receberemos com prazer, estudos ou sugestões que versem assuntos de interesse técnico, econômico ou social da Estrada, de seu pessoal, ou das zonas por ela servidas.

RAZÃO DE SER

AMADEU GOMES DE SOUZA
Presidente da Cia. Mogiana de E. de Ferro

A Diretoria da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro resolveu encarregar o seu Departamento de Estudos Econômicos de escolher e publicar trabalhos técnicos sôbre o cultivo da terra, entremeiados de escritos versando questões relacionadas com o nosso movimento ferroviário. Os primeiros como contribuição para o maior e melhor aproveitamento da zona de inexcedível fertilidade em que se desenvolvem os seus serviços e os demais como resultante dos elos que nos prendam ao sistema de transportes adotado pela Emprêsa. Reunidas aquelas produções em folhetos leves e bem ordenados, serão êles, como o presente, distribuídos, quais elementos de divulgação de conhecimentos que se impunham, pela utilidade prática, em nossa vida agrícola. Contamos possa esta iniciativa merecer simpática acolhida, por parte dos interessados no progresso econômico do nosso Estado e do País

NOSSO PROGRAMA

GARIBALDI DANTAS
Diretor do Boletim

Não há zonas velhas *e decadentes*, nem terras cansadas e exaustas do ponto-de-vista agro-econômico, mas, apenas, zonas velhas no sentido de sua exploração cronológica, e terras cansadas *e empobrecidas* no tocante ao aproveitamento empírico ou rotineiro.

Dentro da técnica da agricultura moderna e da concepção dinâmica das atividades rurais, as zonas só são, *a rigor*, decadentes e as terras só se negam a produzir, quando os homens que nelas habitam e as entidades e instituições que as servem perdem a confiança em si mesmos, no *valor de suas glebas*, de seu patrimônio, entregando-se à inércia, fugindo à aplicação de novos métodos de exploração e à preocupação renovadora de adaptação às condições ditadas *pela evolução* dos problemas do meio econômico.

Toda zona, aparentemente velha, e exausta quanto à fertilidade das terras, pode retomar a seu fastígio, se quiser e souber aliar as explorações rurais à técnica moderna, se procurar novos empreendimentos adaptáveis a outras condições determinadas pelo tempo.

A preocupação de *fugir das* zonas aparentemente cansadas, nesse afan bandeirante de encontrar sempre núcleos novos onde o humus se achava em plena força, na fertilidade das terras virgens, *essa preocupação é* um capítulo encerrado na história do Estado de São Paulo.

As faixas ainda intactas, onde as terras e as condições de exploração agrícola podem assemelhar-se às que outrora produziram o milagre da Mogiana, estão hoje reduzidas *a quantidades* mínimas.

Chegou a época em que os lavradores terão de voltar às suas antigas glebas, para tirar delas o que em outros *tempos* conseguiram, mudando apenas de métodos de exploração e introduzindo em suas atividades outras iniciativas renovadoras.

A Companhia Mogiana de *Estradas* de Ferro serve uma das mais extensas zonas do Estado de São Paulo, zona onde outrora se levantou o reinado cafeeiro, com seu extraordinário fastígio e enorme *repercussão econômica* na vida do país.

O seu patrimônio de fazendas bem instaladas, de terreiros amplos, de máquinas de benefício, de estradas de *rodagem*, de cidades, vilas e logarejos servidas de energia elétrica e de outras conveniências da vida moderna, de instalações agrícolas de toda espécie, de trabalhadores dedicados *e capazes* apegados às lides do campo, de clima favorável e de terras ainda naturalmente *férteis* e ricas, na maioria dos rincões; tudo isso faz com que nem se possa pensar *em chamar a* Mogiana e zona velha, no seu sentido pejorativo, nem suas terras de exaustas e empobrecidas,

na concepção desanimadora de glebas perdidas para as atividades da lavoura.

Ao criar a Diretoria da Estrada de Ferro Mogiana e Departamento de Estudos Econômicos, cujo objetivo principal é o levantamento do potencial agrícola e industrial da zona por ela servida, não agiu por diletantismo, mas pela convicção profunda de que com esse patrimônio extraordinário, com a assistência dos poderes públicos, no que lhes disser respeito, e, sobretudo, com a cooperação de sua gente, é possível não *somente retornar ao esplendor e a grandeza* de outras épocas, mas até superá-los, nesse milagre da técnica moderna aplicada às iniciativas da lavoura e das cidades.

O programa de nossos trabalhos e, portanto, a valorização das atividades agrícolas e industriais, o aproveitamento inteligente do potencial econômico da zona da Mogiana, através de todas as iniciativas práticas e modernas cabíveis em tais casos.

Mesmo nos domínios do café, cuja decadência tem sido apregoada aos quatro *ventos*, a Mogiana não deu *ainda a* última palavra.

Com a assistência de processos modernos de conservação da fertilidade das terras, de combate à erosão, de adubações intensivas e econômicas, de nova maquinaria para suprir a deficiência crescente do braço agrícola, da mecanização rural, em todos os seus aspectos, do replantio bem orientado, do aproveitamento racional do próprio braço, na diversificação das atividades agrícolas, pode-se contar com enormes possibilidades, talvez tão fecundas, quanto às de épocas passadas.

Estamos assistindo a experiências de renovação de fazendas de café julgadas velhas, quase abandonadas, que são um toque de alerta a todos os lavradores das zonas cuja capacidade produtiva deseem a níveis perigosos.

Esse é em linhas gerais o programa que pretende executar a Estrada de Ferro Mogiana, através do Departamento de Estudos Econômicos, de cujas iniciativas e empreendimentos bem como de todas as atividades dos demais Serviços e Divisões da Estrada, o Boletim que hoje sai a lume procurará ser um dos portadores.

Programa certamente vasto, integrado na concepção moderna da função econômica das ferrovias e na sua responsabilidade para com o desenvolvimento das atividades radicadas no seu âmbito de influência, o êxito depende tanto do que se fizer de nossa parte, quanto da cooperação estimuladora dos que, em todos os rincões da zona da Mogiana, continuam a trabalhar com fé em suas terras, nesse afan de melhoria e progresso que foi sempre o apanágio de nossa gente e de nossa terra.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e o Desenvolvimento Econômico de suas zonas

ALVARO DE SOUZA LIMA
Chefe do Departamento de Estudos Econômicos

Uma estrada de ferro constitue sempre poderoso fator no desenvolvimento econômico da zona que serve, pela facilidade que proporciona ao escoamento em massa de sua produção e a seu abastecimento com produtos importados.

Sob esse aspecto, que focaliza a ação própria direta e imediata das ferrovias, enormes foram os serviços prestados pela Mogiana, que poderosamente contribuiu para o desenvolvimento de vastas zonas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

E ela não só continua a prestá-los no presente, como logo após debelar situações adversas que condições alheias no seu *controle lhe impuzeram, aparelha-se*, pela decidida atuação de sua Diretoria e de sua Superintendencia, na revisão a fundo das condições de seu traçado, na reorganização de seus serviços técnicos e administrativos, no reaparelhamento de seus parques de materiais rodante e de tração; a cada vez mais e cada vez melhor os prestar no futuro.

Continuará assim a valiosamente cooperar pelo desenvolvimento das zonas que lhe são tributárias.

Não é porém êsse aspeto, nem essa ação própria da Estrada, o que ora pretendemos focalizar.

Paralelamente a essa atuação direta de empresa transportadora, as modernas condições de concurrência entre os diversos meios de transporte, impoem às ferrovias, pela necessidade que têm elas de grandes massas de mercadorias a transportar, para, pela intensidade de transporte baratear-lhes os custos unitários, uma outra atuação no fomento direto do aumento da produção e na intensificação das atividades economicas das zonas a que servem.

E o que está fazendo a Companhia Mogiana, após um estudo aprofundado das condições economicas da região a que serve, estudo esse que cabalmente lhe demonstrou toda *a capacidade de* desenvolvimento industrial e agrícola, de vitalização e de recrudescimento que as suas zonas apresentam.

Para isso foi criado junto à sua Diretoria um Departamento de Estudos Econômicos, cujas funções precipuas são:

a — estatistica econômica
b — serviço de pesquisas econômicas
c — fomento da zona servida pela Mogiana
d — estudos e sugestões para maior eficiência dos serviços da Estrada.

Para fazer face a essas finalidades foram criados no Departamento, além do orgão central de direção os três serviços seguintes:

I — Serviço de Estatísticas e Pesquizas Ferroviárias
II — Serviço de Estatísticas e Pesquizas Econômicas
III — Serviço de Fomento

Serviço de Estatísticas e Pesquizas Ferroviárias: — A elo cabe realizar todas as estatísticas e pesquizas de competência do Departamento, dentro da Estrada, para o rápido e perfeito conhecimento das condições de sua exploração industrial e comercial e para estudo de providências tendentes ao seu contínuo aperfeiçoamento.

Para a perfeita eficiência dêsse Serviço é indispensável a sua mecanização.

Contratou-se então com a Serviços Hollerith S. A. — Instituto Brasileiro de Mecanização — a locação da aparelhagem necessária, cujo fornecimento porém, as perturbações havidas nos Estados Unidos vêm retardando.

O Serviço vem porém estudando a adaptação dos serviços e documentos do Tráfego e Contadoria aos serviços mecanizados de modo que, chegadas as máquinas, a sua implantação e eficiência sejam as mais rapidas e completas.

Enquanto não atinge porém o seu pleno desenvolvimento vem o Serviço apurando, com os elementos comuns, quadros e gráficos de movimentação de mercadorias, principalmente em trafego mútuo, de recebimento de rendas nas estações e da receita total.

Está estudando igualmente algumas questões de determinados transportes, sob seu aspeto econômico e colige dados para um estudo de salários.

Serviço de Estatísticas e Pesquizas Econômicas — Executa êste Serviço nas zonas tributárias da Mogiana, inquéritos, estatísticas e estudos indispensáveis ao perfeito conhecimento de suas necessidades atuais e futuras; de suas condições econômicas e de suas possibilidades, fornecendo assim elementos precisos ao estabelecimento do programa de desenvolvimento e expansão dos serviços da Estrada, afastando crises de transporte e justificando e indicando programas de reerguimento e de assistência agrícola e industrial de atribuições do último serviço — o de Fomento.

Base indispensável a esses estudos é o levantamento do cadastro das atividades econômicas das zonas a estudar e por aí começou o Serviço a sua ação.

Já estão cadastrados e fichados para *mais de 1 000 estabelecimentos* industriais, 2 500 estabelecimentos comerciais e mais de vinte e duas mil propriedades agrícolas da zona da Mogiana.

Por solicitação do Conselho de Imigração e Colonização realizou o Serviço uma sondagem estatística sôbre as necessidades de imigrantes nas fazendas da zona paulista da Estrada, serviço que, vertido para o inglês, foi fornecido aos representantes do Inter-Government Committee, que ora visitam o Estado.

Para eles foi organizado, também em inglês, um memorial sôbre as condições geo-econômicas da zona Mogiana.

Esses trabalhos foram largamente *apreciados* e *logo* após o regresso ao Rio de Janeiro, dos membros do Comitê, o Conselho de Imigração e Colonização solicitou por telegrama a colaboração do Departamento de Estudos Econômicos por seu S.E.P.E. na elaboração do relatório final, para o que numerosos dados foram coligidos.

Ainda em relação à imigração promoveu o Departamento duas reuniões dos Consules dos países bálticos, a segunda das quais presidida pelo Sr. Ministro João Alberto Lins de Barros, Presidente do C.I.C.

Vários estudos estão em andamento sôbre a economia da zona da Mogiana *e sua evolução em comparação com o* desenvolvimento da Estrada.

Ultima-se um estudo sôbre o mercado de carnes na região e as possibilidades da implantação aí da indústria frigorífica e de outras suas *subsidiárias*.

Serviço de Fomento — Uma das características principais dêsse Serviço é a de servir, na zona tributária da Mogiana, de elemento catalizador e canalizador das atividades de organismos especializados federais e estaduais.

Nesse sentido já se acha ele perfeitamente entrosado com as repartições do fomento, quer agrícola, quer animal e com as distribuidoras de sementes e *mudas e promotoras* da educação rural, tanto do Ministério da Agricultura como das correspondentes Secretarias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Tem além disso o Serviço atividades próprias, que o habilitam não só a ficar inteiramente ao par das necessidades e possibilidades dessas zonas para elas dirigindo a ação oficial, como a orientar e facilitar á sua aplicação, com contribuições e esforços seus.

Como assistência técnica aos agricultores da Mogiana, incluem-se os serviços *mecanizados de aração, terraceamento*, cordões de contorno e outros, bem como a distribuição de sementes e mudas, de produção própria, tudo isso mediante contribuições, que não visem lucros, mas tornem essa parte do Serviço, "Self-suporting".

Como resultado dos entendimentos com o *Ministério da Agricultura recebeu* o Serviço dois técnicos que, sem onus para a Mogiana, deram aos tratoristas de suas fazendas, um curso rápido desse ofício.

Tambem a Secretaria da Agricultura de São Paulo pôs a nossa disposição um zootécnista, que vem colaborando no desenvolvimento do plano avícola do Serviço.

Compreende êsse plano a montagem de uma granja central para a produção de pintos de um dia, a serem vendidos a granjas particulares de produção industrial de frangos, com capacidade de 1 000 a 3 000 aves por mês, a se instalar nas fazendas da região.

O projeto da granja central com *capacidade para 15 000* pintos já está concluido.

Uma granja para 3 000 frangos está quasi pronta e uma outra de 1 000 frangos está em montagem em Ribeirão Preto, *onde uma terceira será em breve* iniciada.

Tem o Serviço pedidos para a instalação de uma outra, no Estado de Minas Gerais.

Para execução mecanizada dos serviços de aração, gradeamento, terraceamento e outros, foram adquiridos três conjuntos compostos cada um de um trator Caterpillar, arado, grades de discos e *de dentes, plainas de terracear* e espalhador de adubos; dois conjuntos John Deere, com tratores, arados, grades, semeadeiras e cultivadores; um conjunto Internacional, com trator Farmall, arado cultivador, plantadeira, adubadeira e grade.

Como as dificuldades de importação estão atrazando a entrega dessas encomendas, foram adquiridos três tratores usados e os respectivos arados e grades, todos em serviço.

Para a execução de cordões de contorno foram comprados os níveis necessários e seis arados Ruffoco. Esse serviço está sendo feito numa dezena de *fazendas*.

No próximo ano contaremos não só com os conjuntos acima citados, como com instalações portateis para beneficiamento e máquinas para conserva de *rodovias*.

Várias plantações de kudzu, feijão mucuna, feijão de porco, crotolaria juncea, ingazeiro e mani já foram feitas para posterior fornecimento de sementes e mudas.

Em Ribeirão Preto em terrenos inaproveitados da Companhia, próximos aos Armazens Reguladores, está sendo organizado um Horto, com viveiros de mudas de café e de eucaliptos e uma horta.

Dos eucaliptos serão plantadas apenas as variedades saligna, rostrata e tereticornis. Só dos fazendeiros da região circunvizinha já ha pedidos para fornecimento de mais de um milhão de mudas.

Na fazenda Mogiana, de propriedade da Companhia, organizou o Serviço um posto de Monta, com um reprodutor Anglo Arabe, cedido pela fazenda de Remonta do Exercito.

Tres campos de Cooperação em Amparo, Mococa, e Ribeirão Preto estão sendo organizados, havendo pedidos para mais cinco nos Municípios de São João da Boa Vista, Mogi Mirim, São Simão, Franca e Passos.

Para atender a esses serviços foi a região servida pela Mogiana dividida em três Zonas Agricolas.

Cada uma delas tem um agrônomo, sediado respectivamente em Campinas, Casa Branca e Ribeirão Preto, com técnicos agricolas nessa última cidade, em Cravinhos, em São Sebastião do Paraiso e em Franca.

Bibliotheca — *Em uma séde está o Departamento* de Estudos Econômicos organizando uma biblioteca especializada, que já conta com a assinatura de uma dezena de revistas técnicas e umas duas centenas de volumes.

Acha-se essa bibliotheca à inteira disposição dos fazendeiros da Mogiana.

Conselho de Administração

A Assembléia geral extraordinária da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, realizada a 28 de junho e cuja ata publicamos em outro local, elegeu os membros do Conselho de Administração, criado pelos seus novos estatutos, na mesma reunião aprovados.

Esse Conselho, que deverá funcionar no corrente ano e no triênio 1947-1949 ficou constituído pelos senhores Amadeu Gomes de Souza, Joaquim Libanio Leite Ribeiro, Claudio Celestino de Toledo Sowes, Gastão Vidigal, Ari Frederico Torres, Conde Francisco Matarazzo Junior, Fabio da Silva Prado, Aldo Mario de Azevedo e Henrique Dumont Villares.

Instalou-se o Conselho a 31 de agosto, elegendo para seu Presidente o dr. Amadeu Gomes de Souza, para Vice-Presidente o dr. Gastão Vidigal e para Secretário o Eng. Aldo Mario de Azevedo.

COMPARAÇÃO ENTRE CUSTOS DE TRANSPORTE E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

	ARROZ		
Anno	*Frete Cr$/sc. 60 kg.*	*Cotação Cr$/sc. 60 kg.*	*Frete sobre Cotação*
1935	4,06	32,78	14,2
1936	4,66	58,78	7,9
1937	4,73	75,12	6,3
1938	4,73	64,03	7,4
1939	4,97	52,40	9,5
1940	4,92	50,53	9,7
1941	5,06	80,17	6,3
1942	5,81	89,42	6,5
1943	5,90	95,14	6,2
1944	6,32	128,15	4,9
1945	6,74	144,14	4,7
1946	6,51	121,97	5,3

Transporte de Araguarí a São Paulo.

GANHAR HONESTAMENTE

THE AMERICAN WAY

ALDO M. AZEVEDO
Do Conselho de Administração da Cia. Mogiana.

What of the wages of the future? This question is bound to come up in any discussion of post-war planning.

On this, our attitude is clear. No wage are high that are earned. Fifty dollars a day earned is none too high. But a dollar a day unearned is much too high.

Wages are part of the product. They are not the result of the employer's generosity, nor the employee's ability to bring pressure to bear.

American industry has continuously developed methods whereby a man receives more pay for fewer hours, but still increases production. And so it will continue to be.

Henry Ford and Henry Ford II
(FACTORY, Setembro de 1945)

A vida economica poderia ser explicada como uma continua permuta de bens, aproximadamente de valores equivalentes. Esses bens economicos, naturalmente, poderão ser objetos, energia, serviços ou aquilo que os represente como sua medida, a moéda. Partindo da noção elementar de que a economia abrange as três fases successivas de produção, distribuição e consumo de bens, é fácil demonstrar praticamente que, em qualquer delas, prevalece sempre o principio da permuta de valores semelhantemente equivalentes.

A produção pode ser entendida como o oferecimento de bens (sementes, adubos, trabalho de lavra e semeadura) em troca de uma futura colheita, que se espera vider, no mínimo, o dispendido para obtê-la. Ou pode ser considerada como o oferecimento de matérias-primas, energia, desgastes de ferramentas e máquinas, trabalho manual e intelectual, em troca de um produto que valha pelo menos aquela soma de custos.

A distribuição pode ser expressa em seus dois aspectos ou faces, como o oferecimento de moéda (que representa bens potenciais) aos produtores, a troca de produtos da terra ou da indústria; ou como o oferecimento de produtos aos consumidores, a troca de moéda. E o que se conhece universalmente como o comércio.

O consumo, por sua vez, reduz-se ao oferecimento de produtos em troca de maior conforto ou satisfação, seja de natureza física (agasalho, cama, elevador etc.), fisiológica (alimento, medicação, bebida), psicológica (livro, disco, cinema etc.), ou mesmo de natureza moral e religiosa (esmola, dádiva, sacrificios e penitências).

Sendo o trabalho, simultâneamente, um fenomeno economico de produção, de distribuição e de consumo, é evidente que êle deveria seguir rigorosamente o principio da permutação de valores equivalentes. Como forma de produção, o trabalho é uma permuta da energia fornecida pelos alimentos mediante o metabolismo que sustem o corpo e que dá à inteligência o discernimento e a vontade dirigente e no músculo a força para contrair-se apropriadamente no momento oportuno. Na sua forma distributiva, o trabalho é o comércio reciprocamente exercido entre os trabalhadores e empresas, pelo qual se realiza a permuta de valores (serviços por moéda, ou vice-versa) aproximadamente equivalentes. Como forma de consumo, o trabalho pode ser encarado como um gastador de energias e bens, no sentido e que provoca e acelera o desgaste dos bens, instrumentos e ferramentas, alem de intensificar a exaustão dos depósitos e reservas de bens naturais, como minas, etc.

Portanto, a afirmação dos dois Henry Ford, avô e neto, é muito verdadeira, tão verdadeira que não se modificou no modo de ver de dois homens separados por meio século de existência. Ela é verdadeira para o velho Henry Ford, como também para o jovem sucessor e chefe de uma das maiores empresas do mundo.

Tudo se reduz, afinal de contas, em um preceito muito mais de ordem moral do que economica: — GANHAR HONESTAMENTE...

"Nenhum salário é demasiado elevado se fôr ganho" — isto é — se o trabalhador oferecer *em troca* um *valor equivalente* de trabalho, de serviço, em produtividade, que se concretiza no produto. Assim como não é moral, nem justo, nem economico, pagar pelo trabalho importância inferior ao seu "valor e troca" em moéda corrente — do mesmo modo seria imoral, injusto, inecomico, pagar pelo trabalho importância superior ao seu "valor de troca" em moéda corrente. Dessas afirmações resulta o retorno ao principio inicialmente exposto, da necessária equivalência dos objetos ou serviços, dos bens que se permutam e que constituem a vida economica.

"O salário infimo mal ganho é demasiado" afirmam os Ford, completando seu pensamento. E acrescentam: "Os salários são parte do produto. Não são o resultado da generosidade do empregador, nem da habilidade dos empregados em arrancá-los à força". Infelizmente, essas duas grandes verdades ainda não foram reconhecidas pela generalidade dos empregadores e dos empregados, que pensam que os salários são o resultado de um "golpe" de esperteza ou de violência — quando, na verdade, são a resultante matemática e ética de um conjunto de fatores, que constituem uma *equação* que deve ser respeitada, para que a vida economica continue sua evolução bem coordenada.

Nas épocas de crises, essa equação não mais se verifica, devido à falha de algum dos fatores; motivo porque se torna indispensavel então um reajustamento,

que tanto pode ser realizado pela correção do fator inadequado, como pela alteração do outros fatores influentes, até que se restabeleça a igualdade.

Essas condições de ordem economica, que têm raizes mais profundas na própria formação moral da humanidade, devem prevalecer em todas as atividades da produção, da distribuição ou do consumo. Poder-se-ia dizer, com igual acerto, que "nenhum preço é demasiado alto, se a mercadoria o valha", isto é, se o produto que se permuta por êle tenha custado proximamente aquele preço.

Nos periodos de instabilidade monetária, quando os "meios de pagamento", as "medidas dos valores economicos" se modificam diariamente, todas as equações se perturbam, por motivos óbvios. Então a equivalência, para prevalecer, não em unidades monetárias, mas em bens economicos, exigirá constante alteração das proporções relativas, causando forçosamente grandes desequilibrios em todos os setores da economia nacional. Mas, mesmo assim, o reconhecimento generalizado do principio da equivalência de valores, nas permutas que constituem o metabolismo economico, é o único meio de atenuar os desentendimentos entre as classes, entre os compradores e vendedores, entre os empregados e empregadores, entre o fisco e os contribuintes.

Se todos, compradores e vendedores, empregados e empregadores, fisco e contribuintes, cobrassem e pagassem o justo valor das coisas, "ganhando honestamente" — tudo se harmonizaria, e o mundo passaria a viver tranquilamente.

Engenheiro Carlos William Stevenson

PELÁGIO LOBO
Consultor Jurídico da Companhia Mogiana

Em Campinas, onde residia ha longos anos, falleceu na manhã de sábado, 10 de Agosto, o dr. Carlos William Stevenson, inspetor geral aposentado da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e um dos mais altos expoentes da engenharia ferroviaria do nosso pais, figurando, igualmente, entre os grandes nomes de engenheiros ferroviarios e de technicos da America.

Desapparece com esse engenheiro, professor e cidadão um homem em quem as qualidades intelectuaes e as profissionaes eram do mesmo nivel e da mesma inteireza das suas virtudes domesticas, como chefe de familia exemplarissimo, compondo esse conjunto de virtudes uma figura de alta perfeição moral.

A enumeração cronologica dos passos da vida do dr. Carlos Stevenson, por si só, dá a medida das suas qualidades e a clara e luminosa trajetoria da sua atividade profissional. Nascido no Estado do Maranhão, de um severo ramo familiar britanico, dali se passou, após estudos preliminares e secundarios para o Rio de Janeiro, tendo feito o curso de engenharia na velha e consagrada Escola Politecnica, onde se diplomou em 1891. Após curto estágio nos serviços cadastraes da Capital Federal, foi ter a Campinas e ali deu o traçado do antigo Ramal Ferreo Campineiro, estrada vicinal, destinada a pôr em communicação com a séde do Municipio a zona cafeeira de Arraial dos Souzas, Joaquim Egidio, Cabras e toda a faixa confinante com os municipios de Itatiba e Amparo. Esse traçado, de uma linha de 60 centimetros de bitola, foi concluido com demonstração de uma grande competencia, comportando, sem qualquer alteração, o alargamento da bitola, feito 30 annos mais tarde, quando foi eletrificada a linha ferrea. Dali passou para a Companhia Mogiana, a principio como engenheiro residente, logo após como chefe da locomoção, assumindo a tarefa de dirigir a edificação das officinas da estrada. Desempenhou-se dessa incumbência com exito para a Companhia e com lustre para o seu já sólido conceito de profissional competente, zeloso e probo. As officinas foram, ao seu tempo, as mais perfeitas e eficientes entre as nossas vias ferreas. Nessa construcção o problema mais serio era o da localisação das officinas que o inspetor geral de então, engenheiro José Pereira Rebouças, já decidira, não obstante observações muito ponderadas, do proprio dr. Stevenson, sobre a inconveniencia do local. Corrigiu-se em parte a difficuldade do problema com a passagem superior das linhas ferreas da Mogiana sobre as da C. Paulista.

Nessas officinas viria Stevenson, annos mais tarde, a para isso adextrando um grupo selecto de operarios que ille convertera em técnicos de comprovada capacidade, construir as primeiras locomotivas no Brasil, conseguindo duas vitorias que pareceram incredibeis a muita gente: dar á estrada locomotivas eficientes e sólidas e fazê-lo por preço inferior ao material importado.

Afastou-se depois da Mogiana e foi exercer sua atividade, a principio na Minas e Rio, fazendo séde em Cruzeiro, depois na E. F. Central do Brasil e, durante certo tempo na Great Western, tendo dirigido a construcção de uma parte de sua linha de penetração nos sertões nordestinos.

Estava, porém, escrito que o seu destino, como engenheiro ferroviario seria novamente ligado á Companhia Mogiana. Em 1914, na remodelação dos serviços e dos quadros da Companhia, quando a Inspetoria Geral foi confiada a Antonio Nogueira Penido, Stevenson foi chamado e assumiu a chefia da Locomoção, no tempo em que as chefias das outras divisões eram confiadas a illustres engenheiros que formavam um estado maior dos mais abalisados: Prospero Arlani, na Linha, Coriolano de Matos, no Trafego e Horacio Costa na Tração.

Com a retirada de Penido, assumiu Stevenson a Inspetoria Geral em 1917 e nesse posto se conservou por longos annos, até que o seu estado de saúde lhe impôs o afastamento dos árduos encargos de administração, do comparecimento diario no escritório da empresa e a minuciosa atenção com que costumava superintender todos os assuntos. Tendo imprimido á superintendência técnica da Companhia o espirito de melhorar suas instalações e seu aparelhamento, a começar pelo traçado e coroando a obra com uma assistência mais eficaz aos trabalhadores, colaborou eficazmente na instalação da sua Caixa de Aposentadorias e presidiu o seu Conselho nos primeiros annos.

E, quando afastado da atividade de inspetor geral, continuou, entretanto, a colaborar com a administração no estudo de planos e projetos que podessem interessar á economia da via ferrea.

Stevenson era um técnico e homem de gabinete de reputação consideravel. Seus estudos sobre resistência de trens e de pontes são conhecidos dos técnicos e apontados entre os melhores.

Concomitantemente com essa profícua atividade nos trabalhos da sua profissão, dedicava as horas livres, que eram muito poucas, á gestão de negócios de estabelecimentos de assistência pública, sem prejuizo dos seus deveres do ministério religioso, pois foi pastor da igreja evangélica de Campinas, impondo o seu nome á consideração dos fieis do seu credo pelo zelo empregado nessa atividade, assim como o havia imposto á sociedade em geral, e aos filiados a outros credos, pelo seu alto espirito de tolerância e pelas suas virtudes pessoaes que compunham, na sua pessoa, um caracter adamantino.

No trato era de uma delicadeza e de uma polidez que faziam pensar em gentes de antigas eras, em que os primordios de educação recebiam um culto fervoroso que, nestes nossos tempos, pa-

recem decair e esboroar-se no entrechoque de agitações da vida atual e nesse torvelinho de interesses que devastam o mundo desde o final da última conflagração.

Consagrando um culto primacial à família, constituiu e educou uma prole em cujos componentes já se percebe a projeção do grande chefe e a das suas peregrinas virtudes. E' uma família educada e formada com os rigores e as delicadezas morais da patriarcal família brasileira, copiada do excelente modêlo português de que provimos e constantemente beneficiada pelos influxos das lições morais do cristianismo. Sua figura era, aliás, fisicamente parecida com a de velhos patriarcas: tinha a autoridade da presença, nas suas barbas e nos cabelos já de ha muito inteiramente brancos, autoridade que crescia quando esse cidadão modelar expunha ou debatia qualquer assunto que lhe fosse proposto.

Foi, em suma, uma existência de rara nobreza, desenvolvida retilìneamente, entre duas coordenadas das quais jamais decaiu: a honestidade e o zelo escrupuloso nos atos da atividade profissional, e uma *indefectível circunspecção* e probidade nos atos da vida social e no selo da família.

Desaparece, portanto, deixando entre quantos o conheceram uma opulenta sementeira de bons exemplos e de altas virtudes. Estas serão longamente lembradas, porque se incorporam, forçosamente, ao patrimônio moral da nossa gente e da nossa terra.

COMPARAÇÃO ENTRE CUSTOS DE TRANSPORTE E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

	FARINHA DE TRIGO		
Anos	*Frete Cr$/sc. 50 kg.*	*Cotação Cr$/sc. 50 kg.*	*% Frete sôbre Cotação*
1935	3,89	36,71	10,6
1936	3,89	44,72	8,7
1937	3,95	53,47	7,4
1938	3,95	48,07	8,2
1939	4,01	42,19	9,5
1940	4,10	50,55	8,1
1941	4,25	55,40	8,0
1942	4,30	60,71	7,1
1943	4,01	66,77	7,4
1944	6,19	nominal	—
1945	8,18	99,85	8,2
1946	9,36	122,40	7,6

Transporte de São Paulo a Araguari.

A AVICULTURA E O CAFÉ

A IMPORTANCIA DA AVICULTURA INDUSTRIAL COMO FATOR DE REERGUIMENTO DA LAVOURA CAFEEIRA E CONSEQUENTE INFLUÊNCIA NA ECONOMIA NACIONAL

J. WILSON DA COSTA
Zootecnista da Sec. de Agricultura, em
Comissão no Departamento de Estudos
Econômicos.

Pode parecer utopia ou idéia irrisória que alguem afirme ser possivel a avicultura, de alguma forma, concorrer para a solução do problema do café no Brasil.

Não é necessário mais dizer-se que o café tem sido, desde os dias do Império, a alavanca da economia nacional.

Os últimos vinte anos de economia mal dirigida, resultaram num completo desastre para a nossa principal lavoura, que esteve prestes a desaparecer.

Chegamos a um transe tão desesperador que levou um grande número de fazendeiros a converterem seus cafezais para os transformar em simples pastagens.

Outros buscaram socorro no plantio do algodão, que se por um lado lhes trouxe alguma recompensa, por outro lado, inutilizou-lhes as terras pela erosão.

Aqueles que, quasi por um milagre, conseguiram conservar seu café, foram obrigados a aceitar a imposição dos colonos, que só continuariam a seu serviço com a condição expressa de plantarem milho, algodão etc., nos cafezais, acarretando, com a debilitação inevitavel da terra, o enfraquecimento do cafezal e grande quéda da produção. Em resumo — continuação da grave crise da lavoura cafeeira, agravada ainda muito mais com o desacalabro da perniciosa política do D.N.C.

Infelizmente todas os planos apresentados por grandes técnicos do assunto, planos dias muito importantes, interessantes e acertadissimos, como por exemplo — o do sombreamento, o do terraceamento, o das cordões de contorno etc., não puderam até hoje se generalizar, por várias causas, tais como: falta de maquinário apropriado e suficiente, falta de pessoal habilitado e numeroso para dirigir tão extensa tarefa e sobretudo a falta de capital para fazer face a tão vultoso empreendimento.

Cada vez mais se firma entre nós a importância da agricultura na vida do Estado e da Nação, havendo especial esforço, tanto da parte do nosso Govêrno, como tambem de particulares, para melhorar a nossa produção.

Isso ficou bem demonstrado com a recente medida extinguindo o D.N.C., medida essa, com a qual o Govêrno quiz provar que tem boa vontade em atender aos anseios da lavoura cafeeira.

Resta agora aos cafeicultores saberem aproveitar essa oportunidade, sem perda de tempo, procurando valer-se de todos os meios aconselháveis para restaurar sua lavoura.

Em boa hora, pois a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro criou o Departamento de Estudos Econômicos com uma Secção de Fomento Agricola.

Tendo sido solicitada à Secretaria da Agricultura a minha colaboração para cooperar no plano de fomento agricola da Mogiana, como zootecnista, foi-me entregue o setor da avicultura.

Talvez pareça estranho que sendo eu avicultor esteja tratando de assunto tão diferente do meu ramo.

Entretanto, o meu objetivo é demonstrar de que modo a avicultura influirá na restauração dos nossos cafezais.

Viajando constantemente para o interior e estando em permanente contacto com os agricultores, tomou-se-me fito corriqueiro, a grita geral dos fazendeiros a se debaterem entre as incógnitas de seu problema sem todavia, conseguirem solucioná-lo.

Diante disso, fui levado a pensar profundamente num meio de harmonizar duas grandes coisas para mim: a avicultura, como profissional, e o café, como patriota.

Assim é que, cheguei às seguintes conclusões:

1) A avicultura deva tambem ser explorada como excelente fonte de adubo azótado.

Segundo estudos procedidos pelo Massachussetts College, a produção anual de estêrco para cada ave da raça Rhode Island Red, pesando 2.475 gramas é de 21 a 22 quilos. Nessa base, uma criação de 500 galinhas Rhode Island Red poderá produzir anualmente cêrca de 10.000 quilos de ótimo adubo. O Ministério da Agricultura da Inglaterra, preocupado igualmente com o assunto, mandou proceder a uma série de análises de estêrco de galinha, para verificar o seu valor como adubo, e divulgou a seguinte composição química, em média:

Humidade	52,93%
Matéria orgânica	29,36%
Azôto total	2,12%
Potassa total (k20)	0,66%
Acido fosfórico (P.205)	1,21%
Cálcio total (Ca)	1,16%

Comparado com o estrume de curral, o estêrco das aves é muito mais rico em azôto e ácido fosfórico.

2) A avicultura para ser explorada econômicamente e "sem os riscos do insucesso" deve ser praticada dentro da mais rigorosa especialização, isto é:

a) produção exclusiva de óvos para consumo;

b) produção de frangas e frangos para o mercado;

c) produção de pintos de um dia para venda.

Assim, quem se dedicar à produção de pintos de um dia para venda, (grupo "c") terá os planteis de reprodução, grandes incubadeiras elétricas e deverá conhecer e aplicar a genética. Será, portanto, o fornecedor de "Sementes", do grupo "b".

Os produtôres *do grupo "b"* adquirem grandes partidas de pintos de um dia do grupo "c" e apenas fazem a criação e engorda, vendendo-os para as frigoríficos ou matadouros com 14 semanas de idade, quando a média de 1 quilo "per capita" já foi alcançada.

Para assegurar o êxito dêste sistema, são precisos apenas três fatôres:

1.º) construções adequadas;

2.º) material (criadeiras) de bon qualidade e funcionamento garantido.

3.º) alimentação perfeita.

Os produtôres do grupo "a" formarão o seu rebanho adquirindo grandes lotes de fêmeas, da mesma idade, dos produtôres do grupo "b" e pelo preço de aves para côrte.

Terão apenas que proceder à recria do lote em casas-colônia, pelo espaço de 2 meses, para em seguida, fechá-lo em galinheiros, cujo parque, atijolado, funcionará apenas como solário. Tudo o que a poedeira necessita para sua manutenção e produção será fornecido na alimentação.

Dessa forma o trabalho é diminuto, consistindo em lavar os bebedouros diariamente e provê-los de água; encher os comedouros de ração e uma ou duas vêzes por dia, proceder à coléta de ovos.

A limpeza é feita uma vez por mês, visto que a construção do galinheiro e o sistêma empregado garantem uma perfeita higiene, sem risco para o avicultor.

3) A avicultura ainda póde fixar o colono à terra, evitando as mudanças

anuais, muito comuns e prejudiciais à lavoura. Baseado nesse principio, e fazendo parte do grupo "b" o fazendeiro terá facilidade de instalar galinheiros do tipo "A" com capacidade para 300 galinhas, nas casas dos colonos de café.

Com essa medida vai o fazendeiro assegurar indiretamente um melhor padrão de vida aos seus melhores operários.

Venderá a longo prazo lotes de 300 frangas a cada família de colonos. Venderá mensalmente, aos mesmos, a alimentação completa, necessária, manipulada e em grande parte produzida na própria fazenda.

Receberá toda a produção de óvos que encaminhará diretamente aos grandes centros consumidores, evitando quanto possível, o intermediário, favorecendo dessa maneira, no colono na obtenção de preço mais compensador.

Mensalmente serão acertadas contas com os colonos, cobrando-se-lhes uma prestação do lote de galinhas, a alimentação fornecida, e devolvendo-se-lhes o saldo. Em números redondos, esse saldo é apreciavel, serão vejamos:

Prestação de 1 lote de 300 aves Rhode Island Red, à razão de Cr.$ 20,00/ave (18 prestações)	333,30
Alimentação fornecida — 3 quilos por mês, por cabeça — à razão de Cr.$ 1,00/ kg.	900,00
	1.233,30
A deduzir:	
375 dúzias de ovos classificados "tipo granja", a Cr.$ 5,00/dz. (médial anual) .	1.875,00
Saldo a favor do colono	641,70

A limpeza dos galinheiros da colonia, obrigatòriamente, será feita por conta da fazenda e sob fiscalização direta da administração que ficará com o adubo dos galinheiros.

Cada galinheiro dêsse tipo produzirá anualmente cêrca de 6.000 quilos de adubo!

No contrato feito com os colonos, poderá ficar estipulado que, caso o mesmo se retire da fazenda, antes do prazo fixado (18 meses), perderá as prestações pagas e devolverá o lote de aves.

Dessa forma terá o fazendeiro assegurado três importantes fatores de sucesso na sua propriedade:

1.º) Produção em larga escala de estêrco para o cafezal;

2.º) Melhorar o padrão de vida para o colono, fixando-o à terra, sem ônus para a fazenda;

3.º) Custeio da própria fazenda com a produção de aves para o mercado.

Baseado no conhecimento que possuo do assunto, estou executando em uma fazenda de propriedade de um dos Diretores da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro o plano exposto, para servir de padrão, podendo ser examinado "in loco" por quantos se interessarem pelo mesmo.

A aludida fazenda vai criar mensalmente 3.000 aves para o mercado, o que assegurará um lucro mensal de 12.000 cruzeiros, mais ou menos, além de ficar com o estêrco produzido na granja, que é orçado em cêrca de 10 toneladas brutas mensais, quer dizer isso, inclusivé cama, quantidade suficiente para adubação dos seus 50.000 pés de café que assim tratados, voltarão a produzir abundantemente.

Os colonos terão satisfação em cuidar do café, porque o seu ganho passará a ser bastante para suas necessidades, livrando-os das dívidas, que trazem grande desânimo e tiram o estímulo, e proporcionando-lhes uma vida mais sossegada e independente.

Estudos Econômicos

J. Pokrovsky
Assistente do Departamento de Estudos Econômicos

As empresas de transporte, notadamente as de transporte ferroviário, estão intimamente ligadas às atividades econômicas das regiões por elas servidas, refletindo, com extrema sensibilidade, todas as alterações que se processam na economia das mesmas.

Prolongadas e minuciosas observações estatísticas verificaram, que existe uma correlação perfeita entre a marcha das safras e o movimento de cargas nas estradas de ferro.

A análise mais detalhada revela, que não sòmente o escoamento de safras influe na quantidade de cargas apresentadas ao transporte, mas que nestas épocas aumenta também o volume de mercadorias despachadas com destino às zonas agrícolas; — evidentemente, atendendo ao aumento da capacidade aquisitiva dos lavradores que estão vendendo os produtos do seu trabalho.

Aliás, nem é necessário recorrer às estatísticas para afirmar, que a própria vida de uma estrada de ferro depende em grande parte das *atividades produtoras* das suas zonas marginais; o aumento ou a diminuição das safras agrícolas naturalmente repercute no sentido de ser despachado maior ou menor volume de produtos, nas zonas industriais, a criação de novas indústrias ou a expansão das já existentes, também reflete logo nos transportes, tanto de artigos manufaturados, como de matérias primas necessárias aos estabelecimentos fabris. A expansão da circulação comercial pode ser notada, imediatamente, pela ascensão da curva dos transportes, assim como a retração nos negócios manifesta-se pela depressão da mesma. Alterações nos efetivos demográficos, da mesma forma, são refletidas pela receita das estradas de ferro.

Pois bem. A empresa ferroviária, como *organismo econômico de finalidades comerciais*, tende normalmente, a expandir seus negócios, visando lucros mais atraentes, porém, para alcançar êsse objetivo, depende sempre da região que está servindo: quanto mais prospera, mais rica e desenvolvida é a região servida pelas suas linhas, tanto mais sucessos tem a estrada de ferro. Porem, com a expansão de negócios, a estrada tem que aperfeiçoar e ampliar seus aparelhamentos, para *não lesar, com a deficiência de transportes*, o ritmo do progresso econômico.

É um círculo, — não vicioso, mas, pelo contrário, altamente benéfico para ambas as partes, em que o progresso de uma estimula o desenvolvimento da outra.

Nesta original simbiose econômica a existência torna-se sempre mais fácil, quando há compreensão e colaboração conscienciosa entre os dois setores; o do transportes, concentrado numa só empresa ferroviária, e o de todos os outros organismos econômicos situados à margem da Estrada.

A colaboração positiva só se pode realisar quando existir certa concordância, certa sincronização de ritmos nos dois setores. Chegar a êste estado de coisas, pode-se ùnicamente conhecendo, com precisão, quais os recursos, quais os meios com que operam as forças produtoras, *qual é a marcha* da produção e quais as diretrizes — no espaço e no tempo — em que a produção progredirá no próximo futuro.

As indústrias, as de grande escala, ás vêzes, planejam seus trabalhos, tomando em consideração, entre outros fatores, o de transportes; mas o comércio, os lavradores, os creadores, geralmente segrem seus próprios designios, sem prestar atenção ás possibilidades de escoamento dos seus produtos, quando o transporte demora, — então clamam e reclamam, esquecendo que a ampliação dos serviços ferroviários exige sempre novos e grandes empates de capital, ao lado dos prolongados e exaustivos estudos preliminares.

Por conseguinte, cabe á empresa ferroviária a liderança orientadora de todas as forças econômicas da região de sua penetração.

Disponde de quadros técnicos conhecedores da região em todos seus múltiplos aspectos, reunindo informações selecionadas e fidedignas sôbre todos os *fenômenos ocorridos na região própria* e nos territórios vizinhos, observando cientificamente as mutações da vida econômica regional e, simultaneamente, comparando-as com a marcha do processo econômico nacional e mundial — uma Estrada, que efetúa pesquisas econômicas permanentes, indubitavelmente possui todos os elementos de orientação racional das suas próprias atividades e pode sempre nortear as tendências na sua respectiva região; neste sentido muito podem fazer as instituições e firmas, localizadas na região da Estrada, colaborando com elevados propósitos em causa comum, com outras organizações vizinhas, facilitando aos técnicos especialistas da Estrada os estudos de interesse geral.

Uma empresa ferroviária, desejando progredir, acompanhar o progresso geral, automàticamente se torna um dos maiores fatôres do desenvolvimento da lavoura, da indústria do comércio, de todas as atividades produtoras, enfim, na zona de sua influência; a expansão dos negócios da Estrada significa melhoria geral no ambiente econômico em redor da Estrada.

E não sòmente as condições econômicas serão melhoradas pela colaboração íntima e sincera do organismo, econômicos da região com a C. M.; a elevação econômica sempre é acompanhada pela ascensão dos padrões sociais criando ambiente mais acessível ao progresso cultural, quer dizer, as vantagens desta colaboração ultrapassam estreita *significação regional*, *alargando-se* como um fator importante no progresso da Nação.

Como foi dito acima, a organização de uma estrada de ferro como a Mogiana tem aparelhamento apropriado para assentar as palpitações da vida de toda a sua região, tem também demonstrado, que sabe prever com antecedência as novas necessidades de todas por uma observação imparcial, e não só prever, mas pôr em prática as medidas correspondentes para melhor servir sua região.

Convém, pois, que as forças econômicas desta vasta, abundante e operosa região correspondam aos esforços da Mogiana, colaborando por sua vez nesta tendência do progresso geral.

Imigração e Colonização

A pedido do Conselho de Imigração e Colonização, realizou, ha tempo, o Departamento de Estudos Econômicos da Cia. Mogiana, em sua zona, uma sondagem a respeito das suas necessidades de imigrantes.

Para isso dirigiu o Departamento o questionário adiante reproduzido a diversos fazendeiros, escolhidos ao acaso entre vários municípios da Alta, da Média e da Baixa Mogiana, igualmente escolhidos a esmo.

Indicam os resultados dessa sondagem que a zona da Mogiana necessita aumentar o número atual de seus trabalhadores agrícolas de mais ou menos 30%.

As relações dos fazendeiros que responderam ao nosso inquérito, com todos os dados por êles fornecidos, foram por êste Departamento encaminhados à Secretaria da Agricultura ficando êles assim, desde já, devidamente inscritos para a recepção dos imigrantes que desejam.

E' porém de toda a conveniência continuar o nosso inquérito, alargando-o o mais possivel.

Assim sendo, solicitamos aos fazendeiros das zonas da Mogiana, tanto no Estado de São Paulo, como no Estado de Minas, que não receberam o nosso questionário ou que o não responderam, que, caso se interessem em receber imigrantes, recortem o questionário a seguir reproduzido, enviando-o, devidamente preenchido, a êste Departamento de Estudos Econômicos da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro (Rua do Tesouro n.º 23, 8.º andar — S. Paulo).

Da nossa parte providenciaremos nas Repartições competentes a inscrição de todos que desejarem colonizar suas fazendas com os imigrantes cuja vinda está sendo promovida.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

QUESTIONÁRIO 1-E

Fazenda .....
Distrito de ..... Município de.....
Proprietário .....
Cidade mais próxima .....(a.....Km.)
Estação de Estrada de Ferro mais próxima .....(a.....Km.)
Estrada de rodagem .....
Area total da fazenda .....alqueires
Cultivada .....alq. — Pastos .....alq. — Matas .....alq.
Caráter geral do terreno: acidentado?..... — montanhoso?..... — plano?.....
Aguas?..... Qualidade das terras? .....
Quais as principais culturas? .....
.....
Quais as instalações industriais? .....
.....
Tem energia elétrica?..... própria?..... alugada?.....
Quantos colonos (famílias) tem agora?.....
Quantos trabalhadores? .....
Quais as nacionalidades dos colonos?.....
Dos trabalhadores (indicando o número de pessoa de cada nacionalidade).....
.....
.....
Quantas familias imigrantes deseja receber? .....
Que moradias tem prontas para novos colonos?.....
.....
Em que culturas pretende empregar os novos colonos? .....
.....
Qual a remuneração que pretende oferecer? .....
.....
Do que especialistas (mecânicos, eletricistas, ferreiros, carpinteiros, curtidores, etc.) necessita? .....
.....
Quais nacionalidades prefere e porque? .....
.....
.....

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Sugestões da Comissão Episcopal de Ação Social

A Comissão Episcopal de Ação Social, composta de SS. EE. os Srs. Cardeais D. Jaime de Barros Camara, Arcebispo do Rio de Janeiro; D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Arcebispo de São Paulo e dos Exmos. Srs. D. Alvaro Augusto da Silva, Arcebispo Primaz; D. Antonio dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte e D. José Scortegagna, Bispo de Vitória, publicou, em nome do Episcopado Nacional, um manifesto sôbre a questão social.

Nele se consubstancia um plano nacional de ação social, para aplicação imediata em tôdo o país, envolvendo *aspétos importantes e fundamentais* de nossas necessidades atuais.

Transcrevemos a seguir esse documento, em muitos de cujos tópicos, entre os quais os que têm por títulos "Problemas Rurais" e "Organização Operária", focalizam-se questões e sugerem-se soluções que de tôdo se enquadram entre as finalidades do *Departamento de Estudos Econômicos* da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

E' o seguinte o manifesto:

Assistência Social

A Assistência social, embora não seja a solução da questão, constitui contudo, *quando bem organizada* e aplicada, um elemento de desafogo de milhares de criaturas que de outra forma, nas circunstâncias presentes não encontrariam *outra maneira* de reajustamento, nem outros meios imediatos para atender às necessidades urgentes de sua vida, na defesa da saúde, da educação, da alimentação, da moradia e da higiene.

Por êsses motivos obvios, o Episcopado Brasileiro aponta ao clero e aos católicos um campo de ação social intensiva, como primeira etapa, de necessidade urgente e impreterível: — a Assistência Social.

Ao que já existe se juntam novas iniciativas amplas e corajosas.

Infância e Maternidade

Tenha-se em vista, antes de tudo, o cuidado com a infância e a maternidade. E' preciso não esquecer que a mortalidade infantil é espantosa, no nosso país, sobretudo nos meios desamparados, onde, aliás, o índice de natalidade é o mais alto. *Como medida prática* neste setor, se criem quanto possível Postos de Puericultura nas zonas urbanas e rurais. Maternidades, ainda que de tipo modesto, conforme o meio, sempre de acôrdo com as exigências mínimas técnico-científicas. Neste terreno é de grande conveniência um entendimento com o Departamento Nacional da Criança e com a Legião Brasileira de Assistência que, na sua fase atual, cuida, precisamente, dos problemas da infância e maternidade.

Para que o problema da pessoal exigido em tais trabalhos, seja encaminhado na sua solução prática, é indispensavel que os Senhores Bispos de cada Estado da Federação decidam, onde não houver, a criação imediata de uma Escola de Enfermagem, para preparação de enfermeiras e assistentes de gestantes, e de uma Escola de Serviço Social para a formação de Assistentes e Visitadoras Sociais. Estas Escolas, além dos cursos de maior duração escolar, deverão manter cursos intensivos de *preparação de* pessoal para as emergências do momento. E' interessante lembrar que, mesmo na Capital Federal, está se estudando, por figuras eminentes da Medicina, o estabelecimento de serviços ginecológicos e obstátricos a domicílio, onde não haja possibilidade de conduzir as gestantes a Hospitais-Maternidades.

Enfim, onde não for possivel se fazer nada disto imediatamente, que se instale, sob os cuidados de um médico, pelo menos, um ambulatório.

Problemas dos Menores

Amparar os menores sob os pontos de vista alimentar, sanitário, escolar e social, afastando-os da ociosidade, dos lugares inconvenientes e orientando-os para uma posição definida na vida profissional e religiosa — eis um postulado de ação prática de maior atualidade.

E' de importância capital que cada paroquia cuide destes problemas, como fundamentais. Uma escola junto a cada capela do interior, e cada Igreja paroquial, em cada Fazenda ou grupo de fazendas, em cada grande propriedade ou grupo de pequenas propriedades, mediante convênios com proprietários, os Prefeitos dos Municípios e os Vigarios, para efeito de sustentação do professorado *e outras despesas — são modalidades* de ação que se devem por em prática, imediatamente, onde for possivel, se estabelecam as escolas profissionais de tipo industrial e rural, não esquecendo nelas a preparação de modestos profissionais para a fabricação de utilidades em pequenas indústrias que se devem multiplicar nas cidades, vilas e lugarejos do interior, assim como nos campos, possibilitando, desta forma, em regra geral, a fixação do homem ao seu meio de origem. E nestas obras escolares, *quer de letras, quer profissionais*, não se ha de esquecer a criação de serviços religiosos, recreativos, esportivos e alimentares, bem orientados e bem administrados.

Famílias desamparadas

Elas existem, em enorme quantidade, através de todo o País. São viuvas, carregadas de filhos menores, são lares em que o pai, inutilizado por moléstia ou por vícios, passam as maiores necessidades. Cabe, neste setor, um grande papel às Conferências Vicentinas e às Damas de Caridade. E como a tal fim é de grandes proporções, será de todo, oportuno lançar um vigoroso impulso a estas beneméritas instituições, a fim de que, organizadas, no seu espírito próprio, mas com os seus serviços atualizados, *à altura das necessidades* do Igreja elas possam, dentro do quadro geral da Ação Social, assumir, inteiramente, a responsabilidade da assistência às famílias desamparadas. Um exemplo desta renovação e deste equipamento para atender aos reclamos do momento, pode-se apontar nas Vicentinas de Belo Horizonte.

Serviços gerais de saúde

Para atender, em geral, à população nas suas necessidades de saúde, estabeleçam-se, em cada paroquia, ambulatórios médicos e dentarios para os pobres, façam-se convênios, com os, porventura, já existentes; onde for possivel fundem-se Hospitais, a exemplo do que já se fez em muitas paroquias. Esses Hospitais e Ambulatórios, pequenos que sejam, constituidos em rêde de assistência médico-social com outras obras de assistência, constituem um poderoso meio de atender às necessidades do povo.

Alfabetização e educação dos adultos

Não vale a pena repetir que a maioria do povo brasileiro é constituida de *analfabetos*.

Mais vale procurar meios simples e de acordo com a nossa realidade de gente desprovida de grandes recursos para enfrentar problemas como êsse. Há experiências feitas, em outros países que se podem tentar entre nós.

Assim, neste nosso plano de ação social, de cunho popular, incluimos um

apelo: mobilização dos católicos para a alfabetização dos adultos, em grande escala. Quem possui capacidade de ensinar, organize, nas suas casas, nos clubes, nos grêmios, nos colégios particulares de ambos os sexos, — os Vigários em seus salões paroquiais — cursos noturnos para ensinar, algumas horas na semana, a ler, escrever e contar, aos homens e mulheres que, em nossa pátria, cresceram sem as luzes da instrução. Isto, porém, não basta. E' preciso formar, incutir princípios sadios, mostrar os feitos de nossa história, transmitir noções de moral e doutrina cristã, preparando, desta forma, um povo consciente, para participação em todas as manifestações da vida nacional. Ao Departamento de Educação e Cultura da Ação Católica Brasileira, cabe o papel preponderante nesta obra de patriotismo, na qual, cada um de nós poderia tomar a si alfabetizar, pelo menos, um adulto.

Formação social da mocidade estudantil

Se quisermos construir uma ordem social cristã, é necessário que os homens vivam a Doutrina Social da Igreja, em suas relações com seus semelhantes e com a comunidade a que pertencem.

Faz-se, pois, mister, um trabalho de formação que, com a cooperação da família, se desenvolva no ambiente dos colégios e tenha por base, não só o ensino da Doutrina Social Cristã, mas ainda o desenvolvimento do senso social dos jovens e das jovens estudantes, através de tarefas e atividades, apropriadas a desenvolver o gosto e o entusiasmo pelas obras de fraternidade cristã. Por isso, ao lado do ensino da Doutrina Social da Igreja, é aconselhavel que, nos nossos colégios de ambos os sexos, se criem gremios estudantis de ação social e realizem, em épocas determinadas, campanhas de caráter popular, em que se desperte o interesse de nossa mocidade pelos problemas do povo. Apresentamos êste campo, como uma tarefa digna de abrir novos horizontes à Ação Católica, nos ambientes colegiais.

Organização operária

Como uma constante determinação da Igreja, às vêzes, muito discutida pelos próprios cristãos, a organização da classe operária deve constituir objeto de uma ação imediata por parte dos párocos e dos católicos esclarecidos.

Os Círculos Operários aparecem, aqui, como próprios para ser a base desta organização no seu aspecto de instituição, de assistência econômico-social aos trabalhadores de todas as categorias e de todas as origens, desde que aceitem a moral cristã, não atentem contra a Família, respeitem as nossas leis e busquem suas reivindicações dentro da ordem. Que se criem, imediatamente, mas com preparação muito criteriosa, Círculos Operários em todas as paroquias, com trabalhadores urbanos e rurais, estes em Nucleos, instalados em suas próprias zonas de trabalho. Procure-se, alem disto, que os serviços de assistência social ao operariado, onde existirem ou forem fundados os Círculos Operários se façam por intermédio destes, quanto possivel. Na imensa extensão territorial do Brasil existem gremios de trabalhadores cristãos com múltiplas finalidades de beneficência, ensino e mutualidade, existem milhares de operários nas nossas organizações religiosas, e outros grupos se podem formar em oficinas, empresas e nos campos. E' preciso que haja um organismo unificador de todos êsses elementos, em cada Estado da Federação e no Distrito Federal. Para isto fica estabelecido que as organizações destes varios movimentos operários constituam numa central de unidade cristã do nosso operariado. Deve ser fundado, de preferência na capital de cada Estado, ou na sêde das Dioceses, por motivos especiais, bem como no Distrito Federal, um organismo federativo, em moldes amplos, que lucha tambem, os Círculos Operários. Estes organismos federativos se unam na Confederação Nacional do Operários Católicos, já existente com sêde no Rio de Janeiro. Com o movimento operário assim unificado e para efeito das Campanhas de caráter geral o representativo, cooperem a Juventude Operária Católica (JOC) e as outras secções operárias da Ação Católica. Desta forma teremos organizado o setor trabalhista do Departamento de Ação Social da Ação Católica Brasileira.

E' de suma importância lembrar que no trabalho de elevação da classe operária, ha certos pontos fundamentais que, esquecidos, diminuiriam enormemente, a eficiência de seu papel na hora atual.

Assim, se dê um lugar de relevo à educação do operário, quanto aos hábitos de economia e previdência. Promovam-se meios — como já se tem feito, com resultado, em muitos lugares — para que as reservas que, por ventura, sobrem do sustento de sua existência, sejam depositados, em nome individual de cada um deles, na Caixa Econômica ou em outros estabelecimentos de Crédito Popular, com finalidades especiais, como, por exemplo, para compra da casa própria.

Mostrem-se aos trabalhadores as suas responsabilidades e os seus deveres. Sejam êles levados, por convicção, a satisfazer estas obrigações para que isto seja um argumento poderoso nas reivindicações de seus direitos. Seja lembrada ao operariado cristão, a necessidade, a urgência e o dever de entrarem nos seus Sindicatos de classe e, aí atuarem como portadores de sua formação social cristã.

Problemas rurais

Grande parte da ação da Igreja se faz no interior do País. Os Bispos e os Sacerdotes que, alí, trabalham, conhecem de perto as necessidades dos homens do campo.

Muito pouco se realizou, até hoje, pelos camponeses, rendeiros de terra e pequenos agricultores. Nisto vamos encontrar um dos motivos mais alarmantes da fuga do campo para as cidades. E' desejo do Episcopado que se estabeleçam quanto antes, medidas seguras para se levarem aos homens e ás familias camponesas as possibilidades de melhoria. Serviços de saúde ambulantes, escolas, moradias condignas, serviços de equipes de educadoras, terrenos para o cultivo, meios para a pequena irrigação, difusão da pequena propriedade, são iniciativas que se devem por em prática sem delongas, pela ação dos particulares e dos poderes públicos e a êste trabalho daremos nossa entusiástica colaboração, não só levando os católicos a esta modalidade de ação econômico-social, mas ainda influenciando junto aos proprietários e fazendeiros para que, tambem êles, se incorporem a esta cruzada de renovação. A exemplo do que faz a Conferência de Vida Rural Católica dos Estados Unidos, estamos dispostos a uma colaboração com o Ministério e as Secretarias da Agricultura, nas paroquias rurais, prestigiando e apoiando êstes Departamentos de Serviço Público em levar aos homens da lavoura, a defesa, a instrução, a assistência social, a difusão do cooperativismo, o crédito, o emprêgo da mecanização agricola e a implantação do ensino profissional agricola. Por sua vez, o Ministério e as Secretarias da Agricultura facilitem as atividades católicas neste terreno, pelos meios ao seu alcance, sobretudo destacando técnicos de valor moral e profissional para visitar, orientar e encaminhar as iniciativas que forem surgindo, gradativamente.

As classes conservadoras

A luta de classes é abominavel aos olhos de Deus porque divide os ho-

menos, sob o signo do ódio, da violência e da morte.

O grande ideal cristão é que se chegue, pelo feliz encontro de soluções harmoniosas, a uma transformação social em que as riquezas se espalhem, em justo equilíbrio, por todos os homens que trabalham. Em vez de supressão total de propriedade privada, apontamos outra modalidade mais humana, garantidora da liberdade e da independência: "mais *propriedades, propriedade* para todos". Para se chegar a isto, cristãmente, é preciso que os homens, dirigidos e dirigentes, empregados e empregadores se tratem dentro do critério de respeito, dignidade, justiça e fraternidade.

Estamos afirmando a maneira prática, pela qual vamos realizar o nosso programa de ação social, em nossos campos de trabalho. Que êles apliquem, como norma constante, o que lhes é apontado na doutrina social da Igreja. A verdade cumpre realizar, êles são chamados a traduzir numa cooperação sincera com os movimentos sociais que se fazem segundo nossas tradições.

Princípios básicos de nossa ação social

Todo nosso pensamento e as nossas energias têm como objetivo a reforma social cristã. Mas esta não se faz sem uma influência poderosa sôbre a opinião pública. As medidas de transformação que propomos devem ser caminhos abertos ao que mais desejamos; isto é, que a nossa sociedade seja reestruturada em bases que possibilitem ao homem alcançar pelos seus esforços, e os da comunidade solidária, um grau de bem estar material e espiritual que estabilize e dê tranquilidade às famílias e aos indivíduos. Que os desajustados inevitáveis se constituam, apenas em exceção das contingências humanas. Na busca deste equilíbrio social é preciso convencer homens e mulheres da sua capacidade humana para resolver os problemas individuais e sociais que, segundo um critério falso se julga que só os govêrnos podem resolver.

Os govêrnos têm sua tarefa de promover o bem comum. Escolhê-los, capazes de dirigir o povo, na conquista deste bem comum, também é dever dos católicos. E se a reforma social se ha-de efetivar pela feitura e execução de leis, regulamentos e medidas práticas que estabeleçam, real e objetivamente, o *bem do povo*, é claro, também, que para isto devem estar preparados os católicos. Nas fronteiras da ação social e se articulando com ela, está a ação política no seu elevado sentido, decreta regência dos povos. Para orientar os católicos neste terreno existe a Liga Eleitoral Católica. Que, no seu espírito extra-partidário, ela esteja, cada vez mais apta e cada vez mais pura, a fim de avaliar sua missão de orientar os católicos neste terreno delicado, mas necessário aos legítimos ideais cristãos de reforma social e política. Os quadros do eleitorado da L.E.C. devem ser cada vez mais numerosos e, para tal, nenhum esforço seja poupado no alistamento eleitoral.

Os intelectuais e universitários católicos

Não haja claros nas nossas fileiras. Na batalha da renovação social cristã, um papel de capital importância cabe aos intelectuais e aos universitários cristãos católicos.

Desenvolvam êles mais e mais a missão de, sob a orientação e às ordens da Hierarquia Católica, estudarem para difundir no meio do povo e em contacto permanente com êste, os princípios sociais cristãos.

Unam-se em grêmios de estudo e de ação e entrem no campo da luta para a alegria da Igreja. A Juventude Universitária Católica, unida com seus mestres, se dê a êste trabalho de articulação da mocidade estudantil para a reforma social, com os nossos veementes aplausos. Aliás, falando a jovens não podemos esquecer um problema importante e que pede urgente solução, qual seja o de lhes proporcionar uma organização de caráter cultural, esportivo e social com instalações condignas e modernas, sobretudo nos grandes centros.

A Imprensa e o Rádio

A imprensa brasileira, com raras exceções, foi sempre entusiasta e compreensiva no acolhimento e difusão das iniciativas e campanhas de interesse para o povo, que a Igreja tem empreendido. A simpatia e o apoio de outras horas, que já constituem uma tradição, não poderão faltar nestes momentos decisivos que o Brasil com suas tradições cristãs está vivendo. Particularmente a imprensa católica diária e periódica, espalhada por todo o território nacional, empregue a melhor de suas possibilidades em difundir os princípios e as realizações concretas das atividades sociais dos católicos.

O que fica expresso relativamente à imprensa não ha de ser esquecido no que diz respeito ao rádio, prodigioso meio moderno de pôr os homens em contacto com idéias e fatos, a cada instante do dia e da noite.

Órgãos de unidade e execução

Para evitar a dispersão de esforços, coordenar todas as realizações deste Plano Nacional de Ação Social e articular tudo o que já existe em matéria de trabalhos sociais dos católicos, numa orientação única, seja instalado em cada uma de nossas dioceses, segundo os Estatutos da Ação Católica Brasileira, e dentro das normas de uma eficiente organização técnica em matéria e pessoal, um Departamento Diocesano de Ação Social e, no Rio de Janeiro, o Departamento Nacional de Ação Social. Este último terá a função de unir os Departamentos Diocesanos e respeitando a autonomia e as peculiaridades de cada um, elaborar e orientar a execução do programa social da Ação Católica Brasileira.

Por delegação do Episcopado Nacional, a Comissão Episcopal.

(as) -|- Jaime, Cardeal Camara, Arcebispo do Rio de Janeiro.
-|- Carlos, Cardeal Motta, Arcebispo de S. Paulo.
-|- Augusto, Arcebispo Primaz.
-|- Antonio, Arcebispo de Belo Horizonte.
-|- José, Bispo de Vitória".

RESTAURAÇÃO DOS CAFEZAES

WILLIAM W. COELHO DE SOUZA
Assistente do Departamento de Estudos Económicos

O café foi a maior riqueza de São Paulo e do Brasil; e apesar das crises pelas quais tem passado, ainda é o nosso mais importante produto de exportação, mesmo através de todas as dificuldades da época presente.

Nos dias que se passaram durante os quais uma série de circunstâncias influiram para a situação critica da lavoura cafeeira, desde 1930, os lavradores foram compellidos a arrancar os cafezais e assim o número de cafeeiros no Estado de S. Paulo baixou consideravelmente e a respectiva produção exportavel *em 1929* veio de 16.697.696 saccas para 5.600.000 em 1945-46.

Na Zona da Mogiana a última estatística da safra cafeeira foi de..... 1.130.010 saccas de 60 *quilos, ou sejam* 6.798.060 quilos, correspondendo a producção de 175.165.112 cafeeiros, em 47 Municipios, cujas médias de producção por mil pés em 35 desses Municipios, *tal* 27,3 arrobas; e em 12, de 29-7 arrobas.

Vê-se destes dados que baixou consideravelmente o número de cafeeiros existentes no Estado, a sua *producção global* e por mil pés. As medidas de 21,3 à 29,7 por mil pés, — são realmente insignificantes. E se explicam pelo abandono a que estiveram sujeitas as lavouras, pelas culturas intercalares dos colonos; pela falta de tratos, especialmente a adubação e as capinas; e pela erosão.

Quem viaja pelo interior ou visita as lavouras cafeeiras do *Estado ficará*, como temos ficado, desolado com o triste aspecto que apresentam; as árvores perderam a forma, e a folhagem, prejudicando as varas sêcas e improdutivas.

E' *admiravel como* tais lavouras tenham resistido aos anos de abandono a *que estiveram sujeitas, e ainda possam* offerecer qualquer producção, mesmo pequena.

A situação precaria que atravessaram teve sido a causa do seu baixo rendimento. Como poderiam offerecer maior se a producção é função da terra e dos tratos culturais dispensados à plantação?

Todavia, ainda é possivel remediar o *mal, restaurando as lavouras cafeeiras* existentes. E convem fazê-lo, porque é econômico e reprodutivo. Póde-se facilmente, em cêrca de dois annos, operar a restauração das lavouras velhas. A situação estatistica do café, no Brasil e no mundo, é satisfatória. Não temos café suficiente para atender as necessidades do consumo internacional, *tanto a América do Norte*, como a Europa precisam do café e a nossa população atual não poderá atendê-los.

Os preços pelos quais são vendidas presentemente as nossas partidas de café, são altamente compensadores e encorajam qualquer esfôrço que se faça em melhorar as lavouras.

Não se diga que seja essa uma situação *provilegiada* do momento. Não. Tudo indica, diante da falta de café entre nós e nos demais paises produtores e da procura dos mercados consumidores, que teremos preços internos favoráveis para pagar o café brasileiro.

Do que sabemos, a Colombia, apesar de todos os esforços que tem feito não poderá aumentar facilmente suas plantações cafeeiras. A sua topografia e as condições do meio, não permitem surtos apreciáveis das suas culturas. O mesmo quase poderá ser dito de outros paises produtores e nossos concorrentes.

O Brasil continua apresentando entre os paises produtores de café, do mundo, condições especiais, para um aumento razoável de sua producção. E além das probabilidades favoráveis da natureza, fatôres ponderaveis nos poderão permitir ter producção a baixo do custo.

Nestas condições, a restauração das lavouras velhas atualmente existentes, é *um dos meios faceis de obter um pronto* aumento de colheita. Quaisquer operações que se façam para aumentar a producção das lavouras velhas, serão tentativas e despezas perfeitamente faceis de compensação, em razão dos preços de venda do momento.

Não se diga que tais beneficios sejam temporarios; que não tenham fundamento em uma realidade estatistica e econômica. Amanhã toda a situação favorivel do presente poderá se modificar.

Provavelmente tal não acontecerá; porque a tendência é de se refazer o consumo, tanto na América como na Europa. Como acentuamos, tanto a producção do Brasil, como a dos outros paí*ses produtores, não chega para* atender as necessidades do consumo do café.

E' curiosa a circunstancia que vamos apontar; não possuimos atualmente, lavouras de café, em número e em quantidade suficientes para atender aos pedidos que nos chegam da América do Norte e da Europa.

Podemos, pois, restaurar as lavouras *existentes e formar novas, em terras ve*lhas de cultura, que tenham sido cafezais. Estes serão os dois meios seguros para aumentar a producção cafeeira do Paiz e sempre em condições econômicas e fartamente compensadoras.

As lavouras velhas existentes precisam de dois fatôres essenciais; primeiro, a *matéria orgânica*, para restituir *as reservas de humus que foram con*duzidas da superficie das terras pelas enxurradas; ou que haja se transformado em sais minerais, retirados pelas árvores, em anos sucessivos de colheita, sem novos suprimentos aos sólos; ou que foram arrastados pela erosão. De qualquer maneira, é indispensável trazer ás desaparecidas, a *materia orgânica* que perderam.

Tambem é necessário dar a essas mesmas terras de lavoura, a umidade que precisam, para dissolver os sais minerais nelas contidos.

A *matéria orgânica* e a *umidade*, são pois, os fatores essenciais a fornecer já as terras, a-fim-de restaurar as lavouras cafeeiras.

Dando ao sólo êsses dois elementos fundamentais, para a volta de sua fertilidade, asseguraremos immediatamente a possibilidade de fazer com que aumente a producção das árvores por mil pés.

Concomitantemente, é preciso fazer a replanta de todas as falhas dos cafezais e substituir sistemàticamente todas as árvores mortas, incapazes de reagir aos tratos culturais. Não é possivel onerar as árvores em condições de vegetação e de producção, com as falhas e as árvores improdutivas. Cafezais em tais condições, terão sempre producção baixa, porque as poucas árvores ora existentes, terão que produzir pelos claros atuais que oferecem as lavouras.

A restauração dos cafezais é econômicamente possivel e deverá ser empreendida, sem demora, pelos *fazendeiros*.

Para isso é preciso primeiro, garantir o sólo, ponto de apoio das lavouras, contra os efeitos do terrivel desgaste da erosão. E os meios mais eficazes de combate ao maior inimigo, das terras que é a erosão, são os *Cordões de contorno; as covetas*, principalmente nos terrenos muito ingremes e *pedregosos* e a *humificação* do sólo.

Do primeiro falaremos detalhadamente em capitulo à parte. Depois *faremos o mesmo* com as demais operações.

Temos ainda outros meios ao nosso dispôr, tais como: o *Sombreamento* e a *Irrigação*; que igualmente serão depois objeto de subsequentes estudos especiais.

Neste trabalho em que *procuramos* ressaltar a necessidade de restaurar as

lavouras cafeeiras, para que os cafezais passem de agora por diante a produzir economicamente, faz ainda outro aspéto econômico, fundamental, a ser encarado nas fazendas.

E' o relativo a sua produção global em comparação com o seu valor venal, cafezais, pastos ou invernadas, capineiras, terras de cultura e criação.

Na restauração dos cafezais, é necessário ter em conta a produção do *estrume de curral*, em quantidades apreciaveis para adubar as lavouras; e isso porque, é êle uma das melhores fontes de matéria orgânica para o sólo e os cafezais.

Atualmente a maioria das antigas fazendas cafeeiras, onde ainda tem cafezais plantados, é explorada num regimen misto, de lavoura e de criação, quase sempre do *gado vacum*. Os seus cafezais foram arrancados e aumentadas as invernadas e capineiras; porém, o gado existente não está de acôrdo com as áreas de invernadas e *nem os próprios animais têm valor econômico*, que corresponda ao das terras nas quais pisam.

E' um problema sério nas fazendas de café, ter animais em número capaz de produzir econômicamente a quantidade de *estrume de curral* de que carecem as lavouras cafeeiras a restaurar.

O gado vacum é relativamente caro, caras são as terras de invernadas de que precisam; caro o arame para cercas; as instalações indispensáveis; cocheiras, estrumeiras, silos, banheiros carrapaticidas; e ainda, a quantidade de estrume por maior que seja, não corresponde em quantidade e em preço, ao que se torna necessário para a adubação das lavouras cafeeiras a restaurar.

E' preciso pensar em outras fontes de produção da *matéria orgânica*, de que os sólos dos cafezais carecem.

A melhor delas, a mais aconselhavel, mais prática e econômica, é dada pela Avicultura. A criação racional de galinhas é um dos melhores auxiliares da campanha de restauração das lavouras de café.

Por toda parte o espantalho das fazendas é a falta de braços para as fainas da lavoura de café, que sempre demandou muita mão de obra. E' impossivel mesmo com os preços altos do café atualmente, elevar os salários e os preços das empreitadas dos colonos nos tratos culturais, pagando taxas mais elevadas. A lavoura cafeeira não suporta. Os lavradores estão em um dilema sério. As taxas antigas dos tratos, mesmo um pouco majoradas, não são suficientes para permitir ao colono uma renda mensal razoavel para a sua subsistência e de sua familia.

Os fazendeiros não podendo dar aos colonos taxas de tratos mais elevados e compensadoras, os colonos sendo atraídos para as cidades pelos melhores salários que lhes offerecem as fábricas, abandonam o campo e seguem para as fábricas das cidades. Disto tem resultado *alarmante esvasio do campo e a* situação de penúria de braços nas Fazendas. Cada vez se agrava mais a calamitosa falta.

Então, surge um problema capital, os fazendeiros precisam descobrir outras maneiras de proporcionar aos seus colonos uma renda mensal de limites tais, que lhes permitam sua manutenção e de suas famílias.

Nos planos de Fomento da Companhia Mogiana, estudamos entre outras atividades lucrativas para as Fazendas de café, a Avicultura.

Por ela se poderá proporcionar aos colonos cuidar de um certo número de aves, equivalentes às pessoas de familia que poderão colaborar no empreendimento. A administração fornecerá os galinheiros, telas e demais instalações; a alimentação das aves, o tantas cabeças quantas ficar convencionado; os colonos entrarão com o seu trabalho e pagarão os adiantamentos recebidos, a proporção dos seus fornecimentos, na ocasião da entrega da produção.

Desta maneira, é possivel facilitar aos colonos uma renda apreciável ao seu orçamento doméstico.

Póde-se nas grandes Fazendas de café aproveitar suas instalações antigas e em parte abandonadas, como os terreiros.

Tambem é certo que, um Aviário requer capital para cobrir as despezas de sua instalação, em condições técnicas convenientes.

No fim de algum tempo o proprietário se indenisará de todas as despesas e terá desde o início, renda própria, auxiliando o custeio da Fazenda; dará novas fontes apreciáveis de renda aos seus colonos, concorrendo deste modo para melhôr-os à terra; e terá na limpeza periódica dos galinheiros, preciosa fonte de adubo para ajudar a restauração de suas culturas cafeeiras, e a fertilificação das suas terras de culturas.

E' preciso considerar que, o estrume das gallinhas, principalmente num regimen de rações balanceadas, nas quais entram *todos os elementos essenciais* para a vida e a produção das mesmas, torna-se rico e equivalente ao *guano* natural.

Numa exploração racional das aves é possivel coletar todo o estrume proveniente da limpeza dos galinheiros e abrigos das aves.

Em tal regimen sabe-se, segundo escreve o Snr. Henrique F. Rabbo, valendo-se de um trabalho do Massachusetts State Colege, na America do Norte, que uma galinha da raça "Rhode-Island-Red", com o pêso de 2.475 gramas produz de 21 a 22 quilos anualmente de estêrco.

Nestas condições, uma criação de 500 galinhas de semelhante raça, deverá produzir cerca de 11.000 quilos de estêrco.

Por êsse cálculo vê-se que, a produção anual do estêrco de galinha em cada Fazenda, cresceria proporcionalmente ao número de aves do plano estabelecido.

Realisação sempre possivel em uma Fazenda de Café porque não colide com a exploração e os trabalhos desta cultura.

Em outros tempos seria absurdo fazer semelhante proposta a um Fazendeiro de café. Hoje, porém, com a situação de penúria das lavouras; as dificuldades de crédito para seu custeio; o encarecimento de todas as utilidades e da mão de obra; o sério problema social do braço, com que ora se luta; é oportuno lembrar aos fazendeiros de café, a Avicultura, como fonte econômica de renda, para a Fazenda e de suprimento de estrume, como fonte eficiente de matéria orgânica, necessária para a restauração das culturas cafeeiras, depreciadas pelas intempéries e pelo abandono a que estiveram sujeitas.

Tal seja o número de aves e a consequente quantidade de estêrco das mesmas obtidas, convem fazer para êle nas Fazendas um depósito que seja coberto e abrigado dos ventos e das chuvas, para se poder aproveitar integralmente toda a sua riqueza de princípios nutritivos para as plantas.

Bastará a construcção ou o aproveitamento das conhecidas estrumeiras ou estercqueiras, existentes nas Fazendas.

Dado o interesse para o nosso caso, com a devida venia, transcrevemos de já citado trabalho, a composição química do estêrco de galinha, expressa pelos algarismos seguintes:

Humidade	52,93%
Matéria orgânica	29,80%
Azoto total	2,12%
Potassa total (K2O)	0,60%
Acido fosfórico (P2O5)	1,21%
Cálcio total (CaO)	1,16%

Dai se tufere que uma tonelada de estêrco de galinha tem:

Matéria orgânica	293,0 quilos
Azoto	21,2 "
Potassa	6,0 "
Acido fosfórico	21,1 "
Cálcio	11,6 "

A riqueza do estêrco de curral (de gado vacum, geralmente), considerando, *apenas os três elementos nobres* principais, por tonelada, é de:

Azoto	5	quilos
Ácido fosfórico	2,5	"
Potassa	6	"

Comparando-se os dois, vê-se que, o teor de potassa é o mesmo; o de azoto é cêrca de 4 vezes maior e o de ácido fosfórico é 10 vezes maior, no estêrco de galinha; ao passo que, o do gado, além de mais pobre nos citados elementos, não possue cálcio.

Vê-se por essa comparação a superioridade da riqueza do estêrco das aves sôbre o do gado, que tem grande *volume* de celulose, água, alguma matéria orgânica; mas, é relativamente pobre em elementos minerais.

Aliás, isso não é novidade. Todos que estudam e praticam a adubação, sabem disso, tanto que uma prática recomendavel em tempos normais de bons preços, é a adição dos adubos químicos ou minerais, ao estêrco de curral nas dosagens convenientes; na ocasião da adubação, ou ainda quando na estrumeira, ou depois de aplicado o estêrco de curral nas lavouras, completando a adubação com os adubos minerais. Os dois primeiros processos são os mais proveitosos.

Em tempos normais, ainda se poderia *enriquecer mais o teor de ácido fosfórico* do estêrco das aves, adicionando-o antes da sua aplicação no terreno.

Todavia mesmo considerando que apesar de mais rico que o de gado, êle poderá ser ainda enriquecido com a adição do ácido fosfórico e a potassa, até se tornar uma adubação ideal e completa para as terras; é muita cousa aplicar nos cafezais, apenas, o estêrco das aves; considerando-se a sua flagrante pobreza em matéria orgânica e sais minerais.

O estado do depauperamento das árvores de café; da maioria das lavouras *do S. Paulo*, denota a penúria, a fome, que suportam, em razão do empobrecimento do sólo; de modo que, levando às terras o estêrco das aves, já se lhes faz um grande, um enorme benefício. Seria o mesmo que oferecer a uma criatura faminta, uma suculenta tijela de mingáo, quando sabemos que há outros alimentos que tambem lhe poderiamos proporcionar.

Certo de que, é preciso levar ao sólo dos cafezais, por todos os meios, a *matéria orgânica*, como elemento seguro de restaurar as culturas atualmente tão depredadas.

Tambem devemos considerar que é econômica e compensadora pelos meios indicados, a restauração *das lavouras de café*. E' preciso restaura-las quanto antes, fazendo com que voltem a produzir satisfatòriamente e afastemos de nossa vista o aspéto atual desolador das culturas cafeeiras, dignas de melhor sorte, sabendo-se que o café, foi, é, e será a maior riqueza agrícola do Brasil.

CORDÕES DE CONTORNO

Quem veja ou visita as nossas lavouras de café, observará o estado de depredação a que chegaram e sobretudo os estragos da erosão no sólo.

A maioria é feita nas terras altas, poucas se estendem nas baixadas e planícies, justamente os morros são as partes mais sujeitas a ação das enxurradas. Cada chuva forte que cae ao sólo, levn nas águas que descem para a planície particulas minerais da terra e elementos orgânicos em decomposição. De outro lado as capinas a enxada deixam cada vez mais compacto e vítreo o sólo das lavouras; o desta arte, favorável ao fenômeno da erosão.

As chuvas encontram melhores condições para correr pela superficie e não se infiltrar. Assim, as plantas muitas vêzes não se beneficiam das pesadas chuvas que caem porque as águas correm pelos flancos até às varzeas.

O arrastamento constante da terra da superficie das lavouras de café, acaba por empobrecer o sólo, que assim perde a sua riqueza orgânica e mineral. E pelo seu estado de compacidade perde-se tambem boa parte da água pluvial caída.

Naturalmente semelhantes perdas *estão em função da natureza do sólo*. Nas terras arenosas, as lavouras se empobrecem rápidamente, tal como acontece, na formação tipo Baurú da Noroeste, da Araraquarense e Alta Paulista. Nas terras massapé, de formação arqueana, encontram-se cafesais velhos, ainda de bom aspecto e produzindo 40 arrobas por mil pés. Nas partes de salmorão, a erosão é mais ativa. Nas terras roxas as lavouras se têm mantido produtivas e ainda se encontram produções de 60 arrobas por mil pés, em cafés velhos.

Daqui se infere que a natureza do sólo e a sua topografia têm papel importante sôbre o efeito da erosão nos cafesais. Bastem-se a isso as práticas danosas do alinhamento das plantas seguindo o maior declive do terreno; as capinas de morro acima, e o encordoamento do mato, tambem acompanhando a linha de maior declive, daí então os efeitos mais funestos da erosão.

Em dois séculos de cultura cafeeira tais circunstâncias têm criado os desertos que vemos por toda parte e as terras erosadas das lavouras cafeeiras, dos pomares, das invernadas e das culturas anuais.

Estamos cada ano que se passa preparando novos desertos áridos e improdutivos às gerações futuras. E como a terra não é apenas um bem do indivíduo, *mas, um patrimônio nacional*, estamos todos no dever de defendê-la e de combater por vários meios a erosão a que fique exposta pelas práticas culturais.

Assim sendo, nas lavouras cafeeiras já formadas, o meio econômico e prático de evitar os danosos efeitos da erosão do seu sólo, é adotando os "Cordões de contorno", que são "curvas de nível", construídas entre as árvores.

Naturalmente, numa lavoura já formada e na qual as plantas não foram plantadas em nível, não é possivel construir curvas perfeitas para reuni-las. Há *casos em que a construção se aproxima*, ou se afasta muito de pé, obrigando àquele que faz a locação a desviar-se do obstáculo, que no caso é a árvore.

A Secretaria da Agricultura do Estado mantem na Divisão do Fomento, uma Secção especialisada de Combate à Erosão. A Secção do Fomento do Departamento de Estudos Econômicos, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, mantem técnicos em Campinas, Casa Branca, e Ribeirão Preto, e procuram aparelhá-los com niveis para o trabalho de nivelamento do sólo dos cafesais, com os aratos necessários a construção dos "Cordões de Contorno" e em estreita colaboração com os técnicos da Secretaria da Agricultura, em cada um dos seus setores principais de trabalho, oferece aos lavradores de sua zona os seus serviços, desejando cooperar para que se multipliquem os "Cordões de Contorno", — à maioria das lavouras cafeeiras de sua zona, como meio seguro de preservá-las da erosão e de *reter as águas pluviais* no sólo, facilitando a produção das plantas.

Nesta Capital, como nos pontos do interior indicados, estão os técnicos do nosso Serviço de Fomento, sempre ao inteiro dispor dos senhores lavradores, cooperando com os técnicos oficiais, num magnífico trabalho de extensão às suas iniciativas.

E assim o fazemos certos de que, a construção dos Cordões de Contorno, nas Lavouras de café é a melhor maneira de preservá-las da erosão e de

garantir a sua boa produção, pelo armazenamento de grande quantidade dágua que cae ao solo, durante o período das chuvas.

E' a umidade um fator poderoso para manter a fertilidade e a produção das terras, porque ela dissolve constantemente os saes minerais existentes no solo.

MEL

COMENTÁRIOS APICOLAS

A exportação de mel *chegou a limites nunca registados no país, pois de...* 74.631 quilogramos exportados no ano de 1930, passamos a 2.931.304 no ano de 1944, estimando-se que no ano em curso se exportarão possivelmente mais de 4.000.000 de quilogramos.

O interêsse existente no exterior por nosso mél é tão evidente na atualidade, que alguns exportadores, ante o perigo de não poder cumprir seus compromissos, *se apressaram a contratar desde fins do* inverno passado, a colheita de vários grandes produtores, correspondente ao período do 1945/1946.

A procura do mél, sua exportação e cotações continuam — e continuarão — sendo completamente firmes, pelo menos, até ao próximo ano. O referido produto era pago ao apicultor antes da guerra a $0,40 (Peso argentino) o quilogramo, aproximadamente, enquanto que na atualidade é cotado sem vasilhame *posto no* local de produção, entre $0.85 e $0.90, segundo a qualidade.

Especuladores da apicultura adquiriram algumas partidas de mél a $0,40 o quilograma. Estas operações as realizaram, desde logo, com alguns produtores isolados, desprevenidos, não agremiados o que, não lendo publicações especializadas, ignoram quando o produto se cota a bons preços.

Transcrito do "Mundo Avicola"
da Argentina, Abril de 1946.

O Fomento Agrícola e as Ferrovias

Transcrevemos a seguir, data venia, o artigo que, com o título supra, publicou a "Folha da Manhã" de 17 de julho último.

Até há pouco tempo, as ferrovias nacionais preocuparam-se mais com o problema técnico de suas linhas, com as questões estritamente ligadas ao transporte de carga e passageiros, do que realmente com o aspecto econômico das *regiões por elas servidas*. A noção da estrada de ferro exclusivamente empresa fornecedora de meios de transporte, e como tal preocupada precipuamente com traçados, taxas de viação, material *rodante, operariado, passageiros e outros* assuntos inerentes a essa função, foi sempre o eixo da vida de nossas ferrovias. De quando em vez, repontava, como uma espécie de oasis num deserto, a iniciativa renovadora desta ou daquela *ferrovia, plantando* essências florestais, ou criando companhias de colonização, para valorizar os largos trechos de terra, onde a exploração agrícola não conseguia mais, no regime das grandes fazendas, tirar proveitos e vantagens. A estrada de ferro colonizadora, interessada no fomento da terra, em suas múltiplas modalidades, não era, e infelizmente ainda não é, a essencia de nossas melhores companhias.

Decidiu, entretanto, a Companhia Mogiana tomar outros rumos, e ao lado dos *melhoramentos notaveis projetados para* os próximos anos, melhoramentos que encontrarão os mais longos trechos e intensificarão as correntes de intercambio, inaugurou, com a criação de um Departamento Econômico, a fase do levantamento da produção rural, seja em sua forma industrial, seja sobretudo na sua feição tipicamente agrícola. Nesse sentido, já foram realizadas no interior do Estado, nos municipios mais prosperos servidos pela Mogiana, como Ribeirão Preto, *as primeiras* demonstrações práticas de processos de cultura, de defesa das terras contra as erosões, de novas formas de atividade rural, de melhoria das condições de vida dos trabalhadores, *de ensino rural acessivel aos filhos* dos trabalhadores, de aviários e hortas-modelo, enfim, de um vasto plano de assistência técnica que se estende desde o ensinamento dos melhores métodos de cultivo até o fornecimento, pelo custo, de maquinario *agricola, adubos, insecticida*, conselhos práticos e outras mil e uma formas de ajudar o agricultor paulista.

A primeira vista, poderia parecer duplicidade de esforços essa tentativa interessante da Companhia Mogiana, sabendo-se da eficiência e da vontade com que os técnicos da secretaria da Agricultura e de outras entidades públicas se interessam e tratam do mesmo assunto. Na realidade, porém, na prática das coisas, o esforço da Mogiana completa o dos órgãos públicos, realizando o que

para êstes é algumas vezes impossível, devido às peias burocráticas e sobretudo à falta de recursos nos tempos mais adequados. Sem pôr de lado a assistência dos orgãos do govêrno, mas indo de encontro ao seu programa, cooperando com êles, servindo-se deles, trabalhando com os seus próprios técnicos na luta comum de melhorar as condições de vida dos meios rurais, em uma palavra, utilizando tudo quanto de bom e útil as secretarias de Agricultura podem oferecer, mobilizando no final das contas o interêsse, a energia e o entusiasmo dos operosos agrônomos regionais, a Companhia Mogiana iniciou, sob os melhores auspícios, e com os aplausos da população rural das zonas por ela servidas, o vasto e elevado plano de levantamento econômico de um dos mais tradicionais trechos do *Interior paulista*.

Essa função econômica, a que tantas vezes temos feito referência, é agora uma preocupação traduzida em realidade palpável. Já dela estão tirando proveito, apesar de recente a iniciativa, inúmeros lavradores de São Paulo, cujas fazendas servem de séde a tais atividades e cujos lavradores podem assistir, sem maiores percalços, às lições oferecidas pelos técnicos nas muitas demonstrações práticas realizadas ultimamente.

Dessa mentalidade arejada, fruto da concepção moderna da função das ferrovias, surgirá fatalmente a comunhão de interesses do meio e da ferrovia, do meio servindo-se dos trabalhos e vantagens oferecidos pelas entidades técnicas da estrada, e da ferrovia, porque a expansão da produção lhe dará maior carga a transportar e, consequentemente, maior soma de recursos para enfrentar os difíceis problemas de remodelação e reequipamento do material rodante e melhoramento de traçados.

Ninguém mais pode hoje descansar à sombra das conquistas passadas. O progresso exige renovações e modificações, visando e atingindo problemas e setores antes julgados fora do alcance e da *função das estradas de ferro*. A criação de um Departamento Econômico, como já se fez na Companhia Mogiana, e os resultados práticos de seus ensinamentos e assistência serão dentro em breve tão indispensáveis que nenhuma outra estrada de ferro deixará de incluir atividades semelhantes no seu programa normal de desenvolvimento e trabalhos.

O que se deve fazer no aviario nos meses de Outubro a Dezembro

Conservar as melhores galinhas poedeiras em galinheiro e parque separados, acasaladas com galos de boa origem, perfeitos e saudaveis, na proporção de 7 a 8 galinhas para cada galo. Sòmente dêsse lote, ou dêsse cercado serão aproveitados ovos para incubar. As demais frangas e galinhas, cujos ovos não forem necessários para incubação deverão ser conservadas em liberdade, porém, sem galos.

Selecionar os ovos que serão incubados, escolhendo os de tamanho uniforme e regeitando todos os deformados ou pequenos. Só devem ser aproveitados os ovos que tiverem no máximo 10 dias, pois quanto mais novos os ovos, melhores serão os pintos.

Alimentar bem as galinhas reprodutoras acasaladas, para obter pintos fortes.

Substituir semanalmente a *palha* dos ninhos, onde as galinhas costumam pôr. Os ovos, tanto para incubação, como para o consumo, deverão ser limpos, sem todavia, ser lavados.

Se a incubação fôr natural, isto é, com galinha chôca, deve-se procurar deitar ao mesmo tempo, o maior número possível de galinhas para que as ninhadas sejam mais ou menos da mesma idade; sua criação se torna mais fácil e o desenvolvimento das aves mais satisfatório.

1.º) Proceder a uma boa limpeza nos galinheiros, onde as paredes deverão ser caiadas e todo o material, como: *poleiros, ninhos, bebedouros*, comedouros etc., precisam ser desmontados e muito bem lavados; a palha dos ninhos deverá ser substituida;

2.º) Recolher todo o esterco das aves para adubação da lavoura, horta e jardim;

3.º) Usar nos dormitórios das aves uma boa cama de cupim; o galinheiro se conservará mais higiênico, a limpeza será mais fácil, proporcionando ainda um rendimento maior de esterco.

Vacinar contra a "bouba" os pintos que completarem um mês de idade.

Devido à intensidade da postura, o preço dos ovos continúa em baixa.

Para o transporte dos ovos, usar engradados próprios para 30 duzias, pois conservam melhor o produto e evitam as québras.

No transporte das aves, devem ser observadas as instruções do Chefe da Estação local.

No caso de moléstias, consultar o Instituto Biológico.

Qualquer dificuldade, escrever ao Serviço de Fomento da Companhia Mogiana — êle procurará auxiliá-lo a resolver seus problemas.

NOVO TRAÇADO

DECRETO N. 21.592 DE 8 DE JULHO DE 1946

Aprova o projeto apresentado pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, de remodelação de suas linhas, entre Cocais e Tambaú, na extensão de 42,205 km. e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA usando da atribuição que lhe confere o *art. 74, letra a, da Constituição*

DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o projeto apresentado pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, o qual com êste baixa, devidamente, rubricado, de remodelação de suas linhas, entre Cocais e Tambaú, na extensão de 42.205 Km., devendo a respectiva despesa, na importância de Cr$ 45.258.978,60, ser atendida pela conta de capital.

Art. 2.º — A despesa de que trata o artigo precedente poderá, a critério da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e até o limite de Cr$ 8.018.600,00, correr por conta do empréstimo, financiado pela taxa de melhoramentos, criada pelo Decreto-lei n.º 7.632, de 12 de junho de 1945.

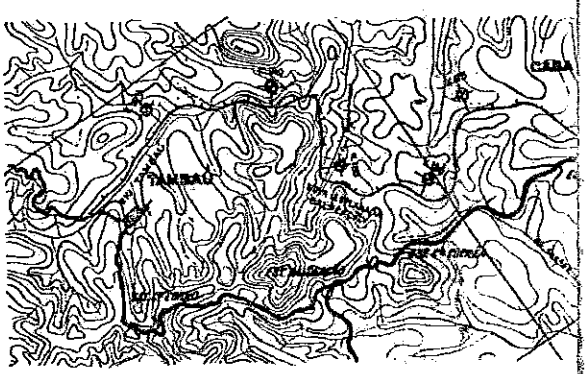
Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

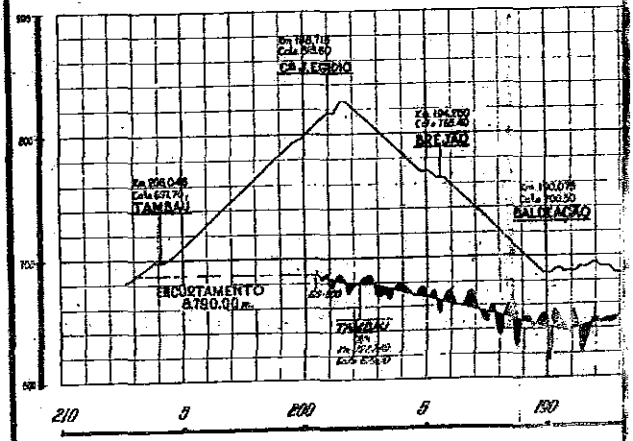
(aa) EURICO G. DUTRA
Luiz Augusto da Silva Vieira

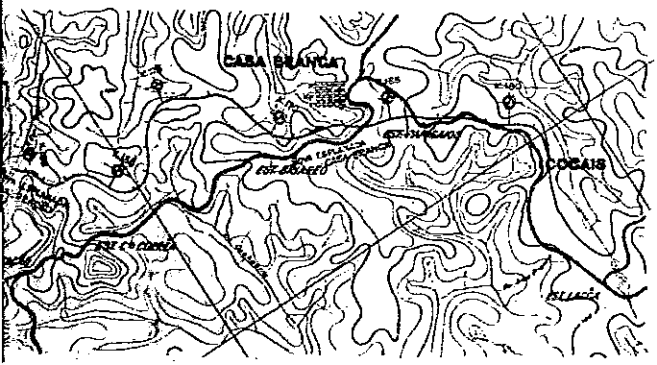
COTAÇÕES, NA PRAÇA DE SÃO PAULO, DOS PRINCIPAIS GÊNEROS DA ZONA MOGIANA

A partir do próximo mês de Janeiro, o Departamento de Estudos Econômicos, fará afixar nas estações da E. F. Mogiana, semanalmente, os preços médios vigorantes na praça de S. Paulo, na semana anterior, para os seguintes gêneros:

Batata amarela — Batata branca — Cebola — Tomate — Aves — Ovos — Arroz amarelão — Arroz agulha — Feijão mulatinho — Feijão branco — Feijão enxofre — Feijão manteiga — Feijão preto — Feijão roxo — Milho — Carne — Café — Algodão — Alfafa.

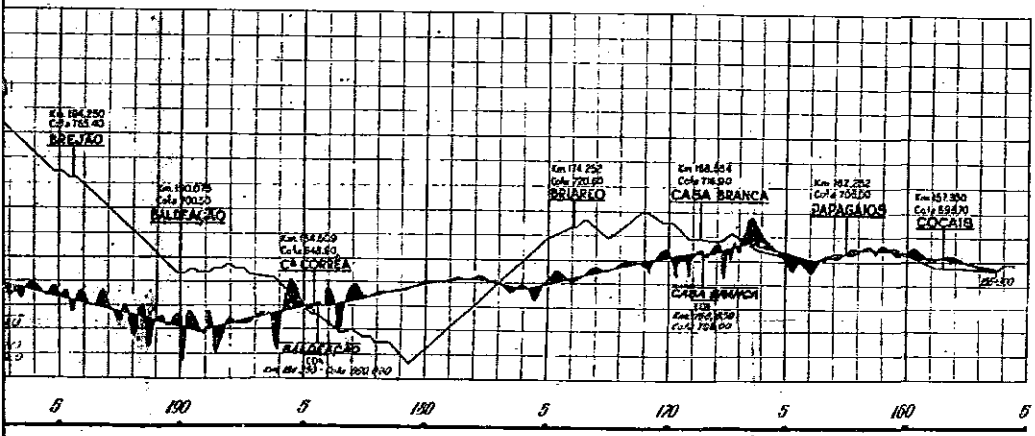


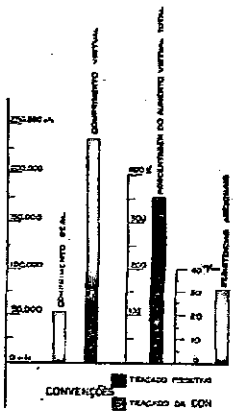


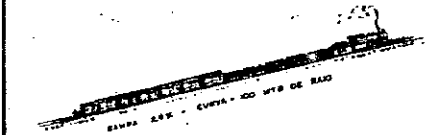


QUADRO COMPARATIVO DO ATUAL E DO NOVO TRAÇADO

ITENS	ELEMENTOS	LINHA ATUAL	LINHA LOCADA	DIFERENÇA
1	COMPRIMENTO REAL	52.089	43.300	8.789
2	RAMPA MAXIMA	2,5%	0,5%	2%
3	RAIO MINIMO	100,98	57,99	42,01
4	NUMERO DE CURVAS	143	32	111
5	NUMERO DE CURVAS POR KM.	2,74	0,73	2,01
6	EXTENSÃO EM TANGENTE	25.593	23.833	1.760
7	PORCENTAGEM EM TANGENTE POR KM.	49,1%	55%	6,9%
8	EXTENSÃO EM CURVAS	26.496	19.467	7.029
9	PORCENTAGEM DE CURVAS POR KM.	50,9%	45%	5,9%
10	CAPACIDADE DE LOTAÇÃO (locomotiva tipo 750)	552 ton.	1520 ton.	1168 ton.
11	VELOCIDADE MAXIMA PERMISSIVEL	40 km/h	95 km/h	55 km/h
12	RESISTENCIAS ADICIONAIS	3,14 k/ton	6,28 k/ton	24,89 k/ton
13	QUEBRAS DE "GRADE"	189	20	169
14	QUEBRAS DE "GRADE" POR KM.	3,6	0,4	3,2
15	AUMENTO VIRTUAL DEVIDO AS RAMPAS	148.309	31.078	117.231
16	PORCENTAGEM DO AUMENTO VIRTUAL DEVIDO AS RAMPAS	284,72	71,77	212,95
17	AUMENTO VIRTUAL DEVIDO AS CURVAS	35.436	8.555	26.930
18	PORCENTAGEM DO AUMENTO VIRTUAL DEVIDO AS CURVAS	68%	19%	53%
19	TOTAL DO AUMENTO VIRTUAL	183.794	37.633	146.161
20	PORCENTAGEM DO AUMENTO VIRTUAL TOTAL (calculado somente a diferença de ramps)	352,857	88,91	264,94







COMPARAÇÃO DAS LOTAÇÕES

TRAÇADO ATUAL	RAMPA - 2,5 % CURVA - 100 m/m LOC TIPO - 750	11,7 VAGÕES (352 Ton)
TRAÇADO COM	RAMPA - 0,5 % CURVA - 600 m/m LOC TIPO - 750	50,6 VAGÕES (1520 Ton)



COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

COMISSÃO DE OBRAS NOVAS

REVISÃO DO TRAÇADO DA LINHA TRONCO

TRECHO - COCAIS - RIB. PRETO

PLANTA E PERFIL DEFINITIVOS DA LOCAÇÃO ENTRE COCAIS-BONFIM

Projeto	Engº Ricardo Guilherme	Visto	Engº Hermann Hauer
Desenho	de Carvalho	Visto	Engº Hugo de Carvalho
Visto		Visto	
Data		Data	
192	1	770	Escalas 1:2000 / 1:1000

Cultura do Tomateiro

JOSÉ KALIL — AGRONOMO

GENERALIDADES — A cultura do tomateiro em São Paulo tem assumido, nos últimos anos, grande importância econômica. Calcula-se que sua produção anual tem atingido número superior a um milhão de caixas, representando um valor de mais de 50 milhões de cruzeiros.

Há alguns anos, a produção de tomate era quase tôda dos arredores desta Capital. Em consequência porém da infestação de moléstias de virus, sua cultura tem se deslocado para um raio de mais de 40 km. da Capital e para alguns centros do interior do Estado. Aliás, o tomateiro é uma cultura que pode se generalizar no interior, onde há facilidade de escolha de boas terras, novas e não infestadas pelas suas piores moléstias. É o que se tem verificado na região de Amparo e outras da zona da Mogiana, muito indicadas para essa excelente hortaliça.

O consumo de tomate, quer ao natural, quer industrializado, tende sempre a aumentar. Pela sua grande riqueza em elementos minerais e vitaminas, é um alimento indispensável, principalmente à dieta das crenças. Segundo Sherman, é a seguinte a composição química do fruto:

Água e celulose	94,40
Matéria mineral	0,38
Hidratos de carbono	*3,90*
Proteinas	0,90
Matéria graxa	0,40

Os elementos minerais se distribuem da seguinte maneira: 0,011 % de cálcio; 0,275 % de potássio; 0,01 % de sódio; 0,026 % de fósforo; 0,34 % de cloro; 0,014 % de enxofre e 0,0004 % de ferro.

Além disso, é uma boa fonte de vitaminas "C" e complexo "B" e possui quantidade suficiente de "A" e "D". Seu valor energetico é de 0,23 calorias por grama.

CLIMA — Embora tenha preferência pelos climas quentes, pode ser cultivado em todas as zonas do Estado, desde que seja protegido contra as geadas e frios *intensos. Nas regiões sujeitas a geadas* deve-se semear a partir de julho. Nas demais regiões, pode-se semear praticamente o ano todo.

VARIEDADES — A variedade consagrada em São Paulo, tanto pelos produtores como pelos consumidores, é a "Santa Cruz", também denominada "Rio". É o tomate cultivado pelos japonêses, resistente aos longos transportes, conservando-se em bom estado durante muitos dias. Os pés atingem de 2 a 2.5 m. de altura, produzindo 10 a 12 pencas de 8, 10 e até 12 tomates. O fruto é bem carnudo, vermelho, de bom paladar, pesando em média 50 gramas.

SOLO — O tomateiro prefere as terras *soltas, profundas*, frescas e ricas de humus. As terras de baixadas, não encharcadas, são indicadas.

Os terrenos argilosos e impermeaveis dificultam o desenvolvimento do sistema radicular e favorecem a propagação de moléstias criptogâmicas. As terras deste tipo podem ser empregadas, após as necessárias correções com matéria orgânica, drenagem, lavras, etc.

O preparo do solo deverá ser bem feito: duas arações e perspectivas gradagens executadas com a necessária antecedência.

ADUBAÇÃO — É indispensável para a obtenção de colheita abundante e de boa qualidade. Para que seja economica deverá ser feita de acôrdo com analise da terra e conselhos do Instituto Agronômico de Campinas, razão por que recomendamos a remessa para esse instituto de uma amostra da terra a ser cultivada.

De um modo geral, para terras de média fertilidade, pode-se aplicar por cova, 15 dias antes da plantação (com exceção do salitre do Chile que será aplicado em cobertura depois de bem pegadas as mudas) a seguinte adubação:

Estêrco bem curtido ..	2 quilos
Superfosfato	70 gramas
Sulfato ou cloreto de potassio	20 gramas
Salitre do Chile	20 gramas

O estêrco de curral poderá ser substituido por 300 a 400 gramas de farelo *de torta de algodão, aplicado 30 dias* antes da plantação.

SEMENTES — A aquisição da semente deverá ser feita em casas de absoluta idonoidade, que garantam não só o valor cultural das mesmas, como a sua origem e procedência. Se as sementes forem do má qualidade, a cultura estará irremediavelmente fracassada.

Muitos chacareiros produzem a própria semente, quer partindo de frutos de boa qualidade adquiridos no mercado, quer partindo de frutos colhidos dos melhores pés existentes na cultura anterior.

A separação das sementes da polpa se faz cortando os frutos ao meio e colocando-os em uma vasilha com água pela metade. Deixa-se a vasilha em repouso, de maneira a permitir que o conteudo fermente, o que se verifica dentro de 1 a 3 dias, segundo o tempo estiver mais ou menos quente. Quando a fermentação estiver suficientemente adiantada, forma-se uma camada de espuma em cima da água. Lava-se o conteudo da vasilha, derramando-o em uma peneira fina ou um pano, e a polpa se separará das sementes, que serão espalhadas em camadas bem finas e deixadas a secar.

A secagem deverá ser rápida, a fim de impedir a formação de mofo. Quando secas as sementes deve-se esfregá-las entre as mãos para que se desliguem umas das outras.

Antes da semeadura deve-se ter a precaução de mergulhar as sementes em uma solução de sublimado corrosivo a um por mil, durante dez minutos, lavando-as em seguida com água corrente e secando-as à sombra.

SEMEADURA — As sementeiras comerciais são feitas no Estado de São Paulo em duas épocas: julho-agôsto e fevereiro-março.

O solo para a sementeira deve estar livre de inundações, ser rico em matéria orgânica e próximo de água para facilitar as régas.

O seu preparo será muito bem feito e uma adubação orgânica e mineral semelhante à recomendada para a plantação definitiva é vantajosa.

Semeia-se em linhas distanciadas de 10 cm., distribuindo as sementes o mais uniformemente possivel a um cm. de profundidade, cobrindo-as com uma leve camada de terra. É de toda vantagem passar um rolo pequeno sobre o canteiro, bem assim como cobrir o canteiro com uma camada de estêrco palhoso. As régas deverão ser feitas às primeiras horas da manhã ou às ultimas da tarde e sob forma de chuva bem fina.

Faz-se a repicagem para outro canteiro, onde as mudinhas ficarão distanciadas de 10 cm. em todos os sentidos, quando tiverem duas a tres folhas bem formadas.

TRANSPLANTAÇÃO — Quando as mudinhas tiverem cerca de 20 cm., com mais ou menos dois mêses de idade, faz-se a transplantação para o lugar definitivo. Esta operação deverá ser feita em dias nublados ou à tarde e com a precaução de não ferir o sistema radicular das mudinhas.

Logo após a plantação rega-se com abundância, repetindo todos os dias até o pegamento completo das mudas. Em seguida serão suficientes duas regas por semana.

O espaçamento mais indicado para as plantações comerciais é de um metro por 50 cm.

TRATOS CULTURAIS — Faz-se a amontôa ou chegamento de terra às raizes, de maneira a formar leiras por onde corre lentamente a água da irrigação. As capinas e escarificações não devem faltar para manter o terreno isento de ervas daninhas e sempre fofo, o que conserva melhor a sua umidade.

Quando as plantas tiverem cerca de 40 cm. de altura faz-se a desbrota e a estaqueamento.

A desbrota consiste na retirada de todos os brotos na planta, deixando somente o broto central e o localizando abaixo do primeiro cacho. Continua-se dai por diante a eliminar todas as brotações que nascem na axila das folhas.

PULVERIZAÇÃO — Nenhuma cultura de tomateiro será bem sucedida sem um rigoroso controle às pragas e moléstias. Para esse fim, aconselhamos as seguintes pulverizações:

1.º) Na sementeira, a partir do 10.º dia de idade, de 10 em 10 dias, pulverizações com calda bordalesa a 0,5 %.

2.º) Após a transplantação para o terreno *definitivo, com mais ou menos* dois mêses de idade, pulverização com calda bordalesa a 1 %, à qual se juntam 100 c.c. de sulfato de nicotina a 40 %. Repete-se esta pulverização 15 dias depois.

3.º) Continuam as pulverizações com calda bordalesa a 1 %, de 15 em 15 dias, até o início da colheita.

Se houver indícios de ataque de lagartas, brocas e outras pragas, podem-se adicionar à calda bordalesa 300 gramas de arseniato de chumbo, o que não deverá ser feito quando os frutos estiverem em formação.

COLHEITA — Inicia-se depois de 100 a 120 dias e se prolonga por cerca de 60 dias. Colhe-se quando os frutos tiverem alcançado bom desenvolvimento ou seja quando *a sua cor verde intensa* desaparecer para dar lugar a uma cor esbranquiçada característica. Faz-se geralmente três colheitas de acordo com o desenvolvimento dos frutos.

CLASSIFICAÇÃO — O tomate é classificado em São Paulo de acordo com o seu tamanho (diametro transversal) em 4 tipos: "Especial", com mais de 47mm.; "Primeira", com 40 a 47 mm.; "Segunda", com 33 a 40 mm. e "Terceira", com 25 a 33 mm.

Outros fatores que influem na cotação do tomate são: uniformidade dos frutos, côr, consistência e aspecto geral.

EMBALAGEM — O acondicionamento é feito em caixas de madeira, tipo quenzene, que comportam de 28 a 29 quilos de tomate.

COMPARAÇÃO ENTRE CUSTOS DE TRANSPORTE E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

Anos	BATATA		
	Frete Cr$/sc. 60 kg.	*Cotação* Cr$/sc. 60 kg.	% *Frete sobre Cotação*
1935	3,14	28,39	11,1
1936	3,46	37,04	9,3
1937	3,50	32,28	10,8
1938	3,50	20,96	16,7
1939	3,54	32,29	11,0
1940	3,65	45,83	8,0
1941	3,76	43,81	8,6
1942	4,06	47,65	8,5
1943	4,19	64,91	6,7
1944	4,64	105,66	4,9
1945	4,96	105,68	4,7
1946	4,56	96,25	4,7

Transporte de Cascata a São Paulo.

A coordenação dos transportes na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

ODIR DIAS DA COSTA CHEFE DA DIVISÃO COMERCIAL DA C. M. DIRETOR GERENTE DA C.M.T.

Instituição e Organização

Talvez mais do que nenhuma outra das Redes Ferroviárias Paulistas e Mineiras, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro vinha sofrendo, desde 1930, com a grande e eficiente concorrência dos caminhões, no transporte de mercadorias de suas zonas, graças à magnífica e extensa rede rodoviária, que não só comunica as suas principais cidades com a Capital do Estado, como tambem cidades de suas zonas, entre si e com outras ferrovias limítrofes.

Grande parte dos seus produtos de exportação, entre os quais avultavam os couros, o álcool, o vinho e principalmente o café, era levada para a Capital do Estado, no passo que cêrca de 30% das mercadorias de importação, principalmente as classificadas nas melhores tabelas ferroviárias — 2, 6, 7 e 8, eram trazidas da mesma capital para o interior, pelos caminhões em retôrno.

Havia, assim, um tráfego rodoviário quase equilibrado, de ida e volta, para os caminhões, o que mais ainda facilitava economicamente a sua ação e dificultava enormemente a defesa da Estrada contra êle.

E duas modalidades de concorrência rodoviária, distintas, desenvolveram-se em suas zonas: — a de tráfego externo, mais vultosa e, portanto mais prejudicial, exercida do interior para a capital do Estado e vice-versa, e a do tráfego interno ou próprio, em menor escala, entre cidades situadas nas linhas da própria Companhia Mogiana entre si, ou entre estas de cidades servidas pelas *ferrovias vizinhas — Paulista, R. M. V. e S. P. R.*; si bem que comunicamente menor, no entretanto de mais difícil combate, por exercer-se, em grande parte, entre distâncias rodoviárias muito curtas, em relação às ferroviárias respectivas e dentro, portanto, do rádio de ação de maior rendimento do veículo rodoviário.

Três períodos se podem observar no desenvolvimento desse fenomeno.

O primeiro período e o que se estende de 1928 a 1929, que precedeu à concorrência rodoviária, pelo menos ao seu auge eficaz. O segundo período abrange de 1930 a 1935, em que a mesma se processou, ampliou e tornou-se violenta, à revelia de uma organização especializada anti-rodoviária, da Estrada de Ferro.

Finalmente, o terceiro período é aquele de 1936 até a presente data, em que se acompanha, de um lado, o declínio e a extinção quase completa da concorrência rodoviária, industrialmente organizada e, de outro, o ressurgimento se-

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR FORAM MICROFILMADOS NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA LEGIBILIDADE

3.º) Continuam as pulverizações com calda bordalesa a 1 %, de 15 em 15 dias, até o início da colheita.

Se houver indícios de ataque de lagartas, brocas e outras pragas, podem-se adicionar à calda bordalesa 300 gramas *de arseniato* de chumbo, o que não deverá ser feito quando os frutos estiverem em formação.

COLHEITA — Inicia-se depois de 100 a 120 dias e se prolonga por cerca de 60 dias. Colhe-se quando os frutos tiverem alcançado bom desenvolvimento ou seja quando a sua cor verde intensa desaparecer para dar lugar a uma cor esbranquiçada característica. Faz-se geralmente três colheitas de acordo com o desenvolvimento dos frutos.

CLASSIFICAÇÃO — O tomate é classificado em São Paulo de acordo com o seu tamanho (diametro transversal) em 4 *tipos: "Especial", com mais de 47* mm.; "Primeira", com 40 a 47 mm.; "Segunda", com 33 a 40 mm. e "Terceira", com 25 a 33 mm.

Outros fatores que influem na cotação do tomate são: uniformidade dos frutos, côr, consistência e aspecto geral.

EMBALAGEM — O acondicionamento é feito em caixas de madeira, tipo quarozene, que comportam de 28 a 30 quilos de tomate.

COMPARAÇÃO ENTRE CUSTOS DE TRANSPORTE E COTAÇÕES NA PRAÇA DE SÃO PAULO

	BATATA		
Anos	*Frete Cr$/sc. 60 kg.*	*Cotação Cr$/sc. 60 kg.*	*% Frete sôbre Cotação*
1935	3,14	28,32	11,1
1936	3,43	37,04	9,3
1937	3,50	32,28	10,8
1938	3,50	29,96	10,7
1939	3,54	32,29	11,0
1940	3,65	45,83	8,0
1941	3,76	45,81	8,8
1942	4,06	47,05	8,5
1943	4,19	62,91	6,7
1944	4,64	105,66	4,9
1945	4,96	105,66	4,7
1946	4,56	96,25	4,7

Transporte de Cuscato a São Paulo.

A coordenação dos transportes na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

ODIR DIAS DA COSTA CHEFE DA DIVISÃO COMERCIAL DA C. M. DIRETOR GERENTE DA C.M.T.

Instituição e Organização

Talvez mais do que nenhuma outra das Redes Ferroviárias Paulistas e Mineiras, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro vinha sofrendo, desde 1930, com a grande e eficiente concorrência dos caminhões, no transporte de mercadorias de suas zonas, graças à magnífica e extensa rede rodoviária, que não só comunica as suas principais cidades com a Capital do Estado, como tambem cidades de suas zonas, entre si e com outras ferrovias limitrofes.

Grande parte dos seus produtos de exportação, entre os quais avultavam os couros, o álcool, o vinho e principalmente o café, era levada para a Capital do Estado, ao passo que cêrca de 30% das mercadorias de importação, principalmente as classificadas nas melhores tabelas ferroviárias — 3, 6, 7 e 8, eram trazidas da mesma capital para o interior, pelos caminhões em retôrno.

Havia, assim, um tráfego rodoviário quase equilibrado, de ida e volta, para os caminhões, o que mais ainda facilitava economicamente a sua ação e dificultava enormemente a defesa da Estrada contra êle.

E duas modalidades de concorrência rodoviária, distintas, desenvolveram-se em suas zonas: — a de tráfego externo, mais vultosa e, portanto mais prejudicial, exercida do interior para a capital do Estado e vice-versa, e a do tráfego interno ou próprio, em menor escala, entre cidades situadas nas linhas da própria Companhia Mogiana entre si, ou entre estas de cidades servidas pelas ferrovias vizinhas — Paulista, E. M. V. e S. P. R.; si bem que economicamente menor, no entretanto de mais difícil combate, por exercer-se, em grande parte, entre distâncias rodoviárias muito curtas, em relação às ferroviárias respectivas e dentro, portanto, do ráio de ação de maior rendimento do veículo rodoviário.

Três períodos se podem observar no desenvolvimento desse fenomeno.

O primeiro período é o que se estende de 1928 a 1929, que precedeu à concorrência rodoviária, pelo menos ao seu surto eficaz. O segundo período abrange de 1930 a 1935, em que a mesma se processou, ampliou e tornou-se violenta, à revelia de uma organização especializada anti-rodoviária, da Estrada de Ferro.

Finalmente, o terceiro período é aquele de 1936 até a presente data, em que se acompanha, de um lado, o declínio e a extinção quase completa da concorrência rodoviária, industrialmente organizada e, de outro, o ressurgimento ve-

gero da receita da Estrada, devido em grande parte às medidas eficazes postas em prática pela mesma, por intermédio da organização adequada, especialmente criada para êsse fim — a criação da Divisão Comercial no quadro administrativo da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e, posteriormente, de sua principal colaboradora — a Companhia Mogiana de Transportes (C. M. T.).

A receita da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, vinha em sua marcha ascencional crescente, tendo atingido em 1929 o máximo, de sua fundação até aquele ano, que foi de Cr$... 60.495.729,00, quando sobreveio a grande crise do café, até então principal parcela de sua receita, que a fez tombar à casa dos 50 milhões de cruzeiros no ano seguinte, em que foi apenas de Cr$ 50.607.940,00, não passando de Cr$ 51.008.888,00 em 1931.

A receita de mercadorias, que havia sido, por sua vez, de Cr$ 40.576.999,00 em 1929, caiu a Cr$ 35.994.213,00 em 1930 e Cr$ 37.742.788,00 em 1931.

Neste segundo período, isto é, de 1929 a 1931, não há dúvida que o fator principal da queda de receita foi a crise do café, que se refletiu não só na receita do transporte do produto em si, sabido como é da ligação econômica estreita existente entre a corrente de importação com a de exportação das vias paulistas, entre as quais a Mogiana. Não há dúvida, porém, que a concorrência rodoviária, que já se instalara, justamente em princípios de 1929, ajudada de um lado pela crise do café e altas tarifas ferroviárias e, de outro, pelas boas estradas e ótimo rendimento térmico de seus motores, desenvolveu-se, aperfeiçoou-se e atingiu ao seu máximo em 1932, data em que deixou de ser exercida por simples veículos a sôldo de particulares para, industrialmente organizada em Emprêsas, passar a preocupar sèriamente as Administrações das ferrovias.

A receita total da Companhia Mogiana teve um novo e rude golpe, caindo da casa dos 50 milhões de cruzeiros, em que a atirara em 1930 a crise do café, para a dos 40 milhões em 1932, ano em que foi, de fato, Cr$..... 43.331.227,00, tendo a de mercadorias caído de Cr$ 35.044.213,00, em 1930 para Cr$ 30.589.304,00.

Em resumo, a Mogiana de 1929 a 1932 teve uma queda de sua receita total de Cr$ 60.495.729,00 para Cr$ 43.589.304,00, isto é, de 17 milhões de cruzeiros no total e de 10 milhões de cruzeiros na de mercadorias, em dois anos apenas, ou sejam de 28% e 25%, respectivamente.

Tal situação perdurou, com ligeiras alternativas, durante os anos que se seguiram até 1936.

Resolveu, então, a Diretoria da Companhia criar sua Divisão Comercial, o que se verificou a 1.º de junho de 1936, a qual nos coube a honra de organizar e dirigir desde aquela época até a presente data.

Nos últimos 6 meses do ano de 1936, a nossa tarefa foi voltada para o estudo das diversas correntes de evasão de tráfego, organização administrativa dos serviços e para algumas primeiras e urgentes providências de emergência, destinadas a sustar tais correntes, sem necessidade de medidas especiais.

Organizada a Divisão Comercial, desde logo se verificou que seria impossível combater com sucesso e muito menos dominar por completo a concorrência rodoviária, dentro do sistema tarifário e das normas administrativas rígidas que regem as ferrovias, enquanto que aquela possuia organização e tarifas elásticas.

Foi então que resolveu a Mogiana criar, dentro do seu sistema rígido de transporte, um organismo elástico, administrativo e tarifário, aliás já usado pela Estrada de Ferro Sorocabana, Companhia Paulista e São Paulo Railway, isto é, uma Companhia subsidiária — a C. M. T. — Companhia Mogiana de Transportes, à qual, fazendo o serviço urbo-ferroviário, ficou o encargo de coordenar os transportes da Mogiana e anihilar a concorrência rodoviária em suas zonas. Os serviços desta Companhia foram inaugurados em Janeiro de 1937 e seus resultados sôbre a economia e receita da Estrada serão devidamente apreciados a seguir.

Resultados obtidos

Como se sabe, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro tem mais de 200 Estações abertas ao tráfego público em geral, ao passo que as cidades que possuem Agências da C.M.T., nas mesmas condições, são apenas 22, portanto 11% do total da Estrada de Ferro.

Não há dúvida que se trata, na maioria, de estações das mais importantes da Mogiana, mas também é fora de dúvida que, por isso mesmo, eram seus maiores centros de atividades rodoviária.

As linhas de concorrência rodoviária, estendendo-se em toda a sua extensão, desde Campinas até Araguari, prolongam-se em ambas as extremidades até São Paulo e Rio de Janeiro, de um lado, e de outro, até Goiania, nova capital de Goiás.

As Agências da C. M. T. foram instaladas em estações da Companhia Mogiana, panteando, bloqueando, por assim dizer, tais correntes de tráfego, de espaço em espaço.

É evidente que entre as estações em que foram instaladas Agências da C. M. T. existem muitas outras, de menor importância, que não as possuem e para as quais os caminhões, de passagem, para as grandes praças e centros rodoviários, levavam também suas mercadorias, com prejuizo para a receita ferroviária das mesmas. Com a supressão ou diminuição das idas dos caminhões para as grandes cidades, sedes das Agências da C. M. T., por falta de mercadorias que lhe foram arrancadas por esta, tais caminhões deixaram de levar às estações intermediárias da ferrovia, que não possuem Agências da C. M. T., as suas mercadorias, o que contribuiu para a elevação de sua receita.

A esta elevação de receita, que aparece na renda ferroviária da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, poderemos chamar aumento de receita indi-

reta, para diferenciá-lo do aumento correspondente, diretamente proveniente da receita trazida pela C. M. T., sendo muito difícil e laborioso bem avaliá-la, separadamente, e expressá-la em *algarismos, mais ou menos justos, para* o que seria necessário levantar estatísticas de suas receitas desde 1929, época em que se iniciou a concorrência rodoviária, até 1936, em que iniciamos o combate à mesma, e 1939, afim de verificarmos até em que extensão foram nelas úteis os resultados da ação antirodoviária geral.

De um modo global, tal aumento de receita indireta, devida à criação de Agências da C. M. T. entre as referidas estações delas desprovidas, pode ser estimado, pelo menos, em receita igual à da C. M. T.

Anos	*Receita C. M.*	*Receita C. M. T.*	*Receita C. M. + C. M. T.*
1936	$ 49.576.848,00	—	$ 49.576.848,00
1937	55.684.295,00	$2.160.166,00	57.844.461,00
1938	61.924.262,00	5.336.694,00	67.260.956,00
1939	56.494.061,00	4.548.068,00	61.042.129,00
1940	57.603.715,00	6.033.818,00	63.637.033,00
1941	60.648.566,30	6.567.908,20	66.616.474,50
1942	74.041.416,60	5.117.573,00	79.158.089,60
1943	88.055.000,50	5.345.254,30	93.400.260,80
1944	118.350.275,00	6.805.072,70	125.164.348,60
1945	135.524.102,50	7.707.857,90	143.231.960,40

Os números acima dispensam, por si sós, quaisquer comentários, permitindo verificar que a receita da Companhia Mogiana, dois anos após a criação de sua Divisão Comercial, conseguiu alcançar à casa dos 50 milhões de cruzeiros, que havia perdido desde 1931, retornando brilhantemente à dos 60 milhões, que havia perdido desde 1929, três anos apenas após a referida criação e da Companhia Mogiana de Transportes.

Como a C.M.T. não transporta passageiros, e sim, simplesmente, mercadorias, devemos examinar em que proporção é o seu transporte sôbre o total, o que podemos fazer pelos dados abaixo:

Quanto ao aumento da receita direta, é fácil acompanhá-la, no quadro citado. Já, em 1936, a receita da Companhia, quer a geral, quer a de mercadorias, obteve notável aumento com *as medidas postas em prática*, apenas pela Divisão Comercial, para a reconquista de alguns transportes importantes perdidos.

Ela subiu de Cr$ 29.585.738,00 de 1935, na de mercadorias para Cr$... 32.864.119,00 e no total de Cr$... 43.980.464,00 em 1935 para Cr$... 49.576.848,00 em 1936, quase atingindo novamente à casa dos 50 milhões, que abandonara desde 1931.

Já, em 1937, foi fundada a C.M.T. e começa a aparecer o seu reflexo sôbre a economia da Estrada, na forma seguinte:

Receita de mercadorias

Anos	*C. M.*	*C. M. T.*	*Total C. M. + C. M. T.*
1935	$ 28.585.738,00	—	$ 28.585.738,00
1936	32.864.199,00	—	32.864.199,00
1937	37.442.620,00	$ 2.160.166,00	39.602.186,00
1938	43.018.508,00	5.336.694,00	48.355.202,00
1939	37.926.871,00	4.548.068,00	42.474.939,00
1940	38.441.049,00	6.033.718,00	44.474.767,00
1941	40.523.994,20	6.567.908,20	47.091.902,40
1942	49.713.326,50	5.117.573,00	54.830.899,50
1943	56.087.539,70	5.345.254,30	61.432.794,00
1944	71.106.477,80	6.805.072,70	77.911.550,50
1945	83.551.046,80	7.707.857,90	91.258.904,70

Verifica-se, portanto, que a receita total de mercadorias da Mogiana teve os seguintes aumentos, a partir de 1935, ano crítico que precedeu à criação da Divisão Comercial.

Percentagem do aumento de receita de Mercadorias

Anos	*C. M.*	*C. M. + C. M. T.*
1935	—	—
1936	14,9%	14,9%
1937	30,9%	38,5%
1938	52,5%	71,2%
1939	32,6%	48,5%
1940	34,4%	55,5%
1941	41,7%	64,7%
1942	73,9%	91,8%
1943	96,2%	114,9%
1944	148,7%	172,5%
1945	192,2%	219,2%

Este quadro demonstra que, em 1940, a Mogiana aumentou sua receita de mercadorias de 55,5% sôbre a de 1935, o permite uma conclusão importantíssima sôbre a eficiência do meio empregado para recuperação de seus transportes. De 1945 em relação a 1935, isto é, 10 anos, êsse aumento foi de 219,2%.

A receita da ferrovia cresce simultaneamente com a receita da sua subsidiária, o que demonstra que está, longe de ser um concorrente, trouxe-lhe mercadorias não só recuperadas como tambem novas, decorrentes do aumento ou desenvolvimento das zonas servidas por ela, constituindo-se, assim, uma sua excelente colaboradora.

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR FORAM MICROFILMADOS NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA LEGIBILIDADE

reta, *para diferenciá-lo do aumento correspondente*, diretamente proveniente da receita trazida pela C. M. T., sendo muito difícil e laborioso bem avaliá-la, separadamente, e expressá-la em algarismos, mais ou menos justos, para o que seria necessário levantar estatísticas de suas receitas desde 1929, época em que se iniciou a concorrência rodoviária, até 1936, em que iniciamos o combate à mesma, e 1939, afim de verificarmos até em que extensão foram nelas úteis os resultados da ação antirodoviária geral.

De um modo global, tal aumento de receita indireta, devida à criação de Agências da C. M. T. entre as referidas estações delas desprovidas, pode ser estimado, pelo menos, em receita igual à da C. M. T.

Anos	*Receita C. M.*	*Receita C. M. T.*	*Receita C. M. + C. M. T.*
1936	$ 49.576.848,00	—	$ 49.576.848,00
1937	55.684.295,00	$2.160.166,00	57.844.461,00
1938	61.924.262,00	5.336.694,00	67.260.956,00
1939	59.494.061,00	4.548.068,00	64.042.129,00
1940	57.003.715,00	6.033.318,00	63.037.033,00
1941	60.048.566,30	6.567.908,20	66.616.474,50
1942	74.041.416,60	5.117.573,00	79.158.989,60
1943	88.055.006,50	5.345.254,30	93.400.260,80
1944	118.359.275,90	6.805.072,70	125.164.348,60
1945	135.524.102,50	7.707.857,90	143.231.960,40

Os números acima dispensam, por si sós, quaisquer comentários, permitindo verificar que a receita da Companhia Mogiana, dois anos após a criação de sua Divisão Comercial, conseguiu alcançar à casa dos 50 milhões de cruzeiros, que havia perdido desde 1931, retornando brilhantemente à dos 60 milhões, *que havia perdido desde 1929, três anos* apenas após a referida criação e da Companhia Mogiana de Transportes.

Quanto ao aumento da receita direta, é fácil acompanhá-la, no quadro citado. Já, em 1936, a receita da Companhia, quer a geral, quer a de mercadorias, obteve notável aumento com as medidas postas em prática, apenas pela Divisão Comercial, para a reconquista de alguns transportes importantes perdidos.

Ela subiu de Cr$ 29.585.738,00 de 1935, na de mercadorias para Cr$... 32.864.119,00 e no total de Cr$... 43.986.404,00 em 1935 para Cr$... 49.576.848,00 em 1936, quase atingindo novamente à casa dos 50 milhões, que abandonara desde 1931.

Já, em 1937, foi fundada a C.M.T. e começa a aparecer o seu reflexo sôbre a economia da Estrada, na forma seguinte:

Como a C.M.T. não transporta passageiros, e sim, simplesmente, mercadorias, *devemos examinar em que proporção* é o seu transporte sôbre o total, o que podemos fazer pelos dados abaixo:

Receita de mercadorias

Anos	*C. M.*	*C. M. T.*	*Total C. M. + C. M. T.*
1935	$ 28.585.738,00	—	$ 28.585.738,00
1936	32.864.199,00	—	32.864.199,00
1937	37.442.020,00	$ 2.160.166,00	39.602.186,00
1938	43.618.508,00	5.336.694,00	48.955.202,00
1939	37.926.871,00	4.548.068,00	42.474.939,00
1940	38.441.049,00	6.033.718,00	44.474.767,00
1941	40.523.994,20	6.567.908,20	47.091.902,40
1942	49.713.326,50	5.117.573,00	54.830.899,50
1943	56.067.539,70	5.345.254,30	61.432.794,00
1944	71.106.477,80	6.805.072,70	77.911.550,50
1945	83.551.046,80	7.707.857,90	91.258.904,70

Verifica-se, portanto, que a receita total de mercadorias da Mogiana teve os seguintes aumentos, a partir de 1935, *ano crítico que precedeu à criação da* Divisão Comercial.

Percentagem do aumento de receita de Mercadorias

Anos	*C. M.*	*C. M. + C. M. T.*
1935	—	—
1936	14,9%	14,9%
1937	30,9%	38,5%
1938	52,5%	71,2%
1939	32,6%	48,5%
1940	34,4%	55,5%
1941	41,7%	64,7%
1942	73,9%	91,8%
1943	96,2%	114,9%
1944	148,7%	172,5%
1945	192,2%	219,2%

Este quadro demonstra que, em 1940, a Mogiana aumentou sua receita de mercadorias de 55,5% sôbre a de 1935, e *permite uma conclusão importantíssima* sôbre a eficiência do meio empregado para recuperação de seus transportes. De 1945 em relação a 1935, isto é, 10 anos, êsse aumento foi de 219,2%.

A receita da ferrovia cresce simultaneamente com a receita da sua subsidiária, o que demonstra que está, longe de ser um concorrente, trouxe-lhe mercadorias não só recuperadas como também novas, decorrentes do aumento ou desenvolvimento das zonas servidas por ela, constituindo-se, assim, uma sua excelente colaboradora.

A Palavra do Comercio em Face do Momento

As Federações e as Associações do País e dos Estados acabam de publicar um manifesto em que estudam e focalizam a situação econômica brasileira. Dele transcrevemos a seguir os dois últimos capítulos:

As classes e as responsabilidades

Não se suponha que as entidades signatárias dêste documento, focalizado, como o fizeram, as responsabilidades governamentais, queiram se isentar inteiramente de erros.

Infelizmente, há no seio das classes produtoras uma minoria de inescrupulosos que se aproveitam da atual situação econômica. Nessa minoria encontram-se numerosos aventureiros, que não pertencem à classe e que, com o propósito deliberado de especular e de lucrar a curto prazo e por qualquer meio, comprometem o bom nome do comércio. Não será, entretanto, acobertados com o nosso prestígio, que êsses responsáveis poderão contar com o apôio das nossas associações. Elas, ao contrário, *envidarão todos os esforços para que* êles recebam a punição merecida, excluindo-os de seu seio.

Pecaram também as classes produtoras por omissão, quando deixaram de *agir expontânea e condenadamente*. Se era certo que a ação governamental exótica e dispersiva não lhes inspirava confiança, elas, por seu lado, permaneceram desarticuladas até o Primeiro Congresso Brasileiro de Economia.

Estas declarações imparciais, demonstrando a isenção de ânimo com que as classes comerciais se dirigem ao Brasil, dão-lhes a necessária autoridade para apontar, também, as culpas que a outros cabem pela situação atual.

Uma grande parte dos trabalhadores nacionais, embora tenha obtido aumentos sucessivos de salário que, completa ou aproximadamente, se ajustaram aos novos níveis do custo de vida, não tratou de se beneficiar na medida de tais aumentos, preferindo ampliar, com o sacrifício da produção o número de suas horas de folga, e prejudicando o seu próprio bem estar.

As estatísticas revelam o índice alarmante da falta de assiduidade ao trabalho e o decréscimo da produtividade individual, com a conseqüente redução da quantidade de bens de consumo aumentando os efeitos da inflação.

E' também hora de dizer com franqueza e desassombro que existe um trabalho dissolvente que está intoxicando o espírito do nosso trabalhador, e que vem se refletindo em greves sucessivas. Muitas visam e visam ainda objetivos puramente políticos, sem atentarem bem para as suas conseqüências sociais e econômicas.

Mas, prossigamos esta análise.

Quando, há algum tempo, foi permitida a reorganização dos partidos políticos, uma grande esperança iluminou os espíritos. A normalização da vida democrática surgia com a promessa de renovação de métodos e de programas, decisivos para a melhoria da situação geral do País, criando graves responsabilidades para as nossas agremiações partidárias. E' necessário que sua atuação, porém, corresponda ao conteúdo *social e econômico de seus programas*, para que não venha a ficar vazia de sentido. A êsse propósito é confortador verificar-se a existência de uma consciência econômica na atual Assembléia Constituinte.

Torna-se indispensável também que tôda a imprensa não se deixe desviar de sua elevada missão. Durante muito tempo, e precisamente no período em que esliveram atuando as mais poderosas causas geradoras dos males presentes, ela esteve materialmente impossibilitada de agir, asfixiada pela censura, ameaçada de represálias, o que não lhe permitia alertar o povo contra os erros cometidos. Restaurada, porém, a liberdade, nem todos os jornais souberam orientar suas atitudes no sentido da educação do povo. Alguns cederam às tentações do sensacionalismo, sem perceberem que, com tal atitude, vinham agravar ainda mais a conjuntura econômica. Os ataques indiscriminados ao comércio, em virtude dos abusos de uma minoria de aproveitadores, não causa apenas *desassossêgo e danos de ordem nacional*. Êles repercutem no exterior, desmoralizando o crédito individual e coletivo, comprometendo um patrimônio construído em gerações, que muitas vêzes serviu para resguardar o crédito público do Brasil no estrangeiro.

Estas ponderações se dirigem igualmente às nossas transmissoras radiofônicas que, com o seu poder de penetração, precisam compreender o grande papel que lhes cabe na hora presente. A pretexto de críticas a governos, classes ou atitudes, algumas se têm excedido *em seus comentários* exibindo ao invés de orientar as massas.

Por fim é preciso dizer uma palavra aos consumidores brasileiros. Êles ainda não se capacitaram de que podem *constituir-se em decisivo fator no combate* aos excessos no terreno dos preços. Sua fraqueza e seu desejo têm sido grandes responsáveis pela expansão do mercado negro. E muitas vêzes tem sido *o consumidor de maior poder aquisitivo* o causador do desaparecimento de gêneros do mercado, comprando excessivamente para acumular em estoques domésticos o que em seguida passa a *faltar nos lares dos que não* lhes podem seguir o exemplo. Sem uma convivência entre produtores ou comerciantes transviados e consumidores egoístas, o mercado negro não teria atingido as *proporções registradas*. Cabe a todos os brasileiros uma parcela de sacrifício, para a redenção dos erros comuns. A parte *que compete* ao consumidor é a resistência às tentações do mercado negro, *comprando tùnicamente* o indispensável à sua subsistência.

Reflexões sôbre o Dia de Amanhã

Estudada assim, em sua natureza, causas e efeitos, a conjuntura que vivemos, é fácil concluir que a Nação não poderá suportar por mais tempo um tal estado de coisas.

A nenhum brasileiro digno interessa a permanência dos males assinalados. Pela sua debelação é o govêrno o primeiro e o maior responsável. A excitação e o nervosismo decorrentes do desequilíbrio da economia individual geram permanente intranqüilidade coletiva. Para o govêrno, pois, e em primeiro lugar, apelam as classes comerciais, como sempre o fizeram, oferecendo-lhe a sua cooperação expontânea e desinteressada.

Como política de emergência e primeira medida concreta para o novo rumo a ser traçado, e reconhecendo que os múltiplos órgãos, criados durante a guerra, de forma desordenada, com funções mal definidas e por vezes coincidentes, sem recursos adequados e suficientes para garantir o êxito de sua tarefa, não poderiam deixar de tornar, como tornaram, ainda mais caótica a situação econômica em que estamos vivendo, urge extingui-los e criar um organismo único que reúna todos os requisitos necessários para uma ação enérgica e profícua.

Esse organismo, imprescindível para pôr ordem e método na ação do Estado, principalmente no setor da distribuição e consumo, reclama, para o cabal desempenho uma estrutura que lhe assegure autoridade, capacidade e meios.

Aos trabalhadores, que constituem numerosa parcela do povo, também é imperativa a normalidade da nossa vida econômica, sem a qual serão êles duramente sacrificados. Faz-se, portanto, necessário que os trabalhadores nacionais se capacitem de que precisam colaborar na obra de recuperação econômica do Brasil, quer fechando os ouvidos aos que os convocam para a desordem, quer melhorando a sua produtividade e a sua assiduidade ao trabalho, o que lhes permitirá pelos proventos daí resultantes, constituir reservas para eventualidades futuras.

Por seu lado, que a imprensa, o rádio, os partidos políticos, os consumidores, reunidos todos pela plena consciência da gravidade da hora, colaborem, com espírito público e ânimo forte, neste trabalho inadiável de reerguimento do Brasil.

Ao mesmo tempo em que formula êstes apelos, a nossa classe se compromete, publicamente, a atuar, pelos meios e nos setores ao seu alcance, para o êxito da obra comum. A ela, como às demais, importa sobremodo o empreendimento dessa tarefa, para a conjuração de graves perigos. A continuação da queda do poder de compra da moeda; os outros males da inflação; o enfraquecimento dos mercados; a exacerbação pública, representam motivos de inquietação para todos os bons patriotas que vêm, em tais fatos, uma ameaça às nossas tradições, às nossas crenças, às nossas instituições e até mesmo à nossa soberania.

Importancia da Avicultura

Publicou "O Estado de S. Paulo", ha dias, a seguinte nota:

"Quem está ao par da agricultura nos EE UU e conhece as possibilidades existentes no Brasil, vive indagando por que razões alguns setores da nossa economia não tomam desenvolvimento semelhante ao da grande nação do norte. Cita-se mesmo o exemplo da aventura que, com raras exceções, é, no Brasil, uma criação de fundos de quintal, comparada com a dos Estados Unidos. O Estado de Iowa, cuja agricultura é considerada a mais variada do mundo, com uma população três vezes menor do que a do Estado de São Paulo, precisamente 2.538.268 habitantes, produziu em 1944 o elevado número de ..... 4.333.000.000 de ovos. Sabendo-se que naquele ano o preço médio da duzia de ovos ali foi de 34,6 cents americanos, chega-se à conclusão de que, sòmente em ovos, aquele Estado alcançou, em números redondos, em nossa moeda, cerca de Cr$ 2.166.000.000,00. Cifras semelhantes atinge a produção de galinhas, sendo evidente que tal progresso não seria possivel com a adoção de sistemas de criação rotineiros e primitivos. E de fato, graças às pesquisas em todos os ramos da criação, hoje é possivel criar aves para o mercado e produzir ovos de consumo mantendo as galinhas, desde o nascimento até o completo aproveitamento industrial, em galinheiros de areas restritas, de condições artificiais de higiene e alimentação, mas suficientes para fornecer aos animais os requisitos de um completo e normal desenvolvimento. Em alguns casos, quando as condições de clima o permitem, aves desenvolvidas são criadas no campo, mas mesmo ai as exigências de higiene e alimentação permanecem controladas.

Estas considerações são feitas ante o espetáculo que começa a apresentar-nos o interior do Estado, e como resposta às indagações dos que perguntam se não existe aqui ambiente para se repetir, na mesma escala, o exemplo norte-americano. No distrito de Lonvelra, na antiga fazenda Paraiso, junto da Estrada de Ferro Itatibense, instalou-se, ha dois anos, e agora se amplia grandemente, e em proporções sem exemplo no Brasil, um aviario segundo os moldes americanos e ajustados às nossas condições locais. O proprio local foi escolhido com muito criterio, pois quem conhece a região, cheia de pequenos vales que se sucedem uns aos outros, deve ter verificado que o resfriamento e o aquecimento das partes baixas e altas das encostas criam uma permuta continua do ar atmosferico, equilibrando o clima e evitando as mudanças bruscas de temperatura. Ali não se observa a umidade extrema de alguns climas mais próximos do mar, nem o calor excessivo de regiões distantes, no interior do planalto. Além

ATENÇÃO

CORREÇÃO

OS DOCUMENTOS A SEGUIR FORAM MICROFILMADOS NOVAMENTE PARA GARANTIR SUA LEGIBILIDADE

Reflexões sôbre o Dia de Amanhã

Estudada assim, em sua natureza, causas e efeitos, a conjuntura que vivemos, é fácil concluir que a Nação não poderá suportar por mais tempo um tal estado de coisas.

A nenhum brasileiro digno interessa a permanência dos males assinalados. Pela sua debelação é o govêrno o primeiro e o maior responsável. A exaltação e o nervosismo decorrentes do desequilíbrio da economia individual geram permanente intranquilidade coletiva. Para o govêrno, pois, e em primeiro lugar, apelam as classes comerciais, como sempre o fizeram, oferecendo-lhe a sua cooperação expontânea e desinteressada.

Como política de emergência e primeira medida concreta para o novo rumo a ser traçado, e reconhecendo que os múltiplos órgãos, criados durante a guerra, de forma desordenada, com funções mal definidas e por vezes coincidentes, sem recursos adequados e suficientes para garantir o êxito de sua tarefa, não poderiam deixar de tornar, como tornaram, ainda mais caótica a situação econômica em que estamos vivendo, urge extingui-los e criar um organismo único que reúna todos os requisitos necessários para uma ação enérgica e profícua.

Esse organismo, imprescindível para pôr ordem e método na ação do Estado, principalmente no setor da distribuição e consumo, reclama, para o cabal desempenho uma estrutura que lhe assegure autoridade, capacidade e meios.

Aos trabalhadores, que constituem numerosa parcela do povo, também é imperativa a normalidade da nossa vida econômica, sem a qual serão êles duramente sacrificados. Faz-se, portanto, necessário que os trabalhadores nacionais se capacitem de que precisam colaborar na obra de recuperação econômica do Brasil, quer fechando os ouvidos aos que os convocam para a desordem, quer melhorando a sua produtividade e a sua assiduidade ao trabalho, o que lhes permitirá pelos proventos daí resultantes, constituir reservas para eventualidades futuras.

Por seu lado, que a imprensa, o rádio, os partidos políticos, os consumidores, reunidos todos pela plena consciência da gravidade da hora, colaborem, com espírito público e ânimo forte, neste trabalho inadiável de reerguimento do Brasil.

Ao mesmo tempo em que formula êstes apelos, a nossa classe se compromete, publicamente, a atuar, pelos meios e nos setores ao seu alcance, para o êxito da obra comum. A ela, como às demais, importa sobremodo o empreendimento dessa tarefa, para a conjuração de graves perigos. A continuação da queda do poder de compra da moeda; os outros males da inflação; o enfraquecimento dos mercados; a exacerbação pública, representam motivos de inquietação para todos os bons patriotas que vêm, em tais fatos, uma ameaça às nossas tradições, às nossas crenças, às nossas instituições e até mesmo à nossa soberania.

Importancia da Avicultura

Publicou "O Estado de S. Paulo", ha dias, a seguinte nota:

"Quem está ao par da agricultura nos EE UU e conhece as possibilidades existentes no Brasil, vive indagando por que razões alguns setores da nossa economia não tomam desenvolvimento semelhante ao da grande nação do norte. Cita-se mesmo o exemplo da avicultura que, com raras exceções, é, no Brasil, uma criação de fundos de quintal, comparada com a dos Estados Unidos. O Estado de Iowa, cuja agricultura é considerada a mais variada do mundo, com uma população três vezes menor do que a do Estado de São Paulo, precisamente 2.538.268 habitantes, produziu em 1944 o elevado número de ..... 4.333.000.000 de ovos. Sabendo-se que naquele ano o preço médio da duzia de ovos ali foi de 34,0 cents americanos, chega-se à conclusão de que, sòmente em ovos, aquele Estado alcançou, em números redondos, em nossa moeda, cerca de Cr$ 2.166.000.000,00. Cifras semelhantes atinge a produção de galinhas, sendo evidente que tal progresso não seria possivel com a adoção de sistemas de criação rotineiros e primitivos. E de fato, graças às pesquisas em todos os ramos da criação, hoje é possivel criar aves para o mercado e produzir ovos de consumo mantendo as galinhas, desde o nascimento até o completo aproveitamento industrial, em galinheiros de arcas reàtrias, de condições artificiais de higiene e alimentação, mas suficientes para fornecer aos animais os requisitos de um completo e normal desenvolvimento. Em alguns casos, quando as condições de clima o permitem, aves desenvolvidas são criadas no campo, mas mesmo aí as exigências de higiene e alimentação permanecem controladas.

Estas considerações são feitas ante o espetáculo que começa a apresentar-nos o interior do Estado, e como resposta às indagações dos que perguntam se não existe aqui ambiente para se repetir, na mesma escala, o exemplo norte-americano. No distrito de Louveira, na antiga fazenda Paraiso, junto da Estrada de Ferro Itatibense, instalou-se, ha dois anos, e agora se amplia grandemente, e em proporções sem exemplo no Brasil, um aviario seguindo os moldes americanos e ajustados às nossas condições locais. O proprio local foi escolhido com muito critério, pois quem conhece a região, cheia de pequenos vales que se sucedem uns aos outros, deve ter verificado que o resfriamento e o aquecimento das partes baixas e altas das encostas criam uma permuta continua do ar atmosférico, equilibrando o clima e evitando as mudanças bruscas da temperatura. Ali não se observa a umidade extrema de alguns climas mais próximos do mar, nem o calor excessivo de regiões distantes, no interior do planalto. Além

disso, a escolha de um sistema de criação com o aproveitamento do adubo das aves facilita a renovação de grande parte das areas, outrora cultivadas com cafeeiros, mas dotadas de uma estrutura de boa origem geológica, com novas culturas em bases racionais, utilizadas na alimentação das próprias aves.

Interessante é a introdução, em larga escala, entre nós, no setor da avicultura, de princípios de investigações recentes. Um deles diz respeito à aplicação dos atuais conhecimentos de genetica, denominado pelos cientistas vigor-híbrido, e utilizado no novo aviario de Louveira para maior rendimento de carne e ovos. Em vez de se criar uma unica raça, acasalam-se duas grandes raças, a Plymouth Rock barrada e uma linhagem de Rhode Island Red, visando uma primeira geração mais rústica e produtiva. Tambem a alimentação é ali rigorosamente dosada, aplicando-se o lema segundo o qual a melhor defesa contra as doenças é um organismo sadio e bem nutrido. Da mesma forma se adaptou ao nosso clima o tipo mais aperfeiçoado de galinheiro norte-americano, com os mesmos requisitos higienicos e as mesmas normas de ventilação e aquecimento.

Uma iniciativa desse genero deve, daqui por diante, preocupar os economistas interessados na nossa agricultura, porque talvez esteja aí uma das soluções para o reerguimento de regiões de vales semelhantes aos de Louveira, onde muitas fazendas próximas poderiam, em íntima cooperação, entrelaçar-se numa rede de modo a não só atender às necessidades internas de consumo de aves e ovos, como iniciar um futuro comércio de exportação. Verificado o êxito econômico de uma organização dessa ordem, cabe ao govêrno, auxiliado pelas fontes de crédito, bancos e capitalistas, facilitar empréstimos a longo prazo aos proprietários de toda essa região que compreende municípios que vão até a fronteira de Minas Gerais, transformando assim a fisionomia agrícola de uma parte do Estado de São Paulo e criando novos centros de produção, para maior riqueza e bem-estar da população".

Apraz-nos assinalar que a orientação preconizada pelo prestigioso órgão de nossa imprensa já vem sendo seguida pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

O Serviço de Fomento do seu Departamento de Estudos Econômicos, em cooperação com fazendeiros da zona, está terminando a montagem de uma granja para a produção industrial de 3.000 frangos por mês e inicia a construção de uma outra para produção mensal de 1.000 aves.

E já tem pedidos para a instalação de mais duas.

Acha-se além disso em estudos a criação de uma granja central para fornecimento por mês de 15.000 pintos de um dia.

O respectivo projeto já está concluído.

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS que do livro de atas de assembléias gerais da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, sob n. 4, consta às páginas 61 a 72, a ata adiante transcrita: — "Ata da assembléia geral extraordinária, para reforma de estatutos. — Aos vinte e oito de junho de mil novecentos e quarenta e seis, nesta capital, na séde social da Companhia, à rua Boa Vista n.º 16, 4.º pavimento, às quinze horas, presentes os diretores dr. Amadeu Gomes de Souza, Claudio Celestino de Toledo Soares, dr. Ari Frederico Torres, dr. Gastão Vidigal, os membros do Conselho Fiscal dr. Julio Augusto da Cunha e dr. Everardo Toledo Bandeira de Melo e numerosos acionistas, o presidente da Diretoria, dr. Amadeu Gomes de Souza, declarou que, por se tratar de terceira convocação, poderia a assembléia instalar-se com qualquer número de acionistas, mas informou que, pelas assinaturas lançadas nos quatro livros de presença, se verificava o comparecimento de 528 acionistas, pessoalmente e por procuração, possuidores de 204.804 ações (duzentas e quatro mil, oitocentas e sessenta e quatro ações). Declarava, por isso, instalada a assembléia de confirmidade com os estatutos, convidando os srs. acionistas a designarem o presidente da mesa. Por proposta do dr. Orestes de Moraes Alves Filho, aprovada sem discussão, foi feita a escolha por aclamação e designado o acionista professor Lino de Moraes Leme para presidir os trabalhos da sessão. Assumindo a presidência, o professor Lino de Moraes Leme convidou para secretários, os srs. drs. Pelagio Lobo e Serviliano de Abreu Soares e convidou o primeiro a proceder à leitura dos editais de convocação, o que foi feito pelos números do Diário Oficial do Estado, tendo o mesmo secretário informado à assembléia que as convocações haviam sido feitas com a antecedência legal, tendo sido os editais inseridos no "Diário Oficial" do Estado e na "Folha da Manhã" desta capital nos seguintes dias do mês corrente: — 8, 9 e 11 em 1.a convocação; 16, 18, 19 em 2.a convocação e 22, 23 e 25 em terceira convocação. Em seguida, o mesmo secretário procedeu à leitura da exposição de motivos apresentada pela Diretoria, para fundamento da proposta da reforma dos estatutos, bem como do parecer do Conselho Fiscal, emitido sôbre essa proposta e dando à mesma integral aprovação. Essas leituras foram ouvidas com grande interesse pela assembléia após o que o sr. Presidente da mesa, esclarecendo que a matéria da convocação era, exclusivamente, a discussão do projeto de reforma dos estatutos, declarou que a mesa procederia à leitura do projeto apresentado, se essa leitura fosse considerada indispensável. A assembléia manifes-

tou-se, unanimemente, pela dispensa dessa leitura, visto como o referido projeto havia sido posto à disposição dos acionistas com grande antecedência e fôra distribuido em impressos entre os presentes, a vista disposição ainda se achavam sôbre a mesa dos trabalhos. Deu-se, assim, início à discussão do projeto para o qual vários acionistas trouxeram e apresentaram propostas de modificação, esclarecimentos e emendas, tendo sido as mesmas discutidas, separadamente. Tomaram parte nessa discussão os acionistas dr. Homero Benedito Otoni, Renato de Andrade Maia, Pelagio Lobo, tendo êste apresentado, além de duas emendas, aos arts. 18, com acréscimo de um parágrafo e nova redação do art. 25, uma outra emenda maior aos artigos do projeto: 4, § 1.º do art. 11, art. 12 e art. 17, sendo estas oferecidas com a assinatura dos acionistas Julio Augusto da Cunha, Serviliо de Abreu Soares, Serafano Ferreira, Pelagio Lobo, Orestes de Moraes Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Helcio Pimentel de Mello, Arnaldo Dumont Vilares, Marcio Buene e Octavio Prado Hoffmann. A discussão maior foi sobre a proposta do acionista dr. Homero Benedito Otoni, que restringia até à véspera da assembléia o prazo para inscrição de ações nominativas nos livros da Companhia e depósito das ações ao portador em estabelecimento bancario ou na caixa da Companhia; o acionista apresentante aduziu, em apoio dessa proposta, a consideração de que a lei de sociedades anônimas estabelecia o prazo de oito dias de antecedência para as convocações das assembléias, devendo, o prazo para inscrição de ações ser feito em harmonia quanto possivel com êsse prazo da lei. Combatendo essa proposta e esclarecendo o fundamento legal das outras, declarou o sr. dr. Pelagio Lobo que a lei de sociedades anônimas estabelece os prazos mínimos para as convocações e inscrição de ações, de sorte que os estatutos não podem adotar prazos inferiores a esses mínimos legais, podendo, todavia, adotar prazos maiores de acordo com as conveniências peculiares a cada sociedade. No caso da Companhia Mogiana a proposta que trazia a assinatura de vários acionistas atendia às necessidades do registro de ações, que era um serviço minucioso e muito árduo, devido ao considerável número de acionistas da empresa, bastando, para prova disso, o fato da verificação de presença, às assembléias, que demandava o concurso de todos os funcionários da secção respectiva sob orientação dos membros da mesa. Essas considerações foram apoiadas oralmente pelo acionista dr. Renato de Andrade Maia e por vários outros acionistas. Encerrada a discussão, o sr. Presidente declarou, que para melhor ordem dos trabalhos, iria submeter a votos, em primeiro lugar, o projeto de reforma elaborado pela Diretoria, sem prejuizo das emendas apresentadas por escrito e oralmente sustentada pelos seus proponentes, emendas cujos originais o mesmo sr. Presidente e um dos secretários passariam a rubricar. Aprovada essa forma de votação e submetidos a votos o projeto de reforma e as aludidas emendas, foi o mesmo projeto aprovado por unanimidade, sendo rejeitada a emenda proposta pelo acionista dr. Homero Otoni, e aprovadas as emendas apresentadas pelo acionista dr. Pelagio Lobo, tambem por unanimidade, tendo o dr. Homero Otoni declarado que tambem as adotava, apenas com exclusão da relativa ao artigo 17. Encerrada a votação, o sr. Presidente declarou aprovados os novos estatutos constantes do projeto e das emendas recentemente aludidas, encarregando-se a mesa de lançar na ata os referidos estatutos com a sua redação definitiva que é a seguinte: "ESTATUTOS DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. — A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com os seus estatutos iniciais aprovados pelo Decreto do Govêrno Imperial n.º 5.137, de 13 de Novembro de 1872, sucessivamente modificados pelas assembléias gerais de 11 de Abril de 1875, 23 de Setembro de 1883, 13 de Outubro de 1886, 4 de Setembro de 1887, 24 de Junho de 1888, 20 de Abril de 1890, 14 de Abril de 1891, 3 de Janeiro de 1892, 25 de Maio de 1897, 17 de Abril de 1910, 29 de Dezembro de 1913, 6 de Setembro de 1923, 25 de Junho de 1925, 28 de Junho de 1928, 29 de Abril de 1941, 13 de Dezembro de 1943 e 4 de Janeiro de 1945, passa a reger-se pelos seguintes Estatutos, e, nos casos omissos, pelas disposições das leis especiais relativas às sociedades anônimas.

CAPITULO I — *Da denominação, sede, duração e objeto da Companhia* — Art. 1.º — A sociedade denomina-se COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO e tem seu domicilio e sede na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome. — Art. 2.º — O prazo de duração da Companhia é o dos seus privilegios e concessões. — Art. 3.º — Ela tem por objeto: — 1.º) Explorar o serviço de transportes em geral, especialmente o ferroviario, nas linhas e ramais atualmente de sua propriedade ou concessão, ou em outras que venha a adquirir, construir ou arrendar — 2.º) Executar obras ou serviços atinentes a transportes, bem como, mesmo indiretamente como acionista, montar ou produzir material ferroviário ou conexo — CAPITULO II — *Do capital social* — Art. 4.º — O capital social é de cento e vinte milhões de cruzeiros (Cr$ 120.000.000,00) dividido em seiscentas mil ações comuns de duzentos cruzeiros, cada uma, 20% (vinte por cento) das quais poderão ser convertidas ao portador, se assim o requererem os acionistas. § 1.º — A parte do capital ainda não realizada será chamada pela Diretoria, nas termos em que esteja autorizada pela assembléia geral, e quando o reclamarem os interesses da Companhia. § 2.º — A conversão de um tipo de ação em outro, além do selo devido, ficará sujeita ao pagamento de uma taxa não excedente de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros) por ação. — Art. 5.º — A Diretoria fixará os emolumentos devidos pela transferência das ações e pelo seu desdobramento. — CAPITULO III — Da Administração — Art. 6.º — A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, constituido de acionistas brasileiros, domiciliados

no país, em número não inferior a 7 (sete), nem superior a 9 (nove). § 1.º — A eleição do Conselho de Administração deverá efetuar-se na assembléia geral ordinária a *realizar-se no último* ano do mandato para que foi eleito o Conselho imediatamente anterior. § 2.º — Desse Conselho de Administração será destacada uma Diretoria com funções executivas definidas no art. 14.º e constituída de 3 (três) ou 5 (cinco) membros. § 3.º — *Os Membros* do Conselho de Administração serão eleitos por 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 4.º — O Conselho, em sua primeira reunião, elegerá o seu presidente que é também o presidente da diretoria. § 5.º — No mesmo ato, elegerá 2 (dois) ou 4 (quatro) de seus componentes que, juntamente com o Presidente integrarão a Diretoria. § 6.º — O Conselho e a Diretoria escolherão seus respectivos Vice-*Presidente* e Secretários. § 7.º — Os Membros do Conselho de Administração exercerão suas funções próprias e, eventualmente, substitutórias, na forma estabelecida pelo art. 11.º, os diretores em caso de ausência, renúncia ou morte. — Art. 7.º — Não poderão servir conjuntamente no Conselho de Administração: — a) ascendentes e descendentes ou seus afins; b) irmãos e cunhados durante o cunhadio; c) sócios da mesma firma comercial ou industrial. — Art. 8.º — Os Membros do Conselho de Administração, antes de entrarem em exercício dos seus cargos, deverão dar em caução à Companhia 100 (cem) ações integralizadas, cada um. — Art. 9.º — O Conselho de Administração, convocado pelo presidente, reunir-se-á *ordinariamente* uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando o exigirem interesses da administração e funcionará *validamente* com a *maioria* dos seus componentes. A Diretoria reunir-se-á uma vez por semana e, extraordinariamente, quando o exigirem os negócios e interesses da emprêsa e funcionará validamente com a maioria dos seus membros. § único — As deliberações *desses órgãos de administração* constarão de ata lavrada no livro a isso destinado e serão tomadas por maioria dos presentes, competindo ao Presidente, além do seu voto pessoal, o de qualidade, nos casos de empate na votação. Art. 10.º — O membro do Conselho de Administração que deixar por 2 (dois) meses consecutivos de exercer o cargo, sem motivo justificado, entender-se-á tê-lo resignado. — Art. 11.º — As vagas do Conselho de Administração, verificadas por morte ou renúncia serão preenchidas, até a primeira assembléia geral, por acionistas convocados pelo próprio Conselho juntamente com o Conselho Fiscal. § 1.º — No Conselho de Administração e na Diretoria o presidente será substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo Vice-Presidente respectivo e, na falta deste, pelo *Membro do Conselho de Administração* por êste designado. § 2.º — No impedimento temporário de qualquer diretor ou em caso de morte ou renúncia, o Conselho de Administração designará um diretor interino. Art. 12.º — Os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria perceberão os seguintes honorários, gratificações: — a) Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por sessão do Conselho de Administração a que comparecerem; b) os diretores mais a *importância de Cr$* 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por mês e c) O Presidente, além dessas, mais a importância de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), também mensalmente. — *Do Conselho de Administração* — Art. 13.º — Competirá ao Conselho de Administração tomar conhecimento da marcha geral dos negócios da Companhia, traçar os planos de seu desenvolvimento definir as diretrizes de sua política econômica e recomendar à Diretoria as medidas que julgar convenientes no terreno econômico e administrativo. § único — A Diretoria deverá submeter à apreciação do Conselho de Administração dos programas anuais de realizações da Companhia e todos os planos ou iniciativas julgadas indispensáveis ao desenvolvimento dos negócios sociais ou ao aperfeiçoamento de seus serviços que excedam os limites ordinários da administração. — *Da Diretoria* — Art. 14.º — A Diretoria, além dos poderes amplos para administrar os negócios sociais, organizar os serviços da Companhia, contrair obrigações, e dar em caução ou penhor bens moveis, terá os necessários para: — 1.º) estabelecer em regulamentos especiais, a distribuição e a direção geral de todos os serviços da Companhia e as atribuições dos seus funcionários ou empregados; 2.º) Autorizar o presidente da Companhia a celebrar contratos e ajustes com os poderes públicos, autarquias, sociedades e

emprêsas particulares, conducentes à realização dos fins sociais ou custeio da emprêsa e obras, bem como às aquisições de materiais; 3.º) Resolver a execução das obras, por administração ou empreitada, mediante concorrência ou não; 4.º) Autorizar a aquisição de bens moveis e imóveis e a alienação daqueles que se tornarem desnecessários; 5.º) Elaborar o relatório anual; 6.º) Escolher os estabelecimentos mais convenientes para guarda e custodia dos títulos, valores e fundos da Companhia; 7.º) Orientar a escrituração e contabilidade da Companhia; 8.º) Nomear, promover, suspender e demitir os empregados, marcar-lhes as categorias e fixar-lhes os vencimentos e gratificações; 9.º) Propôr, tendo em vista cada balanço, a composição dos Fundos de Reserva e outros, a importância dos dividendos e a sua distribuição; 10.º) Autorizar a *concessão de transportes gratuitos* ou com redução bem como o fornecimento de auxílios e esmolas, quando se trate, a juizo da Diretoria de obras ou institutos de assistência pública ou interêsse social, particularmente de instituições que beneficiem a zona servida pela Companhia; 11.º) Regular e decidir todos os negócios da Companhia, qualquer que seja sua natureza, com poderes de transigir e desistir. *Do Presidente* — Art. 15.º — Ao Presidente competirá: — 1.º) Assinar os contratos e ajustes provados pela Diretoria, podendo designar para essa providência um outro diretor; 2.º) Convocar o Conselho de Administração e a Diretoria e presidir às suas sessões; 3.º) Exe-

cutar e fazer executar as deliberações do Conselho de Administração da Diretoria e das assembléias gerais; 4.º) Assinar e despachar o expediente ordinário da Companhia, *podendo atribuir* parte ou materia especial dele ou um outro diretor; 5.º) Rubricar, abrir, encerrar e classificar os livros da Companhia que necessitarem dessas formalidades; 6.º) *Encaminhar ao Conselho* Fiscal o inventário, balanço e contas da administração e apresentar à assembléia geral o relatório elaborado pela Diretoria e os documentos que o devam instruir; 7.º) Assinar, com um outro diretor ou designar para isso dois deles, as cautelas de ações, obrigações ao portador ou títulos que exijam essa dupla assinatura; 8.º) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juizo e fora dele, com todos os poderes necessários, inclusive os de transigir, desistir e quitar, podendo nomear advogados e mandatários para o que for necessário; 9.º) Sacar e aceitar letras de câmbio, emitir notas promissórias e cheques e assinar duplicatas e quaisquer outros títulos e obrigações, relativos a contratos e negócios autorizados pela Diretoria. CAPITULO IV — *Da assembléia geral* — Art. 10.º — A assembléia geral competirá: — 1.º) Resolver acerca de todos os negócios sociais, tomando quaisquer medidas previstas nestes estatutos; 2.º) Eleger o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal suplentes e fixar, anualmente, a remuneração do mesmo Conselho Fiscal. 3.º) Deliberar sobre as contas anuais dos *Diretores*; 4.º) Mandar proceder o exame da administração, sem limitação alguma nomeando delegados especiais para êsse fim; 5.º) Deliberar sôbre a renuncia da garantia de juros e outras concessões dos *governos Federal e dos Estados*; 6.º) Resolver sobre a venda cessão da empresa dissolução da Companhia, fusão ou incorporação dela a outras companhias; 7.º) Resolver, quando findos os privilegios sôbre a prorrogação do prazo da duração da Companhia; 8.º) Determinar, quando tenha de ser liquidada a Companhia, o melhor modo de realizar a liquidação e nomear liquidantes; 9.º) Autorizar a diretoria a contrair empréstimos hipotecários, marcando-lhes as cláusulas, condições e importância. Art. 17.º — Para poder tomar parte nas votações e deliberações, deverá o acionista, quando possuidor de ações nominativas, estar inscrito no registro da Companhia pelo menos 15 dias antes da reunião e, quando de ações ao portador depositá-las em um estabelecimento bancário ou na Caixa da Companhia com a mesma antecedência. § único — Três dias antes do dia marcado para a reunião da Assembléia Geral, ficará suspensa a transferência das *ações, até que* a assembléia tenha ultimado os seus trabalhos. Art. 18.º — A assembléia geral reunir-se-á ordinàriamente uma vez cada ano, dentro dos quatro primeiros meses *após a terminação* do ano social e extraordinariamente quando for convocada. § único — A assembléia geral extraordinária sòmente poderá tomar conhecimento dos assuntos, para os quais tiver sido convocada. Art. 19.º — No dia e hora designados para a assembléia geral ordinária ou extraordinária, o Presidente do Conselho de Administração, verificando, pelas assinaturas dos livros de presença, o comparecimento de *número legal de acionistas declarará instalada* a reunião e tomará assento à mesa até que a assembléia escolha o presidente da sessão. Na sua falta e na dos diretores, seus substitutos assumirá a *presidência o acionista presente* que for possuidor de maior número de ações. Art. 20.º — Ao presidente escolhido pela assembléia cabe designar os secretários e escrutinadores, se houver destes necessidade. Art. 21.º — Cada ação dará direito a um voto, até dez votos; completados dez votos cada grupo de dez ações dará direito a um voto até cento votos, contando-se os votos dai em diante por grupo de vinte ações — CAPITULO V — *Do Conselho Fiscal* — Art. 22.º — A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não os quais poderão ser reeleitos. Os membros do Conselho Fiscal exercerão as suas funções legais até a assembléia geral seguinte na qual serão substituidos ou reeleitos. Art. 23.º — Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal os empregados da Companhia, os parentes dos diretores até 3.º grau e aqueles cujos impedimentos para o cargo de diretores vem mencionados no art. 7.º além dos mencionados na lei. CAPITULO VI — *Do balanço e disposições transitórias* — Art. 24.º — O ano social coincidirá com o ano civil. Art. 25.º — *Encerrado o balanço e apurada a renda* liquida do exercicio, esta será assim distribuida ouvido o Conselho Fiscal: a) cota para o Fundo de Reserva dos termos da lei; b) cotas destinadas aos fundos de previsão de reforma e de *ampliação do serviço do tráfego, de reflo*restamento e de qualquer outros que sejam julgados necessários pelo Conselho de Administração; e c) cota para dividendos. O restante, se houver será transferido *para o exercício seguinte*, como lucros suspensos. Art. 26.º — Os diretores eleitos na assembléia de 29 de abril de 1946, para o triênio de 1947 a 1949, consideram-se eleitos para membros do Conselho de Administração do referido período, devendo os membros restantes ser eleitos pela assembléia geral que aprovar estes estatutos. Art. 27.º — Estes estatutos entrarão em vigor logo após sua aprovação pela assembléia, ficando o Conselho de Administração constituido até 31 de Dezembro de 1946, pelos diretores eleitos pela assembléia de 29 de Abril de 1946 e mais pelos eleitos nos termos do artigo anterior". Declarou, em seguida, o sr. Presidente que, de acordo com os novos estatutos, deveria a assembléia passar à escolha dos acionistas para comporem, com os diretores já anteriormente eleitos, o Conselho de Administração que deverá gerir os interesses e negócios da Companhia no triênio de 1947 a 1949. Conselho esse que, uma da de acordo com os estatutos ora aprovados, deverá funcionar tambem até 31 do Dezembro do corrente ano. Para isso interrompeu os trabalhos da sessão a fim de que os srs. acionistas se municiassem de cedulas para a referida elei-

lha. Reabertos os trabalhos, convidou o sr. Presidente para auxiliarem o recebimento de votos e a sua apuração os acionistas drs. Renato de Andrade Maia e Orestes de Moraes Alves Filho. Os trabalhos realizaram-se normalmente, sem qualquer reclamação, votando os acionistas à proporção de suas chamadas pela leitura dos livros de presença. Encerrada a votação passou-se à apuração que deu o seguinte resultado: — Para membros do Conselho de Administração: Conde Francisco Matarazzo Junior, brasileiro, industrial residente em São Paulo; Fabio da Silva Prado, brasileiro, industrial residente em São Paulo; dr. Henrique Dumont Villares, brasileiro, engenheiro, residente em São Paulo 17.800 (dezessete mil oitocentos e noventa) votos cada um. Dr. Aldo Mario de Azevedo, bacharel em direito e industrial, brasileiro residente em São Paulo, 17.851 (dezessete mil oitocentos e cinquenta e um votos e dr. Ernesto de Castro, brasileiro, comerciante, residente em São Paulo 39 (trinta e nove) votos. Anunciado êsse resultado, o sr. Presidente declarou os quatro primeiros nomeados eleitos e empossados nas suas funções. Em seguida, o acionista dr. Pelagio Lobo, com a palavra, propôs que a assembléia manifestasse o seu regozijo pelos resultados dos trabalhos com a aprovação dos novos estatutos que vinham atender a uma necessidade de mais desembaraçada administração, como fôra exposto. Acentuou que os nomes dos eleitos representavam grandes e nobres tradições na vida social do nosso país, escolhidos entre verdadeiros líderes das nossas forças econômicas e financeiras e que iriam trazer para administração da Companhia Mogiana a contribuição do seu prestigio pessoal, reforçando o prestigio que a Companhia já desfrutava pela probidade dos seus diretores, atuais e passados, bem como pela sua longa folha de serviços prestados à economia dos Estados de São Paulo e Minas Geraes e do hinterland brasileiro, desde a sua fundação, como estrada pioneira do nosso país. Pediu, ainda, uma referência encomiástica e pessoal aos diretores presentes, que tanto se têm desvelado na gestão dos interesses da empresa e que eram figuras dignas da maior benemerência. Delas pedia licença para destacar o dr. Gastão Vidigal que afastado temporàriamente, da direção dos negócios da Companhia, por estar exercendo as árduas funções de Ministro da Fazenda, demonstrava o seu apreço pelos negócios da Companhia Mogiana, comparecendo pessoalmente a esta assembléia e trazendo para os acionistas o conforto do seu apoio e das suas luzes. Era S. Excia., aliás, um dos mais dedicados servidores da Diretoria e o simples fato da sua presença nesta reunião quando tantos trabalhos e preocupações exigiam a sua atuação na pasta que, atualmente, dirige, atestava os desvelos desse diretor pelos interesses da nossa Empresa. Era pois justo que a assembléia lhe manifestasse um agradecimento especial e louvasse a Diretoria pela grande obra em que estava empenhada. Essa proposta foi aprovada com palmas pela assembléia. O

Professor Lino de Moraes Leme declarou que a mesa se associava a esses votos de louvor acentuando que não só a Diretoria da Companhia supertormente orientada pelo dr. Amadeu Gomes de Souza era merecedora do reconhecimento dos acionistas pelo zelo e competência com que vinha gerindo os interesses sociais, era de justiça destacar a dedicação manifestada em favor dos negócios da empresa pelo dr. Gastão Vidigal, grande figura com projeção em todo país e que entre as enormes preocupações da pasta que ocupa no governo da República, não se descurava dos interesses da empresa ferroviaria da qual era diretor. Aprovados esses votos, levantou-se o dr. Gastão Vidigal para manifestar o reconhecimento da Diretoria pelo voto então provado e, em particular à referência que chamou de generosa feita ao seu nome; acentuou nesse agradecimento que desde quando entrou a fazer parte da Diretoria da Companhia Mogiana, sentiu o alto espirito de dedicação dos seus componentes, sempre preocupados com os problemas que interessam à economia pública do nosso país, no setor dos transportes e no rejuvenescimento da zona a que a Estrada tem procurado servir com a eficiência, enfrentando e vencer do enormes crises e dificuldades. O voto aprovado servirá, no entanto, de estimulo para que os diretores, doravante contando com a colaboração de eminentes companheiros, possam levar a termo o grande trabalho de remodelação da via-ferrea e do seu aparelhamento. Estando findos os trabalhos, o sr. Presidente da mesa anunciou que ia encerrar a sessão. A assembléia aprovou, então, por proposta do acionista dr. Miguel Gonçalves da Silva, um voto de louvor à mesa, em especial ao seu presidente, pela maneira porque havia dirigido os trabalhos da sessão. — Por ser a ata desses trabalhos longa, devendo ser transcritos integralmente os novos estatutos, o sr. Presidente anunciou que seriam interrompidos até a sua lavratura que só poderia estar terminada no dia seguinte e agradeceu as referências feitas à mesa e, em especial à sua pessoa pelo dr. Miguel Gonçalves da Silva, no voto de louvor então aprovado. Reaberta a sessão na forma exposta, lida a ata e achada conforme, perante os membros da mesa, diretores e varios acionistas, foi a mesma ata aprovada com a retificação das seguintes entrelinhas: — na página 67 — 1.a linha — um" —, na linha 22.a — "companhias" —; e a página 69, — 4.a (quarta) linha — "até 31 de Dezembro de 1946" — e vai por todos assinada. (assinados) Lino de Moraes Leme, Pelagio Lobo, Serviliо Soares, Renato de Andrade Maia, Arl F. Torres, Amadeu Gomes de Souza, Claudio Celestino de Toledo Soares, Julio Augusto da Cunha, Homero Benedito Ottoni, Miguel Gonçalves da Silva, Antonio J. Carvalho por si e seus representados. Orestes de Moraes Alves Filho por si e seus representados, Marcelo Bueno por si e seus representados, Banco Mercantil de São Paulo S. A. — Marcelo Bueno, — Ernesto Dias de Castro, Octavio Prado Hoffmann por si e seus representados, Ar-

naldo Dumont Villares por si e seus constituintes, p.p. Otavio de Castro Guimarães e por mim Luiz Prado Pinto, Heleio Pimentel de Mello, Servilio de Abreu Soares por si e seus representados. Conferida com o original e achada conforme por mim, Pelagio Lobo, secretário que rubriquei o numerei todas as folhas e dato e assino a última.

São Paulo, 15 de julho de 1946.

a) *Pelagio Lobo.*

JUNTA COMERCIAL
SÃO PAULO
CERTIDÃO

CERTIFICO que a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, com sede nesta Capital, arquivou nesta Repartição, sob número 28.079, por despacho da Junta Comercial, em *sessão de* dezenove de julho de 1946, a ata da assembléia geral extraordinária dos seus acionistas, realizada em 23 de junho deste ano, pela qual foram alterados os seus estatutos sociais, de que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 2 3de julho de 1946. — Eu, Elza Coelho da Rocha, escriturária, a escrevi e assino: — *Elza Coelho da Rocha.* E eu, José Alves de Campos, chefe da seção do Expediente e Correspondência, a subscrevo e assino: — *José Alves de Campos.*

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
QUANTIDADES TRANSPORTADAS EM TRÁFEGO MÚTUO

1.º Semestre de 1946

Mês	*Importação Toneladas*	*Exportação Toneladas*	*Total Toneladas*
Janeiro	22.824,9	44.322,8	67.147,7
Fevereiro	26.548,4	42.520,7	69.069,1
Março	26.194,8	47.811,9	74.006,7
Abril	27.871,3	52.164,0	80.035,3
Maio	29.962,5	54.507,5	84.470,0
Junho	29.270,2	51.752,9	81.023,1
Totais do semestre . .	162.672,1	293.079,8	455.751,9

ESTRADA DE FERRO MOGIANA

J. Wilson Coelho de Souza	— Superintendente da Estrada
Reinaldo Laubstein	— Chefe do Tráfego
Augusto Cesar de Andrade	— Chefe da Locomoção
Euclides Vieira	— Chefe da Linha
Odir Dias da Costa	— Chefe da Divisão Comercial
Luiz Albino Barbosa de Oliveira	— Chefe da Divisão de Material
Horácio Montenegro	— Chefe do Movimento
Aristides Oppermann	— Chefe do Escrit. da Superint.
Cherubim Santarem	— Contador Interino

COMPANHIA MOGIANA DE TRANSPORTES

Joaquim Liberato Leite Ribeiro	— Presidente
Orestes de Morais Alves	— Diretor Tesoureiro
Odir Dias da Costa	— Diretor Gerente

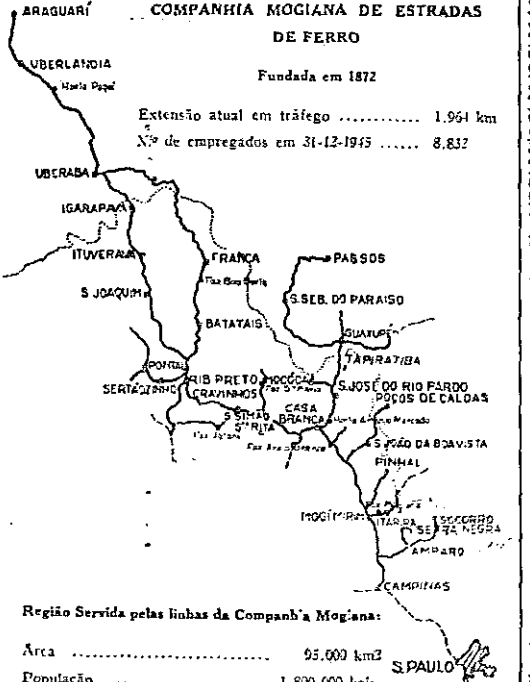
Gráfica S. José - R. Galvão Bueno, 230 — Tel.: 6-4812 - S. Paulo

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Fundada em 1872

Extensão atual em tráfego ..... 1.964 km

Nº de empregados em 31-12-1945 ..... 8.832



Região Servida pelas linhas da Companhia Mogiana:

Área ..... 95.000 km²

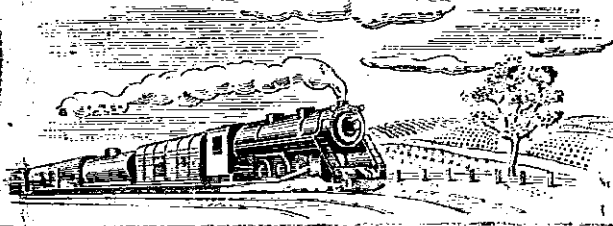
População ..... 1.800.000 hab.

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO

ADVOGADOS

Boletim da
CIA. MOGIANA
DE ESTRADAS DE FERRO

São Paulo



Ano II N.º 2

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Conselho de Administração

Amadeu Gomes de Souza — Presidente
Gastão Vidigal — Vice-Presidente
Aldo Mario de Azevedo — Secretário

Joaquim Libanio Leite Ribeiro — Claudio Celestino de Toledo Soares — Ari Frederico Torres — Conde Francisco Matarazzo Junior — Fabio da Silva Prado — Henrique Dumont Villares.

Consultor Jurídico:
Pelágio Alvares Lobo

Escritório Central:
Orestes Mornes Alves — Chefe

Advogados:
Orestes de Mornes Alves Filho, Miguel Gonçalves da Silva, Heleio Pimentel de Mello e Euzebio de Arruda Camargo.

Departamento de Estudos Económicos
Alvaro de S. Lima — Chefe

Assistentes:
Paulo A. Correa de Brito, J. Pokrowsky, e William W. Coelho de Souza

Comissão de Obras Novas
J. Wilson Coelho de Souza — Eng. Chefe interino

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

BOLETIM DA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ABRIL
JUNHO
1 9 4 7

ANO II
N.º 2

Publicação
tri-mestral

Distribuição
gratuita

SUMÁRIO

Agricultura e Indústria — Henrique Dumont Villares

Restauração dos Cafesais — William W. Coelho de Souza (Continuação)

A variante do Bento Quirino e Ribeirão Preto na linha tronco da Mogiana — Luiz Antonio de Mendonça Junior

Imigração e Colonização

O que se deve saber e fazer no aviario nos mêses de julho e setembro

O fomento da avicultura na zona Mogiana — J. Wilson da Costa

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

O trigo nacional e a prática da sua cultura — Everardo Pereira de Souza

Campanha de alfabetização de adultos — Mathilde Brasiliense.

Obras que trazem conforto e higiene aos sitios e fazendas — Associação Brasileira de Cimento Portland

Diretor: Garibaldi Dantas

Redação: Rua do Tesouro, 23 - 8.o andar

COLABORAÇÃO

Dentro da orientação fixada para o nosso Boletim, acham-se as suas páginas abertas à colaboração dos engenheiros, advogados, médicos, agrônomos e demais funcionários da Companhia.

Delos, bem como dos técnicos oficiais e de quaisquer interessados receberemos com prazer, estudos ou sugestões que versem assuntos de interêsse técnico, econômico ou social da Estrada, de seu pessoal ou das zonas por ela servidas.

Agricultura e Indústria

HENRIQUE DUMONT VILLARES

Do Conselho de Administração da Cia. Mogiana

A base de qualquer plano econômico ou social, a ser executado sistematicamente em determinado período não pode ser o do autoritarismo, apoiado na violência que caracteriza os regimes totalitários. É na sua essência a cooperação inteligente de todos os membros de uma coletividade para a realização dos objetivos visados; é a compreensão por êles dos benefícios comuns a serem alcançados através de uma realização na qual todos concentram os seus esforços; é, em resumo, a fixação prévia de um programa idealizado para o progresso e bem-estar da coletividade.

Esta tarefa exige inteligência para prever, vontade para organizar, cooperação para executar. Na era atual, nenhuma sociedade poderá sobreviver, se não souber escolher o caminho que quer seguir, os meios que quer empregar os objetivos que quer alcançar. É o que se entende por "planejamento".

Em resumo, planejar consiste em estabelecer um programa definido de ação a ser exercida por etapas sucessivas visando a determinado resultado para benefício geral. Nenhuma emprêsa privada pode, hoje em dia, com os modernos processos técnicos e industriais e num regime de intensa competição e concorrência, alcançar resultados satisfatórios e atingir sucesso sem o estabelecimento prévio de um programa que oriente as suas atividades. O planejamento nada mais é do que a aplicação dêste princípio elementar à emprêsa comum, de interêsse coletivo, que é a vida nacional.

No planejamento, as possibilidades e os recursos oferecidos pelo território devem ser estudados minuciosamente, para a elaboração de qualquer projeto de reforma. É indispensável proceder à análise pormenorizada dos principais campos de atividade ali observados: produção industrial, transporte, construção civil, comércio, serviços públicos, profissões etc., para poder determinar a tendência das alterações que se processam.

Dentre os vários fatôres, que exercem influência sôbre o desenvolvimento de determinada zona, ressalta a importância que têm as informações precisas sôbre os recursos que essa região pode proporcionar à instalação de novas indústrias. Esses recursos são muitas vezes ignorados até pelos próprios residentes. Noutros casos, é a falta de capitais que impede que se desenvolvam iniciativas de grande futuro e que representariam real fator de progresso para a região. Em tôdas as zonas onde tais condições possam ocorrer, compete às autoridades públicas promover a investigação dos recursos e possibilidades locais e dar-lhes o mais apropriado apoio e divulgação.

O desenvolvimento industrial do Brasil, como dos países de análogas condições econômicas, será uma das consequências da economia mundial, resultante da dura experiência da guerra que findou. Essa transformação processar-se-á sôbre quatro bases: 1.º) precisaremos contar com a colaboração internacional, quer financeira, quer técnica; 2.º) as relações econômicas entre as nações deverão obedecer a um espírito de cooperação sincera e sensata, e não as antigas rivalidades inspiradas pelo propósito único de obter vantagens e privilégios; 3.º) o capital estrangeiro necessário, representado, quer por financiamento, quer por equipamento, deva ser conseguido a uma baixa taxa de juros e prazos longos de amortização; 4.º) para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico de amplas perspectivas, é necessário um levantamento prévio, sob critério científico, dos recursos naturais do país.

O valôr dêstes *recursos pode ser* exagerado pelo entusiasmo de uma avaliação literária. O estudo objetivo das condições vem muitas vêzes revelar que tal riqueza é menor do que a indicada pelo otimismo superficial. Só a utilização eficiente e racional dos recursos "realmente" existentes pode conduzir a um sólido progresso econômico. Não nos devemos, portanto, deixar iludir.

Um plano ou programa de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que favoreça o bem-estar geral, estimula as iniciativas e oferece oportunidades para novos empreendimentos. Entretanto, para ser bem sucedido, um programa de tal natureza deve encarar o território e o tempo, isto é, ter caráter local e estender-se por longo prazo, de modo a garantir a iniciativa particular.

O desenvolvimento dos recursos naturais, baseado num plano cientificamente organizado, produz a expansão das oportunidades econômicas, e, conseqüentemente, a elevação do padrão de vida da população. O progresso social e econômico de cada região interessa a todo o país. As atividades econômicas devem-se desenvolver em escala tão variada e vasta quanto o permitam os seus recursos naturais. Não significa isto — é claro — qual'quer tendência para fazer de cada região um compartimento estanque, capaz de se bastar a si mesmo, o que seria nefasto êrro econômico. O progresso só se realiza pelo intercâmbio das mercadorias que cada zona está mais apta a produzir mais economicamente e em mais larga escala. Mas a variedade de produção é *recomendavel, porque, quando cada região* assenta a sua economia apenas na produção de um ou dois gêneros de comércio, torna-se crítica a sua posição cada vez que surge uma crise de preços dêsses produtos. A variedade é uma defesa.

Num país em via de industrialização, esta se processa segundo quatro etapas principais, em sucessão lógica. A distinção entre essas etapas é importante, pois exigem elas, para seu êxito, tratamento diferente por parte do Estado.

O primeiro grupo é o das indústrias produtoras de bens de consumo, tendo em vista as necessidades do mercado nacional. O segundo é o que se consagra à produção de artigos de exportação, pois é só com os resultados da exportação que o país paga as mercadorias e os capitais que importa. Em terceiro lugar, aparecem as indústrias indispensáveis à defesa nacional, correspondentes às necessidades militares da nação: grande siderurgia, indústrias químicas, de armamentos e munições. Finalmente, vêm as indústrias de capital, isto é, as que produzem máquinas, os utensílios que representam meios de produção para as demais atividades econômicas.

O progresso econômico de uma região depende de múltiplos fatores, tais como os recursos naturais, as possibilidades de sua utilização para novos fins, a existência, acesso e capacidade de mercados consumidores, as facilidades para obtenção de energia motriz, as tributações que incidam sôbre a produção, as condições de mão-de-obra, etc. Todos êstes *elementos devem ser objeto* de investigações, estudos sistemáticos e rigoroso exame.

Nem sempre está ao alcance da iniciativa privada proceder a pesquisas científicas de que resultem aplicações técnicas bastantes ao progresso e confôrto da coletividade. Pesquisas desta ordem serão mais completas quando custeadas pelos governos. Esta é a razão pela qual sempre se observa, no período de paz, que sucede a uma guerra, grande multiplicidade de novas aplicações técnicas que redundam em notável benefício geral. Resultam elas de trabalhos realizados no chamado "esfôrço de guerra", posteriormente convertidos em processos que aumentam o confôrto da vida.

No estado atual da tecnologia, a riqueza mineral representa papel mais importante na economia de um país do que a sua potencialidade agrícola. Principalmente, se êsses recursos minerais forem carvão, ferro, petróleo e cobre: os quatro grandes fatôres da industrialização. Entretanto, é preciso ter presente que, dia a dia, a ciência descobre novas e importantes aplicações industriais para produtos da agricultura.

Convém encarar os problemas da lavoura e da indústria na sua verdadeira interdependência. É êrro funesto sacrificar os interêsses da agricultura aos da indústria e vice-versa. Um dos principais objetivos de uma sadia política econômica consistirá em ampliar os mercados para os produtos da lavoura, seja através da sua utilização nos vários processos fabris, seja pelo aumento da capacidade aquisitiva dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, observa-se que, com o aumento do consumo dos produtos da lavoura, cresce a capacidade, para os trabalhadores rurais, de adquirir produtos da indústria, para elevação do próprio padrão de vida. Depende da prosperidade agrícola a maior ou menor produção industrial, que exige poder aquisitivo correspondente.

É um proveitoso círculo vicioso.

Como subproduto da cultura algodoeira, o óleo de caroço de algodão tornou-se elemento indispensável à economia doméstica nacional. Caso essa cultura

venha a desaparecer, por pouco rendosa, ocorrerá uma falta desastrosa de gordura vegetal, que dificilmente seria substituida pela gordura animal, já escassa.

Uma das dificuldades encontradas, nos países ainda apenas agrícolas, para o seu desenvolvimento industrial, provém da ausência de mão-de-obra especializada. O trabalho industrial exige habilidade mecânica e senso de disciplina para produção eficiente sob o sistema fabril; e os países em processo de evolução econômica não podem esquecer essa importante questão. Os povoados, depois transformados em vilas e finalmente em cidades das zonas rurais, nascem e crescem nos centros de distritos agrícolas, sob o determinismo dos fatôres naturais: terras férteis apropriadas à lavoura, abundância de água, proximidade de matas, benignidade do clima. Já os centros industriais se localizam segundo outros fatôres: meios de transporte, facilidade para a recepção de matéria-prima, fôrça motriz, mercado consumidor, abundância de mão de obra, etc.

O deslocamento de indústrias para um distrito agrícola, em vez de concentrar as fábricas nos grandes centros urbanos, pode criar sérios problemas sob vários aspectos; dentre os quais, convém salientar, a concorrência a mão-de-obra, que pode ensinuar para a lavoura, pois a indústria geralmente paga salários mais elevados.

O Brasil tem, neste momento, uma auspiciosa oportunidade: boa parte das populações européias flageladas pela guerra deseja trazer à nossa lavoura e indústria o seu braço experimentado. Razões humanitárias e econômicas reclamam urgentemente das nossas autoridades a mais aplicada atenção ao problema imigratório.

As atividades rurais tendem a disseminar a população; a economia manufatureira tende a concentrá-la até o auge do congestionamento. Tôdas estas características divergentes devem ser levadas em conta por quem quiser estudar os problemas econômicos e sociais de uma região.

Enquanto fomentamos o progresso industrial não podemos deixar de promover, por todos os meios, o aperfeiçoamento da agricultura. Num país, como o nosso, em que a vida, para a grande maioria da população, depende da lavoura e da pecuária, seria êrro imperdoavel estimular o desenvolvimento da indústria sem tratar de, ao mesmo tempo, melhorar e modernizar, para maior eficiência, os processos e métodos empregados na lavoura.

Grandes têm sido os progressos realizados, ultimamente, na utilização pela industria de produtos agrícolas. A "química rurgia", denominação dada a esta nova aplicação técnica, tem diante de si vários horizontes.

Novos processos estão sendo descobertos e aplicados para a conservação de produtos alimentares, permitindo não só o seu armazenamento em época de excesso de produção, como o seu transporte a mercados de consumo antes inacessíveis.

Neste terreno, há inesgotáveis oportunidades para a nossa economia, que as autoridades do Ministério da Agricultura e dos órgãos correlatos na esfera estadual deveriam se empenhar em divulgar.

Nas nossas zonas rurais, o trabalhador do campo consegue apenas viver: nada lhe sobra dos seus minrados proventos para suprir as suas mais rudimentares necessidades de higiene, saúde e confôrto. É uma crise permanente, que só poderá ser debelada por uma assistência direta, assentada, inicialmente sôbre a educação e a instrução profissional.

É preciso, sem perda de tempo, que o lavrador aprenda a amar a terra, conservá-la, protegê-la contra a erosão, aumentar a sua fertilidade. É indispensável pôr um paradeiro ao desperdício e devastação de nossas matas e de muitas das nossas riquezas minerais, porque o aproveitamento sensato dos recursos naturais é um dos fundamentos da vida econômica.

Existem, no momento, em várias regiões do globo, enormes possibilidades de expansão econômica util ao progresso, sendo indispensável que êste desenvolvimento obedeça à articulação de um plano geral e racional. Para tanto, uma das primeiras considerações consiste em corrigir a exploração desordenada e exaustiva dos recursos naturais. Para citar um único exemplo, bastará lembrar o caso da riqueza florestal: as matas são devastadas, numa exploração intensiva, num ritmo muito mais rápido do que aquele em que se processa a sua renovação.

Parte essencial de qualquer programa de desenvolvimento econômico é, sem dávida, a defesa dos recursos naturais.

Ainda não se deu, por exemplo, no Brasil, a necessária atenção ao problema florestal. A devastação das matas pela exploração desordenada traz consequências gravíssimas para a economia nacional. A erosão, o desaparecimento do húmus, modificações climáticas, a acidez do solo onde as águas não são retidas, acarretando a perda de substâncias solúveis necessárias à vegetação — são algumas das consequências da devastação imprevidente das matas. Onde a floresta desaparece, cedo ou tarde surge o deserto. Ora, o clima e a fertilidade de qualquer região dependem em grande parte do regime de águas. Para qualquer povoado, o abundante suprimento de água para fins domésticos e industriais é essencial, pois que significa melhores condições sanitárias, confôrto para a população, oportunidade para as indústrias, possibilidades multiplas. Para as regiões agrícolas, a abundância de água e a regularidade das chuvas são de importância capital; por outro lado, sabe-se o que significam as fontes de energia hidráulica, para a produção de fôrça motriz, como fator de riqueza. Não há mais poderoso atrativo para o desenvolvimento industrial de um distrito do que a possibilidade de obter amplo abastecimento de energia elétrica por preço módico. Onde a emprêsa hidrelétrica disponha de grande margem de energia, em relação ao consumo já existente, abrem-se largas perspectivas para as modernas indústrias eletroquímicas e eletrometalúrgicas, que requerem abundante fornecimento de eletricidade a baixo preço.

Entre nós a utilização da rêde fluvial para o mais econômico dos meios de transporte ainda está, pode dizer-se na infância. Só recentemente começamos a tomar interêsse pela irrigação, por meio de aguadagem, para a valorização econômica de vastas regiões áridas.

Tudo isso aponta a importância que tem, num plano de desenvolvimento econômico, a defesa das matas que significa a regularização dos mananciais e dos cursos de água.

Saída da atual época de provações por que tem passado, a humanidade aspira naturalmente construir condições de vida mais confortáveis e seguras: ideal êsse que só poderá ser atingido pela utilização eficiente dos recursos naturais de cada região, pelo aumento de capacidade produtora e, pois, do poder aquisitivo dos indivíduos. São esses, aliás, os elementos que elevam o padrão de vida de uma comunidade: e só um plano de desenvolvimento intensivo e sistemático de cada região do país poderá produzir tais resultados.

Restauração dos Cafezais

CONTINUAÇÃO

WILLIAM W. COELHO DE SOUZA
Assistente do Departamento de Estudos Econômicos

CORDÕES DE CONTORNO

Continuamos a insistir na técla e isso porque ouvimos constantemente de muitas pessoas a pergunta: valerá a pena restaurar as lavouras velhas de Café? Como também outras sem maior exame, condenam a tentativa.

Aos dois grupos responderemos, primeiro, convém tentar restaurar as lavouras velhas de café, que se encontrem depredadas, desde que suas árvores apezar do abandono a que estiveram sujeitas, ainda apresentem fórma e vestígios, de possibilidades de reagir ao tratamento a que serão submetidas. Atualmente essas árvores sofrem sêde e fome. Tentemos dar-lhes de beber, conservando no sólo, as águas de chuvas que atualmente correm nas lavouras e que lhes devem proporcionar o veículo para a dissolução dos saes contidos na terra. Forneçamos-lhes o alimento pelo meio indicado e por novos suprimentos de saes, retirados da humificação pelo emprego do plantio das leguminosas, do estrume de cocheira, obtido economicamente por meio das cocheiras de pisoteio, criando aves em larga escala para aproveitar o seu precioso estrume e recorrendo a outras fontes de matéria orgânica, como sejam a palha de café, as tortas e outras.

Aqueles que condemnam a tentativa sem maior exame responderemos, recomendando-lhes que procurem ver os resultados de uma ação combinada de combate a erosão por meio de "Cordões de Contorno" e de Humificação, visitando fazendas em que se realizam essas práticas e terão oportunidade de ver as maravilhas que temos visto, nas Fazendas do Dr. Anésio do Amaral, em Cravinhos e em Cerqueira; a Fazenda S. Bento, do Snr. Antonio Bento Ferraz em Rocinha — Campinas; — a Fazenda Iracema do Dr. Alberto Whately em Ribeirão e Cachoeira do mesmo lavrador em Franca, e muitas outras.

Visitando todas essas propriedades em que se tem procurado evitar a erosão do sólo dos cafezais e dado a matéria orgânica com abundância para a formação de novos suprimentos de saes minerais, ás plantas, ver-se-ão cafezais com o aspecto das afamadas lavouras do antigo Oeste e Noroeste paulista, com produções de 80 a 100 arrobas por mil pés, contrastando na fórma, no aspecto e na produção, com as culturas de propriedades visinhas, que não receberam o mesmo trato.

Certos disto os técnicos da Secretaria da Agricultura preconisam os trabalhos combinados de defesa do solo e de constantes suprimentos de alimento para as plantas pela humificação do solo.



Sulcando entre as linhas de plantação do milho da cultura em faixa.



Vista do campo plantado de milho na cultura em faixa. Reparem-se o encontro das linhas de plantação dos diversos talhões.

Igualmente convencidos de tão extraordinárias possibilidades temos procurado movimentar os técnicos do Fomento da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, por êsse duplo caminho em benefício da restauração das lavouras velhas de café.

Alguma coisa foi conseguida, muito mais precisamos fazer e no ano agrícola que vai começar, pretendemos redobrar de esforços e de atividades, afim de realizar mais ainda em benefício dos lavradores da zona da Mogiana.

É possível obter maiores e mais abundantes resultados, precisamos do prestimoso concurso dos lavradores.

No curso da propaganda e das realizações que vamos emprecender, completaremos os trabalhos com a demonstração da possibilidade da mecanização do solo, dos cafezais, empregando os cultivadores do inteligente lavrador de Jaú, o Snr. Sigmar Kaufmann, cuja interessante propriedade é destas que devem ser visitadas pelos técicos para que possam avaliar quanto é possivel se conseguir de resultados positivos na tarefa inteligente e econômica de restaurar as lavouras de café, capazes de reagir no trato conveniente.

Condenar sem ver não é justo, e saber não aplicando não é sabio e nem inteligente, porquanto com relativo pequeno trabalho e despeza os resultados são surprecendentes.

Entre as realizações do Fomento uma das mais importantes, é a construção dos Cordões de Contorno, que como se sabe, são curvas de nível nos Cafezais, feitas com o objetivo de evitar os efeitos da erosão, procurando segurar a terra da superfície e conservando no sólo as aguas pluviais caidas nas lavouras. Realizando a primeira parte, mantem-se sempre a disposição das plantas uma boa reserva de sais nutritivos que as terras contenham e com a segunda, a agua dissolve esses mesmos sais e assim as plantas possam a ter á sua disposição, frequente e farto suprimento de alimentos.

Em razão disso as árvores começam a readquirir a sua antiga forma natural e a ativar a sua produção, levando as lavouras velhas de rendimentos ridiculos de vinte e poucas arrobas por mil pés, a 60, 80 a 100 pelos mesmos mil pés. Em muitos casos se podem ainda obter rendimento maiores, depende do estado de conservação das plantas. Naturalmente quando estas perderam completamente a sua forma e não têm mais possibilidade de reagir aos beneficios postos a sua disposição, nada se poderá esperar delas e o melhor é substitui-las por mudas novas.

Para se ter êxito completo, convem sempre fazer a replanta de todas as *falhas* e de tôdas as árvores praticamente mortas. Só desta maneira se poderá conseguir integral restauração das lavouras cafeeiras velhas e depredadas.

Sabe-se tambem que a prática da construção dos cordões de contorno, deverá ainda ser seguida da Humificação do sólo, ou seja enriquecimento de *matéria orgânica*. Esta prática se realiza levando nos cafezais, o estrume de cocheira e de aves, a palha de café, os



Cafezais nos quais foram construidos os Cordões de Contorno. Fazendas Prata, Serra e Sto. Antonio.



Disposição das linhas de plantação de milho segundo as curvas de nivel do terreno

tortas, os compostos, o pelo plantio das leguminosas.

Reunindo numa mesma lavoura a construção dos cordões de contorno e a Humificação do sólo das lavouras, os resultados são surprecendentes.

Dada a falta de aparelhamento do nosso serviço na sua fase inicial não nos foi possivel fornecer aos lavradores sementes de leguminosas para que fossem com elas plantadas todas as partes onde foram construidos os cordões de contorno.

Os preços porque são vendidas essas sementes são bastante elevados, para não permitir uma compra em larga escala; mesmo porque, por essa razão a prática não seria econômica. Aconselhável no caso é cada lavrador formar em sua Fazenda sementeiras e culturas de tais plantas.

Daí ter procurado formar Campos de Cooperação para a sua produção. Este ano que findou apenas em uma Fazenda foi possivel realizar as duas operações: a Construção de Cordões de Contorno e a Humificação, pelo plantio das Leguminosas. E essa foi a Fazenda Jataí da Companhia, cujos 95.000 pés encordoados foram todos plantados de Feijão de Porco e Crotalaria Juncea. Fizemos também nela largo plantio de Leguminosas, afim-de ter para este ano, maiores quantidades de sementes. Desejamos ver se será possivel no corrente ano, realizar simultaneamente nos cafezais beneficiados, a construção dos Cordões de Contorno e a Humificação; para que desta maneira se possa em cada Fazenda, onde trabalharmos, fazer a restauração completa de suas lavouras.

Temos igualmente feito a propaganda do emprego do *estrume animal*, como meio de humificação; e para isso construindo os lavradores as Cocheiras de Pisoteio, tipo Iracema, com o fim de produzir quantidades apreciáveis de matéria orgânica, que se poderá utilizar nas lavouras. A maioria das Fazendas de Café tem gado, é só construir as Cocheiras de Pisoteio, que são relativamente baratas, e devem ser feitas juntas às culturas, para facilitar e baratear o transporte da massa. Neste caso temos de contar com a demora da execução do plano, representada pela construção das Cocheiras, tempo de maceração do estrume, até que esteja em condições de ser levado para os cafezais.

Temos feito esforços para que tenhamos sementes de Leguminosas em quantidades apreciáveis de maneira a que possamos fornece-las a preços razoáveis aos lavradores, completando assim a tarefa da restauração das suas lavouras.

Consideramos a restauração das lavouras velhas de Café da zona da Mogiana, a parte mais importante do Fomento, porque permitirá dentro de pouco tempo, dois anos no mínimo, o aumento da produção e com esta se beneficiarão os lavradores e a estrada; aquêles passando a ter maiores rendas do seu capital e trabalho; e esta volume mais acrescido de fretes, consequentemente de rendas.

Inegavelmente o Café é o produto que maiores proveitos traz ao fazendeiro,



Passando o cultivador entre as linhas do milho em uma cultura em faixa



Detalhe de uma vala de Cordões de Contorno

como à Estrada; por isso deverá ser tratado com particular interesse e carinho.

Compreendendo assim, temos dedicado nossa atenção aos problemas do café.

Conseguindo elevar a produção das lavouras de 21 a 29 arrobas por mil pés, á 60 ou 100, os lavradores serão amplamente compensados de seus esforços.

E êsse aumento de produção do lavrador, corresponderá a um possível aumento do volume de Café a transportar e de frete a fornecer para a estrada.

Agora, sem fazer nada, ficará tudo como está para o lavrador e para a Estrada.

Quando no período de 1923 a 1930 preconisavamos as vantagens da lavoura algodoeira para S. Paulo, baseados nos resultados amplamente colhidos no Estado, poucos nos acreditavam. Hoje ninguem mais duvida.

Assim, esperamos que aconteça com a restauração das lavouras de café, de S. Paulo. Dêm-nos recursos e demonstraremos aos dois grupos de interessados, que é possivel dentro de 2 a 4 anos restaurar as lavouras velhas depredadas, fazendo-as voltar a produzir economicamente.

No ponto zero de hoje, veremos lavouras em varas sêcas e os armazens das Estações da Estrada vazios.

Queremos intensificar em tôda zona da Mogiana a construção dos *Cordões de Contorno*. Os trabalhos realizados no ano findo serviram para a demonstração do problema, despertando a atenção dos fazendeiros para esta prática. E procuramos faze-lo em vários pontos.

Precisamos completar o que fizemos o ano findo nas Fazendas onde trabalhamos, com a Humificação. E este ano desejavamos ficar aparelhados para construir os Cordões e Humificar o sólo. A realização desta parte importa na produção de grandes quantidades de sementes de leguminosas.

Felizmente muitos lavradores compreendem a necessidade de construir os *Cordões de Contorno* para defender suas terras e lavouras, dos efeitos da Erosão. Temos encontrado relativa facilidade na aceitação desta operação pelos lavradores, principalmente em Franca.

Precisamos nos aparelhar para ampliar êsses trabalhos, de modo a cobrir as maiores áreas de lavouras que fôr possivel, atendendo aos lavradores que desejam façamos em suas propriedades os Cordões de Contorno. Temos em tôdos os setores diversos pedidos.

A proporção que os serviços se forem desenvolvendo criamos outras sêdes de trabalhos, as quais foram providas por técnicos agricolas, depois de vencidas as dificuldades iniciais, fornecemos o aparelhamento de trabalho, que é muito simples: um nivêl de borracha, um sulcador e trêna.

Fizeram-se Cordões de Contorno em onze propriedades, segundo a relação que se encontra adeante. Incluimos aqui apenas as Fazendas nas quais os serviços foram completados; há algumas em tôdos os Setores, cujos dados não foram completados por não estarem concluidas as construções.



Outro detalhe para ver a profundidade e o acabamento de uma vala.



Estado dos Cafezais das Fazendas Prata do Dr. Clovis Soares de Camargo.

Fazenda	Proprietário	Caixões preenchidos	Metragem cordões	C U S T O p/ 1.000	C U S T O p/ pé	Tipo e to	Declivid. média
Olhos D'agua	Condominio	46.568	19.122	74,10	0,21	roxa mist.	7%
Gloria	Tomaz N. Gaya	4.200	1.966	187,00	0,41		9%
Sta. Ermina	Tomaz N. Gaya	6.000	1.700	157,80	0,54	Massapé	8%
São José	José Del Chiaro	20.000	9.680	179,70	0,37	Salmou-	12%
Sta. Terezinha	José G. Andrade	12.100	6.780	133,20	0,22	rão	12%
São José	Fabio J. Lemos	11.230	6.586	171,00	0,30	Massapé	17%
Bôa Vista	Antonio Lemos	6.200	1.530	119,70	0,48	Massapé	14%
Bebedouro	Sta. Maria G. Andrade	28.320	15.195	188,70	0,35	Arenito	13%
Sta. Cruz	Paulo Alves	24.961	13.142	172,10	0,32	Roxa	8%
Bôa Fé	Dr. Antonio de Queiroz Telles	9.936	1.570	60,20	0,38	Roxa	7%
Sto. Antonio	Fernando Felcíros	14.000	10.880	166,80	0,21	Massapé	12%
		183.515	87.887				

Examinando-se os detalhes dos dados apurados em cada Fazenda, nas quais foram feitos os Cordões de Contorno, encontram-se os elementos seguintes em relação a declividade. Vêmos que em umas a declividade, varia de 7 á 18%, como na Fazenda Sta. Terezinha, em Indaiá e pertencente ao Snr. José Geraldo de Andrade. Em outra semelhante variação foi de 8 a 16%, Fazenda São José, em Pedregulho e do Snr. José Del Chiaro. Na Fazenda Sta. Ermiola, em Pedregulho, do Snr. Thomas Gaya, a variação observada foi de 5 á 10%. Noutra, a Fazenda São José, em Franca e do Snr. José Fabio Jacintho Lemos, notou-se a variação de 11 á 23%.

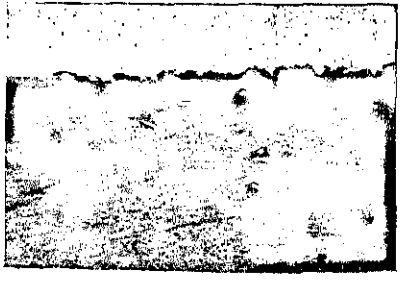
Assim, segundo semelhante declividade de cada talhão de café, de uma lavoura, as curvas de nivel ficarão mais ou menos afastadas e então em cada cultura, haverá consequentemente maior ou menor número de valas, a serem construidas, para a defesa do sólo e da plantação.

Em razão dessa condição técnica a despêsa a ser feita será maior ou menor. Daí a impossibilidade de se poder *a priori* determinar o custo da construção dos Cordões de Contorno. Em cada Fazenda *e em cada talhão, de café há* sempre um problema particular a ser encarado, estudado e resolvido. Não poderão haver regras fixas para o número de Cordões e serem construidos e nem das distâncias. Organizaram-se tabelas fazendo variar a construção conforme a declividade.

Como tambem verificamos que o melhor meio para o contrôle das despêsas feitas, deve ser tomando-se por base a metragem dos Cordões preparados. Verificou-se que fazendo o calculo por mil pés de cafeeiros, o sistema oferece falhas, em razão da variação do número

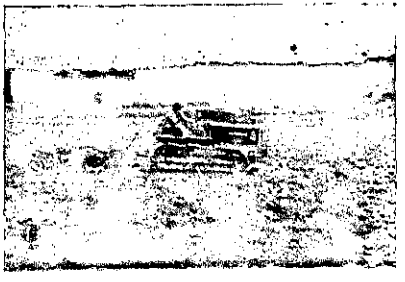


Preparo do terreno antes da construção das faixas de defesa do solo.



Vêm-se as linhas de plantação de milho e as separações com vegetação natural

de mil pés em cada cordão e nos talhões. Salientamos em estudo anterior a outra característica da construção dos Cordões de Contorno, tendo em vista a natureza física do sólo, fazendo então que a construção seja em nível ou em desnível. Fato que também influe sôbre o custo da construção, pelas defesas complementares a serem feitas da área a beneficiar.



Fase mais adiantada do preparo do terreno para as culturas em faixa.



Detalhe da passagem do cultivador numa cultura de milho em faixa

A variante de Bento Quirino a Ribeirão Preto na linha tronco da Mogiana

LUIZ ANTONIO DE MENDONÇA JUNIOR

Diretor da E. F. Sorocabana e ex-Eng. Chefe da Comissão de Obras Novas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

ANTECEDENTES

Como foi declarado na notícia a respeito da Variante de Cocais-Tambaú (na linha Tronco da Mogiana) aprovada pelo Governo Federal pelo Decreto n.º 21.392, de 8 de Julho de 1946, e em plena construção, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro pretende realizar a completa revisão do seu traçado atual na sua linha Tronco entre Campinas e Ribeirão Preto.

Para isso foi criada, em Julho de 1945, a Comissão de Obras Novas, com essa finalidade principal.

Essa linha Tronco foi dividida em dois trechos:

a) de Campinas a Cocais (km. 169)
b) de Cocais a Ribeirão Preto (km. 313).

Pelas razões já apresentadas, a Comissão preferiu iniciar os seus trabalhos pelo 2.º trecho, de Cocais a Ribeirão Preto que, embora de menor intensidade de tráfego, é o de piores condições técnicas.

Em Janeiro de 1946, apresentou a Comissão o projeto e orçamento da Variante de Cocais a Tambaú, a primeira etapa do 2.º trecho, com a extensão de 42,205 no traçado novo e 51,084 kms. no traçado atual. Era, portanto, pouco mais de um terço do 2.º trecho e cêrca da sexta parte do programa total, de Campinas a Ribeirão Preto.

Depois de convenientemente aprovado, foi, em Julho de 1946, iniciada a construção dessa primeira variante e, em fins de Dezembro de 1946, já tinha sido executado cerca de 30% da sua terraplanagem total.

Durante o ano de 1946, a Comissão realizou os estudos de campo e de escritório do projéto das demais secções do segundo trecho, isto é, de Tambaú a Ribeirão Preto.

Ultimado esse projéto verificamos que o da Secção de Tambaú a pouco além de Bento Quirino, embora com as condições técnicas previstas, obriga a um regular alongamento sobre o traçado atual, além de exigir uma terraplenagem bem superior ao do primeiro trecho em construção. Por isso não consideramos, ainda, como definitivo esse projéto e mandamos proceder a novos estudos de campo que estão em andamento.

Quanto ao trecho do km. 262,916 (pouco além de Bento Quirino da linha atual) ao km. 317,390 (pouco além de Ribeirão Preto) julgamos o projéto completamente satisfatório pois além de apresentar um pequeno encurtamento sobre o traçado atual (de 2,144 kms.) a sua terraplenagem atinge a cerca de 37,8 m3. por metro corrente.

Por isso, apesar de ser mais racional fosse atacado em segundo lugar o trecho em prosseguimento da atual Variante, isto é, de Tambaú a Bento Quirino, preferimos apresentar á aprovação o terceiro trecho, de Bento Quirino a Ribeirão Preto, cujo projeto satisfaz completamente.

Além disso, duas outras razões militam a favor do ataque preferencial do terceiro trecho sobre o segundo:

a) é esse terceiro trecho da linha atual, conjuntamente com o primeiro, o de piores condições técnicas da linha Tronco da Mogiana, com uma longa e penosa rampa de Ribeirão Preto a Cravinhos;

b) sendo Ribeirão Preto a principal estação da Mogiana, no novo pateo teremos que construir numerosas instalações (pateos e depositos de locomotivas, armagens, casas para o pessoal, alem de uma estação monumental) que para sua execução exigirão bem maior praso, convindo pois, o seu início mais antecipado.

O projeto do segundo trecho será apresentado em breve, ao decorrer do corrente ano, e assim terminaremos toda a segunda Secção de Cocais a Ribeirão Preto.

Julgamos, tambem, que a revisão, do traçado de toda a Secção já estando programada pela Mogiana, como consta do programa decenal apresentado ao Governo, não prejudica muito, ao conjunto, o ataque preferencial de um trecho sobre outro, desde que a isso sejamos forçados por motivos técnicos.

I — JUSTIFICATIVA TECNICA

A Variante ora apresentada, do km. 262,916 ao km. 317,390 da linha Tronco, por ultrapassar a estação de Ribeirão Preto, foi dividida em dois subtrechos:

a) do km. 265,080 (igual ao km. 262,916 da linha atual ao km. 312,260 (novo pateo de Ribeirão Preto);

b) do km. 312,260 ao km. 317,390 onde se entronca na linha atual.

O primeiro subtrecho é a Variante principal que temos em vista, sendo o último trecho da Secção de Cocais-Ribeirão Preto.

O segundo subtrecho, com menos de 5 km., é, apenas, a ligação necessária á linha atual da Mogiana e já fará parte da futura revisão da secção de Ribeirão Preto a Uberaba (via Igarapava).

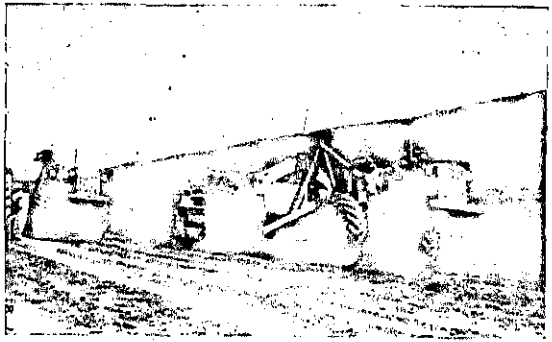
Fizemos essa separação porque adotamos condições tecnicas diferentes nos dois subtrechos.

No primeiro, até Ribeirão Preto, mantivemos as condições técnicas já adotadas na Variante de Cocais a Tambaú e por nós indicadas para toda a linha Tronco da Mogiana, de Campinas a Ribeirão Preto, isto é:

rampa maxima 0,5%
raio mínimo " 372,99 (2.º)

A Linha Tronco da Mogiana terá, assim, as melhores condições técnicas do Brasil, com excessão apenas da Variante do ramal de São Paulo da Central do Brasil em construção.

A resistência adicional (devido a rampas e curvas) será apenas de 0,25 kgs. por tonelada. Com isso não só as locomotivas, nesse trecho, terão sua capa-



Corte 14



Corte 14

cidade de tração multiplicada por 4,8 como a capacidade de tráfego nesse trecho será mais de 30 vezes a intensidade do tráfego atual.

No segundo subtrecho, de Ribeirão Preto em diante, que consideramos como fazendo parte da Secção de Ribeirão Preto a Uberaba (via Igarapava) cuja revisão futuramente deverá ser feita, e que tem intensidade de tráfego menor que a primeira Secção, resolvemos adotar condições técnicas mais fortes, isto é:

rampa maxima	1%
raio minimo	572,99 metros

condições técnicas racionais pois vão melhorando à medida que cresce a intensidade de tráfego de cada secção.

assim mesmo bem melhores que as condições técnicas atuais dessa Secção e que são rampa maxima de 2% e raio minimo de 150 metros.

Depois de Uberaba, até Araguari as variantes já executadas, em execução e em estudos têm ou terão as seguintes condições técnicas:

rampa maxima	1,5%
raio minimo	250 metros

Assim, futuramente, feitas todas as revisões, a linha principal da Mogiana (de Campinas a Araguari, via Igarapava) terá as seguintes ultimas condições técnicas:

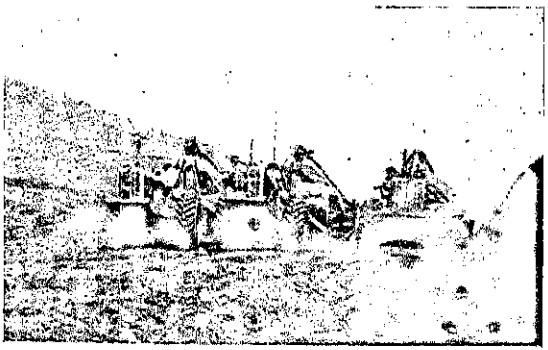
	Rampa maxima	*Raio minimo*
Secção Campinas-Ribeirão Preto	0,5%	572,99 mts.
Secção Ribeirão Preto-Uberaba	1,0%	572,99 "
Secção Uberaba-Araguari	1,5%	250,00 "

No primeiro subtrecho (até Ribeirão Preto) comparando o novo traçado com o atual podemos organizar o seguinte quadro:

	Traçado atual	*Projeto*
Comprimento real	49,609	47,200
Rampa maxima	2,5%	0,5%
Raio minimo	110 metros	572,99
Extensão em tangente	21,05%	55,26%
Resistencia adicional	30,65 kgs.	6,25
Comprimento virtual (pela formula de Baum)	190,751 kms.	92,361
Coeficiente virtual (pela formula de Baum)	3,80	1,90
Capacidade de tração (locomotiva tipo 750)	352 Tn.	1.520
Relação de capacidade de tração	1	4,3



Córte 14



Córte 14

A superioridade técnica do novo traçado sobre o atual, é, portanto, esmagadora. O dado mais expressivo é o último apresentado: a capacidade de tração de uma mesma locomotiva que fica multiplicada por 4,3.

O simples exame da planta resumida do novo traçado mostra logo a razão de ser de tão grande superioridade de um traçado sobre o outro.

O traçado atual partido do km. .... 262,916 na cota 530 sobe até Cravinhos (km. 287) na cota 782 (desnivel de 202 metros) além de quatro balanços (descidas e subidas) durante esse trajeto. De Cravinhos (cota 782) o traçado atual desce até Ribeirão Preto (km. 313) na cota 518 com o desnivel, portanto, de 264 metros.

No novo traçado em vez de tomarmos a direção de Cravinhos seguimos o vale do Tamanduá procurando, como diretriz, a garganta de Manoel Amaro que transpuzemos no km. 283 na cota 572. Esse trecho com cerca de 18 kms., lançando sobre um vale largo e suave, é de traçado magnifico, com longas rétas e praticamente de nivel. Partindo da cota 580 desce até a cota 556 e subindo depois até a cota 572. Dessa garganta de Manoel Amaro, margeando o atual ramal de Cravinhos a Alvarenga, desce o novo traçado pelo vale do Arantes cujo ponto mais baixo é atingido no km. 295 na cota 532. A seguir o novo traçado procura a garganta mais favorável para alcançar o vale do Ribeirão Preto. Vencemos essa garganta no km. 302 na cota 580, descendo daí por diante pelo vale do Ribeirão e localisando-se a futura estação entre os kms. 311 e 312, 260 na encosta fronteira á cidade, paralela á futura Avenida do Café (em construção e num ponto de muito facil acêsso distando, em linha réta, cerca de 1 km. do centro da cidade atual (Teatro D. Pedro).

Essa esplanada fica na cota 535.

Em resumo, pois, enquanto o traçado atual chega a atingir a cota 782 para descer a cota 518, o novo traçado atinge apenas a cota maxima de 580 para descer á cota 535.

Essas travessias sucessivas dos vales do Tamanduá para o de Arantes e deste para o do Ribeirão Preto obrigaram a um traçado mais pesado, mas mesmo assim a terraplenagem de todo esse primeiro subtrecho atinge a ..... 1.818.434 m3. o que dá cerca de 28,5 md. por metro corrente.

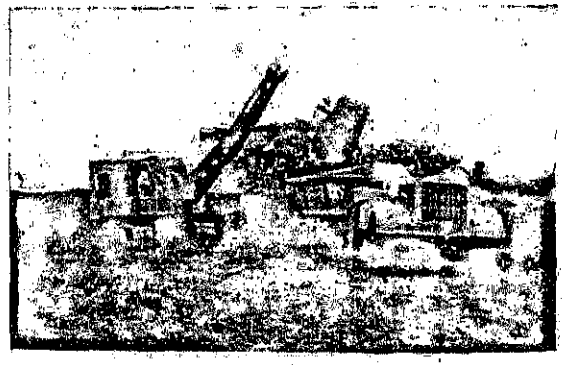
As obras d'arte desse trecho não são vultosas, simples bueiros e passagens superiores ou inferiores.

Quanto ao segundo subtrecho, de ligação da esplanada nova de Ribeirão Preto (km. 312,260) á atual linha em tráfego no km. 317,390, as suas condições técnicas são menos favoraveis pois adotamos, como dissemos, a rampa maxima de 1%. Deixamos de apresentar o confronto técnico com o traçado atual por se tratar, apenas, de um trecho de ligação sem poder constituir um trecho diferente de tração pois, até ulterior revisão, esse subtrecho ficará subordinado às condições técnicas do traçaço atual no km. 317,390 a Entroncamento.

Nesse subtrecho o que ha de notável é a construção de um tunel na saida



Córte 16



Córte 22

do pateo de Ribeirão Preto o que onera o seu orçamento. Mas esse tunel cuja extensão prevista pelo projeto é de 660 metros, esperamos, com a locação (aliás já feita) reduzir ao máximo de 250 metros.

II — JUSTIFICATIVA ECONOMICA

a) — O orçamento

Para a confecção do orçamento da primeira Variante de Cocuhy a Tambaú, lutamos com grandes dificuldades.

Pela nossa propria experiência, na Variante de Amoroso Costa e Tié, verificamos que, com a queda cada vez maior da eficiência da mão de obra brasileira, o serviço manual de terraplenagem é hoje moroso e muito dispendioso. O preço médio do m3. de terraplenagem, nesta Variante, ultrapassa a 20 cruzeiros.

Para executarmos, pois, um serviço de revisão de traçado de larga envergadura, como o que nos fôra acometido, com presteza e economia, teriamos que recorrer aos sistemas mecânicos.

Mas, na época desse primeiro orçamento, feito em Dezembro de 1945, mal terminada a guerra, estava muito restrita a importação de máquinas dos Estados Unidos. Por sua vez, no país, poucas firmas construtoras dispunham de máquinas e com a pequena experiência de sua exploração indicavam preços unitários quasi equivalentes aos obtidos pelos processos manuais.

Dái apresentarmos naquela ocasião nada menos de quatro orçamentos, conforme o sistema de escavação que pudessemos conseguir, compondo os preços de cada sistema quasi que empiricamente, com dados fornecidos pelos catalogos de construtores de máquinas e pela escassa experiência de sua aplicação em alguns casos no Brasil. Assim mesmo ficamos felizes. Aberta a concorrencia administrativa em Fevereiro do ano passado, conseguimos propostas de nada menos de 28 grandes firmas brasileiras, dentro das nossas expectativas. Tais preços serviram de base aos contratos mais tarde feitos com duas grandes firmas que estão executando os serviços dessa primeira Variante a pleno contento.

Até Dezembro último, executado cerca de um terço da terraplenagem previsto o preço médio do m3. escavado, incluindo transporte, atinge apenas a 12,5 cruzeiros, embora o transporte médio seja da ordem de 110 Dm.

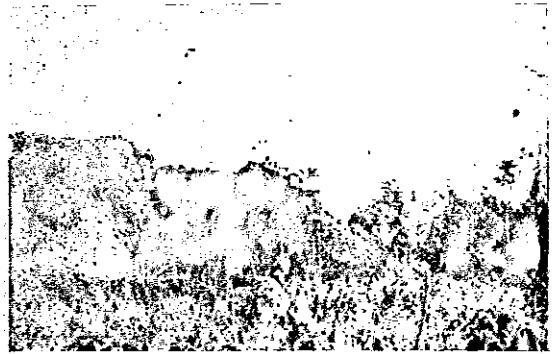
Portanto, em materia de preços unitários, pizamos, agora, em terreno mais firme.

No presente orçamento adotamos os preços desses últimos contratos e que são os seguintes:

1.ª categoria	..	Cr$ 5,50 o m3.
2.ª categoria	..	9,00 o m3.
3.ª categoria	..	50,00 o m3.

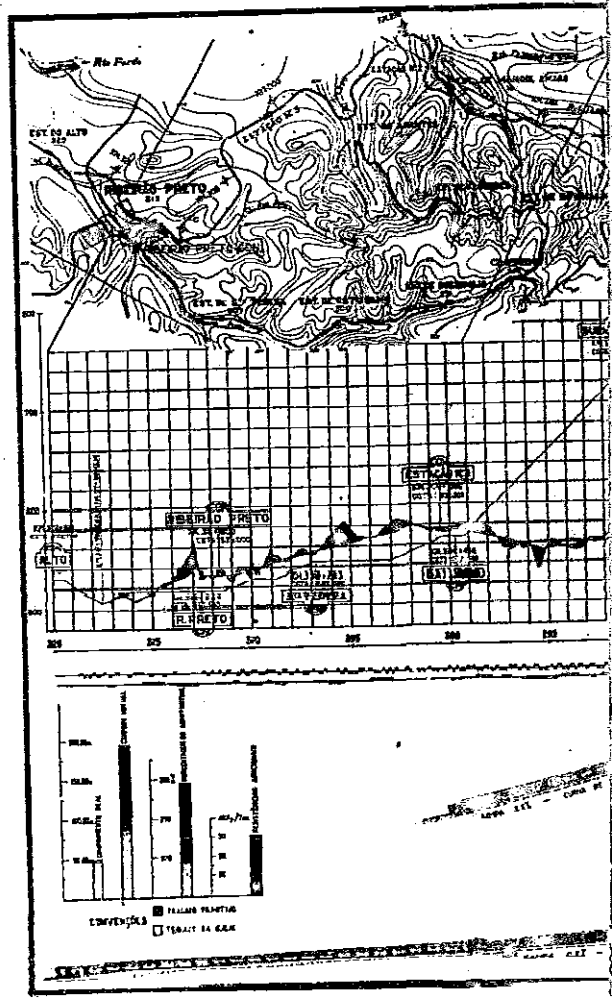
Transporte

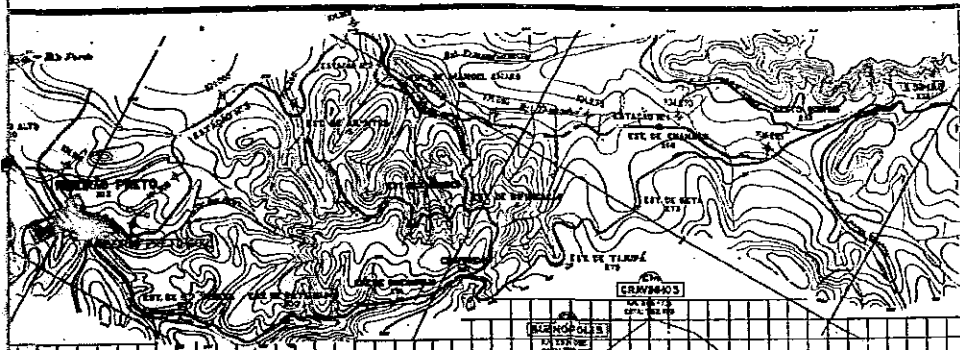
até 50 Dm.	Cr$ 0,10 o m3/Dm.
de 50 a 100 Dm.	0,05
de 100 a 150 Dm.	0,025
mais de 150 Dm.	0,015



Cória 7






RIBEIRÃO PRETO
SERRANÓPOLIS
CRAVINHOS
TIJUPA
SERTÃOZINHO
SERRA AZUL
SERRINHA
SERRA DOS DOURADOS
SERRA DE SANTA ROSA
SERRA DE SANTA ROSA
SERRA DE SANTA ROSA

Pelas "Especificações para execução dos serviços de terraplenagem" por nós adotadas, no caso de serviço mecanizado, entendemos: por material de 1.ª categoria o que é excavado com o emprego exclusivo de "scrapers", sem o auxílio de escarificadores;
por material de 2.ª categoria aquele cuja excavação exija o emprego obrigatório de escarificadores *auxiliado ou não por* minas de fogo;
finalmente, por material de 3.ª categoria, a rocha dura que exija o emprego constante de minas, sem ser possível o emprego de "scrapers" e escarificadores.

Quanto aos preços unitários para os demais serviços foram mantidos os do orçamento anterior.

No que diz respeito á classificação do material a excavar, também, no presente orçamento, somos mais precisos. Logo que a Comissão de Obras Novas iniciou os seus serviços de campo, procurou organizar uma turma de sondagens e para isso pedimos e obtivemos a preciosa colaboração da Secção de Solos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (I. P.T.) de São Paulo. Mas o aparelhamento pessoal e material desse serviço exigindo, como é natural, um certo prazo, o seu funcionamento eficiente só pode ser iniciado em Maio do ano passado, quando já tinhamos apresentado o projeto da primeira Variante de Cocais a Tambaú.

A classificação adotada para essa primeira Variante foi, apenas baseada na inspeção superficial do terreno.

Já no presente orçamento pudemos fazer serviço mais completo: a classificação ora apresentada é baseada em sondagens sistemáticas que procedemos em todos os cortes e nos locais de obras de arte.

Pensamos mesmo que é primeira vez, no Brasil, que, num projeto ferroviário, uma classificação é feita com critério racional baseado em sondagens sistematicas e estudos geofisicos.

NOTA: *As fotografias que ilustram este artigo referem-se às obras em execução no trecho de Cocais a Tambaú.*

Imigração e Colonização

Da mensagem apresentada ao Poder Legislativo, em 15 de Março ultimo, pelo Sr. Presidente da República, transcrevemos os seguintes itens:

Colonização e Imigração

Correlatos com os problemas do trabalho e fatôres de máxima importância na estrutura social do País e na própria formação de sua nacionalidade, apresentam-se os problemas de colonização e imigração.

Salientamos de início as necessidades do povoamento do nosso território. Não basta, porém, formar populações. É indispensável fixá-las e assisti-las convenientemente nas tarefas árduas do desbravamento e das primeiras ocupações, ou da radicação em áreas antes povoadas e hoje desertas.

Migrações internas

Outro aspecto digno de consideração é o dos trabalhadores nacionais que, com suas famílias, se transferem, em migrações periódicas, de umas para outras partes do território nacional, especialmente, em períodos de safra. A êsses trabalhadores, e a seus dependentes, pretende o Govêrno emprestar mais detida assistência, amparando-os no curso de seus deslocamentos, na obtenção de colocação, na execução de seus contratos de trabalho e em seu retôrno às regiões de origem.

Imigração

A solução das questões imigratórias trará consigo, correlatamente, a de dois problemas de largo alcance imediato. Antes de tudo, o recebimento de boas correntes de imigrante viria concorrer para o povoamento do nosso solo, e a utilização de áreas desabitadas ou improdutivas. Além disso, seria atendida a premente necessidade de prover-se o País de mão-de-obra, cuja falta pesa de modo acentuado na economia de determinadas regiões. Consciente dessa situação, o Govêrno decidiu levar a cabo uma série de providências no sentido de estimular a vinda de apreciáveis correntes humanas, condicionadas aos nossos interêsses econômicos, sociais, políticos e étnicos.

Providências

Essas providências visam às duas modalidades de imigração: a espontânea e a dirigida. A fim de prevenir a entrada de elementos que, por suas condições físicas, profissionais o étnicas, não se coadunam com os nossos interêsses, foi há pouco aperfeiçoada a legislação sôbre concessão de vistos, para coibir a entrada de estrangeiros que não satisfaçam àquelas condições.

Quanto à imigração dirigida, o Govêrno tomou dois grupos de medidas: um que se refere à vinda de deslocados de guerra, e outro que diz respeito ao recebimento de correntes imigratórias de países europeus cuja composição racial e social se ajuste às nossas características nacionais. Com relação à vinda de refugiados de guerra, o Govêrno brasileiro como membro do Comité Intergovernamental de Refugiados, já expediu instruções a seu representante no aludido órgão, no sentido de concluir acôrdo para a vinda de refugiados de guerra, mediante a seleção dos imigrantes segundo as nossas próprias normas e conveniências, as quais além de serem as decorrentes dos nossos interêsses sociais, econômicos, políticos e étnicos, incluem também a obrigação de a seleção só ser feita entre agricultores, técnicos e operários especializados.

As despesas para o transporte dêstes grupos, cuja seleção será feita por comissões brasileiras que já se encontram na Europa, está a cargo do Comité Intergovernamental de Refugiados, o qual contribuirá com recursos para a ampliação, no território nacional, das instalações para recepção, alojamento e fixação dos refugiados na indústria e na agricultura. Calcula-se que o número dêsses refugiados alcance neste ano a 60 mil, tudo dependendo, no entanto, da nossa capacidade de colocação dêsses imigrantes, os quais, de preferência, segundo as instruções, devem vir acompanhados de suas famílias, compostas do cônjuge e parentes consangüíneos. Quanto à imigração dirigida dos países emigrantistas, habituais fornecedores de imigrantes ao Brasil, o Govêrno brasileiro já expediu instruções para a conclusão de acôrdos com aquêles países afim de acelerar a vinda de imigrantes cuja seleção está subordinada ao mesmo critério estabelecido para os refugiados de guerra. Cabe esclarecer que só serão admitidos à seleção os imigrantes que representem mão-de-obra apreciável na produção, excluídos os que se dediquem a atividades que não se podem considerar de utilidade para a economia nacional.

O que se deve saber e fazer no aviario nos mêses de julho a setembro

Em *Julho* a produção de ovos já é bem satisfatória. As galinhas do 2.º e 3.º anos de postura depois de refeitas da muda, voltaram a produzir.

As frangas nascidas de julho a setembro passado, estão em franca postura e os seus ovos atingiram o tamanho normal, alcançando ainda bons preços.

Os preços do ovos no mercado da Capital entram em declinio.

Com o nascimento dos primeiros pintos, aumenta a atividade no aviário.

Adquira a vacina contra a "bouba", com tempo suficiente para vacinar os pintos quando completarem um mês de idade.

Procure incubar ninhadas homogeneas o pouco numerosas.

Um dos graves riscos da criação artificial tem sua origem na excessiva aglomeração dos pintos.

Ao calcular o numero de pintos que se vai alojar nas criadeiras, mais vale pecar pela parcimônia do que por excesso.

O lema "divide e vencerás" é um principio indiscentivel na avicultura.

Não se deve criar juntos, pintos de diferentes raças, ou especies, tais como: perús, patos, marrecos, etc.

Os pintos débeis ou atrazados no crescimento, devem ser removidos e colocados em outros lotes de menor idade e cujo tamanho seja proporcional. Mas, se a sua saúde não fôr perfeita, mais vale sacrificar um individuo de escasso valôr que arriscar a perda de um lote.

A limpeza e desinfecção de todas as dependências e utensilios do aviario não devem ser esquecidas.

Substitua com frequência a palha dos ninhos para que os ovos sejam recolhidos limpos.

Em *Agosto* é mais intensa a produção de ovos. Os preços no mercado continuam em declinio.

Prossegue a incubação e criação de pintos.

Proporcione ás suas aves, a melhor alimentação possivel, especialmente aos pintos.

Não deixe de vacinar os pintos contra a bouba.

Não deixe nunca faltar nos bebedouros, agua limpa e fresca.

Não armazene os ovos por muitos dias. O calôr altera o produto, desvalorizando-o para o consumo.

Os pintos nascidos em julho passado, já poderão ser transferidos para as casas do campo ou abrigos-colonia e gozar da mais ampla liberdade.

Duas vezes por semana, visite á noite, os galinheiros e verifique como estão acomodadas nos poleiros, as aves.

Diariamente, ao abrir os galinheiros, verifique o estado de saude das aves, retirando qualquer ave que se encontre triste ou impotente.

A ração de grãos, deve ser distribuida todos os dias a mesma hora, á tarde, antes do escurecer.

A ração balanceada, deve ficar a discrição das aves. Qualquer alteração na fórmula usada, provocará ligeira diminuição na postura.

Em *setembro*, verifica-se ainda um aumento na produção de ovos. Os preços são inferiores ao mês passado.

Siga as instruções anteriores, quanto as remessas de ovos para o seu distribuidor.

A incubação e criação de pintos, atinge neste mês o seu climax.

Todas as indicações anteriores, deverão ser recordadas e postas em pratica.

Evite as correntes de ar nos galinheiros, especialmente nas casas ou comôdos onde se encontrem alojadas as criadeiras.

Combata os parasitas das aves e dos galinheiros.

Substitua a cama de palha dos galinheiros e remova todo o estêrco das aves para adubação da lavoura, horta e jardim.

Proceda a rigorosa limpeza e desinfecção de todas as dependencias e utensilios do aviário.

Não deixe faltar nenhum ingrediente nas suas fórmulas de ração. Inspecione sempre o seu deposito de forragens.

No transporte das aves, devem ser observadas as instruções do Chefe da Estação local.

Use um tipo de engradado de facil manejo, leve e seguro o tanto quanto possivel. Prefira os engradados desmontaveis, pois estes gozam de desconto especial no seu retorno.

Para o transporte de ovos, use os engradados apropriados, para 30 duzias, pois conservam melhor o produto e evitam as québras.

No caso de molestias, consulte imediatamente o Departamento de Defesa Sanitaria da Agricultura (Instituto Biologico) á Avenida Rodrigues Alves — São Paulo. Esse Departamento, mantido pelo Govêrno, dispõe de uma Secção especializada, á qual está afêta a parte de molestias de aves. Os seus serviços são gratuitos.

Toda a consulta deverá ser dirigida ao Serviço de Fomento Agricola da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro — Rua do Tesouro n.º 23 — 8.º andar — São Paulo — êle procurará auxiliá-lo a resolver seus problemas.

O fomento da avicultura na zona Mogiana

J. Wilson da Costa

Zootecnista da Sec. de Agricultura em Comissão no Departamento de Estudos Econômicos.

Atendendo às finalidades do Departamento de Estudos Econômicos, no tocante ao fomento da produção agro-pecuária, podemos agora trazer ao conhecimento dos nossos leitores, uma parcela do que está sendo feito no terreno da avicultura industrial.

A exigência do consumo de aves e ovos, na Capital de São Paulo, quanto á qualidade e quantidade do produto, fêz com que a nossa avicultura deixasse de ser um *negocio* apenas para *cosinheiras, velhos* ou *inválidos* e permitisse a sua exploração industrial, em bases racionais, dela hoje participando, banqueiros, industriais, bacharéis, medicos, engenheiros, fazendeiros, etc., tal como na America do Norte, guardadas naturalmente as proporções.

A nossa Capital consumiu para mais de *8 milhões de duzias de ovos* no ano passado!

Apezar de estar o Estado de São Paulo na vanguarda da produção avicola industrial, importamos ainda enorme quantidade de produtos avicolas dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Daí a possibilidade de incrementarmos a nossa avicultura sem receio.

Ela apresenta fatores econômicos muito importantes:

a) produção de aves para o corte;
b) produção de ovos para o consumo;
c) produção de adubo.

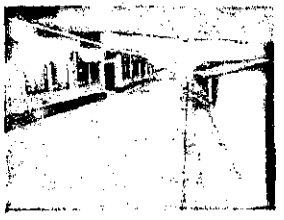
No que diz repeito á produção de aves e ovos, o seu desenvolvimento marcha ao encontro de uma necessidade imperativa, que é no momento uma oportunidade. Seu campo não terá de ser construido, pois ele já existe. Não terá que criar mercados, pois eles aí estão chamando ao govêrno pelos produtos, fazendo *filas* para obte-los a qualquer preço.

Quanto ao terceiro item — *produção de adubo* — tomando-se por base que 500 galinhas Rhode Island Red poderão produzir *11 toneladas* de estêrco, anualmente, só este fáto justificará a exploração da avicultura, como fatôr importante no auxilio da restauração da lavoura cafeeira.

Nesse particular, chamamos a atenção dos leitores para a leitura dos artigos "*A avicultura e o café*" e "Restauração *dos cafezais*" publicados no Boletim n.º 1 deste Departamento.

O Departamento de Estudos Economicos, tendo estudado a planificação do fomento da avicultura na zona Mogiana, passou já de simples conjecturas, para o terreno pratico.

O nosso primeiro trabalho foi iniciado em Brumado, no Municipio de Amparo, na Fazenda do Presidente da Companhia Mogiana, Dr. Amadeu Gomes de Sousa. Quiz como paulista da velha



Fazenda "Saudade" Brumado — Municipio de Amparo — CM. Vista dos pavilhões destinados á avicultura, construidos no terreiro de café.

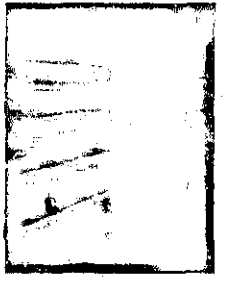
têmpera, vêr a realidade dos nossos estudos, em sua propria fazenda. O seu amôr á tradição, á sua confiança no futuro do café ainda como sustentáculo da nossa economia, fizeram com que transformasse a sua tradicional fazenda de café numa propriedade agricola mixta.

Da Fazenda "Saudade", saem hoje mensalmente milhares de aves para o mercado de São Paulo. O seu adubo *fica* para ser aplicado nos cafezais, que dentro em breve, voltarão a produzir como antigamente.

A *granja* ocupa apenas uma parte dos antigos terreiros de café. Foi construida dentro de *oito quadras*, tendo a capacidade total para 12.000 aves e uma produção anual de 33.000 aves e cerca de 1"20 toneladas de estêrco!

Foram construidos oito pavilhões, sendo um de 4,00 x 15,00 para as baterias eletricas (criadeiras) de pintos e sete de 4,00 x 25,00 destinados ao segundo e ultimo estagio das aves. A construção é toda em alvenaria e coberta com "Brasilit". Nas janelas, basculantes, para permitir um melhor controle da ventilação, foi usado o "Cel-O-Class", substituto do vidro, destinado a fornecer maior suprimento de raios ultra-violeta.

Em Setembro ultimo, apezar das instalações não estarem ainda concluidas, deu entrada o primeiro lote de 3.000 pintos de um dia, Rhode Island Red. Em outubro, novembro, outros lotes se sucederam.



Fazenda "Saudade" Brumado — Municipio de Amparo — CM. Baterias electricas, metalicas, para a criação de pintos, localizadas no interior de um dos pavilhões.

O fomento da avicultura na zona Mogiana

J. Wilson da Costa

Zootecnista da Sec. da Agricultura em Comissão no Departamento de Estudos Econômicos.

Atendendo ás finalidades do Departamento de Estudos Economicos, no tocante ao fomento da produção agro-pecuária, podemos agora trazer ao conhecimento dos nossos leitores, uma parcela do que está sendo feito no terreno da avicultura industrial.

A exigência do consumo de aves e ovos, na Capital de São Paulo, quanto á qualidade e quantidade do produto, fêz com que a nossa avicultura deixasse de ser um *negocio* apenas para *caseiras, velhos* ou *inválidos* e permitisse a sua exploração industrial, em bases racionais, dela hoje participando, banqueiros, industriais, bacharéis, medicos, engenheiros, fazendeiros, etc., tal como na America do Norte, guardadas naturalmente as proporções.

A nossa Capital consumiu para mais de *8 milhões de duzias de ovos* no ano passado!

Apezar de estar o Estado de São Paulo na vanguarda da produção avicola industrial, importamos ainda enorme quantidade de produtos avicolas dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Daí a possibilidade de incrementarmos a nossa avicultura sem receio.

Ela apresenta fatores econômicos muito importantes:

a) produção de aves para o corte;
b) produção de ovos para o consumo;
c) produção de adubo.

No que diz respeito á produção de aves e ovos, o seu desenvolvimento marcha ao encontro de uma necessidade imperativa, que é no momento uma oportunidade. Seu campo não terá de ser construido, pois ele já existe. Não terá que criar mercados, pois eles aí estão clamando ao govêrno pelos produtos, fazendo *filas* para obte-los a qualquer preço.

Quanto ao terceiro item — *produção de adubo* — tomando-se por base que 500 galinhas Rhode Island Red poderão produzir *11 toneladas* de estêrco, anualmente, só este fato justificará a exploração da avicultura, como fatôr importante no auxilio da restauração da lavoura cafeeira.

Nesse particular, chamamos a atenção dos leitores para a leitura dos artigos *"A avicultura e o café"* e *"Restauração dos cafezais"* publicados no Boletim n.º 1 deste Departamento.

O Departamento de Estudos Economicos, tendo estudado a planificação do fomento da avicultura na zona Mogiana, passou já de simples conjecturas, para o terreno pratico.

O nosso primeiro trabalho foi iniciado em Brumado, no Municipio de Amparo, na Fazenda do Presidente da Companhia Mogiana, Dr. Amadeu Gomes de Souza. Quiz como paulista da velha



Fazenda "Saudade" Brumado — Municipio de Amparo — CM. Vista dos pavilhões destinados á avicultura, construidos no terreiro do café.

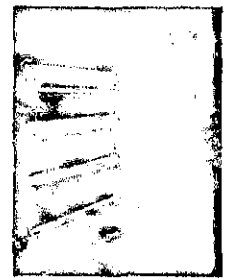
têmpera, vêr a realidade dos nossos estudos, em sua propria fazenda. O seu amôr á tradição, á sua confiança no futuro do café ainda como sustentáculo da nossa economia, fizeram com que transformasse a sua tradicional fazenda de café numa propriedade agricola mixta.

Da Fazenda "Saudade", saem hoje mensalmente milhares de aves para o mercado de São Paulo. O seu adubo *fica* para ser aplicado nos cafezais, que dentro em breve, voltarão a produzir como antigamente.

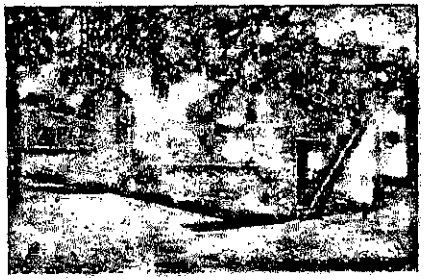
A granja ocupa apenas uma parte dos antigos terreiros de café. Foi construida dentro de *oito quadras*, tendo a capacidade total para 12.000 aves e uma produção anual de 33.000 aves e cerca de 1"20 toneladas de estêrco!

Foram construidos oito pavilhões, sendo um de 4,00 x 15,00 para as baterias eletricas (criadeiras) de pintos e sete de 4,00 x 25,00 destinados ao segundo e ultimo estagio das aves. A construção é toda em alvenaria e coberta com "Brasilit". Nas janelas, basculantes, para permitir um melhor controle da ventilação, foi usado o "Cel-O-Glass", substituto do vidro, destinado a fornecer maior suprimento de raios ultra-violeta.

Em Setembro ultimo, apezar das instalações não estarem ainda concluidas, deu entrada o primeiro lote de 3.000 pintos de um dia, Rhode Island Red. Em outubro, novembro, outros lotes se sucederam.



Fazenda "Saudade" Brumado — Municipio de Amparo — CM. Baterias electricas, metalicas, para a criação de pintos, localizadas no interior de um dos pavilhões.



Fazenda "Olhos d'Agua" – Ribeirão Preto – CM. Vista de um galinheiro destinado a criação e engorda de aves para o corte, em construção.



Fazenda "Saudade" – Brumado – CM. Vista geral da "granja" em construção.

De dezembro para esta data, milhares de aves já foram embarcadas para o consumo da Capital.

Algumas dificuldades surgiram, como é natural, no início, mas, pouco a pouco, tudo está sendo enquadrado, para que o sistema funcione, garantindo a plena continuidade de ação.

Para que os leitores tenham uma idéia do que hoje representa a avicultura, na Fazenda Saudade, em Brumado, reproduzimos algumas fotografias, da parte já concluída, da granja.



Fazenda "Olhos d'Agua" Ribeirão Preto – CM. Vista geral da granja construida no terreiro da café. (em construção).

Em Ribeirão Preto também, á ação do Fomento Agrícola, no mesmo sétor, tem produzido algum trabalho interessante para a avicultura.

Assim é que, atendendo ao pedido de assistencia técnica do Snr. Waldemar A. Pardi, pudemos planificar a organização de uma granja, cuja finalidade, difere da anterior, por pretender o seu proprietário, explorar á venda de pintos de um dia e reprodutores selecionados, das raças Rhode Island Red e New-Hampshire.

O Snr. Waldemar A. Pardi, possuia uma bôa soma de conhecimentos avicolas, criando desde algum tempo, a Leghorn branca, Rhode Island Red e Minorcas pretas. Encontrando a mais franca aceitação dos produtos de sua granja, mesmo em Ribeirão Preto, resolveu ampliar a sua criação, transformando a sua propriedade em uma granja industrial.

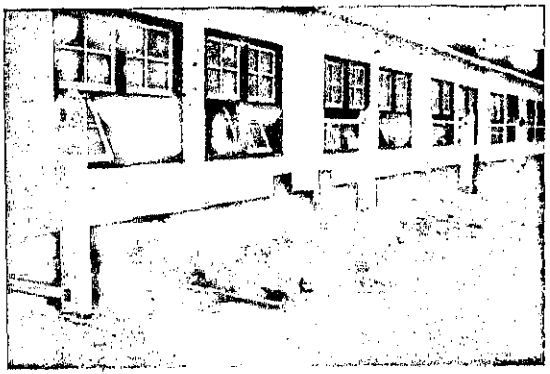
Ilustram tambem este trabalho duas fotografias do primeiro galinheiro de poedeiras, já terminado.

O galinheiro está provido de esterqueiras internas, para o aproveitamento do adubo.

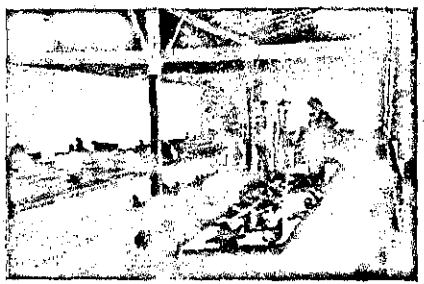
Ainda em Ribeirão Preto, outro grande emprendimento está em vias de conclusão, este posto na Fazenda "Olhos d'Agua", visando a exploração de *ovos, frangos* para o corte e principalmente a produção de *adubo* para o seu cafezal.

A sua construção, tambem projetada pelo Departamento de Estudos Economicos, embora diferindo dos dois planos já mencionados, foi tambem localizada na parte não utilizável do terreiro de café, ocupando quatro quadras.

Dois galinheiros duplos, são destinados á produção de ovos para consumo e outros dois pavilhões, para a criação e engorda de frangos para o corte.



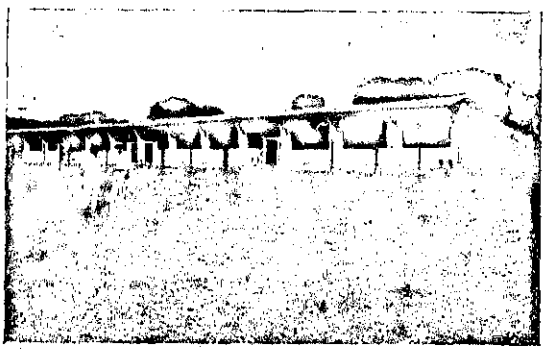
Fazenda "Saudade" — Brumado — Município de Amparo — CM. Vista de um dos pavilhões destinado à criação e engorda de aves para o corte, vendo-se 1.500 franguinhos em pleno solário.



Granja "Esperanza" — Ribeirão Preto — CM. Prop. Waldemar A. Pardi. Vista do interior de um galinheiro, destacando-se abaixo dos poleiros, a esterqueira.

Além da parte do terreiro, utilizada com as construções mencionadas, foi cercada uma área e plantada de bá-ku-yo, para a recria das frangas.

Estas edustruções estão na sua fase final, aguardando-se para o início da criação, apenas o material avícola encomendado nos Estados Unidos e prestes a chegar.



"Granja Esperanza" — Ribeirão Preto — CM. Propriedade de Waldemar A. Pardi. Vista de um dos galinheiros de poedeiras, recem-construido.

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Publicamos a seguir a introdução do Relatorio da Diretoria, referente ao exercicio de 1946, apresentado à Assembléia Geral Ordinaria, realizada a 29 de abril ultimo.

Senhores Acionistas:

Se não se poderá afirmar haver sido dos mais auspiciosos os resultados colhidos no ano proximo findo, nos serviços de exploração das nossas linhas ferreas, licito tambem não será qualifica-los de pouco animadores para o futuro da nossa emprêsa. E, ao invés disto, um exame retrospectivo e ponderado das circunstancias em que decorreu a vida da Companhia no exercicio em apreço, deverá fortalecer a impressão que vos transmitimos e que nos leva a considerar aqueles resultados como elementos reveladores do elevado indice de possibilidades da zona em que se desenvolvem os nossos serviços.

A elevação brusca do padrão de vida, manifestada em todas as classes sociais, não podia deixar de refletir-se na que se dedica aos transportes ferroviarios. Levada por esse motivo, em setembro ultimo, a reajustar pela segunda vez no ano, os salarios do pessoal das suas diversas secções e impossibilitada de faze-lo valendo-se tão somente dos *recursos proporcionados pelos transportes* que se realizavam, então, em grande parte, com tarifas deficitarias, obteve a Estrada a necessaria autorização do govêrno para modificar as suas tabelas tarifarias, elevando algumas delas, aliás dentro de limites inteiramente razoaveis. Entretanto a medida assim justificavel no caso, só pôde ser efetivada um mês após a data estabelecida para começarem a vigorar os aumentos de salarios, do que, resultou a impossibilidade de aproveitar a sua aplicação à receita total do ano, ao passo que a verba da *despesa ficava agravada com a majoração* de vencimentos a que aludimos. Mas, não foi só esse o contratempo experimentado pelo movimento do exercicio, em que outros fatores se fizeram notar, contribuindo para a maior elevação das parcelas daquela verba, tais como os relativos do aumento, a nivel jamais atingido, do custo de materiais e as dificuldades reinantes para a importação daqueles de produção nula ou quase nula no país.

O resultado do ano está mencionado no quadro que segue, nele figurando, *tambem, os dos quatro exercicios* imediatamente anteriores:

ANO	RECEITA Cr$	Despesa Propriamente dita Cr$	SALDO Cr$
1942	75.748.178,00	56.003.708,80	19.744.469,20
1943	90.899.550,20	66.930.670,10	23.918.880,10
1944	122.305.142,60	88.312.534,90	33.992.607,70
1945	140.483.724,10	121.234.682,40	19.249.041,70
1946	184.046.660,10	155.105.878,00	29.540.781,20

REMODELAÇÃO

Em nosso ultimo relatorio, referente ao *ano de 1945, demos-vos conta dos planos* organizados para a remodelação da nossa Estrada, reorganização de seus serviços, modernização e aumento de sua aparelhagem, bem como das providencias iniciais já então tomadas, com a encomenda de trilhos, locomotivas e vagões, telefones seletivos e estafes eletricos e com a criação da Comissão de Obras Novas e do Departamento de Estudos Economicos.

No decorrer do ano findo esses planos foram cuidadosamente revistos, reestudados e, de acôrdo com o decreto-lei n.º 7.632, que criou *os Fundos de* Melhoramentos e de Renovação Patrimonial, cujos recursos, independentes da nossa receita ordinaria, custearão essas obras e aquisições, e nos termos da Portaria do senhor Ministro da Viação e Obras Publicas que regulamentou aquele decreto, foram tais planos condensados num Plano Decenal e num Plano Bienal, já submetidos à aprovação do Govêrno Federal.

O Plano Decenal, compreende, de 1946 a 1955, obras e material no valor estimado de 458,5 milhões de cruzeiros e nele se incluem:

1 — Revisão do traçado entre Mogi-Mirim e Ribeirão Preto.
2 — Aquisição e substituição de trilhos.
3 — Aquisição e montagem de 12 locomotivas a vapor.
4 — Aquisição e montagem de 500 vagões de 36 toneladas de lotação.
5 — Renovação da linha telegrafica e instalação de telefones seletivos.
6 — Instalação de estafes eletricos em *trechos ainda não providos desse* serviço.
7 — Construção e transformação de 188 vagões.
8 — Aquisição e montagem de 8 locomotivas Diesel — eletricas.
9 — Construção de carros de passageiros.
10 — Lastramento.
11 — Ampliação e reforma das oficinas.
12 — Edificios diversos.

O inicio desse programa constitui o Plano Bienal, referente aos anos de 1946 e 1947. Nele, tiveram de ser concentradas *a maioria das aquisições e grava*na-no grandes quotas do custo das obras, num total, uma e outra, de 187,5 milhões de cruzeiros.

Incluem-se nesse Plano:

1 — Revisão e melhoramento do traçado:
   a) de Cocais a Tambaú (inicio e conclusão)
   b) de Cocais a Mogi-Mirim (inicio das obras)
   c) de Tambaú a Ribeirão Preto (inicio das obras)
2 — Aquisição e substituição de trilhos:
   a) de Campinas a Santos Dumont (trilhos de 32,2 kg/m. substituidos por trilhos novos — de 39,8 kg/m.
   b) entre Uberaba e Uberlandia (trilhos de 19,5 e 25,0 kg/m., substituidos por trilhos de 32,2 kg/m.

c) entre os quilometros 104 e 200 da linha de Igarapava a Uberaba. (trilhos de 25,9, substituidos por trilhos usados de 32,2 kg/m.

3 — Aquisição e montagem de 12 locomotivas a vapor.

4 — Aquisição e montagem de 300 vagões fechados, de aço, de 30 toneladas de lotação.

5 — Renovação da linha telegrafica e instalação de telefones seletivos entre Campinas e Ribeirão Preto.

6 — Instalação de stafes eletricos nos ramais de Caldas, Amparo, Itapira, Pinhal, Monteiros, Jahú e Sertãosinho, na linha de Tatuí a Passos e no Posto de Pequi.

7 — Construção e transformação de vagões:

a) modificação de 50 vagões da série V. T.

b) Transformação de 44 vagões da série P. O.;

c) construção de 44 estrados de madeira;

d) construção de 50 vagões da série Q. N.

8 — Aquisição de locomotivas Diesel — eletricas — (1.º pagamento).

9 — Edificios diversos.

As 12 locomotivas a vapor, todas elas de 66 toneladas de peso aderente a que totalizam 190.800 quilos de esforço de tração, já se encontram em serviço.

Isso representa um acrescimo de 12%. Esse aumento, conquanto substancial, não representa todo o ganho a ser obtido, pois medida da ordem administrativa e principalmente as modificações do traçado, somar-se-ão para tomar a tração disponivel largamente suficiente para o nosso serviço de cargas.

Os 300 vagões cobertos, dos quais mais da metade já estão trabalhando e que em sua totalidade trafegarão no corrente ano de 1947, representam, com suas 10.800 toneladas de lotação, o notavel acrescimo de 42% na lotação oferecida anteriormente por todos os cobertos da Companhia.

Com a transformação de 44 plataformas, a disponibilidade em gondolas aumentará de 15%. E igual aumento haverá na lotação disponivel das pranchas com a construção de veículos especiais para lenha.

Já foram recebidos os principais materiais para a instalação dos telefones seletivos, bem como parte do aparelhamento de stafes eletricos e já foram iniciados os serviços de instalação de uns e outros.

Disso decorrerá um aumento na segurança do trafego e consideravel melhoria na movimentação dos trens.

Já foram aplicados no tronco perto de 40 quilometros de trilhos novos e os de 32,2 kg/m. dai retirados estão sendo levados para o trecho de Uberaba a Eli.

Para a revisão do traçado, obedecidas rigorosamente as normas fundamentais fixadas, a Comissão de Obras Novas considerou na linha tronco da Mogiana duas grandes secções, que são tambem os seus dois primeiros trechos de tração.

a) de Campinas a Casa Branca.

b) de Casa Branca a Ribeirão Preto.

Por ser essa segunda secção a de piores condições tecnicas, embora de menor intensidade do trafego, foi resolvido iniciarem-se por ela os trabalhos de revisão.

Um reconhecimento geral e um estado previo mostraram ser possivel, com um movimento de terra entre 35 e 45 m3. por metro corrente, inteiramente justificavel sob o ponto de vista economico, obter-se um novo traçado, tendo uniformemente as ótimas condições tecnicas do meio por cento da rampa maxima e curvas com raio minimo de 572,99 m.

Em reconhecimento mostrou ainda ser conveniente trazer o inicio da 2.ª secção para aquem de Casa Branca, em Cocais, e indicou como portos de passagem tecnicamente forçados, as proximidades das atuais estações de Tambaú e Bento Quirino, permitindo isso dividir a secção em tres trechos distintos, que poderão ser construidos e entregues ao trafego independentemente.

A linha tronco de Campinas a Ribeirão Preto, para efeito da revisão do traçado ficou assim definitivamente dividida em duas secções:

a) de Campinas a Cocais;

b) de Cocais a Ribeirão Preto, subdividindo-se a segunda em três trechos;

1 — de Cocais a Tambaú (52 kms);

2 — de Tambaú a Bento Quirino (53 kms.);

3 — de Bento Quirino a Ribeirão Preto (53 kms.).

Adotado esse plano foram feitos o projeto definitivo do 1.º trecho e o seu orçamento, que, aceitos pela Diretoria, foram submetidos à aprovação do Governo, que a concedeu pelo decreto n.º 21.392, de 8 de julho de 1946.

É o seguinte o confronto tecnico do novo traçado com o atual:

	Atual	*Novo*
Comprimento real	52,1 km.	43,3 km.
Encurtamento real	—	8,8 km.
Rampa maxima	2,5 %	0,5 %
Raio minimo	100 m.	573 m.
Comprimento em reta	49,1 %	55 %
Comprimento virtual	230 km.	81 km.
Coeficiente virtual	4,5	1,9
Resistencia à tração	31 kg/ton.	6 kg/ton.
Capacidade de tração de uma locomotiva tipo 750	852 ton.	1.520 ton.
Relação da capacidade de tração	1	4,8
Velocidade maxima permissivel	40 km/h.	65 km/h.

O estudo do segundo trecho de Tambaú a Bento Quirino conduziu a um projeto que, conquanto com as condições técnicas previstas, apresenta um alongamento sobre a atual e terraplenagem pesada. Não foi por isso considerado definitivo e novos estudos estão sendo feitos.

Quanto ao terceiro trecho, do Bento Quirino a pouco além de Ribeirão Preto, já se chegou a um projeto completamente satisfatorio, pois além de apresentar um encurtamento real, pequeno embora, exige uma terraplenagem que não ultrapassa de 23 m3 por metro corrente.

Aceito pela Diretoria esse projeto está sendo submetido a aprovação do Governo Federal.

O confronto técnico dos dois traçados nesse terceiro trecho é o seguinte:

	Atual	*Novo*
Comprimento real	49,6 km.	47,2 km.
Encurtamento real	—	2,4 km.
Rampa maxima	2,5 %	0,5 %
Raio mínimo	110 m.	573 m.
Comprimento em reta	21,6 %	55,3 %
Comprimento virtual	191 km.	92 km.
Coeficiente virtual	3,8	1,9
Resistencia à tração	31 kg/ton.	6 kg/ton.
Capacidade de tração de uma locomotiva tipo 750	352 ton.	1.520 ton.
Relação da capacidade de tração	1	4,3
Velocidade maxima permissivel	40 km/h.	95 km/ h.

A superioridade técnica dos novos traçados sobre os atuais é esmagadora, como mostra o fato de permitirem eles sejam multiplicadas por 4,3 as capacidades de tração das locomotivas.

Aprovado pelo Governo o projeto do primeiro trecho foi ele posto em concorrencia, impondo a Companhia como condição *sine qua non* para aceitação das propostas, a mecanização integral dos serviços.

Concorreram numerosas firmas e dentre elas foram escolhidas as duas que melhores condições de preços e de prazo apresentaram, sendo que a segunda classificada aceitou os preços apresentados pela que se colocará em primeiro lugar.

Os contratos foram assinados a 28 de agosto e a 4 de outubro de 1946, devendo as obras estar concluidas em fins de outubro do ano em curso.

Sua execução prossegue satisfatoriamente.

A 31 de dezembro um dos empreiteiros já havia executado 32,7% do volume total de sua empreitada e o outro 23,2%. Em conjunto já haviam eles realizado 27,9% das obras.

Tambem quanto aos preços unitarios a mecanização imposta vem se revelando inteiramente satisfatoria.

Em empreitadas anteriores com execução manual, o preço medio da terraplenagem, em terrenos de todo ponto comparaveis, atingiu a Cr$ 20,00 por metro cubico.

No trecho Cocais a Tambaú, ora em execução, êsse preço, não atinge a Cr$ 12,80.

ASPECTOS ECONOMICOS

O Departamento de Estudos Economicos que, como dissemos no nosso relatorio anterior, tem como finalidade maxima manter a Diretoria continuamente ao par das condições economicas das zonas da Mogiana e das da exploração de suas linhas, fomentando ao mesmo tempo o progresso e o desenvolvimento das regiões por elas servidas, auxiliando e orientando a lavoura, a pecuaria e a industria e criando possibilidades de novas atividades, ficou definitivamente constituido em maio de 1946.

Distribuem-se suas atividades por 3 serviços:

1 — Serviço de Estatisticas e Pesquisas Ferroviarias;

2 — Serviço de Estatisticas e Pesquisas Economicas;

3 — Serviço de Fomento.

O primeiro deles tem por escopo a organização e o estudo das estatisticas *dos transportes e da exploração comercial* da Estrada.

Para isso foi estudada a mecanização desses serviços, contratando-se com a Serviços Hollerith S/A o aluguel da aparelhagem necessaria.

Infelizmente as condições da industria norte-americana no após guerra e as greves sucessivas impediram o fornecimento dessas maquinas, que só em fevereiro do corrente ano começaram a chegar.

Todo o programa de trabalho porem, para a apuração de todos os dados referentes ao transporte de mercadorias já foi organizado, estando estudados e já encomendados os respectivos cartões *Hollerith* e os impressos precisos.

Por todo o semestre corrente entrará esse serviço em pleno funcionamento.

O Serviço de Estatistica e Pesquisas Economicas, o segundo dos que se subdividem as atividades do Departamento, visa, em resumo, o conhecimento detalhado da região convergente economicamente às linhas da Companhia Mogiana e, simultaneamente, pesquisas sobre a intensidade do entrosamento efetivo entre a economia dessa região e as atividades da Estrada.

No correr de 1946 foram concluidos, praticamente, todos os cadastros principais da zona paulista — trabalho esse fundamental e que exigiu um prolongado esforço e numerosas pesquisas e verificações complementares.

Foram completados:

a) *Cadastro agricola*, sendo fichadas, uma por uma, 30.415 propriedades rurais;

b) *Cadastro industrial, abrangendo* 4.317 estabelecimentos industriais de todos os tipos e tamanhos, relacionados em fichas individuais.

c) *Cadastro Comercial*, que reune os principais caracteristicos de 7.021 estabelecimentos comerciais propriamente ditos;

d) Como *complemento do cadastro comercial*, foram relacionados, de forma sumaria, todos os estabelecimentos comerciais de significação secundaria;

e) *Cadastro bancario*, relacionando todos os bancos e casas bancarias, filiais e agencias que estão operando na mesma zona.

A falta de dados primarios, impedia a organização dos mesmos cadastros com referencia à zona mineira da Estrada. Iniciou apenas o cadastro industrial que está quase concluido, esperando-se a formação dos demais no primeiro semestre corrente.

Considerando a intima ligação que existe entre a economia e o estado cultural, foram tambem organizadas varias relações cadastrais complementares: medicos e hospitais; escolas e respectivas quantidades de alunos; jornais, revistas e outras publicações periodicas, etc. — que reunem valioso material para estudos posteriores.

Remiram-se ainda numerosos elementos estatisticos, caracteristicos da situação geral de cada municipio.

Além das zonas paulista e mineira, tributárias diretas de nossas linhas, foi incluido o Sul de Goiaz, na órbita das pesquisas do Departamento de Estudos Economicos.

Realizou ainda o Serviço de Estatisticas e Pesquisas Econômicas um inquérito a respeito das necessidades de colonos, feito a pedido do Conselho de Imigração e Colonização, que além de se utilizar dos dados estatisticos assim reunidos, solicitou uma colaboração mais intima do D.E.E. nos trabalhos preparatórios da imigração em larga escala, conforme entendimentos entre o Governo Federal e o Intergovernamental *Comitee on Refugees*. A colaboração do Departamento estendeu-se até participar da citação do acôrdo internacional sôbre imigração.

Aqui em São Paulo, a ação do Departamento pode ser considerada como a principal, no sentido do estabelecimento de imigrantes holandeses em nosso Estado.

No decorrer de 1946, o S. E. P. E. elaborou os seguintes trabalhos:

1 — *Necessidade de colonos para a lavoura* da zona Mogiana (em português e em inglês);
2 — Cálculo de rendimentos de uma família de colonos no Estado de São Paulo;
3 — A zona Mogiana: condições geo-econômicas — (em português e em inglês);
4 — Relatório sôbre a viagem da Comissão do Intergovernamental Comitee on Refugees;
5 — Fretes e cotações;
6 — Distribuição de propriedades rurais nos municipios paulistas da região Mogiana, segundo as áreas;
7 — Variações dos transportes na E. F. Mogiana.

Os quatro primeiros foram organizados para o Conselho de Imigração e Colonização.

O Serviço de Fomento constitui o terceiro Setor das atividades do Departamento de Estudos Econômicos.

Concebido nos moldes de organizações similares das Estradas de Ferro americanas e argentinas, embora muito modestamente, visa êsse serviço principalmente *o desenvolvimento das atividades agro-pecuárias* de nossas zonas.

Para isso foi essa região dividida em três zonas agricolas, cada uma com um Agrônomo Regional e vários técnicos agricolas.

A fim de colaborar na mecanização da lavoura, realizando para os fazendeiros de suas zonas serviços de aração e gradeamento bem como cordões de contorno e outras providências de combate a erosão, encomendou o Departamento, nos Estados Unidos, *várias equipes de* tratores, arados, grades, terraceers, cultivadores e semeadeiras, cujo embarque porém até hoje não pôde ser feito.

O plano traçado tem em vista, em primeiro lugar, a assistência técnica à cultura do café, com a restauração dos cafezais mogianos.

Com êsse fim uma das mais importantes realizações do Fomento foi a execução dos cordões de contorno, conjugada com a humificação do sólo pelo plantio de leguminosas.

Em nossa Fazenda Jatai foram encordoados 95.000 pés de café e entre eles foram plantados feijão de porco e crotolaria juncea. Foi além disso feito aí um largo plantio dessas leguminosas, visando a obtenção no corrente ano de sementes para distribuição.

Fizeram-se ainda cordões de contorno em 8 propriedades particulares, beneficiando-se com isso 134.618 cafeeiros. Além disso, 8 fazendas, em que êsses serviços foram completados, outras há em que os mesmos foram iniciados.

Organizou ainda o Serviço, em fazendas da zona Mogiana, três Campos de Cooperação.

Dedicou-se igualmente o Fomento ao desenvolvimento da Avicultura.

Foi projetada uma granja central para a produção de pintos de um dia, com capacidade para 15.000 por mês. Esse projeto não pôde ainda ser executado.

Já foram porém organizadas, em fazendas da zona três granjas para produção de ovos e frangos para mercado.

Em Ribeirão Preto organiza-se um *Horto para a produção de mudas* de café e eucaliptos.

A fim de difundir trabalhos técnicos sôbre o cultivo da terra e escritos versando questões relacionadas com o nosso movimento ferroviário, encarregou a Diretoria do Departamento de Estudos Economicos de editar um "Boletim" da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, publicação trimestral, de distribuição gratuita, do qual já sairam dois números, muito bem recebidos.

O trigo nacional e a prática de sua cultura

Everardo Pereira de Souza

Ha annos, tendo ido a um passeio num pitoresco sitio do Eng. Cuba de Souza, nos suburbios de Araras, tive a opportunidade de assistir á colheita, á séca, á debulha e á moagem de uma variedade de trigo, ali cultivado com o melhor dos resultados. Tanto os pães, como os biscoitos, que na mesma estavam sendo consumidos, provinham da respectiva farinha, de valor e cozida apenas em duas penelradas.

Muito interessando-me sobre o assunto, fui informado do seguinte: o terreno escolhido é favoravel em qualidade (terra bôa) e em topografia (de leve inclinação); fôra elo previamente preparado á maquina (arado, destorroado, gradeado e escarificado). A semente viera do Instituto Agronomico de Campinas, proveniente de culturas aclimatadas e rigorosamente selecionadas, parecendo ser do Pure, 4, indostanico.

A semeação fôra feita por pequena *máquina propria* e *graduada a 20 centimetros* entre as linhas; tendo sido antecipada por duas bôas escarificações em cruz, as quaes eliminaram mais de 80% do matinho em germinação. A época preferida foi a do "fim das aguas", entre 20 de março e 10 de abril, tendo assim o trigal recebido a humidade sufficiente para a respectiva germinação, franca saida e rapido crescimento. Durante este, limpa alguma fôra necessario fazer-se, devido á pujança e ao desenvolvimento das plantas, que quasi por completo abafaram as hervas concorrentes. Amadurecida a magnifica granação, foi a cultura ceifada á mão, como se fôra de arroz. Como a deste, a séca estava sendo feita em um terreno de tijolos; tendo mesmo se procedido para com conseqüente batida e necessario ensaque; depositando-se o produto em tulha bem ventilada e sem a freguesia de nocivos gubirús. A moagem fazia-se aos poucos, em moinho Itaquerê, isto é, no de tipo commum, para a producção de fubá de milho. A peneiração procedia-se por irupemas de crivos diferentes, para a obtenção de mais fina farinha.

Do que, pessoalmente, foi-me dado verificar e das informações ministradas, podemos tirar as seguintes conclusões:

a) a cultura do trigo é viavel entre nós, dependendo isso da observancia de requisitos essenciaes para seu *maximo* successo, a saber:

b) a obtenção de bôas sementes de produtivas qualidades aclimatadas e selecionadas com capricho;

c) terrenos de bôa e de favoravel topografia, para o emprego de maquinas agricolas;

d) época propicia das plantações, para que as sementes germinem sem demora e cresçam as plantas o mais depressa possivel, *afim de sobrepujarem* as hervas daninhas;

e) ceifa á maquina, de preferencia, ou mesmo á mão, com alfanges;

f) séca em terreiro de tijolo ou de ladrilho, evitando-se os de pixe, que não demasiado quentes;

g) debulha feita á máquina, sempre que possivel, a qual devidamente ventila o produto; e por fim, a

h) moagem, sendo tambem possivel, em moinhos de cilindros, ou mesmo nos itaquerês communs, de fubá, terminando-se com a

i) peneiração em maquina propria, ou á mão, nas irupemas communs de differentes crivos, ou mesmo sem eles, em após.

Claro que nem todos poderão fazer a cultura economica do trigo pelos adiantados meios mecanicos; porquanto, como inspetor de colonização que fui, do todo o Estado de São Paulo, sei perfeitamente que a consideravel maioria dos respectivos agricultores compõe-se de latistas de terras e de pequenos sitiantes que, quando muito, possuem um simples arado de aiveca e uma grade triangular. Para estes, a tecnica a seguir será a rudimentar, executada braçalmente. Assim, uma vez obtidas as sementes selecionadas (fatôr este importante) e preparado o terreno exatamente como se fôra para o cultivo do arroz de sequeiro, em chegando a estação propicia do "fim das aguas", deverá ser feita a plantação do trigo o mais em linha possivel e na metade da distancia das usadas para a do arroz, vindo pois a gastar-se em igual área o dobro de sementes que para a deste. De conveniencia será que *a dita plantação seja* precedida de uma bôa escarificação com aneinho, por todo o terreno, para seu necessario desaggravejamento, com o maximo exterminio das hervas daninhas, em começo de germinação. Feito isto, o mais a seguir será o que se pratica com o arroz, sem necessidade porém das limpas ou capinas, visto a exuberancia do trigal abafar as plantas concorrentes.

Para os grandes fazendeiros, dotados de recursos técnicos e financeiros, todos os santos ajudam.

A principio, pois, todos os agricultores do Estado, desde os mais modestos até aos seus marechaes, deverão, a titulo experimental que seja, proceder em suas propriedades a uma pequena cultura de trigo aclimatado e selecionado. Servirá isto, não só de ensinamento pratico, como de ponto de partida para futuras explorações a fazerem-se em grande escala.

As primeiras produções serão mais para a "obtenção de bôas sementes para o anno vindouro" e tambem para o "gasto da casa". Tais ensaios — quaes "manchas de azeite" — anualmente se irão dilatando, como se dera com a cana, com o café, com o anil, com a laranja, com o algodão, e como presentemente está se dando com o tungue, com a mandioca, com o mandubi e outras plantas. O mais será dar-se tempo ao tempo.

Para a cultura do trigo — como para todas as outras, seja do que fôr — a qualidade da semente muito influe e equivale á sensivel porcentagem da respectiva produção. Assim sendo, competirá aos governos, do Estado ou dos munici-

plos, estabelecerem desde já, nas diferentes regiões agrícolas, campos experimentais para a aclimatação de bôas variedades delas, de economico rendimento e de alto valor intrinseco, não devendo ser esquecidas aquelas que dizem existir em Goiás, ha mais de seculo em culturas isentas de molestias:

Tais sementes, uma vês comprovadas, deverão "ser vendidas" aos interessados; jamais distribuidas gratuitamente, porquanto virá isso a ser "verdadeiro insucesso". As coisas dadas, poucos são os que sabem dar valor. Em desempenho de minhas funções oficiais ao contrario das melhores intenções, contribui para prejudicar o governo — fornecendo mudas e sementes de excelentes qualidades aos agricultores que, com empenho, as solicitavam; como, porém, nada custavam, muitos dos "presentendos", por preguiça, indiferença ou relaxamento... deixavam-nas ficar nas estações ferroviarias, morrendo de sêde ou estragando-se. Ao instalarmos o Nucleo Colonial Nova Odessa, entre Rebouças e Vila Americana, varios lotes foram concedidos a *imigrantes russos*, sob prestações mnais. Como, porém, não havia "pagamento algum de entrada" para a devida posse, os gratuitos ocupantes tratavam qual só de fazer dinheiro, negociando com o que neles existia de pronta venda e, quando advertidos para não extinguirem as respectivas matas ou capoeiras, da noite para o dia, evadiam-se... levando tudo quanto era possivel, inclusive o que a outrem pertencia, bem como folhas de portas, janelas e até simples parafusos de facil deslocação. Uma vez instituido o pagamento da prestação inicial, para a referida posse, as "evaporações noturnas" não mais se deram. Em regra, quem tem real interesse em ser bem servido, não faz questão de pagar; da melhor vontade, caprichosos avicultores estão pagando Cr$ 10,00 por ovos, de mais de 65 gramas, provenientes de galinhas selecionadas e de excepcional produção.

Para as bôas sementes de trigo, devidamente comprovadas, não faltarão pois compradores para disputa-las, mesmo a bom preço que seja.

Quanto ás culturas congeneres da do trigo — centeio, aveia e cevada — a técnica a adoptar-se será a mesma da que acabamos de expôr. As diferenças únicas a seguirem-se serão: a da "qualidade da terra", que deverá ser mais fraca, afim da vegetação destes cereais não sobrepujar á respectiva granação; bem como a "plantação", que deverá ser mais espaçada entre as linhas, visto o avantajado crescimento de todas elas.

Como se vê, tudo está dependendo apenas da execução de dois verbos: resolver e agir.

Para os agricultores que possuirem agua corrente e em favoravel altura para levo "irrigação em ponto", o sucesso da cultura do trigo será francamente favoravel, visto o insucesso da mesma qual sempre provir da falta absoluta de agua na quadra invernosa. Qualquer chuvinha, por diminuta que seja, ó-lhe sempre proveitosa.

Todos os agricultores — a simples titulo experimental — deverão ensaiar em pequena escala a cultura do trigo.

Campanha de alfabetização de adultos

Relatório apresentado pela Sra. Mathilde Brasiliense, licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, atualmente regendo a cadeira de Metodologia do Ensino Primário do Curso de Administradores Escolares do Instituto de Educação.

No dia 10 de abril de 1947 fui designada pela exma. Presidente da Comissão Central Executiva das Comemorações do 1.º Centenário do Ensino Normal em São Paulo, Profa. Carolina Ribeiro, para dirigir e orientar a Campanha de Alfabetização de Adultos, uma das partes do programa das comemorações.

Entrei no exercício dessas funções imediatamente.

Indagando da origem da Campanha constatei que era idéia velha e amadurecida da exma. sra. presidente, profa. Carolina Ribeiro, que sempre que se punha em contáto com o nosso povo constatava que a massa de analfabetos ia num crescendo permanente, dificultando a compreensão e difusão das boas idéias. Como consequência, surgiu-lhe a idéia de uma grande Campanha de combate no analfabetismo, que poderia ser levada a efeito por professores, normalistas e demais pessoas bem intencionadas. As dificuldades encontradas foram sempre insuperáveis de modo, que a realização da idéia ia sendo sempre adiada. Surgiu, então o ano de 1946, em que se comemoraria o 1.º Centenário do Ensino Normal em S. Paulo. Seria uma das melhores e mais interessantes maneiras de se comemorar a grandiosa efeméride realizando uma campanha de alfabetização de adultos e adolescentes por parte das escolas normais do Estado.

Assim é que, na reunião do dia 8 de março de 1946, conforme ata, estando presentes o diretor geral do Departamento de Educação e o Assistente Técnico do Ensino Secundário e Normal, professores secundários e primários, e todos os membros da Comissão Central Executiva das Comemorações do 1.º Centenário do Ensino Normal em São Paulo, a exma. sra. presidente da mesma, profa. Carolina Ribeiro, fez a proposta de realizar-se uma grande Campanha de Alfabetização de Adultos, pelos normalistas professorandos de todas as escolas normais do Estado. Poder-se-ia *propor mesmo, "que cada professorando* alfabetizasse apenas um adulto e seria bom começo", disse a proponente ao terminar. A proposta foi unanimemente aprovada.

Logo a seguir a Comissão Central Executiva começou a agir, sendo enviadas circulares aos professores da secção Educação das escolas normais, a fim de convidá-los a tomarem parte ativa na Campanha, orientando os seus alunos no trabalho de alfabetizar adultos e adolescentes.

Muitas escolas responderam a esse apelo iniciando desde logo os trabalhos preparatórios, do alojamento e instalação da classes, levantamento estatístico, estudos sôbre métodos e processos de ensino, etc..

Enquanto isso a Comissão Central Executiva elaborava uma ficha informativa que iria servir de contrôle do trabalho, a qual após pequenas modificações, por mim feitas e aprovadas pela mesma Comissão, ficou assim constituida: (ficha informativa).

Por essa ocasião a professora Maria de Lourdes Calazans ofereceu à Campanha, cinco mil exemplares da cartilha "O Jogo de Leitura", da sua autoria e o Departamento Estadual de Informações, um bronze artístico, com o título: "Prêmio Embaixador Macedo Soares" para ser conferido à escola normal que apresentasse maior número de adultos alfabetizados.

Visitei, na primeira semana de abril, todas as escolas normais da Capital, reiterando o convite para tomarem parte na nobilitante Campanha de Alfabetização de Adultos, deixando-lhes uma ficha modelo, uma cartilha "O Jogo de Leitura para ser estudada e requisitada se achassem interessante, e oferecendo-lhes o auxílio que julgassem necessário. Interessaram-se pela Campanha as escolas: "Caetano de Campos", "Santa Inês", "S. Paulo" e "Adventista Brasileira", tendo as outras, já de início declarado haver dificuldades insuperáveis que impossibilitavam a realização de tão humanitário quanto nobilitante trabalho.

As escolas normais do interior também se dirigiu a Comissão por ofício, tratando dos mesmos assuntos.

A todas que solicitaram foram enviadas cartilhas de acôrdo com o número pedido, assim como, instruções para o preenchimento das fichas.

Alguns professores de Educação e diretores de escolas normais enviaram sugestões, que apresentadas à Comissão Central Executiva foram discutidas, sendo, na sua maioria, aprovadas. Dignas de nota, foram as do diretor da Escola Normal Oficial de Araçatuba, no sentido de ampliar o número de prêmios a serem conferidos aos normalistas que mais se distinguissem no trabalho de alfabetizar adultos e a da professora de Educação da Escola Normal Municipal de Sorocaba, que propôs a conferição de certificados aos adultos alfabetizados.

Propuz, então, à Comissão Central Executiva, conferir também certificados aos normalistas alfabetizadores e diplomas às Escolas Normais que estavam realizando a Campanha, assim como, aos professores de Educação, que orientavam os normalistas. Tudo aprovado, inclusive os dizeres dos certificados e diplomas, necessários era ter-se uma base para a sua confecção. Nêsse sentido, o por intermédio do Departamento de Educação, o Diário Oficial do dia 27 de setembro publicou o comunicado no qual se pedia: a) número de normalistas matriculados; b) número de normalistas alfabetizadores; c) número de analfabetos matriculados; d) estimativa dos resultados.

No mesmo comunicado também foram dadas instruções para o encerramento da Campanha: data, exames e remessa das fichas informativas.

As respostas, cheias de lacunas, davam uma estimativa de 1.800 adultos alfabetizados em 16 escolas normais.

Por essa ocasião diversas escolas requisitaram fichas informativas em branco, que, a pedido da Comissão Central Executiva, foram fornecidas pelo Departamento de Educação em número de 2.000 e remetidas aos que as requisitaram. Mas, a maioria das escolas que realizaram a Campanha mandou imprimir as fichas de que necessitava.

Estando prestes a encerrar-se a Campanha de Alfabetização de Adultos, auxiliada por pessoa de minha família, encetei nova campanha: a dos prêmios a serem conferidos aos normalistas que mais se tivessem distinguido no trabalho de alfabetizar, de acôrdo com as informações que as respectivas escolas enviassem. O total atingiu a Cr$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem cruzeiros) em dinheiro e mais o seguinte: um corte de seda natural, da Casa Anglo-Brasileira; dois frascos de perfume Lanthérie, da Casa "Christoph"; um estojo de caneta-tinteiro e lapiseira "Parker" da Casa Ismard & Cia.; uma grande caixa de bombons da Fábrica Lacta; um livro "Sandade" e um tinteiro, do prof. Thales de Andrade, tudo conforme o quadro da distribuição segue em outra parte.

Na cidade de Guaratinguêta a subcomissão dos festejos do 1.º Centenário recebeu do comércio tres canetas-tinteiro e uma bolsa de couro para serem distribuidas aos normalistas da cidade; em Araçatuba, o Rotary Club e professores da Escola Normal ofereceram Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para serem distribuidos como prêmios aos normalistas locais; em Campinas o alto comércio, professores e pessoas gradas ofereceram valiosos prêmios em dinheiro e objetos artísticos, e, por intermédio do prof. Leonidas Horta de Macedo, diretor da Escola Normal de Mococa, quatro importantes firmas da localidade remeteram à Comissão Central Executiva, em S. Paulo, a quantia de Cr$ .... 2.000,00 (dois mil cruzeiros) para serem aplicados substitutamente como premios aos normalistas do Estado que mais se tivessem distinguido na meritória Campanha. Sob êsse mesmo critério é que foram oferecidos todos os prêmios na cidade de S. Paulo.

O prêmio "Federação das Indústrias de S. Paulo" no valôr de Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por ter chegado às mãos da Comissão Central das Comemorações do 1.º Centenário do Ensino Normal em S. Paulo após o encerramento da Campanha de Alfabetização de Adultos, foi destinada pela exma. sra. presidente da mesma, para premiar as duas alunas do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto "Caetano de Campos" que mais se distinguirem no trabalho de alfabetizar adultos no decorrer do ano de 1947.

Do dia 16 de novembro ao dia 10 de dezembro de 1946, data marcada para o definitivo encerramento da Campanha, chegou às mãos da Comissão o material de 24 (vinte e quatro) escolas normais, tendo três outras chegado com grande

atrazo. Mesmo assim, foram tomadas em consideração e, como às primeiras, foram-lhe remetidos os certificados, diplomas e prêmios, tudo de acôrdo com as informações fornecidas pelas mesmas.

Foi o seguinte o resultado da Campanha enviado pelas escolas:

1.º — E. N. "Carlos Gomes" (Campinas)	553	alfabetizações —	153	normalistas
2.º — E. N. de Itapira	184	"	24	"
3.º — E. N. de Itapeva	151	"	43	"
4.º — E. N. "Puriss. C. de Maria" (Rio Claro)	142	"	79	"
5.º — E. N. "Cons. Rodrigues Alves" (Guaratinguetá)	114	"	29	"
6.º — E. N. de Araçatuba	102	"	10	"
7.º — E. N. "Caetano de Campos" (Capital)	83	"	63	"
8.º — E. N. Livre de Agudos	82	"	16	"
9.º — E. N. de Pirassununga	76	"	10	"
10.º — E. N. "Dr. Alvaro Guião" (São Carlos)	72	"	62	"
11.º — E. N. "Dr. Adhemar de Barros" (Catanduva)	61	"	31	"
12.º — E. N. "Progresso Campineiro"	55	"	14	"
13.º — E. N. Municipal de Sorocaba	54	"	12	"
14.º — E. N. "Na. Sra. Conceição" (Olimpia)	53	"	30	"
15.º — E. N. "Dr. Manuel José Chaves" (São Manuel)	47	"	13	"
16.º — E. N. L. "Coração de Maria" (Santos)	40	"	6	"
17.º — E. N. "Sdo. Coração de Jesús" (Marilia)	33	"	5	"
18.º — E. N. "Dr. Fr. Thomaz Carvalho (Casa Branca)	30	"	64	"
19.º — E. N. "Sud Mennucci" (Piracicaba)	27	"	13	"
20.º — E. N. "Dr. Fernando Costa" (Presidente Prudente)	25	"	5	"
21.º — E. N. L. "Progresso d/Araraquara	25	"	11	"

22.º — E. N. L. "Sta. Úrsula" (Rib. Preto)	24	"	44	"
23.º — E. N. L. "Sta. Inês" (Capital)	24	"	19	"
24.º — E. N. de Taquaritinga				
25.º — E. N. L. "Patroc. de S. José" (Lorena)	22	"	22	"
26.º — E. N. L. "S. Coração de Jesús" (Jardinópolis)	18	"	4	"
27.º — E. N. L. "S. Coração de Jesús"	10	"	10	"
	9	"	8	"
Totais	2.110	"	797	"

Escolas que comunicaram apenas o início da Campanha: "S. Paulo" e "adventista Brasileira" da Capitalé "Plinio Rodrigues de Moraes" de Tietê; Escola Normal Oficial de Sta. Cruz do Rio Pardo; Escola Normal e Colégio estadual de Tatuí; Escola Normal Oficial de Jundiaí; "Coração de Maria" de Ribeirão Preto; "Sociedade Mantenedora do Ensino" de Jacarei.

Para a conferição dos prêmios, feita pela sra. Presidente da Comissão Central Executiva e a signatária deste, levou-se em consideração a produção da Escola Normal e do aluno, segundo informações fornecidas pelas respectivas diretorias que, ora salientaram o número de alunos alfabetizados, quando em trabalho isolado, ora a dedicação, quando trabalhando em grupos.

É o seguinte o quatro da premiação, de acôrdo com o recibos em poder da profa. Carolina, presidente da Comissão Central Executiva:

1.º Prêmio "Clotilde Celina Kleibel"	Cr$ 1.000,00
Normalista: M. Julieta B. Tavares. — E. N. L. de Agudos	
2.º Prêmio "Associação Comercial de S. Paulo"	Cr$ 1.000,00
(2) Normalista: Alda Salles, Paulina Moraes.	
E. NORMAL DE ITAPEVA	
3.º Prêmio "Federação do Comércio do Estado de S. Paulo" ..	Cr$ 1.000,00
(1) Normalista: Laís da Silva Braga	
E. NORMAL L. "PROGRESSO CAMPINEIRO"	
(2) Normalista: Amaide Cecília Paioli	
E. NORMAL "CARLOS GOMES" — CAMPINAS	
4.º Prêmio "Heloisa e Liliane Fagundes Morganti"	Cr$ 1.000,00
(1) Normalista: Vjolante Andrade	
E. NORMAL "SUD MENNUCCI" DE PIRACICABA	
(2) Normalista: Osmarina Sedeh	
E. NORMAL DE PIRASSUNUNGA	
5.º Prêmio "Indústria Reunidas F. Matarazzo"	Cr$ 2.500,00
(1) Normalista: Ana Ivette Delbem	

E. NORMAL "CARLOS GOMES" — CAMPINAS
(2) Normalista: Edelmira Brisighello
E. NORMAL L. "PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA" — RIO CLARO
(3) Normalista: Geny Buschinelli
E. NORMAL L. "PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA" — Rio Claro
(4) Normalista: Maria José Vieira
6.º *Prêmio "O Estado de S. Paulo"* ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Ana Penalva
E. NORMAL "DR. ALVARO GUIÃO" — São Carlos
7.º Prêmio "A Gazeta" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Maria de Jesús Loureiro
E. NORMAL L. "CORAÇÃO DE MARIA" — SANTOS
8.º Prêmio "Correio Paulistano" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Maria Iris de Souza
E. NORMAL MUNICIPAL DE SOROCABA
9.º Prêmio "Diário Associados" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Wilson Trench Ortiz
E. NORMAL L. "NA. SRA. DA CONCEIÇÃO" — OLÍMPIA
10.º Prêmio "A Noite" ..... Cr$ 500,00
(10) Normalista: Alair Nascimento
E. NORMAL L. "PROGRESSO DE ARARAQUARA"
11.º Prêmio "Jornal de Notícias" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Ana Calvo
E. NORMAL L. "PROGRESSO DE ARARAQUARA"
12.º Prêmio "Jornal Trabalhista" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Inês Colferai
E. NORMAL DE ITAÍBA
13.º Prêmio "Assumpção & Cia. Ltda. ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: (Grupo do trabalho)
E. NORMAL "DR. MANUEL JOSE CHAVES" — S. MANUEL
14.º Prêmio "Thomaz Henriques & Cia. Ltda". ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Ivany Sutog
E. NORMAL "DR. ADHEMAR DE BARROS" — CATANDUVA
15.º Prêmio — "Fábrica de Lonas S/A" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Maria Odette Galvão Nogueira
E. NORMAL "CONSELHEIRO RODRIGUES ALVES — GUARATINGUETÁ
16.º Prêmio "Irmãos Nicola S/A" — Mocóca ..... Cr. 500,00
Normalista: Neyde Pires dos Santos
E. NORMAL DE MOCÓCA
17.º Prêmio "Banco F. Barreto" — Mocóca ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista (Grupo de Trabalho)
E. NORMAL "DR. FRANCISCO THOMAZ DE CARVALHO" — CASA BRANCA
18. Prêmio "Casa Costal S/A" — Mocóca ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Maria Josephina Yole Constantino
E. NORMAL DE TAQUARITINGA
19.º Prêmio "Laticinios Mocóca S/A" — Mocóca ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Rosa dos Santos Almeida

E. NORMAL L. "PATROCINIO DE S. JOSÉ" — LORENA
20.º Prêmio "Celina e Caio Marcelo Kiehl" ..... Cr$ 500,00
(1) Normalista: Maria Arruda Armelin
E. NORMAL "DR. FERNANDO COSTA" — PRESIDENTE PRUDENTE
21.º *Prêmio "Jorge Eduardo e Plinio Rezende Kiehl"* ..... Cr$ *200,00*
(1) Normalista: Arlene Ramos
E. NORMAL L. de "Santa Inês — Capital
22.º Prêmio "Cia. Mogiana de Transportes" ..... Cr$ 200,00
(1) Normalista: Alcy Gouveia
E. NORMAL L. de "Santa Ursula" — Ribeirão Preto
23.º Prêmio "Ulysses de Souza" ..... Cr$ 100,00
(1) Normalista: Maria Ely de Arruda Fabiano
E. NORMAL L. "SAGRADO CORAÇÃO DE JESÚS" — CAMPINAS
24.º Prêmio "Luiz Fernando Kiehl" ..... Cr$ 100,00
(1) Normalista: Maria Angélica de Carvalho
E. NORMAL L. "SAGRADO CORAÇÃO DE JESÚS" — JARDINÓPOLIS
25.º Prêmio "Casa Anglo Brasileira" — um corte de seda natural
(1) Normalista: Diva Sandoval
E. NORMAL "CAETANO DE CAMPOS" — CAPITAL
26.º Prêmio "Casa Christoph" — 2 frascos de perfume
(2) Normalistas: Magnólia Marques Ribeiro, Olímpio Ferreira Mendes
E. NORMAL DE ARAÇATUBA
27.º Prêmio "Isnard & Cia." — conjunto Parker (caneta tinteiro e lapiseira),
(1) Normalista: Irmã Consília Menezello
E. NORMAL "SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA" — MARILIA
28.º Prêmio "Saudade" (livro Saudade e tinteiro)
(1) Normalista: Diva Sandoval
E. NORMAL "CAETANO DE CAMPOS" — CAPITAL
29.º Prêmio "Horacio de Mello" ..... Cr$ 100,00
30.º Prêmio "Banco Brasileiro do Comércio" ..... Cr$ 100,00
31.º Prêmio "Gabriel Gonçalves & Cia." ..... Cr$ 100,00
(3) Grupo de alunos da Escola "Caetano de Campos"

Aos professores Esther C. e David A. do Asilo Colônia do Pirapitingui também foram conferidos prêmios por se considerar de inestimavel valor o esforço dispendido por aqueles internados contribuindo com trabalho penoso para a melhoria da situação dos seus companheiros de infortúnio. A profa. Esther foram conferidos prêmios "Lacta" — caixa de bombons e o prêmio "Luiz Reid" de Cr$ 200,00 e ao prof. David um dos prêmios "Indústria Reunidas Francisco Matarazzo" de Cr$ 500,00.

São os seguintes os professores que orientaram a Campanha de Alfabetização de Adultos nas escolas normais: Maria Ary da Fonseca e Vitor dos Santos Cunha da E. Normal Carlos Gomes de

Campinas; José Vasques Ferrari e Maria Piedade Coutinho da E. Normal de Itapeva; Therezinha de Jesús Negreiros Penteado da E. N. Livre "Purissimo Coração de Maria" de Rio Claro; Maria Benedicta Cardoso Alves da E. Normal "Conselheiro Rodrigues Alves" de Guaratinguetá; e Pórcia Jambeiro Gomes Rocha da mesma; Mercedes Aguiar Martins e Midia de Freitas Carvalho da E. Normal de Araçatuba; Munante Torres e Lydia Thiede da E. Normal de Agudos; Gilda de Fiore da E. Normal de Pirassununga; Elza de Angelis da E. Normal "Dr. Alvaro Guião" de S. Carlos; Mauro de Oliveira da E. Normal "Dr. Adhemar de Barros" de Catanduva; Teresina da Fonseca Pires da E. Normal "Progresso Campineiro, de Campinas; Neida Thaís Haydée Defilippi da E. Normal Municipal de Sorocaba; João Simões Netto, da E. Normal Livre "Na. Sra. da Conceição" de Olimpia; Nice de Camargo Barione, da E. Normal "Dr. Manuel José Chaves" de S. Manuel; Irmã Ida Bonfanti da E. Normal "Coração de Maria" de Santos; Elza Mascellani da E. Normal Livre "Sagrado Coração de Maria" de Marília; Sebastião de Faria Bimbres, da E. Normal "Dr. Francisco Thomaz de Carvalho" de Casa Branca; José Rodrigues Arruda, da E. Normal "Sud Mennucci" de Piracicaba; Cybele Pereira Bueno da E. Normal "Municipal" Dr. Fernando Costa de Presidente Prudente; Oscar Camargo Mattos da E. Normal Livre "Progresso de Araraquara"; Edissa Zulmires de Campos, da Escola Normal Livre de "Santa Ursula" de Ribeirão Preto; Irmã Luiza de Vasconcellos da E. Normal Livre de "Santa Inés" da Capital; Pareci de Vasconcellos, da E. Normal de Tuparitinga; Yone Calcotti da E. Normal Livre "Patrocinio de S. José" de Lorena; Irmã Maria Clara Rezende, da E. Normal Livre "Sagrado Coração de Jesús" de Jardinópolis; I. Thereza do Sagrado Coração da E. Normal Livre "Sagrado Coração de Jesús" de Campinas; Aparecida Paioli, Hercy Morais e Ophélia Melloni Pierotti da E. Normal de Itapira; e Zuleika Martins Ferreira da E. "Caetano de Campos" da Capital.

Foi detentora do grande prêmio "Embaixador Macedo Soares a Escola Normal "Carlos Gomes" de Campinas por apresentar provas de 553 (quinhentos e cincoenta e tres) alfabetizações e ter centralizado todo o movimento da Campanha em Campinas.

Fez-se notar também a Escola Normal de Itapeva, que conseguiu interessar no trabalho de alfabetização todos os alunos da Escola com as percentagens belissimas do 100% de alfabetizadores e 75,5% de alfabetizações, isto é, de 200 analfabetos matriculados 151 ficaram lendo e escrevendo.

Como trabalho individual salientam-se as alunas da Escola Normal Livre de Agudos, Maria Julieta Brisola Tavares, que sósinha, realizou trabalho completo de educação de 30 (trinta) adultos e Diva Sandoval da Escola Caetano de Campos com trabalho idêntico com 20 adultos.

Tambem é de salientar-se o trabalho desenvolvido pela Escola Normal de Itapira cujas professoras se distribuiram, junto com os normalistas, pela zona suburbana realizando os cursos de alfabetização e ministrando conhecimentos de higiene, moral e religião, ao mesmo tempo que os normalistas ficavam conhecendo o meio no qual iriam atuar. A mesma orientação tiveram as escolas normais de Campinas.

De um modo geral, os relatórios todos fizeram referência à realização de um trabalho muito mais educacional do que o de simples alfabetização.

A Campanha de Alfabetização de Adultos teve bastante repercussão, tendo sido encampada por professores aposentados, donas de casa, fazendeiros, sendo de notar-se os casos de dois professores do Asilo Colônia de Pirapitingui, e o diretor José Mazzel, que durante meses seguidos sacrificou duas horas e meia do seu descanço conseguindo alfabetizar 10 adultos cujas provas foram enviadas. Dos outros casos não é possivel precisar o número porque houve apenas comunicação do trabalho, mas, não remeteram as comprovantes. Houve tambem comunicação de grande número de casos de mudança de adultos já alfabetizados e que por isso não se submeteram às provas, assim como de outros que se recusaram a elas se submeter. Com todos êsses casos pode-se avaliar em um número aproximado de 800 alfabetizações que se realizaram, mas, que não foram devidamente comprovadas.

A orientação do trabalho variou de escola para escola. Em algumas, os alunos realizaram trabalho individual, como na Escola Caetano de Campos e Sud Mennucci de Piracicaba; em outras foi feito por grupos fixos de alunos normalistas, com distribuição de trabalho, como na Escola Normal Municipal de Sorocaba "Purissimo Coração de Maria de Rio Claro e Dr. Manuel José Chaves de S. Manuel; em outras, os grupos de normalistas faziam rodizio, numa mesma classe de alfabetização, como na Escola Dr. Adhemar de Barros de Catanduva; Dr. Francisco Thomaz de Carvalho de Casa Branca e Escola Normal de Mococa.

A escola de cartilhas tambem variou muito, tendo preferência a cartilha e o método Sodré, embora tendo sido bastante citadas e requisitadas "O Jogo de Leitura" de Maria de Lourdes Calazans.

Exerceram o cargo de diretores da Escolas Normais que encamparam o movimento de alfabetização de adultos os seguintes professores:

Carlos Corrêa Mascaro da E. N. Carlos Gomes; Jerônimo Terra da E. N. de Itapira; João Alfredo de Moura Campos, da E. N. de Itapeva; Carlos Alvim Taques Bittencourt da E. N. Conselheiro Rodrigues Alves; Luiz Mello Rodrigues da E. N. de Araçatuba; Carolina Ribeiro da E. Caetano de Campos; Catharina Torres da E. N. L. de Agudos; José Peres da E. N. de Pirassununga; Antonio S. Meruzzi da E. N. Dr. Alvaro Guião; José d'Oliveira Barreto da E. N. Dr. Adhemar de Barros; Dagmar Fardi, da E. N. L. Progresso Campineiro; Mário de Almeida da E. N. Municipal de Sorocaba; José Cardoso, da E. N. Dr. Manuel José Chaves; João de Pádua Li-

ma da E. N. Dr. F. Thomaz de Carvalho; Lamartine Teixeira Coimbra da E. N. Sud Mennucci; M. Cardoso da E. N. L. Dr. Fernando Costa; Madre Maria da Encarnação Martins; da E. N. L. Sta. Úrsula; Irmã Ida Franchini da E. N. L. S. Coração de Jesús (Marília); Irmã Angélica de Revende da E. N. L. S. Coração de Jesús (Jardinópolis); Irmã Maria Raquel da E.N. S. Coração de Jesús (Campinas). As outras escolas normais entenderam-se com a Comissão Central através dos seus professores de Educação, razão pela qual deixam de figurar êsses nomes, que formam mais um punhado dos abnegados diretores que tão bem compreenderam a grandeza do movimento de alfabetizar adultos.

Inúmeros entraves surgiram impedindo maior âmbito da Campanha de Alfabetização de Adultos sendo que o que mais sobressaiu foi a falta de salas para a sua realização. Em Mirassol, por exemplo, depois de matriculados mais de trezentos adultos analfabetos interessados em aprenderem a ler e a escrever foram dispersados novamente sem receberem a influência benéfica que lhes queriam dar professores e alunos da sua Escola Normal porque não encontraram salas para ministrarem as suas aulas! Em Presidente Prudente a matrícula inicial de 200 alunos caiu para apenas 25 porque a sala arranjada para as aulas precisou de consertos e não foi encontrada outra que pudesse ser cedida. Também em Sorocaba a luta para ser conseguido local apropriado foi grande, e no entanto, só nesta última cidade uma ligeira estimativa de analfabetos adultos trabalhando em suas fábricas foi de mais de 600!

E quanto ao material necessário? Não contando as Escolas Normais com auxílio algum do govêrno, foram saindo das suas dificuldades como puderam. Organizaram festivais, quermesses, solicitaram auxílio do comércio e de particulares e com aquilo que não faltou aos elementos das escolas que realizaram a Campanha: a fôrça de vontade, conseguiram resolver êsse problema e dotar o Estado de, aproximadamente, 2.500 adultos despertos para a vida cívica.

É por isso que podemos dizer que os resultados da Campanha foram brilhantes, principalmente se se levar em consideração, que os elementos mais ativos da mesma eram pessoas de pouca idade sobrecarregadas com os deveres escolares e que sacrificaram grande parte do tempo destinado aos lazeres e folguedos, para trabalharem desinteressadamente, não tendo em mira senão o progresso da Pátria e o bem da Humanidade. A êsses normalistas, pois, que recaiam as bençãos dos Céus tornando a sua trilha por esta vida atapetada de perfumadas flores.

A todos que colaboraram na Campanha de Alfabetização de Adultos, em nome da Comissão Central e em particular no da Exma. Sra. Presidente da mesma, professora Carolina Ribeiro, estou encarregada de transmitir os mais sinceros e cordiais agradecimentos.

Os membros da Comissão Central que tomaram parte na Campanha de Alfabetização de Adultos foram: Dirce Ribeiro de Arruda, Maria Aparecida Pimenta e Palmira Amazonas Sampaio Moraes.

QUADRO-RESUMO
do
MOVIMENTO DA CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
do
1.º Centenário do Ensino Normal em S. Paulo.

Escolas Normais Oficiais	12	
Escolas Normais Livres	15	
Adultos alfabetizados (por normalistas)	2.116	(comprovadamente)
Adultos alfabetizados (por professores)	37	(comprovadamente)
Adultos alfabetizados	300	(provavel)
Normalistas alfabetizadores	707	
Professores orientadores	34	
Diretores de Escolas Normais	27	
Membros da Comissão Central Executiva que trabalharam na Campanha	5	

Certificados enviados:

Adultos alfabetizados por normalistas	2.116
Adultos alfabetizados por um diretor de grupo	10
Adultos alfabetizados por 2 professores do Asilo-Colônia Pirapitingui	27
Normalistas alfabetizadores	707

Diplomas conferidos:

Escolas Normais	27
Professores de Educação	34
Outros professores	4
Membros da Comissão Central Executiva	4
Prêmios, em dinheiro	29
Prêmios, em espécie	0

Quantia distribuida: Cr$ 15100,00 (quinze mil e cem cruzeiros)
Quantia por distribuir Cr$ 1.000,00 (um mil cruzeiros).

Obras que trazem conforto e higiene aos sitios e fazendas

Associação Brasileira de Cimento Portland

Nota — Devidamente autorizados pela Associação Brasileira de Cimento Portland, á qual muito agradecemos a permissão concedida, iniciamos no presente número a publicação de alguns de seus Boletins.

"Obras que trazem conforto e higiene aos sitios e fazendas" — o primeiro dêles — expõe com clareza e simplicidade como realizar nas fazendas uma série dessas obras. O seu interesse é evidente, agora que grandemente se sente a necessidade de elevar o nível de vida do trabalhador rural e do habitante dos campos.

A seguir outros Boletins serão publicados em que tipos particulares de obras serão tratados, como sejam as fossas sépticas, os bebedouros para animais, postes para cercas, silos, banheiros carrapaticidas, etc.

Qualquer esclarecimento a respeito da execução dessas obras poderá ser solicitado ao nosso Departamento ou diretamente á Associação Brasileira de Cimento Portland — Rua Barão de Itapetininga, 88 — 8.º andar — São Paulo.

Instalações de água

Em um estabelecimento rural, é indispensavel um suprimento abundante de água pura e limpa: não basta que ela seja em quantidade suficiente para satisfazer todas as necessidades, mesmo durante as secas prolongadas, mas é preciso tambem que seja limpa e não esteja contaminada. Neste folheto descrevem-se alguns meios de se prover um amplo abastecimento de água e de se evitar a sua contaminação.

Tem-se verificado que, na maioria dos casos de poluição dágua em fazendas, poderia ter sido ela evitada facilmente e com pequena despesa. A contaminação só é percebida já tarde, quando adoece alguem da casa com tifo, desinteria ou outra moléstia.

Tambem, grande número das doenças que atacam os animais domésticos provem do uso de água poluida; e elas aparecem repentinamente e com aspecto de epidemia, o que dificulta os meios de combatê-las. E mais facil evitá-las, só usando água pura para beber.

Não é difícil, nem caro, obter-se água pura: basta que se construam as instalações para abastecimento de água de modo conveniente, visando impedir sua contaminação. Os principais processos de executá-las, com esse intuito, é o que se descreverá a seguir.

Quantidade de água necessária

A primeira providência a tomar, quando se pretende construir instalações para abastecimento de água é fazer-se um estudo da quantidade de água necessária. E' preciso que os poços, caixas dágua ou cisternas tenham capacidade suficiente para satisfazer as necessidades tanto em tempo normal, como em tempo de seca, especialmente si se destinam ao consumo dos animais domésticos.

Quando é a primeira vez que se faz uma instalação de água corrente, deve-se prever um aumento sobre o consumo anterior, o qual sempre se verifica pela maior facilidade de emprego que apresenta a água corrente.

Em geral, o consumo de água por pessoa e por dia é de 150 a 200 litros; ai incluidos todos os gastos para todos os usos domésticos, como sejam: cozinha, banho, lavagem de roupa, etc. Quando se instala só uma torneira na casa, como por exemplo na cozinha, pode-se prever, através dela, um consumo de 50 a 60 litros por pessoa e por dia.



Agua corrente na cozinha da fazenda facilita os trabalhos caseiros e é apreciada por todos.

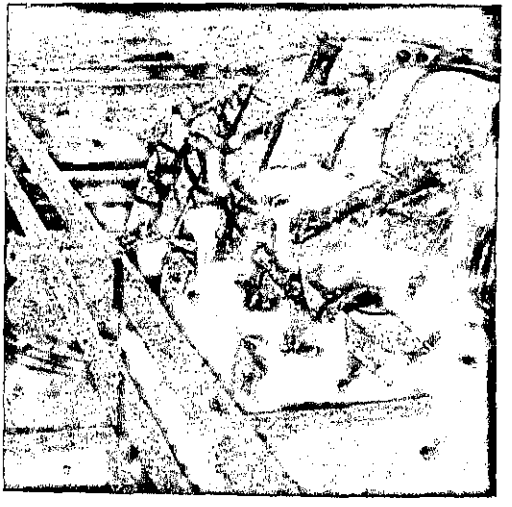
Os animais domésticos consomem, por dia e por animal, mais ou menos o seguinte:

Vacas	100 litros
Bezerros e cavalos	50 litros
Porcos	8 litros
Galinhas	1/0 litro.

Proteção dos poços e fontes

Nos desenhos das figuras 1 e 0 são apresentados tipos de construção de *poços excavados* que satisfazem as condições exigidas para evitar a poluição da água, pois o seu interior fica isolado das águas de superfície e a água nele contida fica livre do contato de pessoas, animais e de outras causas de contaminação.

Para poços com mais de 90 cm de diâmetro interno, o tipo mais recomendado é o da fig. 1 em que o concreto é lançado diretamente no local. Como fôrmas externas para a execução das paredes, serve em geral o próprio terreno devidamente regularizado. Para fôrmas internas pode-se adotar o tipo desmontavel que se vê na fig. 2 e que apresenta especial vantagem quando se pretende construir mais de um poço. (Vejam-se instruções detalhadas para um tipo semelhante de fôrma no Boletim n.º 40 da Associação). Os dados da fig. 2 referem-se a um poço de 1,20 m de diâmetro interno; para poços de outros di-



Depois do trabalho nada mais agradavel que beber a água fresca de um tanque de concreto.

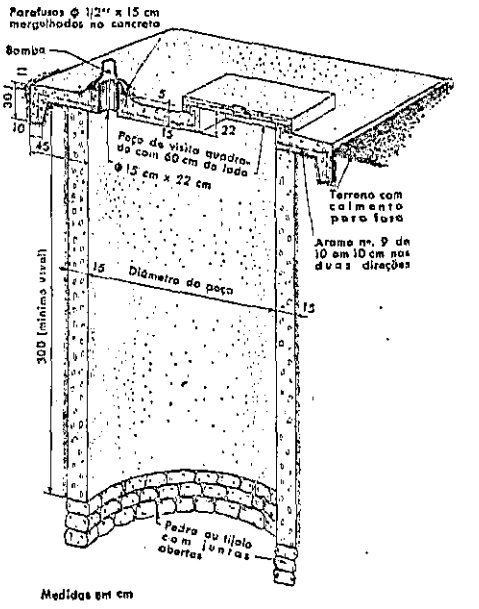


Fig. 1 — Método de proteção dos poços excavados de mais de 90 cm de diâmetro interno.

mensões devem-se cortar as peças com a curvatura desejada. As aduelas devem ser pregadas nas cambotas de modo que as situadas entre os pontos 1 e 2 (v. fig. 2) fiquem presas à cambota A, as situadas entre 2 e 3 à cambota B, e assim por diante. A cambota pequena C é a última a ser colocada e a primeira a ser retirada. Quanto ao concreto, recomendam-se as prescrições que se encontram na página 19 deste folheto.

Para poços escavados com 60 cm a 90 cm de diâmetro interno é mais conveniente e mais econômica a construção com tubos de concreto premoldados e superpostos, como se vê na fig. 6. Depois de colocados no lugar, tomam-se as juntas com cimento e enche-se de concreto o espaço entre o terreno e os tubos. A espessura da parede de concreto deve ser de 20 cm e sua profundidade de 3 metros, para que não haja infiltração de águas superficiais.

Toda pessoa antes de entrar em um poço, deve ter o cuidado de verificar si no seu interior não há gases que possam causar-lhe a asfixia.

A *plataforma* de concreto, que serve de tampa ao poço escavado, pode ser premoldada, no chão, no lado do poço, e, depois de endurecido o concreto, ser transportada para o local (v. fig. 3). Pode também ser moldada diretamente no local, fazendo-se para isso uma fôrma de madeira que cubra a boca do poço e cujos elementos serão depois retirados pelo poço de visita.

A tampa do poço de visita é feita como se vê na fig. 4, de modo a impedir a entrada das águas superficiais no interior do poço. O mesmo critério deve ser observado na escolha do tipo de instalação.

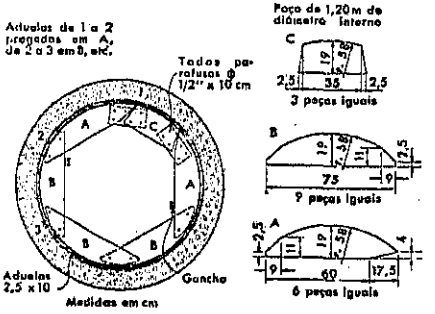


Fig. 2 — Detalhes da fôrma interna para a concretagem das paredes de um poço de 1.2 m de diâmetro.

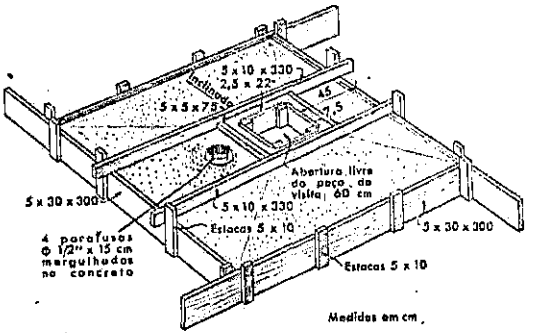


Fig. 3 — Modo de fazer uma plataforma premoldada de concreto. Depois de esta endurecer põe-se a plataforma em sua posição por meio de rolos. Outros detalhes construtivos são dados na fig. 1.

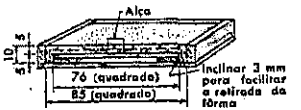


Fig. 4 — Tampa do poço de visita projetada de modo a evitar que as águas superficiais entrem no poço.

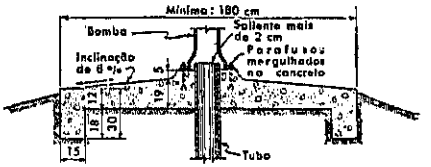


Fig. 5 — Detalhes construtivos de plataforma para poços perfurados.

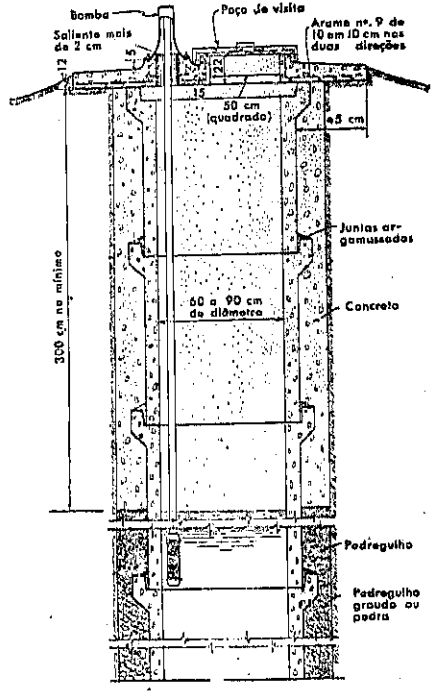
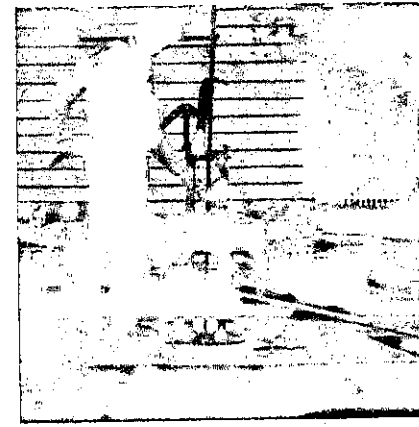


Fig. 6 — Poços escavados com diâmetros internos entre 60 cm e 90 cm podem ser protegidos com tubos de concreto como aqui se vê.

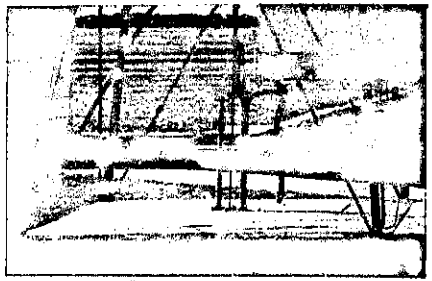


Uma plataforma de concreto sobre o poço contribue para evitar a contaminação da água.

talação da bomba, para a qual se recomendam as indicações das figs. 1, 3 e 5 e as instruções que se seguem.

Os *poços perfurados* devem ser protegidos como se vê na fig. 5. Sob a bomba, o concreto que lhe serve de base deve ter uma elevação de 5 cm; o tubo de sucção deve prolongar-se 2 cm ou 3 cm acima dessa base. No concreto deixam-se os parafusos que servirão para a fixação da bomba. O tubo de sucção deve-se prolongar até a profundidade necessária para proteger a água do poço contra infiltrações perigosas (3 metros é o que se recomenda). A plataforma de concreto é um quadrado de 2 metros de lado, com uma saliência na parte inferior das bordas, que tem por fim impedir o rolapamento da placa.

Para *fontes* recomenda-se o dispositivo da fig. 7, protegido contra a ação das águas superficiais por uma valeta de drenagem. Na parte inferior, uma placa de concreto e um tubo de esgoto favorecem as condições sanitárias ao redor da fonte. A caixa de concreto deve atingir, si possivel, muitos decímetros de profundidade afim de proteger a água da fonte contra as infiltrações das águas da superfície.



Plataformas e passeios de concreto auxiliam a manter limpos e em boas condições higiênicas os arredores do poço, o que dificulta a contaminação de suas águas. E' de boa prática construir a plataforma alguns centímetros acima do terreno.



Aspecto de um concreto bem dosado e de boa consistência.

Caixas de bomba

Muitas vezes é necessário construir-se uma caixa para a proteção das bombas automáticas modernas, instaladas sobre poços perfurados, a qual apresenta ainda a vantagem de, nos dias quentes, manter a água fresca. Sua construção pode ser feita de acordo com os dados da fig. 8. E' importante que haja conveniente ventilação e drenagem, o que se obtem observando as indicações da figura citada. Em geral tais caixas teem base quadrada com 2 metros de lado, internamente, e medem tambem 2 metros de profundidade. Quando é pequeno o reservatório dágua, costuma-se colocá-lo no interior da caixa; no caso de reservatórios grandes, eles devem ficar *fora, com apenas 25 a 30 cm de sua* extremidade, penetrando na caixa. No fundo da caixa deverá haver um ralo que se comunique com um dreno de cascalho independente do sistema de esgotos da casa.

Caixas dágua

Afim de assegurar um abastecimento conveniente de água em qualquer ocasião, deve-se construir um reservatório para água que, de preferência, fique em nivel superior ao de todos os pontos onde ela vai ser utilizada. Assim a água pode ser bombada diretamente para o reservatório e dal será servida por gravidade. Se houver uma elevação de terreno nas proximidades, é interessante



Um tanque de concreto facilita o uso e a proteção das águas de fonte. Quando elas são usadas para beber, deve-se cobrir o tanque como se vê na fig. 7.

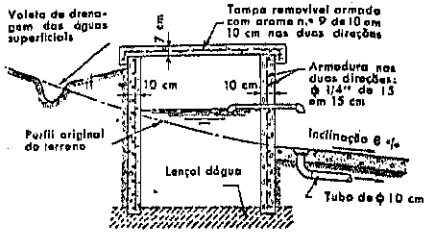


Fig. 7 — Modo de proteção das águas de fonte por meio de uma caixa de concreto com tampa.

aproveitá-la para fazer a caixa dágua enterrada, o que permite, no verão, obter-se água mais fresca.

TABELA I

Capacidade das caixas dágua de base quadrada em metros cúbicos

Profundidade em metros	*Lado interno em metros*		
	2,5	3	3,5
1	6,2	9,0	12,2
1,5	9,4	13,5	18,4
2	12,5	18,0	24,5
2,5	15,6	22,5	30,6
3		27,0	36,7
3,5			42,9

Tamanho e fórma da caixa. O erro mais frequente que se comete na construção de caixas dágua é o de fazê-las pequenas demais para as necessidades locais. Seu tamanho depende da quantidade de água que se requer para o consumo da casa e dos animais domésticos, como se vê nas páginas 2 e 8, e tambem da frequência e duração dos periodos da seca. Em geral um reservatório deve ter uma capacidade de 10 a 40 metros cúbicos. Nas tabelas I e II são dadas as capacidades dos tanques quadrados e circulares de dimensões mais comuns.

Quando se vai determinar o tamanho do tanque a construir deve-se considerar a conveniência de se ter uma reserva dágua para casos de incêndio. Em geral 10 a 15 metros cúbicos de água são suficientes para prevenir ou diminuir os prejuizos causados pelo fogo. Num reservatório quadrado de 3,5 m de lado obtem-se um acréscimo de capacidade de 10 m³, com um aumento de profundidade de 82 cm. As vezes é necessário construir-se um reservatório especial para os casos de incêndio, pois sua distância ao ponto que se quer proteger não deve ser nem muito pequena nem muito grande: deve estar entre 15 e 200 metros.

TABELA II

Capacidade das caixas dágua de base circular em metros cúbicos

Profundidade em metros	*Diâmetro interno em mts.*			
	2,5	3	3,5	4
1	4,9	7,1	9,6	12,6
1,5	7,4	10,6	14,4	18,8
2	9,8	14,1	19,2	25,1
2,5	12,3	17,7	24,1	31,4
3	14,7	21,2	28,9	37,7
3,5	17,2	24,7	33,7	44,0

Construção das caixas quadradas. A construção de caixas quadradas não apresenta dificuldades. Como fórma externa pode servir o próprio terreno si ele for estavel quando cortado verticalmente; nesse caso sua superfície deve ser bem regularizada e sua aresta superior protegida por um quadro de tábuas colocadas na beira do buraco como se vê na fig. 9 e em duas das fotografias da página 10. As dimensões internas do

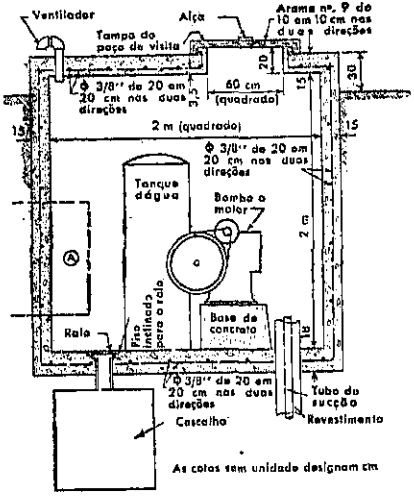


Fig. 8 — Caixa de concreto para proteção de bomba.

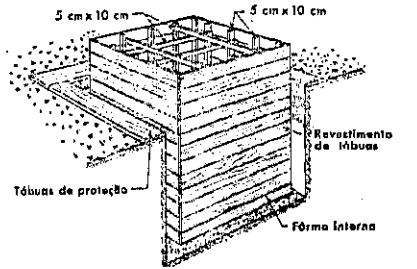


Fig. 9 — Fôrma interna para caixa dágua enterrada; como forma externa serve o próprio terreno.

quadrado de tábuas devem ser iguais às externas do tanque.

Terminada a escavação, colocam-se as barras de armadura já dobradas e amarradas com arame de modo a formar um cesto firme. Constrói-se então a fôrma interna como se vê na fig. 9. A quantidade de armadura, a espessura das paredes e outros detalhes construtivos são dados nas figs. 10, 11 e 12, respectivamente para tanques quadrados de 2,5 m, 3 m e 3,5 m de lado.

Como no caso de todas as construções de concreto que devem ser impermeaveis, é importante que se construam as caixas dágua com concreto de alta qualidade (veja-se o prescrito à pág. 19). Si possivel, o concreto deve ser lançado sem interrupção, até ficarem terminados o fundo e as paredes; pois assim se evita possivel separação das partes concretadas em dias diferentes. Não sendo isso possivel, deve-se proceder como se ensina na página 19, convindo ainda, por uma questão de impermeabilidade colocar uma chapa metálica ao longo da junta, como se vê nas figuras citadas. Todas as tubulações que atravessam o concreto devem ser postas no lugar antes do lançamento.

As fôrmas podem ser retiradas 2 ou 3 dias depois da concretagem. As irregularidades da superficie devem ser imediatamente corrigidas com argamassa de cimento e areia na proporção de 1 : 2,5 e amassada com a água apenas necessária para se obter uma boa trabalhabilidade.

O concreto deve ser conservado molhado, pelo menos sete dias depois da concretagem, usando-se qualquer dos processos mencionados na página 20.

Toda caixa dágua deve ter um poço de visita que permita a entrada de uma pessoa para inspeção e limpeza. Sua construção pode ser feita como se vê nas figs. 1 e 4.

Construção de caixas circulares enterradas. Nos tanques de base circular consome-se menos material do que nos de base quadrada. Sua construção exige, porem, fôrmas de execução mais complicada e que podem ser executadas como se vê na fig. 15 (vejam-se tambem as fôrmas para silos que se descrevem no Boletim n.º 40 da Associação e que tambem servem para esse fim). Um meio de baratear a fôrma é usá-la diversas vezes, para isso podendo cooperar os diversos proprietários vizinhos que queiram construir tanques.

A marcha de execução dos tanques circulares é, em suas linhas gerais, a mesma dos tanques quadrados. Detalhes de construção são dados nas figs. 13 e 14. Especial atenção requer a armadura na junção do fundo da caixa com as paredes: o ferro dobrado em fórma de L, que ai se acha deve ser colocado em sua posição e firmemente amarrado, antes do lançamento do concreto do fundo; sua parte vertical ficará fazendo parte da parede, assegurando assim boa ligação entre ela e o fundo. Alem disso e com o fito de assegurar a impermeabilidade, coloca-se na junta entre o fundo e a parede, uma chapa de metal de 15 cm de altura, que se extende ao redor de todo o tanque, conforme se vê no desenho de detalhe da fig. 13.



Uma caixa dágua com 10 a 15 m3 de agua pode evitar os prejuizos de um incêndio.

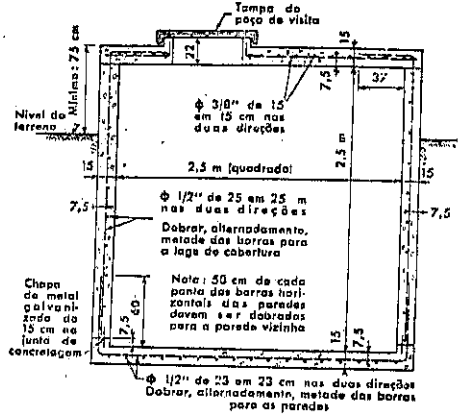


Fig. 10 — Secção transversal da caixa dágua de base quadrada com 2,5 m de lado. Aumentem-se 2 cm de espessura si for usado o próprio terreno como fôrma externa.

Todas as armaduras recomendadas nas figuras citadas referem-se a tanques situados, relativamente ao nivel do terreno, tambem nas posições indicadas nas figuras: tanques completamente enterrados requerem mais armadura.

TABELA III

Armadura do fundo de caixa dágua elevada (fig. 16)

Diâm. da caixa em metros	Espessura do fundo "d" em cm	Barras "A"	Barras "B"	Barras "C"
2,5	18	Ø 1/2" cada 35 cm	Ø 1/2" cada 23 cm	Ø 1/2" cada 25 cm
3	18	Ø 1/2" cada 30 cm	Ø 1/2" cada 15 cm	Ø 5/8" cada 23 cm
3,5	20	Ø 1/2" cada 25 cm	Ø 1/2" cada 13 cm	Ø 5/8" cada 20 cm
4	23	Ø 5/8" cada 30 cm	Ø 5/8" cada 15 cm	Ø 5/8" cada 23 cm

Construção de caixas circulares não enterradas. Como fôrmas podem-se usar as do tipo recomendado para silos no Boletim n.º 40 da Associação. A armadura para tanques de pequeno diâmetro pode ser a indicada na fig. 16 e na tabela III. Outros detalhes de construção são semelhantes aos das caixas enterradas representadas nas figs. 13 e 14.

Câmara fresca com caixa dágua

As vezes há vantagem de se construir a caixa dágua alguns metros acima do solo, afim de se poder suprir por gravidade todos os pontos que necessitam de água. Pode-se, então, aproveitar o espaço que fica sob a caixa para construir uma câmara fresca para depósito de alimentos facilmente deterioraveis em tempo quente, como sejam, frutas, verduras, queijos e ovos.

Detalhes de uma construção desse tipo são dados na fig. 1"6. As fundações devem-se prolongar até terreno firme. Todos os canos, que precisam ficar dentro do concreto, já devem estar em sua posição definitiva antes de lan-

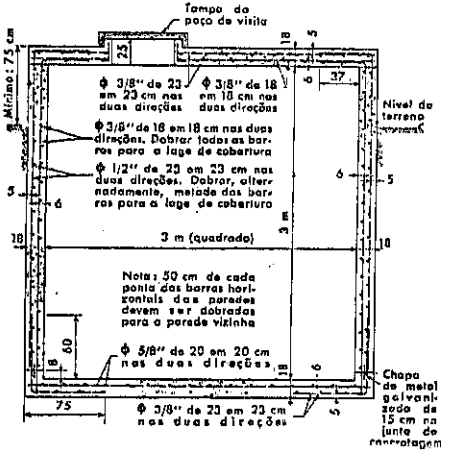


Fig. 11 — Secção transversal da caixa dágua de base quadrada com 3 m de lado. Aumentem-se 2 cm na espessura si for usado o próprio terreno como fôrma externa.

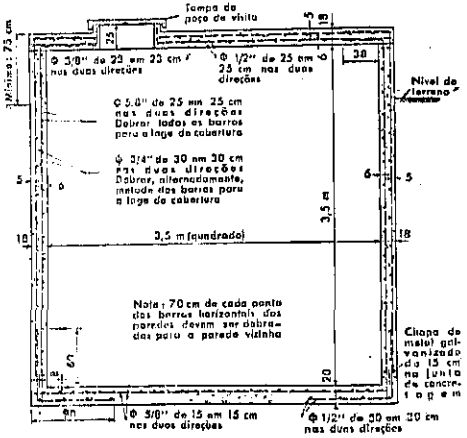


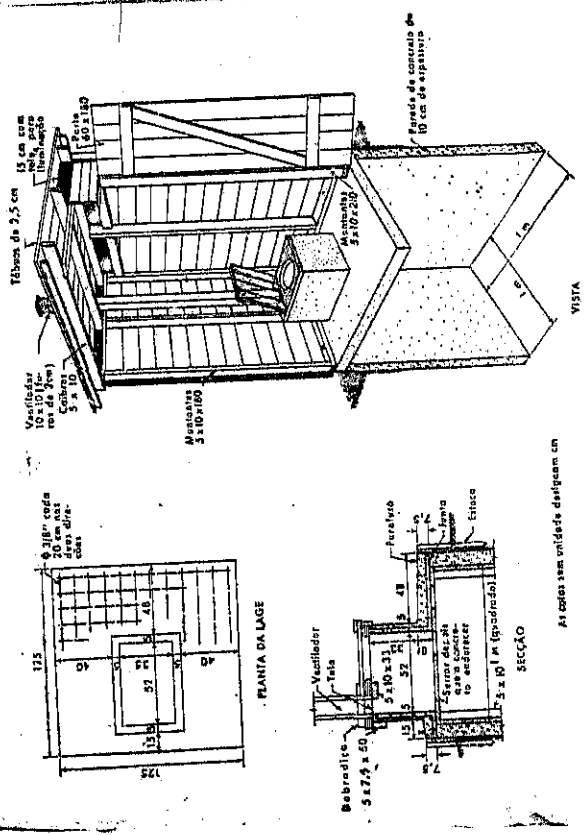
Fig. 16 — Secção transversal da cisterna dupla de base quadrada com 3,5 m de lado. Aumentam-se 2 cm na espessura si for usado o próprio terreno como fórma externa.

comodo deste. Pode-se fazer pequena [illegible] na câmara fresca: uma área muito grande de vidro, porem, não é recommendavel porque favorece o apparecimento de limo.

Cisterna

E' sempre apreciado, para usos domesticos, um abundante abastecimento de água pura, proveniente da chuva. Para armazená-la recomenda-se a construcção de uma cisterna, como a representada na fig. 17, cujo tamanho é apropriado ao consumo de uma familia. Para cisternas maiores a construcção pode ser feita como se indicou para caixas d'agua.

Os dados aqui apresentados referem-se a cisternas destinadas a armazenar



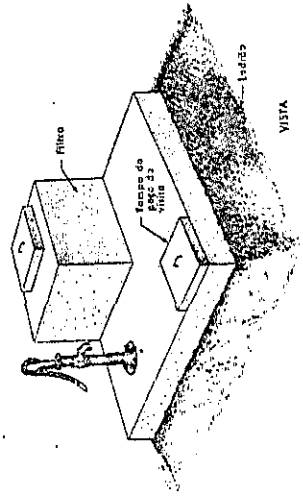
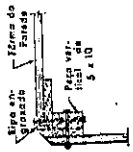
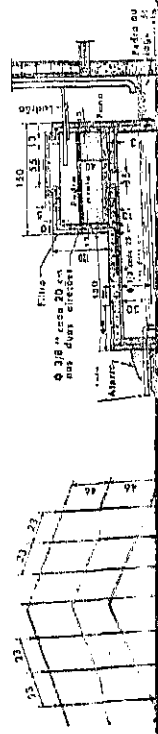


Fig. 18 — Tipo de privada lavada.





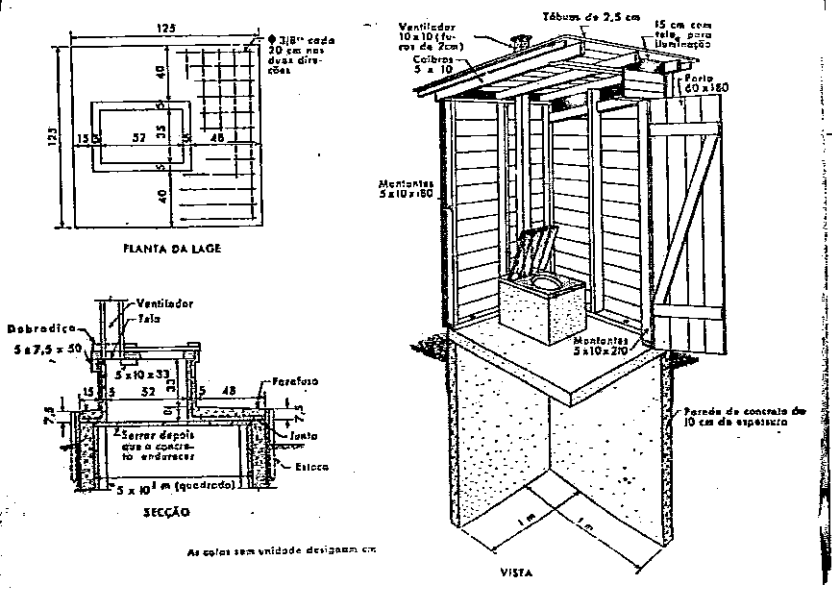
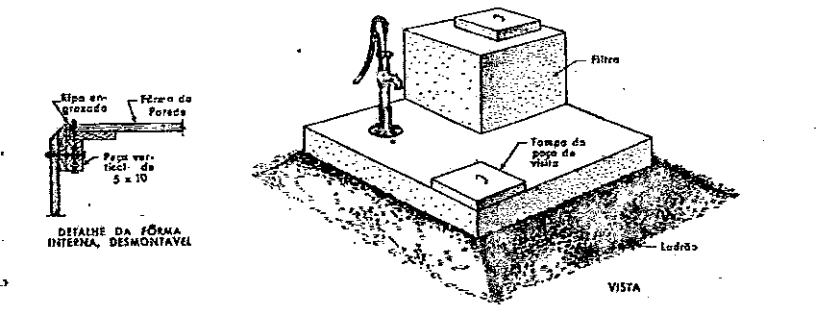


Fig. 20 — Tipo de privada isolada.



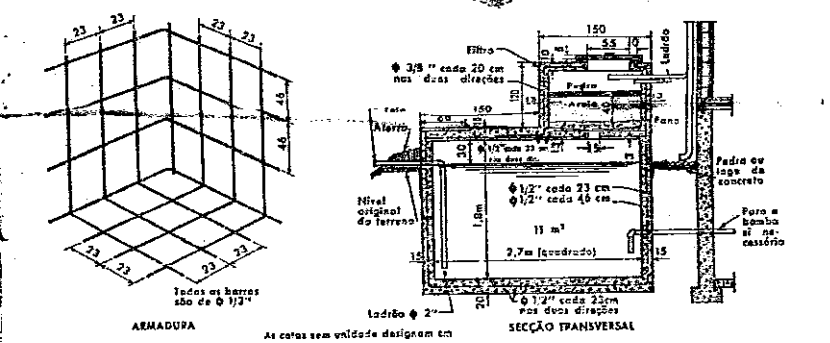
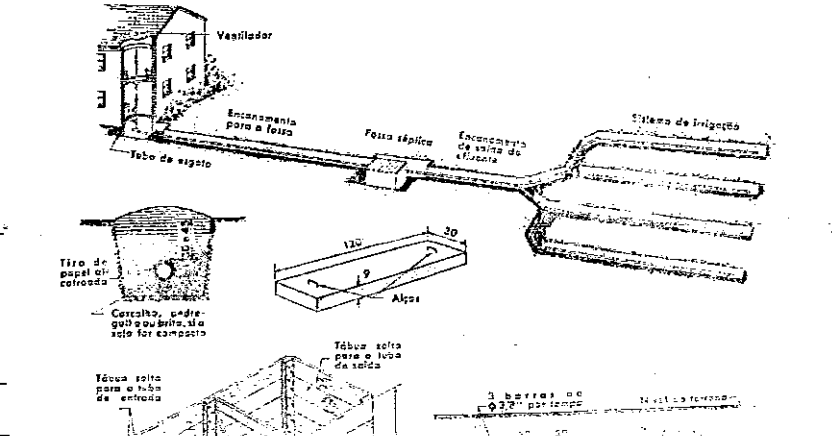


Fig. 17 — Projeto de cisterna com filtro para uso de uma família. O filtro pode ser construido à parte.



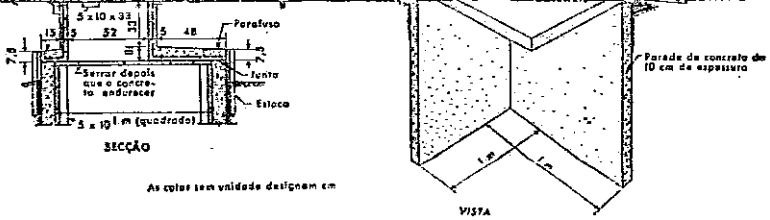
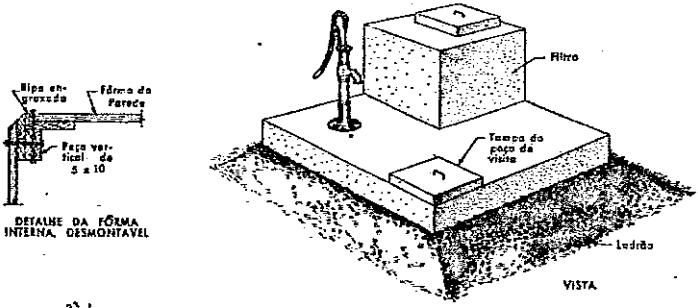


Fig. 16 — Tipo de privada inclada.



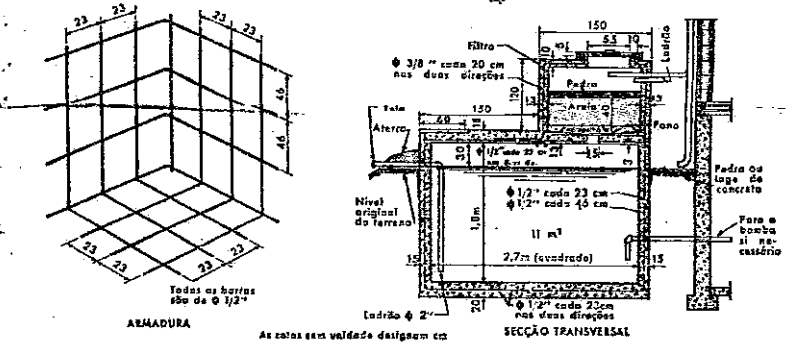
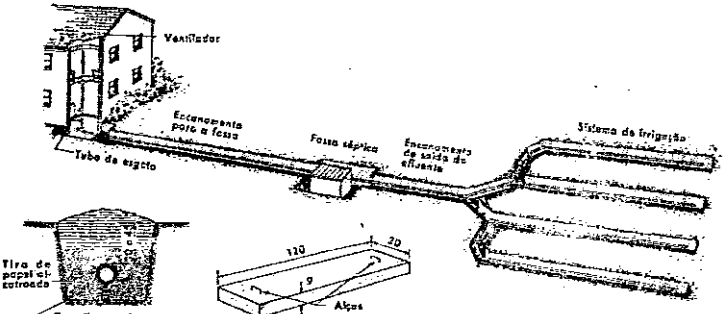
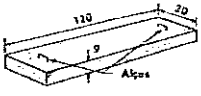
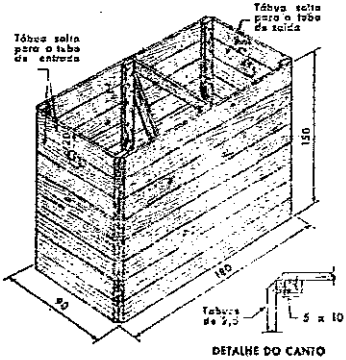


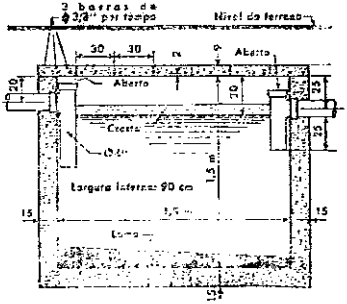
Fig. 17 — Projeto de cisterna com filtro para uso de uma família. O filtro pode ser construido à parte.











As cotas sem validade designam cm

água para usos domésticos; para beber, porem, recomenda-se, de preferência, a água do poço, mais difícil de ser contaminada.

A filtragem da água da chuva é, às vezes, conveniente; para isso pode-se construir um filtro sobre a cisterna ou nas suas proximidades. O tipo de filtro indicado na fig. 17 é bastante satisfatório, desde que seja conservado limpo periodicamente, devem ser retirados os materiais carregados pela água, como *sejam folhas, galhos*, etc. e substituida, por outra de material semelhante e limpo, a camada superior de pedra e areia do filtro.

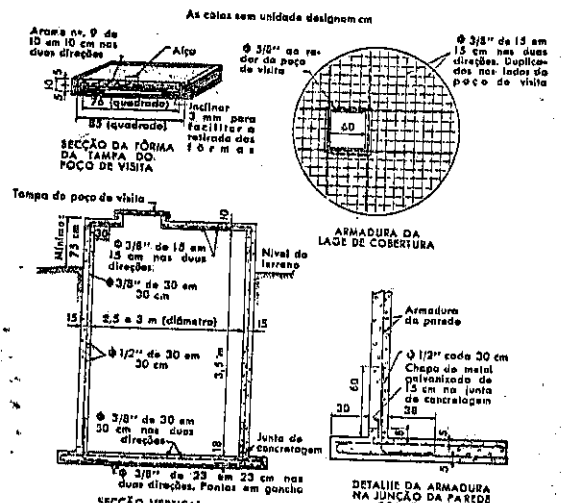


Fig. 13 — Detalhes construtivos de caixa d'água enterrada de base circular com diâmetro de 2,5 a 3 m.

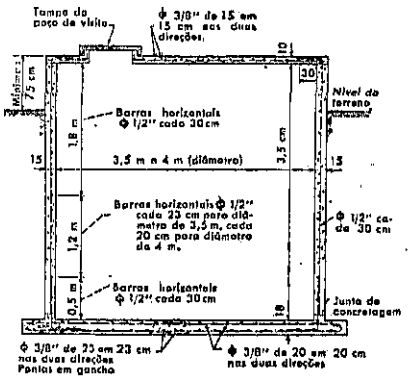


Fig. 14 — Detalhes construtivos de caixa dágua enterrada de base circular com diâmetro de 3,5 a 4 m. Vejam-se os detalhes na fig. 13.

A primeira água que é posta em uma cisterna de concreto torna-se dura. Essa influência do concreto é tanto menor quanto melhor tiver sido a cura e quanto mais tiver ele endurecido. Sendo necessário usar a primeira água, corrige-se a sua dureza lançando na cisterna uma solução de 1 kg de bicarbonato de sódio em 4 a 8 litros de água.

Bebedouros para animais

Os bebedouros de concreto apresentam a vantagem de serem impermeáveis e de não se poderem enferrujar. Na fig. 18 vê-se um tipo de bebedouro retangular, de fácil execução e com capacidade para 3 m³ dágua. As fôrmas externa e interna e a armadura são feitas de acordo com o desenho. As barras da armadura devem ser amarradas entre si com arame para não saírem de sua posição. Lança-se primeiro o concreto do piso, tomando-se cuidado para que a armadura fique na posição certa; a seguir, sem interrupção, concretam-se as paredes, evitando-se assim os defeitos das juntas de concretagem. Junto às paredes das fôrmas é de vantagem passar uma ferramenta do tipo duma colher de pedreiro com cabo longo (v. fig. 21), que afasta de junto das *paredes as pedras maiores*, produzindo superfícies uniformes e lisas.

Depois de passados 2 ou 3 dias, as fôrmas podem ser retiradas e os defeitos superficiais corrigidos como se ensina na página 20. O concreto deve ser conservado úmido, até o sétimo dia. Maiores detalhes sobre a execução de bebedouros acham-se no Boletim n.º 29 da Associação.

O piso de concreto ao redor do bebedouro é aconselhado para facilitar sua limpeza.

Em bebedouros munidos de válvulas de bóia para manter o nível da água, recomenda-se proteger convenientemente a bóia, o que se pode fazer instalando-a num canto do tanque e pendo sobre ela uma placa quadrada de concreto de 45 cm de lado e 10 cm de espessura, cujo peso de quasi 50 kg é suficiente para dificultar sua remoção.

Tanques em que se desenvolvam algas ou musgo, podem ser limpos pondo-se neles uma pequena quantidade de sulfato de cobre (7,5 gramas por m3 de água do tanque). Outro processo consiste em criar peixinhos, os quais impedem que se desenvolva aquela vegetação.

Lagos artificiais

Em muitas fazendas, o principal meio de obtenção de água para os animais

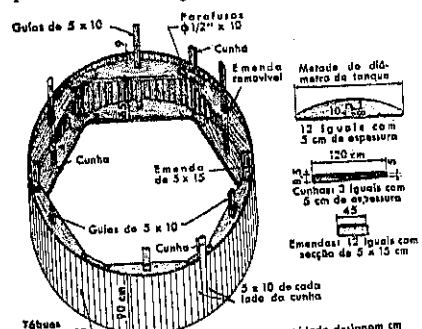


Fig. 18 — Detalhes da fôrma interna desmontável para a construção de cisterna ou caixa dágua enterrada de base circular.

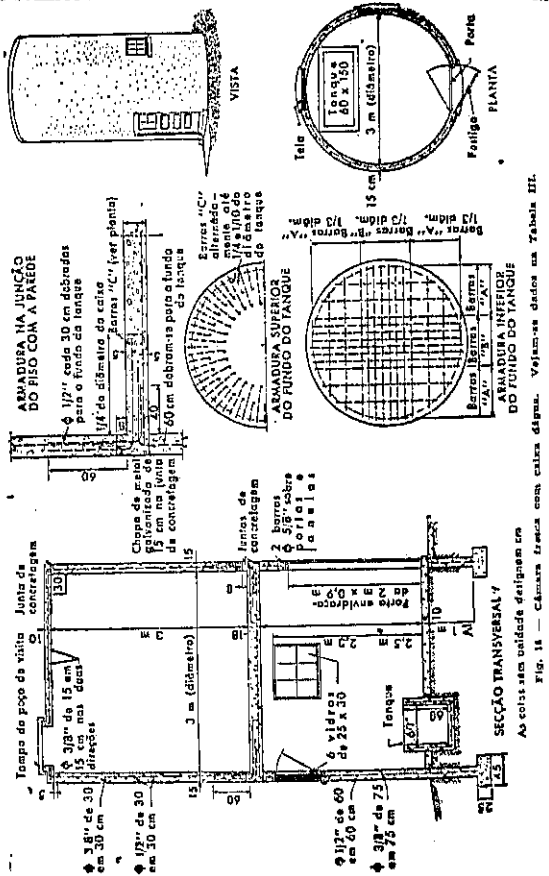
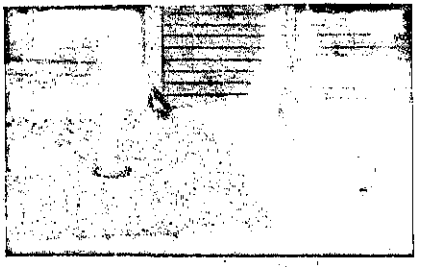


Fig. 16 — Câmara fraca com caixa dágua. Vejam-se dados na Tabela III. As cotas sem unidade designam cm



Cisterna de concreto do tipo da fig. 17 mas com filtro construido separadamente.

reside na construção de um lago artificial. Convenientemente executados, tais lagos asseguram um abundante suprimento de água, mesmo nos tempos de seca, e são de inestimavel valor onde não há outras fontes de água.

Em geral, constrói-se o lago fazendo uma barragem de terra em um pequeno riacho, de preferência naqueles em que só corre água por ocasião das chuvas, mas do qual seja tributária uma bacia de 40 ou 50 hectares. Em zonas de pouca chuva exige-se bacia maior, que atinja mesmo 6 ou 8 km².

Alem de fornecer água para os animais, os lagos apresentam outras vantagens. Assim, p. ex., um lago com 10.000 m² de superficie presta-se perfeitamente para criação de peixes. Si suas margens forem convenientemente plantadas, atrairão passaros e outros animais, apreciados pelos caçadores. Poderão servir para irrigação de pequenas áreas para plantação de verduras e prestar-se-ão à prática de certos esportes, como a natação e o remo.

Instalações Sanitarias

Instalações de esgotos para uso de uma familia

A instalação de esgotos é um dos primeiros melhoramentos que se fazem na sede da fazenda logo que se dispõe de água corrente. Numa instalação dessa natureza tem-se sempre em vista evitar a poluição das águas das vizinhanças. Na fig. 19 acham-se os dados de uma instalação para casa de uma familia. Suas principais partes são:

1) O encanamento que, ligado a todos os aparelhos sanitários, vai da casa à fossa séptica.

2) A fossa séptica, onde se inicia o tratamento. A matéria sólida do esgoto, ao entrar na fossa séptica desfaz-se

por ação das bactérias, em gases, líquidos e particulares minerais. Em uma instalação bem feita, os gases saem prontamente, o líquido (chamado "efluente") escoa pelo tubo de saída e os sólidos depositam-se formando a "lama". Na parte superior forma-se a "crosta", que facilita a ação das bactérias.

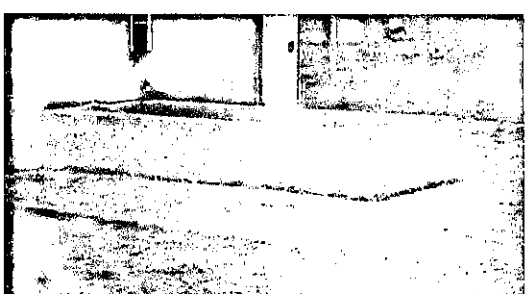
3) A tubulação que leva o efluente da fossa ao sistema de irrigação.

4) O sistema de irrigação pelo qual o efluente sai para o terreno, onde a evaporação e a ação das bactérias do solo terminam o processo de tratamento.

Para que o tratamento seja satisfatório é preciso que o material permaneça na fossa de 24 a 30 horas, recomendando-se, de preferência, a adoção do último desses limites; para isso as dimensões da fossa não devem ser muito pequenas. O tamanho mínimo admissível é o que se indica na fig. 19 e que serve tanto para 2 ou 3 pessoas como para 5 ou 6. Para 7 pessoas aumenta-se no comprimento da fossa 20 cm, para 10 pessoas 50 cm e para 14 pessoas, 70 cm, conservando-se as outras dimensões.

Damos adiante alguns detalhes construtivos; outros mais completos podem-se obter no Boletim n.º 28 da Associação.

Situação e construção da fossa séptica. A fossa séptica não deve ser construída a menos de 30 metros do poço, da cisterna ou de qualquer outro reservatório d'água. Depois de nivelado o terreno no local da excavação, executa-se um retângulo de tábuas como o que se vê na fotografia da página seguinte e que tem por fim facilitar a excavação e evitar que desmorone a terra prejudicando o corte que vai servir de fôrma. A fôrma interna é feita de acordo com



Tipo de bebedouro de concreto.

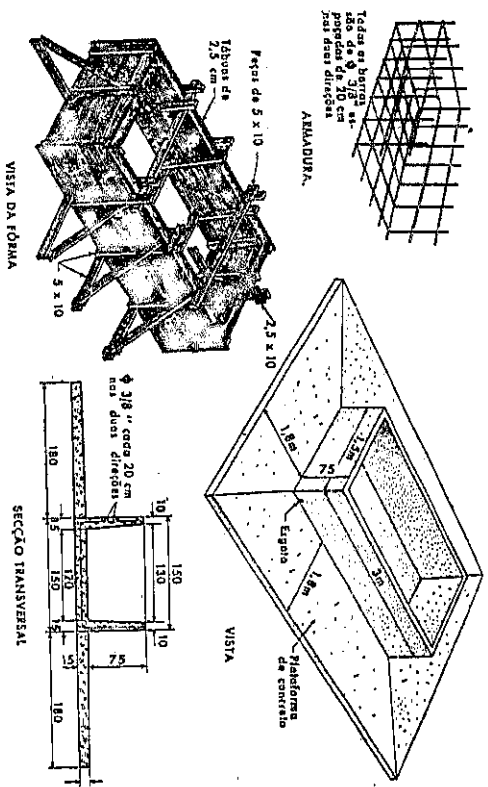
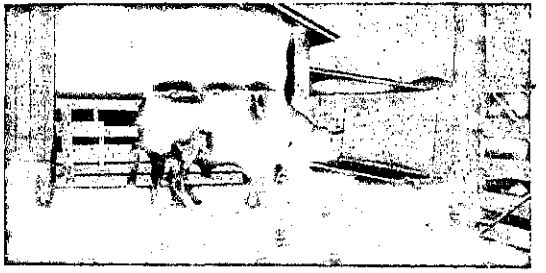


Fig. 19 — Projeto de bebedouro de concreto.



Outro tipo de bebedouro de concreto.

o projeto da fig. 19 e a construção opera-se como no caso das caixas dágua (página 7). Antes de lançado o concreto, devem-se colocar em sua posição as extremidades dos tubulações, que teem a fórma de T. As duas aberturas de cada uma dessas extremidades devem permanecer abertas.

Recomenda-se um concreto de traço, em volume, 1 : 2 : 3, convindo não usar mais de 25,5 litros de água por saco de cimento (v. página 19). A mistura deve apresentar consistência adequada ao seu emprego e, depois de lançada na fórma, deve ser bem socada, principalmente nos ângulos e cantos das fórmas.

Na fossa da fig. 19 consomem-se os seguintes materiais (incluidas as tampas):

0,8 m³ de areia;
1,2 m³ de pedregulho ou pedra britada;
13 sacos de cimento portland;
6 kg de barras de aço de 1/4" (21 pedaços de 115 cm); e
14 alças.

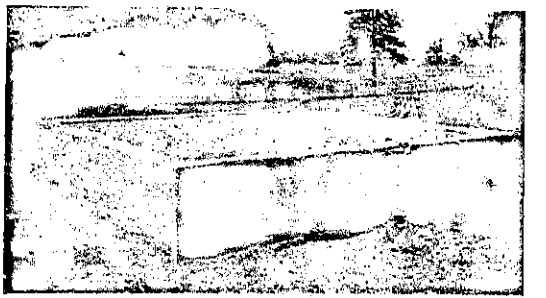
As tampas, em número de sete, no caso do exemplo, teem 8,5 cm de espessura, 30 cm de largura e 1,20 m de comprimento e são moldadas em fórmas muito simples, como se vê na última fotografia desta página. Cada tampa é armada com tres barras de 1/4" colocadas 1,5 cm acima da face de baixo. Antes da concretagem colocam-se as alças que podem ser constituidas de barras dobradas, de anéis especiais, ou mesmo de ferraduras velhas.

Encanamentos. O encanamento que vai da casa á fossa deve ter 10 a 15 centimetros de diâmetro e ser feito de tubos com juntas de ponta e bolsa argamassadas. Ele deve ser o mais reto possivel, para evitar entupimentos, e deve ter no minimo uma inclinação de 1 : 60, instalando-se os tubos de modo que a bolsa fique para cima.

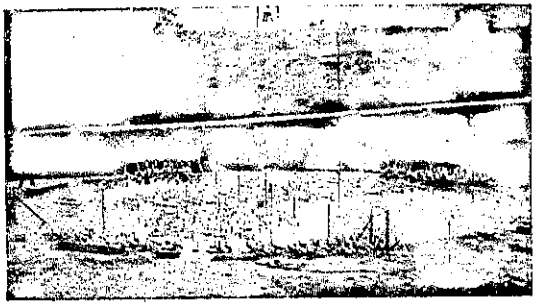
O encanamento que vai da fossa até o sistema de irrigação pode ter uma inclinação, no minimo, de 1 : 300 e deve ser feito com juntas argamassadas de ponta e bolsa sempre que esteja a menos de 60 metros do poço ou de qualquer outro reservatório dágua e quando passe nas proximidades de uma arvore, cujas raizes possam penetrar pela junta e causar o entupimento ou mesmo a destruição do encanamento.

Sistema de irrigação. O sistema de irrigação deve estar localizado a mais de 60 metros do poço ou dos reservatórios dágua. Seu comprimento depende da natureza do solo e do volume do efluente. Nos solos soltos, quando o lençol dágua seja profundo, bastam 9 metros de tubulação por pessoa; em terrenos compactos já se exigirão 30 metros por pessoa. Um sinal prático da insuficiência do sistema, tem-se no afloramento da água no local da tubulação. Nesse caso há necessidade de se ampliar o sistema de irrigação, o qual, alias deve sempre ser construido de modo que possa ser prolongado ou ramificado.

Em solos de condições médias, as linhas de irrigação, cujo comprimento não deve ser maior que 30 metros, devem ter, entre si, um afastamento de 3 metros e possuir uma inclinação de 1 : 300 (ou de 1 : 600, em solos compactos). Em geral, usam-se tubos de 10 cm de diâmetro colocados com um afastamento de 5 mm entre pontas. Essas juntas devem ser cobertas, na parte de cima, com papel alcatroado para evitar entrada de terra. Em solos compactos, facilita-se a irrigação, envolvendo o tubo em cascalho, como se vê na fig. 19 (recomenda-se uma camada de casca-



Ainda um bebedouro de concreto.



Na falta de um lago, um tanque de concreto amplo e raso embeleza e serve para o uso das aves aquáticas.

lho de 45 cm de largura e 30 cm de altura).

Os tubos devem ser postos a uma profundidade de 30 a 40 centímetros. Este último valor não deve ser ultrapassado, pois que em maiores profundidades não existem as bactérias que completam o tratamento do efluente.

Conservação da fossa. Fossas sépticas bem construídas exigem pouco cuidado; recomenda-se que sejam limpas com intervalos de 3 a 5 anos, afim de evitar que, havendo excesso de lama no seu interior, esta seja carregada para o sistema de irrigação, dando lugar ao seu entupimento. Logo depois de retirada, a lama deve ser enterrada, pois pode conter germes perigosos; ela não tem valor como fertilizante.

Não se devem usar desinfetantes nas fossas sépticas, pois eles destroem as bactérias que são o principal agente do tratamento dos esgotos. Pela mesma razão não se devem usar produtos muito cáusticos para desentupir os encanamentos das pias.

Instalações maiores de esgotos

A instalação de esgotos para muitas pessoas exige maiores cuidados que os descritos no caso anterior; assim, recomendam-se as seguintes modificações:

1) A fossa séptica deve ser de tipo de duas câmaras; a segunda das quais se acha equipada com um sifão automático que descarregue periodicamente o efluente no sistema de irrigação.

2) Deve-se fazer uma caixa de gordura, que consiste em um pequeno tanque subterrâneo, intercalado entre a instalação da cozinha e o encanamento que

vai à fossa e onde se depositam as substâncias gordurosas.

3) Deve-se dotar o sistema de irrigação de caixas de distribuição, para cujos detalhes nos reportamos ao Boletim n.º 28 da Associação.

4) Para instalações destinadas ao uso de mais de 25 pessoas, muitas vezes, por causa da natureza do solo, não é satisfatório o sistema de irrigação construído como se descreveu. Há então necessidade de um sistema especial de filtros de areia superficiais ou subterrâneos.

Privadas isoladas

Quando, por falta de água corrente ou por outro motivo, não houver possibilidade de se construir uma fossa séptica, aconselha-se a execução de uma privada como a indicada na fig. 20. O fosso de concreto, que é impermeável e à prova de moscas, ratos e germes, é um fator preponderante na profilaxia de doenças como o tifo, a desinteria, a diarréia e a enterite.

O projeto aqui apresentado é de fácil execução. O fosso de concreto não é sinão uma caixa grande e sem fundo; sua construção faz-se como a da caixa d'água descrita à página 7. Só a cobertura do fosso e o banco são armados, é importante que as barras verticais da armadura deste sejam dobradas e façam parte da armadura daquela. A cobertura do fosso, que serve de piso, deve ter uma ligeira inclinação para facilitar a limpeza.

COMO FAZER UM BOM CONCRETO

Para dar-se a máxima proteção às águas de abastecimento contra a contaminação e para que se tenha uma



Bebedouro com água encanada de um lago artificial.



Em um banheiro limpo é de aspecto agradavel, as crianças adquirem mais facilmente os habitos de higiene.

impermeabilidade garantida, é preciso que se empregue concreto de alta qualidade. Tal concreto pode ser obtido seguindo as indicações que passamos a dar. Para maiores detalhes vejam-se os Boletins n.ºs 34 e 38 da Associação.

Água

A água usada na confecção do concreto deve ser tão limpa que sirva para ser bebida.

Cimento portland

O cimento portland deve ser guardado em lugar seco. Não se deve usar cimento que contenha torrões que não se desmanchem quando nelles se bate levemente com uma pá de pedreiro.

Areia e pedregulho

A areia e o pedregulho devem ser limpos, resistentes e livres de barro ou matéria vegetal. A areia deve ser bem granulada, de modo que tenha grãos variando gradualmente dos mais finos até os de 5 mm. O pedregulho tambem deve ter suas particulas bem graduadas entre 5mm e 25 ou 50 mm. Uma boa regra a seguir é a de extrair a areia e o pedregulho de depósitos que já tenham servido para execução de bons concretos. Onde houver mais facilidade de se obter pedra britada do que pedregulho, pode-se empregá-la, devendo ela apresentar os mesmos caracteristicos recomendados para este.

Amassamento e lançamento

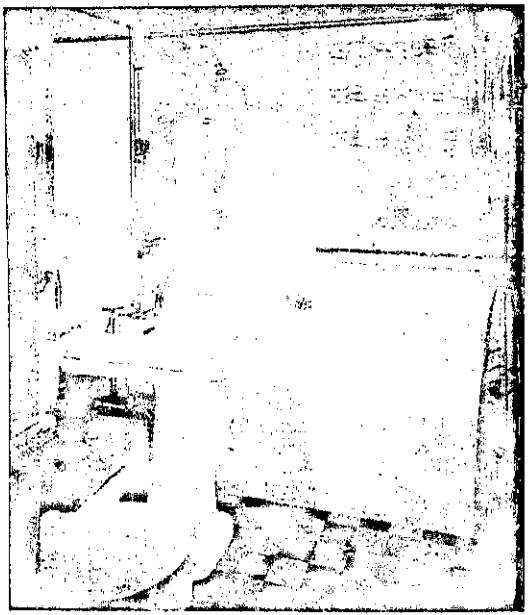
Todos os materiais devem ser medidos: água, cimento, areia e pedregulho. E' importante que a quantidade de água não ultrapasse um certo valor, para que a pasta de cimento que liga os grãos da areia e do pedregulho não fique muito fraca, dando lugar a um máu concreto: pouco resistente, poroso e, portanto, nada satisfatório.

Os materiais podem ser medidos do seguinte modo: a água, com um balde graduado de litro em litro ou de 2 em 2 litros (vejam-se maiores detalhes à página 170 do Boletim n.º 34 citado); a areia e o pedregulho em caixotes de 30 litros (v. fig. 21) e o cimento portland *em sacos, como é comprado* (cada saco tem 30 litros).

Traço. Recomenda-se um traço em volume de 1:2:3, isto é, 1 saco de cimento para 60 litros de areia e 90 litros de pedregulhos, com um consumo



Uma das principais comodidades da água encanada na fazenda verifica-se na facilidade que se apresenta por ocasião de lavar a roupa.



Agua corrente e esgoto permitem obter-se na fazenda a comodidade e o prazer de possuir um banheiro moderno.

de 25,5 litros de água por saco de cimento. A quantidade dágua indicada refere-se a misturas feitas com agregados secos e de característicos médios quanto à granulação. Por isso, para se obter com os materiais que realmente se vão empregar, uma mistura ótima, serão necessários alguns ensaios, a partir

da mistura inicial recomendada. Si a areia estiver úmida deve-se fazer a devida correção como se expõe no Boletim n.º 38 da Associação (aproximadamente pode-se considerar que 60 litros de areia úmida tenham 3,5 litros de água e 60 de areia pouco úmida, 2 litros de água). Uma mistura é ótima quando não é muito áspera nem muito fluída (vejam-se a 1.ª fotografia da página 5 e as figs. 10 a 12 do Boletim n.º 34 citado).

Logo depois de amassado, o concreto deve ser lançado nas fôrmas e ser bem apiloado. Junto às paredes das fôrmas deve-se passar a colher de cabo longo que se vê na fig. 21 o que fará com que a superfície do concreto fique uniforme e lisa.

Si aflorar muita água é sinal de que a mistura está muito fluída; faz-se então a correção aumentando um pouco, nas misturas seguintes, a quantidade de areia e pedregulho.

Juntas de concretagem. Deve-se evitar, sempre que possível, a interrupção da concretagem de uma obra; principalmente si se deseja fazer um concreto

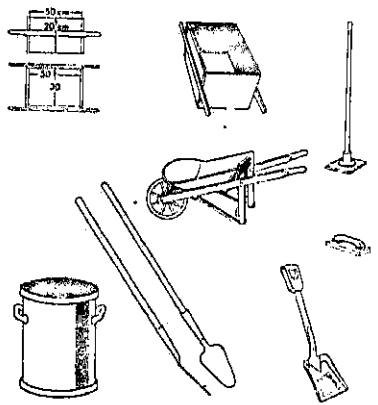


Fig. 21 — Aparelhagem simples e barata destinada à mistura e ao lançamento do concreto: caixote para areia e pedra; vasilha para medir água; pá e carrinho de transporte; colher de cabo longo para acamar e afastar as pedras do junto das fôrmas; soquete e desempenadeira.

impermeavel. Sendo porem inevitavel a interrupção, procede-se como segue: Depois de suspensa a concretagem e antes que o concreto endureça, passa-se uma escova de aço na superficie de ligação, para torná-la áspera. Na ocasião de reiniciar a concretagem, umedece-se essa superficie e põe-se sobre ela uma camada de argamassa de cimento de 1:2%.

Acabamento e cura

Logo depois de terminado o lançamento, nivela-se a superficie do concreto com uma rasoura e faz-se o seu alisamento com uma desempenadeira de madeira. Pouco depois, quando o concreto começar a endurecer, si se quizer um melhor acabamento, torna-se a alisar a superficie, com uma colher de pedreiro.

Quando da retirada das fôrmas corrige-se todas as irregularidades da superficie com uma argamassa de cimento de 1 : 2 %.

Uma das condições para se obter concreto impermeavel reside em uma cura bem feita. Esta consiste em se manter úmido o concreto durante 7 dias, a partir do lançamento. Para facilitar isso, pode-se cobrir a superficie do concreto com terra, areia, palha, aniagem, etc.

Como avaliar o consumo de materiais

Num metro cúbico de concreto consomem-se aproximadamente 9½ sacos de cimento, 0,4 m³ de areia e 0,8 m³ de pedregulho. A quantidade de concreto necessária pode ser determinada como no exemplo que segue:

Seja um tanque com as dimensões internas de 1 m × 3 m × 0,60 m e com paredes e fundos de 15 cm de espessura. Sua capacidade é

$$1 \times 3 \times 0{,}60 = 1{,}80 \text{ m}^3$$

e seu volume externo

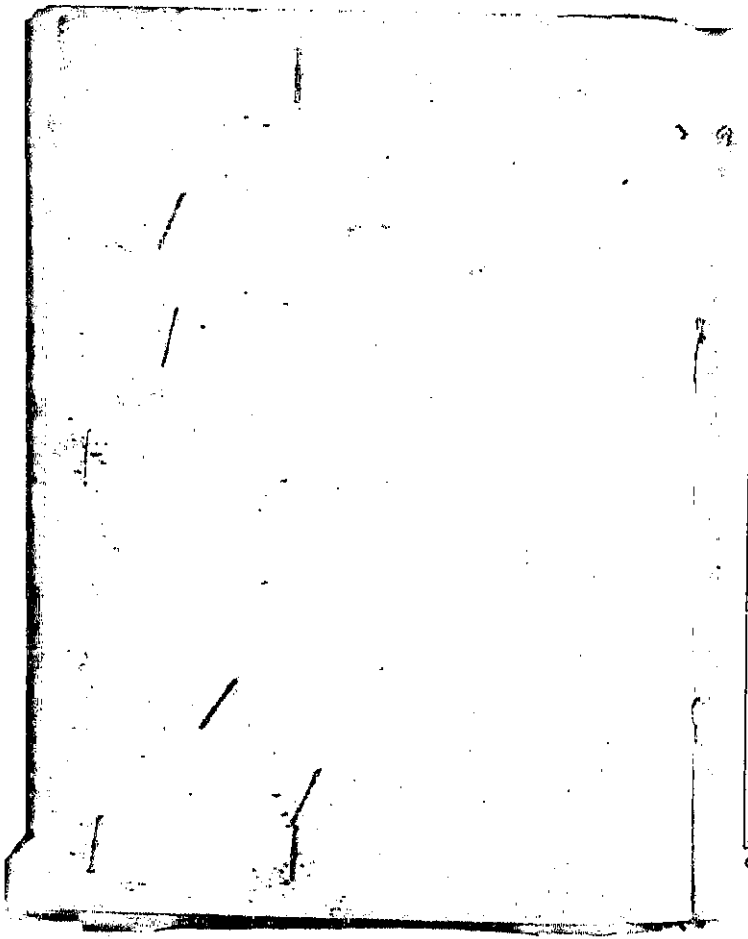
$$1{,}30 \times 3{,}30 \times 0{,}75 = 3{,}22 \text{ m}^3.$$

O volume do concreto é a diferença entre ambos:

$$3{,}22 - 1{,}80 = 1{,}42 \text{ m}^3.$$

Aplicando os dados acima, vê-se que o consumo de material será:

1,42 × 6,5 = 9½ sacos de cimento.
1,42 × 0,4 = 0,57 m³ de areia.
1,42 × 0,6 = 0,85 m³ de pedregulho.



ESTRADA DE FERRO MOGIANA

J. Wilson Coelho de Souza	— Superint. da Estrada
Reinaldo Laubenstein	— Chefe do Tráfego
Augusto Cezar de Andrade	— Chefe da Locomoção
Durval Ferrão	— Chefe da Linha Interino
Odir Dias da Costa	— Chefe da Div. Comercial
Luiz A. Barbosa de Oliveira	— Chefe da Div. de Materiais
Horácio Montenegro	— Chefe do Movimento
Arlsides Oppermann	— Chefe do Escr. da Super.
Cherubim Santarem	— Contador Interino

COMPANHIA MOGIANA DE TRANSPORTES

Joaquim L. Leite Ribeiro	— Presidente
Orosles de Moraes Alves	— Diretor Tesoureiro
Odir Dias da Costa	— Diretor Superintendente

Gráfica São José — Rua Galvão Bueno, 230 — Telefone 6-4812 — São Paulo

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

Fundada em 1872

Extensão atual em tráfego ..... 1.964 km

Nº de empregados em 31-12-1949 . 9.601



Região Servida pelas linhas da Companhia Mogiana:

Area 95.000 km2

População ..... 1.800.000 hab.

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

116

JUNTADA

Nesta data juntei aos autos os seguintes documentos

CRT - 1428

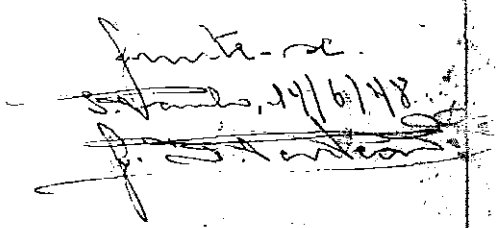
São Paulo, 15 / 6 / 48

Nelsinha

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

T. R.
1.428/48
146

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.-



O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA, por seus advogados que este subscrevem vem, com a devida venia expor a V.Excia. o seguinte :

1 . - Houve por bem V.Excia. na audiencia realizada em 7 de abril do ano em curso (fls. 81) designar perito para "determinar a elevação do custo de vida" em Campinas, Ribeirão Preto, Uberaba e Guaxupé;

2 . - Dentro do prazo de 5 dias então fixado para apresentação dos quesitos, o Sindicato os anexou ao processo (fls. 84 a 86);

3 . - Todavia, a emprêsa nos quesitos apresentados (fls. 82 e 83) incluiu aspectos referentes à sua contabilidade o que, por certo, não se enquadra dentro da determinação de V.Excia. - de que a pericia deveria se restringir à determinação da elevação do custo de vida;

4 . - Ademais, ocorre circunstancia a demonstrar senão impertinencia, pelo menos a inoportunidade de tais quesitos - eis que o digno Perito - Dr. Oscar Egidio de Araujo - não sendo contador ou perito - contador não se encontra - não obstante a sua cultura e inteligencia que todos admiramos - nas condições exigidas pelo artigo 72, do decreto hº 20.158, de 30 de junho de 1931 que estabelece :

" Somente os peritos-contadores e os

contadores que tiverem os seus diplomas, titulos ou atestados registrados na Superintendencia do Ensino Comercial poderão ser nomeados ex-oficio, pelos juizes, para os exames de livros exigidos pelo Codigo Comercial, e bem assim para balanços e exames em falencias e concordatas ".

5 . - A única isenção desse registro nessa Superintendencia é a que alude o artigo 61 desse mesmo decreto : aos que exerçam cargos de contadores em repartições públicas federais, estaduais e municipais, e aos

" contabilistas que, por obra ou obras de comprovado alcance, tenham cooperado para a difusão do ensino e do conhecimento da contabilidade no territorio nacional ".

6 . - Cabe tambem, recordar o que estabelece o art. 25 do decreto lei 9.295 de 27 de maio de 1946, que creou o Conselho Federal de Contabilidade, definindo as atribuições do Contador e do Guarda-livros :

" São considerados trabalhos técnicos de contabilidade :
c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres, revisão permanente ou periodica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anonimas E QUAISQUER OUTRAS ATRIBUIÇÕES DE NATUREZA TÉCNICA, CONFERIDAS POR LEI AOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE ".

7 . - Assim sendo, muito embora o sr. Perito designado por V.Excia. mereça de parte deste Sindicato todo o respeito que se lhe deve por sua cultura, todo acatamento que advem do reconhecimento de sua inteligencia, não póde esta entidade, a-fim-de não contrariar o que dispõe a legislação a respeito aceitar os

conclusões do laudo, no que se relaciona à parte contabil, que, assim, deixe impugnada;

8 . - Cumpre ponderer, ainda, que a perícia deveria se restringir tão sómente à determinação do aumento do nivel do custo de vida - e que, para isso, necessidade não há de excogitar minucias e detalhes do balanço da emprêsa;

9 , - Não será demasiado recordar ainda o Comunicado nº 7, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, transcrito na Revista Paulista de Contabilidade, de março de 1948, pag. 5 (doc. nº 1).

Termos em que

D. e A.
Pede Deferimento

São Paulo, 14 de Junho de 1948

J. A. Cunha Lima

Thomaz da Costa Neves

REVISTA PAULISTA DE CONTABILIDADE

CONTABILIDADE • ADMINISTRAÇÃO • ORGANIZAÇÃO

SUMARIO.

EDITORIAL 7

José da Costa Boucinhas — A Questão dos Salários 8

Mário Franzolim — Bandeirantes de uma Nova Era 10

Inez B. C. Araujo — O Arquivo da Seção de Contabilidade .. 14

Alberto Compagnoni — Literatura Contábil na Itália 16

Relatório da Diretoria do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo 17

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo 35

Ementário da Legislação e Jurisprudência Fiscal e Trabalhista 38

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo 46

CUNHA LIMA
TECNICOS EM ORGANIZAÇÃO
MAI 8 [illegible]
SÃO PAULO - RIO - [illegible]
CAMPINAS - BEL. [illegible]

ANO XXVII MARÇO DE 1943 N.o 235

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

Rua São Bento, 405 — 11.o andar — Edifício América — Telefone 2-5046 — Caixa Postal, 42-A

DIRETORIA

Presidente:
JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS

Vice-Presidente:
ANTONIO BARONE

Secretário:
JOAQUIM M. DE CARVALHO

Vice-Secretário:
JOSÉ DIAS

Tesoureiro:
RUBENS HONORATO MAGNANI

Vice-Tesoureiro
ANTONIO ROTUNDO

Bibliotecário:
ARMANDO ALOE

CONSELHO FISCAL

Oscar Castelo Branco
Alvaro Simões Machado
José Dante Furia

SUPLENTES DA DIRETORIA

Felicio José Dana
Rafael Lamanna
Luiz Elias Aziz
Horácio Carvalho Toledo Martins
Oscar Battochio

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

Mário Cozza
Vicente Feola Filho
Ernesto Marra

CONSELHO CONSULTIVO

Abilio Cesar Andrade — Adamastor Figueiredo — Agenor de Sousa Pires — Alberto Sentieri — Américo Oswaldo Cannuglia, Prof. — Américo Paulo Setti, Dr. — Aminthas Pereira do Amaral — Antonio Rheinfranck Moreira — Antonio Peres Rodrigues Filho, Prof. — Armando Guida, Dr. — Benedito de Toledo Santos — Cantidio Lima — Carlos Gragnani — Clodomiro Farquim de Almeida, Prof. — Constantino Montesano — Dermeval Gomes dos Santos — Emilio Bacchi — Ferdinando Rubano, Prof. — Francisco de Benedictis — Francisco D'Auria, Prof. — Frederico Marques — Heroide Hirth — Herminio Gomes Moreira, Prof. — Horácio Berlinck, Prof. — Hugo Capeinto — Iris Miguel Rotundo, Prof. — João da Costa Boucinhas — João Picazio — José Caetano dos Santos Mascaronhas, Prof. — José Ferraz de Siqueira Solmho — José Foresti — José Geraldo de Lima — Joaquim Alves Cruz — Luiz da Costa Boucinhas — Mário Arins Requejo — Mário Morandi — Milton Improin, Prof. — Oscar Seckler — Otacilio Tomanik — Otávio Pedreschi — Otávio Teixeira da Costa — Paulino Baptista Conti, Prof. — Pedro Barbosa Vasques — Pedro Ortiz Filho — Pedro Pedroschi, Prof. — Philomano Joaquim da Costa, Dr. — Raimundo Marchi, Dr. — Vitorino Fazano — Zeferino Chiaramonte.

DIRETORIA DO CONSELHO CONSULTIVO

Presidente:
PROF. HERMINIO G. MOREIRA

Vice-Presidente:
OSCAR SECKLER

Secretário:
AMINTHAS P. DO AMARAL

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

PRESIDENTE: Prof. Oscar Castelo Branco
SECRETARIO E DIRETOR DOS CURSOS: Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho
MEMBROS: Prof. José Geraldo de Lima
Prof. Mário Franzolin
Mário Cozza

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PRESIDENTE: José Foresti
SECRETÁRIO: Antonio Barone
MEMBROS: Adelfino Teixeira da Silva
Dr. Armando Guida
Cantídio Lima

DEPARTAMENTO DE SOLENIDADES E RECREAÇÕES

PRESIDENTE: Paulo M. Abdala
SECRETÁRIO: Itamar B. de Almeida
MEMBROS: Salvador de Lucca
Felício José Dana
João Picazio

DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO SOCIAL

PRESIDENTE: Constantino Montesano
SECRETÁRIO: Antonio Rotundo
MEMBROS: Alberto Sentieri
Francisco Grumuccini
Joaquim Alves Cruz

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL DAS EMPRÊSAS INDUSTRIAIS
CUSTOS INDUSTRIAIS

UM TRATADO COMPLETO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE INDUSTRIAL



EM 2 VOLUMES

PELO PROFESSOR FREDERICO HERRMANN JR.

Catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro — Ex-Professor da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo e da Escola de Comércio "Alvares Penteado"

Todos os livros de Contábil estudados sob o duplo aspecto do Registro Manual e Mecânico, com ilustrações, gráficos, modelos e formulários

CUSTOS INDUSTRIAIS

PELA PRIMEIRA VEZ EM PORTUGUÊS UMA OBRA QUE EXPÕE OS MAIS APERFEIÇOADOS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE CUSTOS INDUSTRIAIS

RESUMO DA MATÉRIA

I VOLUME

• Princípios gerais de organização do contrôle. Contrôle e registro do capital das emprêsas • Contrôle e registro do capital fixo • Contrôle e registro de materiais • Contrôle e registro de salários e ordenados • Contrôle e registro de gastos de fabricação

II VOLUME

Contrôle e registro da produção • Contrôle do custo de produção pelo método de estimativa • Contrôle do custo pelo método de custos padrões • Critério para elaboração de fichas de custos padrões • Escrituração com aplicação de custos padrões • Exercício comercial • Escrituração geral • Balanço geral.

UMA PUBLICAÇÃO DA

EDITÔRA ATLAS S/A

UMA ORGANIZAÇÃO DEDICADA A DIVULGAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

I P E — INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL S/A.
Rua Conde de Sarzedas, 81/85 — Telefone, 4-6581
Caixa Postal 5521 SÃO PAULO

Peça informações sem compromisso, sôbre a 2.ª edição, que acaba de sair

Queiram fornecer informações sem compromisso sôbre o livro acima

Nome _____
Rua _____
Cidade _____
Estado _____

Os Melhores Tratados

— indispensáveis aos homens de negócios!

TODOS os problemas referentes ao comércio e à indústria são profundamente estudados nos livros da Biblioteca de Ciências Econômicas e Administrativas, que constitui, por isso, uma orientação segura e eficiente. Administração de emprêsas, racionalização industrial e comercial, maior rendimento na exploração das indústrias e apuração do custo industrial, são alguns dos canos abordados nesta coleção, altamente especializada, fruto da experiência e estudo dos mais brilhantes economistas e contabilistas mundiais. Aos comerciantes, industriais e homens de negócios, recomendamos a leitura destas obras. Elas abrirão novos horizontes em suas atividades, proporcionando-lhes maiores lucros.

Editora ATLAS S/A

Uma organização dedicada à divulgação dos princípios das Ciências Econômicas e Administrativas

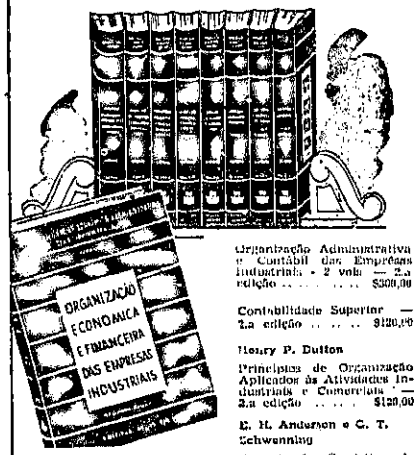
Distribuidores Exclusivos
IPÊ — INSTITUTO PROGRESSO EDITORIAL S/A.
Rua Conde de Sarzedas, 81-85
Fone 4-6481 — C. Postal, 5521
SÃO PAULO

ENVIE-NOS ESTE CUPOM

LIVROS, PRESENTES DE AMIGOS

Standard

Série ADMINISTRAÇÃO



Frederico Herrmann Jr.
Análise Econômica e Financeira do Capital das Emprêsas — 3.a ed. $60,00

Organização Econômica e Financeira das Emprêsas Industriais. 3.a ed. $120,00

Organização Administrativa e Contábil das Emprêsas Industriais - 2 vols — 2.a edição $300,00

Contabilidade Superior — 2.a edição $120,00

Henry P. Dutton
Princípios de Organização Aplicados às Atividades Industriais e Comerciais — 2.a edição $120,00

E. H. Anderson e C. T. Schwenning
Organização Científica da Produção $190,00

Webster Robinson
Princípios Fundamentais da Organização de Negócios - 2.a edição $120,00
Todos os volumes desta série são encadernados.

PEÇA FOLHETOS E INFORMAÇÕES SOBRE VENDAS A PRAZO

Solicito-lhe a remessa, sem compromisso, de folhetos e informações sôbre vendas a dinheiro e a crédito dos livros da Biblioteca de Ciências Econômicas e Administrativas

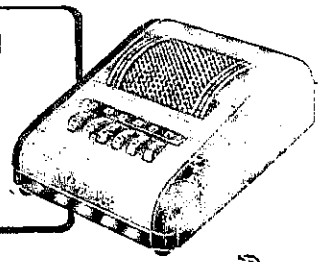
Nome _____

Rua _____ N.º _____

Cidade _____ Estado _____

123456

Pronto para servi-lo com PRECISÃO E RAPIDEZ



TELESPEAKER é uma das maravilhas da moderna eletrônica, a serviço da perfeita inter-comunicação. Instalações completas para Escritórios - Hospitais Indústrias - Residências.
Atendemos prontamente para demonstrações, assistência e estudos.

VENDAS EXCLUSIVAMENTE NA CAPITAL

*

TELESPEAKER DO BRASIL

R. 15 de Novembro, 200, - 11.º - Sls. 1 e 2 - Fone 2-7990 - S. Paulo
PANAM — Casa de Amigos

RUF ORGANIZAÇÃO

Casos comerciais de movimento médio ou pequeno

também já podem ter uma contabilidade capaz de orientar o desenvolvimento da firma.
A Contabilidade RUF evita transcrições de lançamentos e os erros consequentes, escriturando simultaneamente contas-correntes, razão e diário.
Instalações completas com aparelho manual, formulários e todos os apetrechos necessários a partir de CR$ 3.750,00.
Os nossos peritos orientam a instalação da contabilidade. A adaptação pode ser feita em qualquer época.
Com prazer faremos uma demonstração prática em nossa sala de exposição.

CONTABILIDADE RUF SIGNIFICA ECONOMIA DE TEMPO E TRABALHO, CLAREZA E CONTRÔLE

ORGANIZAÇÃO Ruf
DE CONTRÔLE E CONTABILIDADE MECANIZADA LTDA.

RIO DE JANEIRO - Rua Debret, 79-A - Tel. 23-0767
SÃO PAULO - Rua da Cosme, 21 - Tel. 2-0596

Record

PROCURA SABER O QUE?!...

Patentear uma invenção?..
Registrar uma marca?...
Analisar e legalizar seus produtos?...
Proteger seu negócio?...
Registrar o seu diploma?...

Consultem-nos que honestamente daremos todos os esclarecimentos se devem ou não tentar o que pretendem... Preferimos conseguir clientes e amigos, do que dinheiro e é por isso que temos a maior organização no gênero no Brasil.

Escrevam ou procurem-nos para melhores esclarecimentos.

A SERVIÇAL LTDA.
(Diretor: ROMEU RODRIGUES)
Rua Direita, 64 — Sob.
Caixas Postais: 3631 e 1421
SÃO PAULO

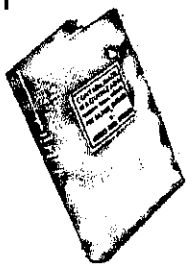
A "CONTABILIDADE MAQUINIZADA", sistema FICHA-TRIPLICE, cuja 3a. edição acaba de ser lançada, demonstra de um modo simples e cabal que

se pode fazer o máximo no mais curto período de tempo e da melhor forma possível:

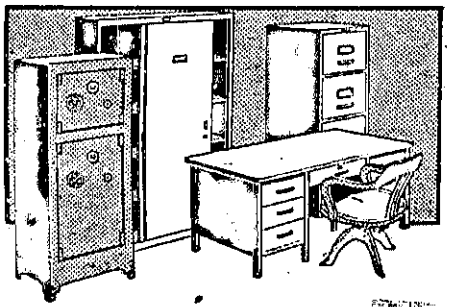
- Em uma só máquina comum de escrever e com uma única operação, todo serviço contábil satisfatoriamente pronto, substituindo as máquinas especiais mecânicas—
- Racionalização que supre todas as necessidades administrativas, com uma exposição clara, eficaz e segura—
- Reduz de 80% os serviços de escrituração, com a maior exatidão minuciosa e perfeição técnica.

EMPREGAR ESTE MÉTODO É ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA TÉCNICA!

★



SOCIEDADE CONTÁBIL FICHA-TRIPLICE LTDA.
RUA CONS. CRISPINIANO, 20 ★ 3.º ANDAR ★ SALAS 309/310
TELEFONE 4-4099 ★ SÃO PAULO



NEVE

Símbolo de Perfeição

●

Especialização em instalações modernas, com móveis e balcões de metal, em modelos ainda não fabricados no Brasil.

●

Fabricantes: **INDÚSTRIAS NEVE LTDA.** *Rua Rosa e Silva, 74 Fones: 5-1317 - 5-1322*

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Venceslau Brás, 175 — 5.º andar

Assinaturas de peças contábeis

COMUNICADO N.º 7

Comunico a todos os contabilistas que exercem a profissão no território do Estado de São Paulo que, por fôrça do decreto n. 24.317, de 14 de janeiro de 1948, deverá ser colocado o numero de seu registro neste Conselho juntamente com a assinatura de peças contabeis (balanços, extratos, demonstrações da conta de Lucros e Perdas, pericias etc.) E', ainda, indispensavel colocar, juntamente com aquele numero, a sua categoria de "CONTADOR" ou de "GUARDA-LIVROS". Quando o profissional assinar qualquer daquelas peças, na categoria de "Chefe da Contabilidade", "Chefe do Departamento de Contabilidade", ou outra expressão congenere, deverá, igualmente, obedecer ao acima exposto. Exemplo: "FULANO DE TAL — CONTADOR (OU GUARDA-LIVROS) — C. R. C. n.º...".

São Paulo, 31 de janeiro de 1948

PEDRO PEDRESCHI
Presidente

INSTITUIÇÃO "ÁLVARES PENTEADO"

Fundada em 1902

Diretor: PROFESSOR DR. HORÁCIO BERLINCK

Reconhecida oficialmente pelas leis federal 1.339, de 6 de janeiro de 1905 e estadual 995, de 1 de dezembro de 1905. Oficializada pelo Govêrno Federal, nos têrmos do decreto 20.158, de 30 de junho de 1931.

Escolas mantidas pela Instituição

ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO "ÁLVARES PENTEADO"
Inspecionada pelo Ministério da Educação e Saúde
Cursos mantidos pela Escola:
- **Anexo** (Feminino - diurno) - 1 ano
- **Básico** (Feminino - diurno) - 4 anos
- **Secretariado** (Feminino - diurno) - 4 anos
- **Contabilidade** (Feminino - diurno e Masculino) - 3 anos.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO
Cursos mantidos pela Faculdade:
Fundada em 1909, reaberta em 1932
Inspecionada pela Divisão do Ensino Superior (M. Ed. e Saúde)
- **Ciências Contábeis e Atuárias** - 4 anos
- **Ciências Econômicas** - 4 anos

COOPERATIVA DE CONSUMO
DO
SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE SÃO PAULO
Rua 14 de Julho, 42 ——— Telefone, 3-1796
(Entre rua Cons. Ramalho e Major Diogo)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Presidente: Dr. Itamar Barbosa d'Almeida
Diretor-Superintendente: Prof. Antonio Perez Rodrigues Filho
Diretor-Secretário: Francisco Afonso de Campos

CONSELHO FISCAL:
Dr. Nicola Amadeu Licco
Dr. Ernesto Marra
Pedro Rodrigues Bittencourt

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:
Ovidio Rizzon
Cesar O. A. Pelegrino

HORARIO: — Diàriamente das 8 às 18 horas, sem interrupção, excéto nos sábados que será das 8 às 12 horas.

COBRANÇAS: — As compras deverão ser pagas em nossa séde.
O Capital Subscrito deverá ser realizado em nossa séde; na Caixa do Sindicato, das 13 às 18 horas, ou com o nosso cobrador.
PAGUE SEMPRE COM CHEQUES NOMINATIVOS.

ENTREGAS: — Procure conhecer a escala organizada para facilitar êsse serviço, solicitando a Lista de Preços que a acompanha.

INFORMAÇÕES: — Faça suas consultas pelo nosso telefone ou ao nosso Diretor-Secretário que estará à disposição de todos os interessados tôdas as 4as-feiras, das 20,30 horas em diante, na séde do Sindicato.

LEMBRETE: — 1) Pague com cheque nominativo. 2) Retire o seu Título Nominativo e assine o Livro de Matrículas. 3) Realize o seu Capital e faça as suas compras na Cooperativa, para que a rotação do Capital tenha sua função econômica. 4) Evite que lhe sejam debitados juros pelo atrazo de seus pagamentos.

O Título da

Liderança

S/A Capitalisação

é o que maiores vantagens oferece aos seus portadores

?

SIM...

PORQUE...

Sim, porque...

o título da **Liderança Capitalização S. A.** participa de um sorteio mensal no qual são contempladas **9 COMBINAÇÕES** ou sejam **198 probabilidades** de ser sorteado anualmente

Sim, porque...

os títulos com mais de 6 (seis) meses de vigor sorteados na primeira combinação, no mês de dezembro, são pagos em dobro.

Sim, porque...

sendo de **Cr$ 20,00** a mensalidade de um título de **Cr$ 10.000,00** o custo de sorteio para cada combinação é **apenas de Cr$ 2,222.**

Sim, porque...

sendo 9 o número de combinações sorteadas mensalmente, a probabilidade para cada título é de **1 para 1953.**

Sim, porque...

a distribuição dos lucros da Companhia é feita em dinheiro, no **10.º ano de vigência do título.**

Sim, porque...

esta distribuição é de **50% DOS LUCROS** da Companhia.

Sim, porque...

após o 11.º ano de vigor do título os aumentos anuais dos valores de resgates **são superiores às contribuições pagas durante 1 ano.**

REVISTA PAULISTA DE CONTABILIDADE

CONTABILIDADE — ORGANIZAÇÃO — ADMINISTRAÇÃO

ANO 27 — MARÇO DE 1948 — N.º 285

Diretor Responsável:
JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS

*

Redator-Chefe:
ARMANDO ALOE

*

Gerente:
JOÃO KORANYI

*

Redação e Administração:
Rua São Bento, 405 — 11.º andar
(Prédio Martinelli)
Caixa Postal, 42-A — Fone: 2-5046
São Paulo

SUCURSAIS:

RIO DE JANEIRO:
Rua Araujo Pôrto Alegre, 56
4.º andar — Sala, 48
Fone 42-7535

PORTO ALEGRE
Rua Marechal Floriano, 181
1.º andar — Sala 3

CURITIBA
Avenida João Pessoa, 103
3.º andar — Sala 304

FLORIANOPOLIS
Rua Felipe Schmidt, 52 — Loja

BELO HORIZONTE
R. Espirito Santo, 384, 1.º andar, s. 10

VITORIA
Avenida Capichaba, 511

SALVADOR
Praça Rio Branco, 5-A
2.º andar — sala 1

FORTALEZA
Rua Major Facundo, 290 — s. 201

RECIFE
Rua Nova, 356 — 1.º

BELEM
Avenida Cons. Furtado, 302

MACEIÓ
Rua Boa Vista, 207

MANAUS
Av. Eduardo Ribeiro, 457

SAO LUIZ
Rua Oswaldo Cruz, 1219

TERESINA
Rua Alvaro Mendes, 1133

JOAO PESSOA
Rua da República, 894

NATAL
Av. Tavares de Lira, 43

ARACAJÚ
Rua das Laranjeiras, 358

*

Brasil registrado ..... Cr$ 50,00
Número avulso ..... Cr$ 5,00
Atrasado ..... Cr$ 7,00

ASSINATURAS ANUAIS
Estrangeiro ..... US$ 4,00

*

As opiniões expendidas em artigos assinados correm por conta de seus autores.

Editorial

A atuação da Diretoria do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, durante o ano de 1947, caracterizou-se por intensa atividade

O relatório que publicamos neste número da Revista constitui prova do que afirmamos.

Na verdade, pode-se afirmar que em nenhum outro período foi tão focalizado o contabilista e encarecida a importância das suas funções, como no decorrer de 1947, graças aos movimentos realizados com inteiro êxito por êsse órgão da classe.

A Campanha de Arregimentação, que constitui movimento inédito entre as classes profissionais tirou o interior do Estado do marasmo em que se encontrava em relação aos contabilistas e à contabilidade, levando a todos os rincões a palavra de fé nos destinos da profissão e de estímulo aos profissionais.

Tôdas as classes sociais acompanharam com vivo interesse o movimento, prestigiando-o, o que permitiu firmar o conceito dos contabilistas, que nem sempre eram compreendidos.

A Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo representou outro marco na gestão da Diretoria, sendo o seu desenrolar acompanhado com vivo interesse por todos os colegas do Brasil, quer os que compareceram pessoalmente, quer os que se fizeram representar.

Finalmente surgiu a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, a primeira entidade sindical de grau superior das profissões liberais, fundada no Brasil, como consequência natural da coesão obtida entre a classe.

Esses fatos seriam suficientes para justificar o trabalho da Diretoria. Sua atuação, entretanto, se fez sentir também na parte cultural e em todos os setores onde estiveram em jôgo os interesses dos contabilistas, como se verifica pelo relatório aludido.

Todo êsse trabalho foi desenvolvido sem ostentações, sem personalismos que não cabem em obras dessa natureza e que não seriam possíveis pois os contabilistas sempre procuraram fazer obra de conjunto.

O exemplo deve continuar no futuro, para que seja preservada a grandeza do Sindicato e a unidade da classe.

Todos os pruridos de personalismo devem ser sopitados, uma vez que os postos de direção do Sindicato são verdadeiramente de sacrifício e seu desempenho constitue honraria que por si só basta para compensar os esforços dispendidos.

E' necessário que todos compreendem essa verdade para que os dirigentes do Sindicato se sintam cada vez mais estimulados e dispostos a cumprir sua árdua tarefa.

A questão dos sálarios

José da Costa Boucinhas

A despeito da política de restrição de crédito adotada pelo govêrno federal e da sua decisão em não lançar mão de novas emissões de papel moeda, não conseguimos ainda nos livrar *dos* efeitos da inflação gerada nos últimos anos.

Carecemos de rumos mais definidos para a nossa economia, pois o simples combate às causas monetárias da inflação não é suficiente para restabelecer o equilíbrio próprio dos períodos normais.

Sendo a deflação um processo de consequências tanto ou mais perniciosas do que a própria inflação, sempre achamos que a solução mais adequada seria a da estabilização, que permite transição mais suave e segura para a normalidade.

Já foi dito, e todo dia se repete nos jornais em artigos e em entrevistas, que a inflação caracteriza-se pela acentuada alta dos preços das utilidades, em consequência de excesso da procura sôbre a oferta. Quaisquer que sejam as explicações que se queira dar sôbre os fatores determinantes das fases de ascensões dos ciclos econômicos chega-se sempre à verificação dêsse desequilíbrio. Portanto, observada essa tendência cumpre combater as causas com o emprêgo dos recursos que oferece a ciência econômica.

E' necessário restabelecer o equilíbrio, quer com o aumento da produção, quer com a elevação do poder aquisitivo da moeda. Essas medidas, de fácil enunciado, são, entretanto, de difícil execução. A produção não aumenta pelo simples desejo dos empregadores e a moeda não se fortalece por arbítrio do govêrno. A ciência econômica oferece terapêutica para êsses males, mas os remédios não podem ser ministrados sem sacrifícios.

Está nesse caso o problema da elevação constante dos salários, que redunda, afinal em elevação dos preços, anulando as aparentes vantagens obtidas pelas classes assalariadas. Em todos os países procura-se um freio para essa corrida entre salários e preços e, ainda agora, o govêrno inglês, de cunho acentuadamente socialista, e que, portanto, não pode ser acoimado de explorador dos trabalhadores, dispõe-se a adotar medidas para congelamento dos salários e dos rendimentos. Visa, com isso, evitar que aumentem para as mãos dos consumidores novos meios de pagamento, que viriam aumentar a procura, forçando nova alta de preços. O salário não deve ser avaliado pelo que representa em números absolutos mas pelo que cada unidade permite adquirir em utilidades. E' a clássica distinção entre salário real e salário nominal, cujo desconhecimento por parte dos trabalhadores os impele a pleitear remuneração cada vez maior, esquecidos de que o aumento dos preços que se segue anula essa conquista. Muitas vezes são levados a isso pelo desespero, por verificarem que nada se faz para deter a alta dos preços.

Uma vez, porém, que haja uma política definida de combate à inflação, é necessário encarar o mal de frente e procurar estabilizar os preços e os salários, afrontando-se a onda de descontentamentos que essas medidas provocam, tanto por parte dos produtores como dos trabalhadores. A leitura dos debates travados na Câmara dos Comuns, mantidos sempre em terreno elevado e demonstrando o esforço do povo inglês para vencer suas atuais dificuldades, recomenda-se a todos aqueles que ainda duvidam da necessidade de providências enérgicas para enfrentar a crise.

Os Estados Unidos e a França, além de outros países, também procuram resolver o problema, partindo do princípio de que aumentando salários, indiscriminadamente, sòmente se agrava a crise.

No Brasil, como já é hábito velho, nada se faz de concreto. E' justo realçar a preocupação do govêrno federal em equilibrar o orçamento, tendo conseguido seu intento em 1947, conforme dados oficiais divulgados. Não é em um ano, entretanto, que se sanearn as finanças públicas, isso sem considerar que, em geral, no setor estadual e municipal, o exemplo não vem sendo seguido.

Causa espécie, assim, que nem bem se inicia o ano já tenham sido apresentados vários projetos ao Parlamento propondo aumentos nos vencimentos dos funcionários civis e militares, que, uma vez aprovados redundariam em acréscimo de despesa de quasi dois bilhões de cruzeiros. Não duvidamos das necessidades da laboriosa classe dos funcionários públicos. Entretanto, uma vez aprovados êsses aumentos, com que autoridade poderá o govêrno pedir aos demais trabalhadores para que se sacrifiquem percebendo salários menores? Seria muito mais justo que o exemplo viesse de cima, tanto mais que, relativamente, os funcionários públicos percebem remuneração mais compensadora do que as demais classes. Continuando nesse caminho formaremos verdadeira casta de privilegiados, com a agravante de desviar muitos trabalhadores de outras atividades mais produtivas, seduzidos pelas delícias de um emprêgo público.

Já temos funcionários em excesso e melhor faria o govêrno se reduzisse os quadros, aproveitando as sobras orçamentárias para remunerar melhor os que se demonstrarem realmente à altura das necessidades do serviço público. Observamos, melancolicamente, a influência cada vez maior que a classe do funcionalismo exerce sôbre os legisladores, pois é raro o representante do povo que ousa descontentar êsse grande eleitorado em potencial. Certas Constituições, como a do nosso Estado, mais parecem Estatutos do funcionário público, tal o carinho que merecem a importante classe.

Talvez estejamos malhando em ferro frio. Em todo o caso, aqui fica mais uma advertência quanto a essa perigosa política. Os legisladores não devem esquecer que são representantes do povo, do mesmo povo que paga os impostos e que sustenta a máquina administrativa e que é muito desagradável aumentar tributos para atender a despesas dessa natureza, mesmo porque a capacidade tributária não é ilimitada e um dia a galinha dos ovos de ouro pode morrer...

Colega Contabilista !!!

A

ORGANIZAÇÃO ERIDANO

com o seu corpo de advogados especializados ,sob a superintendência de

ALCIDES REZENDE TORRES

(CONTADOR)

encarrega-se de Registro de Marcas
Patentes de Invenção
Análise de Produtos
e outros serviços congêneres

Séde: — SÃO PAULO

Rua João Adolfo, 188 —:— (Prox. à Pça da Bandeira)

FONES: 3-1927 e 2-8757 — End. Teleg. "ERIDANO"

Sucursal: — RIO DE JANEIRO

Rua da Assembléia, 15-A — 6.o Andar FONE: 42-5618

—:: Cada recomendação a nossa Emprêsa, será devidamente remunerada ::—

Bandeirantes de uma nova era

Mário Franzolim

Foi no ano da graça de 1947... Uma caravana de intrépidos paulistas, repetindo as façanhas de seus maiores, constituídos em Bandeira, percorreu o Estado de norte a sul e de leste a oeste, plantando em cada pouso a semente, de um ideal, fixando em cada recanto o fulgor de uma nova esperança... Embora sem ampliar os horizontes geográficos do país, embora sem enfrentar cruentas escaramuças com índios hostis, embora sem devassar perigosas florestas virgens — a Bandeira que em 1947 cruzou o Estado em todas as direções teve outro mérito: ampliou os limites da arregimentação profissional de uma classe, revelando-a grande, forte e numerosa: enfrentou, embora incruentas, e, contudo, penosas, escaramuças com o desinteresse, a fraqueza, a inércia e o despeito de elementos que propositadamente, dado a sua pequenez, fechavam os olhos à grandeza do movimento que se realizava; e, não existindo perigosas florestas a devassar, cruzou a Bandeira todo o Estado através das ferrovias, rodovias e aerovias modernas...

E, quando de volta aos seus pagos, exaustos pelas longas jornadas, os Bandeirantes desta nova era não traziam as esmeraldas de Paes Leme, nem seus alforges cheios de outras ricas pedrarias. Mas traziam o coração cheio de uma nova alegria e de novos afetos, a alma cheia de uma nova esperança — e a satisfação de constatar com intenso júbilo que todo aquele gigantesco esforço não fora em vão: que os frutos dessa tarefa de verdadeiros Bandeirantes, surgiam numerosos e brilhantes, por todo o Estado, em todos os rincões onde a Bandeira incançável e entusiasta deixara os sinais de sua passagem, célere, mas inesquecível.

Foi no ano da graça de 1947...

Partindo das margens do lendário Tietê, em terras de Piratininga, a Bandeira dos Contabilistas deu um exemplo pujante da união, da força, do prestígio e da inteligência de uma classe. A sua trajetória oficial demarcou dez cidades, nelas se realizando — em cada uma com maior pompa, brilhantismo e entusiasmo — as Concentrações de Contabilistas do Interior, mas a influência dessa memorável campanha de disseminação de um ideal não se fez sentir apenas nessas dez cidades: e para nossa alegria constatamos que numerosas outras cidades — algumas grandes, orgulhosas de seu nome, outras pequeninas e modestas, hesitantes em se revelarem — atenderam a "boa voze" ao grande apelo, coordenaram-se nos seus respectivos territórios, e responderam orgulhosamente ao chamado do dever: "Presente"...

E esse "Presente!", como um brado de guerra e como um repto de honra, ecôa de cidade em cidade, pelo planalto e através das serras, por matas, fazendas e cidades, cortando todas as vias de comunicação do Estado, conclamando os contabilistas a manterem vivo o fogo daquela luta, e a continuarem na batalha pela arregimentação, pelo intercâmbio, pela cultura e pela união de ferro da classe — cujo poder e cuja fé os Bandeirantes de 1947 revelaram a toda a Nação.

Essa verdadeira epopéia de civismo e de amor à profissão, não teria sido possível, entretanto, si, além do entusiasmo e do apoio integral emprestado por toda a classe, desde o mais humilde ao mais destacado dos contabilistas, não tivessem estes, como seus mentores, não só na Capital como em todas as cidades do Estado, homens da estatura moral e da fortaleza de ânimo dos que lideraram, incançáveis e firmes, o grande movimento. A esses abnegados líderes, devemos, incontestàvelmente, a glória de nossas maiores conquistas, a certeza de que elas serão mantidas e a esperança de que elas serão ampliadas. Tentaremos esboçar, para registro eterno nos anais do progresso da contabilidade em nosso país, as figuras marcantes desses gigantes de energia e de vontade, que com a firmeza de seu caráter e com sua convicção inabalável, ganham a classe dos contabilistas para maiores conquistas — e maiores responsabilidades...

José da Costa Boucinhas... Um nome que já é um símbolo de atividade e de cultura a serviço de uma classe. Dinâmico na presidência do brilhante Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, agora dirige também a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, com a circunspecção, a eficiência e a firmeza de um autentico líder bandeirante. Na presidência das sessões plenárias das Concentrações de Contabilistas do Interior e na direção suprema da grandiosa Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, o Bandeirante José da Costa Boucinhas revelou-se de uma capacidade de trabalho invulgar, imprimindo aos trabalhos notável cunho democrático — e tornando-se o orgulho não só da nova geração de contabilistas brasileiros, como de toda a classe. Desincumbiu-se de suas espinhosas tarefas como um autêntico Bandeirante, honrando a Bandeira que empunhava e mantendo-a sempre, intrépida e valorosa, na ponta da lança!

Joaquim Monteiro de Carvalho... Lembramo-nos ainda, e sempre nos lembraremos, dos momentos em que Joaquim Monteiro de Carvalho, singelamente, levanta-se para usar da palavra: um frêmito parece percorrer todos os semblantes, num movimento expontâneo e simultâneo de atenção — e todos, em breve tempo, sentem-se como que galvanizados por aquele entusiasmo contagioso e aquela vibração sentida, que, em palavras ardentes e varonis, dos lábios de Joaquim Monteiro de Carvalho penetra todas as consciências e todos os corações... Joaquim Monteiro de Carvalho foi, verdadeiramente, "o portador do Fogo Sagrado"... Ele quem transmitiu com a força de sua oratória veemente, com a convicção de suas idéias claras e brilhantes, aquela chama sagrada, de coração em coração, transformando a arregimentação profissional numa verdadeira arregimentação de sentimentos de fraternidade, de união e, sobretudo, de entusiasmo, fé e luta! Foi a sua grandiosa "parábola da Bandeira rasgada em treze pedaços" — e a distribuição dos treze pedaços, uma para cada unidade fautora da grandeza da contabilidade bandeirante — que impôz a Bandeira como um penhor de cumprimento do dever, uma garantia de dedicação a São Paulo e ao Brasil! Mas não foi só a oratória veemente, a fé inabalável, o grande coração de Joaquim Monteiro de Carvalho que deixaram sua marca indelével no coração dos Bandeirantes da Contabilidade. Joaquim Monteiro de Carvalho, nas memoráveis sessões plenárias das Concentrações de Contabilistas do Interior, foi o verdadeiro "fiel da Balança", guiando com inteligência e justiça, com argúcia e diplomacia, o peso da votação da maioria de seus admiradores a favor dos mais legítimos interesses da classe, contribuindo, assim, para que mais brilhantes fossem as concentrações, mais notáveis os seus frutos, mais coerentes as suas manifestações!

Hugo Capelato... Integrante da Comissão de Arregimentação Sindical, foi quasi que o pioneiro da desbravação, a patrulha avançada que muitas vezes ia na frente, abrindo a picada para o caminho da Bandeira... Foi também o inteligente "provedor-mor", consciencioso e modesto, mas eficiente e entusiasta, que acomodava os novels bandeirantes com o conforto possível e a paciência impossível... Nas poltronas dos "pullman" ou dos aviões, nas cabinas dos vagões dormitórios e nos quartos dos hotéis, a ação de Hugo Capelato foi decisiva para assegurar aos Bandeirantes o descanço necessário para recuperar as forças e reencetar a batalha. Coadjuvado e eventualmente substituído por Lauro Campana, teve nesta Bandeirante um colaborador à altura, capaz de desincumbir-se com brilhantismo da responsabilidade de acomodar tantos e tão exigentes Bandeirantes. E, não satisfeito com os trabalhos brilhantes Hugo Capelato e Lauro Campana: brilharam também como legítimos embaixadores dos contabilistas da Capital, travando com os colegas do Interior do Estado as relações mais íntimas, confraternizando alegremente com os mesmos e promovendo a cordialidade profissional em todos os sentidos.

Um sorriso nos vem aos lábios, ao recordar a figura do "insuflador de alegria": em sua companhia, nenhum Bandeirante podia resistir muito tempo sem sorrir: ele, humorista dos mais finos, fazia com que as viagens da Bandeira, cansativas e muitas vezes incomodas, tão cansativas e tão incomodas que às vezes geravam depressão no ânimo dos seus componentes, se tornassem alegres e ruidosas, fazendo-nos esquecer os percalços da jornada, fazendo-nos rir e, em meio dessa alegria, ganhar novas forças, refazer as energias perdidas, e prosseguir com mais galhardia para a frente! Entretanto, esse espírito ditoso, para o qual a vida é uma anedota perene, não o cabiamos, acabou um dêzembro de 1947, verdadeiramente privilegiado, uma inteligência arguta e brilhante, que se revelou nas intervenções oportunas e esclarecedoras, magníficas e eruditas, com que, muitas vezes solucionando situações difíceis, ele levantou-se em plenário e apontou a solução, o caminho, a diretriz a seguir. Esse valor incontestável na nossa geração, esse coração transbordante de bondade e alegria — precisaríamos dizer o seu nome? Basta apenas citar-lhe as iniciais: Milton Improta...

Pedro Pedreschi... Este Bandeirante, calejado de velhas refregas, cheio da experiência de anteriores sortidas e de muitas escaramuças, agigantou, com o brilhantismo de sua personalidade inconfundível, a rota da Bandeira. Ilustre por todos os títulos, o Presidente de nosso Conselho Regional de Contabilidade fôra alvo de inúmeros e reiterados apêlos: todo o Interior queria vê-lo, queria ouvi-lo, queria aplaudi-lo, queria ovacioná-lo. E, alforge a tiracolo e lacamarte ao ombro, juntou-se também o Bandeirante Pedro Pedreschi à Bandeira que já ia em marcha — dotando-a de nova e poderosa energia, de novo e poderoso entusiasmo. Em Ribeirão Preto, Pedreschi reviveu, com comoção e saudade, uma outra jornada semelhante realizada vinte anos antes — e traçou, em discurso soberbo, as linhas mestras do progresso da cultura contábil no último quarto de século, com invulgar brilhantismo, entusiasmando a nova geração e indicando-lhe o roteiro seguro de novas e ainda mais gloriosas conquistas!

Odilon Cunha Lima... O erudito em questões sindicais, que tornou possível aos Bandeirantes vencerem uma das mais árduas batalhas: a batalha da legalização das associações profissionais fundadas ao decorrer da campanha, da sua transformação em

sindicatos e da fundação da poderosa Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo. Em matéria sindical, era o Bandeirante Cunha Lima quem sempre dava a última palavra, contribuindo assim, com sua atuação em plenário e nas comissões, para solucionar e esclarecer, a inteiro contento de todos, as situações mais diversas, em matéria de arregimentação sindical.

Mário Cozza... Antonio Fersim... Eficientes e operosos, na Secretaria das diversas concentrações e na secretaria da Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, Antonio Pereira e Mário Cozza demonstraram ser verdadeiramente Bandeirantes de grande fibra, esquecendo tudo — diversões, descanso, refeições — para, nas céleres quarenta e oito horas de cada concentração, preparar todo o material de secretaria, registrar todas as deliberações, tomar todas as medidas votadas em plenário. Num verdadeiro sacrifício físico, com desassombro e modéstia, os Bandeirantes Antonio Pereira e Mário Cozza revelaram-se lutadores cheios de entusiasmo e de valor.

Joaquim Alves Cruz... Oscar Castelo Branco... Mário Scaff... Antonio Péres Rodrigues Filho... Oscar Batocchio... Iris Miguel Rotundo... Antonio Rotundo... Luiz da Costa Boucinhas... Antonio Barone... Luiz Poças Leitão... Carmelo Mancuso Sobrinho...

E' grande a lista dos intrépidos Bandeirantes, pioneiros que galhardamente integraram a Bandeira dos Contabilistas, com entusiasmo e alegria, vencendo as distâncias e os desconfortos, sempre a postos para os trabalhos das comissões, para a atuação em plenário. Representaram todos com brilhantismo o grande Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, travando em cada pouso da Bandeira novas amizades, levando a cada colega e a cada amigo do Interior a mensagem de confraternização dos contabilistas da capital e a bandeira da arregimentação profissional dos contabilistas de todo o Estado... E trazendo de volta às terras de Piratininga, aos contabilistas da Capital, o estímulo da atividade, da esperança e da fé dos colegas do Interior!

João Crespo Lopez... Foi em Sorocaba o primeiro acampamento da grande marcha... E foi João Crespo Lopez o primeiro "capitão de mato" a trazer a sua gente para integrar as hostes dos novos Bandeirantes... Firme no seu entusiasmo, grande na sua constância, João Crespo Lopez acompanhou a Bandeira em todos os quadrantes do Estado, fazendo ouvir em cada solenidade a voz de Sorocaba, sempre recebida com agrado e admiração.

A segunda etapa da Bandeira levou-a a Rio Preto... E quando, deixando Rio Preto, a Bandeira reencetou a sua jornada para novos trabalhos e novas conquistas, já reforçada pela vibração e pela inteligência das tropas riopretenses, capitaneadas por Artur Nonato...

Baurú, terceiro pouso da grande jornada, trouxe também à Bandeira novas e pujantes energias, representadas pelo valor extraordinário de Leonildo do Amaral, pela oratória vremente de Délio de Oliveira Coragem e pela fé e entusiasmo de José de Almeida Marta...

No Vale do Paraíba, a Bandeira foi encontrar também novos valores, trazendo de Taubaté a figura simpática de Luiz Augusto da Silva, a operosidade e dedicação de Ruy da Silva Virgilio, de José Claudio da Silva e de Paulo Matos e a cultura de Clovis Monteiro Cesar Minó...

José Botta trouxe para o seio da Bandeira os valorosos contabilistas sãocarlenses. E São Carlos, integrado por seus mais dignos representantes, na grande jornada, brilhou também, demonstrando mais uma vez o entusiasmo do contabilista do interior pela luta em prol dos mais altos ideais da classe.

Botelho, Rocha & Cia. Ltda.... Esta razão social forneceu aos Bandeirantes, à vista, sem desconto muitas notaveis contribuições, nas várias concentrações realizadas... Antonio Botelho: "capitão-mor" dos contabilistas de Ribeirão Preto, arregimentou-os com presteza e entusiasmo, aremanhou-os com eficiência e carinho — integrando-os na Bandeira com todas as honras. João Alves Rocha representou também condignamente os contabilistas de Ribeirão Preto, participando ativamente dos trabalhos em plenário e das comissões, com entusiasmo e interesse.

João Carneiro de Mendonça nos trouxe Presidente Prudente... Tão distante, no extremo do Estado, quasi nas barrancas do Paraná, Presidente Prudente nos pareceia longinqua e alheia! Carneiro de Mendonça e seus companheiros, contudo, demonstraram que, ao contrário, Presidente Prudente estava próxima e interessada. A Bandeira voou a Presidente Prudente, cheia de incerteza e conjeturas — e voltou saturada de novas energias e de nova fé!

Arlindo de Almeida fez rufar os tambores de Botucatú, levando os contabilistas da terra dos bons ares a pensar mais no futuro da profissão e da Pátria... E Botucatú, com a sua recepção entusiasta e sua acolhida carinhosa, envaideceu os Bandeirantes que por pouco não atravessam a terra do Arlindo de Almeida com uma salva ensurdecedora de seus velhos trabucos...

"A turma da estiva" — Presente! "Santos das lindas praias, Santos de Martins Fontes"! E a "turma da estiva", brilhante e alegre, nunca deixou de estar presente em todas as concentrações, em todos os pousos da Bandeira... Nelson Espindula Lobato — incançavel no apresentar as téses mais oportunas e inteligentes — foi a alma do contabilista santista integrada na Bandeira dos Contabilistas. Acácio de Paula Leite Sampaio, Alvaro Moura, Geraldo Alvarez — foram outros tantos lutadores, que representaram Santos com verdadeiro brilhantismo!

Campinas esteve presente com o seu "Governador"... Sua Excelência João Staniss, brilhou em todas as concentrações, levando a cada uma delas a sua contribuição entusiasta e a afirmação da cultura e do talento dos contabilistas campineiros... Carlos Soares Junior foi tambem outro valor campineiro que honrou as tradições da "Princesa do Oeste", juntamente com seus demais companheiros.

Os "raposinhos"... Lembrada em Rio Preto a significação de verdadeira Bandeira atribuivel à jornada dos Contabilistas, falou-se logo nos grandes Bandeirantes que honram as tradições paulistas: Pars Leme, Borba Gato, Raposo Tavares... E aquele grupo alvoroçado de rapazes, que seguiam nas pégadas da Bandeira dos Contabilistas? Os estudantes? Eram os "raposinhos"... E o Joaquim Monteiro de Carvalho? Ahl... Esse é o "raposão"... E o apelido "pegou", lembrando o velho Raposo Tavares, para gáudio dos estudantes que acompanharam com interesse e entusiasmo a grande marcha...

A elite dos "raposinhos", brilhantemente representadas pelas luzidas delegações do Centro Acadêmico "Alvares Penteado", Centro Acadêmico Horácio Berlinck, Centro Acadêmico Juvenal Lino de Matos, Centro Acadêmico "Carlos de Carvalho"..

A etapa final... A Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo foi quasi que um gigantesco "Fogo de Conselho" dos Bandeirantes da Contabilidade de todos os rincões do Estado. Vindos de todos os recantos, de automovel, por estrada de ferro, por avião — centenas de contabilistas quizeram presenciar a grande reunião da Bandeira, quizeram dar a sua contribuição para a tarefa final... Todos os municipios, de Aguaí a Xiririca, responderam ao nosso apelo. E foi grande o brilhantismo das solenidades da etapa final da grande marcha: a Bandeira, retornando às margens do Tietê, em terras de Piratininga, sob a sombra do Jaraguá, voltou cheia de glórias inarredaveis...

O Grande Ausente... Em cada acampamento da Bandeira, em cada pausa na grande jornada, em cada momento de trabalho ou de descanço, pirava sôbre o coração dos Bandeirantes o nome e a imagem do Grande Ausente... O grande líder foi citado em cada solenidade, homenageado em cada reunião, lembrado com saudade em cada sessão. O Grande Ausente foi o baluarte de defesa onde se refugiavam as forças da Bandeira, nos raros momentos de desalento. Grande Ausente! Sabiamos que estavas, e estás, Presente em nossos corações. Presente em nossa esperança. Presente em nossa fé! Por isso, Herrmann Junior — embora fosses o Grande Ausente, sabiamos que, à invocação do teu nome, algo responderia em nós: "Presente!"

O arquivo da seção de contabilidade

Inez B. C. D'Araujo

O advento da máquina nos trabalhos de escritório e a necessidade do registo para a vida trepidante de nossos dias aumentaram o volume da documentação das coisas e dos fatos. Daí o desenvolvimento que se veio operando nos serviços de arquivo. Antigamente, considerado apenas um depósito de papéis armazenados, o arquivo transformou-se, hoje, em preciosa fonte de informação que, segundo E. E. Scholfield, notável professor de contabilidade na Universidade de Nova-York, deve funcionar como memória dos administradores.

Mas, para que atenda à sua finalidade passiva e ativa, isto é, de conservação de documentos e fornecimentos de material para estudo ou consulta, fazse mister que, no proceder-se à organização do seu serviço, seja cada uma das fases deste meticulosamente analisada tendo-se sempre em vista o caráter especialíssimo do papel e a razão de sua guarda.

Da primeira dessas condições depende a segunda e, ambas, determinam o sistema de classificação e alojamento a adotar, afim de facilitar a pesquisa e garantir a preservação do que se pretende ter em custódia.

A natureza do documento é o ponto de partida para a racionalização do serviço. O segundo passo é o modo pelo qual se procura o papel: se por nome e por conseguinte, alfabeticamente, ou se um número-código ou de ordem torna a busca mais expedita.

O aparelhamento, inclusive os moveis apropriados, depende essencialmente dêsse estudo preliminar, pois, além do valor intrinseco e extrinseco do papel, há a julgar a sua expressão documental com relação ao tempo.

Uma simples carta, por exemplo, não merece no arquivo o mesmo período de moradia que uma nota promissória ou um auto forense.

Cada ramo de atividade ou negócio exige métodos de arquivamento adequados a suas necessidades. E, sendo a espécie do documento uma consequência daquelas funções, representa, indiscutivelmente, a indicação segura para as normas a seguir.

Em nenhuma seção de escritório ou repartição é o arquivo objeto de maior estudo do que no departamento de contabilidade. Aí se encontra variada documentação, desde os papéis característicos do serviço, como faturas, contas, recibos, etc., até as cartas e coleção de impressos de assuntos especializados que, sob o nome de arquivo de informação, constitue um dos elementos essenciais para uma completa organização moderna.

CORRESPONDÊNCIA

Mesmo nas casas onde o usado o sistema numérico, convem guardar a correspondência em ordem alfabética. Uma classificação bem estudada, cujo desdobramento do alfabeto permita expansão bastante para receber todo documento que "acuda" por nome, representa, no arquivo, uma viga mestra da organização.

Cartas trocadas com clientes ou fregueses, correspondência externa e interna, inclusive memorandas e pedidos de emprego, tudo enfim que concerne às relações epistolares e telegráficas do departamento encontrará, nas gavetas convenientemente sistematizadas, o lugar competente.

Pastas individuais para correspondentes que possuam mais de cinco papéis e pastas de *miscelâneas* para correspondentes eventuais, serão arquivadas atrás de *guias* com indicação alfabética na 1.ª e 2.ª posição.

As pastas individuais de cartolina cor de palha terão as projeções na 4.ª posição. As pastas *miscelânea* de cor de contraste, azul ou castanho, tocarão na 3.ª posição. E, para melhor evidenciar as diversas categorias da correspondência arquivada, estabelece-se convenção quanto às indicações nas pastas. Por exemplo, os nomes dos clientes serão escritos (sempre a máquina) diretamente nas pastas; os nomes de outros correspondentes ou de assuntos, em rótulos de papel de cores diferentes, que nelas se colam. Assim, à correspondência interna do departamento pertencerá a cor verde claro; às cartas de pedidos de emprego, o rosa; à correspondência das filiais do estabelecimento, azul; à correspondência dos vendedores localizados por zonas, amarelo, etc

PAPÉIS DE CONTABILIDADE

Os documentos próprios da contabilidade são, segundo a sua espécie, guardados em ordem numérica ou cronológica, dentro de pastas separadas arrumadas atrás de *guias* de cartão resistente com uma longa projeção na primeira posição, onde se lê o nom do cliente ou freguês.

Os balancetes, títulos, contas-correntes, faturas, recibos, etc., de determinada firma, por exemplo, acham-se-ão facilmente, logo após a indicação escriturada na respectiva *guia*.

Nem sempre estas guias indicadoras dos títulos de firmas, individuos ou entidades administrativas se sucedem em ordem alfabética.

Quando é usado o sistema numérico, elas obedecem à sequência natural dos números, embora contenham os nomes escritos por extenso. Nesse caso, o fichário remissivo torna-se indispensável.

Além da função de indice, a ficha remissiva deve revelar o número de pastas e respectivas classificações.

Dessa maneira, ao mesmo tempo que se obtem da ficha o número referente ao nome que se procura, enhece-se a documentação que o mesmo possue.

ARQUIVO DE INFORMAÇÕES

Não se compreende mais um perfeito serviço de arquivo sem uma seção destinada à guarda de recortes de jornais, revistas, boletins, mensários e até mesmo livros que se relacionem com o assunto próprio do escritório.

O hábito de publicação de relatórios, estatísticas e métodos de trabalho acha-se tão divulgado que os impressos, outrora rejeitados por não oferecerem interesse, constituem agora verdadeiros tesouros de matéria prima para a elaboração de novas rotinas. Quantas vezes a leitura de pequeno tópico, colhido numa revista, vem modificar as diretrizes até então seguidas?

Uma catalogação por assunto, nome de autor e título para os livros e impressos e um modo uniforme de colecionar os recortes de jornais são condições básicas para essa nova função do arquivo que, parecendo difícil à primeira vista, é de extraordinária simplicidade de execução, desde que se observe um critério regular quanto à classificação dos elementos a guardar e suas respectivas finalidades.

Um livro representa fonte perene de informação, ao passo que um artigo recortado do noticiário dos jornais vale apenas enquanto atual.

O melhor sistema para os recortes é arquivá-los por assunto dentro das gavetas dos arquivos. Coladas em folhas de papel, tamanho ofício, onde se escreve a data e o nome do jornal, conservam-se em pastas atrás de *guias* com indicação de assunto. E, para que essa coleção não se venha a tornar acervo inútil de documentação caduca, em épocas determinadas pratica-se uma espécie de expurgo de todo o material que não constitua mais objeto de consulta.

Quanto aos livros e revistas dispostos, de preferência, em prateleiras, procede-se como em biblioteca, tendo-se o cuidado de encadernar, no fim de cada ano, as publicações cujo conteudo encerre conceito aproveitavel.

A questão da destruição dos documentos imprestaveis e a transferencia de papeis para o arquivo morto são, no arquivo do departamento de contabilidade, como em qualquer escritório, um dos pontos capitais para um serviço perfeito.

Obedecendo ao principio geral de só se conservarem os elementos uteis, em determinadas épocas dá-se busca sistemática nas gavetas afim de destruir-se o que houver de desnecessário e transferir para lugar definitivo os documentos cuja permanência seja exigida por sua própria natureza.

Para maior facilidade de pesquisas eventuais, esse depósito pode ser instalado nas gavetas inferiores dos arquivos, deixando-se, nesse caso, as gavetas de cima para o material ainda em circulação.

Alem desses conselhos aqui traçados em linhas gerais, o êxito do serviço de guarda de papéis depende de uma infinidade de acessórios, tais como fichas, papeletas, sinais, etc., que, inteligentemente empregados formam a engrenagem engenhosa sobre a qual deve girar, sem embaraços, o bem aparelhado mecanismo do arquivo.

LITERATURA CONTÁBIL NA ITÁLIA

UMA NOVA OBRA DO PROFESSOR FRANCESCO DELLA PENNA

Prof. Dr. Alberto Campagnoni

Através dos prelos da Casa Editora Castellani, de Roma, surgiu recentemente a publicação muito interessante "L'ordinamento amministrativo e la contabilità dell'azienda industriale", de autoria do Prof. Francesco della Penna, lente de Contabilidade geral e aplicada na Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais da Universidade de Estudos, de Roma.

O infatigável Autor quis, com essa obra, preencher uma lacuna existente em sua conspicua produção científico-literária, no campo da Contabilidade, no transcorrer do último trintênio.

Dizemos científico-literária, pois que ressalta na obra em questão o meticuloso cuidado de que foi objeto a parte linguística, em geral — e erradamente — desprezada por muitos autores de obras comerciais.

O bem escrever, assim como o bem falar, luminosa tradição e patrimônio indiscutível dos italianos, não deveriam ser esquecidos mesmo quando não se verse matéria que se não poderia classificar estritamente como literária.

Disto sempre cuidou o Prof. della Penna, de sorte que com o seu voluntarioso estilo de filho de Abruzzi, fez eclodir, também nesta sua nova obra, períodos ágeis e agradáveis, de sabor um tanto toscano.

Mas, passando ao conteúdo íntimo do livro, pode-se muito bem dizer que o Autor, no domínio constantemente progressivo da matéria tratada, se enquadra no diapasão de suas possibilidades, fazendo nobremente abstração da inveja e do adventismo de que outros, sem escrúpulos, lançaram mão tomando por mira sua pessoa e sua posição, relegando assim ao esquecimento essa irrefreável animosidade da juventude, que aliás transborda em várias de suas obras precedentes.

Defrontamo-nos, agora, com um trabalho de firme construção e de argumentação clara, às quais se associa o conteúdo, em forma de tópicos em menos de duzentas páginas. Sem dúvida, o Autor se preocupou em limitar a matéria dentro das restritas possibilidades impostas pelas exigências didáticas, delineáveis na necessidade de não se exceder numa parte em prejuízo do todo, exigência esta ponderável quando se consideram os muitos ramos da Contabilidade aplicada.

Um rápido olhar à abundante bibliografia de escritores nacionais e estrangeiros, torna evidente aos olhos do observador a predominância da consulta de obras clássicas e antigas, em confronto com as modernas, ou seja, dos últimos vinte anos, e a ausência quase que absoluta de obras recentíssimas. E tal verificação não pode deixar de ser dolorosa para quem, amante da Contabilidade, para esta auspicia um constante e melhor futuro, sem esquecer o mais profundo respeito e admiração para os colossos do passado, como Fábio Besta, que lhe traçaram os indestrutíveis alicerces.

Na obra que examinamos, o claro e lógico suceder-se das fases conceituais leva o leitor da noção de firma industrial à organização da mesma nos seus múltiplos aspectos e aos árduos problemas de ordem acentuadamente administrativa, da essência e estimativa do capital e dos custos e aos aspectos da gestão, desembocando enfim na análise das multiformes e características escritas elementares.

Por fim, um derradeiro capítulo é dedicado à estatística que, como indispensável corolário da administração de qualquer tipo de firma de gênero, não se isenta, com maior razão, das exigências particulares das industriais, especialmente em relação às pesquisas sôbre estatística do patrimônio e sôbre o trabalho, ao que o Autor, em espécie, se dedica.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE S. PAULO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1947.

Senhores Associados:

I — INTRODUÇÃO

1. Pela segunda vez comparecemos à vossa presença, em cumprimento aos dispositivos estatutários, a fim de prestarmos conta da nossa gestão durante o exercício de 1947.

2. No decorrer do ano findo procuramos imprimir ao nosso Sindicato uma orientação de acôrdo com as exigências sempre crescentes da classe dos contabilistas.

3. Graças às conquistas dos últimos anos, representadas de um lado pela elevação do curso de contador ao grão universitário e, de outro, pela criação do Conselho Federal de Contabilidade, a profissão teve seus contornos nitidamente definidos e impoz-se definitivamente ao lado das demais profissões liberais.

4. Nessas condições procuramos estar aptos a arcar com as responsabilidades decorrentes dessa nova situação, para correspondermos à espectativa das classes que contam com a nossa colaboração.

5. Por outro lado, a importância reservada aos sindicatos, nesta fase conturbada de lutas sociais, avulta cada vez mais e exige dos seus dirigentes redobrada atenção a fim de não serem envolvidos em disputas alheias às suas verdadeiras finalidades.

6. Entendemos o sindicato como meio de harmonia entre as classes e não como veículo de discórdias. Julgamos perfeitamente possível conciliar os interesses das classes, sem a exploração de uns em proveito de outros.

7. O sindicalismo, em nossa Pátria e no mundo, é uma realidade indestrutível, e necessário se torna tirar dêsse movimento o proveito que pode oferecer para o estabelecimento de condições sociais compatíveis com a dignidade humana, procurando o equilíbrio necessário entre o capital e o trabalho.

8. E' necessário encarecer que entre nós os Sindicatos não encontram condições propícias para maior participação na vida nacional, pela impossibilidade de intervir diretamente no estudo e solução dos problemas econômicos e sociais.

9. Erigiu-se uma grande organização sem que ficassem perfeitamente definidas suas funções.

10. Urge procurar o meio de canalizar as energias armazenadas nos Sindicatos para um fim útil, aproveitando a colaboração oferecida desinteressadamente ao poder público pelas classes organizadas.

11. Tivemos uma tentativa dessa ordem, na Constituição de 1934, com a representação das classes nas Assembléias Legislativas, mas os resultados alcançados não corresponderam à espectativa. O que se verificou foi a intromissão da política partidária nos Sindicatos, desvirtuando sua finalidade.

12. Acreditamos ser possível a organização de um órgão consultivo do poder público, integrado pelos representantes dos sindicatos, sem choques ou diminuição do poder político, em moldes estritamente democráticos. A êsse respeito a França nos oferece ilustrativo exemplo, com o seu Conselho de Economia, integrado por representantes das classes trabalhadoras; dos industriais, comerciantes e agricultores; das profissões liberais e outras.

13. No momento em que se estuda a reforma da nossa legislação sindical é de tôda conveniência considerar êste assunto, sob pena de se transformarem *os sindicatos em órgãos passivos ou em focos de* descontentamentos, pelo desprêzo às justas reivindicações das classes interessadas, cujos problemas ficam entregues à solução de quem não os compreende devidamente.

14. *Aos profissionais* liberais, entre os quais nos incluimos, está reservado papel importante nesse setor, como parcela representativa da classe média. Desempenha essa classe função de equilíbrio no organismo social, integrada como está por elementos evoluidos e quantitativamente ponderáveis.

15. Cumpre, assim, ampará-la devidamente, elevando seu padrão de vida e, ao mesmo tempo, ampliar seus quadros com o combate ao pauperismo e consequente elevação do padrão de vida das classes menos favorecidas.

16. Êsse o verdadeiro meio de combater ideologias dissolventes, que fazem da miséria seu trampolim para assalto ao poder, e que pode ser atingido sem choque desde que os aquinhoados pela sorte se disponham a enfrentar o problema resolutamente.

17. Julgamos possível atingir-se êsse objetivo, e na parte que nos cabe estamos prontos a emprestar nossa efetiva colaboração, como até aqui temos feito.

II — EXERCÍCIO PROFISSIONAL

18. E' confortador verificar que o exercício da profissão vem se revestindo de maiores garantias, quer quanto à remuneração do trabalho, quer quanto à sua fiscalização.

19. No decorrer de 1947 continuamos atentos, procurando assegurar às conquistas alcançadas e ampliá-las.

20. O problema do salário profissional permanece em nossas cogitações, apresentando-se, entretanto, como de difícil solução dada sua complexidade. Com a fundação da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo foi-lhe entregue o estudo do assunto, em todo o Estado, devendo dentro em breve realizar um inquérito cujas conclusões servirão de base para sua apreciação objetiva.

21. Insistimos em afirmar, entretanto, que em se tratando do exercício de profissão liberal, a remuneração do trabalho sofre o reflexo de vários fatôres, dependendo, em última análise, de entendimento entre as partes interessadas.

22. A crescente elevação do nível cultural da classe constitui penhor seguro de que, paralelamente, melhorarão as condições econômicas dos profissionais.

23. Permanente atenção foi dispensada ao setor do exercício profissional na administração pública, não porque tenhamos preferência pelos colegas nessas condições, mas porque julgamos que ao Estado incumbe a obrigação de reconhecer, em primeiro lugar, a importância da função contábil e bem remunerar os contabilistas. Acreditamos que assim se beneficiará, indiretamente, tôda a classe.

24. Dentro dessa órdem de idéias saimos a campo quando as autoridades municipais pretenderam destruir o Departamento da Fazenda da Prefeitura de São Paulo, com o intuito encoberto de alijar os contadores.

25. Nosso brado não foi ouvido e, assim, consumou-se o absurdo, sob nosso protesto. Foi uma vitória de Pirrho, que pouco durou, pois, em 1.º de dezembro último, tivemos a satisfação de ver elevado ao cargo de Secretário das Finanças do Município, o Prof. Milton Improta, o que correspondeu à reparação pública da injustiça praticada.

26. Tivemos oportunidade de nos manifestar, também, quando da criação do Tribunal de Contas, *órgão de função preponderantemente* contábil, mas que, entretanto, não conta com nenhum contador entre os seus membros. Não conseguimos demover do êrro os responsáveis pela sua criação, mas estamos certos de que, no futuro, prevalecerá o ponto de vista técnico sôbre o político. Ainda a respeito do exercício profissional devemos nos referir ao Código de Ética Profissional, que deverá regular as relações dos contabilistas entre si e dêstes com os que se utilizam dos seus serviços. O assunto mereceu especial atenção, sendo debatido nas Concentrações do interior e na Segunda Convenção Estadual, com base em projetos elaborados pelos colegas Prof. Mário Franzolim e Lourival Melo. Dada a relevância da matéria deverá ser objeto de deliberação no próximo Congresso Brasileiro de Contabilidade.

III — CAMPANHA DE ARREGIMENTAÇÃO

27. A Campanha de Arregimentação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, promovida pelo nosso Sindicato, constituiu episódio de extraordinária significação dentro da classe e em todo o cenário sindicalista brasileiro. Pela primeira vez no Brasil levou-se a efeito com absoluta regularidade, um plano de larga envergadura, previamente traçado e organizado em seus mínimos detalhes.

28. O plano da campanha foi aprovado pela Diretoria em 6 de março de 1947 e previa sua realização até o fim do ano, em duas fases: primeira, de março a junho, preparatória, e a segunda, de julho a dezembro, para execução. Assim foi feito e ao chegarmos em junho o plano havia sido amplamente difundido, tendo início, então, a realização das concentrações, em número de 10, nas cidades designadas como sede de zonas, de forma a cobrir todo o Estado, conforme se verifica pelo mapa anexo.

29. Foi providenciada a fundação de associações profissionais nas cidades, onde ainda não existiam e em 27 de julho realizou-se a primeira concentração em Sorocaba, que foi seguida de outras em São José do Rio Preto, Baurú, Taubaté, São Carlos, Presidente Prudente, Botucatú, Ribeirão Pretò, Santos e Campinas, realizando-se esta última nos dias 29 e 30 de novembro.

30. O que foi o sucesso dessas concentrações todos conhecem através do amplo noticiario da imprensa e dos resumos publicados na Revista Paulista de Contabilidade.

31. Esta realização por si só bastaria para justificar o trabalho da Diretoria durante o ano, dada a sua repercussão e a enorme soma de esforços que requereu. Contamos, para o feliz resultado alcançado com a *colaboração dos nossos colegas da Capital e, muito especialmente do interior*, aos quais aqui deixamos consignados os nossos agradecimentos. Em particular resaltamos a colaboração dos colegas Hugo Capelato, Odilon Cunha Lima e Mário Franzolim, membros da comissão central.

32. Como resultado prático dêsse movimento é interessante acentuar que foram fundadas várias Associações profissionais, entre as quais as de Taubaté, Botucatú, Baurú, Presidente Prudente, Batatais, Marília, Birigui, Araçatuba, Jaú, Jundiaí, além das já existentes em Santos, São *José do Rio Preto, Sorocaba, São Carlos, Rio Claro, Mogi das Cruzes, Itapetininga* e dos Sindicatos de Campinas e Ribeirão Preto. No mesmo período verificou-se a transformação das associações profissionais de Santos e Sorocaba em sindicatos.

33. A repercussão da Campanha ultrapassou as fronteiras do Estado e foi acompanhada com vivo interesse pelas entidades da classe dos outros estados.

IV — SEGUNDA CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

34. A Campanha de Arregimentação foi encerrada em São Paulo, com a realização da Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, nos dias 15 a 18 de dezembro, instalada sob a presidência do Exmo. Sr. Governador do Estado.

35. Nesse conclave, foram passadas em revista e coordenadas as conclusões aprovadas nas concentrações do interior, sendo enfeixadas em um corpo de recomendações finais aprovadas pela Convenção.

36. Não é demais referir o êxito dêsse certame que, apesar do seu caráter estadual, contou, para prestigia-lo, com a presença de delegações do Distrito Federal e dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Paraiba e Ceará, além das adesões de tôdas as entidades da classe do País.

37. Para encerrá-la foi realizado grande banquete que contou com extraordinário número de aderentes, constituindo verdadeiro acontecimento social e profissional, com a presença do Exmo. Sr. Prefeito da Capital. Aos membros da Comissão Executiva, Comissão Técnica e sub-comissões externamos a nossa gratidão pelo muito que fizeram para o sucesso dessa Convenção.

V — FEDERAÇÃO DOS CONTABILISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

38. Como resultado prático da Campanha de Arregimentação foi assentada, em 15 de dezembro, pelos presidentes dos Sindicatos de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Santos e Sorocaba, a fundação da Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo, em atenção aos anseios gerais da classe.

39. Em 17 de janeiro do ano em curso foi realizada a Assembléia de fundação dessa Entidade, com a presença dos delegados representantes dos Sindicatos acima enumerados, sendo eleita a diretoria provisória.

40. Em 27 de fevereiro último o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio assinou a carta de reconhecimento dessa entidade sindical de segundo grão, que é a primeira das profissões liberais que se funda no Brasil.

41. Está, assim, a Federação em condições de iniciar suas atividades, cercada da simpatia da classe, e dela muito se espera. Como problemas principais e imediatos com que deverá defrontar-se incluem-se o do salário profissional e da construção da Colônia de Férias.

42. Não é pequena a tarefa a executar e para ser levada a bom têrmo é necessária a colaboração de tôdas as entidades da classe. Da nossa parte faremos o possivel para prestigiá-la.

VI — 5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE

43. No último Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado em 1937, no Rio de Janeiro, ficou marcada a realização do seguinte em Minas Gerais.

44. Por vários motivos ponderáveis êsse conclave de grande importância técnica tem sido adiado, sem que tenhamos deixado, entretanto, de nos interessar pelo mesmo.

45. A atual Diretoria da Associação dos Contabilistas de Minas Gerais está empenhada em realizá-lo neste ano, e dos entendimentos que mantivemos com os colegas dêsse Estado ficou designado o periodo de 7 a 12 de setembro próximo para tal fim.

46. Esperamos poder emprestar nossa colaboração a êsse certame que, como dissemos, é de grande importância.

VII — CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

47. E' com satisfação que consignamos o início das atividades do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

48. Muito esperamos da ação moralizadora dêsse órgão, que, fatalmente, reverterá em proveito da própria classe.

49. Grande foi o número dos contabilistas registrados no Conselho, habilitando-se, assim, ao exercício da profissão.

50. De nossa parte prestigiaremos a ação do Conselho, acatando e fazendo acatar suas deliberações.

VIII — PROVISIONAMENTO DE PRÁTICOS EM CONTABILIDADE

51. No decorrer do ano de 1947 grande atividade desenvolvemos a fim de evitar que se desferisse sério golpe contra a classe, com a apresentação à Câmara Federal, pelo deputado Padre Medeiros Neto, do projeto 226, propondo a reabertura de novo prazo para provisionamento de práticos em contabilidade e validação de títulos expedidos por escolas clandestinas.

52. Êsse projeto, a despeito da sua imoralidade, mereceu parecer favorável do deputado Pedro Vergara, que foi aprovado pela Comissão de Educação, e encaminhado a plenário com o substitutivo que recebeu o número 520.

53. Dispensamo-nos de maiores comentários sôbre a improcedência das medidas pleiteadas, sabido como é que desde 1932, ou seja, há 15 anos, o assunto foi encerrado, com o reconhecimento dos direitos daqueles que na época exerciam a profissão.

54. Jamais fizemos distinção entre contabilistas diplomados e os legalmente provisionados, mas não podemos admitir que se volte a agitar a questão após tanto tempo, o que corresponde a ofensa de direitos adquiridos e desestímulo a 450 escolas de comércio reconhecidas que funcionam no país e a 80.000 estudantes que as frequentam.

55. Fizemos várias viagens ao Rio de Janeiro, para cuidar do assunto junto às autoridades competentes e em 11 de agosto comparecemos a Assembléia Nacional dos Contabilistas, convocada especialmente pelo Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, por nossa sugestão, para tratar do assunto.

56. Nessa Assembléia, à qual compareceram representantes de 42 entidades de tôdo o país, fomos honrados com a escôlha para presidi-la, e dela resultou a manifestação unânime de repulsa da classe, consubstanciada em um manifesto encaminhado ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo, que teve ampla divulgação.

57. O assunto ainda não foi definitivamente resolvido, mas aguardamos sua solução confiantes no bom senso e patriotismo dos representantes do povo, certos de que o projeto será rejeitado.

58. Folgamos em registrar que a nossa repulsa a essa medida foi apoiada pela Federação das Indústrias de São Paulo e a Associação Comercial de São Paulo, que se manifestaram publicamente a respeito.

IX — ENSINO

59. No setor do ensino não temos descurado no sentido de conseguir seu aperfeiçoamento e moralização.

60. Tivemos a satisfação de ver aceita pelo Exmo. Sr. Secretário da Educação a sugestão para criação de escolas de comércio oficiais que, para tanto, propos a criação de um departamento especializado na Secretaria a seu cargo. A efetivação da medida depende da aprovação do legislativo estadual, onde se encontra o projeto competente.

62. Esperamos que com a criação dessas escolas não só se difunda o ensino comercial, em todo o Estado, bem como se torne acessível a todos e mais eficiente.

62. Temos pleiteado, insistentemente, a equiparação do curso comercial básico ao ginasial, por constituir medida que vem amparar os estudantes de comércio, bem como a possibilidade de prestação de exames vestibulares, pelos contadores formados, em tôdas as escolas superiores.

63. A respeito do assunto foram encaminhadas várias representações à Câmara Federal e ao Ministério da Educação, sendo que, na Comissão de Educação, do primeiro dêsses órgãos, foi apresentado parecer favorável pelo deputado Barros Carvalho. Assim sendo, esperamos que na legislatura do ano em curso sejam aprovados os respectivos projetos.

64. No setor do ensino superior vimos acompanhando com vivo interesse o desenvolvimento dos Cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, das Faculdades de Ciências Econômicas.

65. Em reunião da diretoria de 13 de março de 1947, ficou deliberado o oferecimento de prêmios e o estabelecimento de bolsas de estudos para os alunos dêsse curso, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo. A efetivação dessa medidas depende da regulamentação que está sendo estudada.

X — SEDE PRÓPRIA

66. O problema da sede própria foi dos que mais preocupou a Diretoria, tendo em vista o crescimento constante dos serviços sociais e a insuficiência das atuais instalações.

67. Já tivemos a oportunidade de nos referir ao assunto no relatório do exercício anterior, onde comunicamos a assinatura da escritura de compra de um terreno na projetada Avenida Itororó para construção da sede própria.

68. As restrições das carteiras de empréstimos hipotecários dos institutos de previdência não permitiram que fosse iniciada a construção, razão pela qual a Diretoria julgou de bom alvitre encontrar outra solução para o assunto.

69. Assim é que estamos procurando, no momento, adquirir grande área de um edifício, onde poderão ser instalados condignamente todos os serviços sociais. A efetivação da medida depende de autorização da Assembléia Geral, que será pedida no momento oportuno, caso sejam coroados de êxito os entendimentos preliminares.

XI — CONTRATO DE LOCAÇAO

70. A ação de despejo intentada por motivos infundados pelo proprietário da nossa sede foi rejeitada integralmente pela Justiça, em primeira e segunda instância.

71. Vimos, assim, assegurados nossos direitos, que foram brilhantemente defendidos pelo nosso ilustre colega Dr. Philomeno Joaquim da Costa, que se tornou mais uma vez credor da nossa gratidão.

XII — COOPERATIVA DE CONSUMO

71. A despeito de lutar com sérias dificuldades, peculiares a todos os empreendimentos novos, prosseguem as atividades da Cooperativa de Consumo do Sindicato, que vem prestando reais serviços aos associados.

72. Procuramos dispensar à Cooperativa todo o nosso apoio, certos de que constitue uma das realizações mais nobres da classe, destinada a impôr-se como organização modelar. E' necessário, também, que os associados a prestigiem, em seu próprio benefício.

73. Em 31 de dezembro de 1947 a Cooperativa contava com 551 associados e Cr$ 544.100,00 de capital subscrito.

XIII — PECÚLIO

74. Prosseguiram os estudos sôbre a possibilidade da instituição de um pecúlio aos associados, tendo a Comissão designada para tal fim apresentado o seu relatório.

75. Esse relatório foi discutido em Sessão de Debates, não se tendo, entretanto, chegado a uma solução definitiva, dada a complexidade do assunto.

76. Os estudos a respeito devem prosseguir, pois trata-se de medida de alto alcance para a classe.

XIV — REVISTA PAULISTA DE CONTABILIDADE

77. A Revista Paulista de Contabilidade, órgão oficial do Sindicato, continuou a ser publicada regularmente, divulgando matéria de interesse geral para a classe.

78. Tendo cessado os motivos de ordem legal que haviam recomendado a concessão de sua exploração a terceiros, voltou a Revista a ser administrada diretamente pelo Sindicato, através do Departamento da Revista, criado pela Diretoria.

79. Como Redator-Chefe da Revista encontra-se o nosso colega Prof. Armando Aloe, que tem se empenhado pela boa apresentação da mesma.

XV — EXTENSÃO DA BASE TERRITORIAL

80. A fim de poder prestar assistência aos contabilistas residentes nos municípios vizinhos à Capital foi pedida ao Departamento Estadual do Trabalho a extensão da base territorial do Sindicato, abrangendo: Cotia, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Santana de Parnaiba, Santo André e São Bernardo do Campo.

XVI — IMPOSTO SINDICAL

81. Em assembléia geral realizada em 10 de janeiro de 1948 foi aprovado o aumento do imposto sindical de Cr$ 30,00 para Cr$ 50,00, a partir do exercício de 1948.

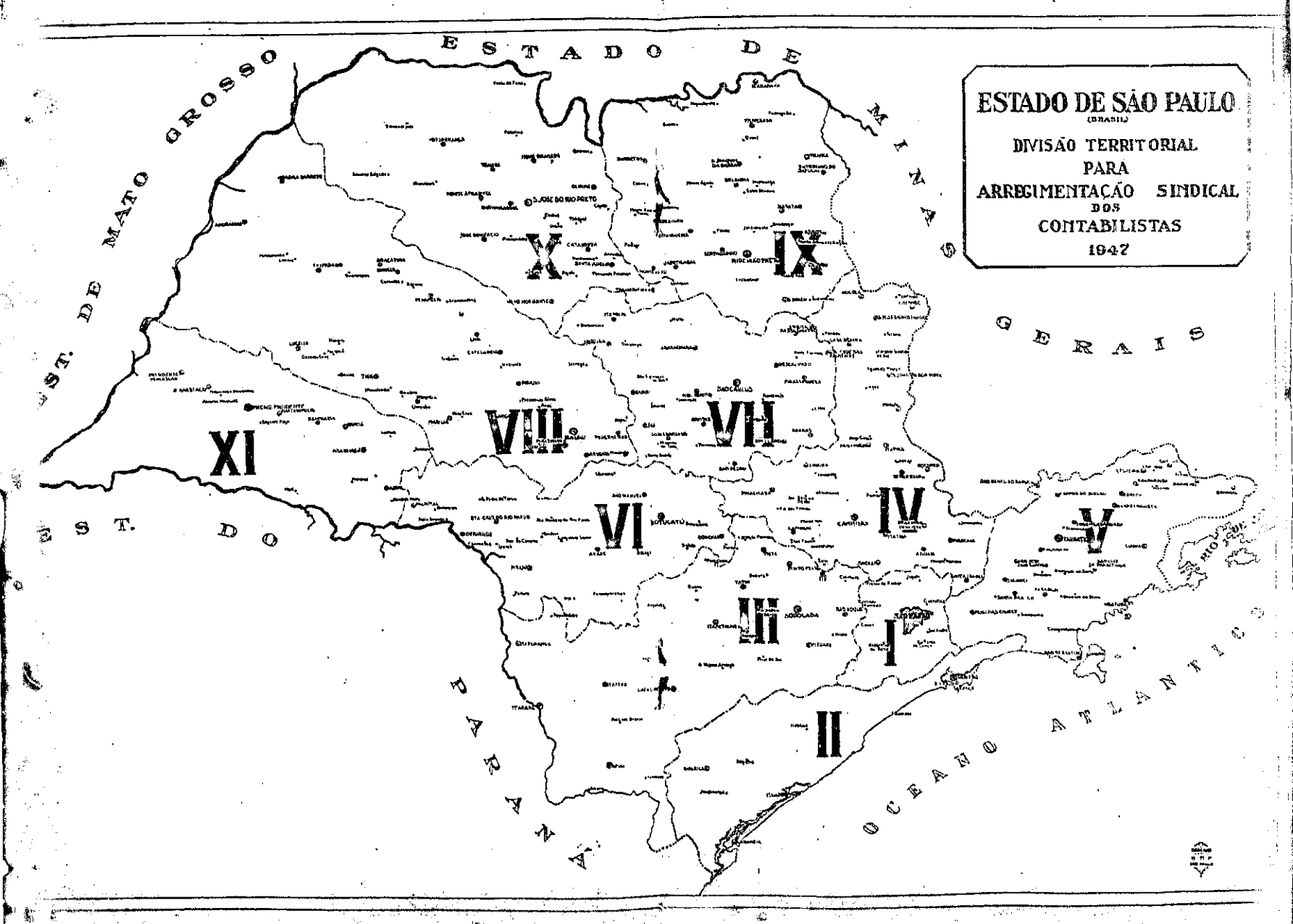
82. Visou essa medida reajustar a taxa do imposto às atuais condições de vida, de acôrdo com deliberação da Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, que o uniformizou para todo o Estado.

83. A Diretoria, por outro lado, tomou as necessárias providências para que extranhos à classe não burlassem a lei, procurando pagar o imposto sindical como contabilista, para beneficiar-se do direito de opção outorgado aos profissionais liberais e furtando-se, assim, ao desconto de um dia de trabalho, nos seus vencimentos, em benefício do sindicato da sua verdadeira categoria profissional.

48. Por êsse motivo é de prever-se para 1948 uma arrecadação quantitativa menor do que em 1947, devendo a situação regularizar-se nos exercícios futuros, tanto mais que ao Conselho Regional de Contabilidade caberá colaborar na fiscalização do seu pagamento.

XVII — REFORMA DA LEI SINDICAL

85. Estuda-se, no momento, a reforma dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte referente aos sindicatos, a fim de adatá-los à Constituição de 1946.


ESTADO DE SÃO PAULO
(BRASIL)
DIVISÃO TERRITORIAL
PARA
ARREGIMENTAÇÃO SINDICAL
DOS
CONTABILISTAS
1947
ESTADO DE MATO GROSSO
EST. DO PARANÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS
OCEANO ATLANTICO
I
II
III
IV
V
VI
VII
VIII
IX
X
XI

86. A fim de opinar sôbre a matéria a Diretoria designou uma comissão integrada pelos srs. Antonio Barone, Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho e Odilon Cunha Lima.

XVIII — PROF. FREDERICO HERRMANN JUNIOR

87. Transcorreu a 18 de maio de 1947 o primeiro aniversário do falecimento do Professor Frederico Hermann Junior, cujo desaparecimento constituiu irreparável perda para a classe. Prestando justa homenagem à sua memória foi publicado um número especial da Revista Paulista de Contabilidade.

88. A Prefeitura do Município de São Paulo, à qual o pranteado colega prestou relevantes serviços também se associou a essas homenagens, dando o seu nome a uma avenida da Capital.

XIX — SERVIÇOS INTERNOS

89. O crescimento constante do quadro social, com o consequente aumento dos serviços, fêz com que houvesse necessidade de aparelhar devidamente os órgãos do Sindicato para atender os novos encargos. Procurou-se manter perfeito entrosamento entre Tesouraria e a Secretaria, tendo a Diretoria designado o Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho e o sr. Antonio Rotundo para estudar a reforma dêsses serviços.

90. Foi contratado o pessoal necessário para reorganizar o cadastro social, atualizando-o com tôdas as indicações pertinentes ao exercício da profissão.

91. Mereceu particular atenção da Diretoria a questão dos sócios em atrazo, tendo sido tomadas várias medidas para regularizar o assunto, constando as últimas da Resolução da Diretoria de 29 de janeiro de 1948.

92. Várias aquisições de móveis foram feitas para aparelhar devidamente os serviços do Sindicato, inclusive mobiliário novo para o Salão Nobre, o que deu melhor aspecto a essa dependência social.

XX — CONSELHO CONSULTIVO

93. A Diretoria contou com a valiosa colaboração do Conselho Consultivo, para o bom êxito da sua missão e aos seus membros externamos os nossos agradecimentos, na pessoa do seu Presidente Prof. Herminio Gomes Moreira.

XXI — DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL

94. A exemplo do ocorrido em 1946, foi intensa a atividade dêste Departamento no decorrer do exercício findo.

95. Sua finalidade de proporcionar meios de aperfeiçoamento cultural aos associados foi plenamente cumprida.

96. O referido Departamento esteve assim constituido: Presidente: Prof. Oscar Castelo Branco; Secretário e Diretor dos Cursos: Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho; Membros: Profs. José Geraldo de Lima, Mário Franzolim e Mário Cozza.

97. Devemos assinalar a colaboração prestada pelo corpo docente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, através de vários dos seus membros que pronunciaram conferências na sede do Sindicato. Contamos inclusive com a colaboração do Prof. Brenno Arruda, DD. Diretor dêsse instituto universitário.

98. Durante o ano de 1947 o Departamento de Expansão Cultural e Orientação Profissional promoveu o Curso de "Especialização em Custos Industriais" que esteve a cargo do Prof. Mário Franzolim, assistido pelos srs. Antonio Pereira e Mário Cozza. A aula inaugural foi ministrada em

25 de abril de 1947 pelo Prof. Milton Improta, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da Universidade de São Paulo. O Curso que teve a duração de 17 aulas, recebeu 185 inscrições de associados, dos quais 103 fizeram jús ao certificado de frequência cuja distribuição será procedida na solenidade a realizar-se em março.

99. Em cumprimento ao seu programa, promoveu, ainda, o Departamento de Expansão Cultural e Orientação Profissional uma série de conferências, que estiveram a cargo de professores da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Damos abaixo a relação dos nomes dos conferencistas, bem como o tema das mesmas e a data da sua realização.

Em 6-6-1947 — Prof. Dr. Brenno Arruda — "Objetivos dos Cursos Universitários de Ciências Econômicas e Administrativas".

Em 6-6-1947 — Prof. Dr. Luiz de Freitas Bueno — "Padronização de Métodos e Inquéritos Estatisticos".

Em 11-7-1947 — Prof. Dr. Cássio José de Toledo — "A Técnica Comercial e dos Negócios".

Em 18-7-1947 — Prof. Francisco D'Auria — "Estrutura e Análise de Balanços".

Em 22-8-1947 — Prof. Dorival Teixeira Vieira — "Previsão Econômica e Contabilidade".

Em 24-9-1947 — Prof. Luiz Arthand Berthet — "O Probabilismo na Análise Econômica".

100. Dando cumprimento à Resolução n.º 26 da Diretoria do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, de 17 de julho de 1947, criando a Sessão de Debates, o Departamento de Expansão Cultural e Orientação Profissional promoveu na sede social do Sindicato, quatro sessões a fim de discutir os Códigos de Ética Profissional, de autoria do Prof. Mário Franzolim e Sr. Lourival Melo, apresentados na Segunda Convenção Nacional dos Contabilistas. A última das referidas sessões foi levada a efeito a 24 de novembro de 1947, quando então, foram suspensas, a pedido da Diretoria do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, de vez que os membros do Departamento tinham sido indicados para as diversas comissões e sub-comissões da Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, na qual os membros dêste Departamento tomaram parte ativa.

101. Durante o ano de 1947, o Departamento de Expansão Cultural e Orientação Profissional promoveu ainda, em solenidade levada a efeito a 25 de abril do ano transato, a distribuição de certificados de frequência, em número de 107, aos inscritos que ao mesmo fizeram jús, no Curso de Auditoria Contábil, ministrado pelo Prof. Mário Franzolim no ano de 1946.

XXII — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

102. Através dêste Departamento, orientado pelo sr Antonio Barone, Vice-Presidente do Sindicato, foi prestada aos associados tôda a assistência médica e jurídica.

103. O movimento geral do exercício, na parte de Assistência Médica, foi o seguinte:

AMBULATÓRIO

Consultas Médicas	1.071
Serviços de Enfermeiros	1.161

ESPECIALISTAS

Sócios	177
Famílias	564

LABORATORIOS

Análises	149

RADIOLOGIA

Exames	99
TOTAL	3.221

XXIII — BIBLIOTECA

104. Os serviços da nossa Biblioteca sofreram radical transformação, procedendo-se durante o ano findo à completa revisão do arquivo e das obras existentes. Foram adquiridas as obras de Zappa, Onida, D'Ippolito, Masi, Caprara, Colli, Vianelli, o que vem possibilitar aos nossos consócios estarem a par dos mais recentes estudos italianos em matéria de contabilidade. A nossa Biblioteca constitui-se, presentemente, de 1.255 volumes sôbre Contabilidade, Economia Politica, Estatistica, Finanças e Matemática, além de dicionários de diversas línguas e várias revistas especializadas, estando a Diretoria empenhada no seu aumento a fim de dotar a Entidade de patrimônio cultural maior e à altura da classe.

XXIV — QUADRO SOCIAL

105. Continuou em crescente expansão o quadro social, tendo alcançado no fim do exercicio 4.543 inscritos, conforme especificação que se segue:

Sócios existentes em 31-12-46	3.955	
Admitidos em 1947	927	4.882
Demitidos	212	
Eliminados	9	
Falecidos	18	(-) 239
Sócios existentes em 31-12-47		4.543

106. Com pesar registramos o falecimento, em 1947, dos seguintes associados: José De Felice, Cristovam Colombo Ribeiro, Alfredo De Martino, Virginio de Anhaia, Nagib José de Barros, Ettore Squillaci, Pedro João Toscano, Antonio Arthur Suares, Rizzieri Forasciepi, José Maria Pereira dos Santos, Anatolio Lázaro Ferreira, Felipe Caramico, Henrique Monteiro Simões, Humberto Iorillo, Hilton Cozzetti, Oswaldo Betti, Joaquim Melo Fonseca e Mauricio Sollitto.

107. A despeito do considerável aumento do quadro social, consideramos possivel atingir, dentro de breve prazo o número de 10.000 associados. Para isso urge encetar intensiva Campanha cujo plano já está sendo estudado pela Diretoria.

108. A título de esclarecimentos transcrevemos, a seguir, uma demonstração do quadro social nos últimos anos:

1940	852
1941	1.215
1942	1.522
1943	2.341
1944	2.898
1945	3.287
1946	3.955
1947	4.543

XXV — SECRETARIA

109. Grande foi o movimento da Secretaria como se pode verificar pelos números abaixo:

Cartas expedidas	4.198
Cartas recebidas	2.260
Telegramas expedidos	1.365
Telegramas recebidos	390
Atestados	153
Carteiras Sociais	372
Circulares expedidas	22.480
Revistas expedidas	60.000

110. O movimento de expediente referente à Campanha de Arregimentação dos Contabilistas, foi o seguinte:

Cartas recebidas	343
Cartas expedidas	2.129
Telegramas recebidos	51
Telegramas expedidos	279
Circulares expedidas	30.000

111. Com relação à Segunda Convenção dos Contabilistas do Estado de São Paulo, foi o seguinte o movimento:

Cartas recebidas	205
Cartas expedidas	1.050
Telegramas recebidos	93
Telegramas expedidos	61
Circulares expedidas	20.000

112. Pelos dados acima podem os senhores associados avaliar o vulto do trabalho desenvolvido pelos órgãos internos do Sindicato.

XXVI — SERVIÇO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

113. Além do serviço normal de expediente esteve afeto à Secretaria o Serviço de Registro de Diplomas, cujo movimento foi seguinte:

Diplomas enviados para registro inicial	236	
Diplomas enviados para apostilamento	64	
Diplomas enviados para retificações	125	425
Diplomas registrados recebidos	313	
Diplomas apostilados	28	341
Relação coletiva com		105 números.

XXVII — SEDE SOCIAL

114. Durante o ano a sede foi frequentada por 7.970 sócios e 925 visitantes.

XXVIII — REUNIÕES DA DIRETORIA

115. Foram realizadas 47 reuniões durante o ano.

XXIX — ASSEMBLÉIAS GERAIS

116. Realizaram-se 5, a saber:

Assembléia Geral Ordinária	— Dia 14 de março de 1947. Assunto — Aprovação do Relatório e das contas referentes ao exercício de 1946.
Assembléia Geral Extraordinária	— Dia 27 de maio de 1947. Assunto — Extensão da Base Territorial do Sindicato.
Assembléia Geral Ordinária	— Dia 23 de junho de 1947. Assunto — Leitura, discussão e votação da previsão orçamentária para o exercício de 1948.
Assembléia Geral Extraordinária	— Dia 24 de novembro de 1947. Assunto — Suplementação de verbas para 1947.
Assembléia Geral Extraordinária	— Dia 23 de dezembro de 1947. Assunto — Alteração da quota do imposto Sindical de 1948.

XXX — SOLENIDADES

117. Durante o ano foram promovidas as seguintes:

Dia 22 de janeiro de 1937:	Colação de gráu dos Contadorandos de 1946 pela Escola Técnica de Comércio "Campos Sales".
Dia 23 de janeiro de 1947:	Colação de gráu dos Contadorando de 1946 pela Escolá Técnica de Comércio "Carlos de Carvalho".
Dia 21 de março de 1947:	Recepção nos contadorandos de 1946.
Dia 25 de abril de 1947:	Aula inaugural do "Curso de Especialização em Custos Industriais", pelo Prof. Milton Improta:
Dia 18 de julho de 1947:	Comemoração do 28.º aniversário do Sindicato.

XXXI — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E BALANÇO

118. A receita total do exercício foi de Cr$ 1.134.723,80, havendo um excesso de Cr$ 210.761,20 sôbre o total de 1946, assim discriminado:

	1946	1947	Diferença para mais em 1947
Imposto Sindical	147.290,00	171.420,00	24.130,00
Mensalidades	743.760,00	909.630,00	165.870,00
Outras rendas	32.912,60	53.673,80	20.761,20
TOTAL	923.962,60	1.134.723,80	210.761,20

119. Verificou-se aumento em tôdas as rúbricas da receita o que comprova o crescimento e vitalidade da entidade. A diferença para mais em mensalidades arrecadadas é reflexo do aumento do quadro social.

120. A despesa total do exercício montou a Cr$ 1.008.889,40, contra Cr$ 813.155,40, em 1946, a saber:

	1946	1947	Diferença para mais em 1947
Por conta do Imposto Sindical ..	147.290,00	171.420,00	24.130,00
Por conta de rendas próprias	665.865,40	837.469,40	171.604,00
TOTAL	813.155,40	1.008.889,40	195.734,00

121. O aumento da despesa, em comparação com o exercício anterior, ao valor de Cr$ 195.734,00, justifica-se pela ampliação dos serviços sociais, tendo sido coberto pelo aumento da receita.

122. Há a considerar, ainda, as despesas decorrentes da Campanha de Arregimentação Sindical, cuja finalidade era a fundação da Federação dos Contalilistas do Estado de São Paulo, o que ocorreu em 15 de dezembro de 1947. Essas despesas importaram em Cr$ 1.2.044,00, compreendendo as dez concentrações realizadas no interior e a manutenção do serviço na sede central, correndo Cr$ 14.392,50 por conta do Sindicato e a diferença de Cr$ 97.651,50 foi transferida à Federação por se referirem a despesas de fundação.

123. Do confronto entre a receita e a despesa do exercício resulta um "superavit" de Cr$ 125.834,40 em comparação com Cr$ 110.807,20, em 1946.

124. O patrimônio social montava em Cr$ 613.629,90, no fim do exercício, assim discriminado:

Saldo em 31-12-1946	Cr$ 487.795,50
Aumento em 1947	Cr$ 125.834,40
Saldo em 31-12-1947	Cr$ 613.629,90

125. Para melhor apreciação dos resultados do exercício anexamos ao presente relatório o Balanço Patrimonial comparado, levantado em 31 de dezembro de 1947, e as demonstrações da Receita, da Despesa e da Execução Orçamentária, com o competente parecer do Conselho Fiscal.

XXXII — DIRETORIA

126. Verificaram-se as seguintes alterações na Diretoria eleita em 1 de dezembro de 1945:

Licenciou-se por tempo indeterminado o sr. Alfredo Hugo Frederico Bornholdt, Vice-Secretário, sendo convocado para substituí-lo o suplente sr. José Dias. Demissionou-se do cargo de Tesoureiro o sr. Orlando Gomes, passando para o referido cargo o Vice-Tesoureiro sr. Rubens Honorato Magnani e para o cargo de Vice-Tesoureiro o sr. Antonio Rotundo, Bibliotecário, sendo convocado para seu lugar, o suplente sr. Armando Aloe. E' a seguinte a composição da atual Diretoria: Presidente — José da Costa Boucinhas. Vice-Presidente — Antonio Barone. Secretário — Joaquim Monteiro de Carvalho. Vice-Secretário — José Dias. Tesoureiro — Rubens H. Magnani. Vice-Tesoureiro — Antonio Rotundo. Bibliotecário — Armando Aloe.

XXXIII — PESSOAL ADMINISTRATIVO

127. Ao pessoal administrativo do Sindicato externamos os nossos agradecimentos pela colaboração emprestada à Diretoria e que lhe permitiu levar a bom têrmo sua tarefa.

XXXIV — CONCLUSÃO

128. Esperamos ter prestado contas da nossa atuação durante o ano de 1947, aos associados do Sindicato, aos quais devemos a honra da escolha para dirigir entidade de tão gloriosas tradições e de futuro tão promissor.

129. Julgamos ter correspondido à confiança em nós depositada e contamos continuar a merecer o apoio que até aqui nos tem sido dispensado, para levar a bom termo as tarefas que ainda nos aguardam.

São Paulo, 12 de março de 1948
JOSE' DA COSTA BOUCINHAS
Presidente

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE S. PAULO
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

ATIVO	1946	1947	Para mais	Para menos
311 — Bens imóveis	376.316,70	380.491,70	4.175,00	
312 — Mobiliário e instalações	190.005,40	226.399,00	36.393,60	
313 — Bibliotéca	27.670,40	39.459,60	11.789,20	
315 — Títulos de renda inalienaveis	2.000,00	2.000,00		
321 — Títulos de renda	42.621,80	47.197,60	4.575,80	
322 — Carteiras sociais	749,00	1.230,00	481,00	
324 — Devedores diversos	40.893,50	95.338,80	54.445,30	
331 — Caixa	2.603,80	1,60		2.602,20
332 — Depósitos bancários	24.674,80	15.620,10		9.054,70
333 — Fianças	8.400,00	8.400,00		
	715.935,40	816.138,40	111.859,90	11.656,90
Diferença para mais	100.203,00			100.203,00
	816.138,40	816.138,40	111.859,90	111.859,90

PASSIVO				
411 — Patrimonio	487.795,50	613.629,90	125.834,40	
413 — Fundo de depreciação de mob e instalações	50.914,70	73.554,60	22.639,90	
414 — Fundo inalienavel	2.000,00	2.000,00		
421 — Credores diversos	54.762,90	112.259,90	57.497,00	
422 — Depósitos de terceiros	9.314,80	6.294,00		3.020,80
426 — Depósitos em garantia	15.153,50	8.400,00		6.753,50
427 — Contribuições regulamentares a recolher	95.994,00			95.994,00
	715.935,40	816.138,40	205.971,30	105.768,30
Diferença para mais	100.203,00			100.203,00
	816.138,40	816.138,40	205.971,30	205.971,30

José da Costa Boucinhas — Presidente
Rubens Magnani — Tesoureiro
Contador - Lauro Campana — C.R.C. — 447

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE S. PAULO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCICIO DE 1947

RECEITA	Prevista E suplement.	Arrecadada	Maior Arrecadação	Menor Arrecadação
111 — Imposto Sindical	172.000,00	171.420,00		580,00

121 — Mensalidades	949.000,00	909.630,00		39.370,00
122 — Carteiras sociais	1.000,00	1.146,00	146,00	
129 — Outras rendas	3.000,00	1.725,00		1.275,00
133 — Juros de títulos	3.000,00	2.136,00		864,00
134 — Juros de depósitos	5.000,00	1.281,40		3.718,20
149 — Eventuais	6.000,00	47.385,00	41.385,00	
	1.139.000,00	1.134.723,80	41.531,00	45.807,20
Menor arrecadação		4.276,20	4.276,20	
	1.139.000,00	1.139.000,00	45.807,20	45.807,20

APLICAÇÃO DE CAPITAIS	Orçada	Aplicada	Menor Aplicação	Maior Aplicação
312 — Mobiliário e instalações	35.0000,00	36.393,60		1.393,60
313 — Bibliotéca	13.000,00	11.789,20	1.210,80	
	48.000,00	48.182,80	1.210,80	1.393,60
Maior aplicação	182,80		182,80	
	48.182,80	48.182,80	1.393,60	1.393,60

José da Costa Boucinhas — Presidente
Rubens Magnani — Tesoureiro
Contador - Lauro Campana — C.R.C. — 447

SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE S. PAULO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCICIO DE 1947

DESPESAS POR CONTA DA RENDAS PROPRIAS				
213 — SERVIÇOS				
11 — Ordenados	296.000,00	303.071,00	7.071,00	
15 — Ajuda de Custas	5.000,00			5.000,00
16 — Gratificações	15.000,00	21.163,00	6.163,00	
19 — Diversos	18.000,00	19.651,10	1.651,10	
21 — Artigos de Exped. e Livros Escrituração	100.000,00	98.041,40		1.953,60
29 — Artigos de Limpeza	14.000,00	3.389,10		10.610,90
31 — Condução e Transportes	2.000,00	1.509,20		490,80
32 — Iluminação, Luz e Força	8.000,00	8.362,40	362,40	
33 — Telefone, Telegrafo e Serviço Postal	26.000,00	23.779,60		2.220,40
34 — Aluguéis	39.000,00	39.567,90	567,90	
35 — Conservação de Moveis	5.000,00	1.958,40		3.041,60
39 — Consertos e Conservação na séde	4.000,00	4.079,80	79,80	
41 — Impostos e Licenças	12.500,00	11.730,10		769,90
42 — Previdência Social	23.000,00	25.789,50	2.789,50	
48 — Solenidades e Homenagens	15.000,00	10.896,30		4.103,70
219 — DIVERSAS DESPESAS				
51 — Despesas Judiciais e Publ. de Editais	12.000,00	9.716,50		2.283,50
53 — Assinaturas de Revistas e Jornais	8.000,00	8.247,60	247,00	
54 — Selos e Estampilhos	6.000,00	5.066,90		933,10
55 — Juros, Descontos e Comissões	2.000,00	2.060,10	60,10	
58 — Depreciação de Mobiliário e Instalações	16.000,00	22.639,90	6.639,90	
58 — A. Cooperativas de Consumo		1.940,00	1.940,00	
59 — Despesas Miudas	48.000,00	40.367,00		7.633,00
235 — ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA				
12 — Honorários	15.000,00	14.400,00		600,00
251 — ENSINO TECNICO PROFISSIONAL				
242 — CONGRESSOS E CONFERENCIAS	8.000,00	7.763,90		236,10
258 — MEDIDAS DE DIVULGAÇÃO COM/ E IND.	15.000,00	12.819,30		2.180,70
26 — Revista Técnica	80.000,00	139.460,00	59.460,00	
MAIOR DESPESA	792.500,00	837.469,40	87.031,70	42.062,30
	44.969,40			44.969,40
	837.469,40	837.469,40	87.031,70	87.031,70

DESPESA POR CONTA DO IMPOSTO SINDICAL				
221 — FUNDOS SOCIAL SINDICAL				
49 — Contribuições Regulamentares ...	34.400,00	34.234,00		116,00
222 — FEDERAÇÃO				
49 — Contribuições Regulamentares ...	25.800,00	25.713,00		87,00
223 — CONFEDERAÇÃO				
49 — Contribuições Regulamentares ...	8.600,00	8.571,00		29,00
231 — ASSISTENCIA MÉDICA				
12 — Honorários	69.600,00	72.262,50	2.662,80	
24 — Medicamentos e Drógas	12.000,00	1.819,20		10.180,80
59 — Despesas Miudas	3.000,00	100,00		2.900,00
252 — CONGRESSOS E CONFERENCIAS				
— Convenção dos Contabilistas	18.600,00	28.670,00	10.070,00	
	172.000,00	171.420,00	12.732,80	13.312,80
MENOR DESPESA		580,00	580,00	
	172.000,00	172.000,00	13.312,80	13.312,80

José da Costa Boucinhas — Presidente
Rubens Magnani — Tesoureiro
Contador - Lauro Campana — C.R.C. — 447

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixos-assinados, membros do Conselho Fiscal do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, tendo examinado e encontrado em perfeita ordem o Balanço Patrimonial e a Demonstração da Receita e despesa do exercício de 1947, são de parecer que sejam aprovados pela Assembléia Geral.

São Paulo, 16 de março d 1948

a) OSCAR CASTELO BRANCO

a) ALVARO SIMÕES MACHADO

a) JOSE' DANTE FURIA

Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

"INTERPRETAÇÃO À NOVA LEI DO IMPOSTO DE RENDA"

Realizou-se dia 12 de março, na sede do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, a palestra do Prof. Oscar Castelo Branco, sôbre o tema: "Interpretação à Nova Lei do Imposto de Renda", palestra essa que logrou despertar o maior interesse possível, traduzido no grande número de pessoas presentes. Abriu a sessão o sr. Antonio Barone, Vice-Presidente do Sindicato, e, a seguir, o Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho aludiu à personalidade do conferencista, renomado técnico em assuntos comerciais, financeiros e fiscais, e às finalidades da palestra, ressaltando o valor de suas conclusões e apreciações face aos dispositivos da Nova Lei do Imposto de Renda. O roteiro seguido pelo Prof. Oscar Castelo Branco, no curso de sua palestra — abrangeu os seguintes itens: 1 — Aspecto Econômico e Social do Imposto; 2 — Deficiência de Técnica Tributária; 3 — Salários e Gratificações em face do Imposto de Renda; 4 — Os professores, os jornalistas e os direitos autorais; 5 — As instalações em maquinarias na nova lei 154; 6 — Aumento do valor do ativo e novas avaliações; 7 — Fundos de Reavaliação, substituição e depreciação; 8 — Livros de Inventário; 9 — Livros de Compras; 10 — Dedução do Imposto específico da profissão; 11 — Assistência técnica solicitada; 12 — A nova lei na interpretação dos técnicos em direito fiscal.

Estiveram presentes à palestra os srs. Profs. Milton Improta, Secretário das Finanças da Prefeitura Municipal de São Paulo, Cássio José de Toledo, Lieurgo do Amaral Campos, srs. Altino da Silva Ribeiro — Delegado do Imposto de Renda em São Paulo, Joaquim Alves Cruz, membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo e Hermínio Gomes Moreira, Presidente do Conselho Consultivo do Sindicato, além de grande número de estudiosos das questões fiscais.

Movimento social do mês de fevereiro de 1948

ASSEMBLÉIAS 0

RESOLUÇÕES DA DIRETORIA

Resoluções n.º 31 — Institui a "CAIXA PEQUENA" para a Secretaria. (Vide Anexo)

" n.º 32 — Função do Assistente da Secretaria na parte disciplinar. (Vide Anexo).

REUNIÕES DA DIRETORIA .....

Dias 5, 12, 19, 26.

ADMISSÕES 124

Ruberto Amado, Jurandir da Silveira, Mary Ananias, Helena Rodrigues, Olivia Valarini, Dircen Abrancheis Moreira, Enrico Nappi, Fernando Magadouro, Joaquim Santiago Sobrinho, Adamo Storelli, Carlos da Silva Barreta, Nelson Alcebiades Faucon, Durval dos Santos, Theodorus Andreas Hendrikus Hermens, Angelo Prado Vecchio, Djalma Salgado, Maria Rosa Rodrigues, Edson Lemes da Silva, Newton de Palma Braga, Toshyuki Mulakami, Aryton Nunes Pinto, Francisco Henrique Sanches, Adolpho do Canto Carmo, Francisco Garcia Bastos, Usbaldo Moledo de Paiva, Celestino de Almeida Junior, Karakin Schnaiderman, Silvano Joaquim Bacarija Salgado, Romeu Almeida Ribas, Alvaro Lopes, Helio de Oliveira, Bonaventura do Amaral Camargo, Moacyr de Toledo Leme, Antonio Novazzi, Luiz Becil, Regino Guimarães Maciel, Humberto Vessechio, Waldemar Oswaldo Sellaro, Zoltan Kaupert, Agostinho Santiago Junior, Severino Moreira, José Antonio Oliveira, Cad Perez Sobreira, Ernesto Hohmann, Paulo dos Santos, Antonio Carelli Netto, Hildebrando Ventura Gonçalves de Almeida, Arthur Arlosto Bardini, José Aguiar Gomes, Rodolfo Silveira, Salvador Monaco Neto, Aloisio Pegoraro, Jorge Ungaretti, Luiz Zapparoli, Antonio Costa Camara, Tsutomu Murakami, Luiz Gonzaga Pinheiro, Aladino Casado, Manoel Augusto Balthazar, João Reimberg, José Antonio Balthazar, Carlos Tabarelli Junior, Sergio Artacho, Thadeu Adamcek, José Benedito de Camargo Voss, Pedro Motta, Romeu Tunici, Wilhelm Rebse, Plinio Abolafio, Carlos Moraes, Americo Antonio Espular, Pedro Gomes de Moraes, Carlos Kirschner, Oswaldo Lattini, Manoel Francisco, Emilio Nello Eugenio Filippo Baldacci, Eduardo Ferreira, Avelino Souza Barreto, Floriano Lima, José Elias Mubarak, Francisco Biagini, Oswaldo de Oliveira, Americo Mancuci, Luiza Fernandes, Achilles Henrique, José Roz Torres, Constantino Terlizzi, Oswaldo Dastallari, Edmundo Vicente Supernok, Venencio Terra, Virgilio Sguizzardi, Eduardo Nahas, Antonio Gomes Teixeira, Alexandre Van Haute, Waldomiro Saad, Mario Augusto Alves, José Dortéa da Silva, Adalberto Libonatti, José Adelino da Costa, Dirceu de Almeida Mendes, Rubens Ferreira Magalhães, Giuseppe Gue-

rino Tagliapietra, Antonio Biscuola, Vicente Modugno, Icaro de Carvalho, Julio Fontana, Walter de Paula, Nair Fernandes Fidalgo, Waldemar de Paula, Rubens Guerrini, Ruth Trinca, Carlos Ubeda, Armando Sebastião Madeira, Henrique Cyrillo, João-D'Abreu Junior, Francisco Castro Carbajo, Pedro Pacheco, Thomaz Paladino, Caetano Bovino, Mario Rodrigues Paes de Almeida, Francisco Florido Filho, Afonso Annunziato, Fulvio Paulo Galasso, Miguel Carusi, Bruno Bettoni.

DEMISSÕES 17

Ado Alberto Becchelli, Giuseppe Guerino Tagliapietra, Milton Conveza, Vasco Gomes, Albano Pinto de Carvalho, Alcardo Baraldi, Alfredo Bodra Junior, Alfredo Gonzaga de Oliveira, Antonio Roque, David Chaker, Fernando Sabi, Edgard de Barros Pereira, João Martins Coimbra, Joaquim Pina, Manoel da Fonseca, Roberto Ortolani, Waldir Vieira.

FALECIMENTOS 0

ELIMINADOS 116

EXPEDIENTE DA SECRETARIA

Cartas expedidas	424
Cartas recebidas	200
Telegramas expedidos	25
Telegramas recebidos	12
Atestados	90
Carteiras sociais	36
Carteira profissional - Certificados	0
Noticiário p/imprensa - Noticiários	1

MOVIMENTO DA SEDE SOCIAL

Sócios	828
Visitantes	102

REGISTROS LEGAIS

Diplomas enviados p/registros	45
Diplomas enviados p/retificações	23
Diplomas registrados	13
Retificações	0
Comunicação ao Imposto de Renda, referente ao § 5 do art. 39 do Decreto-Lei n.º 4.178 de 13 de março de 1942	3

ASSISTENCIA SOCIAL
Assistência Médica

AMBULATÓRIO:

Dr. Américo Armando Bruno	26		
Dr. Januário Ruopoli Neto	25		
Enfermeiros	169	220	220

ESPECIALISTAS

Dr. Alberto Nupieri	0	43	43
Dr. Luertes Guimarães	10	0	10
Dr. Silvio Marone	3	1	4
Dra. Cassia de Arruda Milano	0	1	1
Dr. Silvio Ognibene	1	0	1
Dr. Waldemar Belfort de Matos	7	0	7
Dr. Pedro Aletto	1	0	1
Dr. Dante Martinelli	1	0	1
Dr. Ivo Define Frasca	1	1	2
Dr. Luciano Decourt	1	1	2
Dr. Artur de A. Rezende Filho	1	0	1
Dr. Henrique Ricci	1	1	2
Dr. Aurelio Ancona Lopes	1	0	1 76
	28	48	

RADIOLOGIA

Dr. Rafael de Lima	5	7	12

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS

Cunha Leitão	3	2	5
Rocha	7	2	9

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Dr. Aníbal Fragali	3	0	3
			325

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Boletim Diário da Associação Comercial, 1 exemplar do Digesto Económico, Revista de Organização Científica de 1947, Revista IDORT n.os 193 de 1948, Mensário Brasileiro de Contabilidade, Exemplares de A Economia Política e a Contabilidade de 1946, A Contabilidade Industrial e o Contador de 1944, Humorismo Contabil de 1945, Contabilidade e Administração de 1943, Estôrno nos Lançamentos Condicionados à Cláusula Salvo Embôlso, conferência realizada em 26-9-940, Boletim Informativo, Exemplares da Conf. Nac. do Comércio, Perante a Opinião Pública do País de 4-9-46, exemplares de Boletim do Rotary Club, Revista dos Criadores, Boletim da Sec. da Seg. Pública, Boletim Informativo n.º 9, exemplares de Conferências por Henrique Guedes de Mello oferta da Confederação Nac. do Comércio de 1948, Revista Ofico Appliances, Exemplares do Boletim do Centro Gaucho, Revista Legislação do Trabalho, Revista Burroughs Clearing House, Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, exemplar da Folha Socialista, Revistas Rio Grandense de Contabilidade, Revista Fisco e Contribuinte, Revista American Business, Boletim Informativo n.º 10, Revista o Observador.

RESOLUÇÃO N.º 31

INSTITUI A "CAIXA PEQUENA" PARA A SECRETARIA

1.º) — Considerando que a Secretaria tem de ocorrer a pequenas despesas de emergência, como sêlos, reconhecimentos de firmas, etc.

2.º) — Considerando que é necessária a fiél observância das normas estabelecidas para o funcionamento da Caixa Geral;

3.º) — Considerando ainda mais que essa providência virá ao encontro das necessidades atuais dos nossos serviços;

Delibera a Diretoria:

Instituir a "CAIXA PEQUENA", para a Secretaria, com o limite da importância de Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros), estando seu encarregado sujeito à prestação de contas Periódicas, não excedente do prazo de 2 semanas após a retirada do numerário na Caixa Geral.

Esta "CAIXA PEQUENA" também atenderá a pequenas compras de emergência do Ambulatório Médico, com autorização do sr. Vice-Presidente.

Esta Resolução entra em vigor em 20 de fevereiro de 1948.

Aprovada em Reunião da Diretoria realizada em 19 de fevereiro de 1948.

RESOLUÇÃO N.º 32

FUNÇÃO DO ASSISTENTE DA SECRETARIA NA PARTE DISCIPLINAR

1.º) — Considerando que o expediente do Sindicato funciona no período da manhã;

2.º) — Considerando que nesse período não há exigência da presença do Assistente Administrativo;

3.º) — Considerando ainda as eventuais ausências do Assistente Administrativo, em fôrça dos encargos externos que lhe forem cometidos pela Diretoria:

Delibera a Diretoria:

Designar o Assistente da Secretaria como encarregado da parte disciplinar, na ausência do Assistente Administrativo, e outorga-lhe poderes para agir nesse sentido, promovendo, se necessário, a suspensão do funcionário faltoso, de suas funções, "ad-referendum" da Diretoria.

Esta Resolução entra em vigor em 20 de fevereiro de 1948.

Aprovada em reunião da Diretoria realizada em 19 de fevereiro de 1948.

Ementário da Legislação e Jurisprudência Fiscal e Trabalhista

MÊS DE DEZEMBRO DE 1947

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETO N. 24.151, DE 8-12-47

Faz pública a adesão, por parte dos Govêrnos de Portugal e do Canadá, à Convenção para a unificação de certas régras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocolo Adicional, firmados em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929. (D. O. U., 5-12-47).

DECRETO N. 24.188, DE 10-12-47

Faz pública a adesão, por parte do Govêrno da Nova Zelandia, à Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista, pela última vez, em Roma, a 2 de julho de 1928. (D. O. U., 12-12-47).

DECRETO N. 24.191, DE 10-12-47

Dá nova redação aos artigos 4.º e 5.º do Decreto n. 19.513, de 25-8-45, que dá disposições regulatares destinadas a reger a concessão do auxilio federal para o ensino primário. (D. O. U., 12-12-47).

LEI N. 171, DE 15-12-47

Regulariza a situação dos reformados e aposentados pelo artigo 177, da Carta Constitucional de 1937. (D.O.U., 18-12-47).

DECRETO N. 24.239, DE 22-12-47

Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do impôsto de renda. (D.O.U., 24-12-47).

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

EM 13-11-47

Aprova as tabelas de preços para vendas a granel ou em caixas de gasolina, querosene e oleo Diesel. (D.O.U., 11-12-47).

CONSELHO FEDERAL DE COMÉRCIO EXTERIOR

Serv. Lic. Despacho de Produtos Importados Divulgação n. 63, de 14-11-47

Avisa ao público em geral das entregas de automóveis, de todos os tipos, às Agências da capital de São Paulo da "General Motors do Brasil S. A." e "Ford Motor Company, Exports, Inc." (D. O. U., 2-12-47) (Retif. D.O.U., 31-12-47).

Serv. Lic. Despacho de Produtos Importados Divulgação n. 64, de 14-11-47

Avisa ao público em geral das entregas de automóveis, de todos os tipos, às Agências do Rio de Janeiro, D. F., da "General Motors do Brasil, S.A." e "Ford Motor Company, Exports, Inc." (D. O. U., 2-12-47).

Serv. Lic. Despacho de Produtos Importados Divulgação n. 65, de 20-11-47

"Novos Preços de Teto a Consumidor — Automóveis" (D. O. U., 30-12-47).

MINISTERIO DA FAZENDA

Circular n. 45, de 25-12-47

Declara que a expressão contida na Circular n. 27, de 19-11-47, "quando o conjunto de peças formar uma mesma máquina, ainda que importadas separadamente, será paga a taxa atribuida a essa máquina em função de seu peso legal, deve ser entendida como importação parcelada, em vapores diferentes e até mesmo de procedências diversas, contando que essas importações parceladas representem em conjunto u'a máquina. (DO.U., 2-12-47) (Retif. D. O. U., 5-12-47).

Circular n. 132, de 25-12-47

Consolida e expede instruções para a execução do Decreto-lei n. 7.930, de 8 de setembro de 1945, que dispõe sôbre vendas imobiliárias e de mercadorias, a prestações, mediante sorteio, e sôbre a distribuição de premios, e dá outras providências. (D. O. U., 2-12-47).

Circular n. 47, de 29-11-47

No intuito de corrigir a irregularidade da saída, dos armazens da Alfândega, de volumes ainda não conferidos, a fim de o serem no estabelecimento do próprio importador, ou seja fora da zona fiscal, o que sòmente em casos especialissimos e pela superior autoridade tem sido permitido, declara aos Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos efeitos, falecer-lhes, competência para permitir essa facilidade, que não se coaduna com o regime fiscal e pode acarretar graves prejuizos à Fazenda. (D. O. U., 12-12-47).

Circular n. 48, de 4-12-47

Declara que o Decreto do Govêrno do Chile aumentando as Tarifas aduaneiras estabelece em seu artigo 6.º que as modificações alfandegárias não afetarão as determinações dos tratados internacionais em vigor, estando, portanto, isentas do aumento as mercadorias brasileiras. (D. O. U., 12-12-47).

Portaria n. 433, de 12-12-47

Da interpretação sôbre a incidência do imposto de 5% restabelecido pela lei n. 156, de 27-11-47. (D. O. U., 16-12-47).

Circular n. 28, de 16-12-47

A isenção prevista no art. 40 do Decreto-lei n. 3.200, de 19 de abril de 1941, alcança não só os requerimentos e documentos para habilitação ao abono familiar, nos termos do art. 5.º, do Decreto n. 12.299, de 22 de abril de 1943, como também os que se fizerem necessários ao recebimento do mesmo abono, seja qual fôr o exercício a que se refira. (D. O. U., 18-12-47).

Portaria n. 448, de 16-12-47

Exclue da proibição estabelecida pelo decreto-lei n. 9.647, de 22 de agôsto de 1946, as exportações de couros suinos, crús e salgados subordinando-as, entretanto, ao regime de licença prévia, por intermédio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A. (D. O. U., 20-12-47).

Portaria n. 462, de 17-12-47

Exclue da proibição de exportar, estabelecida pelo Decreto-lei n. 9.647, os excedentes da produção de milho dos Estados de Sergipe e Bahia, ficando as exportações subordinadas à licença prévia da Carteira de Exportação do Banco do Brasil S. A., que deverá ouvir sôbre cada caso o Conselho Federal de Comércio Exterior e fazer observar as normas em vigor sôbre a liberação das exportações de cereais em geral. (D. O. U., 20-12-47).

Portaria n. 463, de 17-12-47

Permite, com fundamento no art. 1.º do Decreto-lei n. 24.037, de 11 de novembro de 1947, permitir, a título precário, a exportação de café para o exterior em sacarias de retorno. (D. O. U., 20-12-47).

Circular n. 50, de 18-12-47

Declara que a Circular Ministerial número 9, de 24 de fevereiro último, publicada no Diário Oficial de 1 de março subsequente, dispensando a exigência do item n. da Circular n. 4, de 24 de março de 1943, da antiga Consultoria da Fazenda Pública, não desobrigou da guia fiscal, instituida pelo art. 22 do Decreto n. 12.328, de 27 de dezembro de 1916, o trânsito das mercadorias destinadas ao interior. (D. O. U., 24-12-47).

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

SERVIÇO ATUARIAL

Portaria n. 15, de 2-12-47

Baixa instruções, para regular, em caráter definitivo o cálculo das reservas técnicas nas sociedades e instituições que operam em seguros de acidentes do trabalho. (D. O. U., 10-12-47).

Portaria n. 288, de 5-12-47

Faculta às emprêsas, cujos serviços exijam mobilidade no horário de trabalho dos seus empregados, seja em razão do número dêstes, seja pela peculiaridades da atividade exercida, a utilização, em lugar do quadro de horário atualmente em vigor e mediante prévia autorização em cada caso, de fichas individuais, do modêlo anexo, numeradas e preenchidas cronológicamente, depois de rubricadas pela autoridade regional competente em matéria de trabalho — da Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal; das Delegacias Regionais, nos Estados e Territórios, e das repartições estaduais de que trata a lei. (D . O. U., 18-12-47).

COMISSÃO C. PREÇOS

Portaria n. 54, de 18-12-47

Estabelece preços tetos para os artigos de Natal. (D. O. U., 19-12-47).

BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SOCIEDADE ANONIMA

—— Autorizado a funcionar por fôrça do Decreto Federal n.o 17.881 de 12-11-1927 ——

Balanço em 31 de Março de 1948, compreendendo as operações da Matriz e Agências de 1ª, Ordem (Capital), Campinas, Campos Gerais (Mato Grosso), Catanduva, Franca, Mogi-Mirim, Novo Horizonte, Olímpia, Ourinhos, Palmital, Pinhal, Piracicaba, Pirajuí, São Carlos, São João da Bôa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São Simão, Tamabi, Tietê e Tupã.

CAPITAL — Cr$ 100.000.000,00 — RESERVAS — Cr$ 39.716.490,58

ATIVO

CARTEIRA COMERCIAL

DISPONIVEL			
CAIXA			
Em moeda corrente		123.583.883,70	
Em depósito no Banco do Brasil S. A.		270.236.877,30	
Em depósito à ordem da Sup. da Moeda e do crédito		38.843.185,00	
Em outras espécies		1.832.702,10	434.496.598,10
REALIZAVEL			
Letras do Tesouro Nacional		17.996.000,00	
Empréstimos em C/Corrente	874.533.725,65		
Empréstimos Hipotecários	32.889.400,70		
Títulos Descontados	1.147.131.526,71		
Agências no País	213.597.950,10		
Correspondentes no País	33.425.437,80		
Correspondentes no Exterior	124.460.064,20		
Outros Créditos	480.434.878,41	3.926.562.849,77	
Imóveis		7.754.176,90	
Títulos e Valores Mobiliários:			
Apólices e Obrigações Federais, inclusive as do valor nominal de Cr$ 85.000.000,00 depositadas no Banco do Brasil S. A. à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito e Cr$ 1.000.000,00 na Delegacia Fiscal, conforme Decreto-Lei n.o 9.663	38.131.621,30		
Apólices Estaduais	119.760.813,00		
Apólices Municipais	339.270,00		
Ações e Debentures	4.690.063,70	162.843.769,70	
Outros Valores		2.655.124,10	3.117.530.920,47
IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	91.360.448,40		
Móveis e Utensílios	302.109,90		
Material de expediente	585.414,20		
Instalações	127.653,50		92.235.576,00
RESULTADOS PENDENTES			
Juros e Descontos	2.535.261,40		
Impostos	507.950,70		
Despesas Gerais e outras contas	15.627.257,70		18.663.469,80
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em Garantia		1.329.453.847,80	
Valores em Custódia		201.653.774,45	
Títulos a receber de C/Alheia		177.110.072,50	
Outras Contas		232.740.643,40	1.960.957.338,21
		Cr$	5.614.225.904,58
CARTEIRA HIPOTECARIA "OURO"			
EMISSÃO DE LETRAS HIPOTECARIAS		44.248.500,00	
EMPRÉSTIMOS HIPOTECARIOS "OURO"			
a — Rurais:			
Série A	4.897.394,20		
Série B	8.358.433,70		
Série C	9.331.524,60	23.587.252,50	
b — Urbanos:			
Série A	—		
Série B	3.967,40		
Série C	—	3.967,40	22.591.159,90
DISPONIBILIDADES JUNTO A CARTEIRA COMERCIAL:			
a — Em Apólices do Reajustamento Econômico:			
Série A	500.000,00		
Série B	900.000,00		
Série C	3.000.000,00	4.400.000,00	
b — Em dinheiro:			
Série A	7.894.695,00		
Série B	5.425.525,00		
Série C	3.948.695,40	17.278.810,10	21.678.810,10
HIPOTECAS "OURO"			
a — Rurais	118.125.000,00		
b — Urbanas	90.000,00	118.125.000,00	
CARTEIRA COMERCIAL		11.488.214,41	
DIVERSAS CONTAS		10.473.943,74	227.627.869,15
		Cr$	5.851.853.764,73

PASSIVO

CARTEIRA COMERCIAL

NAO EXIGIVEL			
Capital		100.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal		40.791.527,79	
Fundo de Previsão		74.367.653,96	
Outras Reservas		58.926.902,77	274.082.324,52
EXIGIVEL			
DEPOSITOS			
à vista e a curto prazo:			
de Poderes Públicos	413.496.960,50		
de Autarquias	238.948.529,30		
em C/C Sem Limite	237.967.037,32		
em C/C Limitadas	10.523.093,60		
em C/C Populares	77.181.374,98		
em C/C de Aviso	4.027.376,80		
Outros Depósitos	188.881.879,41	1.199.226.260,51	
a prazo:			
de Poderes Públicos	4.520.000,00		
de Autarquias	1.570.959.655,40		
de Diversos:			
a Prazo Fixo	125.195.923,50		
de aviso prévio	3.982.676,50		
Outros Depósitos	115.655,10	1.754.765.167,90	
		2.954.001.429,41	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Obrigações Diversas	477.778,30		
Agências no País	193.777.665,70		
Correspondentes no País	26.137.760,35		
Correspondentes no Exterior	5.247.672,40		
Ordens de pagamento e Outros Créditos	141.913.152,57		
Dividendos a Pagar	99.350,00	366.703.395,13	3.320.703.813,54
RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			58.452.423,31
CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia		1.531.130.632,31	
Depositantes de títulos em cobrança:			
do País	105.871.443,39		
do Exterior	71.238.629,20	177.110.072,50	
Outras Contas		252.740.643,40	1.960.957.338,21
		Cr$	5.614.225.904,58
CARTEIRA HIPOTECARIA "OURO"			
OBRIGAÇÕES "OURO" EM CIRCULAÇÃO:			
Série A	13.183.000,00		
Série B	18.180.000,00		
Série C	12.880.000,00	44.250.000,00	
LETRAS HIPOTECARIAS "OURO" CAUCIONADAS:			
Série A	13.181.500,00		
Série B	15.187.500,00		
Série C	15.879.500,00	44.248.500,00	
GARANTIAS DIVERSAS		118.185.600,00	
DIVERSAS CONTAS		30.933.780,15	237.627.880,15
		Cr$	5.851.853.764,73

São Paulo, 9 de Abril de 1948.

FRANCISCO CARPINELLI — Contador

DIRETORES:

OSWALDO PEREIRA DE BARROS — Presidente
ARLINDO MAIA LELLO — Vice-Presidente
ARMANDO DE ALMEIDA ALCANTARA — Superintendente
JOSÉ DE QUEIROZ TELLES — Diretor da Carteira Agrícola
NAGIB JAFET — Diretor da Carteira Comercial e Industrial

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Resolução n. 251, de 3-12-47

Fixa a taxa de propaganda destinada ao custeio das despesas com a manutenção do Instituto e dos serviços que sejam necessário à consecução dos seus fins, inclusive os de propaganda, a que se referem os artigos 28 e 29 do Decreto-lei n. 3.709, de 17 de janeiro de 1946. (D. O. U., 4-12-47).

Resolução n. 252, de 3-12-47

Cria taxa especial, por quilo, de mate explorado, e dá outras instruções. (D. O. U., 4-12-47).

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

Aviso n. 135, de 1-12-47

Importação — Folhas de flandres. (D. O. U. 2-12-47, 4-12-47 e 6-12-47).

MES DE JANEIRO DE 1948

EGISLAÇÃO FEDERAL

Decreto n. 24.253, de 23-12-47

Concede indulto a delinquentes primários (D. O. U., 3-1-48).

Lei n. 209, de 2-1-48

Dispõe, sôbre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino. (D. O. U., 5-1-48).

Decreto n. 24.321, de 8-1-48

Aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação do tabaco em folha do Estado de Santa Catarina. (D. O. U., 10-1-48).

Decreto n. 24.337, de 14-1-48

Dispõe sôbre pericias contábeis, no interêsse da Fazenda Nacional e dá outras providências. (D. O. U., 14-1-48).

Lei n. 271, de 15-1-48

Lei Orgânica do Distrito Federal. (D. O. U., 20-1-48).

Decreto n. 6, de 1947

Aprova o Acôrdo firmado na Conferência de Neuchatel, Suiça, em 8-2-47, referente à conservação ou restauração dos direitos de propriedade industrial, atingidos pela segunda guerra mundial (D. O. U., 20-1-48).

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Resolução n. 142, de 4-12-47

Recomenda que os cidadãos estrangeiros residentes no país, maiores de 60 anos, que completarem essa idade até 1-2-48, e por isso, foram beneficiados com a isenção de registro, se pretenderem viajar ao exterior com o propósito de regressar ao país, devem prèviamente, comparecer a registro e obter a carteira modêlo 19, documento que comprovará a sua permanência, para o fim de lhes ser concedido o "visto" (D. O. U., 6-1-48).

Resolução n. 143, de 18-12-47

"Visto" de trânsito para o Paraguai — Revoga a Resolução n. 135, de 15-7-47. (D. O. U., 6-1-48).

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Resolução s/n., de 30-12-47

Aprova tabelas de preços que entrarão em vigor na data de sua publicação. (D. O. U., 5-1-48).

Resolução s/n., de 15-1-48

Aprova novos preços do oleo combustivel atendendo ao aumento do custo F. O. B. (D. O. U., 20-1-48).

MINISTERIO DA FAZENDA

Portaria n. 480, de 29-12-47

Inclue na proibição de que trata a Portaria n. 501, de 29-8-946, a exportação de tortas de amendoim, gergelim, babaçú e outras oleaginosas. (D. O. U., 2-1-48).

Portaria n. 483, de 31-12-47

Inclue na proibição de que trata a Portaria n. 501, de 29-8-946, a exportação de farinha de mandioca. (D. O. U., 2-1-48).

D.I.R. — Circular n. 141, de 31-12-47

Declara que a isenção prevista na nota "a" das Isenções da referida — alínea XIV abrange apenas os "artigos importados ou adquiridos a produtores nacionais, por industriais, para exclusiva aplicação em produtos de sua fabricação, na forma da nota 1.ª" — Outrossim, esclarece — que por "matéria prima" se entendem apenas os artigos indispensáveis à composição ou obtenção de produtos, através de transformações industriais, e não os que sejam acessoriamente empregados nos mesmos produtos, como acabamento ou embelezamento (D. O. U., 3-1-48).

Portaria n. 482, de 31-12-47

Declara que o item 26 da Portaria n. 501, de de 29-9-46, passa a vigorar com a seguinte redação: "26 — Ossos e adubos fosfotados (arts. 83 e 936 da Tarifa das Alfândegas) Exclusive — ossos serrados da nomenclatura da D. I. P. O. A., do Ministerio da Agricultura (ossos longos e duros, assim entendidos os ossos de tíbia, fêmures, úmeros, rádios, cubitos, metatarsos) — (D. O. U., 6-1-48).

Portaria n. 483

Inclue na proibição de que trata a Portaria n. 501, de 29-8-46, a exportação de farinha de mandioca. (D. O. U., 6-1-48).

Proc. 181.823-47

Determina que para cumprimento do disposto no art. 30 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 14.728, de 16-3-21, os balanços e balancetes dos estabelecimentos bancários passem a ser obrigatoriamente publicados nos órgãos oficiais da União ou dos Estados. (D. O. U., 6-1-48).

Circular n. 1, de 6-1-48

Declara que os cilindros ou botijões de aço, pintados, novos ou usados, apropriados ao transporte de gases ou liquidos estão enquadrados na letra "g" das isenções estabelecidas na Tabela A, alínea I, do Dec. lei n. 7.404-45. (D. O. U., 10-1-48).

Circular n. 5 de 10-1-48

Recomenda aos Inspetores das Alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do País que, na importação de pneumáticos e câmaras de ar para quaisquer veículos, cuja licença tenha sido concedida para determinados tipos e rodagens especificas, verifiquem, à chegada da mercadoria, se os tipos e rodagens constantes das faturas consulares respectivas correspondem rigorosamente aos constantes das licenças de importação emitidas pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., e aprovadas pela Comissão Executiva da Borracha. (D. O. U., 16-1-48).

D.R.A. — Circular n. 7, de 13-1-48

Declara que o funcionário público pode ser designado para prestar parecer técnico em qualquer repartição, mediante a remuneração devida, sem incidir na acumulação proibida pelo art. 185 da Constituição Federal vigente. (D. O. U., 17-1-48).

D. R. A. — Circular n. 4, de 6-1-48

Declara que, mesmo importados sem os respectivos caminhões, devem os carros — roboques ser incluidos no art. 1.779, inciso II da Tarifa — das Alfândegas em vigor taxa segundo seu pêso, por constituirem simples prolongamento dos caminhões especificados no referido art. n. 1.779. (D. O. U., 20-1-48).

Aviso n. 15, de 19-1-48

As aguardentes entre as quais a de bagaceira estão classificadas nominalmente nas 3.ª e 4.ª divisões do art. 276 da Tarifa, para o pagamento dos direitos em função dos respectivos gráus alcoólico, não podendo haver confusão com as conhaques que estão compreendidos na 5.ª divisão do mesmo artigo para os quais ha tratamento diferente — Nestas condições, não devem as faturas consulares consignar essa bebidas senão de acôrdo com a sua classificação comercial e tarifária, nos têrmos do art. 12 do Dec. n. 22.717, de 16-5-33. (D. O. U., 22-1-48).

Portaria n. 30, de 23-1-48

Exclue da proibição de exportar a torta ou farelo de amendoim de produção do Estado de S. Paulo; também a farinha de mandioca grosa — originária das regiões Norte e Nordeste do País; declara, ainda, que a proibição das exportações de tortas de sementes oleaginosas, não se refere às produzidas no Norte e Nordeste do País — todos os produtos acima continuam sujeitos à licença prévia da Cart. de Exp. e Importação do Banco do Brasil. (D. O. U., 24-1-48).

Portaria n. 29, de 23-1-48

Isenção do direitos de importação e demais taxas aduaneiras para o papel que contiver linha-d'água (vergé), destinado à imprensa. (D. O. U., 24-1-48).

MINISTERIO DA GUERRA

Portaria n. 275, de 31-12-47

Baixa instruções para o comércio e a indústria nacionais de explosivos nitroglicerinados e capsletas. (D. O. U., 22-1-48).

MINISTERIO DO TRABALHO

Portaria n. 298, de 27-12-47

Declara que as contribuições exigidas pela legislação de previdência social, e tão somente para os fins nela previstos, passarão a ser descontadas, a partir do mês de janeiro de 1948, sôbre a totalidade da remuneração paga aos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, até o máximo de Cr$ 2.000,00, sem distinção entre salário e abono, excluidas, unicamente, as importâncias já isentas

de descontos, nos têrmos da mencionada legislação e dá outras providências (D. O. U., 5-1-48).

Serv. Atuarial — Portaria n.º 1, de 10-1-48

Expede normas para o cálculo das reservas médias a serem restituídas aos segurados do I.A.P.I. (D. O. U., 13-1-48).

Dep. Nac. de Seg. Priv. e Capitalização — Portaria n. 14 de 31-12-47

Aprova instruções e modelos de balanço e contas agora padronizadas, a fim de serem observadas e adotadas pelas sociedades seguradoras. (D. O. U., 16-1-48).

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO

Instrução n.º 26, de 8-1-48

Eleva de 30 para 75% a cota a que se refere a letra "a" da Instrução n. 25, de 3-6-47, referente à parte que os estabelecimentos bancários autorizados a operar em câmbio são obrigados a vender ao Banco do Brasil S. A., de suas compras em moeda arbitrável. (D. O. U., 9-1-48).

BANCO DO BRASIL S. A.

Cart. de Exp. e Importação — Aviso n. 136, de 7-1-48

Importação — Licença Prévia — Estanho. (D. O. U., 14-1-48).

.... *Fiscalização Bancária — Instrução n. 34*

Registro de Capitais estrangeiros para efeito de retôrno. (D. O. U., 22-1-48).

ESTADUAL

Decreto n. 17.840, de 31-12-47

Regulamenta o Dec.-lei n. 16.546, de 26-12-46 (Regulamento do Departamento de Estradas de Rodagem). (D. O. E., 1-1-48).

Lei n. 43, de 31-12-47

Autoriza a cobrança da taxa de pedágio dos usuários da Via Anchieta e dá outras providências. (D. O. E., 4-1-48).

Lei n. 52, de 31-12-47

Modifica a tabela a que se refere o artigo 10, Livro X, do Código de Impostos e Taxas (Taxas de Registro e Fiscalização e de Conservação de Estradas de Rodagem) (D. O. E., 4-1-48).

Decreto n. 17.695, de 26-11-47

Aprova a Consolidação das leis e demais normas relativas ao ensino, mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13-5-47 (D. O. E., - Suplemento - 4-1-48).

Decreto n. 17.868, de 10-1-48

Regulamenta a alínea "c" do artigo 2.º do Decreto-lei n. 16.546, de 26-12-47. (D. O. E., 13-1-48). (Crêa, no Departamento de Estrada de Rodagem, a Polícia Rodoviária)

Decreto n. 17.893, de 23-1-48

Regulamenta a Lei n. 43, de 31 de Dezembro de 1947. (D. O. E., 27-1-48) (Vide: Lei 43 neste ementário).

Decreto n. 17.894, de 23-1-48

Regulamenta o parágrafo único do art. 18 da Lei n. 13 de 22-11-47 (D. O. E., 27-1-48). (Imposto de Vendas e Consignações)

SECRETARIA DA FAZENDA

Departamento da Receita — O.S.N. 2-48, R-11, de 2-1-48

Baixa Instruções com respeito à arrecadação dos impostos sôbre vendas e consignações, sôbre transações e do sêlo das guias de expedição de mercadorias, de que trata a Lei n. 13, de 22-11-47, que elevou a taxa desses impostos a 2%. (D. O. E., 4-1-48). (Retificação D. O. E., 6-1-48).

Departamento da Receita O. S. N. 4-48, DCS

Baixa instruções com respeito à arrecadação das taxas do Registro e Fiscalização de Veículos e de Conservação de Estradas de Rodagem de que trata a lei n. 52, de 31-12-47 (D. O. E., 24-1-47).

MUNICIPAL (S. PAULO)

Lei n. 3.683, de 31-12-47

Dispõe sôbre o Imposto de Indústrias e Profissões (D. O. E., 1-1-48).

Lei n. 3.684, de 3-1-48

Dá nova redação ao artigo 2.º, do Dec.-lei n. 277, de 24-2-45, que isentou de impostos municipais, os hotéis localizados no Município da Capital cuja construção fôsse iniciada e concluída dentro de 5 anos. (D. O. E., 4-1-48).

Decreto n. 1.044, de 8-1-48

Consolida e regulamenta as disposições legais relativas ao Imposto de Industrias e Profissões. (D. O. E., 9-1-48).



DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL
Dia 12-3-1948

O Professor Oscar Castelo Branco, Presidente do Departamento de Expansão Cultural, proferindo sua palestra sôbre o tema: "INTERPRETAÇÃO À NOVA LEI DO IMPÔSTO DE RENDA".



DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL
Dia 12-3-1948

O nosso Secretário, sr. Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho, fazendo a entrega do certificado de frequência do "CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE CUSTOS INDUSTRIAIS", *ao associado sr. Salvatiano Tomentini Sanchez.*



DEPARTAMENTO DE EXPANSÃO CULTURAL
Dia 12-3-1948

Aspecto do auditório que lotou o Salão Nobre, na noite dessa reunião.

Conselho Regional de Contabilidade do Est. de S. Paulo

REGISTROS EFETUADOS ATE' 31-12-1947 (Continuação)

CONTADORES

N. NOME

597 Waldyr Costa Pinto
598 Martin Garcia Santiago
599 Odilon Guarnito

621 Emilio do Amaral Ribeiro de Figueiredo
622 Mario Rodrigues Caruça
623 Oswaldo Scalfi
624 Rubens Gallini
625 Mario Dias dos Santos
626 José Roberto de Macedo Pinto
627 Bernardino Augusto Affonso
628 Ernesto Wahlbuhl Filho
629 Antonio Branco de Miranda Netto
630 José Dortéa da Silva
631 Homero Lorenzetti
632 João de Araujo Luso
633 Francisco Lamezano da Cunha
634 Antonio Falcão
635 Oswaldo Denone
636 Domingos Destro
637 Newton de Arruda Leme
638 Herculano Fenerich
639 Antonio Ramos
640 Alcindo Telles Leme
641 Armando Sampaio Fonseca
642 João Newton Terçarolli
643 Mario Pauperio Serio
644 Antonio Martin
645 Ricardo Muller
646 José Garcia Filho
647 Saturnino Galvão França Junior
648 Aroldo Geraldo Silva
649 Mario Garaldi
650 Ruy Marques
651 Mauro Picchioni
652 Antonio dos Santos Peixoto
653 Francisco Gianocaro
654 Homero Almeida Souza
655 Artur Esteves de Lima Jr.
656 Moyses Atie
657 Clementino Salzano
658 Christovam Lammardo
659 Caelo de Moura
660 Ricardo Reviglio
661 Ptolomeu Nastro
662 Acary Marcondes
663 Eduardo De Gennaro
664 Antonio Ferreira Porto
665 Francisco Pinto Fonseca

666 Alberto Semin
667 Amelio Vannucchi
668 Nelson Monticelli
669 Antonio Cerretti
670 Sebastião Bueno dos Reis
671 Odilon Marcondes Trigo
672 Flavio Lapate
673 Fernando Guimarães
674 Moacyr Paes
675 Benjamim de Castro
676 Ayres de Paula
677 Kamal Saud
678 Antonio Bruno Tenan
679 Maria Odila Nobre
680 Odelim Pavão
681 Dermeval Ladeira
682 Armando Mangini
683 João Manoel Ribas d'Avila
684 Antenor Faim
685 José Corrêa da Silva Neto
686 Cordon Fox Rule
687 Ruy da Silveira Barreto
688 Romeu Grassi
689 Carlos Gravina
690 Armando Dino Cascella
691 Mario Basali
692 Mario Checco
693 Matheus Ligneri
694 José Dias Cardoso
695 Lidio Francheschini
696 João Baptista Della Casa
697 Mario Cesar Sorriso
698 Remo Predella
699 Ubirajara de Barros
700 João Moeller
701 Austiclinio Almeida Santos
702 Paschoal D'Andréa
703 Renato Eleutério
704 Edmund do Amaral Campos
705 Damiano Barretta
706 Orion Piramo Lugrotta
707 Zulmiro Candido de Oliveira
708 Namio Hirata
709 Jacob Hubner
710 Oswaldo Zanini
711 Hugo Gomes Spolzino
712 João da Cruz Almeida Martins
713 Oswaldo Gomes
714 Henrique Antonio Lotti
715 Maria Marconsin
716 Waldemar Ferreira Varella

717 Augusto Ferreira Varella
718 Alvaro Martins
719 José Carlos Teixeira Nogueira
720 Antonio Martins de Araujo
721 Jacintho Martini
722 Luiz Denone
723 Antonio Magalhães Pinto
724 Gregorio Lopes
725 Walter Ruiz
726 Jayme Nardy Vasconcellos
727 Tomoniça Ogassavara
728 Ezzio Luiz Ambrogi
729 Paulo Bueno Pacheco
730 Salvador Dias Sobrinho
731 José Esteves
732 José Guimarães Muller
733 Eduardo Chamon
734 Benedicto de Lourenço
735 Delmo Bianchi
736 Leodavaldo Ehart
737 Cyrillo Lutzoff
738 Cornelio de Oliveira Convêa
739 Antonio Gonçalves Lopes
740 Arito Rodrigues
741 Luiz Edmundo Franchin
742 Antonio Palombo Junior
743 Carlos Biancalana
744 Bernardino Gonçalves da Costa
745 Geraldo Lacerda Martini
746 André Masili
747 Vicente Salzano Flori
748 Romeu Grandinetti
749 Edward Pellizzer
750 Augusto Nadalutti
751 José Vazuller Junior
752 Francisco Coppola
753 José Gazmenga
754 Carlos França
755 Theodoro Fabris
756 José Geraldo Moraes de Souza
757 José Nascimento Filho
758 Eduardo da Silva
759 Ramiro Pessoa
760 Sergio Torquette
761 João Stanis

778 Afonso Colaferri
779 Ezio Gramieri
780 Aninto Muceno da Silva
781 Floriano Bontempo
782 Olivio Grassi
783 Ruth Gurgel Diniz
784 Américo Torzini
785 Orlando Laporta
786 Frank Alexander Ford
787 Edmundo Paschoal Luperi
788 Inias Augusto Feltz
789 Luiz Alarcon

790 Arnaldo Pacini
791 João Roque Gomez
792 Lygio Troccoli
793 Aldo Poli
794 Oswaldo Dal Bello
795 Humberto Brasole
796 Carlos Pascual Ros
797 Hugo Pamaia
798 Alvaro Costa Bravo
799 Paulo Hermelindo Oliva
800 Hiroshi Nakano
801 Zeny le Barros Pinto
802 Miguel Bortz
803 Sebastião Ferraz Salles
804 Waldemar Belia
805 Edgard Dalla Torre
806 Jose Antonio Roselli
807 Altair João Macedo
808 Renato Pascual Travellin
809 Rubens Vita da Silva
810 José Dell'Acqua
811 Aguinaldo José Gonçalves
812 Jacob Blumer
813 José Martha Filho
814 Geraldo Maestri Alvarez
815 Jason Petrão
816 Alfredo Paz Lanzuda
817 Nelson Prieto Blanco
818 Edmundo Fernandes
819 Roberto Blanco
820 Paulo Porto de Oliveira
821 Julio Simões
822 Orlando Moreira Serra
823 Joel Teixeira Reis
824 Milton Blanco
825 Talia Di Renzo
826 Mario Alves

828 Benigno Lopes Cardoso
829 Demetrio Bellantoni
830 Herbert Eward Sandall
831 William Fontulu Baskerville
832 Alvaro Moura
833 Antonio Salvador de Souza Pinto
834 Ary Leite de Barros

860 João Sollaci
861 Ernesto de Souza Barbeiro
862 João Matsumoto
863 Nicola Amadeu Liceo
864 Danilo Duarte Serra
865 Annio Francisco Ordine
866 Luiz Gonzaga de Souza Figueiredo
867 Mario Gonçalves
868 Virgilio Baptista
869 Jacob Nammur
870 Oswaldo Carpi
871 Armando Padovani

872 Mario Arnoni
873 Alberto Paulo Pareto
874 Sinfronio de Souza Campos
875 Demetrio Torre
876 Geraldo Maria de Barros
877 José Mast
878 Moacyr Ferragi
879 Antonio Alor
880 Haroldo Miranda Stipp
881 Paulo da Costa Santos
882 Francisco Galati
883 José do Carmo
884 Walter Sanchez
885 Hercules Ferré
886 Rubens Ohl
887 Laurindo Francisco Gomes
888 José Maria Corrêa Gomes
889 Armando Addeu
890 Wilson da Silva Souza
891 Eduardo Pare
892 Luiz Cremonesi
893 Pedro Ferro
894 André Pastore
895 Waldemar Angerani

897 Oscar Fernandes Martins Jr.
898 Antonio Romeiro
899 Domingos Coda
900 Sylvio Lincoln de Almeida
901 Izão Carneiro Soares
902 Wilson Franzoni
903 Francisco Perez
904 Alberto Faiani
905 Helio Lino Labate
906 Omar Apterkmann
907 Luiz dos Santos
908 Pedro Pereira da Costa
909 José Custódio Vieira
910 Ado Alberto Jocondo Bechelli
911 Orlando Cordeiro
912 Mario Martins Ribeiro
913 Antonio Nigro
914 Hugo Oswaldo Guedes Loureiro
915 João Vivanco Lopes
916 Elcio Salvador Brossi
917 Victorino Dabnolin
918 Carmo Pannoci Filho
919 Anito Massi
920 Moacyr Bellia
921 José Mauricio Ferreira Kuchenbuck
922 Alexandre Brevigliori
923 Antonio De Conti
924 Roberto Sallowicz
925 Mauro de Toledo Piza
926 Rolando Lorenzetti
927 Coriolano de Marins e Dias
928 Milton de Oliveira e Silva
929 Orestes Nanini

930 Adhemar de Brito
931 Cervasio Luiz de Castro Filho
932 Horacio Leite Junior
933 Arnaldo Chiarioni
934 João Ivanoff
935 Oswaldo de Oliveira
936 João Luizi
937 Waldemar Miguel Picchi
938 Alvaro da Silva Bittencourt
939 Matilda Cole
940 Alfio Marcondes de Castro
941 Arthur Reginaldo Jerosch
942 Horst Winter
943 Fernando Monaco
944 Manoel Bosco Heleno
945 Pedro Caldara
946 Norton dos Santos Gabriel
947 Jonas Silveira
948 Rafael Fernandes Silva
949 Amadeu Di Francesco
950 Roberto Grisanti
951 Paulino Vicchiate
952 Eduardo Gimenez Ruiz
953 José Cortez Sobrinho
954 Enzo Felizatti
955 Carlos Fredrichsson
956 Tabajara Azevedo Silva
957 Oscar Bratfisch
958 Benedito Guimarães Junior
959 Leonildas Cavazzoni
960 Trento Bibini
961 Dimas de Andrade Silva
962 Remo Ferrara
963 Emilia José Rodrigues
964 Armando Chiraldelli
965 José Roberto Ramos Pinto
966 Nelson Borrelli
967 Emilio Zuppa
968 Pedro Cosignani Sobrinho
969 Sylvio Grasso
970 Ivone Galluti
971 José Pesce
972 José Nunes Francisco
973 Narciso Guazzelli
974 Helio Toledo Piza Pentead o
975 Manoel Fernandes
976 Li de Barros Penteado

1.006 Fernando José d'Almeida
1.007 Orphim Gomes de Souza
1.008 Salvador Angeloco
1.009 Manoel Silva Lisboa

1.014 Lisinho Fiod
1.015 Mario Boari de Tamassia

1.017 Filinto Pereira

(Continua)

SOCIEDADE ANÔNIMA COMÉRCIO E INDÚSTRIAS

=SOUZA NOSCHESE=

Fabricantes de

Aparelhos Sanitários e Domésticos

RUA JULIO RIBEIRO, 243 — SÃO PAULO

Telegramas: FUNDIÇÃO —::— CAIXA POSTAL, 920

FONE: 9-1164 Escritório
15 Ramais e Fábrica

LOJA E EXPOSIÇÃO

RUA MARCONI, 28 — FONE 4-8876

Representantes:

Filial SÃO PAULO — V. TEIXEIRA & CIA. Ltda. — R. Miguel Couto, 29 - 2.º and. — Rua Oriente, 487 End. Teleg.: "NOSCHESE" — Telefone, 2-5334 — RIO DE JANEIRO

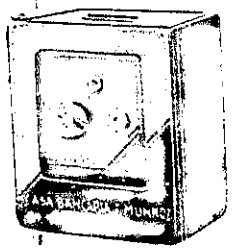
ALBERTO NIGRO & CIA. — Rua Dr. Muricy, 419 — End. Teleg.: ALGRO — CURITIBA

Filial SANTOS — R. J. Pessoa, 138 — Telefone, 2055

Casa Bancária F. Munhoz Ltda.

Fundada em 1941

CAPITAL REALIZADO Cr$ 1.000.000,00



Deposite as sobras do seu orçamento no "COFRE DA INFANCIA", artistica miniatura de um cofre autêntico que a

CASA BANCÁRIA F. MUNHOZ Ltda.

fornece gratuitamente às pessoas previdentes. Habitue seu filhinho a guardar, nesse cofre, as pequenas economias que o ar. lhe dá, assim formando desde cêdo o seu espírito previdente e incentivando-o para que seja amanhã um homem util à familia, à sociedade e à Pátria. A idéia dêsse cofre nasceu do desejo de ajudar aos pais a constituirem, desde a infância, o patrimônio econômico de seus filhos.

"COFRE DA INFÂNCIA"

Tabela de juros

C/c Limitada, até Cr$ 100.000,00	6½%
6 meses	7 %
9 meses	7½%
C/c Prazo Fixo 12 meses	8 %
12 meses c/renda mensal	7½%

RUA WENCESLAU BRÁS, 179 (pavimento térreo) —— SÃO PAULO

—— FONE 3-1758 — Caixa Postal 5820 ——

IMPÔSTO DE RENDA

O NOVO REGULAMENTO BAIXADO COM O DECRETO N.º 24.239 DE 22 DEZEMBRO DE 1947

—— JA' SAIU ——

COM INDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO
NOTAS EXPLICATIVAS E EXEMPLOS DE CALCULO

— ✕ —

Normas para requerer certidões, restituição do impôsto pago a mais; Prorrogações de prazo para entrega de declarações etc. Consubstanciando um valioso acervo de instruções e esclarecimentos para a bôa interpretação do decreto n.º 24.239 de 22-12-47

— ✕ —

EDIÇÃO ESPECIAL DA REVISTA "FISCO E CONTRIBUINTE"

Distribuida em todo o Brasil por

FERNANDO CHINAGLIA

Av. Presidente Vargas, 502 — 19.º — RIO DE JANEIRO

—— PREÇO Cr$ 30,00 ——

A' venda nas bancas de jornais, nas agências a INTELLECTUAL e a A ECLÉTICA e nas livrarias FREITAS BASTOS e TEIXEIRA

— ✕ —

Senhores Contadores façam seus pedidos à

SOTABIL

Por intermédio do prof. Joaquim Monteiro de Carvalho

Rua Quinze de Novembro, 200 — 13.º andar — Salas 10 a 13 — Tel.: 3-1283

— ✕ —

Peçam informações na Capital pelo telefone: 3-7347

Pedidos do interior atende-se por cheque em favor da revista "FISCO E CONTRIBUINTE" - C. Postal 247-B - SÃO PAULO

Gráfica São José — Rua Galvão Bueno, 250 — Telefone 4-4[illegible]2 — São Paulo

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

Doc. nº 1

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

VRT - 1429/8

São Paulo, 16 ; 6 ; 48

Meroiola

121
900

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

CRT - 2.a Região
N. 1429/48
Em 14/6/48

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.-

De acordo. São Paulo, 14/6/48.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA por seus advogados que esta subscrevem vem requerer a V.Excia. seja solicitada ao Departamento Estadual de Estatística - rua Maria Antonia, 252 - uma relação dos preços dos generos de primeira necessidade vigentes nos meses de julho de 1946 e fevereiro de 1948 nas seguintes cidades :

1) - Campinas
2) - Ribeirão Preto
3) - Franca.

Termos em que,

P. Deferimento

São Paulo, 12 de junho de 1948

J. A. Cunha Lima

Thomaz da Costa Neves

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

CRT. 1451/8

São Paulo, 16 / 6 / 48

ENC. DE SIP

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONCALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELLO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

122

1.451 | 48
Em 14/6/48

EXMO.SNR.PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE S.PAULO.

Intime-se o perito para comparecer à audiência.
S. Paulo, 15/6/48.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, manifestando-se sôbre o laudo pericial oferecido no processo TRT-SP-271/46, vem apresentar a êsse ilustre Tribunal as inclusas observações.

Relativamente aos honorários do snr. Perito, e não obstante as dificuldades em estimar o trabalho alhêio, entende a Suplicante que a importância de Cr.$15.000,oo (quinze mil cruzeiros) constitue remuneração condigna para o trabalho apresentado.

Nestes termos, J. aos autos, com as referidas observações, e requerendo, ainda, se digne V. Excia. mandar intimar o snr. Perito para que compareça à audiência designada para o dia 16 do corrente, às 16 horas, afim de prestar os esclarecimentos que se tornem necessários,

P. e E. deferimento.

São Paulo, 14 de Junho de 1948.

O advº pp.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONCALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELLO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

123

EXMO.SNR.PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE S.PAULO.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, pelos autos do processo nº TRT-SP-271/46, no qual, como SUSCITADA, contende com o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, como SUSCITANTE, intimada pelo ofício nº SP-1.929/48, de 9 deste mês, para manifestar-se sôbre o laudo pericial apresentado a êsse digno Tribunal, vem, na fórma que se segue, oferecer seu pronunciamento.-

--:o:--

DA SUSCITADA.

1º QUESITO:

Quanto a êste quesito, nada ha a observar, visto como o snr. Perito concluiu pela exatidão do balanço geral levantado pela SUSCITADA em 31.12.47, cuja cópia autêntica se encontra anexa aos autos.

2º QUESITO:

Da mesma fórma, como uma decorrência da resposta supra, afirmou o snr. Perito ser verdadeiro o déficit de Cr.$... 900.372,3o, indicado no referido balanço. Nada ha, pois, nêste quesito, que demande esclarecimentos.

(segue)

3º QUESITO:

Ainda no que tange a êste tópico, nenhuma observação ha a fazer, senão a de salientar-se, desde lógo, que o aumento de salários pleiteado pelos SUSCITANTES implicaria em um acréscimo de Cr.$50.000.000,oo (cinquenta milhões de cruzeiros), em números redondos, na verba de "PESSOAL" da SUSCITADA.-

4º QUESITO:

Tambem com referência ao presente quesito, conviria salientar que o snr. Perito concluiu pela exatidão dos dados constantes do doc? 5, anexo á contestação, indicando no quadro 1 que acompanha o seu trabalho, as seguintes médias de remuneração do pessoal:- Cr.$484,80, nos dois primeiros mêses de 1945; Cr.$ 571,80 até Junho do mesmo ano; Cr.$761,40, dêsse último mês a Agosto de 1946; e Cr.$917,oo no período compreendido entre Setembro de 1946 e Dezembro de 1947. Verifica-se, lógo á primeira vista, a elevada progressão havida naquela remuneração.-

5º QUESITO: e 6º QUESITO:

Respondendo ao quesito marginado, referindo-se aos documentos de fls. 66 a 77 dos autos, diz o snr. Perito não ter podido verificar o grau de sua exatidão, por não lhe terem sido fornecidos elementos que permitissem determinar a "ração" utilizada. Ora, no doc? de fls. 66, o primeiro dêles, está declarado que essa "ração" é a de tabela de "arranchamento" das praças do Exército.

Quanto ao doc? de fls. 65, o mais importante dêles, como informa o snr. Perito, constata êle a exatidão dos valores indicados em todas as suas colunas, com exceção da última, referente ao "CUSTO DE VIDA NA REGIÃO MOGIANA" que diz o laudo

"... não poude ser controlada por falta dos

(segue)

"elementos primários utilizados no cálculo".

Expliquemos, pois, que essa coluna foi calculada da fórma seguinte:

Na região Mogiana, só relativamente à alimentação possuiamos dados seguros, por dispormos dos preços de venda de gêneros alimentícios da Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Companhia Mogiana, uniformes em toda a zona.

Calculamos com êles os índices da penultima coluna daquele quadro, ou seja "CUSTO DE ALIMENTAÇÃO", cuja exatidão o snr. Perito confirma. Comparamos êsses índices de custo de alimentação com os mesmos índices fornecidos pela Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo. Modificamos, a seguir, na mesma proporção achada para a alimentação, alguns dos índices dos demais itens considerados pela referida Divisão na determinação dos índices do custo total da vida na cidade de São Paulo.

Em outras palavras: Consideramos que as despesas de assistência médico-farmacêutica, por exemplo, de móveis, de transporte e "diversas" sofriam entre a cidade de São Paulo, como é óbvio, e as da zona Mogiana, a mesma variação que sofrem as despesas de alimentação.

Para o ano de 1947, por exemplo, o "índice de alimentação" na cidade de SÃO PAULO é de 373 e na zona Mogiana é de 323, ou seja 0,87 daquele.

Assim, reduzindo-se os índices das quatro despesas acima citadas na mesma proporção, teremos os resultados que figuram no quadro demonstrativo adiante elaborado:

(segue)

ITENS	Ponderação	ÍNDICES		
		Cidade de São Paulo	Região Mogiana	
			Unitário	Ponderado
Alimentação	56,84	373	323	183,59
Habitação	16,10	120	120	19,32
Vestuário	11,09	460	460	51,01
Combustível	4,64	319	319	14,80
Médic.-farm.	2,25	353	307	6,91
Fumo	2,18	251	251	5,47
Arts. limpeza	2,13	317	317	6,75
Móveis	1,55	351	305	4,73
Transporte	1,95	147	128	2,50
Diversos	1,27	149	144	1,83
TOTAL	100,00			296, 91 ou 297,00

Aí está como se obteve, para o ano de 1947, o índice 297, que figura na última coluna do quadro de fls. 65.

Para os anos anteriores, a marcha do cálculo foi a mesma .

Releva notar que nêsse quadro só se fez variar, na mesma relação encontrada para a alimentação, quatro das verbas que figuram nas apurações da Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura de São Paulo. Se fizéssemos variar em igual proporção todas as verbas, o índice do "CUSTO DE VIDA NA REGIÃO MOGIANA", em 1947 baixaria para 286,59.

E essa variação seria, como facilmente se compreende, absolutamente legítima: é inquestionavel que as cidades do interior do Estado apresentam em relação á Capital, em muitos

(segue)

aspectos, sensivel diminuição de custo de gêneros e utilidades. Em quasi todas elas, alguns dos elementos computados para a Capital são praticamente inexistentes, principalmente em se tratando de ferroviários que residem ao longo da linha, tais como transportes, água, luz, combustivel e mesmo casa para residência.

Nessas condições, os dados da última coluna do doct de fls 65 foram calculados com um critério muito mais favorável ao ponto de vista dos SUSCITANTES, E si êsse critério é inteiramente rasoavel, os índices dessa última coluna devem ser necessariamente aceitos, pois que se deduzem matematicamente dos dados das colunas anteriores, cuja exatidão o snr. Perito confirmou.

Por outro lado, comparando êsse índice médio de custo de vida em 1947 - 297 - com os dos salários médios determinados pelo snr. Perito á pág. 9 do laudo e que são: para Campinas, 301; Ribeirão Preto, 308; Guaxupé, 317; Uberaba, 336, segue-se que os índices de salários mencionados no laudo são superiores aos índices médios do custo de vida em 1947 nas seguintes proporções:

301 - 297 = 4, ou 1% em Campinas

308 - 297 = 11, ou 4% em Ribeirão Preto

317 - 297 = 20, ou 7% em Guaxupé

336 - 297 = 59, ou 20% em Uberaba

--:o:--

Para a média geral de todos os empregados da SUSCITADA, o snr. Perito consigna para os salários de 1947 o índice 306 e comparando-o com o de 330 que adotou para o custo de vida, conclue que o aumento médio de salários estaria 24% abaixo da elevação do custo de vida de 1947.

(segue)

Ha aí um grave e evidente êrro de expressão:- 306 não é 24% inferior a 330, mas sim, apenas, 7,27%, ou seja $\frac{24 \times 100}{330}$, e por outro lado 330 está apenas 7,84 acima de 306, isto é, $\frac{24 \times 100}{330}$.

Igual engano consigna o laudo ao declarar que, de Dezembro, de 1947 a Março de 1948, o custo de vida na região Mogiana subiu de 28,5%. Em porcentagem êsse aumento, se houve, teria sido, de conformidade com os próprios elementos apresentados pelo snr. Perito, de 8,64%, ou seja $\frac{(338,5 - 330) \times 100}{330}$.

Aliás, para que o índice do custo de vida em Março do corrente ano possa ser utilizado, será necessário determinar-se o índice de salários para igual mês, o que não foi feito.

Note-se, ainda, que pelo doc? de fls. 65, o aumento médio do custo de vida de 1946 - índice 268 - a 1947 - índice 297 - foi de $\frac{(297 - 268) \times 100}{268}$ = 10,82%, ou 11% em números redondos.

Êsse resultado coincide perfeitamente com as observações contidas no relatório do Banco Comercial do Estado de São Paulo, referente a 1947, no qual se declara que êsse aumento foi, no Estado de São Paulo, de 11 a 13%.

---:000:---

DOS SUSCITANTES

1º QUESITO:

Ao tratar da resposta a êste quesito, informa o snr. Perito, após especificar as verbas que atingem a Cr.$..... 163.709.963,oo, que nenhuma delas se refere a "melhoramentos e obras novas". Nessas condições, é inadmissível a menção feita no laudo relativamente a despêsas efetuadas com melhoramentos e obras novas, as quais figuram em outro título, e não se incluem,

(segue)

como se disse, na parcela de custêio, sôbre a qual versa o quesito. Cumpre esclarecer que as despêsas com melhoramentos e obras novas são atendidas com a arrecadação de verbas especiais determinadas em lei, cujo produto não póde, em absoluto, ser desviado para outros fins.

2º QUESITO:

Ressalte-se que o laudo pericial discrimina as verbas que compõem o título "Despêsas não Especificadas", demonstrando a legitimidade de todas elas, acrescentando que ha comprovantes das mesmas. Nada ha, assim, a observar senão a circunstância de que 64% dessa verba, ou seja cêrca de dois terços, correspondem a indenizações por perdas, extravios e mesmo, desvios de mercadorias transportadas pela Estrada, o que só póde ser levado à conta da generalisada desídia dos empregados das emprêsas de transporte.

3º QUESITO:

Informa o snr. Perito sôbre a existência das dívidas garantidas da SUSCIADA, discriminando-as, e acrescentando que das mesmas ha documentos comprobatórios. Desnecessária, portanto, qualquer observação a respeito.

4º QUESITO: e 5º QUESITO: e 6º QUESITO:

Nada ha a comentar com referência a êstes quesitos, dada a sua manifesta inocuidade para os pontos em debate.

7º QUESITO e 8º QUESITO:

Após indicar as importâncias correspondentes às despesas com empregados da Administração, discrimina o snr. perito, relativamente a 1947, o valor das despêsas com êsse pessoal, nele incluindo as do Tráfego, do Movimento, de Conservação do

(segue)

Material Rodante e da Via Permanente e Edifícios.

Essas despêsas não poderiam ser computadas. O quesito visou, como é evidente a Administração Central, da qual faz parte a Diretoria.

A padronização das contas nas estradas de ferro, aprovada pela Portaria nº 385, do Ministério da Viação e Obras Públicas e em pleno vigor, admite como despêsas do PESSOAL DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, tãosomente as da Administração Superior, Administração Econômica e Financeira (Tesouraria, Pagadoria, Contabilidade, Contadorias, Almoxarifado, Secções de Compra) e as de Contencioso, todas elas escrituradas no grupo de contas 2.500

As demais despêsas indicadas no quadro de fls. 15 do laudo devem ser levadas obrigatoriamente - e de fato o são - às contas 2.300, 2.400, 2.200 e 2.100, alhêias à Administração Central.

Não são, portanto, despêsas que possam ser incluidas na resposta ao quesito.

Deduzidas, assim, como devem ser, do total consignado no laudo pericial, encontramos o montante de Cr.$..... 7.285.104,80, que representa apenas 8,24% da verba total de pessoal na importância de Cr.$88.485.585,50.

Em rigor essa porcentagem é ainda menor, pois nas despêsas do Departamento de Estudos Econômicos, poderiam não figurar, como figuram, as despêsas do seu Serviço de Fomento, o qual não constitue uma repartiçaõ administrativa, mas um serviço de auxílio ao desenvolvimento da zona, incluindo despêsas com tratoristas, aradores e operários.

Essas, em síntese, Exmo. Snr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, as necessárias observações que a SUSCITADA entende deverem ser oferecidas, desde lógo, à esclarecida apreciação dos ilustrados Julgadores, para que o complexo

(segue)

assunto em debate nos autos, possa ser decidido com pleno conhecimento de causa.-

São Paulo, 14 de Junho de 1948.

O advogado pp.

COMPANHIA MOGIANA
DE E
ESTRADAS DE FERRO
ESCRITORIO CENTRAL
CAIXA POSTAL Nº 620
S. PAULO

132
28

SÃO PAULO, 16 de Junho de 1948.

EC 176/ 880

Exmo. Snr.
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho
da 2a. Região
SÃO PAULO

Para os devidos fins, vimos comunicar a V.Excia. que na audiencia a realizar-se, nesta data, no processo de dissidio coletivo suscitado entre o Sindicato dos Trabalhadores em Emprezas Ferroviárias da Zona Mogiana e a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro será esta Companhia representada pelo seu funcionário e preposto, sr. dr. Álvaro de Souza Lima.

Assim, poderá o referido senhor prestar depoimento pessoal, fazer quaisquer declarações, aceitar ou recusar conciliação, assinar termos e outros documentos e praticar tudo o mais que se torne necessário ao cabal desempenho da sua incumbência.

Atenciosas saudações.

PELA COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADA DE FERRO

EXMO.SNR.PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE S.PAULO.

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seus advogados e procuradores ao fim assinados, pelos autos do Dissídio Coletivo suscitado pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, contra a SUPLICANTE, cuja audiência em prosseguimento está designada para as 16 horas do dia de hoje, quer oferecer à elevada apreciação dêsse Egrégio Tribunal as seguintes

P-R-E-L-I-M-I-N-A-R-E-S

1a. - De conformidade com o art. 702-nº I-alínea b da Consolidação das Leis do Trabalho, abaixo transcrito,

"Art. 702. - Ao Tribunal Superior compete:
I. - Em única instância:
a. - .....
b. - Conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho;
.....

é indiscutível a incompetência do Egrégio Tribunal Regional de São Paulo para conhecer e decidir do presente dissídio coletivo.

Na verdade, a questão em debate interessa a ferroviários com funções ao longo de toda a linha férrea da SUSCITADA, a qual, como é sabido, estende-se também por grande parte

(segue)

do território do Estado de Minas Gerais.

Ora, em face do art. 674 da mesma Consolidação, a jurisdição desse Egrégio Tribunal da 2a. Região abrange os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. E a do Tribunal da 3a. Região compreende os territórios dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Facil é, portanto, verificar-se que a questão em debate excede à jurisdição de um só dos citados Tribunais, firmando-se dessarte a competência do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho para decidí-la, na fórma do que prescreve o aludido art. 702 da C.L.T.

Nessas condições, submetida a presente preliminar ao conhecimento e deliberação dos ilustrados Julgadores, está certa a SUSCITADA de que será reconhecida e proclamada a sua incompetência para a apreciação do feito em exame.

—:o:—

.2a. - Por outro lado, é do conhecimento geral que os ferroviários SUSCITANTES permanecem ainda em greve, não obstante todos os esforços desenvolvidos pela Administração da SUSCITADA e pelas autoridades competentes, inclusive do digno Procurador Regional do Trabalho desse Tribunal. A circunstância de que hajam trafegado, na data de hoje, em pequenos trechos, uma ou duas composições não constitue um retorno à normalidade dos serviços, pois a circulação desses trens se fez em condições precaríssimas e isto mesmo com o auxílio de pessoal extranho aos quadros da SUSCITADA, entre o qual elementos do valoroso Corpo de Bombeiros da Capital.

É ponto pacificamente firmado por êsse Egrégio Tribunal que os processos de dissídios coletivos não podem prosseguir enquanto perdurar a parede em que se hajam declarado os

os interessados na questão.

Dispensamo-nos de maior esplanação a respeito, porquanto a sábia orientação de que se trata tem sido reiterada e unanimemente adotada pelos ilustrados Julgadores, de conformidade, aliás, com expressa manifestação do digno Procurador Regional do Trabalho desse Tribunal quando, em dias da semana passada na cidade de Campinas, dirigiu-se pelo rádio aos SUSCITANTES concitando-os à retomada do serviço e fazendo-lhes sentir que sua obstinação prejudicaria irremediavelmente o andamento do processo em causa.

Em face do expôsto e tendo em vista os altos objetivos colimados pelo princípio esposado por êsse Egrégio Tribunal, está convencida a SUSCITADA de que no presente caso também será decidido dessa fórma, evitando-se um precedente que poderá trazer em futuro próximo as mais lamentáveis consequências para o rítmo de trabalho do Estado.

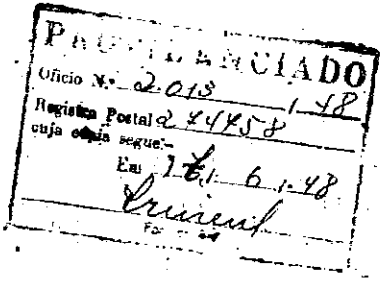
São Paulo, 16 de Junho de 1948.

pp. Hermínio Gonçalves
Eurico de A. Camargo.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

ATA /48A

Às dezesseis horas do dia 16 de junho de mil novecentos e quarenta e oito na sala de audiências do Tribunal Regional do Trabalho, sob a presidencia do Sr. Juiz Dr. José Teixeira Penteado e com a presença do Sr. Procurador Dr. Luiz Roberto de Rezende Puech e o Sr. Juiz Dr. Hélio Tupinambá Fonseca, foi aberta a audáencia de instrução e consiliação do dissídio coletivo entre partes, como suscitante a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO como suscitada a CIA MOGIANA DE ESTRADA DE FERRO. Compareceu pela suscitada Dr. Alvaro de Souza Lima acompanhado de seus advogados Drs. Helcio Pimentel de Melo e Eusebio de Arruda Camargo. Pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana compareceu o Sr. Helio Carvalinho Pompeu acompanhada de seus advogados Drs. Cunha Lima e Thomaz da Costa Neves. Aberta a audáencia o presidente em proceguimento a instrução do processo e em cumprimento ao que dispõe o artigo 862 da Consolidação das Leis do Trbalho o Presidente apresenta a proposta que lhe parece capaz de resolver o dissídio que e a seguinte. Procedar-se um reajuntamento de salarios dos empregados com base nos vencimentos percebidos em 2 de julho de 1946 digo de 30 de jlho de 1946, nas seguintes proporções de 15 por cento aos empregados que percebiam até 500,00cruzeiros, 10 por cento aos que percebiam salarios de 501,00a mil cruzerás e 5 por cento de 1.101 cruzeiros a 1.500,00 cruzeiros, isto em vitude de se encotrar a suscitada em situação economica deficitiaria. Pela suscitada foi dito que lamenta não poder aceitar a proposta consiliatoria pare apresentada por esta presidencia porque a sua situação deficitiaria constatada pelo laudo não lhe permite satisfazer os pagamentos a que se acha obrigada. Havendo nesta audiencia a empresa suscitada apresentado duas preliminares o Presidente abre vista dos autos ao advogado do Sindicato por 24 horas, e por igual prazo a Procuradoria Regional do Trabllho para que sobre as mesmas falem.digo sobre as mesmas preliminares falem. A Procuradoria Regional do Trabalho por seu procurador presente na audiencia desde já requere em seguida a remessa dos autos a Procuradoria para se pronunciar não so sobre as prelimnnares como tamvem sobre o merito do processo, remessa essa a ser feita logo que decorrido o prazo ora concedádo aos Sindicato suscitante. Igual prazo e concedido a suscitada para falar so reos documentos juntados a fols 103 e seguintes dos autos. Pelo presidente foram deferidos ambos os requerimentos. Em seguida foi encerrada a seção. Para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Procurador, pelo Sr. Juiz presente, pelas partes e por mim subscrita.


PRECINTADO
Oficio N.º 2.015 / 48
Registro Postal 24458
cuja cópia segue:-
Em 16. 6. 48

M.T.I.C. - J.C.J. - 3a JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO EM SÃO PAULO

SP-2.013/48 16 de junho de 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

SR DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA

INFORMAÇÕES

Para prosseguimento de processo submetido a julgamento deste Tribunal, solicito de V.S., providencias no sentido de ser enviada a esta Presidencia uma relação dos preços de generos de primeira necessidade vigentes nos mezes de Julho de 1946 e Fevereiro de 1948 nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Franca.

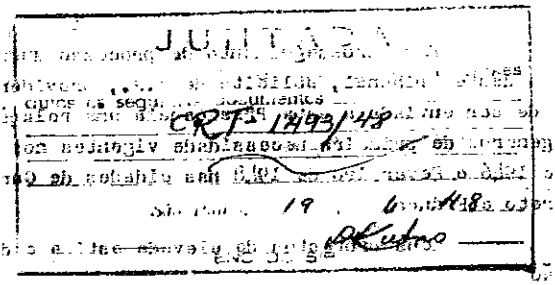
Reitero protestos de elevada estima e distinta consideração

José T. Penteado

Vice-Presidente em Exercício

RUA MARIA ANTONIA, 252

CAPITAL


JUNTADA
CRT 1493/48

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

OFESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUZÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

A 493 48
17 6 8

EXMO.SNR.PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO.

Junte-se.
São Paulo, 17/6/48
Presidente

21/6
21/6

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, pelos autos do Dissídio Coletivo em que contende com o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, manifestando-se sobre o trabalho apresentado pelo snr. Perito à fls. 103 e seguintes do processo, vem oferecer a êsse Egrégio Tribunal, as seguintes observações.-

--:o:--

Os quadros fornecidos pelo Departamento de Estatística e Documentação Social da Prefeitura Municipal de São Paulo, contendo os índices do "CUSTO DE VIDA" na Capital do Estado, de Junho de 1946 a Fevereiro de 1948, tomando por base o custo de vida naquele primeiro mês, em rigor não poderiam ser utilizados.

Falta, com efeito, nos autos o "SALÁRIO MÉDIO" de Fevereiro de 1948 e assim sendo não será possivel com os elementos constantes dos mesmos autos, verificar-se o aumento de salários naquele período afim de, comparando-o com o aumento do custo de vida, concluir-se se devem êles ou não ser reajustados.

Não se diga que não tendo havido em 1947 nem em 1948 aumento algum de salários concedido pela SUSCITADA, o salário médio não variou. Essas variações, mesmo sem concessão de aumentos podem se verificar por reajustamento de quadros, promoções ou outras várias causas.

É, aliás, o que se constata das colunas "Salário Médio Mensal" do docº de fls. 65 dos autos, cuja exatidão o snr. Perito atesta a fls. 3 de seu laudo. Verifica-se por essas colunas que o salário médio do ano de 1946 foi de Cr.$800,80, enquanto para o ano de 1947 foi de Cr$878,50.

Em Junho de 1946 a despesa pessoal com 8.506 empregados da SUSCITADA foi de Cr.$6.409.913,70, conforme indica o quadro nº 1 apresentado pelo snr. Perito. Em Fevereiro de 1948 essa despesa foi de Cr.$6.934.635,10, como póde ser verificado das respectivas folhas de pagamento, para 8.044 empregados.

(segue)

Em conseqüência, o salário médio de cada empregado, em Junho de 1946, foi de Cr.$753,60, ao passo que êsse mesmo salário médio, em Fevereiro de 1948 atingiu a Cr.$862,10, o que representa um aumento de 14,4% dêste último sôbre aquele.

Como nesse período o aumento do custo de vida, de conformidade com os dados do referido Departamento de Estatística e Documentação Social, foi de 28,5%, haveria nos salários um desnivel de 14,1%.

O aumento de 28,5% dado pelo Departamento de Estatística refere-se, porem, à Capital de São Paulo e é positivamente inaceitavel para igual período de tempo na Zona Mogiana, que é a região sôbre a qual devem versar as condições de trabalho debatidas neste processo.

Como já mostramos nas apreciações apresentadas sôbre o laudo do snr. Perito, o aumento do custo da "Alimentação", apurado rigorosamente na zona Mogiana, com base nos preços de venda dos gêneros alimentícios da Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da SUSCITADA, corresponde tãosomente a 87% do mesmo custo de alimentação da Capital de São Paulo.

Quer isto dizer que basta recalcular o índice ponderado do custo de vida na zona Mogiana, corrigindo na proporção acima indicada apenas o índice do custo de alimentação e conservando-se todos os demais idênticos aos desta Capital para, como mostra o quadro anexo, o índice do "CUSTO DE VIDA" de 128,5%, encontrado para esta Capital, reduza-se na Zona Mogiana a 112,12% denotando, assim, entre Junho de 1946 e Fevereiro de 1948 somente um aumento de 12,12% no "CUSTO DE VIDA" na aludida Zona Mogiana. Releva notar que se poderia ainda alterar para menos vários dos itens considerados nos quadros do Departamento de Estatística para aplicá-los à Zona Mogiana, visto como em alguns dêles houve na Capital uma acentuada elevação, por exemplo nos transportes, o que não ocorreu no interior.

Nessas condições, verificado que na Zona Mogiana o custo de vida aumentou, de Junho de 1946 a Fevereiro de 1948, 12,12% e que no mesmo período os salários médios aumentaram de 14,4%, conclue-se que não ha o que reajustar, havendo mesmo ligeira vantagem a favor dêsses salários.

--:o:--

Essas, Exmo. Snr. Presidente, as considerações que a SUSCITADA entende indispensáveis para que a questão focalisada no requerimento do digno snr. Procurador a fls.96 dos autos possa representar, na realidade, um esclarecimento da verdadeira situação das partes em litígio.

São Paulo, 17 de Junho de 1948.

pp.

c/ 1 quadro.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUZÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA CŒLI
ADVOGADOS

COMPARAÇÃO DOS INDICES DO CUSTO DE VIDA, EM FEVEREIRO DE 1948, NA CAPITAL DE SÃO PAULO E NA ZONA DA MOGIANA

	Indices	
	Capital	Zona Mogiana
Alimentação	131,3	114,2
Habitação	116,9	116,9
Vestuário	126,0	126,0
Combustivel	113,0	113,0
Ass.med.far.	147,6	147,6
Fumo	100,0	100,0
Art.limp.dom.	146,9	146,9
Moveis	125,3	125,3
Transporte	142,2	142,2
Diversos	117,9	117,9
Indice ponderado do custo da vida	128,51	112,12

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

CRT 2a Região
N. 1491/18
17/6/48

Exmo.Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.-

Junte-se.
S. Paulo, 17/6/48.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA, por seus advogados que esta subscrevem vem, dentro do prazo que lhe foi determinado, apresentar sua contestação às preliminares arguidas pela excepiente no processo de revisão de dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, contra a COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

1 . - Alega a empresa suscitada incompetência desse Tribunal para julgamento do processo de revisão, invocando o que estabelece a letra "b", do artigo 702 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ora, sucede que o presente processo, iniciado em 8 de janeiro de 1946 (fls.2), foi contestado (fls. 12 a 19) em 18 de janeiro daquele ano, pela Companhia, em audiencia realizada perante a DD. Junta de Conciliação e Julgamento de Campinas (fls. 9 a 11). Em 7 de fevereiro do mesmo ano, data em que as partes entraram em acordo (fls.29 e 30), a Companhia fez um aditamento à contestação que apresentára (fls. 31 a 37). O acordo foi homologado por esse Egregio Tribunal Regional em 2 de julho de 1946 (fls. 42) e publicado no Diario Oficial de 28 de agosto do mesmo ano, quando, então, a excepiente aceitou a competencia desse E. Tribunal.

2 . - Eclodindo novo surto grevista em 25 de fevereiro de 1948, o Digno Sr. Procurador, ex-oficio, suscitou a revisão do processo (fls.45). Designada audiencia para o dia 3 de março a

Companhia apresentou (fls. 54 a 59) contestação a 24 desse mês, no uso do prazo de trinta dias a que alude o parágrafo único do artigo 874 da C.L.T., Não obstante nova audiencia tenha se realizado em 7 de abril (fls. 81) a Companhia Mogiana sómente agora argui preliminares no deliberado propósito de retardar a solução do dissídio coletivo, agravar a situação de penuria de seus empregados e, o que mais importa, coagir o Poder Público a tomar medidas que venham solucionar o impasse e que, por certo, qualquer que seja, beneficiará a empresa suscitada;

3 . - Diz o artigo 182 do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado no caso, por força do disposto no artigo 769 da Consolidação das Leis do Trabalho :

> "As exceções serão opostas nos três primeiros dias do prazo para a contestação (art.292), e serão processadas e julgadas :
> I . - nos mesmos autos e com suspensão da causa, as de suspeição e incompetencia".

PEDRO BAPTISTA MARTINS, nos seus "Comentarios ao Código de Processo Civil, vol. II, a pag. 242, assegura :

> " Por uma questão de economia processual, a maioria das exceções deve, hoje, ser oposta conjuntamente com a contestação para ser processada como materia de defesa. Serão processadas e julgadas distintamente apenas as de que trata o art. 182: suspeição, incompetencia, litispendencia e coisa julgada.
>
> Esses exceções devem ser oposta nos três dias seguintes ao da citação, sendo o prazo preclusivo, isto é, o seu decurso EXTINGUE O DIREITO À EXCEÇÃO ".

O decreto-lei nº 4.565, de 11 de agosto de 1942, em seu artigo 15º alterou o que dispunha o artigo 182 do Código de Processo sendo certo que, desde então o prazo de 3 (três) dias que eram os "seguintes à citação" passaram a ser os "primeiros dias do prazo para a contestação (art.292)".

Desse modo, o legislador de fórma mais concre

concreto, mais positiva e mais clara evidenciou o desejo de limitar a possibilidade de retardamento da solução do processo, de que uma das partes, já ao fim da pendencia, arguisse exceção que pudesse anular ou invalidar todos os atos até então praticados.

Evidentemente, a preliminar de incompetencia do Tribunal Regional do Trabalho para julgamento do feito poderia ter sido levantada, talvez, em 1946 quando o dissídio teve seu começo por iniciativa da Procuradoría. Nunca, entretanto, passados mais de dois anos, quando São Paulo acompanha interessado o desenrolar da pendência e tem a sua vida economica prêsa a esse movimento grevista que abala as próprias finanças do Estado.

Ademais, cabe recordar, por oportuno, que a excepiente aceitou a nomeação do perito, apresentou quesitos, acatou o laudo em parte, e a esta altura, visto que o laudo lhe é desfavoravel, excogitando detalhe busca fundamentos na lei para opor obstáculos ao rápido andamento do processo de revisão.

Deve, assim, a preliminar ser rejeitada.

- o -

Quanto à segunda preliminar, tal é a sua inconsistência que a própria excepiente não menciona o dispositivo legal em que a fundamenta. Não há artigo de lei que admita seja sustado o processo porque os empregados permanecem em greve. Talvez isso fosse possivel antes da vigência da Constituição de 46. Que se admitisse, entretanto, para argumentar - e mesmo para argumentar isso causa arrepios - o sobreestamento do feito porque os membros do Tribunal poderiam sentir-se coagidos pelo operariado em greve. Todavia, que se nos permita afirmar ser inadmissivel a simples possibilidade de se conceber constrangimento por parte de juizes de qualquer Tribunal porque se mantêm, no uso de uma prerrogativa constitucional - o exercicio do direito de greve - os operarios de empresa interessados no dissídio!

A segunda preliminar, portanto, dispensa qualquer contestação. Da insegurança desse argumento, de sua inconsistência e incerteza, a própria excepiente deu mostras evidentes.

Não há, assim, no caso sub-judice de cogitar-se de providência preconizada em diploma legal que, necessariamen-

necessariamente, não se aplica a espécie.

Dessa forma, deve, também, essa preliminar ser rejeitada.

Termos em que, ouvido o Dr. Procurador Regional,

P. Deferimento

São Paulo, 17 de junho de 1948

p/ J. P. Alcântara

Thomaz da Costa Leite

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

Processo PR 520/46 - (TRT SP 271/46)
Parecer PR 661/48 - (Nº 332/48 do Sr. Proc. Reg. Substituto)

SUSCITANTE: Procuradoria Regional do Trabalho
SUSCITADOS: Cia. Mogiana de Estradas de Ferro

P A R E C E R

1) Não merece acolhimento a preliminar de incompetência.

Trata-se, no presente processo, de um pedido de revisão da sentença de fls. na forma do artigo 874 da Consolidação. Portanto, não cogita este processo, nem cogitou esta Procuradoria ao restaurar a instância, senão da revisão da sentença anterior que transitou em julgado, pretendendo-o, logicamente, nos limites da territorialidade em que aquela sentença esteve vigorando até hoje de forma não discutida.

Aliás, a preliminar, para ser processada e julgada, a rigor devêra ser arguida in limine litis, pois se não deveria admitir a sua apreciação arguida a final, exgotados os prasos para sua apresentação, que a própria excipiente requereu e obteve no limite máximo da lei, ou seja, exgotados os trinta dias autorisados no § único do artigo 874.

Por todos estes fundamentos, parece-nos merecer regeição a preliminar de incompetência.

2) A segunda preliminar arguida a fls. 133 tambem não nos parece merecer acolhimento.

Pretende a suscitada que o dissídio não pode prosseguir enquanto perdurar o estado de greve. Inicialmente, cumpre ponderar que as afirmações do Procurador que esta subscreve, quando de sua presença em Campinas, foram feitas como reforço de argumentação para tentar a conciliação das partes em litígio. Acresce que a Jurisprudência, a que se referiu o mesmo Procurador, foi elaborada na vigência da Carta Constitucional de 1937, ou seja, no chamado Estado Novo, que declarava a greve um recurso anti-social.

O caso sub-judice, porem, seria o primeiro a proporcionar à Justiça do Trabalho o exame dessa questão sob

vante, já agora sob o preceito do artigo 158 da Constituição Federal.

3) Acresce que, mesmo ao tempo da Carta de 1937, não se suspendia a instância na ocorrência da greve. Ao contrário, a ocorrência de greve dava lugar à instauração da instância, como se vê do artigo 856 então vigente. Apenas se sustava o julgamento, aguradando-se a volta ao trabalho dos empregados em greve.

4) Feitas estas considerações, parece-nos oportuno o exame do Decreto-lei 9.070, regulador do direito da greve. Aquele diploma legal não determina, em qualquer de seus dispositivos, a cessação ou suspensão da instância. Faculta apenas a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados em greve si esta for exercida fora das normas, prasos, condições e casos alí especificados. Incidindo os operarios da suscitada nas referidas sanções do Dec. lei 9.070, nem por isso decairia em estado dos processos juridicos destinados a resolver a causa primário do desentendimento entre o empregador e seus assalariados.

5) De fato. Ensina a doutrina que, exceptuados os paises fascitas, ou de naturesa tipicamente totalitária - Alemanha, nazista, Italia fascita e Russia bolchevista, admitem, os demais, o direito de greve, condicionando-o dentro de normas de maior ou menor interferência. E, ao mesmo tempo, se proporciona ao Estado um sistema juridico e judicial capaz de prevenir ou remediar os desentendimentos que levam à greve. DESPONTIN, em "Influencia de la tecnica", pag 239, lembra que

> " para prevenir la huelga o para ponerle termino (o grifo é nosso) cada pais ha escogido un sistema mas o menos particular"

A verificação dos textos das leis dos paises que adotam sistemas juridicos e judiciais para as questões coletivas demonstra que a quasi unanimidade prevê sanções para os grevistas em casos especiais, em geral a perda do emprego, sem determinar, porem, a suspensão da instância. A lei da Bolivia é formal e expressa, bem como a do Chile, consignando ambas que os Conselhos de Conciliação e Arbitramento são constituidos para por fim à greve ou lock-out. (Veja-se no MAURICE BASTIAN - "La regulamentation du Conflicte du Travail", pag. 114). Neste mesmo livro, pag. 111, é invocado o caso da Belgica, onde os Comités Oficiais têm por objetivo:

> " applanir les conflicts collectifs entre employeurs et salariés et de prevenir les grêves et lock-out ou d'y mettre fin" (o grifo é nosso).

Não poderia realmente ficar o Estado alheio ao desentendimento exaltado pela greve, mesmo porque esta, com suas consequencias e seus efeitos sociais, impõe uma solução tanto mais necessária quanto existindo orgãos que legitimamente têm a função precípua de decidir o caso.

6) Si exercido o direito de greve fora das normas, prasos, condições e casos legais, facultam as mesmas leis as sanções impostas pela ordem publica. A suspensão da instância teria como principal resultado a perduração do desentendimento com graves onus não somente para os interesses particulares em jogo mas, em especial, para os interesses coletivos e sociais, correndo o risco da extensão ou propagação da greve a outros setores, pois não é dado desconhecer o fenomeno da contaminação, que a doutrina refere entre as mais graves consequencias da demora na solução de uma greve. Esta exige solução rápida por parte do Estado, como refere o mesmo DESPONTIN na obra supra citada, " para que sus efectos tengam un reducido alcance e no se propaguen a otros gremios o regiones", pag. 239.

Pode esta Procuradoria informar que a greve de que se cogita nestes autos proporcionou, sem dúvida por força da referida contaminação, cerca de 10 outras greves na zona atingida pela Mogiana.

7) Cumpre ainda acrescentar que a instancia não se suspende senão nos casos expressamente autorisados ou determinados em lei, sendo certo que, nem a lei processual comum, nem a leid do trabalho, impõe a suspensão da instancia no evendo de greve.

Conclue, pois, esta Procuradoria, entendendo que é de interesse público e decorrência obrigatoria das atribuições da Justiça do Trabalho, não somente a manutenção da instancia mas, até mesmo, a antecipação do julgamento sempre que ocorrer a interveniencia de greve. Nem foi outro o objetivo do requerimento desta Procuradoria, a fls. 95. Deve, em consequência, o dissidio ser julgado desde logo, regeitada tambem a segunda preliminar.

8) Quanto ao mérito:

a) atendendo à situação deficitária da suscitada

b) atendendo, porem, ao desajuste dos salarios em face do custo de vida

c) atendendo a que, em tais casos, si os salarios devem ser aumentados, estes aumentos não se podem afixer nos niveis maximos indi-

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

cados como necessários

d) atendendo a que a proposta intermédia do Sr. Presidente do E. Tribunal Regional muito se aproxima de uma solução razoavel para o caso, obedecendo ao critério de equidade;

Opina esta Procuradoria sejam concedidos aumentos de salários, classificadamente de 15,10 e 5%, com a seguinte alteração: 15% para os salários até Cr.$ 500,00 mensais; 10% para os salários de 500 a 1 900 cruzeiros mensais; e 5% para os salários superiores a 1 500 cruzeiros mensais.

A sentença deverá vigorar pelo prazo de 2 anos facultando-se à suscitada obter as tarifas necessárias à recuperação dos meios dispendidos nos pagamentos destes aumentos.

São Paulo, 18 de Junho de 1948

Luiz Roberto de Rezende Puech
PROC. REG. SUBSTITUTO

LR/

Em cumprimento ao despacho do Sr. Procurador Regional, nesta data encaminho a presente ao TRT da 2ª Região

Em 18 de Junho de 1948

Lea Rica
p/ Secretário

Nesta data faço juntada aos autos do presente processo do Tribunal.

Em 19/6/48

Secretário

[illegible]

São Paulo, 24/6/48.

[illegible]

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

CRT - 1.547/8

São Paulo, 24 / 6 / 48

[illegible]

148
22

GOVÊRNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

RUA MARIA ANTONIA, 294

N.º D.4/S.42/26-09/ 02196

"Custo da Vida"

SÃO PAULO, 22 DE junho DE 1948

São Paulo 23/6/48
Presidente

TRT 2.a Região
N. 1547 /48
em 23/6/48

Senhor Vice-Presidente,

Atendendo à solicitação constante do ofício de Vossa Senhoria, sob nº SP-2.013/48, datado de 16 do corrente, estamos lhe encaminhando, em anexo, um quadro contendo "preços de gêneros" nos municípios de Campinas, Ribeirão Preto e Franca, nos meses de julho de 1946 e fevereiro de 1948.

Com os cumprimentos de

Albano Ferreira Costa
DIRETOR GERAL

Ao Ilmo. Snr. José T. Penteado
DD. Vice-Presidente, em Exercício do
Tribunal Regional do Trabalho - Capital

MAALO/MLMP.

Anexo: 1 quadro.

Mod. 3419-20.000-VI-48

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATISTICA
Divisão de Estatística da Circulação, Distribuição e Consumo - D. 4

PREÇOS DE GÊNEROS

GÊNEROS	Unidade	CAMPINAS		RIBEIRÃO PRETO		FRANCA	
		Julho de 1946	Fevereiro de 1948	Julho de 1946	Fevereiro de 1948	Julho de 1946	Fevereiro de 1948
Abóbora	quilo	0,5	1,5	0,8	1,5	1,0	1,2
Açucar	"	2,7	3,2	2,4	3,2	3,0	2,8
Arroz	"	3,0	4,5	2,6	4,5	3,2	4,5
Banana	dúzia	1,0	1,2	1,2	2,0	1,0	1,0
Banha	quilo	14,0	25,0	9,0	20,0	9,0	23,0
Batata doce	"	1,5	2,0	1,0	1,5	2,0	1,5
Batata inglêsa	"	3,0	3,5	3,0	2,8	3,5	2,5
Café	"	8,5 (1)	11,0 (2)	8,0 (1)	12,0 (2)	8,0 (1)	13,0 (2)
Carne	"	6,0	7,0	4,0	6,5	6,0	6,5
Carne sêca	"	10,0	12,0	10,0	10,5	9,0	13,0
Farinha de mandioca	"	2,0	2,5	1,5	1,2	3,0 (3)	3,5 (3)
Farinha de milho	"	2,5	3,5	3,3	2,5	2,5	2,5
Feijão	"	2,5	4,5	1,8	3,5	2,0	4,0
Laranja	dúzia	1,6	2,5	2,0	5,0	3,0	5,0
Leite	litro	2,5	2,8	1,8	2,0	1,6	1,8
Manteiga	quilo	25,0	32,0	22,0	28,0	25,0	26,0
Ovos	dúzia	8,0	10,0	8,0	8,0	6,0	6,0
Pão	quilo	5,0	6,0	4,0	7,4	5,0	8,0
Peixe fresco	"	12,0	10,0	8,0	10,0	8,0	10,0
COMBUSTÍVEIS							
Carvão	quilo	0,8	1,0	1,0	1,0	0,6	0,8
Querozene	litro	3,0	3,2	1,9	2,1	3,0	2,0
Lenha	m3	50,0	60,0	30,0	40,0	40,0	40,0

Fonte: Questionários de "Custa da Vida", do S.E.P.T. do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

(1) - em grão
(2) - em pó
(3) - especial

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA
D. 4 - S. 42
CONFERIDO
S. Paulo, 8 de 6 de 1948
Encarregado do Serviço

M. Antonieta A. Lima Oliveira
M. Antonieta Alves Lima Oliveira
CHEFE DA S. 42

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
~~JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO~~

Cumpra o despacho de fls. nada datos
para constar. Junte-se aos autos
o documento de fls. retro.

Rio, 22/6/48

Secretário

Ao Relator Juiz Helio
Fonseca

Rio, 24/6/48.

Visto.

Ao Sr. Procurador
26-25-6-48
Helio Fonseca

Ao Sr. Dr. Procurador
1-7-48

Ciente

Certifico que, de ordem do Sr. Secretário o presente processo foi incluido na pauta de 6-7-48.

Em 1-7-48

Francisca Caldeira

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

TRT - 16598

São Paulo, 5 / 7 / 48

Albiocida

ENC. DO S/P

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
EUSÉBIO DE ARRUDA CAMARGO
ADVOGADOS

151

Fls. 13
No. 1.659/48
Doc. 2 2 8

EXMO. SNR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO.-

S. Paulo, 2/7/48

Em 2-7-48

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seus advogados e procuradores ao fim assinados, tendo em vista a designação do dia 6 (seis) do corrente mês para a realisação de audiência de julgamento de DISSIDIO COLETIVO em que contendo com o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, vem requerer a V.Excia. se digne determinar a intimação do snr. Perito que funcionou no aludido processo para comparecer á mencionada audiência, na hora aprazada, afim de prestar esclarecimentos sobre o láudo oferecido.-

Nestes termos, j. autes

P.P. deferimento.-

São Paulo, 2 de Julho de 1948.-

Eusébio de A. Camargo

152
Adp.

Justiça do Trabalho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

2.a REGIÃO — SÃO PAULO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TRT-SP- 271/46 .

CERTIFICO que o Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, São Paulo, em sessão ordinária, hoje realizada, julgou o presente processo, tendo resolvido: por maioria, pelo voto de desempate do Sr. Presidente, acolher a preliminar de incompetência do Tribunal Regional da 2ª Região determinando a remessa dos autos ao Superior Tribunal do Trabalho. Custas afinal.

Tomaram parte no julgamento os seguintes senhores juizes doutores ~~José Teixeira Penteado~~, Nebridio Negreiros, Wilson de Souza Campos Batalha, Hélio Tupinambá Fonseca, Télio da Costa Monteiro, Antônio José Fava, Ernesto Mendonça de C. Borges e Carlos de F. Sá, convocados Vencidos Drs. Carlos de F. Sá, Nebridio Negreiros e Antônio José Fava.

Funcionou o Sr. Procurador - Dr. Luiz A. de Azevedo Vianna - e na Presidência o Sr. Juiz Dr. Ernesto Mendonça de Carvalho Borges, Dr. Geni T. Penteado

OBSERVAÇÕES: RELATOR: Juiz Dr. Hélio T. Fonseca

REVISOR: Juiz Dr. Carlos de F. Sá

Não tomaram parte no presente julgamento os Srs. Juizes Drs. Falaram os advogados das partes

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

São Paulo, 6 de julho de 194 8

Secretário

Recebido hoje em 1 audiencia de ainda[illegible] Mesquita Carneiro exc. S.A. Paulo, 13-4-48

A Sua Excelencia,

Tendo sido publicado [illegible] os despachos proferidos [illegible] presente processo.

Em 15-7-48

[illegible]
Secretario

Deposito o Requerente do [illegible] Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

S. Paulo, 16/7/48.

[illegible]

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

PROCESSO TRT/SP - 271/46 - DISSÍDIO COLETIVO - CAPITAL

ACÓRDÃO Nº - 713-8

V I S T O S , relatados e discutidos êstes autos de Dissídio Coletivo (TRT/SP-271/46) em que é SUSCITANTE a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e SUSCITADA a CIA. MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO:-(Pedido de revisão.)

ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho, da 2a. Região, pelo voto de desempate do Sr. Presidente, vencidos os Juizes Drs. Carlos Figueredo Sá (revisor), Nebrídio Negreiros e Antonio José Fava, em acolher a preliminar de incompetência dêste Tribunal para conhecer e julgar o presente Dissídio, frente ao dispôsto no art. 702 nº I letra "a" da C.L.T., devendo, pois, os autos ser remetido ao Tribunal Superior do Trabalho que é o competente. Custas a final.

No presente Dissídio, depois da sua fase instrutória, a Suscitada, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, arguiu as preliminares de incompetência do Tribunal Regional do Trabalho, da 2a. Região, em face do dispôsto no art. 702 nº I letra "a" da C.L.T. e de não poder o mesmo ser conhecido, por estarem os suscitantes em greve. Contestando essa arguição preliminar alegam os suscitantes que não pode a mesma ser conhecida, nessa oportunidade, nos têrmos do disposto no art. 182 do C.P.C.B. fonte subsidiária do Direito Trabalhista que deveria ter inteira aplicação ao caso vertente. Ademais a Suscitada no pedido anterior teria aceito a competência dêste Tribunal por ocasião do pedido de homologação do acôrdo havido em 1946.

Ouvida a D. Procuradoria opinou a fls. 144 pela rejeição das preliminares e quanto ao mérito pela procedência, em parte, do dissídio.

Quando êste Tribunal no processo TRT/SP-271/46 homologou o acôrdo em que a suscitada concedia a seus empregados um aumento de salários, a êste Tribunal não cumpriu indagar se era competente ou não para a homologação do referido acôrdo. Tratava-se então de um simples pedido das partes em processo ainda na sua fase de conciliação sendo, pois, a função dêste Tribunal meramente administrativa, intervindo, apenas, para homologar uma situação de fato, atenta a vontade das partes, *sem cumprimento de dispositivo legal.* No presente processo, porém, a suscitada contestou o pedido alegando *impossibilidade financeira* de conceder qualquer aumento, *uma vês que o balanço de 1947 teria sido encerrado com deficit.* É evidente, pois, trata-se de pro-

de processo diverso, isto é, em sua fase contenciosa onde, não só a situação de fato deverá ser encarada como também as questões de direito nele ventiladas.

Arguida, como foi, a preliminar de incompetência dêste Tribunal para conhecer do presente dissídio, frente ao dispôsto no art. 702 nº I, letra "a" de C.L.T. não poderemos deixar de abordar essa questão. Não se diga que não tendo a suscitada arguido tal preliminar quando do pedido anterior de homologação de acôrdo, não mais o poderia fazer, nem, tão pouco que não tendo tal preliminar sido ventilada juntamente com a contestação, como pretendem os suscitantes teria a mesma sido seriamente apresentada. Os suscitantes fazendo essas alegações invocam a seu favor o art. 182 do C.P.C.B. fonte subsidiária do direito trabalhista. Entretanto, razão alguma lhes assiste, quanto a essa pretensão, nos expressos termos do disposto no § 1º do referido art. 182 do C.P.C.B. e ainda nos termos do § 1º do art. 795 da C.L.T. Assim, conhecida a preliminar, deve a mesma ser acolhida para ser decretada a incompetência dêste Tribunal para conhecer do presente dissídio nos termos do art. 702 nº I letra "a" da C.L.T., dispositivo claro que não dá margem a diversidade de interpretações.

De fato verifica-se dos autos que a Suscitada tem a extensão de sua linhas férreas e seus empregados radicados entre o Estado de São Paulo, com jurisdição do Tribunal Do Trabalho da 2a. Região, e o Estado de Minas Gerais sob a jurisdição do Tribunal do Trabalho da 3a. Região.

Ora, o dispositivo invocado (art. 702 nº I letra "a" da C.L.T.) dispõe ser da competência exclusiva do Tribunal Superior do Trabalho conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedam a Jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho. Onde, pois, haver dúvida quanto a incompetência dêste Tribunal para julgar o presente caso ? Não se queira, ainda argumentar com o dispositivo legal que diz ser o pedido de revisão, da competência do Tribunal que tiver anteriormente proferido decisão (art. 875 da C.L.T.), pois, no presente caso, embora esteja ele rotulado de pedido de revisão, é entretanto um autentico pedido de novo dissídio, em que foi aposta contestação e foram realizadas várias provas, sendo certo que, como dito, passou para a fase contenciosa tendo sido arguida uma questão de direito cuja pronunciação dêste Tribunal era necessária.

155
284

ACÓRDÃO

Nestas condições, pelos fundamentos acima expostos, merece acolhida a preliminar de incompetência dêste Tribunal para apreciar e julgar o presente dissídio, pelo que deve o mesmo na forma do inciso nº I letra "a" do art. 702 da Consolidação das Leis do Trabalho, ser remetido para o Tribunal Superior do Trabalho que é o competente, podendo, entretanto, por economia processual e para maior rapidez no seu julgamento, ser aproveitada a sua parte instrutória nos expressos termos do art. 866 da Consolidação das Leis do Trabalho.

São Paulo, 6 de julho de 1948.

Presidente
José Teixeira Penteado

Relator
Hélio Tupinambá Fonseca

Procurador
Luiz Roberto de Rezende Puech

V. Vencido
Carlos Edgueredo Sá

V. Vencido
Hebrídio Negreiros

V. Vencido
Antonio José Pava

Certifico que a parte decisória dêste acordão foi publicada em Sessão de ... de ... de 19 ... e no Diário da Justiça do Estado de São Paulo de ... de ... de 19 ...

Em ... de ... de 19 ...

Encarregada do Serviço do Processo

MLCP
14-7-48

PROVIDENCIADO
Ofício N. 2351-2352-1-48
Registro Postal 2XXX3-2X-200
cuja cópia segue:-
Em 28-7-48
Emiliano
Esc. do Exp

Certifico que a parte decisória déste acordão foi publicada em sessão do Conselho no dia 27 de julho de 1948, e no Diário da Justiça do Estado de São Paulo de dia 29 de julho de 1948

Em 10 de agosto de 1948

Helenocida
Encarregada do Serviço do Processo.

M. T. I. C. - J. T. — PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

154
40

SP 2.351/48 28 julho 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DR CUNHA LIMA

NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos para os devidos efeitos legais do art. 867 da Consolidação das Leis do Trabalho, que em sessão realizada a 23 do corrente foi publicado o Acórdão Nº 713/48, referente ao processo TRT.SP-271/46, sendo o teôr da resolução o seguinte:

"ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo voto de desempate do sr. Presidente, vencidos os Juizes dra. Carlos Figueiredo Sá (revisor), Nebridio Negreiros e Antonio José Fava, em acolher a preliminar de incompetencia dêste Tribunal para conhecer e julgar o presente dissidio, frente ao disposto no art. 702 nº I letra "a" da C. L. T., devendo, pois, os autos ser remetido ao Tribunal Superior do Trabalho que é o competente. Custas a final".

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA CONSOLAÇÃO 320
CAPITAL

M. T. I. C. - J. T. — PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

SP_2.352/48 28 Julho 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

NOTIFICAÇÃO DE ACÓRDÃO

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos para os devidos efeitos legais do art. 867 da Consolidação das Leis do Trabalho, que em sessão realizada a 23 do corrente foi publicado o Acórdão nº 713/48, *referente ao processo* TRT.SP-271/46, sendo o teôr da resolução o seguinte:

"ACORDAM os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo voto de desempate do sr. Presidente, vencidos os Juizes drs. Carlos Figueiredo Sá (revisor), Nebridio Nagreiros e Antonio José Pava, em acolher a preliminar de incompetencia dêste Tribunal para conhecer e julgar o presente dissidio, frente ao disposto no art. 703 nº I letra "a" da C. L. T., devendo, pois, os autos ser remetido ao Tribunal Superior do Trabalho que é o competente. Custas a final".

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA BÔA VISTA, 16 - 4º and.
CAPITAL

fls

JUNTADA

Nesta data [illegible] aos autos os seguintes documentos

TRT- 2044/8

São Paulo, 9 / 8 / 48

Ilegível

TRT - 2.a Região
N. 2044/48
Em 21 8 48

M. T. I. C. - J. T. — PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO

São Paulo, 4/8/48.

Presidente

Nº 14/48

ac 213/8

A PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO, nos autos do pedido de revisão de sentença coletiva proferida no processo TRT SP 271/46, não se conformando, data vênia, com o julgamento dêsse Egrégio Tribunal que acolheu a preliminar de incompetência arguida pela empregadora, vem do mesmo recorrer para o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, com os fundamentos e pelos motivos que passa a expôr:

1) - HISTÓRICO DO PRESENTE PEDIDO DE REVISÃO

Em junho de 1946, antes, pois, do decreto-lei nº 9.070, e quando vigorava o artigo 956 da Consolidação das Leis do Trabalho, teve ciência esta Procuradoria de uma greve, neste Estado, em que se achavam envolvidos os empregados da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Cumprindo as suas expressas atribuições, instaurou esta Procuradoria a instância. Entraram as partes em acôrdo, depois de contestado o feito, fls. e fls. . E o referido acôrdo foi homologado por êste mesmo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho.

A sentença foi cumprida pelas partes até março do corrente ano, de 1948.

Em março, porem, novo movimento grevista eclodiu, dentro deste Estado, e esta Procuradoria, não desconhecendo, nem podendo desconhecer o disposto no art. 873 da Consolidação, promoveu o pedido de revisão.

Recebidas as provas, terminada a instrução, a mesma empregadora arguiu a incompetência do Egrégio Tribunal, para rever a sentença homologatória de fls. , arguição que o Egrégio Tribunal acolheu pela decisão ora recorrida.

2) OS ABSURDOS DO JULGAMENTO RECORRIDO

Em primeiro lugar, escandalisa a afirmação do acordão recorrido, de que a incompetência (si realmente existente) somente veio a ser efetivo no pedido de revisão e que, no processo anterior, a função do Egrégio Tribunal para homologar o acôrdo, fôra "administrativa, intervindo apenas para homologar uma situação de fato, atenta à vontade das partes, em cumprimento de dispositivo legal" (acordão de fls. 153).

Escandalisa porque a vontade das partes não daria competência ao Tribunal que dela carecesse, e isto pelo motivo elementar de que as partes, por mais voluntariosas, não darão competência aos Tribunais incompetentes.

Escandalisa principalmente porque, a fls. 11 e 29, se verifica, formal, clara, indelevel e definitiva, a afirmação de que o dissídio fôra contestado. E êsse Tribunal do Trabalho, como da Justiça Comum (porque ambos se igualam dentro do Poder Judiciário sem tervigersar, no Texto Constitucional), não poderia concluir pela afirmação de que um processo contestado pende do Tribunal em sua "fase meramente administrativa"...

Sim. O Egrégio Tribunal homologou o acôrdo no dissídio anterior. Fê-lo, entretanto, não porque se achasse em "fase administrativa" ou porque (diga-se de passagem que um Tribunal não se pode admitir em fase administrativa. O processo, sim, é que se pode achar em fase administrativa), estivesse "atento à vontade das partes". Homologou o acôrdo porque assim lhe incumbia por fôrça do art. 678 da Consolidação.

Pois bem. Si homologou o acôrdo, não teria como fugir ao reexame das condições que oficialisou com a referida homologação, pois êsse reexame lhe era expressamente determinado no art. 678, letra d da Consolidação.

Pouco importa, porque é infrutífero, o esfôrço do Egrégio Tribunal em demonstrar que o presente processo não é pedido de revisão e sim um processo comum de dissídio coletivo, esfôrço com que pretenderia encobrir os seus próprios êrros e a extensão da nulidade do dissídio anterior e que seriam decorrência obrigatória do acolhimento da preliminar.

O presente processo é de revisão. Assim o ajuizou esta Procuradoria. Assim o entenderam as partes, especialmente a excipiente, fls. 53, e assim o deferiu a D. Presidência às mesmas fls. 53, afirmando que "desde já concede à suscitada o prazo a que alude o parágrafo único do art. 874 da Consolidação."

Aliás, linhas acima, o próprio D. Presidente afirmou que o presente processo é "de revisão de dissídio coletivo".

E é S. Excia. mesmo, o D. Presidente que, dias depois, proferiu voto de desempate acompanhando o voto do M. Juiz relator para afirmar que "embora esteja rotulado o processo de pedido de revisão é, entretanto, um autêntico pedido de novo dissídio" (fls. 154).

Não é uma questão de rótulo. E o equívoco da afirmação já fôra desfeito pelo D. Presidente quando entendeu irrestringível o prazo do art. 874 parágrafo único da Consolidação.

Como pedido de revisão, veio o processo a julgamento, não por uma questão de rótulo, mas por uma questão de técnica processual e de verdade indisfarçavel.

Haveria, porem, algo de maior importância. Seria a necessidade de anulação de todo o processado, caso prevalecesse o acordão recorrido. E isto porque a incompetência se extenderia ao acôrdo anterior, alcançando o processo ab-initio.

Entretanto, o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, atanto à prova dos autos, verificaria que, não arguida a preliminar no processo anterior é porque na realidade, não obstante extendendo sua atividade a Minas e Goiás, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro sempre reconheceu que:

a) A greve era local;

b) o acôrdo se compreendia no Estado de S. Paulo

c) A sentença homologatória era atribuição do Tribunal de São Paulo;

d) E, portanto, a revisão para solucionar a greve se fazia necessariamente nêste Estado.

Verificará mais o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho que, si incompetente êsse Egrégio Tribunal Regional do Trabalho para o processo anterior, a circunstância de ter descuidado deste aspeto fundamental e de ter homologado o acôrdo anterior, na forma do art. 678 da Consolidação, a obriga a julgar o pedido de revisão, sendo esta atribuição, já agora, expressa e indeclinável.

E, para tanto, o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho dará provimento ao recurso, determinando que os autos voltem ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho para que julgue o mérito por ser de lei e de Justiça.

São Paulo, 7 agosto 1948

Luiz Roberto de Rezende Puech.

Procurador Regional

LR/

Cálculo das despesas de publicação no Diário da Justiça

Publicação de pauta (fat m.º 1474/8) Cr$ 16,70
Publicação de acórdão (fat. m.º 1639/8) Cr$ 38,70
Total Cr$ 55,40
(cincoenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos)

Em 10/8/48
Helvio Ciola
Enc. do S.P.

As despesas foram pagas nesta data
16/8/48
Helvio Ciola
Enc. do S.P.

JUNTADA

Nesta data juntei aos autos os seguintes documentos

IRT- 2063/8

São Paulo, 10 / 8 / 48

Helvio Ciola
ENC DO S/P

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

TRT - 2.a Região
N. 2062/48
Em 21/8/48

161
136

Exmo. Sr. Juiz-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

São Paulo, 10/8/48.

Presidente

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA não se conformando, data venia, com a decisão desse Egregio Tribunal, prolatada no processo de dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho contra a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (TRT.SP.271/46) vem, por seu advogado e procurador (instrumento arquivado na Secretaria desse Tribunal), recorrer da mesma para o Colendo Tribunal Superior do Trabalho, com fundamento na alínea "b" do artigo 895 da "Consolidação das Leis do Trabalho" (redação alterada pelo Decreto-lei nº 9.168, de 12 de abril de 1.946), anexando a este as suas razões de recurso.

Termos em que,

P. Deferimento

São Paulo, 7 de agosto de 1.948

J. A. Cunha Lima
Inscrição nº4586
O.A.B. - S.Paulo

J. A. CUNHA LIMA
THOMAZ DA COSTA NEVES
RUY JUNQUEIRA FREITAS CAMARGO
ADVOGADOS

160
2619

Pelo Recorrente :
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EMPRÊSAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA

Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

A decisão do Egregio Tribunal Regional do Trabalho - concluindo pela sua incompetência para julgamento do presente dissídio coletivo - não póde prevalecer, eis que atenta, de fórma flagrante contra a lei e a jurisprudencia.

Parece-nos, data venia, que o Tribunal Regional de São Paulo desatendeu e violou os preceitos legais pertinentes à fixação de sua competência quando acolheu a preliminar declinatoria da instância oposta pela emprêsa suscitada.

Afigura-se-nos que a questão da competência no caso particular destes autos depende de modo essencial da fixação de mais exato conceito da natureza e dos limites do dissídio coletivo bem como do alcance dos efeitos da sentença normativa destinada à dirimir a controversia coletiva.

Para bem fixar esse conceito no caso vertente é imperioso não perder de vista a circunstância de se tratar de uma única emprêsa e cujos quadros de empregados não estão organizados em carreira, mas estão subordinados a uma única direção da qual decorre um único criterio para o escalonamento dos salários dos empregados em correspondencia aos cargos ocupados ou às funções exercidas.

Sendo de natureza econômica, pois visa à majoração dos salários dos trabalhadores, nem porisso é de se admitir a duplicidade de conclusões com base numa distinção entre as jurisdições de diferentes tribunais de competência originaria. Tratando-se de uma única emprêsa e sabendo-se da existência do comando único e, tendo em vista, além disso, que a multiplicidade dos cargos organizados hierarquica ou funcionalmente, tanto se verifica num como noutro dos territorios jurisdicionais, não há como se admitir a dupli-

duplicidade de conclusões.

Dir-se-a que ambos os tribunais devendo pronunciar-se sôbre materia idêntica instruida com iguais provas e informada por circunstâncias idênticas, viessem a concluir em termos tambem idênticos; seria o caso de duas sentenças idênticas proferidas por tribunais diversos e esta seria a única hipótese em que do ponto de vista dos criterios gerais da legislação social, se poderia admitir a dupla intervenção judicial contra uma única emprêsa.

Essas observações demonstram a impertinência e a improcedência da alegação de que a emprêsa suscitada tivesse legítimo interesse a defender por meio de sua preliminar. Sómente a existência de um legítimo interesse e, consequentemente, na ameaça de um possivel prejuizo seriam razões plausiveis para a arguição de uma preliminar dessa natureza.

Não é admitida em juizo a presença de quem quer que seja que não tenha a defender um legítimo interesse (Codigo de Processo Civil - artigo 2º) . E se assim é para a instauração da ação razão maior denuncía a inaceitabilidade de um procedimento judicial que se não alicerce num legítimo interesse ainda que moral.

Qual o interesse da Companhia Mogiana em opor, defender e sustentar sua preliminar ?

De tudo o que aqui se considera resulta a certeza de que a exceção oposta é intoleravel porque destituida de qualquer interesse para a propria oponente.

Dizer-se que a oponente prefere o pronunciamento originario do Colendo Tribunal Superior do Trabalho como fundamento para a exceção oposta, será atribuir-se à Companhia Mogiana a intenção de afastar todas as vantagens e todas as garantias que informam ou resultam da definição da mesma competência originaria a favor do Tribunal Regional, vantagens e garantias que são os fundamentos lógicos de toda a estruturação das instâncias nos diferentes organismos judiciarios.

Apenas para bem salientar a absoluta inconsistência desse único e ainda assim suposto interesse da emprêsa suscitada, bastará ter-se em conta o que lhe não sucederia de desvantagens e de falta de garantias na celeridade do processo, em sua instrução, no conhecimento direto e pessoal do Juiz quanto ao objeto

da controversia e mesmo na representação das partes junto ao processo, se este se tivesse iniciado e se houvesse desenvolvido tão sómente perante o Colendo Tribunal Superior ?

- o -

Teria a legislação, entretanto, adotado critérios contrarios às conclusões a que conduzem as observações já feitas ? O *regime processual instituido na lei para os dissídios coletivos* toleraria a exceção declinatoria de fôro ?

Mesmo deixando de lado as questões relativas à intempestividade da arguição prejudicial e assim se examinando tão sómente a exceção em face dos dispositivos legais vigentes, parece-nos não ter o menor cabimento a preliminar arguida.

Dada a natureza de sua destinação os diferentes órgãos judiciais do trabalho tiveram sua competência definida na lei de modo a acautelar o interesse social.

Esboçada uma controversia sôbre a validade da escolha em pactos particulares, de fôros diferentes daqueles determinados em lei, foi essa controversia exterminada pelos tribunais do trabalho em especial, por êsse Colendo Tribunal Superior do Trabalho, proclamando-se a ilegitimidade daquela escolha e sua inadmissibilidade nesta Justiça por efeito da existência de expressos e categóricos preceitos legais.

Ora, a competência para os dissídios do trabalho é atribuida originariamente, ao tribunal em cujo territorio de jurisdição hajam sido prestados ao empregador os serviços do empregado interessado no mesmo processo.

Esta norma geral definida no artigo 651 encontra exceções nos parágrafos 1º, 2º e 3º do mesmo artigo onde são reguladas as questões de competência relativas aos agentes ou viajantes, aos dissídios ocorridos em agencia ou filial no estrangeiro e aos casos em que o empregador promova realização de atividades fóra do lugar do contrato de trabalho.

No caso do presente processo trata-se de uma única emprêsa a qual não tem agencias ou filiais, mas ao contrario extende ela a execução de seus contratos de trabalho a todas as regiões servidas por suas linhas ferroviarias.

Centralizando em Campinas a administração da ferrovia a emprêsa suscitada celebra contratos de trabalho que trazem implicita a condição de transferência do empregado para quaisquer das localidades servidas pela mesma ferrovia, não existindo entre os ferroviarios da mesma Companhia um siquer que tenha a seu favor a condição de permanencia em determinada cidade como resultado da cláusula expressa de seu contrato de trabalho.

Disso resulta que a emprêsa nos dissídios individuais atende ao preceito do artigo 651 da Consolidação aceitando a jurisdição do tribunal em cujo territorio jurisdicional haja o empregado prestado serviços no instânte do nascimento da controversia.

Daí se concluir, entretanto, com um igual procedimento em relação ao dissídio coletivo, já é ferir frontalmente os mais altos postulados legais reguladores da materia.

Seja de natureza econômica, seja de natureza jurídica, o dissídio coletivo é dirimido por uma sentença de carater singular. Não há necessidade de alongar considerações sôbre o carater dessa sentença, bastando assinalar que ela tem fôrça para alterar os contratos de trabalho ainda quando normais e perfeitos.

Não existe perante a sentença coletiva o respeito ao ato jurídico perfeito e acabado que é um limite à intervenção dos tribunais da justiça comum, uma barreira à ação recuperatoria da justiça e que já é um postulado constitucional ressurecto na Constituição de 1946, depois de haver sido eliminado das garantias constitucionais declaradas na Carta de 1937.

Para o alcance da sentença coletiva nenhum contrato de trabalho por normal e perfeito que seja poderá revestir-se do carater de ato jurídico acabado. A sentença modifica-o para atender à imposições do bem público. E essa intervenção altera os contratos na fórma e pelo prazo que estabeleça.

Será admissivel nesses condições duas sentenças coletivas de dois tribunais diferentes modificando os mesmos contratos de trabalho ? Para que se não alegue que a competência nesse caso seria de um único tribunal que fosse o Colendo Tribunal Superior do Trabalho convem registrar que a tése da emprêsa suscitada admite a instauração de dois dissídios diferentes - um para o pessoal sujeito à jurisdição do tribunal paulista e outra para o pes-

pessoal que, segundo a emprêsa, estaria sujeito ao pronunciamento do tribunal de Minas Gerais. No caso destes autos, os pretensos dois grupos de trabalhadores estão reunidos, mas ainda assim, força seria admitir-se a duplicidade de sentença, se fosse possivel a determinado grupo desistir do processo sob a alegação de que devesse se subordinar à jurisdição do Egregio Tribunal da 3ª Região (Minas Gerais).

Este aspécto, aliás, merece a maior ponderação, pois nem mesmo a emprêsa suscitada será capaz de relacionar os seus empregados que devem constituir o grupo que estaria subordinado àquele Tribunal.

O movimento do pessoal ferroviario no desempenho de suas atribuições é sangue que circula por todas as veias e artérias da rêde ferroviaria: o ferroviario residente em Campinas também presta serviços além das fronteiras do Estado de São Paulo e aquele residente em territorio mineiro talvez veja decorrer muitos dias trabalhando em territorio paulista antes de volter incidentalmente à prestação de serviços na cauda mineira da mesma ferrovía.

- o -

O principio regulador da competência fixado no artigo 651 especialmente no parágrafo terceiro desse artigo é o normalmente invocado nos dissídios individuais em que intervenha a Companhia Mogiana.

Transitada em julgado a decisão coletiva prevê o parágrafo único do artigo 872 sua observância mediante a instauração de dissídios individuais ou de dissídios plúrimos, observado o processo previsto na lei para tais litígios.

Na verdade essas reclamações individuais seriam intoleraveis em São Paulo, se fossem decorrentes de uma sentença coletiva do Tribunal de Minas Gerais e, do mesmo modo, inadmissíveis seriam tais processos perante os tribunais daquele Estado se resultassem da execução de uma sentehça coletiva do Egregio Tribunal de São Paulo.

A verdade é que jamais a Companhia Mogiana responden a processo perante Juizo de Direito de qualquer comarca do Estado de Minas Gerais segundo está informado o Sindicato suscitante, relativamente às suas relações de emprego. Seria esta a primeira

vez em que a Justiça do Trabalho de Minas Gerais poderia tomar conhecimento de um processo que interessa à mesma Companhia.

Isto porém conforme vimos expondo é inadmissível porque a emprêsa é uma e única constituindo ademais um todo indivisível o seu empreendimento ferroviario embora esteja ela executando concessões de Estados diversos.

Na conformidade dos mais lídimos principios do Direito Social, o que a lei tem em vista é a "emprêsa" não a confundindo com a sociedade ou firma empreendedora.

As alusões feitas na lei à agências, filiais e outras dependências autonomas, só se justificam pelo que entendemos poder denominar a "cissiparidade" da célula inicial a ponto de ser possivel à nova célula cumprir finalidades proprias, com organização propria e de modo independente da célula da qual se desprendeu.

Dado seu carater normativo e em face da unidade indisfarçavel do empreendimento ferroviario - unidade que é imprescindivel à normalidade do empreendimento - não há como se admitir a duplicidade de intervenção judicial, duplicidade que conforme convem assinalar é a exclusiva base da outorga de competência em tais casos ao Colendo Tribunal Superior.

Realmente, o argumento da emprêsa suscitada está fundado na alegação de que o presente dissídio exorbitaria da competência do Egregio Tribunal de São Paulo, o que significa que pelo menos uma parte dele deveria jungir-se ao pronunciamento de Tribunal de outra região, existindo assim como alicerce do argumento a duplicidade de competência e a duplicidade de intervenção já cauterizadas nas presentes considerações.

O artigo 868 da Consolidação das Leis do Trabalho, tratando da extensão das decisões reconhece ao tribunal competente a faculdade de na propria decisão extender sua aplicação aos demais empregados da emprêsa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

Não há dúvida sôbre os limites dessa extensão, pois ao tribunal falecerá competência para abranger relações de trabalho mantidas fóra de sua jurisdição o que é o caso das agencias e filiais em relação às quais já o parágrafo primeiro do artigo 651 proclama a competência do tribunal em cuja jurisdição estiver situada a mesma filial ou agência.

A Consolidação das Leis do Trabalho não estabelece condições especiais de limitação da competência no que se refere aos dissídios coletivos e esta circunstância milita a favor da exata observância dos preceitos pertinentes aos dissídios individuais os quais, de outro lado, constituem o enunciado de princípios gerais da processualística.

Por isso mesmo a extensão de competência prevista no parágrafo 2º do artigo 651 - cabendo às Juntas de Conciliação e Julgamento dirimir dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário - mostra bem que o legislador teve em vista a unidade da emprêsa, a emprêsa como um todo orgânico e nessa condição desejou assegurar tambem a unidade de pronunciamento sôbre os assuntos de seu interesse.

Finalmente, o parágrafo terceiro do artigo 651 diz que em se tratando de empregador que promova realização de atividade fóra do lugar do contrato de trabalho - o que de certo modo consubstancia a hipótese dos autos pois a Companhia Mogiana celebra contratos para a prestação de serviços sob a cláusula de transferência - ao empregado é assegurado apresentar reclamação no fôro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

A escolha, pois, nessa hipótese, cabe ao empregado e não ao empregador, devendo ser bem considerada essa disposição no caso dos autos tratando-se como se trata de uma só emprêsa, sem agência ou filial e cujos contratos de trabalho trazem implícita a prestação de serviços em todo o percurso de suas linhas ferroviarias transitando o empregado pelos territorios de São Paulo e de Minas Gerais, sendo êle encarregado de serviços junto aos comboios ou trabalhando neste ou naquela cidade transferido pela emprêsa se o seu cargo diz respeito a serviços de outra natureza.

A todos esses empregados nos termos do parágrafo terceiro, artigo 651 deve ser assegurada a faculdade de escolha do fôro para a propositura de suas queixas sendo de notar-se que a escolha da jurisdição do tribunal paulista atende, como é obvio, aos proprios interesses da suscitada o que seria ocioso esmiuçar.

Merece, pois, reforma, a decisão do Egregio Tri

169
200

Tribunal Regional do Trabalho, a-fim-de que resguardados fiquem os preceitos legais violados e, para a vitoria dos impostergaveis principios de

J U S T I Ç A

São Paulo, 7 de agosto de 1.948

J. A. Cunha Lima
Inscrição n.4586
O.A.B. - S.Paulo

Cumpridos os despachos de fls. 161, junto diga 158 e 161, vista dada ao Sr. Procurador da Justiça, ao presente processo ao Sr. Presidente do Tribunal.

Em 16/8/48

Waldir Guimarães Moura
Escrivão

Recebi o mandado de fls. 161. Visto para contra razões.

Salvador, 11/8/48.

PROVIDENCIADO
Ofício N.º 2523-2524/48
Registro Postal 275419-275429
cuja cópia segue:-
Em 16/8/48
Escrivão
Esc. do S/P

126
dll

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
2.a Região

-SP-2.523/48

São Paulo, 16 de agosto de 1948

Sr. CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
RUA 15 DE NOVEMBRO, 16 - 4º and.
CAPITAL

Referência:

Processo TRT-SP 271 /46 , entre partes:
SUSCITANTE: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO
SUSCITADA Cia. Mogiana de Estradas de Ferro

Notifico-vos de que, no processo acima referido, foi interposto recurso extraordinário para o C. Tribunal Superior do Trabalho, pelo que tendes o prazo de 15 (quinze) dias a contar de hoje para apresentardes contra razões.

Saudações

- SECRETÁRIO DO TRIBUNAL -

JSP

121
220

M. T. I. C. - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

SP 2.524/48 16 agosto 1948

TRIBUNAL REGIONAL D TRABALHO

DR CUNHA LIMA

DESPESAS

De ordem do Sr. Presidente, notifico-vos de que, tendes o prazo de cinco dias, a contar de hoje, para efetuar o pagamento das despesas de publicação referentes ao processo TRT.SP-271/46, entre partes: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CIA MOGIANA DE ESTRADA DE FERRO, na forma seguinte:

Cr.$55,40 - em moeda corrente

Saudações

Despesas pagas
11/8/48

Mario Pimenta de Moura
Secretário

RUA [illegible] ESOLAÇÃO, 523
CAPITAL
I.S.P

JUNTADA

Nesta data juntei aos autos os seguintes documentos

TRT-9169/98

São Paulo, 18 / 8 / 98

ENC. DO SIP

OSCAR EGYDIO DE ARAUJO
ADVOGADO

172
2dp

Excelentissimo Senhor Doutor

JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

TRT - 2.a Região
N. 2169
Em 18/8/48

Processo CRT/SP - 271/6

Oscar Egydio de Araujo, que serviu como perito, no dissídio coletivo entre partes PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO, suscitante, e COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, suscitada, como até a presente data não recebeu seus honorários pela perícia realizada, requer a V. Excia. as providências necessárias, afim de que a suscitada efetue o deposito da quantia arbitrada por êsse colendo Tribunal.

Por ser de justiça e de direito

P. deferimento.

São Paulo, 18 de agosto de 1948

Oscar Araujo
OSCAR EGYDIO DE ARAUJO
Perito

Submeto a V. Ex. a sua perícia foi requisitada pelo Sr. Comandante Regional conforme queira fica-se a fls 2 e mais pelos interessados.

Em 19/8/48

Assinatura illegível

Juiz de Fóra

Juntada aos documentos do seu Pedido em quatro folhas.

Juiz de Fóra, 23/8/48.

PROVIDENCIADO

Ofício nº 3.616-3.617/48

Requisição [illegible] 4552-4553

cuja cópia segue.

Em 24/8/48

Em. do SIP

173
29

M. T. I. C. - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

SP-2.616/48 24 agosto 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO SR; PERITO

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, no processo TRT.SP-271/46 entre partes: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, foi exarado o seguinte despacho:

"Paga-se o deposito dos honorários do sr. Perito em partes iguais. "S. Paulo, 25/8/48. (a) José T. Pentsado".

Referido deposito importa em Cr.$10.000,00, (dés mil cruzeiros).

Saudações

Mario Pimenta de Moura
Secretário

134
140

SP-2.617/48 24 agosto 1948

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DR CUNHA LIMA AGATNUL
PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO SR PERITO

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos, de que, no processo TRT.SP-271/46, entre partes: PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, foi exarado o seguinte despacho:

"Paga-se o deposito dos honorários do sr. Perito em partes iguais. S. Paulo, 23/8/48. (a) José T. Penteado".

Referido deposito, importa em Cr.$10.000,00, (dês mil cruzeiros).

Saudações

Mario Pimenta de Moura
SECRETÁRIO

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

TRT - 2.286 | 8

São Paulo, 21 | 8 | 48

Oliveira

ENC. DO SEC.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

ORESTES DE MORAES ALVES FILHO
MIGUEL GONÇALVES DA SILVA
HELCIO PIMENTEL DE MELO
FUZÉSIO DE ASSUDA CAMARGO
MOACYR MEDINA COELI
ADVOGADOS

CRT - 2.a Região
N. 2286/48
Em 30/8/48.

145

EXMO. SNR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DE SÃO PAULO.-

Exc Ex.ª 30/8/1948
Presidente

a 213/a

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador ao fim assinado, notificada da interposição de recursos no processo n. TRT-SP-271/46, por parte da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, EM CAMPINAS, quer oferecer as suas inclusas contra-razões áqueles recursos.

Requer, assim, a junção aos autos respectivos e do

Deferimento,
E.R.M.
São Paulo, 30 de Agosto de 1948.-

O adv.pp.

176

Pela Recorrida,

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.-

Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.-

Não têm qualquer procedência os recursos interpostos pela douta PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2a. REGIÃO e pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, em CAMPINAS, contra a jurídica e bem fundamentada decisão do ilustre Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que, acolhendo preliminar oposta pela Recorrida nos presentes autos, julgou-se incompetente para apreciar o DISSIDIO COLETIVO de que se trata.

Na verdade, impõe-se a rejeição in-limine dos recursos em apreço porque,

P-R-E-L-I-M-I-N-A-R-M-E-N-T-E.-

Não basta a simples alegação de que o julgado em apreço constitúa interpretação divergente do mesmo texto legal ou tenha sido proferido contra a letra expressa de lei, unicas hipóteses admitidas pelo art. 896-alíneas a e b- da Consolidação das Leis Trabalhistas, para o cabimento de recursos extraordinários.

Evidentemente, é indispensavel a citação do arésto que dê interpretação diversa é da decisão recorrida, bem como a indicação precisa do dispositivo de lei porventura vulnerado.

Ora, nem um, nem outro dos recursos em apreço con-

-segue-

127

tém a mais leve referência a qualquer acórdam divergente ou á violação de exprésso dispositivo da Consolidação, deixando, assim, de oferecer condições imprescindiveis para o seu recebimento.

Não colhe, absolutamente, a pretensão dos Recorrentes de verem apreciados os seus apêlos mediante a citação de artigos que se referem apenas á competência de Tribunais Trabalhistas em dissidios individuais, quando o caso sub-judice é de DISSIDIO COLETIVO. Na hipótese dos autos, discutem-se interesses de Empregador e Empregados sujeitos á jurisdição de mais de um Tribunal Regional do Trabalho, ou sejam, da 2a. e da 3a. Região, visto como as linhas férreas da Recorrida se extendem pelos Estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Nessas condições, para que tivesse havido violação da lei, era necessário que a respeitavel decisão recorrida não tivesse observado categorica disposição legal no que concerne á competência em DISSIDIOS COLETIVOS. Qualquer outra norma juridica que se mencione como pretensamente violada, mas que não possúa qualquer relação com o caso em exame, certamente não serve para fundamento dos recursos em causa.

Assim, devem os mesmos ser rejeitados desde logo, por sua manifesta ausência de fundamento, dado que não se alicerçam em nenhuma das alíneas do art. 896 da C.L.T.-

---0---

Aliás, são tambem totalmente improcedentes os aludidos recursos, examinados

D-E M-É-R-I-T-I-S.-

quorem entender os Recorrentes que a competência do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ão Paulo para conhe-

-segue-

178

cer e decidir o presente DISSIDIO COLETIVO, firmou-se em virtude de que anteriormente esse mesmo Tribunal havia homologado ACÔRDO celebrado entre as mesmas partes para concessão de aumento de salários.

Como bem se percebe, as situações confrontadas em uma e em outra ocasião oferecem aspéctos visceralmente diversos, para os quais não ha que cogitar de analogía ou semelhança. Na verdade, o acôrdo firmado entre as partes em 1946 não constituía LITIGIO decidido por aquele Tribunal; a intervenção havida no caso fôra apenas administrative, simplesmente homologatória da vontade dos interessados.

Óra, desde que as partes haviam concordado, DE INICIO, com as condições que, futuramente, poderiam vir a constituir o objéto do DISSIDIO é meridianamente claro que o litigio não se concretisou. Daí, a absoluta desnecessidade de a Empregadora arguir a incompetência do Tribunal Regional de São Paulo naquele processo : si as partes estavam perfeitamente acórdes a respeito do assunto, pouco importava que a convenção fôsse homologada por este ou por aquele Tribunal.

Assim, não houve decisão proferida pelo citado orgão judiciario, não cabendo, pois, pedido de revisão de uma sentença que não foi baixada. Aliás, se tivesse havido decisão naquele processo, teria sido infringida expréssa determinação de lei e, portanto, nunca poderia ficar a Recorrida impedida de levantar a preliminar que levantou nestes autos de incompetência do Tribunal de São Paulo.

Um êrro não justifica outro. Porque haveria de justificar-se agora ? No entendimento dos Recorrentes, mesmo que o Tribunal da 2a. Região fôsse -como o é- incompetente, só porque

-segue-

179

homologou o acôrdo anterior, teria se tornado competente para sempre... Evidentemente, não procede tal entendimento.

No caso em debate o assunto tornou-se litigioso, porque a Recorrida, com fundamento na lei, não póde concordar com as exigências dos Recorrentes, pleiteadas no item 1ª do memorial de reivindicações. Logo, assiste-lhe o direito incontestavel de pedir e obter que a questão seja apreciada e decidida pelo Tribunal competente. E este é, sem sombra de dúvida o Egrégio TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em face dos precisos têrmos da alínea a) do n. I do art. 702 da Consolidação das Leis do Trabalho, que prescreve:-

SECÇÃO III
Da competência do Tribunal Superior

"Art.702.- Ao Tribunal compete:-

I - Em *única instância:*

a)- conciliar e julgar os dissidios coletivos que exosdam a *jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho;*

.....

Ademais, a incompetência de fôro, segundo a lei, deve ser declarada ex-officio, independentemente até de provocação da parte. Assim, ainda que a Recorrida não houvesse oposto aquela preliminar o ilustre Tribunal de São Paulo certamente se declaraŕia impossibilitado de proferir decisão no presente feito, dada a sua *manifesta incompetência na hipótese.*

---o---

Á falta de melhores e mais sérios argumentos para defender a insustentavel tése a que se apegam os Recorrentes, um deles, o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA afirma em suas razões nunca haver a Recorrida pleiteado quer como Autora, quer como Ré, questões trabalhistas em comarcas do Estado de Minas Gerais. Apesar do nenhum interesse que isso

-segue-

180

representa para o caso em debate, e com o exclusivo objetivo de colocar os pingos nos ii, restabelecendo a verdade, deseja a Recorrida esclarecer que em inumeras oportunidades compareceu á Justiça do Trabalho de Minas Geraes, em comarcas servidas por suas linhas, conforme se verifica da relação abaixo referentes aos processos mais recentemente decididos:-

Reclte.- José Thomaz Junior
Reclda.- Cia.Mogiana de Estradas de Ferro
Juizo de Direito - Uberaba
Recurso ao Tribunal Regional da 3a. Região e
Recurso ao Tribunal Superior do Trabalho
Decisão publicada no "Diário da Justiça" de 21.8.48-Apenso "Jurisprudência"- pag. 2133.-

Reclte.- Dalmacio Alves Meirelles
Reclada- Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Juizo de Direito - Uberlandia
Recurso ao Tribunal Regional da 3a. Região e
Recurso ao Tribunal Superior do Trabalho
Processo aguardando decisão.-

Reclte.- Manoel Mendonça Freitas
Reclda.- Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
Juizo de Direito - Uberaba
Recurso ao Tribunal Regional da 3a. Região e
Recurso ao Tribunal Superior do Trabalho
Decisão publicada no "Diário da Justiça" de 20.5.47-Apenso "Jurisprudência"- pag. 907.-

Inq.Adm.- Reqdo. Luiz de Moraes
Reqte. Cia.Mogiana de Estradas de Ferro
Juizo de Direito - Uberaba
Recurso ao Tribunal Regional da 3a. Região e
Recurso ao Tribunal Superior do Trabalho
Processo aguardando decisão.-

Reclamação-Reclte. Geraldo Quintana
Reclda. Cia.Mogiana de EE. de Ferro
Juizo de Direito - São Sebastião do Paraizo
Recurso ao Tribunal Regional da 3a. Região
Decisão confirmando a improcedência da reclamação.-

Releva notar que não só dos processos em apreço, como tambem de vários outros, o SINDICATO Recorrente teve pleno conhe-

-segue-

181

cimento, fazendo-se representar em muitos deles. É, assim, extranhavel que tenha trazido para os autos tal afirmação.

Por último, queremos deixar aqui consignado que não atinamos qual seja o interesse dos Recorrentes em não desejarem submeter-se ao douto pronunciamento desse Egrégio Tribunal Superior do Trabalho no mérito da questão. Nem se pretenda alegar que com isso visem apressar a solução do caso ; logicamente, a interposição dos presentes recursos retardará mais o definitivo julgamento dos interesses das partes.

Diante do exposto, dignissimos Julgadores, está certa a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro de que esse Colendo Tribunal Superior rejeitará, de plano, os recursos em principio referidos, por sua manifesta ausência de fundamento. Quando não, decretará a improcedência daquelas razões, confirmando a decisão do ilustre Tribunal Regional de São Paulo em homenagem e acatamento aos principios de Direito e de

J U S T I Ç A !

São Paulo, 30 de Agosto de 1948

Adv.pp.

Cumprido o despacho de fls 11, nesta data. Faço conclusão ao Exmo Presidente do Tribunal

Em 1º/9/1948

Waldir Cunha de Souza
Secretário

Subam os autos à superior instância
São Paulo, 1º/9/1948

Presidente

REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente processo T. R. T.-SP 2711/46 ao E. Tribunal Superior do Trabalho

Of. SA 925/48 Reg.

Em 2/9/1948

P. Sterman

S. T. S. T — Secção de Comunicações	
Nº 6235	Data 16 SET 1948
Distribuição	3ª T

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

182
211

Cr$ 5.000,00

RECEBÍ da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho, a quantia supra de Cr$ 5.000,00(cinco mil cruzeiros),correspondente ao meu salário como perito no processo PRT-SP-271/46, dissídio coletivo em que são partes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

Para clareza firmo o presente recibo em duas vias,a primeira devidamente selada com Cr$1,90 federal e Cr$0,80 de Educação e Saúde.

A importância acima foi paga pela CIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

São Paulo, 8 de setembro de 1948

São Paulo 8 de setembro de 1948.

Selados Cr. $1,80.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

192
224

RECEBI do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA , o cheque nº 668.319 do Banco Noroeste do Estado de S.Paulo-S/A, na importância de Cr$ Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para pagamento dos honorários do sr.Perito no processo TRT-SP- 271/46, dissídio coletivo entre partes: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO e CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO .

São Paulo, 10 de setembro de 1948

Mário Pimenta de Moura
Secretário

4184

F. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RECEBIMENTO

Aos 17 dias do mez de Setembro de 1948
foram-me entregues estes autos por parte T.R.T. da 2a Regiao.
Do que para constar, lavrei este termo.

Archadio J. Reis
Sec. "G"

TÊRMO DE ... DE FÔLHAS

... autos 184 folhas todas, numer...
... constar, lavro êste têrmo, aos 20
Setembro de 1948

Archadio Reis
Sec. "G"

20 ... Setembro de 1948
... da folhas.

Luiza Flora de B. Ribeiro Kanny
Of. Adm. H. J. Chefe da Secção

Nota: Em apenso: 2ª C.R.T. / S.P. 271/6.
2ª T.R.T. / S.P. 6/48
2ª T.R.T. / S.P. 240/45.
Em 20/9/48.
L. Flora de B. B. Kanny
Of. Adm. H.

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho
Recebido em 21 de 9 de 1948
Lucia de L. Leite
Aux. Estat. X

X
Ao Ex.mo Sr. Dr. José Lucas.
23-9-948.
Francisco Lopes.
Proc. Geral.

Ao Sr. Dr. José Soares, em
resposta. 30.IX.48
Vasconcellos
Ch. Serv. Proc. Geral

Recebido em 6 de Outubro por encontrar-me
— somente até a data. Devolvido em
P. Geral de 1948 com o Parecer.
Francisco Lopes
Procurador

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO FLS. 183

R-219

TST. 6.235/48

DISSIDIO COLETIVO

Recorrentes:- Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 2ª Região e Sind. dos Trabalhadores em Emprêsas Ferroviárias da Zona Mogiana.

Recorrida:- Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

Sr. Dr. Procuradori Geral.

Prescreve o artigo 702 n. I letra a da Consolidação das Leis do Trabalho o seguinte: Compete ao Tribunal Superior do Trabalho: conciliar e julgar os dissídios coletivos que excedem a jurisdição dos Tribunais Regionais do Trabalho. E é o caso perfeito dos autos, provado como está, de forma esmagadora, e até por confissão dos suscitantes do conflito, que a companhia suscitada abrange duas Regiões diferentes: Estado de São Paulo (2ª região) e Estado de Minas Gerais (3ª região). Os argumentos desenvolvidos pelo Sindicato suscitante assim podem ser resumidos:

A - A excepção de incompetência foi serôdiamente levantada.

B - O Tribunal Regional de São Paulo já homologou um acôrdo feito anteriormente entre suscitante e suscitada.

Não têm procedência os argumentos levantados. Quanto a competência, ou incompetência, porque esta é matéria que até ex-officio pode ser proclamada; quanto ao fato da Homologação de acôrdo feito anteriormente, porque esta simples decisão não pode ter o efeito de revogar a lei e nem ao menos de prorrogar competência.

Diante do exposto somos pela rejeição do recurso interposto e confirmação, em consequência, do aresto recorrido.

Rio, 11 de outubro de 1948

M. P. F. — PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO FLS. 182

d.c.

Devolvido ao Tribunal
Em 12-10-48
Alb. Meira

Com o parecer anexo
13. X. 48

A DISTRIBUIÇÃO

Rio de Janeiro, 13 de Outubro de 1948

Presidente

CÂMARA DE JUSTIÇA DO TRABALHO

187
cls

Sorteado Relator o Sr. JULIO BARATA

Designado Revisor o Sr. ROMULO CARDIM

Rio de Janeiro, 15 *de* Out *de 194*8

PRESIDENTE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Ex.mo Sr. Conselheiro Relator.

Rio de Janeiro, 15 *de* Out *de 194*8

SECRETÁRIO

VISTO

Rio de Janeiro, ... *de* ..... *de 194*.....

RELATOR

VISTO

Rio de Janeiro, ... *de* ..... *de 194*.....

REVISOR

Imp. Nacional — 16671 — 16/5/42 IMPRESSO PARA SERVIÇO DE ATTOS — D. M. T. — 72

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça do Trabalho

CÂMARA DE JUSTIÇA DO TRABALHO

1866
188
cels

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo N.º CNT 6 235/48

CERTIFICO que a Câmara de Justiça do Trabalho, em sessão ORDINÁRIA *, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso a fim de manter, por suas conclusões, o acórdão recorrido, devendo ser aproveitada, por economia processual, a parte instrutória do feito.*

Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. ~~Ministros~~ MINISTROS: JULIO BARATA, ROMULO CARDIM, GODOY ILHA, WALDEMAR MARQUES, OLIVEIRA LIMA, ANTONIO CARVALHAL, DELFIM MOREIRA, EDGARD SANCHES E O SR. JUIZ TOSTES MALTA.

OBSERVAÇÕES:

PROCURADOR:- DR. BAPTISTA BITTENCOURT.

PELA RECORRENTE FALOU O ADVOGADO DR. J. L. AZEVEDO COSTA.

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Rio de Janeiro, 25 *de* [illegible] *de 194*[illegible]

Secretário

Imp. Nacional — 18.884 — 160.063

T. J. – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

189
cclg

Nesta data, remeto os presentes autos à S.A.
para os fins de direito.
Em 20.11.81

SECRETÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

190
cc 5

ACÓRDÃO Proc. nº-(ASA) 20

(ac-1.060/80)

ACA/EV

dissídio coletivo. A exceção de incompetência funda-se na circunstância de ser o Sindicato suscitante sediado em Santo André, pertencente à 2ª Região, e não à 1ª Região, como entendeu o Presidente do Tribunal.

Visto e relatado êstes autos, em que são partes, como suscitante, a Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 2ª. Região e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Zona Mogiana e, como suscitado, o Conselho Regional de Trabalho de Campo;

A Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, sediada em São Paulo, perante o Sr.Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região requereu a instauração de dissídio coletivo dos empregados do Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região contra êste Conselho, tendo em vista o ofício de fls. 3, pedindo fosse reconhecida a incompetência do dissídio e designada a suscitação de instrução e julgamento. Perante da fase instrutória, o Conselho suscitado excepcionou, perante o referido Tribunal, a incompetência de incompetência, em face do que dispõe o art. 702, letra c, da Consolidação, pois tem sede na cidade de Santo André, pertencente à 2ª Região, e não na Capital do Estado de São Paulo, onde tem jurisdição o Tribunal da 1ª. Região, como pensa o Estado de Minas Gerais, que está sob a jurisdição do Tribunal Regional da 3ª. Região. O referido Tribunal Regional da 1ª. Região, acolheu a exceção, sendo consignado às fls. 155:

> "Pretende o suscitado a incompetência deste Tribunal para o julgamento do presente dissídio, pelo que teve o mesmo em forma do inciso nº I letra "c" do art. 702 da Consolidação das Leis do Trabalho,

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

191

ser remetido para o Tribunal Superior do Trabalho que é o competente, podendo, entretanto, por economia processual e para maior rapidez no seu julgamento, ser aproveitada a sua parte instrutória nos expressos têrmos do art. 866 da Consolidação das Leis do Trabalho".

O presente recurso ordinário, e não extraordinário conforme diz a Suscitada em suas contra-razões, visa a reforma dêsse acórdão, arguindo dois argumentos: 1º) já o fato da invocada exceção de incompetência ter sido levantada após a instrução do processo; 2º) o fato de haver o Tribunal Regional de São Paulo homologado anteriormente um acôrdo entre os empregados Suscitantes e a própria Suscitada.

A douta Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho, entendeu de aplicar, no caso, o preceito do art. 702, § 1º, letra a, julgando competente, originàriamente, para decidir dêsse dissídio coletivo, o Tribunal Superior do Trabalho.

É o relatório.

V O T O

O recurso é ordinário, foi interposto tempestivamente, portanto, é de conhecimento obrigatório. Entretanto, nego provimento ao dito recurso para confirmar e manter o acórdão recorrido pelos seus próprios fundamentos. As duas razões, em que se pretendem fundar os Recorrentes, não colhem: em primeiro lugar, a exceção de incompetência, que pode ser levantada "ex-officio", não era preciso que a parte a provocasse. É a única que está prevista na Consolidação, como podendo ser lavantada "ex-officio". Assim, está respondido o primeiro argumento. Quanto ao segundo, isto é, o fato do Tribunal de São Paulo haver, anteriormente, homologado o acôrdo feito entre os Suscitados e a Suscitante, devo dizer que um êrro não justifica outro. Ademais, de acôrdo com a jurisprudência dêste Tribunal Superior, em muitas revisões de dissídios coletivos, depois de julgadas por êste Tribunal, são os novos pedidos de revisão julga-

julgados pelo Tribunal Regional. A recíproca terá que ser verdadeira, de acôrdo com a jurisprudência do Tribunal Superior. Assim, por êstes fundamentos, nego provimento ao recurso, para manter o acórdão acrescentando ainda ao meu voto que, por economia processual e para maior rapidez do julgamento, seja aproveitada a parte instrutória do processo, nos termos do art. 496 da Consolidação.

Isto posto:

Acordam os Juizes do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso a fim de manter, por suas conclusões, o acórdão recorrido, devendo ser aproveitada, por economia processual, a parte instrutória do feito.

Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1948.

Geraldo Montedonio Bezerra de Menezes — Presidente

Julio Barata — Relator

Ciente - Baptista Bittencourt — Procurador

CERTIFICO que o presente acordão foi publicado no Diario da Justiça de 20 de Janeiro de 1949

Em 20/1/1949

Fl. 193

P. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Transmita-se à S.P.

Em 24/1/49

Kyval Soares Carneiro
Chefe do S.A.T.

REMESSA

A S. C. para certificar se foi interposto recurso da decisão de fls._____

Rio, 31 de janeiro de 1949

Chefe da

Certifico que, até a presente data não foram feitos quaisquer recursos.

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro de 1949

Encaminhe-se a

Rio, 2/2/1949

Chefe da SC

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

194

Faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Presidente, tendo em vista a decisão tomada pelo E. Tribunal.

Rio, 11/2/49

Secretário-Substituto

Designo a audiência de conciliação para o dia 24 de fevereiro corrente, quinta-feira, às 14 horas, notificadas as partes na fórma da lei.

Rio, 11 de fevereiro de 1949

PRESIDENTE

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
J. T. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
GABINETE DO PRESIDENTE

195

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

TST- 6 235/48

Diretor -Presidente Companhia Mogiana Estradas Ferro
Rua Bôa Vista 16 - 4º andar
Capital - São Paulo

12 AB 2 49 PARA EFEITOS LEGAIS VG LEVO VOSSO CONHECIMENTO QUE SENHOR PRESIDENTE TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO VG TENDO EM VISTA DECISÃO PROFERIDA PROCESSO DISSIDIO COLETIVO SUSCITADO SINDICATO FERROVIARIOS VG DESIGNOU PROXIMO DIA VINTE QUATRO VG QUARTA-FEIRA VG ÀS CATORZE HORAS VG REALIZAÇÃO AUDIENCIA CONCILIAÇÃO VG EX-VI DISPOSTO ARTIGO OITOCENTOS E SESSENTA CONSOLIDAÇÃO LEIS TRABALHO PT NESSAS CONDIÇÕES FICAIS NOTIFICADO COMPARECER REFERIDA AUDIENCIA QUE SERÁ REALIZADA SALA SESSÕES TRIBUNAL - PALACIO TRABALHO NONO ANDAR PE SAUDAÇÕES PT AGNELO BERGAMINI DE ABREU PT SECRETARIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PT

196

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
J. T. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
GABINETE DO PRESIDENTE

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

MOGIMERRO - PARA PRESIDENTE
CAMPINAS - SÃO PAULO

13/ 11 2 49 PARA EFEITOS LEGAIS VG LEVO VOSSO CONHECIMENTO QUE SENHOR MINISTRO PRESIDENTE VG PAGE DECISÃO TOMADA TRIBUNAL SUPERIOR TRABALHO VG PROCESSO DISSIDIO COLETIVO SUSCITADO POR ESSE SINDICATO VG DESIGNOU PROXIMO DIA VINTE E QUATRO VG QUINTA FEIRA ÀS CATORZE HORAS VG REALIZAÇÃO AUDIENCIA CONCILIAÇÃO VG EX-VI DISPOSTO ARTIGO OITOCENTOS E SESSENTA CONSOLIDAÇÃO LEIS TRABALHO I. NESSAS CONDIÇÕES VG FICAIS NOTIFICADO COMPARECER REFERIDA AUDIENCIA QUE SERÁ REALIZADA SALA SESSÕES TRIBUNAL VG PALACIO TRABALHO PT SAUDAÇÕES PT ANGELO BERGAMINI DE ABREU PT SECRETÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PT

197

ATA DA AUDIÊNCIA DO DISSIDIO COLETIVO SUSCITADO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIARIAS DA ZONA DA MOGIANA CONTRA A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de sessões do Tribunal Superior do Trabalho, presente o Exmo. Sr. Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, Presidente do Tribunal, comigo, Secretário, às catorze horas, realizou-se a audiência de conciliação do dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional do Trabalho da Segunda Região, em nome do Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas Ferroviárias da Zona da Mogiana, contra a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, para o fim* de obtenção de aumento salarial. Compareceram à audiência, pelo Sindicato suscitante, os Srs. Elio Carvalhinho Pompeu, presidente, e Dr. J. A. Cunha Lima, advogado, e, pela emprêsa, como preposto, o advogado Joaquim Luiz de Azevedo Costa. Aberta a audiência, * de ordem do Sr. Presidente, o Secretário leu a inicial, defesa, * decisões dos Tribunais Regional e Superior do Trabalho. Finda a leitura, concedeu o Sr. Presidente a palavra às partes litigantes, que ratificaram, em todos os seus termos, tudo quanto já alegaram e provaram nos autos. Consultou, então, o Sr. Ministro Presidente, às partes, sôbre a possibilidade de conciliação, o que não foi aceito. Dada a palavra ao representante da emprêsa, requereu a* juntada das razões que então ofereceu, pleiteando nova audiência* do perito que funcionou no processo, no sentido de que S. S. prestasse esclarecimentos julgados indispensáveis, em relação a alguns pontos do laudo apresentado, requerimento aliás renovado, pois,* conforme adiantou, já o formulára perante o Tribunal Regional. Com a palavra o representante do Sindicato suscitante, por seu advoga

do, declarou nada ter a opôr ao requerimento da suscitada, salientando, por outro lado, que medida idêntica desejava pleitear, mas para isso requeria lhe fosse concedido o prazo de quarenta e oito horas para formular os respectivos quesitos. Requereu ainda o representante do Sindicato a juntada de uma relação, por cópia fotostática, das médias anuais e núme os índices dos prêços dos gêneros alimentícios no comercio varejista de 1939, no Município de Campinas, o que foi deferido pelo Sr. Ministro Presidente. As * partes tiveram vista da documentação apresentada. Interrogado * sôbre se tinham os litigantes novos requerimentos a formular ou * documentos a apresentar, declararam que não. Com a palavra o representante da Emprêsa para falar sôbre o documento apresentado * pelo Sindicato, declarou que nada tinha a contestar, cabendo-lhe* apenas salientar que a emprêsa tem âmbito maior ao Município de Campinas, e, assim, os dados constantes do referido documento tinham valor relativo. Diante dos requerimentos formulados pelas * partes, o Sr. Ministro Presidente declarou que iá adiar a audiência para a próxima sexta-feira, dia quatro de março, para, então, pronunciar-se sôbre o que pleiteavam os litigantes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência, ficando as partes cientes da nova convocação. E, para constar, eu, Secretário do Tribunal, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Sr. Ministro * Presidente e por mim subscrita. Rio de Janeiro, aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e nove.

Presidente

Secretário

PAPEL P. ATA - DNT - 8

COMPANHIA MOGIANA
DE
ESTRADAS DE FERRO
ESCRITORIO CENTRAL
CAIXA POSTAL Nº 620
S. PAULO

199

São Paulo, 4 de Fevereiro de 1949

EC.180/ 690

Nova entrada
Rio, 24/2/49

Exmo. Snr.
Dr.Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
RIO DE JANEIRO.-

Para os devidos fins, comunicamos a V.Excia. que, alem das pessôas já indicadas, está o sr. dr. Joaquim Luiz de Azevedo Costa, advogado, residente no Rio de Janeiro, tambem autorizado a representar a Cia.Mogiana de Estradas de Ferro no processo de dissidio coletivo contra ela suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Emprezas Ferroviárias da Zona Mogiana e ora em andamento nesse Tribunal.-

Assim, poderá aquele advogado, na qualidade de *representante e preposto desta Empresa*, receber intimações, prestar depoimento pessoal, fazer quaisquer declarações, aceitar ou recusar conciliação e praticar todos os demais átos para cabal desempenho dos poderes de que está investido.-

Saudações

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

4.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
J. L. de Azevedo Costa
Advogado
RIO DE JANEIRO

200

Exmo. Snr. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

Nos autos, 24/3/49

A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, por seu advogado e procurador abaixo assinado, nos autos de DISSIDIO COLETIVO em que contende com o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA (proc. T.S.T. 6.235/48), vem expor e afinal requerer a V.Exa. o seguinte:

1) - De conformidade com a petição de fls. 151, datada de 14 de junho de 1948, a Suplicante protestou pelo comparecimento do Snr. Perito que funcionou no pleito à audiencia designada pelo ilustre Tribunal Regional de S.Paulo para o dia 16 daquele mês, solicitando sua intimação para que fossem prestados indispensaveis esclarecimentos sobre ponto de sumo interesse, consignado no laudo que elaborou;

2) - Na referida audiencia, não obstante a presença do Snr.Perito, não se ofereceu ensejo para obtenção desses esclarecimentos, por entender o digno snr. Presidente do aludido Tribunal Regional que a oportunidade propria seria aquela em que se realizasse a futura audiencia de julgamento perante o mesmo ilustre Tribunal;

3) - Acontece, porem, que na sessão de julgamento ulteriormente realizada, o digno Tribunal Regional de São Paulo acolheu, desde logo, a preliminar de sua incompetencia oferecida pela Suplicante, abstendo-se de entrar no merito da questão e determinando a remessa dos autos para esse Egregio Tribunal Superior. Em consequencia viu-se a Suplicante mais uma vez impedida de obter os mencionados esclarecimentos por parte do Snr. Perito, entendendo o Tribunal a quo que aquela providencia só teria cabimento perante o Colendo Tribunal

201

Superior quando apreciasse o merito do caso.

Em face do exposto, é a presente para R E - Q U E R E R a V.Exa. se digne determinar, mediante oficio dirigido ao ilustre Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a realização da necessaria diligencia afim de que se sirva o Snr. Perito responder aos quesitos anexos.

Nestes termos,

P . d e f e r i m e n t o .

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1949.

Joaquim Luiz de Azevedo Costa

Adv. - insc.682.

- ESCLARECIMENTO A SER PRESTADO PELO SNR. PERITO -

Em resposta ao 6º quesito da Suscitada, informa o Snr. Perito a fls. 9 do laudo: -

"..... .....

Quanto à media geral de todos os empregados computados nas quatro zonas acima referidas (quadro n. 10), seriam estes os resultados:

a)-salario-medio em 1939: Cr$348,40 (ou 100%)

salario-medio em 1947: Cr$1.067,40 (ou 306%);

b)-considerando-se o indice de custo de vida 330 em dezembro de 1947, o aumento de salario estaria 24% abaixo da elevação do custo de vida, em dezembro de 1947.

"....."

Ora, póde parecer, pela redação dessa resposta, que para igualar-se, em dezembro de 1947, o nivel de salarios ao nivel do custo de vida, deveria a Suscitada aumentar de 24% o salario-medio de dezembro de 1947 para atingir o indice alcançado pelo custo de vida.

Entretanto, tal não é a realidade, conforme se demonstra a seguir:

SALARIOS MEDIOS ENCONTRADOS PELO PERITO:

Em 1939..... Cr$--348,40 - ou indice 100

Em 1947..... Cr$1.067,40 - ou indice 306

Para que o indice dos salarios em dezembro de 1947 - 306 - iguale o indice do custo de vida na mesma epoca - 330 - ambos encontrados pelo Snr. Perito, aqueles salarios devem ser aumentados de importancia igual a 24% sobre o

salario-medio de 1939, tomado como base, ou indice 100:

$$\frac{Cr\$348,40 \times 24}{100} = Cr\$83,60$$

pois, somando-se esta quantia aos referidos salarios de dezembro de 1947 (Cr$1.067,40), teriamos o salario-medio atualizado de Cr$1.151,00, cujo indice corresponderia tambem a 330, equiparando-se ao custo de vida, assim demonstrado:

$$\frac{Cr\$1.151,00 \text{ (salario atualizado)}}{Cr\$348,40 \text{ (salario-medio em 1939)}} = \frac{330}{}$$

Se, ao contrario, forem tomados 24% do salario-medio de dezembro de 1947 (Cr$1.067,40), para adiciona-los a esse mesmo salario-medio com o fito de iguala-lo ao indice do custo de vida, na forma pretendida pela resposta dada ao 6º quesito da Suscitada, verificaremos que esses 24% excederão o indice 330 do referido custo de vida.

Desta forma:

$$\frac{Cr\$1.067,40 \times 24}{100} = Cr\$256,17$$

que, somado ao referido salario-medio de Cr$1.067,40, daria o total de Cr$1.323,57, cujo indice passaria a ser 379,9 relativamente ao indice 100 do salario-base de 1939 (Cr$ 348,40). Estaria, assim, excedido de muito o indice do custo de vida - 330 .

____ § ____

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
J. L. de Azevedo Costa
Advogado
RIO DE JANEIRO

Diante da exposição que vem de ser feita, solicita-se ao Snr. Perito seja melhor esclarecido o ponto em exame, para declarar:

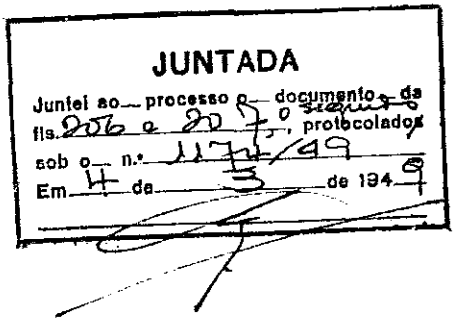
a) - Adicionando-se 24% do salario-base de 1939, ou seja Cr$83,60 ao salario-medio de dezembro de 1947, obtendo-se o total de Cr$1.151,00, teriam se igualado em 330 os indices de salarios e custo de vida?

b) - Tal operação produziria identico resultado si se aumentasse o salario-medio de dezembro de 1947 de apenas 7,84%, igualando-se então os indices de salario-medio e de custo de vida, ambos atingindo 330?

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1949.

Joaquim Luis de Azevedo Costa

P. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO


JUNTADA
Juntei ao processo o documento da
fls. 206 a 207, protocolados
sob o n.º 1174/99
Em 4 de 5 de 1999

MEDIAS ANUALES Y MENSUALES RELATIVAS DEL PRECIO DEL CEREAL A LOS PAGOS EN DINERO, CORRESPONDIENTES AL PERIODO DE 1.939 A 1.947

ARTICULOS	UNIDAD	1.939	1.940	1.941	1.942	1.943	1.944	1.945	1.946	1.947
Arenas	Cahiz	0,07 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Algarbes	Cahiz	0,07 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Gandia	"	1,07 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alcoy	Cahiz	0,06 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alfaz	Kilo	(**) 0,27 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Alfaz	Fanega	(**)16,06 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Alfaz	Cahiz	1,00 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Arroz de Algezar	"	(**) 0,60 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Arroz Elan	"	0,60 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Harina Fanega*	Cahiz	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salvado	Cahiz	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Salvado Afino	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Harina	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pan	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pan	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Garbanzo	10 Kilos	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Judias	Cahiz	(*) 0,20 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Lentejas	Cahiz	(*) 0,20 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Habas	"	(*) 0,20 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Patatas de Sembrar	Cahiz	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
" de Riego	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
" de Secano	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cebollas	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aceite	Cahiz	(***) 0,20 =	100,0	-	-	-	-	100,0	100,0	100,0
Vino	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vino Tinto	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vino Blanco	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vino Moscatel	"	0,20 =	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vino Generoso

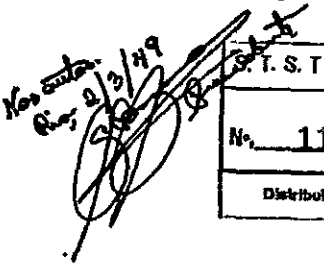
201

Campinas, 13/7/64

OFICIAL ADMINISTRATIVO
SEC. ESTAT. E ARQUIVO

207

Exmo. Sr. Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



T. S. T — Secção de Comunicações

Nº 1174 Data 2 MAR 1949

Distribuição

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA, por seu advogado que esta subscreve, vem requerer a V. Excia., no processo de revisão de dissidio coletivo suscitado pela DD. Procuradoria do Trabalho da 2a. Região e que se encontra em curso perante o Colendo Tribunal Superior, o seguinte :

1 . - A suscitada - COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO - por petição que se encontra a fls. 151, datada de 2 de Julho de 1948, requereu ao Tribunal Regional do Trabalho, o comparecimento do Sr. Perito à audiencia afim de que o mesmo prestasse alguns esclarecimentos;

2 . - Como consequencia da preliminar arguida pela Suscitada e julgada pelo Tribunal Superior, o processo veio tendo seguimento perante esse Egregio Tribunal, razão porque a Emprêsa renovou essa solicitação em audiencia realizada dia 24 do mês corrente;

3 . - Todavia, talvez com o intuito de apressar o julgamento do feito, a Suscitada apresentou, por escrito, os itens que deseja ver elucidados;

4 . - Ora, o Sindicato pretendia, como ainda pretende e requereu a V.Excia. naquela audiencia, que o Sr. Perito tambem esclareça alguns aspectos do laudo que apresentou, acreditando, entretanto, que do comparecimento do referido Sr. Perito à audiencia, advirá melhores esclarecimentos para apuração dos fatos;

Recebido 2/3/949

5 . - Assim, deseja o Sindicato que o processo seja remetido ao Egregio Tribunal Regional do Trabalho, a-fim-de que o Sr. Perito tenha oportunidade de, compulsando o processo, atender ao requerido pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

6 . - Entretanto, para abreviar a solução do dissidio o Sindicato já oferece alguns pontos que deseja ver elucidados :

a) - tendo em vista a resposta ao segundo quesito da Suscitada, póde o Sr. Perito informar si é empregada na técnica contabil a expressão "saldo negativo" ?

b) - Póde o Sr. Perito esclarecer qual a natureza das despesas executadas na "Conta de empreendimentos diversos" a que alude a resposta ao segundo quesito do Suscitante ?

Termos em que,

P. Deferimento

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1.949

J. A. Cunha Lima
Inscrição n.4586
O.A.B. - S.Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA DO DISSÍDIO COLETIVO SUSCITADO PELO SINDICATO * DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA MOGIANA * CONTRA A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

(EM PROSSEGUIMENTO)

Aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de sessões do Tribunal Superior do Trabalho, presente o Exmo. Sr. Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, Presidente do Tribunal, comigo, Secretário, às quatorze horas, estando aberta a audiência, foram, por órdem do Exmo. Sr. Ministro Presidente, apregoados os litigantes. Compareceram à audiência, pelo Sindicato suscitante, os srs. Elío Carvalhinho Pompeu, presidente, e Dr. J. A. Cunha Lima, advogado, e, pela emprêsa suscitada, como preposto, o advogado doutor Joaquim Luiz de Azevedo Costa. Lida a ata da audiência anterior, e aprovada sem objeções, a seguir o exmo. sr. Ministro Presidente comunicou haver * recebido, dentro do prazo fixado, o requerimento formulado pelo Sindicato suscitante, dando vista do mesmo ao sr. representante da emprêsa, que nada opôs em relação ao pedido dos suscitantes, relativo à remessa dos autos a São Paulo, para o fim discriminado. Depois de declarar ter deferido ambos os requerimentos de audiência do perito, esclareceu o exmo. sr. Ministro Presidente que * atendia igualmente ao pedido do Sindicato, com o qual concordara a suscitada, no sentido de serem os autos enviados ao Tribunal Regional de São Paulo para cumprimento das medidas pleiteadas. Tal decisão foi tomada pelo exmo. sr. Ministro Presidente, no uso das atribuições que lhe confere a alínea d do artigo 707, combinada * com o disposto no artigo 866 da Consolidação das Leis do Trabalho, aplicável à espécie, por analogia. Nada mais havendo a tratar o exmo. sr. Ministro Presidente deu por encerrada a audiência. Do

Do que, para constar, eu, Secretário do Tribunal, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Exmo. sr. Ministro Presidente e por mim subscrita. Rio de Janeiro, aos quatro dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove.

GERALDO MONTEDÔNIO BEZERRA DE MENEZES
PRESIDENTE

/EF.

AGNELO BERGAMINI DE ABREU
SECRETÁRIO

P. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Usando das atribuições que me confere a alínea d do artigo 707, combinada com o disposto no artigo 866 da Consolidação das Leis do Trabalho, aplicável à espécie, por analogia, determino a baixa dos autos ao Tribunal Regional da Segunda Região, a fim de que o Dr. Juiz Presidente tome as providências necessárias para serem atendidos os requerimentos de fls. 200 e fls. 207.

Rio, 5 de março de 1949.

PRESIDENTE

Recebidos nesta data.
A' consideração do Sr. Diretor da Secretaria.
S. Paulo, 29/3/49
Dirce Lobo Leite

Vista dada hoje conforme o processo por
ordem ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal.
Em 23/3/49

Mecio Pinto de Oliveira
Diretor da Secretaria

Ordinatória. Na ata de fls. supra
não requereram depoimento.
Aguardem-se as audiências designadas
às fls. 200 e
207, dentro do prazo de
10 dias.
São Paulo, 23/3/49

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

TRT- 1076/9

São Paulo, 30 / 3 / 49

Albisiola
ENC. DO S/A

OSCAR EGYDIO DE ARAUJO
ADVOGADO

212

EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR

JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO.

CRT - 2.a Região
N. 1076 /49
29 3 49

a fls 213/8

Processo CRT/SP - 271/6

Intimado por V. Excia., por despacho de 23 do corrente (fls. 211, *verso*, do *processo* CRT/SP - 271/6), vou responder aos quesitos elucidativos de fls. 200/208.

Quanto à suscitada, COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, menciona à fls. 202 êste trecho do laudo pericial:

> "Quanto à média geral de todos os empregados computados nas quatro zonas acima referidas (quadro nº 10), seriam estes os resultados: a) - salário médio em .. 1939: Cr.$ 348,40 (ou 100%) e salário médio em 1947: Cr.$ 1 067,40 (ou 306%); b) - considerando-se o índice de custo de vida 330 em dezembro de 1947, o aumento médio de salários estaria 24% abaixo da elevação do custo de vida, em dezembro de 1947".

E acrescenta:

> "Ora, pode parecer, pela redação dessa resposta, que para igualar-se, em dezembro de 1947, o nível de salários ao nível do custo de vida, deveria a Suscitada aumentar de 24% o salário médio de dezembro de 1947 para atingir o índice alcançado pelo custo de vida".

Acredito que a redação dada ao trecho citado do laudo não deveria levar à interpretação mencionada acima, pois, o quesito que provocou a resposta em apreço, formulado pela própria Suscitada, pediu para ser feita uma comparação entre salários e custo de vida, "a partir de 1939, tomado como índice 100". Ora, si a base são os dados de 1939, qualquer referência está a ela

ligada e, implicitamente, já está subentendido que qualquer resultado - de salário ou de custo de vida - tem por fundamento, ou por termo de comparação o mesmo ano de 1939.

Como a Suscitada pediu a comparação "a partir de 1939", não recalculamos os dados, afim de verificar qual seria o aumento exato para os salários de dezembro de 1947. Êsse calculo, porém, pode ser feito e o foi, de modo exato, pela Suscitada, à fls.203.

Daí, para melhor esclarecer o ponto em exame, declaramos exatas as operações indicadas à fls, 204, donde, para equilibrar salários e custo de vida, a obtenção de resultados idênticos, quer adicionando-se 24% do salário de 1939 ao salário médio de dezembro de 1947, quer somando-se apenas 7,84% do salário médio do próprio mês.

*

Quanto ao SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA deseja vêr elucidados estes dois pontos:

"a) - tendo em vista a resposta ao segundo quesito da Suscitada, pode o Snr. Perito informar si é empregada na técnica contabil a expressão saldo negativo?"

"b) - Pode o Snr. Perito esclarecer qual a natureza das despesas executadas na Conta de empreendimentos diversos a que alude a resposta ao segundo quesito do Suscitante?"

Pediu o segundo quesito da Suscitada, "informar si é, ou não, verdadeiro o deficit de Cr.$ 900 372,30 alí indicado". A resposta confirmou a interrogação: "verifica-se, de fato, o saldo negativo de Cr.$ 900 372,30". Vê-se que a expressão "saldo negativo" foi empregada como "resultado negativo". Contabilistas consultados quanto ao emprêgo da expressão na técnica contábil, si não afirmaram categoricamente o seu uso, pelo menos também não o nega

ram; confirmaram, mesmo a sua utilização em linguagem corrente, com o sentido dado no laudo.

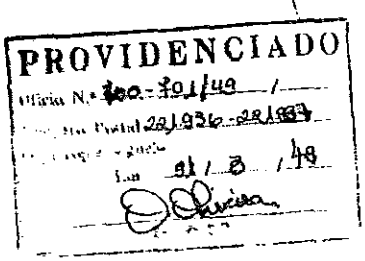
O segundo ponto diz respeito à "conta de empreendimentos diversos". Essas despesas são realizadas para custeio dos empreendimentos arrolados à fls. 12 do laudo. A Mogiana planta eucaliptus para dormentes, nas fazendas, e extrae pedras necessárias aos seus serviços, das pedreiras, de modo que os empreendimentos arrolados dão renda. A receita a êles relativa orçou em Cr.$ .... 4 753 612,90 no ano de 1947, de acôrdo com o doc. nº 3 de fls.62.

*

É o que cabia esclarecer, salvo melhor juizo.

São Paulo, 29 de março de 1949

Oscar Egydio de Araujo
Perito


PROVIDENCIADO
Oficio N.º 100-701/49
Fecha Postal 28/936-28/987
Fecha
Lima 21 / 8 / 49

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal

Of.SP 709/49 S.Paulo 31 de março de 1949

Diretor da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho

CIA. MODIANA DE MOTRIZES DE PENSO-REGIÃO LOCAL

De ordem do sr. Presidente, notifico-vos de que, tendo o prazo de 10ge dias, a contar de hoje, para vos pronunciar sobre a reclamação dos quesitos eliminativos, apresentado pelo sr.Perito em 29-3-49, a reclamação nesta Secretaria sob o nº 1.075/49, referente ao processo JCJ-SP 473/48, entre partes PRODUTOS FARMACEUTICOS ORTHOBAL LTDA. e a Cia. MODIANA DE MOTRIZES DE PENSO.

Saudações

Mário Pinheiro da Costa
Diretor da Secretaria

RUA SETE DE ABRIL, 110

CAPITAL

PODER JUDICIÁRIO

XXXXXXXXXX

Tribunal

Cr.SP 701/49 S.Paulo 31 de março de 1949

Diretor da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho

DR. J. A. DUARTE LIMA-PROC.30 SIND. TRAB. EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA

Por ordem do sr.Presidente, notifico-vos de que tendes o prazo de cinco dias, a contar de hoje, para vos pronunciar sôbre a resposta dos quesitos elucidativos, apresentada pelo sr.Perito em 29-3-49, e protocolada nesta Secretaria sob o número 1.015/49, referente ao processo CR-SP 271/45, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDUSTRIA DE TRANSPORTES e CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

Secretário

Mário [illegible] de Souza
Diretor da 3a Secretaria

Nada mais se acrescentou.-

CAPITAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
~~JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO~~

Não tendo as partes interessadas
manifestado o respeito do esclare-
cimento de fls 214 a 217 passo
o presente processo ao Exmo Sr Presidente
do Tribunal.

São Paulo 8/4/49
Maria Francisca de Oliveira
Diretor da Secretaria

Visto em
S. Paulo, 8/4/49.

REMESSA

Nesta data, faço remessa do
presente processo T. A. I-S
271/46 ao E. Juiz Presidente
Substituto da Procuradoria
Of. SA 453/19 Rec.
Em 11/4/1949

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Of.Sa 422/49 S.Paulo Em 11 de abril de 1949

Do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho

Ao Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Assunto Remessa de processo.

S. T. S. T — Secção de Comunicações

Nº 2051 Data 19 ABR 1949

Distribuição S. P.

Senhor Presidente.

Para os devidos fins, passo às mãos de V.Exa. o incluso processo TRT-SP 271/46, entre partes PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, baixado a êste Tribunal para cumprimento de diligência.

Reitero a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Thelio da Costa Monteiro
Vice-Presidente

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Fls. 111

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro [illegible]

Em 22.4.49

[illegible]

Designo o dia 4 de maio próximo, para a realização de nova audiência, quando as partes, querendo, deverão apresentar razões finais.

Rio, 25/4/49

[illegible]

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
J. T. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
GABINETE DO PRESIDENTE

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

DR. CUNHA LIMA - PROCURADOR SINDICATO FERROVIÁRIOS MOGIANA
RUA CONSOLAÇÃO - 320 - CAPITAL - SÃO PAULO

LEVO VOSSO CONHECIMENTO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DESIGNOU PRÓXIMO DIA QUATRO MAIO VG QUATORZE HORAS VG REALIZAÇÃO AUDIÊNCIA DISSÍDIO COLETIVO MOGIANA VG PARA OFERECIMENTO VG QUERENDO VG RAZÕES FINAIS PT ATENCIOSAS SAUDAÇÕES - AGNELO BERGAMINI DE ABREU SECRETÁRIO INTERINO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO
FLS. 224

Tendo comparecido, nesta data, a esta Secretaria o Dr. L.A. de Barreto Costa, advogado e procurador da Companhia Nacional de Estradas de Ferro, a 25. decisão do respeitável despacho de fls. retro.

Rio, 27.4.49

[illegible]
1 secrio T.S.T.

Ciente.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1949.

Joaquim Luiz de Almeida Costa

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
J. T. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
GABINETE DO PRESIDENTE

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO POR ASSUNTO

DR. CUNHA LIMA - PROCURADOR SINDICATO FERROVIARIO MOGIANA
RUA CONSOLAÇÃO 320 - CAPITAL SÃO PAULO

32 4 5 49 ORDEM SENHOR MINISTRO PRESIDENTE VG LEVO VOSSO CONHECIMENTO AUDIENCIA DISSIDEO COLETIVO SINDICATO MOGIANA ADIADA PROXIMO DIA ONZE VG QUARTA-FEIRAVG QUATORZE HORAS PT CONSOANTE DISPOSIÇÃO LEGAL CONSOLIDAÇÃO SERÁ IMPRESCINDIVEL PRESENÇA REPRESENTANTE SINDICATO AFIM TOMAR CONHECIMENTO PROPOSTA CONCILIAÇÃO PT QUANTO OFERECIMENTO RAZÕES FINAIS VG INFORMO-VOS SENHOR PRESIDENTE VG SEM OPOSIÇÃO REPRESENTANTES EMPREZA VG CONCEDEU DILAÇÃO PROXIMA PROXIMA AUDIENCIA PT ATENCIOSAS SAUDAÇÕES PT ANGELO BENJAMIM DE ABREU - SECRETÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PT

Rem 48-1945

CABO SUBMARINO

N.º EN 535

The Western Telegraph Company, Limited

FILIADA A

Cable and Wireless, Limited.

CIRCUITO:	EMPREGADO:	HORA DO RECEBIMENTO:	
			19

N. B. — As emprezas telegráficas não aceitam responsabilidade alguma por motivo do serviço da telegrafia (Convenção Telegráfica Internacional)

A primeira linha deste telegrama contém as seguintes informações, na ordem indicada:

Número do telegrama.
Estação de procedência.
Número de palavras.
Data e hora.
Hora da apresentação.

EN535 SPAULO 47/46 9 2128 =

TRISULTRA PARA PRESIDENTE RIO =

IMPOSSIBILITADO COMPARECER AUDIENCIE DIA QUATRO DISSIDIO MOGIANA VG VIRTUDE IMPRESCINDIVEL NECESSIDADE INSTRUIR DISSIDIO TRAJUNTA JUNDIAI TAMBEM DIA QUATRO VG REQUIRO VOSSENCIA VG OUVIDA PARTE CONTRARIA VG CINCO DIAS APRESENTACAO RAZOES FINAIS PELO SUSCITANTE PT PECO DEFERIMENTO PT JOSE ALVES CUNHA LIMA ADVOGADO =

CABO SUBMARINO

THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY, LIMITED

FILIADA À

CABLE AND WIRELESS LIMITED.

AVISO IMPORTANTE

Para obter um serviço rápido e perfeito convém pedir aos correspondentes no estrangeiro que indiquem as seguintes vias telegráficas:

Telegramas apresentados em:	Indicar:
BÉLGICA	Via Belge Impérial
DINAMARCA	Via Skit Impérial
ESPANHA	Via Impérial
FRANÇA	Via Eastern
GRÃ BRETANHA	Via Imperial
HOLANDA	Via Impérial
NORUEGA	Via Impérial
PORTUGAL	Via Eastern
SUÉCIA	Via Impérial
SUISSA	Via Impérial
ESTADOS UNIDOS e MÉXICO	.....Via Western Union
ARGENTINA, BOLIVIA, CHILE, PARAGUAI, PERÚ, URUGUAI	.....Via Western

A INDICAÇÃO DESTAS VIAS NÃO ESTÁ SUJEITA A TAXA ALGUMA.

ESTAÇÕES DA COMPANHIA NO BRASIL:

Belém	Rua Visc. de Inhaúma, 3[illegible] — Tel. [illegible] — Caixa Postal [illegible]
São Luiz	Avenida D. Pedro II, [illegible] — Tel. [illegible] — Caixa Postal [illegible]
Fortaleza	Rua Floriano Peixoto, [illegible] — Tel. 3[illegible] — Caixa Postal [illegible]
Natal	Av. Rio Branco (antiga [illegible]) — Tel. 1[illegible] — Caixa Postal [illegible]
Recife	Praça Visconde de Mauá, 91 — Tel. [illegible] — Caixa Postal, 1[illegible]
Maceió	Rua 24 e Alagoinhas, 5[illegible] — Tel. 107 — Caixa Postal, 70
Bahia	Rua Portugal, 23 — Tel. [illegible] — Caixa Postal, 3[illegible]
Victória	Rua Jerônimo Monteiro, 3[illegible] — Tel. [illegible] — Caixa Postal, 51
Rio de Janeiro	Esq. das Ruas Alfandega e Candelária — Tel. 23[illegible] — Caixa Postal, 4[illegible]
Santos	Largo Senador Vergueiro, [illegible] — Tel. 3[illegible] — Caixa Postal, 56
São Paulo	Rua 15 de Novembro, 245 — Tel. 3[illegible] — Caixa Postal, 1[illegible]
Florianópolis	Rua João Pinto, 36 — Tel. 1[illegible] — Caixa Postal, 57
Porto Alegre	Rua 7 de Setembro, 1[illegible] — Tel. 6[illegible] — Caixa Postal, 8[illegible]
Rio Grande	Rua Andrade Neves, 94 — Tel. 19[illegible] — Caixa Postal, 76

AGÊNCIAS:

João Pessoa	Sr. Arnaldo von Sohsten — Praça Anto[illegible] Navarro, 47 — Tel. 17[illegible] — C. Postal, 5[illegible]
Curityba	Sr. Leopoldo Gerin — Rua Vol. Pátria, 117 — Tel. 17[illegible]
Joinville	Sr. Hercyno N. Oliveira — Rua 9 de Março, 55[illegible] — Tel. 4,5 — C. Postal, 4

OUTRAS ESTAÇÕES E AGÊNCIAS NA AMÉRICA DO SUL:

Western Telegraph Co.:

URUGUAI	Montevidéo.
ARGENTINA	Buenos Aires e Rosário, Agências: Bahia Blanca, Córdoba, La Plata, Rio Gallegos, San Nicolas e Ingeniero.
PARAGUAI	Assumpção (Agência).

West Coast of America Telegraph Co.:

CHILE	Serviço Valparaiso, Antofagasta, Arica, Coquimbo, Iquique, Coronel, Iquique, La Serena, Los Andes e Talcahuano. Agências Magallanes e Valdivia.
BOLIVIA	La Paz.
PERÚ	Lima, Callao, Arequipa e Mollendo.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
J. L. de Azevedo Costa
Advogado
RIO DE JANEIRO

- PROCESSO T.S.T. - 6.235-48 -

(Dissidio coletivo)

-§-

RAZÕES FINAIS

DA

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO
J. L. de Azevedo Costa
Advogado
RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Fls 227
L.R.L.

P e l a s u s c i t a d a

COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO.

-§-

EGREGIO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

1. Por via do presente dissidio coletivo (Proc. T.S.T. 6.235/48), o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIARIAS DA ZONA MOGIANA pretende obter um aumento de salarios do pessoal da COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, na base de Cr$500,00 mensais para cada empregado.

O aumento pleiteado, diga-se logo de passagem, implica em um acrescimo na verba de PESSOAL da Suscitada de Cr$50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS), anualmente.

2. Oferecido pela Companhia o seu balanço geral levantado em 31 de dezembro de 1947, foi ele objéto de minucioso exame pericial, realizado pelo Snr. Oscar Egidio de Araujo, nomeiado pelo Tribunal Regional da 2a. Região, tendo este perito concluido pela absoluta exatidão das cifras nele indicadas, confirmando expressamente a existencia do deficit de Cr$900.372,30 (NOVECENTOS MIL TRESENTOS E SETENTA E DOIS CRUZEIROS E TRINTA CENTAVOS), o que evidencia a dificil situação

PRESIDÊNCIA
JUSTIÇA DO TRABALHO
Fls. 122

financeira que atravessa a Empresa.

Note-se que esse balanço, bem como todos os elementos que serviram de base ao seu levantamento, já havia sido objéto de verificação procedida pela "COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS", orgão composto de três membros designados, respectivamente, pelo TRIBUNAL DE CONTAS FEDERAL, pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO e pelo GOVERNO DO ESTADO, tendo por secretario um funcionario da FAZENDA NACIONAL e que, por determinação do PODER PUBLICO, se incumbe dessa verificação.

E', portanto, comprovadamente deficitaria a situação da Empresa, tornando certa, para logo, a impossibilidade da concessão de qualquer aumento de salario, por minimo que seja.

3. Neste sentido, de resto, tem sido inalterada, até hoje, a jurisprudencia desse Egregio Tribunal Superior do Trabalho.

> "Não ha como conceder aumentos de salarios, quando ficar provado que as empresas suscitadas não estão em condições de arcar com as despesas decorrentes da majoração". (Ac. in DIARIO DA JUSTIÇA de 3-2-1948, pags.222);
>
> Ou,
>
> "Reconhecida a incapacidade financeira da empresa para fazer face aos aumentos pleiteados por seus empregados, é de se julgar improcedente o dissidio suscitado". (Ac. in DIARIO DA JUSTIÇA de 15-4-1948, pags.1.312; IDEM, in DIARIO DA JUSTIÇA de 24-4-1948, pags.1.379; IDEM, in DIARIO DA JUSTIÇA de 6-4-1948, pags.1.415).

4. Mas, ainda mesmo que assim não fosse, isto é, admitindo-se que a situação financeira da Companhia Mogiana comportasse um reajustamento de salarios de seu pessoal, este jamais poderia ser concedido na base pleiteada pelo Sindicato suscitante.

O proprio perito que examinou a escrita da Companhia, esclarecendo, a requerimento desta, o laudo que apresentara (fls.), positivou que estavam absolutamente exatas as operações indicadas no pedido de esclarecimentos (fls.200 usque 204), sendo certo que para equilibrar salarios e custo de vida a obtenção de resultados identicos, tanto equivalia adicionar 24% do salario de 1939 ao salario medio de dezembro de 1947, como somar apenas 7,84% ao salario medio do proprio mês de dezembro de 1947.

Ora, se o desnivel por ventura existente entre o salario medio de dezembro de 1947 e o indice do custo de vida na mesma data é, apenas, de 7,84%, nada justificaria o pretendido aumento na base pleiteada.

. . .

5. O que vem de ser exposto, já é bastante para demonstrar a improcedencia deste dissidio, mas ainda não é tudo.

A suscitada é uma EMPRESA CONCESSIONARIA DE SERVIÇO PUBLICO, e, em se tratando de empresas desta natureza, a jurisprudencia desse Egregio Tribunal Superior do Trabalho tem sido uniforme no sentido de que

"SOMENTE MEDIANTE UM AUMENTO DE TARI-

JUNTA DE TRABALHO
Fls. 250

FAS, QUE POSSA FAZER FACE AO ONUS DA ELEVAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS, E´QUE ESTA SE PODERÁ JUSTIFICAR".
(V.g. Acordão proferido no proc. 23/48, em que era interessada The Pernambuco Tramways and Power Company Limited; - IDEM, no processo em que foi interessada a Estrada de Ferro Ilhéus a Conquista; - IDEM, no caso da Companhia Cantareira e Viação Fluminense).

6. Ao PODER PUBLICO, pois, é que cabe fornecer às empresas concessionarias de serviços publicos os elementos financeiros necessarios para fazer face ao aumento de salarios de seus empregados, que fica, assim, subordinado às providencias que o Governo haja por bem adotar.

. . .

7. O que ocorre, particularmente, com a COMPANHIA MOGIANA é o seguinte:

Em 1947, ela dirigiu ao Governo Federal uma longa exposição de sua situação face ao encarecimento dos materiais necessarios à movimentação e conservação das ferrovias, concluindo por solicitar que lhe fosse concedida autorização para aumentar suas tarifas, DESTINANDO TAIS AUMENTOS EXCLUSIVAMENTE A ATENDER À ELEVAÇÃO DO CUSTO DESSES MATERIAIS.

Eis os termos da exposição feita ao Governo Federal:

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Fls. 221
-5-

1.- As ultimas elevações de tarifas da Companhia, levadas a efeito nos anos de 1945 e 1946, tiveram como finalidade exclusiva prover a mesma *dos recursos necessarios à majoração e reajustamento* dos vencimentos do seu pessoal, para atender aos requisitos do aumento do custo de vida, como se pode verificar nas justificativas que as acompanharam à decisão do Governo.

2.- Nenhuma parcela foi destinada ao aumento correspondente ao custo dos materiais, não só porque as quantias previstas para o aumento de *vencimentos do pessoal já necessitavam de tarifas* tais que por si só atingiam à capacidade de resistencia das mercadorias das zonas ao seu escoamento natural, pela Companhia, como mesmo, para algumas delas, as tarifas propostas fariam correr o perigo de desvia-las para as ferrovias vizinhas, ou outros meios de transportes.

3.- E, no entretanto, o preço do custo dos materiais necessarios à movimentação e conservação das ferrovias subiu, em proporções paralelas ao preço dos salarios pagos ao pessoal, conforme se verifica do quadro n. 1, anexo. Com efeito, enquanto as despesas com o pessoal de 1941 a 1946 tiveram um aumento de 196,20%, as do material subiram, no mesmo periodo, de 219,13%.

4.- Considerando somente o periodo de 1945 a 1946, verifica-se que, enquanto o aumento de despesa para o pessoal foi de 1946 em relação a 1944 de 89,74%, o de material foi de 63%, no mesmo periodo. Entretanto os aumentos de tarifas feitos em 1945 e 1946 foram dados exclusivamente, pelos motivos já apontados, para atender tão somente ao aumento de despesas do pessoal, nenhuma parcela tendo sido possivel reservar tambem ao aumento do custo de 63% do preço dos materiais ferroviarios, verificado no mesmo periodo."

8. Submetido o pedido da Companhia à Comissão Central de Preços, o relator do processo, que foi o Snr. Representante da Contadoria Geral de Transportes na referida Comissão, manifestando-se favoravelmente à solicitação da Mo-

PRESIDÊNCIA DA JUNTA DE PREÇOS
Fls. 125

giana assim se expressou inicialmente:

> "A Companhia Mogiana em 1945 e 1946 obteve majorações tarifarias, mas não poude, com os resultados obtidos, equilibrar suas finanças, porquanto, esses resultados serviram, tão sómente, para ocorrer aos aumentos de salarios que foi forçada a conceder, não lhe tendo sido permitido, comtudo, cobrir as majorações verificadas nos preços dos materiais indispensaveis à manutenção de seus serviços.
>
> Nota-se, pelo exame dos elementos apresentados, que no periodo em apreço, quer dizer, em 1945 e 1946, a Companhia teve um aumento de receita na base de 36,40% em relação ao ano anterior, isto é, 1944, enquanto a despesa total de pessoal e material, nesse mesmo periodo de 2 anos, aumentou de 75,63%.
>
> Em consequencia, enfrentou a Companhia, no 1º semestre do ano recem-findo, um deficit que alcançou a importancia de Cr$6.625.889,20. Para cobri-lo, seria necessario, logicamente, que o 2º semestre oferecesse um saldo equivalente a essa importancia, o que não se verificou".

9. Reconheceu, portanto, a referida Comissão Central de Preços a inteira procedencia do alegado pela Companhia, quanto à elevação do custo dos materiais e à necessidade do aumento pedido para compensa-lo.

Por tal motivo, pela PORTARIA Nº 623, DE 19 DE JULHO DE 1948, foi a Companhia Mogiana autorizada a aumentar suas tarifas, de acordo com a exposição que fizera ao Governo Federal.

Mas, a PORTARIA acima mencionada excluiu do aumento os generos alimenticios, que a Estrada incluira na exposição feita.

Disso resulta que o aumento de receita que a Estrada virá auferir com a aplicação das novas tarifas,

será inferior ao que pretendia obter se aumentadas fossem todas as suas tabelas, generos alimenticios inclusive, conforme propuzera, tornando-se, dest'arte, insuficiente para atender ao acrescimo das despesas de material.

Assim, pois, não é possivel fazer correr por conta desse aumento de receita, que se destina exclusivamente a atender à elevação do custo do material, e que, mesmo para isso é insuficiente, pelas razões acima apontadas, mais um aumento de salarios.

. . .

10. Não ha negar que no caso de EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇOS PUBLICOS, antes de ser concedido qualquer aumento de salarios, deve ser consultado o PODER PUBLICO, por seus orgãos competentes, (na especie, o MINISTERIO DA VIAÇÃO), sobre a possibilidade de ser feito um aumento de tarifas para atender ao aumento de salarios.

De ante mão, no entanto, poder-se-á afirmar, com absoluta segurança, que, na especie destes autos, o Ministerio da Viação não concederá nenhum aumento de tarifa, certo de que as tarifas da Mogiana já atingiram o maximo de saturação e não comportam, por isso mesmo, qualquer aumento.

Se, entretanto, isto ocorresse, o resultado seria a evasão total e completa do transporte para outras estradas, cuja concorrencia, de resto, ha muito se faz sentir.

Os aumentos de tarifas só se podem efetuar

sem o risco apontado, quando as Empresas não possuem concorrentes nas mesmas localidades por elas servidas.

Estamos, pois, num circulo vicioso: sómente com o aumento de tarifas, será possivel o aumento de salarios; mas, se for concedido o aumento de tarifas, a Companhia perderá inteiramente a freguezia, que, de resto, já é bastante escassa.

Eis a questão...

. . .

Pelos motivos expostos, e pelo muito que será suprido pelos Egregios Julgadores, espera a COMPANHIA MOGIANA que o Colendo Tribunal Superior do Trabalho julgue improcedente o dissidio suscitado, fazendo, deste modo, a costumeira

J u s t i ç a .

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1949.

Joaquim Luiz de Azevedo Costa

Adv. - Insc. 682.

ATA DA AUDIÊNCIA DO DISSÍDIO COLETIVO SUSCITADO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA MOGIANA CONTRA A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. (EM PROSSEGUIMENTO).

Aos quatro dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de sessões do Tribunal Superior do Trabalho, presente o Excelêntissimo Senhor Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, Presidente do Tribunal, comigo, Secretário, às quatorze horas, estando aberta a audiência, foram, por ordem do Excelentissimo Senhor Ministro Presidente apregoadas as partes litigantes. Atendeu ao pregão apenas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, pelo seu representante e advogado doutor J. Luiz de Azevedo Costa. Lida a ata da audiência anterior, a seguir o Excelentissimo Senhor Presidente esclareceu que havia convocado a audiência, a fim de que as partes oferecessem suas razões finais, e, bem assim, consoante o determinado na Consolidação das Leis do Trabalho, fôsse pela última vez tentada a conciliação entre os litigantes. Todavia, adiantou Sua Excelência, estava a audiência prejudicada, em virtude da ausência do representante do Sindicato suscitante, ausência, aliás, justificada pelo telegrama que acabára de receber e cuja juntada aos autos determinava. Dada a palavra ao senhor representante da emprêsa, requereu Sua Senhoria a juntada das razões finais da suscitada, o que foi deferido, declarando, por outro lado, que nada tinha a opôr ao pedido formulado pelo senhor advogado do Sindicato, no sentido de lhe ser dilatado o prazo para oferecimento das razões finais. Diante disso, o senhor Ministro Presidente esclareceu que atendia ao requerimento do referido advogado do Sindicato, e determinava fôsse convocada nova audiên

PLS. 256

audiência para o próximo dia onze, quarta-feira, às quatorze horas, quando, então, deveriam ser apresentadas pelo Sindicato suscitante suas razões finais, e, por outro lado, seria tentada a conciliação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência. E, para constar, eu Aquelo Bragança Secretário do Tribunal, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita. Rio de Janeiro, aos quatro dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e nove.

Aquelo Bragança

TV.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMERCIO
J. T. — CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO
GABINETE DO PRESIDENTE

CÓPIA PARA CONTRÔLE DO D. C. T.

DR. CUNHA LIMA - PROCURADOR SINDICATO FERROVIARIO MOGIANA
RUA CONSOLAÇÃO 320 - CAPITAL SÃO PAULO

32 4 5 49 ORDEM SENHOR MINISTRO PRESIDENTE VG LEVO VOSSO CONHECIMENTO AUDIENCIA DISSIDIO COLETIVO SINDICATO MOGIANA ADIADA PROXIMO DIA ONZE VG QUARTA-FEIRAVG QUATORZE HORAS PT CONSOANTE DISPOSIÇÃO LEGAL CONSOLIDAÇÃO SERÁ IMPRESCINDIVEL PRESENÇA REPRESENTANTE SINDICATO AFIM TOMAR CONHECIMENTO PROPOSTA CONCILIAÇÃO PT QUANTO OFERECIMENTO RAZÕES FINAIS VG INFORMO-VOS SENHOR PRESIDENTE VG SEM OPOSIÇÃO REPRESENTANTES EMPREZA VG CONCEDEU DILAÇÃO PROXIMA PROXIMA AUDIENCIA PT ATENCIOSAS SAUDAÇÕES PT ANGELO BENJAMIN DE ABREU - SECRETÁRIO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PT

Exmo. Sr. Ministro Presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.-

Vão autos
Rio, 10/5/49

S. T. S. T — Secção de Comunicações

No. 2412 Data 10 MAI 1949

Distribuição

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA, vem, por seu advogado, vem requerer a V.Excia. si digne determinar a juntada das inclusas razões finais so processo de revisão de dissídio coletivo suscitado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho"(2ª Região) .

P. Deferimento

De São Paulo para o Rio de Janeiro em 9 de Maio de 1.949.

p/p. J. A. Cunha Lima

J. A. Cunha Lima
Inscrição n.4586
O.A.B. - S.Paulo

Rec. 10/5/49

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Fls. 139

COLENDO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO :

PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA :

Antes de cogitar diretamente do assunto, cumpre se esclareça a êsse Egrégio Tribunal, num escorço a situação em que se encontravam os ferroviários da Suscitada quando eclodiu o movimento grevista em fevereiro do ano passado, ocasião em que a Procuradoria da Justiça do Trabalho demonstrando alta compreensão das suas finalidades promoveu a revisão do dissídio coletivo anterior.

Suscitada a revisão em face de um fato - a gréve - em obediência ao que estabelece o decreto lei nº 9070, apresentaram os trabalhadores as bases da conciliação em petição subscrita pelos advogados do Sindicato (fls. 48 a 51), pretendendo a majoração de Cr.$500,00 nos salários de todos os empregados da suscitada sem distinção de serviço tomando-se como salário-base aquêle percebido no mês de janeiro de 1948.

A greve de fevereiro que alcançou todos os empregados da emprêsa suscitada revestiu-se não obstante isso, de caráter pacífico. A imprensa do Estado de São Paulo foi unanime em declarar e pôr em destaque a serena atitude dos empregados grevistas e, em tópicos e comentários, colocou-se ao lado dêsses trabalhado-

Fls 140

trabalhadores reconhecendo que os salários por êles percebidos estavam muito aquem das suas reais necessidades. De tal sorte foi o movimento grevista que a própria diretoria do Sindicato que estivera ameaçada de ser destituida pelo Ministério, manteve-se, como ainda se mantem, à frente dêsse órgão de classe.

Instaurado o dissídio coletivo em 27 de fevereiro de 1948, a 6 de junho, isto é, 105 dias após, o dissídio ainda se encontrava na sua instrução aguardando o laudo pericial que foi anexado em junho. No dia 6 de junho os jornais de São Paulo publicavam um telegrama do Rio onde se dizia :

> "Atendendo ao pedido de autorização para aumento das tarifas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, encaminhado pelo Ministerio da Viação, o Presidente da Republica condicionou-o, entretanto, á exclusão de quaisquer modificações nas tarifas atuais de generos de primeira necessidades, relacionados pelo Ministerio do Trabalho".

Nestas razões caberiam referências minuciosas e detalhadas a respeito da situação dos empregados da Cia. Mogiana. Todavia a situação do processo após os trâmites que percorreu, a anexação de documentos, especialmente a pericia e os Boletins, (folhas 114, 115 e 116), os quadros enviados com a resposta da Prefeitura do Município de São Paulo, determinando os índices quanto ao aumento de custo de vida, (fls. 104 e 106), parece dispensar o Sindicato de uma analise mais profunda.

Cumpre, todavia, referência expressa à mensagem enviada pelo senhor Governador de São Paulo, à Assembléia Legislativa do Estado, em 9 de dezembro de 1947 e que hoje constitue o -

JUSTIÇA DO TRABALHO
Fls. 141

Projeto de Lei nº 375, ora em estudo naquela Casa Legislativa.

Diz o Senhor Secretario da Viação e Obras Publicas de São Paulo, na Exposição de Motivos enviada ao senhor Governador do Estado, que a situação financeira da estrada é boa. Convem todavia transcrever ipsis verbis o que diz essa Exposição de Motivos, a-fim de que possam os Egrégios Julgadores aquilatar qual a posição economica e financeira da emprêsa ora Suscitada :

> "Graças aos persistentes esforços de sua diretoria, no que foi coadjuvada pela atitude cooperadora do pessoal da estrada, a Cia. Mogiana conseguiu emergir da situação, estando hoje perfeitamente consolidada sua vida financeira. Nos ultimos exercicios o saldo da renda tem coberto com margem os serviços de juros dêsse emprêstimo e o de dividendos para o capital dos acionistas, elevado em 1945 para Cr.$120.000.000,00".

Por aí se verifica que na palavra de um Secretario de Estado a situação financeira da Mogiana se encontra perfeitamente consolidada. Talvez transitoria e momentaneamente a sua posição economica não permita majoração de vencimentos mas, impossivel seria despresar a situação em que se encontram os operarios da Mogiana, situação que tem sido objeto de constante cogitação por parte da Assembléia Legislativa de São Paulo, e que bem se aquilata e se pondera ao saber que 81% dos seus empregados são casados.

Recentemente o Sindicato realizou uma pesquiza sôbre as condições de vida de seus associados. Dessa pesquiza que, infelizmente, não poude ser anexada ao processo, pois quando foi concluida não havia mais oportunidade, são os elementos de que nos servimos para demonstrar ao Tribunal a situação de penuria dos em-

JUSTIÇA DO TRABALHO FLS. 242

empregados da Mogiana.

Diz o pesquizador que ocupa o cargo de assistente de Estudos Economicos da Cia. Mogiana e que realizou esse inquérito :

> "A idade média de todos empregados verificou-se ser de 39 anos, sendo excessivamente elevado; chegou-se a essa altura pois é grande o numero de empregados velhos que continuam a trabalhar na estrada apesar de sua avançada idade. Influe nisso tanto a necessidade economica como em numerosos casos o espirito tradicionalista dos empregados de estrada."

Das familias cujos chefes trabalham na ferrovia 68,9% possuem até 4 filhos. E do tempo de serviço dos seus empregados convem assinalar que um pouco menos da metade de todos empregados trabalha ha mais de 15 anos na Cia; 23% estão servindo a estrada ha mais de 25 anos e 9% trabalham ha mais de 35 anos. Que se destaque, entretanto, a permanencia máxima registrada no quadro de empregados que é de 65 anos !!

No que tange a salário é curiosa a observação do inquérito. Porisso não nos furtamos ao desejo de transcrever, textualmente a tabela nº 13 dêsse inquérito :

Ordenado			% de empregados
Ganhando menos de Cr.$600 mensais		-	24,72%
de 600 a 799		-	33,29%
de 800 a 999		-	32,01%
de 1 000 a 1 199		-	5,97%

JUSTIÇA DO TRABALHO FLS. 143

de 1 200 a 1 399	-	1,70%
de 1 400 a 1 599	-	0,88%
de 1 600 a 1 799	-	0,32%
de 1 800 a 1 999	-	0,23%
de 2 000 a mais	-	0,88%

"Verificamos - prossegue o inquérito - portanto, que 58% de todos os empregados estão com os ordenados inferiores a 800 cruzeiros mensais; e que 96% estão ganhando menos de - 1 200 cruzeiros por mês ."

Egrégios Julgadores ! Se a porcentagem se eleva no que se relaciona aos salários dos que percebem remuneração inferior a 1.200 cruzeiros mensais, nada mais seria preciso acrescentar. Basta recordar que êsses elementos foram obtidos em maio de 1.948.

Todavia, há, ainda, outros aspectos que evidenciam a necessidade ante a qual se encontram os empregados da Mogiana, de obter melhoria na remuneração.

Classificando as despezas de cada um para conseguir um quadro de despezas de um empregado médio da Mogiana temos :

Despeza :	Cr. $
Contribuições	63,00
Alimentação	647,00
Bebidas	9,00
Combustivel	35,00
Vestuario	205,00
Higiene pessoal e domestica . .	57,00
	1.016,00

Justiça do Trabalho Fls. 144

transporte	1.016,00
Fumo	28,00
Assistencia medico-dentaria e remedios. . .	69,00
Instrução	28,00
Diversões	24,00
Aluguel	136,00
Sustento de outras pessoas .	14,00
Pagamento de empréstimos . .	154,00
total . . . . Cr.$	1 469,00

Percebendo 96% de seus empregados a quantia até Cr.$1.200,00 mensais e com despezas que alcançam a Cr.$1.469,00, justifica-se, de modo a não deixar dúvida, a majoração pretendida pelos associados do Sindicato.

Poderia, Colendo Tribunal, constituir estranheza que nestas razões finais o Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas Ferroviárias da Zona Mogiana, afastasse de cogitação o aspecto doutrinario do dissídio coletivo. Cuidando tão só de matéria pertinente ao custo de vida, ao salário médio dos empregados da ferrovia, pretende a entidade de classe, em processo em que se pleiteia justamento de remuneração, demonstrar a situação de penuria, de miseria, de fôme, de indigencia, de pobreza em que vivem - e vivem de teimosos ! - os velhos empregados da Companhia Mogiana.

A pericia realizada durante o transcorrer da instrução do processo veio demonstrar que a emprêsa, méu grado as alegações de seus cultos, dignos e honrados patronos - aos quais prestemos, neste oportunidade, o testemunho de nossas admiração pelo cavalheirismo que ressaltou, em todas as ocasiões, da sua atuação no presente feito - póde, *realmente, atender* às justas reivindicações de seu operariado.

Certo é, pois, que está a emprêsa com possibilida

possibilidades materiais para fazer face ao aumento pleiteado. Afirma-o, de modo inequivoco, não apenas a pericia realizada mas tambem as expressas declarações do Senhor Secretario de Viação e Obras Publicas de São Paulo, transcritas a folhas 3 destas razões.

Dessa forma, coerentes com o espirito que sempre norteou êsse Colendo Tribunal nas suas respeitaveis decisões - em as quais sempre esteve presente a finalidade social da lei - hão de Vv.Excias., Senhores Ministros, conceder aos Suscitantes a majoração salarial que pretendem neste feito.

Se é verdade que já ao tempo da instauração do dissídio, conforme ficou taxativa e irretorquivelmente demonstrado na fase instrutoria, se fazia necessário o aumento pleiteado para que os Suscitantes pudessem atender aos inadiaveis reclamos do sufocante aumento do custo de vida, já agora, decorridos 14 mêses daquela data, essa majoração se impõe, como um imperativo irresistivel porque, de então a esta oportunidade, a curva do custo de vida acusou uma ascensão surpreendente.

Isto posto, fundados que estão no direito impostergavel de exigir condições que tornem possivel a propria vida, a propria sobreexistência, estão convictos os Suscitantes de que esse Colendo Tribunal, honrando as suas tradições de integridade, cultura e ajustamento perfeito às finalidade sociais da lei, não os decepcionará, concedendo-lhes, como de direito, o aumento por que propugnam.

J U S T I Ç A

De São Paulo para o Rio de Janeiro em 9 de maio de 1.949

J. A. Cunha Lima

FLS. 146

ATA DE AUDIÊNCIA DO DISSÍDIO COLETIVO SUSCITADO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA DA MOGIANA CONTRA A COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO. (EM PROSSEGUIMENTO).

-

Aos onze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e quarenta e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de sessões do Tribunal Superior do Trabalho, presente o Excelêntissimo Senhor Ministro Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, Presidente do Tribunal, comigo Secretário, às quatorze horas, estando aberta a audiência, foram, por ordem do Excelentissimo Senhor Ministro Presidente apregoadas as partes litigantes. Atenderam ao pregão o Sindicato suscitante, representado pelo seu presidente, senhor Elio Carvalinho Pompeu, e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, pelo seu preposto e advogado, doutor J.L. de Azevedo Costa. Lida a ata da audiência anterior, a seguir, o Senhor Ministro Presidente declarou haver recebido e deferido a juntada das razões finais do Sindicato, Assim, dava a palavra ao senhor representante da emprêsa para dizer da possibilidade de entrar em composição com o Sindicato, solucionando o dissídio, ao que respondeu Sua Senhoria não haver, por parte da mesma emprêsa, qualquer possibilidade de atender ao apêlo do senhor Ministro Presidente, em virtude da precaria situação da suscitada, conforme já acentuára em suas razões finais. Diante do impasse, declarou o senhor Ministro Presidente que nada mais havendo a tratar, considerava encerrada a audiência, determinando ao senhor Secretário preparasse e fizesse os autos conclusos a Sua Excelência, para remessa à Procuradoria Geral. E, para constar, eu Aquilo Bragança Secretário do Tribunal, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Ex

Excelentissimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita.

"io de Janeiro, aos onze dias do mês de maio do ano de mil nove centos e quarenta e nove.

Aquelo Bragança

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
FLS. 148

Remetam-se os autos à consideração
da douta Procuradoria Geral.

Rio, 12 de maio de 1949

Presidente do TST

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho
Recebido em 13 de 5 de 1949

Ao Dr. Procurador Geral

Rio, 14 de maio de 1949.

Designo o Dr. Procurador Dr. Plínio Travassos para emitir parecer.

Em 16/5/1949

IP

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

R-98 fl. 249

TST-6.235/48

Rectes: Procuradoria Regional da Justica do Trabalho da 2ª Região e Sind. dos Trabalhadores em Emprêsas Ferrov. da Zona Mogiana

Recda: Cia. Mogiana de Estradas de Ferro

Sr. Dr. Procurador Geral

Requeiro a V. Excia., antes de oficiar em definitivo, o seguinte:

1º - Que sejam ligados ao processo o exame pericial que o acompanha, bem como o P.J.T. 2ª Região n..... 324/48 que traz a autuação: dissídio coletivo (Campinas).

2º - Que seja oficiado ao Serviço de Estatistica da Previdência e Trabalho para dizer acerca do ventilado na petição de fls. 102 e documentos de fls. 103, 104, 105 e 106.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1949

JORGE SEVERIANO RIBEIRO
Procurador

M. T. I. C. - J. T. — PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

A' Secretaria, para providenciar as diligências requeridas à fls.

20/5/49

Nesta data juntei aos autos o presente P.J.T. 2.ª Região nº 324/48.
em 24-5-49.
Florisbrando Mello
Fsc. D

Fls. 354

OF.PJT.180/49 Rio, 25 de maio de 1949

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

Ao Sr. Diretor do Serviço de Estatistica da Previdência e

Cr. Diretor

Remetendo a V.Sr cópias dos documentos de fls. 102 a 106 do processo TST.6.435/48, solicito o pronunciamento dêsse Serviço sôbre o assunto.

Atenciosas saudações

Jair Tovar
Procurador Geral

Em cumprimento ao despacho de S. Exa. o presente é o ofício n.º 966, de 15.6.49, do SLDT

Em 15.6.49

FLS. 151

ABFO/SEA/ALB.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

M.T.I.C. 753 152/49
Of. nº 1266

Em 15 de junho de 1949

Do Sr. Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

Ao Exmo. Sr. Procurador Geral da Justiça do Trabalho

Assunto Dissídio coletivo

Junte-se, encaminhando-se ao Sr. Procurador designado. Rio, 15 de junho 1949

Exmo. Sr. Procurador Geral

Em resposta ao seu ofício OF.PJT.180/49, datado de 25 de maio de 1949, transmito a V.Excia. os dados estatísticos referentes às variações percentuais das parcelas que integram o índice geral do custo de vida na cidade de São Paulo, no período de junho de 1946 a fevereiro de 1948:

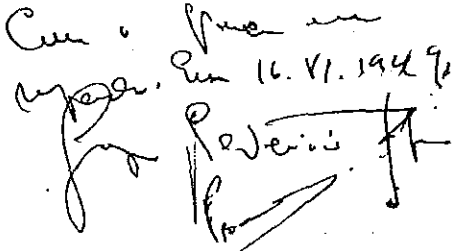
Alimentação	20,99 %
Habitação	25,00 %
Vestuário	7,21 %
Higiene	15,86 %
Transporte	0,00

2 - Assim sendo, esta direção geral informa a V.Excia. que, pelos cálculos efetuados, o aumento do índice geral do custo de vida no município de São Paulo no período de junho de 1946 a fevereiro de 1948, foi da ordem de 18,7073 %.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V.Excia. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

(O.G. da Costa Miranda)
Diretor

Ao Exmo. Sr. Dr. Jair Tovar
M.D. Procurador Geral da Justiça do Trabalho
Neste



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TST-6.235/48

Rectes: Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 2ª Região e Sind. dos Trabalhadores em Emprêsas Ferrov. da Zona Mogiana

Recda: Cia Mogiana

Bissidio Coletivo

Ementa - É evidente a competência da Justiça do Trabalho por a fixação de salários. Função politica do Juiz do Trabalho.

Relatório - Esta Procuradoria já oficiou no presente processo a fls. 185, merecendo seu parecer acolhida por parte do Tribunal Superior do Trabalho e em consequência proclamado este competente para solucionar o dissídio, ora em curso. (fls.190). O fato, em breves linhas é o seguinte:- A Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, sediada em São Paulo, requereu a instauração do dissídio coletivo dos empregados da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, contra a mesma Companhia por força do oficio de fls. 3, onde ver dito pelo Delegado Regional do Trabalho:

> "Os referidos empregados suspenderam o trabalho e só retornaram a ele depois da promessa feita pelo Chefe da Divisão de Campinas de comum acordo com o Presidente do Sindicato no sentido de ser instaurada a competente instância.

Pedem os empregados da Companhia, como base da conciliação e em petição subscrita pelos advogados do Sindicato a majoração de Cr$ 500,00 nos salários de todos os empregados, sem distinção de serviço, tomando-se como salário base o percebido no mez de janeiro de 1948. (Fls. 48 a 51). A causa

continúa

invocada é o constante e crescente encarecimento do custo da vida.

Ouvida a Companhia - Ré, alegou ela (fls. 56) e o reafirma agora, não ser possivel atender ao pedido dada a situação deficitária em que se encontra. Acrescenta:

"Segundo se verifica das cópias autenticas do Balanço Geral levantado em 31 de Dezembro de 1947 e da respetiva demonstração da Receita e Despesa daquele mesmo exercício, o movimento financeiro da Suscitada encerrou-se com um deficit de Cr$.. 900.372,30.

Aduz ainda:

"O aumento pleiteado, implica em um acréscimo na verba do pessoal da Suscitada de Cr$ 50.000.000,00 anualmente.

E conclue:

"Não ha negar que no caso de EMPRÊSAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, antes de ser concedido qualquer aumento de salários, deve ser consultado o PODER PÚBLICO, por seus órgãos competentes, (na especie, o MINISTERIO DA VIAÇÃO), sobre a possibilidade de ser feito um aumento de tarifas para atender ao aumento de salários.

De ante mão, no entanto, poder-se-á afirmar, com absoluta segurança, que, na espécie destes autos, o Ministério da Viação não concederá nenhum aumento de tarifa, certo de que as tarifas da Higiena já atingiram o máximo de saturação e não comportam, por isso mesmo, qualquer aumento.

Se, entretanto, isto ocorresse, o

continua

resultado seria a evasão total e completa do transporte para outras estradas, cuja concorrencia, de resto, ha muito se faz sentir.

Preliminar - A cabibilidade da ação intentada não se nos afigura passivel de discussão; igualmente a competência da Justiça do Trabalho para resolver tais litigios. Ha quem sustente, dir-se-á, o contrário. Ha, mas tudo se resume em simples derrames longonaquicos, não querendo ver os sustentadores de tal tese seus efeitos desastrosos e desestrados.

Ninguem ignora que a luta, podemos dizer milenaria, entre o capital e o trabalho, se apresenta sempre, no mundo exterior sob as seguintes formas: greve (paralização da atividade por parte do operário); lock-out (paralização da atividade por parte do empregador). Tambem ninguem ignora, porque consta de tudo quanto é tratado de direito a tal respeito, que os grandes pensadores da humanidade, teem sempre procurado um meio de pôr um paradeiro a semelhante contenda- eterna contenda.

Pois bem,no Brasil, o meio encontrado foi o seguinte: elevar a greve e por igual o lock-out a categoria de recurso anti-social, impondo aos litigantes milenarios a solução de suas pendencias por travez da Justiça do Trabalho. E deu-se-lhe ação própria: o dissidio coletivo, reconhecida a aludida justiça o poder de impôr novas condições de Trabalho.

Assim vivemos durante todo o imperio da Constituição de 10 de novembro de 1937, que podia ter defeitos, mas tinha uma virtude - atender e seguir um sistema uniforme. Ver a carta basica de 1946 e estabelece:

- Artigo 158 - É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.
- Artigo 123 § 2 - A lei especificará os casos em

continua

que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

Da leitura dos aludidos dispositivos resulta nitidamente:

1º Que a greve é direito, mas seu exercício a lei o regulará.

2º Que a Justiça do Trabalho ter o poder de estabelecer normas e condições de trabalho, cabendo a lei especificar os casos.

E então pretende-se concluir: se a uma lei após a Constituição ainda não especificou os casos, tal poder inexiste, por parte da Justiça do Trabalho.

Eis uma interpretação simplista! E se a fossemos admitir atirariamos o Paiz n'um verdadeiro cáos. É que semelhante interpretação teria de vigorar tambem quanto ao dispositivo que rege a greve, porque igualmente ainda não houve, após o advento da Constituição, uma lei regulando-a. A que existe é anterior, tendo a data de 15 de Março de 1946.

E o que ordena a lógica: é que se esta lei, mesmo anterior, permanece de pé, não ha então quem possa negar de pé não esteja a que se refere ao poder da Justiça do Trabalho na fixação de salários, até porque uma não existe sem a outra, tão enclavinhadas se encontram.

Sustentar o contrário, afigura-se-nos até obra de sabotagem, de pura deraogia, pretendendo-se com ela, no mínimo, durante um certo período, até que o Congresso se manifeste, o reinado da anarquia. E então, os que falam em extirpar a luta de classes, para tal luta é que estão convocando as próprias classes.

Mérito - Estabelecida a propriedade da ação intentada, e verificada a competência da Justiça do Trabalho para jul-

continua

ga-la, passemos ao mérito.

Alegam os suscitantes que os salários por eles não estão condizentes com o custo da vida. Não o podemos contestar, frente a informação oficial do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho que conclue:

> "Assim sendo , esta direção geral informa a V. Excia. que, pelos cálculos efetuados, o aumento do índice geral do custo de vida no município de São Paulo no período de junho de 1946 a fevereiro de 1948, foi de ordem de 18.7073%.

A forma de pedir o aumento, porem, não era de ser atendida, se possivel fosse decreta-lo. É que, ao envez de solucionar o problema, agravava-o, com a concessão de aumentos grandes para uns, e ridiculos para outros.

Infelizmente, porem, não veros como possa o aumento ser concedido. A suscitada é uma empreza concessionária de serviço público, e fez prova de modo razo de sua incapacidade para atender ao pedido, a não ser que decretado seja um aumento tarifario, o que ela propria entende desaconselhavel. Fez a prova de modo razo, porque não permaneceu no simples terreno das alegações, realizando-a pericialmente. É o que se vê no laudo pericial junto ao processo, e sua interpretação a fls. 212 e seguintes.

É exato que não se trata de obstáculo intransponivel. Vence-lo o pode o Govêrno, e já o tem vencido em casos outros, levando em conta os superiores interesses da coletividade obreira. O que a Justica, no nosso modo de ver não pode, é decretar um aumento salarial, sabendo de antemão inexistentes as fontes de renda para atende-lo.

Nesta hipótese, o caminho a seguir, será converter o julgamento em diligência para que ouvidos sejam os senho

continúa

res Drs. Ministro do Trabalho e Ministro da Viação acerca do litigio. Esta, para dizer, sobre as possibilidades financeiras da suscitada no que respeita ao pedido; aquele, para falar se se trata na hipótese vertende de um desses casos que exigem do Governo, ajudar uma das partes na solução do litigio.

Poderá a muitos parecer absurdo assim se manifeste a Justiça do Trabalho. Não o é, porem. O Juiz do Trabalho tem uma função dúplice. Nos dissídios simples, individuais ou mesmo plurirus sua função é a de juiz, na acepção integral do vocábulo, devendo ater-se a forma clássica, constante do brocardo- secundum allegata et probata judex judicare debet - levado em conta, é claro, o arbitro interpretativo que a lei concede.

Em se tratando, porem, de dissídio coletivo o Juiz tem que assumir uma função politica. Não digo assuma ele a posição integral do - judje - rade law, de que era exemplo o pretor romano. O que não padece duvida, porem, pela repercussão da sua sentença, é que, julgando, tem ele de levar em consideração a politica do Governo no dado momento em que a prolata, constituindo verdadeiro dislate falar-se de jurisprudência em se cogitando de tais decisões. Claro que nos referimos ao aludido vocábulo no sentido de colocação de decisões pronunciadas no mesmo sentido e caracterizando a opinião geral d'un ressort de juristiction e não no sentido em que o emprega M. Ortolon e F. Wallieux, isto é, de pratica toda inteira do direito, passivel de transformação e evolução, e fonte do próprio direito. (Roscoe Pound).

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1949

JOAQUIM PEDRO LINO RIBEIRO
Procurador

Lecuerimento - O presente processo deve ser paginado de fls. 220 em diante. O despacho de fls. 218 necessita ser cumprido. Falta o termo de vista do Procurador.

JOAQUIM PEDRO LINO RIBEIRO - Proc.

PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
FLS 259

Faça-se o seguinte
no cartório da diligência
requerida nas fls. 1 usque
fls 6 pr. do processo
do Dr. [illegible].

Rio 12 de junho
de 1945.

M. F. F. — PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

160
CCCS

OP.PJT.224/49 Em, 13 de julho de 1949

Ao Exmo. Sr. Dr. Honório Monteiro
M.D. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio

Senhor Ministro

Acolhendo a sugestão contida no parecer emitido no processo de dissídio coletivo nº TST. 6 235/48, sujeito ao julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, tenho a honra de solicitar a V.Excia. se digne encaminhar a inclusa cópia daquele parecer ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, cujo pronunciamento sôbre o assunto esta Procuradoria considera de subido valôr.

Sirvo-me do ensejo, para renovar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Jair Tovar
Procurador Geral

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

U. F. P. PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

261

OF.PJT.223/49 Em, 13 de julho de 1949

Ao Exmo Sr. Dr. Honório Monteiro
M.D. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio

Senhor Ministro

Tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. uma cópia do parecer, que foi emitido por esta Procuradoria, na apreciação do dissídio coletivo sob nº TST. 6 235/48, sujeito ao julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tendo o citado parecer sugerido a audiência do pronunciamento do Govêrno, através da alta apreciação de V.Excia. em relação ao litígio, dados os têrmos contidos no mesmo parecer, penso dever aguardar êsse pronunciamento, uma vez considerada sua oportunidade na forma do critério de sua administração.

Com os protestos da mais subida consideração e grande apreço.

Jair Tovar
Procurador Geral

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

262
cclg

OF. PJT 284/49 Em 17 de setembro de 1949

Ao Exmº Senhor Dr. Clovis Pestana
M.D. Ministro da Viação e Obras Públicas

Senhor Ministro

Pelo Aviso nº 3.193, de 4 do agosto último o Exmº Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio encaminhou a V. Excia, atendendo a sugestão desta Procuradoria Geral, cópia do parecer emitido no processo de dissídio coletivo nº 6235-48, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tal providência foi requerida por considerar esta Procuradoria Geral, de subido valor o pronunciamento de V.Excia, vista das alegações apresentadas sôbre as possibilidades financeiras da suscitada.

Releva notar que os dissídios coletivos exigem dos órgãos da Justiça do Trabalho e do respectivo Ministério Público uma atenção especial a fim de que tenham rápido andamento e pronta solução.

Essa, a razão pela qual tenho a honra de me dirigir a V. Excia para reiterar a solicitação feita no expediente acima aludido.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JAIR TOVAR
Procurador Geral

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMÉRCIO

MTIC-768 449

263

2

	DISTRIBUIÇÃO 01.3
	31) 3.8.49



M. T. I. C.
SEÇÃO DE [illegible]
E EXPEDIENTE
708446
1949 JUL 15 11:07

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RIO DE JANEIRO, D. F.

OF.PJT.223/49 Em, 13 de julho de 1949

Ao Exmo. Sr. Dr. Honório Monteiro
M.D. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio

Senhor Ministro

Tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. uma cópia do parecer, que foi emitido por esta Procuradoria, na apreciação do dissídio coletivo sob nº TST. 6 235/48, sujeito ao julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Tendo o citado parecer sugerido a audiência do pensamento do Govêrno, através da alta apreciação de V.Excia. em relação ao litígio, dados os termos contidos no mesmo parecer, penso dever aguardar êsse pronunciamento, uma vez considerada sua oportunidade na forma do critério de sua administração.

Com os protestos da mais subida consideração e grande apreço.

Jair Tovar
Procurador Geral

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

M. T. I. C.
GABINETE DO MINISTRO
OUT 13 1949
PROTOCOLO

1948

= CÓPIA AUTÊNTICA = - TST. - 6.235/48 -

Recorrentes:- Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da 2ª Região e Sind. dos Trabalhadores em Empresas Ferrov. da Zona Mogiana.

Recorrida:- Cia. Mogiana.

DISSIDIO COLETIVO

Ementa:- E' evidente a competência da Justiça do Trabalho por a fixação de salários Função política do Juiz do Trabalho.

Relatório - Esta Procuradoria já oficiou no presente processo a fls. 185, merecendo seu parecer acolhida por parte do Tribunal Superior do Trabalho e em consequência proclamado êste competente para solucionar o dissídio, ora em curso, (fls. 190). O fato, em breves linhas é o seguinte: A Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, sediada em São Paulo, requereu a instauração do dissídio coletivo dos empregados da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, contra a mesma Companhia por fôrça do ofício de fls. 3, onde vem dito pelo Delegado Regional do Trabalho:

"Os referidos empregados suspenderam o trabalho e só retornaram a êle depois da promessa feita pelo Chefe da Divisão de Campinas de comum acôrdo com o Presidente do Sindicato no sentido de ser instaurada a competente instância."

Pedem os empregados da Companhia, como base da conciliação e em petição subscrita pelos advogados do Sindicato a majoração de Cr$. 500,00 nos salários de todos os empregados, sem distinção de serviço, tomando-se como salário base o percebido no mês de janeiro de 1948 (fls. 48 a 51). A causa invocada é o constante e crescente encarecimento do custo da vida.

- cont. -

Ouvida a Companhia - Ré, alegou ela (fls. 56), e o reafirma agora, não ser possível atender ao pedido dada a situação deficitária em que se encontra. Acrescenta:

"Segundo se verifica das cópias autênticas do Balanço Geral levantado em 31 de dezembro de 1947 e da respetiva demonstração da Receita e Despesa daquêle mesmo exercício, o movimento financeiro da Suscitada encerrou-se com um deficit de Cr$. Cr$. 900.372,30.

Aduz ainda:

"O aumento pleiteado, implica em um acréscimo na verba do pessoal da Suscitada de Cr$. 50.000.000,00 anualmente.

E concluí:

"Não há negar que no caso de EMPRÊSAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, antes de ser concedido qualquer aumento de salários, deve ser consultado o PODER PÚBLICO, por seus órgãos competentes, (na espécie, o MINISTÉRIO DA VIAÇÃO), sôbre a possibilidade de ser feito um aumento de tarifas para atender ao aumento de salários.

De antemão, no entanto, poder-se-á afirmar, com absoluta segurança, que, na espécie dêstes autos, o Ministério da Viação não concederá nenhum aumento de tarifa, certo de que as tarifas da Mogiana já atingiram o máximo de saturação e não comportam, por isso mesmo, qualquer aumento.

Se, entretanto, isto ocorresse, o resultado seria a evasão total e completa do transporte para outras estradas, cuja concorrência, de resto, há muito se faz sentir.

- cont. -

Preliminar - A cabibilidade da ação intentada não se nos afigura passível de discussão; igualmente a competência da Justiça do Trabalho para resolver tais litígios. Há quem sustente, dir-se-á, o contrário. Há, mas tudo se resume em simples derrames longomáquicos, não querendo ver os sustentadores de tal tese seus efeitos desastrosos e desastrados.

Ninguém ignora que a luta, podemos dizer milenária, entre o capital e o trabalho, se apresenta sempre, no mundo exterior sob as seguintes formas: Greve (paralização da atividade por parte do operário); lock-out (paralização da atividade por parte do empregador). Também ninguém ignora, porque consta de tudo quanto é tratado de direito a tal respeito, que os grandes pensadores da humanidade, têm sempre procurado um meio de pôr um paradeiro a semelhante contenda - eterna contenda.

Pois bem, no Brasil, o meio encontrado foi o seguinte: elevar a greve e por igual o lock-out a categoria de recurso anti-social, impondo aos litigantes milenários a solução de suas pendências por travéa da Justiça do Trabalho. E deu-se-lhe ação própria: o dissídio coletivo, reconhecida a aludida justiça o poder de impor novas condições de trabalho.

Assim vivemos durante todo o império da Constituição de 10 de novembro de 1937, que podia ter defeitos, mas tinha uma virtude - atender e seguir um sistema uniforme. Vem a carta básica de 1946 e estabelece:

Artigo 158 - É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.

Artigo 123 § 2 - A lei especificará os casos em as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

Da leitura dos aludidos dispositivos resulta nitidamente:

- cont. -

Fls. 268
99

1º - Que a greve é direito, mas seu exercício a lei o regulará.

2º - Que a Justiça do Trabalho tem o poder de estabelecer normas e condições de trabalho, cabendo a lei especificar os casos.

E então pretende-se concluir: se a uma lei após a Constituição ainda não especificou os casos, tal poder inexiste, por parte da Justiça do Trabalho.

Eis uma interpretação simplista! E se a fôssemos admitir atiraríamos o País num verdadeiro caos. E' que semelhante interpretação teria de vigorar também quanto ao dispositivo que rege a greve, porque igualmente ainda não houve, após o advento da Constituição, uma lei regulando-a. A que existe é anterior, tendo a data de 15 de março de 1946.

E o que ordena a lógica: é que se esta lei, mesmo anterior, permanece de pé, não há então quem possa negar de pé não esteja a que se refere ao poder da Justiça do Trabalho na fixação de salários, até porque uma não existe sem a outra, tão enclavinhadas se encontram.

Sustentar o contrário, afigura-se-nos até obra de sabotagem, de pura demagogia, pretendendo-se com ela, no mínimo, durante um certo período, até que o Congresso se manifeste, o reinado da anarquia. E então, os que falam em extirpar a luta de classes, para tal luta é que estão convocando as próprias classes.

Mérito - Estabelecida a propriedade da ação intentada, e verificada a competência da Justiça do Trabalho para julgá-la, passemos ao mérito.

Alegam os suscitantes que os salários por êles não estão condizentes com o custo da vida. Não o podemos contestar, frente a informação oficial do Serviço de Estatística da

Dº 7269

Previdência e Trabalho que conclui:

"Assim sendo, esta direção geral informa a V. Exa. que, pelos cálculos efetuados, o aumento do índice geral do custo de vida no município de São Paulo no período de junho de 1946 a fevereiro de 1948, foi de ordem de 18.7073%.

A forma de pedir o aumento, porém, não era de ser atendida, se possível fôsse decretá-lo. E' que, ao invés de solucionar o problema, agravava-o, com a concessão de aumentos grandes para uns, e ridículos para outros.

Infelizmente, porém, não vemos como possa o aumento ser concedido. A suscitada é uma emprêsa concessionária de serviço público, e fez prova de modo razo de sua incapacidade para atender ao pedido, a não ser que decretado seja um aumento tarifário, o que ela própria entende desaconselhável. Fez a prova de modo razo, porque não permaneceu no simples terreno das alegações, realizando-a pericialmente. E' o que se vê no laudo pericial junto ao processo, e sua interpretação a fls. 212 e seguintes.

E' exato que não se trata de obstáculo intransponível. Vencê-lo o pode o Govêrno, e já o tem vencido em casos outros, levando em conta os superiores interesses da coletividade obreira. O que a Justiça, no nosso modo de ver não pode, é decretar um aumento salarial, sabendo de antemão inexistentes as fontes de renda para atendê-lo.

Nesta hipótese, o caminho a seguir, será converter o julgamento em diligência para que ouvidos sejam os senhores Drs. Ministro do Trabalho e Ministro da Viação acêrca do litígio. Esta, para dizer, sôbre as possibilidades financeiras da suscitada no que respeita ao pedido; aquêle, para falar se se trata na hipótese vertente de um dêsses casos que exigem do Govêrno

ajudar uma das partes na solução do litígio.

Poderá a muitos parecer absurdo assim se manifeste a Justiça do Trabalho. Não o é, porém. O juiz do Trabalho tem uma função dúplice. Nos dissídios simples, individuais ou mesmo plurimus sua função é a de juiz, na acepção integral do vocábulo, devendo ater-se a forma clássica, constante do brocardo - secundum allegata et probata judex judicare debet - levado em conta, é claro, o árbitro interpretativo que a lei concede.

Em se tratando, porém, de dissídio coletivo o Juiz tem que assumir uma função política. Não digo assuma êle, a posição integral do - judje - made law, de que era exemplo o pretor romano. O que não padece dúvida, porém, pela repercussão da sua sentença, é que, julgando, tem êle de levar em consideração a política do Govêrno no dado momento em que a prolata, constituindo verdadeiro dislate falar-se de jurisprudência em se cogitando de tais decisões. Claro que nos referimos ao aludido vocábulo no sentido de colocação de decisões pronunciadas no mesmo sentido e caraterizando a opinião geral d'un ressort de juriction e não no sentido em que o emprega M. Ortolon e F. Mallieux, isto é, de prática toda inteira do direito, passível de transformação e evolução, e fonte do próprio direito. (Roscoe Pound).

Rio, 21 de junho, 1949

As.- Jorge Severiano Ribeiro.

Procurador.

Confere com o original
Luís Ferreira Chaves
Datilógrafo

IFC

MTIC 768.449/49

Encaminha a V. Exª o Sr. Procurador Geral da Justiça do Trabalho o parecer da Procuradoria referente ao processo de dissídio coletivo, em que é suscitada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Aguarda aquela autoridade o pronunciamento do Govêrno, através de V. Exª, sôbre a conveniência ou não do aumento pretendido pelos empregados.

Em todos os litígios coletivos de trabalho, em que se trate de aumentos de salário, envia sempre a Procuradoria os respectivos autos à audiência do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, dêste Ministério, órgão técnico competente para atestar qual o aumento real do custo de vida, porque será em função dêste custo de vida que se dará ou não o aumento pretendido.

No presente processo, como se vê de fls. 7, tal medida já foi providenciada pela Procuradoria, tendo informado o S.E.P.T. que o aumento do custo de vida no município de S. Paulo, no período de junho de 1946 a fevereiro de 1948, foi de ordem de 18,7073 %.

Assim, no que diz respeito à parte administrativa e técnica, pròpriamente dita, já opinou êste Ministério o que lhe competia.

Agora, ao remeter o processo à audiência de

V. Exª, o faz a Procuradoria em cumprimento a duas ordens de mandamentos. A primeira de natureza legal, por isso que, em face dos artigos 736 e 737 da Consolidação das Leis do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho é constituído por agentes diretos do Poder Executivo, sendo órgão de coordenação entre êste Ministério e a Justiça do Trabalho.

A segunda ordem de mandamento prende-se ao seguinte ofício a mim remetido pelo então Ministro do Trabalho, Sr. Morvan Dias de Figueiredo, nos seguintes têrmos:

"Senhor Procurador Geral,

Sua Excelência o Senhor Presidente da República vem de remeter-me o seguinte ofício:

"Tendo em vista habilitar a Justiça do Trabalho a julgar os pedidos de aumento de salários, com pleno conhecimento de causa, solicito-lhe determinar à Procuradoria daquela Justiça que peça informações a êsse Ministério, sempre que tenha de opinar em processos relativos ao assunto em aprêço. a) Eurico Gaspar Dutra."

Já em 19 de março de 1947, respondendo a uma consulta de Vossa Excelência sôbre a orientação que deveria ser tomada, nos dissídios coletivos, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, tive ensejo de determinar fôsse, em cada caso, solicitada a audiência prévia do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, ou de outros órgãos técnicos dêste Ministério, o que vem sendo feito, com resultados satisfatórios.

Agora, porém, Sua Excelência o Senhor Presiden-

te da República entende, como se depreende do ofício transcrito, que em todos os "pedidos de aumento de salário", a Procuradoria deve solicitar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que é o intérprete da política salarial do Govêrno, os esclarecimentos que entenda necessários, recebendo então as instruções que a habilitem na defesa daquela política perante os tribunais do Trabalho."

É em face dessa determinação expressa, que a Procuradoria envia a V. Exª o seu parecer sôbre o dissídio coletivo da Mogiana. Conclui o mesmo que "a suscitada é uma emprêsa concessionária do serviço público e faz prova de modo razo de sua incapacidade para atender ao pedido, a não ser que seja decretado um aumento tarifário, o que ela própria entende desaconselhável."

À vista do exposto, solicitou, então, dupla audiência ministerial. Ao Ministério da Viação, para dizer sôbre as possibilidades financeiras da suscitada no que respeita ao pedido e a V. Exª para dar a última palavra sôbre "se se trata na hipótese vertente de um dêsses casos que exigem do Govêrno ajudar uma das partes na solução do litígio".

Como vê V. Exª, escapa o assunto do parecer técnico desta Assistência. A parte técnica dêste Ministério já se manifestou nos autos. Dada a natureza do dissídio coletivo, todo êle de natureza patrimonial, que interessa fundamente tôda a estrutura econômica da nação, com grandes repercussões sôbre o custo de vida em geral, compete ao Govêrno dar a última palavra sôbre a matéria.

214

É aqui que a Justiça do Trabalho abandona os cânones tradicionais do direito privado, para exercer a sua função política, de equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Assim, Senhor Ministro, o que pretende a Procuradoria é justamente o ponto de vista da política salarial do Govêrno no que se refere ao atual dissídio da Mogiana.

Em 31 de julho de 1949.

EVARISTO DE MORAIS FILHO
Assistente Tecnico

A.D.N.T. Tendo em apreço as considerações supras.
Com a necessária urgência.
3-8-549

EMF/CM

MTIC-268 449

Senhor Ministro

Encaminhou V. Exa. a exame dêste Departamento o presente processo, originado de um parecer emitido pela Procuradoria da Justiça do Trabalho sôbre o processo TST 6235, em que essa Procuradoria e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana são recorrentes em dissídio coletivo suscitado contra a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Pleiteam os suscitantes um aumento de salário e a recorrida fez prova do estado deficitário em que se encontram suas finanças. Outrossim, considera desaconselhável qualquer aumento de tarifas, á vista do estado de "saturação" a que chegaram.

O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, em seu laudo técnico, informou que houve um aumento do custo de vida, em proporções que quase atingem 19%.

Nas bases em que foi proposto o aumento (Cr$ .... 500,00 percapita), haveria um aumento geral de 50 milhões de cruzeiros, anualmente.

Além do parecer técnico do S.E.P.T., cumpre esclarecer o ponto de vista da política salarial do Poder Executivo, consoante determinação expressa do Sr. Presidente da República, cuja cópia consta do processo.

Trata-se, assim, de verificar a conveniência, ou não de o Estado intervir na solução do dissídio, desde que está provada a incapacidade financeira da recorrida e constitui dever precípuo do mesmo assegurar bem-estar aos trabalhadores, de cuja situação angustiosa não pode alheiar-se. Não de

ve ser encarada tal intromissão estatal como indébita, pois à luz das modernas doutrinas de Direito Público, é licito ao Estado participar da solução do problema, cujos reflexos de ordem econômica, política e social comprometem a vida da coletividade.

Não se trata de medida inovadora. Ao contrário, em outros casos semelhantes, em que estiveram envolvidas outras emprêsas concessionárias de serviços públicos, como é o caso, já o Govêrno Federal tomou tal atitude.

Não pode este Departamento externar sua opinião segura sôbre a matéria, pois não dispõe de certos elementos indispensáveis para uma conclusão nesse sentido. Entretanto, tomando por base o resultado fornecido pelo SEPT, julga conveniente o estudo de uma formula capaz de minorar os efeitos da alta do custo da vida que atinge os ferroviários da recorrida.

É certo que o problema não oferece simplicidade, pelo que seria inadiável uma consulta ao Ministério da Viação e Obras Públicas, conforme sugestão, aliás, apresentada pelo Procurador.

O parecer dêste Departamento em relação ao caso - não implica em aceitar a tese de conceder aumentos, toda vez que forem solicitados, mau grado se haja verificado alto do custo de vida. Mesmo em tais casos, urge conhecer as causas determinantes da mesma e identificar as que são de pequena duração. É que maiores benefícios advirão para os assalariados com o aumento do poder aquisitivo (salário real), do que através de aumentos periódicos, que, em última análise, concorrem para manter o desequilibrio economico-financeiro, que o Governo vem combatendo.

Portanto, Senhor Ministro, tendo por base o pare-

244
CLT

cer técnico do SEPT e considerando o caso particular em aprêço, êste Departamento considera, salvo melhor juizo, necessário estudar uma fórmula capaz de atender a um aumento de salários para o pessoal, para o que se impõe a intervenção do Governo Federal.

À elevada consideração de V. Exa.

Em 6 de setembro de 1949

Diretor Geral

NR/LLM

De acôrdo. Remeta-se à Procuradoria Geral do Justiça do Trabalho.

Em 6 de set' de 1949

Rio, 6-9-49

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho
Recebido em 16 de T de 19
Juntada
- Em F.

J. aos autos respectivos
Rio 22

Faço, nesta data, juntada do presente ao processo TST 6235-48.
Em 23.9.50

278
cels

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MTIC 768.450

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO	DISTRIBUIÇÃO
	Ag. P. G. J. T.) 28-1-50.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

M. T. I. ...
SECÇÃO DE REGISTRO
E EXPEDIÇÃO
708450
1949 JUL 15 11:07

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

RIO DE JANEIRO, D. F.

OF.PJT.224/49 — Em, 13 de julho de 1949

Ao Exmo. Sr. Dr. Honório Monteiro
M.D. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio

Providencie-se o expediente ao M.V.O.P.
18.7.949

Senhor Ministro

Acolhendo a sugestão contida no parecer emitido no processo de dissídio coletivo nº TST. 6 235/38, sujeito ao julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, tenho a honra de solicitar a V.Excia. se digne encaminhar a inclusa cópia daquele parecer ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, cujo pronunciamento sôbre o assunto esta Procuradoria considera de subido valôr.

Sirvo-me do ensejo, para renovar a V.Excia. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Jair Tovar
Procurador Geral

Do Procurador Geral da Justiça do Trabalho

M. T. I. C.
GABINETE DO MINISTRO
JUL 13 1949
PROTOCOLO

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

280
sec

N. 768.450/DH 3196 Em 4 de agôsto de 1949.

Pedido de audiência

Sr. Ministro de Estado.

1. Tenho a honra de solicitar se digne V. Exa. de se pronunciar a respeito do assunto constante da inclusa cópia autêntica do parecer emitido no processo de dissídio coletivo n. TST 6.235/50, sujeito a julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, no qual figura como reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Exa. os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Honório Monteiro.

A S. Exa. o Sr. Dr. Clóvis Pestana,
Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas.

HM/DM

M. T. I. C. – J. T. – PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

281
cls

Processo de dissídio coletivo.

Nº TST. 6 235/

Recorrente. Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região e Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas Ferro viárias da Zona Mogiana.

Recorrida. Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.

Of- 223 – de 13 de julho de 1949.
Solicita o pronunciamento do Exmo.Sr.Ministro do Trabalho,Indústria e Comércio.
Resposta constante do proc. - MTIC.768.449.

Of- 224 de 13 de julho de 1949.
Solicita o pronunciamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Exmo.Sr.Ministro do Trabalho,Ind.e Comércio.

Of- 284 de 17 de setembro de 1949.
Reitera o pedido feito ao Exmo.Sr,Ministro da Viação e Obras Opublicas pelo Aviso nº 3 193 de 4 de agôsto de 1 949.

Sem resposta.

.....

Ao P.G.M., para informar.
23.1.950
[illegible]

Juntei no presente o MTIC-768.450 (of. 224/49, da P.G.J.T.) que se encontrava aguardando resposta neste Protocolo.
P.G.M. - Em 24.1.50.
Rosa [illegible]
Em tempo:- O ofício 223 (MTIC-768449)

já se encontra na P.G.J.T., com resposta; quanto ao ofício 284, nada consta neste Protocolo, por ter sido o mesmo remetido diretamente ao MVOP pela referida repartição, segundo informação verbal obtida na mesma.

PGM-Gm 25.1.50

Rosa Lima

Reitere-se o Aviso 3193, de 4.8.45, encaminhando-se em seguida à P.J.T.

25.1.950

MINISTÉRIO DO TRABALHO INDUSTRIA E COMERCIO

282
cel.º

N. 768.450/52 0096 Em 28 de janeiro de 1950.

Reiteração de pedido
de audiência

Sr. Chefe do Gabinete.

1. Em aditamento ao Aviso n. 3.193, de 4 de agôsto próximo passado, tenho a honra de reiterar-lhe, em nome do Sr. Ministro, o pronunciamento dêsse Ministério a respeito do parecer emitido no processo de dissídio coletivo n. TST 6.235/38, sujeito ao julgamento do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho e no qual é reclamada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Sirvo-me do ensejo para renovar-lhe os protestos de minha estima e consideração.

Candido Mota Filho.
Chefe do Gabinete

Ao Sr. Dr. Hélio Soares da Costa,
Chefe do Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas.

HN/HH

M. T. I. C. - J. T. — PROCURADORIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

283

Recebi em 30/1/80
Esc. "C"

J. ao Juízo.
Rio, 30/1/980

Junto o Acórdão proferido nesta data, no TST
02 33-78

30.1.80

Aguarde-se pelo prazo de oito dias a manifestação da Reclamada.

Remeto a Exma R. Dra
Diretora da Faculdade a
fim consiga da Egrégia e
Culta Congregação
Prazo para
Defesa da autora
da Dissertação.
Rio 31 de Janeiro
de 1930.

Diretora Geral

Nesta data faço presente a V. Excia,
nos termos do despacho supra
31 de Janeiro de 1930
Secretaria
Chefe da Secretaria

284
Cclg

Faça-se a devolução do processo.

O Egrégio T. S. T., na sua alta deliberação, apreciará a necessidade ou desnecessidade do pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, para o devido julgamento do feito.

O tempo de permanência do processo nesta Procuradoria está a exigir para devolução ao Tribunal, embora não satisfeita a diligência solicitada pelo Sr. Procurador.

Em face dessa inovação de fls. 283 e 284 e ofício dirigido à Ilma. Comissão Permanente de

Junte-se aos autos do pedido de habeas corpus.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1950.

Recebido em 27.2.50

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Presidente.

Em, 27/2/50

SECRETÁRIO DO TRIBUNAL

285
cclg

CÂMARA DE JUSTIÇA DO TRABALHO

Sorteado Relator o Sr. JULIO BARATA

Designado Revisor o Sr. ROMULO CARDIM

Rio de Janeiro, 1 *de* Junho *de* 1950

PRESIDENTE

CONCLUSÃO

Nesta data, faço êstes autos conclusos ao Ex.mo Sr. Conselheiro Relator.

Rio de Janeiro, 1 *de* 8 *de* 1950

SECRETÁRIO

VISTO

Rio de Janeiro, ... *de* ..... *de 194*.....

RELATOR

RESTITUIDO NESTA DATA PELO SR. MINISTRO RELATOR.

Rio

SECRETÁRIO

VISTO

Rio de Janeiro, ... *de* ..... *de 194*.....

REVISOR

RESTITUIDO NESTA DATA PELO SR. MINISTRO REVISOR.

Rio 12/10/50

SECRETÁRIO

Imp. Nacional — 11/01 — 10.112

IMPRESSO PARA EXPEDIR OS AVISOS — D. M. T. — 28

1852/46 ceeg

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

Processo TST N.º 6 235/49

CERTIFICO que o Tribunal Superior do Trabalho, em sessão plena, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo resolvido, contra os votos dos Srs. Ministros Julio Barata, relator, Rômulo Cardim e Delfim Moreira, julgar procedente em parte o pedido de aumento de salários, em revisão, e decretar um aumento de 12%, para os empregados que percebam até Cr$ 2.000,00, vencidos os Srs. Ministros Waldemar Marques e Edgard Sanches, que concediam 20% fundados na elevação do índice do custo de vida, mas condicionar a concessão dêsse aumento à majoração das tarifas, conforme faculta a Lei nº 27, de 1947, por parte dos poderes competentes; decidiu ainda, que, na hipotese de ser deferida a majoração das tarifas, o aumento ora decretado deverá ficar subordinado às seguintes condições: a) - os calculos serão efetuados sôbre os salários resultantes do último aumento (janeiro de 1948); b) - o pagamento só será devido a partir da data em que fôr concedida a elevação das tarifas; c) - o pagamento ficará subordinado à assiduidade integral do empregado, salvo as faltas por motivo de enfermidade ou fôrça maior, comprovadas na forma da lei, vencidos os Srs. Ministros Dodoy Ilha, que mandava observar o que a respeito estabelece a Lei 605, e Antonio Carvalhal, contrário à clausula; d) - serão beneficiados pelo aumento os empregados admitidos até 20 de janeiro de 1949; para os empregados admitidos entre janeiro de 1948 (data do último aumento salarial), e 20 de janeiro de 1949, o aumento deverá ser calculado sôbre o salário da admissão, vencido o Sr. Ministro Waldemar Marques; e) - aos menores fica assegurada a mesma percentagem do aumento decretado, unanimemente; f) - os abonos e as gratificações não ajustadas serão computados para efeito de calculo, unanimemente; g) - não poderão ser compensados os aumentos es-

~~Tomaram parte no julgamento os seguintes Srs. Ministros:~~

pontaneamente concedidos pela emprêsa, pelo voto de desempate e vencidos os Srs. Ministros Julio Barata, Rômulo Cardim, Waldemar Marques e Delfim Moreira; h) - Não haverá restituição ou diminuição de salários por efeito da presente decisão.

É dado ao processo o valôr de Cr$ 10.000,00 e condenada a suscitada nas custas, na fórma da lei.

Designado para redigir o acórdão o Sr. Ministro Antonio Carvalhal.

~~OBSERVAÇÕES:~~

TOMARAM PARTE NO JULGAMENTO OS SEGUINTES SRS. MINISTROS: Julio Barata, Rômulo Cardim, Godoy Ilha, Waldemar Marques, Antonio Carvalhal, Delfim Moreira, Astolfo Serra e Edgard Sanches.

OBSERVAÇÕES:

PROCURADOR: DR. GILBERTO C. SÁ

PELO SINDICATO SUSCITANTE, FALOU O ADVOGADO CUNHA LIMA; E, PELA EMPRÊSA SUSCITADA, O ADVOGADO J.L. DE AZEVEDO COSTA.

Para constar, lavro a presente certidão, do que dou fé.

Rio de Janeiro, 19 de [illegible] de 19 50

Secretário do Tribunal

P. ... — TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

284
cccs

REMESSA

Nesta data, remeto os presentes autos à S.A.
saída do fim do direito.

Em ... Rejeito

...

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

288
cees

ACÓRDÃO
(AC-1 854/50)
GMC/ML

Processo TST-6 235/48

Dissídio Coletivo.
Aumento de salários. Cláusulas e condições a que está subordinado.

Vistos e relatados êstes autos, em são partes, como Recorrentes, Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho da Segunda Região e Sindicato dos Trabalhadores em Emprêsas Ferroviárias da Zona Mogiana e, como Recorrida, Companhia Mogiana de Estradas de Ferro:

Trata-se de dissídio, que é julgado originàriamente por êste Tribunal Superior, em vista de se haver declarado a incompetência de fôro do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, como se vê, do acórdão de fls. 190, uma vez que a companhia suscitada abrange duas regiões diferentes. Foi o dissídio suscitado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, com base no artigo 856 da Consolidação. As pretensões do sindicato suscitado constam de fls. 9 4 10.

A defesa da companhia suscitada consistiu em dois itens: 1º) situação dificitária e consequente incapacidade de suportar um aumento anual de cêrca de 50 milhões de cruzeiros;

2º) não ser possível aumento de tarifas, para atender ao aumento de salários, porque as tarifas já atingiram o máximo de saturação.

O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho apurou que o aumento do custo de vida, no período relativo ao dissídio foi de 19 por cento.

A douta Procuradoria Geral, em parecer de fls. 253, assim opinou:

"Mérito- Estabelecida a propriedade da ação intentada, e verificada a competência da Justiça do Trabalho para julgá-la, passemos ao mérito.

Alegam os suscitantes que os salários por êles não estão condizentes com o custo da vida. Não o podemos contestar, frente a informação oficial do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho que conclue:

> "Assim sendo, esta direção geral informa a V. Excia. que, pelos cálculos efetuados, o aumento do índice geral do custo de vida no município de São Paulo no período de junho de 1 946 a fevereiro de 1 948, foi de ordem de 18.7073%".

A forma de pedir o aumento, porém, não era de ser atendida, se possível fosse decretá-lo. É que, ao envez de solucionar o problema, agravava-o, com a concessão de aumentos grandes para uns, e ridículos para outros.

Infelizmente, porém, não vemos como possa o aumento ser concedido. A suscitada é uma emprêsa concessionária de serviço público, e fez prova de modo razo de sua incapacidade para atender ao pedido, a não ser que decretado seja uma aumento tarifário, o que ela própria entende desaconselhável. Fez a prova de modo razo, porque não permaneceu no simples terreno das alegações, realizando-a pericialmente. - É o que se vê no laudo pericial junto ao processo, e sua interpretação a fls. 212 e seguintes.

É exato que não se trata de obstáculo intransponível. Vencê-lo o pode o Gôverno, e já o tem vencido em cases outros, *levando em conta os superiores interesses da coletividade obreira.* O que a Justiça, no nosso modo de ver não pode, é decretar um aumento salarial, sabendo de antemão inexistentes as fontes de renda para atendê-lo. C496

Nesta hipótese, o caminho a seguir, será converter o julgamento em diligência para que ouvidos sejam os senhores Drs. Ministro do Trabalho e Ministro da Viação acêrca do litígio. Esta, para dizer, sôbre as possibilidades financeiras da suscitada no que respeita ao pedido; aquele, para falar se se trata na hipótese vertente de um dêsses casos que exigem do Gôverno, ajudar uma das partes na solução do litígio.

Poderá a muitos parecer absurdo assim se manifeste a Justiça do Trabalho. Não o é, porém. O Juiz do Trabalho tem uma função dúplica. Nos dissídios simples, individuais ou mesmo plurimus sua função é a de juiz, na acepção integral do vocábulo, devendo ater-se a forma clássica, constante do brocardo -secundum allegata et probata judex judicare debet- levado em conta, é claro, o arbitro interpretativo que a lei concede.

Em se tratando, porém, de dissídio coletivo o Juiz tem que assumir uma função política. Não digo assuma êle, a posição integral do - judje - made law, de que era exemplo o pretor romano. O que não padece dúvida, porém, pela repercussão da sua sentença, é que, julgando, tem êle de levar em consideração a política do Gôverno no dado momento em que a prolata, constituindo verdadeiro dislate falar-se de jurisprudência em se cogitando de tais decisões. Claro que nos referimos ao aludido vocábulo no sentido de colocação de decisões pronunciadas no mesmo sentido e caraterizando a opinião geral d'un ressort de juristiction e não no sentido em que o emprega M. Ortolon e F. Mallieus, isto é, de prática toda inteira do direito, passível de transformação e evolução, e fonte do próprio direito. (Roscoe Pound)."

Não surtiu efeito o pedido de esclarecimentos feito ao Sr. Ministro da Viação, para que se manifestasse sôbre a possibilidade do aumento de tarifas, atendendo a pedido da Procu-

radoria Geral. Todavia, consta dos autos (fls. 82) uma exaustiva perícia sôbre a situação da emprêsa e sôbre os índices do aumento do do custo de vida. Em resumo, o laudo de fls. 123 e seguintes concluiu pela exatidão do balanço apresentado pela Suscitada, e pela existência do deficit que a mesma alegou. Apurou ainda que o aumento pleiteado na base de 500 cruzeiros per capita, significaria um acréscimo anual de 50 milhões de cruzeiros na verba do pessoal da emprêsa. Postos de lado os trechos relativos aos índices de aumento do custo de vida, que a perícia também apurou, verifica-se que o salário médio na emprêsa é de Cr$ 917,00 (novecentos e dezessete cruzeiros) e que, em 1 945, era de Cr$ 484,00(quatrocentos e oitenta e quatro cruzeiros).

Pelo Ministro Presidente deste Tribunal Superior, foi processado o dissídio tendo sido proposta e rejeitada a conciliação(fls. 246).

Tem, pois, êste Tribunal que apreciar as razões finais dos suscitantes e da suscitada. Dizem aqueles que seu pedido é o da majoração de Cr$ 500,00(quinhentos cruzeiros) nos salários de todos os empregados, tomando-se como salário base o de Janeiro de 48. Alegam que (fls. 241), segundo documento oficial do Gôverno do Estado de São Paulo, está perfeitamente consolidada a situação financeira da Companhia Mogiana. Apresentam um quadro, segundo o qual 58% dos empregados ganham ordenados inferiores a Cr$ 800,00(oitocentos cruzeiros) mensais e 96%, menos de Cr$1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros) por mês.

A companhia suscitada se firma na exatidão do seu balanço comprovada pela perícia e diz:

"O próprio perito que examinou a escrita da Companhia, esclarecendo, a requerimento desta, o laudo que apresentara (fls.), positivou que estavam absolutamente exatas as opera-

ções indicadas no pedido de esclarecimentos (fls. 200 usque 204), sendo certo que para equilibrar salários e custo de vida a obtenção de resultados idênticos, tanto equivalia adicionar 24% do salário de 1 939 ao salário médio de dezembro de 1 947, como somar apenas 7,84% ao salário médio do próprio mês de dezembro de 1 947.

Ora, se o desnível por ventura existente entre o salário médio de dezembro de 1 947 e o índice do custo de vida na mesma data é, apenas, de 7,84%, nada justificaria o pretendido aumento na base pleiteada". Por fim, invoca sua posição de concessionária de Serviço Público, que não mais pode obter aumento de tarifas, porque estas já atingiram o mais elevado nível e, se aumentadas fossem, arrastariam à ruina a emprêsa, que não poderia fazer face a suas concorrentes.

O parecer da douta Procuradoria Geral é contrário à concessão do aumento.

É o relatório.

V O T O

Data venia do parecer da douta Procuradoria Geral entendo que procede o pedido de aumento de salários. Com efeito, a Justiça do Trabalho, pode decretar aumento de salários para qualquer emprêsa de serviços públicos que seja dependente de tarifa. Se porém, depois de decretado o aumento por êste Tribunal, a emprêsa não se julgar em condições de arcar com o pagamento, deverá provar perante o Govêrno, a impossibilidade dêsse pagamento, em face da sua situação financeira. O govêrno, então, decretará, se for o caso, o aumento de tarifas. É essa a solução lógica da questão. Verifica-se, entretanto, que no presente caso, a emprêsa

procedeu, exatamente, ao contrário quis o primeiro o aumento de tarifas, para atender à melhoria do material, abandonando a situação do pessoal.

Por outro lado, se pelo fato, de ser a emprêsa deficitária não se conceder o aumento, então tornar-se-á impossível qualquer aumento aos ferroviários. Não é possivel qua na Justiça do Trabalho, eminentemente social, não se encare êsse aspecto que é fundamental, porque dentro da tese de dificuldades financeiras, jamais atenderemos às justíssimas pretensões dos ferroviários, que se encontram, como na espécie, em situação dificílima. Demais, presentemente, sabe-se que atravessam, de modo geral, uma fase difícil. Por isso mesmo, cumpre não esquecer tal fato, sem que, entretanto, se deixem ao desemparo os trabalhadores de salários mais baixos, e que curtem dificuldades imensas com a elevação do custo de vida.

Não vejo pois, outra solução social, que é a mais lógica, em face das dificuldades em que encontra a própria emprêsa. Assim sendo e baseado na lei 27, dou um aumento de 12% até Cr$2.000,00(dois mil cruzeiros), condicionando êsse aumento à obtenção do aumento de tarifa.

Data da vigência do aumento: A data da vigência do aumento será da concessão do aumento de tarifa.

Base do aumento.

O aumento deverá ter como base os salários resultantes do último aumento (janeiro de 1 948).

Assiduidade.

De acôrdo com a jurisprdência, isto é, 100%.

Empregados beneficiados pelo aumento: Serão beneficiados todos os empregados admitidos até 20 de janeiro de 1 949.

Menores: Os menores terão direito ao mesmo aumento, de acôrdo com a jurisprudência.

Abonos e Gratificações não ajustadas:

Serão computados para efeito do cálculo.

Compensação de aumentos espontâneos:

Em face da especificidade do dissídio, concedemos o aumento se o Govêrnos conceder a majoração de tarifas. De modo que, atendendo a essas peculiariedades imensas de que está cheio o processo, voto no sentido da não compensação dos abonos.

Restituição ou diminuição de salários:

De acôrdo com a jurisprudência.

Por êstes fundamentos:

Acordam os Juizes do Tribunal Superior do Trabalho, contra os votos dos Srs. Ministros Júlio Barata, relator, Rômulo Cardim e Delfim Moreira Junior, julgar procedente em parte o pedido de aumento de salários, em revisão, e decretar um aumento de 12%, para os empregados que percebam até Cr$ 2.000,00 vencidos os Srs. Ministros Waldemar Ferreira Marques e Edgard Ribeiro Sanches, que concediam 20% fundados na elevação do índice do custo de vida, mas condicionar a concessão dêsse aumento à majoração das tarifas, conforme faculta a Lei nº 27, de 1 947, por parte dos poderes competentes; decidiu aínda, que, na hipótese de ser deferida a majoração das tarifas, o aumento ora decretado deverá ficar subordinado às seguintes condições: a) os cálculos serão efetuados sôbre os salários resultantes do último aumento (janeiro de 1 948); b) o pagamento só será devido a partir da data em que fôr concedida a elevação das tarifas; c) o pagamento ficará subordinado à assiduidade integral do empregado, salvo as faltas por motivo de enfermidade ou fôrça maior, comprovadas na forma da lei, vencidos os Srs. Ministros Percival Godoy Ilha, que mandava observar o que a respeito estabelece a Lei 605, e Antônio Francisco Carvalhal, contrário à clausula; d) serão beneficiados pelo aumento os empregados admitidos até 20 de janeiro de 1 949; para os empregados admitidos entre janeiro de 1 948 (data do último au-

mento salarial), e 20 de janeiro de 1 949, o aumento deverá ser calculado sôbre o salário da admissão, vencidos o Sr. Ministro Waldemar Ferreira Marques; e) aos menores fica assegurada a mesma percentagem do aumento decretado, unanimemente; f) os abonos e as gratificações não ajustadas serão computados para efeito de calculo, unanimentente; g) não poderão ser compensados os aumentos espontaneamente concedidos pela emprêsa, pelo voto de desempate e vencidos os Srs. Ministros Júlio Barata, Rômulo Cardim, Waldemar Ferreira Marques e Delfim Moreira Junior; h) Não haverá restituição ou diminuição de salários por efeito da presente decisão.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1 950.

Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes — Presidente

Antônio Francisco Carvalhal — Relator ad-hoc.

Ciente- Gilberto C. Sá — Procurador

CERTIFICO que o presente acordão foi publicado no Diario da Justiça de 23 de Novembro de 1950

Em 24/XI/1950

Oficial Judiciário

P. J. - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

296
cccs

Transmita-se à Seção Processual.

Em 24/XI/1950

F. Dias da Cruz Neto
Chefe da Seção de Redação.

F[illegible] S[illegible]

[illegible] S. C. p[illegible] certificar se foi interposto recurso d[illegible] de fls retro

Rio, 4 de XII de 1950

Chefe da S. P.

CERTIDÃO

Certifico que, até a presente data, não foram interpostos quaisquer recursos.

Rio de Janeiro, 5 de 12 de 1950

Escrivão

Encaminhe-se à S. P.

Rio, 7 / 12 / 1950

Chefe da SC

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Ministro Presidente.

Em, 11 - XII - 50

Aldo Silva

CHEFE DA SECÇÃO PROCESSUAL

Baixem os autos ao tribunal de origem.

Rio, 11 de XII de 1950

Presidente

REMESSA

Aos 11 dias do mez de XII de 1950 faço remessa destes autos ao TRT da 2ª Região

Do que para constar, lavrei este termo.

Aldo Silva

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO REGIONAL DO TRABALHO

1914

Nesta data faço conclusos os presentes autos ao Exmo. Snr. Presidente do Tribunal.
São Paulo 29/12/49

Diretor da Secretaria

Em mesa para o fim.
S. Paulo, 29/12/49

JUSTIÇA DO TRABALHO

27
16

Of.SP 2430-50 S.Paulo 2 de janeiro de 1950

Diretor da Secretaria do TRT.

DR.J.A.GUNHA LIMA

:

De ordem do sr.Presidente, notifico-vos de que o processo TRT- 272/46, entre partes, PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA e a CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, foi devolvido pelo Tribunal Superior do Trabalho a esta Secretaria.

Saudações

DIRETOR DA SECRETARIA

JUSTIÇA DO TRABALHO

Of.SP 2481-50 S.Paulo 2 de janeiro de 1951

Diretor da Secretaria do TRT.
CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO

JUNTADA
Nesta data junto aos presentes
autos os seguintes documentos
RT - 10 | 51
São Paulo, 3 de 1951

De ordem do Sr. Presidente, notifico-vos de que o processo TRT- 271-46, entre partes. PROCURADORIA REGIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO e o SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRÊSAS FERROVIÁRIAS DA ZONA MOGIANA e a CIA.MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO, foi devolvido pelo Tribunal Superior do Trabalho a esta Secretaria .

Saudações

DIRETOR DA SECRETARIA

JUNTADA

Nesta data junto aos presentes autos os seguintes documentos

RT- 10/51

São Paulo, 3 ; 10 ; 1951

Helciciola

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SECRETARIA

TRT - 2ª Região
N. 10 / 51
Em 2 / 1 / 51

Of.S/304/50

Em 26 de Dezembro de 1950

Do Sr. Secretario do Tribunal Superior do Trabalho

Ao Ilmº Sr. Chefe da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Assunto

A S. P.
São Paulo, 27 de 12 de 19 50

Sr. Chefe de Secretaria

Solicito vos digneis determinar a juntada da inclusa folha ao processo TST-6 235, de 1948, relativo ao dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Ferroviários da Zona da Mogiana contra a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que, por esquecimento, deixou de ser anexada aos respectivos autos.

Atenciosas saudações.

Arnaldo Bertazini de Abreu

"EV".

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

111

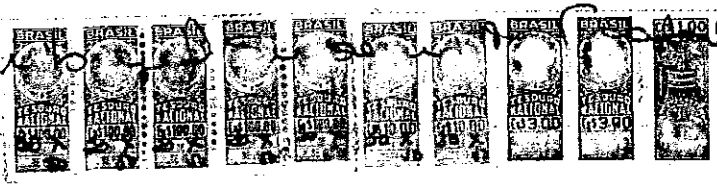
Proc. 6235-48. —

Custas devidas pela Cia. Ingaz na de Estradas de Ferro, de acôrdo com a decisão pelo Sr. Tribunal.

Cr$ 687.00

- Seiscentos e oitenta e sete, diz pelo exame e sua o sêlo de Ed. e Saúde.

Rio, 10 de Outubro de 1949.



JUSTIÇA DO TRABALHO

302

CONCLUSÃO

Nesta data, são conclusos os presentes autos ao Exmo. Sr. Juiz Presidente

São Paulo, 19 de maio de 1970

DOMINGOS MANOEL ESCALEIRA
Secretário do Tribunal

ARQUIVE-SE

São Paulo, 20 / 5 / 1970.

Presidente

CLASSE 131

TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO
DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES DO
ARQUIVO GERAL EM 21/6/85
ASSINATURA

